JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA LEITE

A C H I N A N O B R A S I L

Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil

Tese apresentada
ao Instituto de Artes
da Universidade Estadual de Campinas
como requisito para a obtenção do
Título de Doutor

Este exemplar é a redação final da tese defendida por José Roberto Teixeira Leite
e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/06/94

Prof. Dr. Etienne G. Samain
Presidente

São Paulo/Campinas, 1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A memória de

GILBERTO FREYRE

Para
CHARLES RALPH BOXER
ELDINO DA FONSECA BRANCANTE
JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA e
PADRE MANUEL TELXEIRA

- pelas muitas portas
que me descerraram

Para
SONIA VON BRUSKY

- sempre.

Índice de Matérias

Introdução.....07

I - Parte Introdutória

A China no Brasil.....12

II - Usos e Costumes

Mulheres, Casamento e Submissão.....43
Unhas Compridas.....53
Pés Pequeninos.....59
O Cheiro, Bejo Chines.....67
Comer, e arrotar depois.....70
Mesuras e Reverencias.....73
Palanquins e Cadeirinhas.....82
Medicina Simbólica.....94
Eclipses, Cometas e Sinais Celestes.....109
Foguetes e Girândolas.....116
Leques.....128
Sombrinhas e Chapeus-de-Sol.....143

Papagaios de Papel.....150
Briga de Galos.....155
A Morra e sua Origem na China.....159
Jogo do Bicho.....162
Quiosques e Pagodes.....167
Café com Leite.....171

III - Comércio, Agricultura e Imigração

Relações Comerciais.....174
Monjolos.....197
Arroz.....200
Chá.....206
Seda.....229
Imigração Chinesa.....234

IV - Arquitetura e Paisagística

Introdução.....257
Telhados Acachapados.....266
Telhas Envernizadas ou Zoomórficas.....272
Casa-Grande do Sítio do Padre Inácio.....276
Nossa Senhora do Ó.....284
O Pavilhão da Mãe d'Agua.....289

Jardins vagamente chineses.....292

V - Escultura, Pintura, Artes Decorativas

Escutura

Imaginária.....312

Leões Chineses do Embu.....324

Altares Chineses de Pernambuco.....328

Pintura

Introdução.....332

Charles de Belleville, aliás Wei Chia-Lu.....335

Chinesices na Pintura Mineira.....353

Chinesices no Embu.....367

Sunqua e o Panorama Chinês do Rio de Janeiro...370

Os Anos Brasileiros de Chang Dai-Chien.....379

Artes Decorativas

Cerâmica

Azulejaria.....390

Cães de Fo Franciscanos.....403

Porcelana.....407

Mobiliário.....468

Ourivesaria.....491

Têxteis 494

VI - Apêndices

Indios ou Chineses? 504

Ideograma Chinês e Poesia Concreta 511

A China Vista por Brasileiros 514

Chineses Entrados no Brasil 1814-1842 529

Resumo Portugues 531

Resumo Inglès 535

Resumo Chinês 538bis

Bibliografia 551

Introdução

A China no Brasil - Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil, eis como se intitulou o presente trabalho, que constitui uma Tese de Doutoramento em História da Arte endereçada ao Instituto de Artes da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, e que enfeixa, num todo que se quer harmônico, duas áreas do conhecimento humano nas quais se têm exercitado preferencialmente a atividade, o interesse e a curiosidade do Autor: A História da Arte no Brasil, seu campo prioritário desde 1955, e a Arte e a Civilização da China, que o fascinam e atraem nos últimos 12 anos. Título e subtítulo da tese hão de por certo suscitar surpresa quando não estranheza, sobretudo naqueles, que são a enorme maioria, para os quais nada de mais diferente e divergente, mais afastado no tempo e no espaço do que um e outro países; o Autor nutre contudo a esperança, e talvez tenha a certeza, de que a leitura das páginas que seguem revelará insuspeitados pontos de contacto e mal pressentidas afinidades entre duas sociedades, a chinesa e a brasileira, à primeira vista tão apartadas.

O problema das influências que a China exerceu sobre o Brasil tem sido ventilado de tempos em tempos por limitado número de pesquisadores e estudiosos tanto nacionais quanto estrangeiros,

sendo justo destacar nesse setor, acima de todos, a contribuição pioneira e em profundidade de Gilberto Freyre, mormente no Capítulo IX de seu livro Sobrados e Mucambos ("O Oriente e o Ocidente"), aparecido em 1936 e que se tornaria o ponto de partida de todos aqueles que, nos próximos cinqüenta anos, viriam a se interessar seriamente pelo tema, deixando de lado as fantasias e invencionices que também despertou.

A maior parte dos que escreveram a respeito das relações culturais entre a China e o Brasil é contituída por historiadores de arte que estudaram aspectos setorizados da Arquitetura, da Escultura e da Pintura, ou da Porcelana e das Artes Decorativas do período colonial priorizando a produção estética de regiões como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Nesse particular, são bem conhecidos os trabalhos de, entre outros, Germain Bazin, Robert C. Smith, José Mariano Filho, Eldino da Fonseca Brancante, Luís Saia, Eugénie Miller Brajniko, Enrico Schaeffer ou José Maria dos Santos Simões. Houve, também, quem se voltasse para tópicos alheios ao campo da atividade artística, pesquisando, por exemplo, a imigração chinesa em seus prós e contras, no que se convencionou chamar de "A Questão Chinesa", ou a cultura do chá - casos de Lacerda Werneck, Salvador de Mendonça, Joseph Conrad, Carlos Francisco de Moura e outros mais. Devem ser também destacadas, pelo copioso número de informações pertinentes que encerram (muito embora não consagradas de modo especial ao problema das relações culturais entre China e Brasil), contribuições de autores como Charles R. Boxer, numa extensa e preciosa série de livros que vem há décadas dedicando ao Império Colonial Português, Padre Manuel

Teixeira, Luís Gonzaga Gomes, José Maria Braga e Padre Benjamin Videira Pires (que escreveram abundantemente sobre os mais diferente aspectos de Macau, e da vida dos portugueses na China) e - last not least - José Roberto do Amaral Lapa, cujo livro A Bahia e a Carreira da Índia esclareceu alguns pontos, até sua publicação negligenciados, dos vínculos comerciais, administrativos e culturais que ao longo de todo o período colonial uniram Salvador, Goa e Macau.

Se tais abordagens tinham já sido feitas, cada uma delas enfocando um dado tópico dentro da problemática ampla das influências exercidas pela velha China sobre o jovem Brasil, até ao presente momento ninguém tentara estudá-las em conjunto e não mais isoladamente com vistas à construção de um cenário abrangente, para além das especializações ou das setorizações, atento àquilo que, como escreveu o historiador britânico Eric J. Hobsbawn, consiste em

> localizar as raizes de nosso presente no solo do passado e, talvez sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros (A Era dos Impérios 1875-1914).

Foi justamente tal necessidade, que sentiu o Autor, de encarar o passado não em estilhaços, como um cristal partido, mas como um todo coerente, que o levou a se desvencilhar do plano que a princípio se traçara - restrito ao âmbito de sua especialização histórico-artística -, para ampliar seu trabalho até aos limites e

às proporções tão mais amplos em que afinal se concretizou.

Porque, afinal, Arte não é algo de separável e isolado da Sociedade, mas sim, bem ao contrário, sua expressão sensível e mais elevada, e quem possuir, dessa, um conhecimento maior e mais íntimo, há de forçosamente compreender e sentir de modo muito mais forte aquela.

I - Parte Introdutória

A China no Brasil

Nesse início de década, ao mesmo tempo fim do século e do milênio, o nome "China" há de por certo suscitar noções confusas e de significar de qualquer modo bem pouco a 99,99% de nós brasileiros, acostumados a associá-lo a um país nebuloso, tão desconhecido e quase tão remoto quanto Marte ou a Lua. No entanto, nos cérca de 300 anos que vão dos começos da colonização à independência, durante os quais passou do estágio edênico em que o encontraram em 1500 os portugueses para se tranformar - não sem traumas de paraíso perdido - em país ocidental, foi o Brasil sucessiva ou cumulativamente aborígene, lusitano - e por conseguinte também semita e já negro (1) -, africano, indiano e ... chinês: chinês em numerosos usos e costumes, em certos requintes da civilização material, em pormenores de arquitetura e artísticos; chinês, em muitas formas de pensar, viver, agir e sentir.

Com efeito, ao longo de quatro séculos - do segundo terço do Séc. XVI até pelo menos o segundo quarto do Séc. XIX (quando o país de repente e quase à força se converte ao Ocidente, afrancesando-se e se inglesando da noite para o dia, arrependido de ter permanecido por tanto tempo índio, africano e asiático e envergonhado de ter sido se não na epiderme mentalmente vermelho, negro e amarelo antes de tentar ser branco), ponderável influência chinesa atingiu o Brasil, assumindo entre nós formas específicas e conotações inconfundíveis, que se traduziriam no devido tempo em hábi-

tos, modos de viver e fazer que mesmo hoje longe estão de se terem esgotado, fundamente arraigados como se acham na alma nacional. E note-se não estarmos tratando aqui de chinoiseries ou chinesices, China de fantasia ou de mentira, invenção de europeus que também tivemos em dado momento, porém de influência autêntica chinesa, do impacto de idéias, hábitos, técnicas e modos de vida chineses sobre o Brasil Colonial ou já de tempos do Império; sob tal aspecto, quer-nos parecer que o Brasil constitui caso único no mundo.

No período considerado, os homens de posses, cuja riqueza apoiava-se no trabalho escravo (2), amenizavam sua indolência assistindo a brigas de galo, empinando, compenetradíssimos, papagaios de papel, ou queimando a qualquer pretexto fogos de artifício que mandavam buscar no outro lado do mundo; muitos faziam questão de mostrar extravagantemente crescidas as unhas das mãos, para ficar bem claro aos olhos de todos que, como mandarins (3), não precisavam usá-las para ganhar a vida. Nas cidades e nos arrabaldes, nobres, prelados e ricaços faziam-se conduzir em palanquins e serpentinas de forma e colorido extremo - orientais, ornados com motivos chineses de dragões e flores, e carregados aos ombros de escravos em vistosos trajes. As vestimentas luxuosas que os membros das camadas ricas envergavam eram de seda chinesa e multicoloridas, como chineses eram os guarda-sois que os escravos distendiam sobre as cabeças dos senhores-de-engenho, produtores de açúcar e tabaco, para os proteger do sol. Os pais tinham direito de vida e até de morte sobre mulheres, filhos e escravos, todos aterrados sempre, e a obediência e o respeito aos mais velhos, e por extensão à hierarquia e à autoridade, concretizavam-se, como

na China, num código severo de mesuras, rapapés e ademanes, que não se dirigiam apenas às pessoas graúdas presentes, mas também, na ausência delas, a símbolos e emblemas que as representassem, hábito que entre nós se chamou salva-Paço, ou salva Palácio (4).

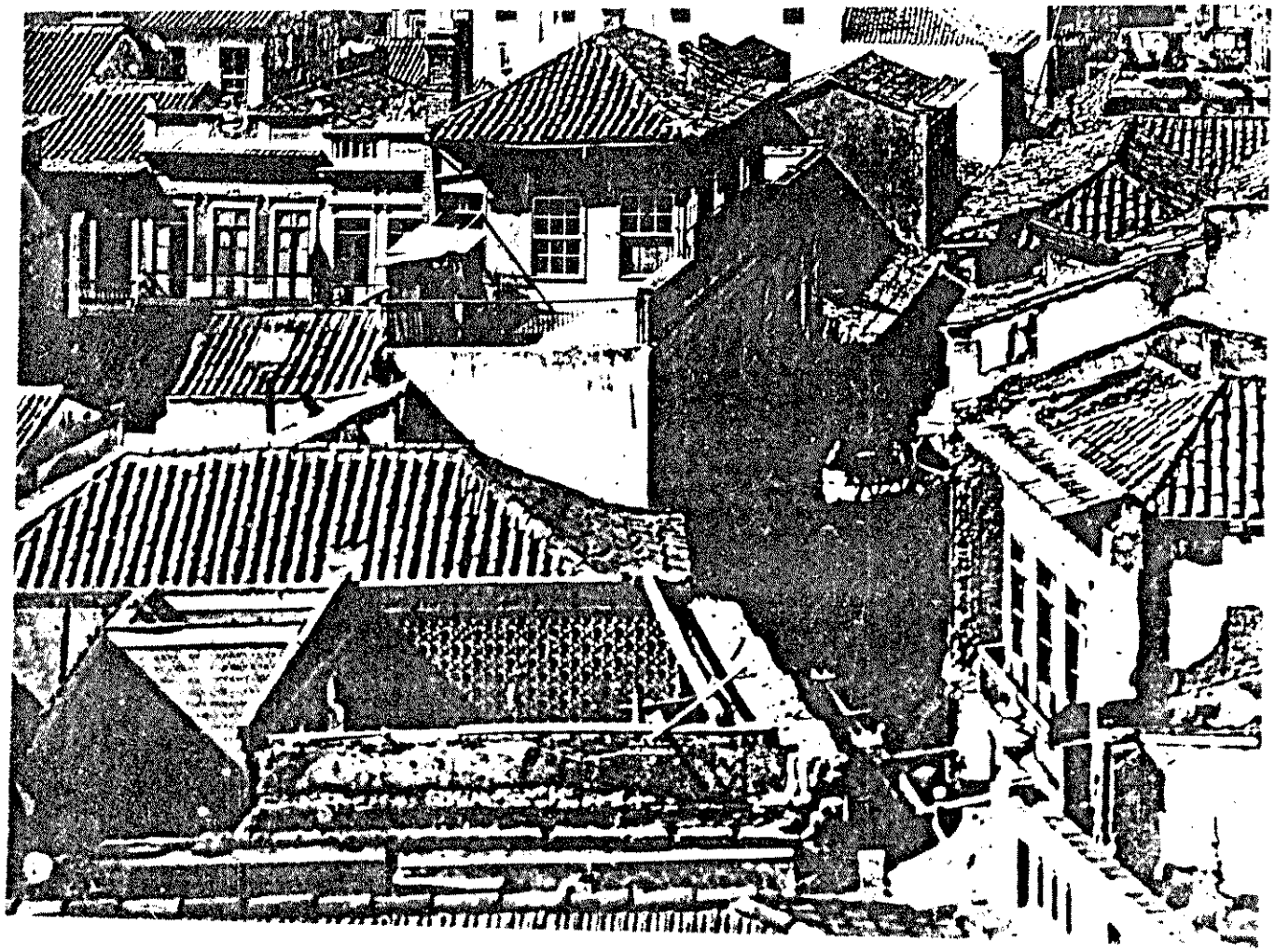
Numa sociedade tão marcada pela Ásia, era natural que as mulheres, do mesmo modo que as chinesas, passassem a existência enclausuradas em casa, onde não recebiam ninguém, e de onde só saíam, dizia-se, em três ocasiões: para o batizado, o casamento e o entêrro. Seres subalternos, nem mesmo lhes era permitido, nos primeiros séculos, sentar-se à mesa com os maridos, tendo de se alimentar com os sobejos de suas refeições, e levando o alimento a boca com as mãos, já que faca e garfo eram reservados apenas aos homens. Casando-se meninas, aos 14,13 e menos anos, com maridos que nunca tinham visto e portanto não podiam amar, maridos da mesma idade de seus pais e não raro de seus avós, enchiam-se cedo de filhos entanguidos, contando-se entre os raros prazeres que se podiam permitir, o de poder aspirar-lhes a tenra epiderme em longos, delicados cheiros, beijando-os (como as chinesas) com o nariz; isso, antes de morrerem, velhas precoces de 25, 30 anos.

A morte era aliás presença habitual, e não só entre as mulheres e crianças, mesmo porque, para mantê-la à distância, só se contava com os recursos da velha medicina lusa, fortemente eivada de elementos asiáticos; medicina de essência simbólica, mais próxima da simpatia ou do feitiço que da ciência, apoiando-se em receitas que recordam as do antigo Ban Tsao chinês, com suas repugnantes combinações de ossos triturados, sangue, fezes humanas,

gordura de cadáveres, minhocas, pó de coruja ou de gatinhos recém-nascidos, moscas trituradas, trapos de camisas de defunto, baços de carneiro e outras, tão ou mais terríveis, que podem ser encontradas nos tratados setecentistas luso-brasileiros, como o Erário Mineral ou o Govêrno de Mineiros.

Em ocasiões festivas, ao cabo das refeições reforçadas de trinta e mais pratos ou cobertas, podiam ser ouvidos indisfarçados arrotos, prova de que os convivas tinham sabido apreciar as iguarias, e assim de forma sonora, como os chins, demonstravam aos anfitriões sua satisfação. Atributo da beleza feminina que exercia sobre a imaginação dos homens irresistível fascínio eram os pés pequeninos, fetiche sobre o qual ainda escrevem babando, em fins de Oitocentos, Alencar, Machado de Assis ou Raimundo Correia. Enfim, como já desde o Séc. XVI se jogara com cartas imitadas das chinesas, apostava-se no jogo das flores e, para os fins do Séc. XIX, no jogo-do-bicho, as mulheres escondiam-se por trás de leques, que manipulavam num código completo de comunicação à distância, e ao sair não dispensavam suas diáfanas sombrinhas de seda de Tonquim. Quanto às crianças, quase no Séc. XX ainda se vestiam, para dormir, com o velho timão ou quimão de chita ou fustão, estampado com dragões chineses em amarelo e vermelho.

Móveis, lacas, têxteis, marfins, brinquedos, jogos, enorme quantidade de porcelana (de que o Brasil foi dos primeiríssimos importadores ocidentais, ainda no Séc. XVI) e até pinturas, tudo trazido através de Goa e em certos casos direto de Macau ou de outros portos da China, compunha o refinado emolduramento de



Telhados de Changai? Não: do Rio de Janeiro, antes do Bota-Abaixo



... confuciana serenidade de certos Cristos...

nossa sociedade colonial, cenário que se completava com casas rurais de traçado regular, dotadas de telhados acachapados que se arrebitavam com elegância às quinas, como os pagodes, telhados sustentados aos beirais por cachorros em riquíssimo trabalho de marcenaria, e cobertos de telhas envernizadas, para serem vistas "di sotto in sù", ou zoomórficas, a recordarem os dragões e outros animais, reais ou míticos, que os chineses punham no alto de suas casas como vigias contra os maus espíritos; sem falar nos jardins vagamente chineses, nos quais a natureza parecia ter sido reconstituída por meio de sutis artifícios.

Até as igrejas acusavam por vezes uma inconfundível presença chinesa: nos olhos amendoados de algum São Francisco, na confuciana serenidade de certos Cristos, na atitude e postura impassíveis de certas imagens em marfim da Virgem com o Menino ou de Nossa Senhora do Rosário - Maria sempre tão parecida com a Guanyin budista, também ela Mãe da Misericórdia e Refúgio dos Aflitos... -, na forma e no corte de determinados altares, enfim nos leões funerários do Embu, ou nos cães de Fo que estranhamente montam guarda junto à cruz, nos adros franciscanos de Recife e João Pessoa, Buda a se insinuar, sorrateiro, na própria Casa de Cristo.

II

Admitido porém esse impacto sobre o Brasil de formas chinesas de pensar, viver, conviver, fazer ou sentir, resta de-

monstrar de que maneira chegaram até nós, e em que circunstâncias aqui se desenvolveram. A tal respeito convém antes de mais nada lembrar que os portugueses atingiram o Brasil e a China mais ou menos pela mesma época, com um intervalo de apenas poucos anos, sendo portanto razoável admitir que as experiências de colonização postas em prática cá e lá tenham sido de tempos em tempos cotejadas, com troca de informações e rodízio de funcionários e de mão-de-obra, até porque era muito reduzido o cabedal humano de que Portugal dispunha. Gilberto Freyre menciona a "mobilidade espantosa" do colonizador português, que se deslocava com inacreditável rapidez da metrópole às colônias ou nas colônias entre si, apesar das imensas distâncias e dos limitados meios de locomoção disponíveis:

> Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num taboleiro de gamão: da Ásia para a América do Sul ou daí para a África, conforme conveniência do momento. Uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido (5).

São numerosos os exemplos de funcionários da alta administração colonial lusitana que, antes de virem para o Brasil exerceram cargos na Índia, na China, Molucas, Timor e em outras paragens longínquas da Ásia Portuguesa. Assim é que vários dentre os donatários das Capitanias Hereditárias instituídas no começo da colonização, bem como seus capitães e lugares-tenentes, tinham-se lá destacado pelos bons serviços prestados à Coroa (serviços, aliás, de que as capitanias constituíam a recompensa), podendo ser

mencionados entre eles Martim Afonso de Souza e Brás Cubas (que nos trouxe da China o monjolo), Vasco Fernandes Coutinho e Jorge Manezes seu "locotenente", a quem, segundo narra Frei Vicente do Salvador (6), "logo os gentios fizeram tão crua guerra que lhe queimaram os enganhos e fazendas, e a ele lhe mataram a frechadas, sem lhe valer ter sido tão grande capitão e que na índia, Maluco e outras partes tinha feito muita cavalaria"; Duarte Coelho, Francisco Pereira Coutinho, o célebre João de Barros, Aires da Cunha e muitos mais.

Digno de realce é o caso de Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco e fundador da cidade de Olinda, o qual em 1517 estava em Cantão, dos primeiros portugueses que pisaram solo chinês, mais tarde prestou serviços na Costa da Mina e na escolta das naus que retornavam da índia e foi embaixador em França antes de vir, em 1534, tomar posse de suas terras no Brasil. Mais de trinta anos após suas andanças pela China, o seu nome era ainda ali lembrado, como o comprova esse trecho de uma carta de novembro de 1555 enviada de Macau por Fernão Mendes Pinto:

> Quando ueo o dia de SSão Johão vinte e quatro de yunho nos partimos pª a china onde neste caminho auia q escreuer do q uimos e do q pasamos onde fomos a hua Ilha q se chama pulo champalo onde o pe. dise missa junto de hua penedia onde estaua hua crus cauada na pedra e huas letras q dizião q auia trinta e dous annos serem fejtas, o segdo o dito de algus escreueuas hu duarte coelho q esta no brazil (7).

O rodízio de altos funcionários civis e militares, de um para o outro lado do gigantesco império ultramarino português,

prosseguiu pelos Sécs. XVII e XVIII e adentrou o XIX; seria inútil, além de tedioso, citar os numerosos deslocamentos que tiveram o Brasil como ponto de chegada, escala ou partida, tão freqüentes eram eles; mas recordaremos alguns casos como os do Marquês de Angeja, Pedro Antonio de Noronha, que governou a índia e foi, de 1714 a 1718, Vice-Rei do Brasil; Lourenço de Almeida, que seguiu como soldado para a índia em 1697, ali ficando até 1704, mais tarde se tornando governador de Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1723); João da Maia da Gama, que lutou na índia e no Golfo Pérsico entre 1692 e 1699, ano em que chegou à Bahia, para ser mais tarde governador da Paraíba (1708-1717) e do Maranhão e Grão-Pará (1722-1728); Francisco Antonio Veiga Cabral Câmara Pimentel, Visconde de Mirandela, que também governou a índia entre 1794 e 1807, e depois seria governador de Santa Catarina; e Bernanrdo José Maria da Silva Lorena, Conde de Sarzedas, governador de São Paulo em 1787 e de Minas Gerais em 1797, Vice-Rei da índia de 1808 a 1816, quando regressou ao Brasil, aqui falecendo dois anos mais tarde. Esclareça-se que como Macau estava subordinada a Goa, governar a índia implicava em ao mesmo tempo administrar os territórios portugueses da China.

Acrescentemos que também existiram casos inversos, de funcionários, comandantes militares ou eclesiásticos que, nascidos no Brasil, dele partiram para prestar serviços no Extremo-Oriente ou na índia. Assim é que pertencem à história de Macau Dom Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, nascido na Bahia e que se tornaria bispo de Macau entre 1772 e 1789, acumulando entre 1777 e 1778 tais funções com as de governador; e principalmente o maranhense

Antonio de Albuquerque Coelho, filho de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, e de certa Angela de Bairros, de ascendência branca, negra e ameríndia, nascido em Santa Cruz do Camutá (atual Cametá) em 1682 e falecido no Oriente por volta de 1745 - militar em Goa (1700-1706) e Macau (1708-1716), capitão general e governador de Macau de 1718 a 1719, governador de Solor e Timor entre 1722 e 1725, governador e capitão-general do Reino de Pate junto a Mombaça em 1729 e comandante da praça de Mormugão, em Goa, dez anos mais tarde, protagonista de curiosa história de amor com a riquíssima órfã Maria de Moura (8).

III

Os constantes deslocamentos de administradores e de comandantes militares de um para o outro extremo do mundo colonial português não nos parecem ter constituído contudo fator tão importante, no que concerne ao ingresso e à difusão no Brasil de conceitos, práticas e costumes asiáticos e mais especificamente chineses, quanto os também constantes deslocamentos de marinheiros e soldados entre a colônia sul-americana e a Ásia Portuguesa. Engajados em naus da Carreira da Índia embarcaram, com efeito, em Salvador, com destino à Ásia Oriental, pilotos e marujos que preenchiam os claros nas tripulações dizimadas por doenças, acidentes e ainda por outras causas (9). é Amaral Lapa quem nos explica:

> Raríssimo era o caso de um navio desse roteiro

> que ao proejar para Salvador não apresentasse claros na tripulação e guarnição militar (....) A sinistra ceifa tinha os mais diferentes estímulos a bordo: o escorbuto, a sede, a inanição, as quedas e acidentes no mar, os surtos de agravação das endemias e até os motins, aquelas obrigando inclusive a renovação da botica dos barcos em Salvador (....) Mal equipados e remunerados, esbulhados pelos capitães, contendendo por pútridas rações de água bichosa, os homens do mar tinham a vida encurtada pelo intenso desgaste físico e mental. Vêzes houve em que, na Bahia, tornou-se necessário substituir quase toda a tripulação de naus da índia (....) Como o prosseguimento da viagem era condicionado, entre outras providências, pela necessidade de preenchimento desses claros, os brasileiros e portuguesses radicados na Colônia americana passaram a ser, com freqüência, incorporados e reincorporados às armadas do Oriente. Incalculável número de mandados foram passados no Salvador, ou para lá enviados, a fim de atender a esses recrutamentos (10).

Se bem que fosse nas viagens de retorno que ocorressem as maiores baixas na tripulação, não se pense que desfalques pesados não sucedessem também nas de ida, como o exemplifica o caso de nau "Nossa Senhora da Conceição", que arribou a Salvador, em julho de 1664, com muitos mortos e enfermos a bordo, incapaz de prosseguir viagem. Em tais ocasiões era preciso preencher o desfalque com gente sã, mesmo que sem experiência de longas travessias, e às vezes até sem experiência marítima alguma - coisa que deve aliás ter causado trágicas conseqüências, da resto encaradas com fatalismo, atribuídas que eram à vontade divina. Apelava-se então para voluntários, mas sobretudo para marinheiros de embarcações fundeadas no porto e não pertencentes à Carreira da índia. Esse último expediente consistia em requisitar, a cada barco, no mínimo um tripulante, que passava a integrar a tripulação da nau desfalcada, não sem protestos, é claro - seus e dos seus capitães. Se ainda assim continuasse faltando gente, o jeito era tentar transformar

em desajeitados marujos camponeses e vaqueiros, ou, em casos extremos, enfiar à força a bordo criminosos recolhidos a prisões ou a corja das ruas, coisa que, no entender de um governador de Sergipe em 1674, tinha a dupla vantagem de "acudir a esta necessidade da nau da índia (e) tirar essa Vila de gente vagabunda e perdida".

Mas os desfalques a bordo não atingiam apenas marinheiros: também soldados, pois cada nau devia levar, obrigatoriamente, certo número deles, e todo tipo de mão-de-obra especializada; conclui-se assim que para as naus da Carreira viram-se atraídos ou foram desviados soldados das guarnições e mais cirurgiões, barbeiros, capelães, boticários, tanoeiros, carpinteiros, cozinheiros, calafates etc., tudo com prejuízos para a Colônia, cuja escassa população não se podia permitir o luxo de abrir mão de todos esses oficiais.

Muitas foram as ocasiões em que soldados do Brasil seguiram de Salvador com destino às mais remotas partes do Império Ultramarino Português, a fim de reforçar guarnições regionais. Para a Ásia inclusive: em 1672, por exemplo, quando o governador da Bahia fez embarcar no galeão "São Pedro de Rates", com destino à índia, uma companhia inteira de infantaria; ou em 1725, quando 42 praças baianos partiram na fragata "Santo Antonio de Pádua" para engrossar tropas no Oriente; ou ainda em 1748, ano em que se abriu na Bahia alistamento para 1.500 soldados que deveriam servir por seis anos no Estado da índia, ao término dos quais era-lhes garantida a viagem de volta. Tudo isso serve para justificar a afirmativa de Amaral Lapa, de que "em inúmeros chãos onde pisaram os pés por-

tugueses o Brasil esteve diretamente presente".

Se é muito provável que a maior parte desses marinheiros, soldados, oficiais mecânicos e criminosos que deixaram a Bahia com destino à Asia por lá ficaram - sem recursos para voltar, mortos na travessia marítima ou em combates -, também é possível que outros tantos lograssem retornar, trazendo então experiências, observações e vivências que podem ter posto em circulação em nossa sociedade colonial. E nem eram só eles os que, procedentes da Índia ou da China, podem ter contribuído para a introdução no Brasil de modismos extremo-orientais: também incontáveis clandestinos e desertores, religiosos, enfermos de volta à Europa e que por aqui iam ficando - tal esse irmão jesuíta Charles de Belleville desembarcado em Salvador em 1708, alegadamente para ali morrer, mas que continuava vivo vinte anos depois (11), prisioneiros recambiados para Lisboa e aventureiros de todo tipo, muitos dos quais permaneciam em Salvador, ou então se embrenhavam sertão a dentro para fugir às autoridades. Também aqui cedamos a palavra a Amaral Lapa:

> Pessoas das mais diferentes condições sociais e pelos mais diferentes motivos procuraram utilizar-se das naus da índia, visando atingir o Brasil. Famílias endividadas, foragidos da Inquisição, padres pertencentes à Congregação da índia e cristãos-novos valiam-se ou tentaram valer-se dessas oportunidades de viagem. A febre do ouro, as fantásticas notícias que corriam a respeito do Brasil, tanto na Europa, onde as possibilidades minguavam, quanto no Oriente, onde a decadência não oferecia esperanças, atraíam esses homens (....) Muitos soldados das guarnições portuguesas do Oriente embarcaram para o Brasil, sem licença dos superiores, mas quase sempre sob as vistas condescendentes de oficiais das naus. Acabaram ficando por aqui, ou procuravam, mais tarde, ir para o Reino (12).

ro de Minas Gerais, onde já se encontrava antes de 1720, esse pintor Jacinto Ribeiro, natural de Goa, ativo por muitos anos na região aurífera, na decoração de igrejas e capelas.

IV

Patenteado assim que não poucos brasileiros e portugueses do Brasil estiveram, durante o período colonial, em possessões portuguesas da Ásia - como marinheiros, soldados, oficiais mecânicos ou em outras condições -, ali tomando contacto demorado com praxes, técnicas e hábitos que, os que lograram tornar ao Brasil, podem bem ter introduzido entre nós, cabe agora inversamente indagar: e marinheiros e embarcadiços chineses, indianos e de outras orígens, terão acaso estado no Brasil? é bem possivel, e mais que isso, provável - não só a bordo de naus portuguesas, como também integrando tripulações de navios ingleses, franceses, holandeses e de outras nacionalidades que por aqui passaram, autorizados em alguns casos, mas quase sempre iludindo a vigilância das autoridades portuárias ou subornando-as, violando os códigos e posturas que proibiam qualquer tipo de relacionamento entre estrangeiros e os naturais da terra.

A probabilidade dessa presença asiática no Brasil aumenta, quando se sabe que, de modo geral, os navios das diferentes

Companhias das Índias Orientais que costumavam aportar no Brasil em seu regresso à Europa eram majoritariamente tocados por marinheiros asiáticos - chineses, árabes, indianos, malaios, cingaleses, javaneses etc. - alistados para preencherem as baixas ocorridas na tripulação durante a travessia de ida. Os ingleses davam preferência aos lascars indianos, disciplinados e operosos, embora assustadiços e pouco resistentes ao mar, "morrendo como moscas" segundo antigo cronista; mas também empregavam muitos marinheiros chineses e malaios. Quanto às demais frotas, priorizavam a marinharia chinesa, árabe e malaia, raças afeitas ao mar e que desde remotas eras tinham dado prova de grande competência como navegadores (13). Só para citar um exemplo, diremos que em 1792 o pessoal de bordo da frota holandesa do Cabo da Boa Esperança, num total de 1.417 indivíduos, compunha-se de apenas 579 europeus de várias orígens, e de 504 chineses, 253 árabes e 101 malaios (14).

Não será muito difícil chegar-se à conclusão de que centenas, talvez milhares de chineses e outros asiáticos, embarcados em navios que faziam o trajeto entre a Ásia Oriental, o Brasil e a Europa pisaram, no decurso de séculos, terras das Américas, do Brasil inclusive (15). E se não restaram narrativas ou descrições de tais viagens, foi talvez porque não se imaginou que a experiência de rudes marinheiros iletrados fosse capaz de interessar a alguém. Aliás, nem se pode afirmar com certeza que inexistam tais descrições, ao menos antes de que acuradas pesquisas venham a ser realizadas em arquivos da China e da Índia. Mesmo porque uma dessas narrativas foi há pouco revelada ao Ocidente por André Lévy: publicou-a em 1821 um geógrafo e historiador chinês, Li Zhaolu,

que recolhera o relato de um ex-marinheiro, Xie Qinggao (1765-1821). Xie Qinggao, que aos 32 anos cegou e teve de abandonar a carreira marítima, parece ter percorrido os sete mares a bordo de embarcações portuguesas, entre 1782 e 1796, e descreve os países em que tocou, referindo-se mais longamente a Portugual e também tratando do Brasil (16). Como a de Xie Qinggao, outras narrativas do mesmo gênero devem, estamos certos, existir.

V

Idéias e costumes da China podem ter-nos chegado também através de escravos chineses, de uns poucos dos quais sabe-se a presença no Brasil de princípios do Setecentos (17). Mas não deve ter sido através desses raros infelizes que a influência chinesa nos atingiu, mesmo porque escravos chineses (e também japoneses) eram já relativamente numerosos em Lisboa por volta de 1578, quando Filippo Sassetti visitou a cidade (18), apenas suplantados em quantidade pelos africanos. Parece aliás que aos africanos cabia o trabalho pesado, ao passo que aos chineses estavam reservadas tarefas e funções mais brandas, inclusive a de em certos casos secretariar autoridades civis, militares e religiosas.

Muitos dos escravos chineses exitentes em Lisboa tinham sido seqüestrados ainda em criança em Macau, e vendidos - não raro pelos próprios pais - aos lusitanos. O célebre jesuíta Padre Matteo Ricci estava a par do comércio de escravos chineses na Europa,

já que ele mesmo vira escravos chins em Lisboa, onde também se encontrava em 1578; nunca porém condenou-o formalmente, até porque ele próprio tinha escravos, só que negros africanos. Numa ocasião comentou inclusive que o fato de tais chins reduzidos à escravidão terem sido forçados a receber o batismo cristão bem podia ter sido a maneira que Deus achara de os conduzir - por linhas tortíssimas, já se vê -, à salvação eterna. É verdade que em outra passagem de seus escritos manifestou o padre seu repúdio aos pais que vendiam os filhos por algumas moedas - "menos do que se pagaria por um porco ou um cavalo velho" -, entregando-os a desnaturados que os afeminavam e os ensinavam a tocar música, a cantar e a dançar. "E então, vestidos galantemente e maquilados como mulheres, esses miseráveis homens são iniciados nesse terrível vício" (19); só que aí, ao que tudo indica, o que horrorizava Ricci não era a escravidão e sim o homossexualismo.

A venda de crianças chinesas aos portugueses continuaria durante dois séculos, a despeito de leis, tanto chinesas quanto portuguesas, que tentavam de tempos em tempos impedi-la, e com severas penas. Assim, em 1595 o Vice-Rei de Goa impôs uma pesada multa a qualquer português que comprasse ou vendesse chineses, e por lei de 19 de fevereiro de 1624 comunicava o Rei Felipe IV que "os chins não podiam nem deviam ser escravos", determinando-se no mesmo texto legal que "não haja mais escravidão de chins nem ainda temporal de certos anos; antes, pelo contrário, todos os referidos chins de um e outro sexo sejam livres". Muitos decênios mais tarde, em 1700, continuava porém o hábito de os portugueses comprarem crianças chinesas em Macau para as transformarem, lá mesmo ou em

Portugal, em atai e amui, criadinhos e criadinhas, mas também (como suspeitavam os chineses) para lhes arrancarem e triturarem os olhos, a fim de com o pó prepararem poções e mezinhas que a terrível medicina da época exigia! Em 1717 o Rei Dom João V ordenava ao Vice-Rei da India que nenhum navio português transportasse mui chais (meninas de tenra idade) para fora de Macau, tendo-lhe ponderado em contrapartida D. Vasco Fernandes César de Menezes que, em pelo menos certos casos, se a venda dessas criancinhas não fosse permitida, seus pais simplesmente as matariam. Trinta anos depois, em 1747, o Bispo de Macau, Frei Hilário de Santa Rosa, queixava-se ao rei (que era ainda Dom João V) de que em Macau eram mantidos em cativeiro muitos naturais de Timor, e bem assim

> chinas, suas naturais, comprando-as em pequenas por limitado preço (dizem que para as fazer cristãs), e depois de batizadas e adultas as cativam e reputam suas escravas por 40 anos, sem lei que permita, comprando-as, vendendo-as e dando-lhes (ainda com ferros) como escravos, bárbaros castigos".

Em 1744 o Imperador Qianlong ordenava que nenhum chinês ou europeu de Macau vendesse filhos e filhas, proibição reiterada em 1750 pelo Vice-Rei de Cantão. Como continuassem ainda assim as vendas de crianças, em 1755 de novo Dom Manuel Mendes dos Reis, Bispo de Macau, solicitava ao Rei de Portugal, já então Dom José I, providências que coibissem o abuso. Só em 1759, contudo, tal questão seria solucionada.

Por onde se vê que muitos foram os escravos chineses que tomaram o caminho de Lisboa, onde podem ter contribuido de modo

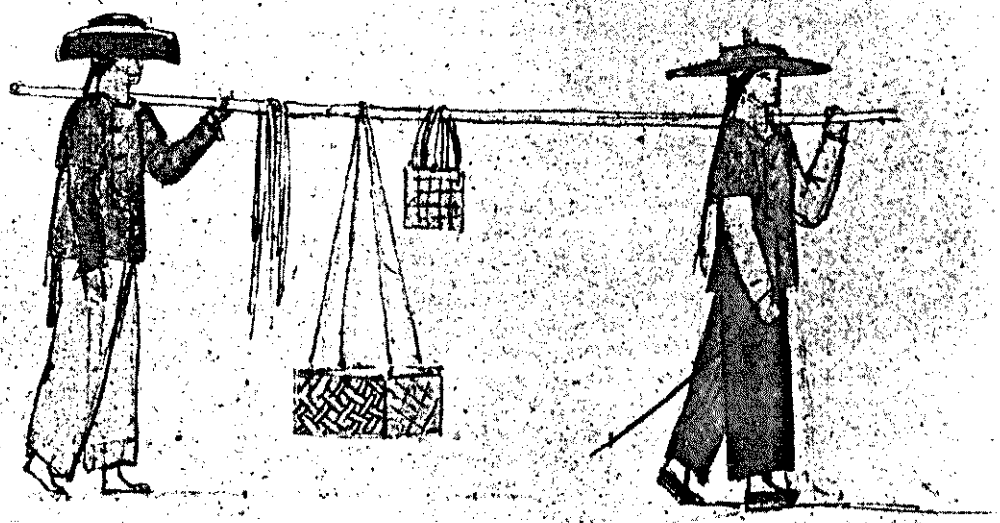
marcante para a disseminação de usos e costumes nacionais. Quanto ao tratamento que os escravos chineses e também negros recebiam de seus senhores portugueses em Macau (e certamente também em Lisboa), o letrado chinês Ch'u Ta-Chün escreveu, ainda no Séc. XVII, que os cães eram mais bem tratados, repetindo um provérbio da época: "é preferível ser cão do que um escravo diabo" (kuai-mou, "escravo do diabo", diabos sendo, logicamente, os portugueses) (20).

VI

Também os dois ou três milheiros de trabalhadores chineses entrados no Brasil no decurso do Séc. XIX - primeiro por iniciativa do Conde de Linhares, trazendo uns 300 deles de Macau em 1814 para darem início à cultura do chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, depois, na tentativa malograda de se substituir o braço negro escravo pelo amarelo "livre" - podem ter de algum modo contribuido para influenciarem, com os seus, usos e costumes locais. Sobretudo no próprio Rio de Janeiro, onde quase todos se fixaram, ocupando a parte da cidade localizada entre o Morro do Castelo e o mar, ao longo da Rua da Misericórdia, onde era o Beco dos Ferreiros (21).

Não se diga que dois ou três mil chineses seria pouco para, ao longo de um século, marcar presença num país de características tão diferentes do seu; porque não se pode deixar de levar na devida consideração que, quando desembarcaram no Rio na segunda

K·ΛKAD·



Nr. 389.
Chinesen von der königl. Thee Pflanzung zu S.t Cruz.

Chineses plantadores de chá da Fazenda de Santa Cruz, próximo ao Rio de Janeiro (desenho a lápis de Thomas Ender, 1817)



Vendedor ambulante de legumes (desenho de Pu Qua, Cantão, 1799)



Vendedor ambulante de legumes no Rio de Janeiro (fotografia, c. 1900)



Vendedor ambulante de carne na China em 1799...



...e no Rio de Janeiro em 1900



Chinês vendedor de pastéis. Ilustração de O Rio de Janeiro do Meu Tempo, de Luiz Edmundo. Assim caricatamente eram vistos em começos do Séc. XX os chineses do Rio de Janeiro.

década do Séc. XIX, aqueles cêrca de 300 individuos representavam parcela nada desprezível da população total da cidade, que então talvez não chegasse a 70 mil habitantes, dos quais os brancos constituíam pequena parte. Sua marca pode talvez ter sido sutil, porém suficientemente forte para repercutir quem sabe em certos hábitos de cozinha e medicinais, no modo como nossos peixeiros passaram a oferecer sua mercadoria, em dois grandes cestos pendentes através de cordas de um travesso sustentado ao ombro (22), no artesanato, a que muitos se dedicariam, de leques, fogos de artifício e outras bugigangas, etc.

Que os chineses de fato marcaram, no Rio de Janeiro pelo menos, sua presença cultural, comprovam-no a curiosidade e o interesse que suscitaram em quase todos os viajantes europeus que, de passagem pela cidade, sobre ela escreveram - Rugendas, Eberle, Mawe, Maria Graham, Maximiliano e tantos mais.

VII

Até aqui temos considerado apenas a possibilidade de influências chinesas a nós chegadas pela atuação direta de indivíduos - não só altos funcionários civis e militares designados para o Brasil após terem servido na Ásia, marinheiros da Carreira da índia ou nela engajados por força das circunstâncias, soldados destacados para reforçar guarnições asiáticas, missionários de regresso à Europa, enfermos recambiados, fugitivos da Justiça ou da

Inquisição, oficiais mecânicos, desertores, aventureiros em busca da fortuna, criminosos, sentenciados, até artistas, todos tendo em comum o haverem pisado terras portuguesas da Ásia Oriental, como também marinheiros e embarcadiços, escravos e pobres culis (23) chineses, aqui desembarcados desde quem sabe os primeiros instantes da colonização; mas cumpre que levemos em conta também influências determinadas ou avivadas pela introdução, no Brasil colonial ou já das décadas iniciais do Oitocentos, de produtos chineses, mesmo porque, como Gilberto Freyre, acreditamos que

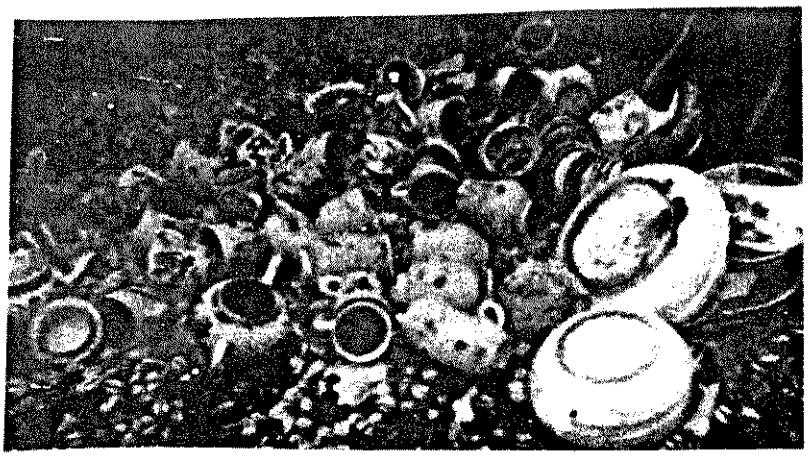
> dificilmente se admita que um ser social e cultural tão cercado de "objetos materiais" do Oriente, como o brasileiro - ou o português do Brasil - da época colonial e dos primeiros anos do Século XIX não sofresse influências orientais nos seus modos de pensar e de sentir. Sofreu-as e foram influências que principalmente reforçaram no sexo, na classe e na raça dominantes, ou senhoris, atitudes patriarcais de superioridade sobre os demais elementos da sociedade (24).

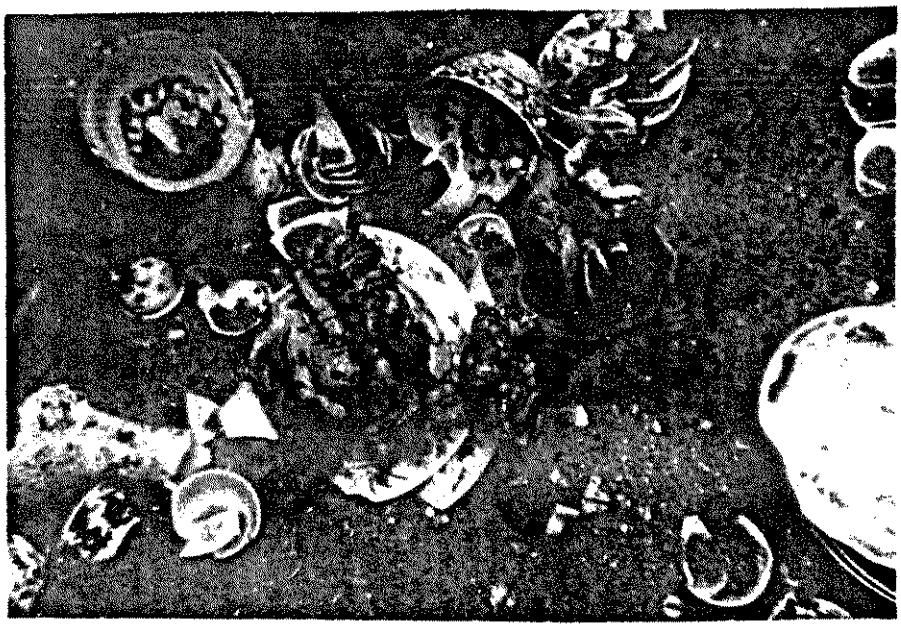
Mercadorias chinesas - fazendas, para utilizar a terminologia usada em tempos coloniais nos mapas ou relações de carga das embarcações - eram já relativamente numerosas no Brasil da segunda metade do Séc. XVI, como informam Fernão Cardim e outros autores da época (25). Durante o Séc. XVII, e em especial no Séc. XVIII, elas irão tornar-se abundantes, e assim continuariam ainda em começos do Séc. XIX, quando cedem vez no gosto do público a produtos ingleses, franceses e de outras origens ocidentais.

Dentre todas as mercadorias que, ao longo de mais de três séculos, o Brasil recebeu da China, a porcelana seria decerto

a mais apreciada - "hé adroga que mais facilmente se vende nesta terra", como se lê num manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, relativo à carga trazida da India pela nau "São José", que aportou a Salvador em maio de 1758 (26). Essa predileção dos brasileiros e luso-brasileiros explica o enorme número de porcelanas que recebemos, e que certos cálculos orçam em 10 milhões de peças (27)! Mas também outros produtos chineses desfrutariam da grande aceitação no Brasil, mesmo porque, como escreve o anônimo autor de uma Description de la Ville de Lisbonne aparecida em 1730 em Paris, "as mercadorias da China vendem-se mais vantajosamente no Brasil que em qualquer outro lugar": entre tais produtos, citem-se chá, arroz, fogos de artifício, têxteis, sedas, objetos de adorno, sapatos, leques, chapéus-de-sol, sombrinhas, caixas, colchas, taboleiros, paraventos, papel, brinquedos, costureiras e ainda outros, que constituem presença constante nos carregamentos das naus.

Para se ter idéia do volume de mercadorias chinesas até nós chegadas através de Salvador entre 1610 e 1799, será suficiente dizer que, de acordo com um levantamento feito por Amaral Lapa e certamente passível de ampliação, as naus da Carreira da India que arribaram àquele porto, procedentes de Goa, foram muito mais numerosas que as que vinham de Lisboa: 45 naus contra 16, no Séc. XVII, e 99 contra 37, no Séc. XVIII (28). Só que as fazendas do Oriente não nos eram fornecidas apenas pelas naus da Carreira, e sim por navios estrangeiros que de tempos em tempos arribavam a Salvador, Recife, Rio de Janeiro e outros portos do Brasil, vindos diretamente da China, neles vendendo (ou trocando por açúcar, ta-





O litoral brasileiro conserva entre os destroços de inúmeros navios soçobrados grande quantidade de porcelanas chinesas - como essas, localizadas em 1975 perto do Forte de Mont-Serrat, em Salvador, parte da carga de uma nau procedente da Índia já em começos do Séc. 19.

baco, ouro e outros produtos da terra) sua preciosa carga extremo-oriental.

Quanto a naus lusitanas procedentes diretamente de Macau, sempre foram extremamente raras no Brasil, de vez que a Coroa por muito tempo proibiu com rigor qualquer relacionamento comercial entre as duas colônias.

VIII

Para concluir, uma advertência: ao proceder ao levantamento das influências, ecos e permanências da China em nosso país, há que se ter cuidado para que nele não se inclua também aquilo que, a despeito das aparências, pode não ser senão mera casualidade, coincidência epidérmica motivada por semelhanças existentes na forma e no sistema de administração e governo, na maneira de se estruturar a família e a sociedade e na organização da economia e do trabalho, todos essencialmente patriarcais, que predominaram na China, ao longo de muitos séculos e até milênios, e no Brasil, desde a Descoberta até pelo menos fim do Oitocentos, já que não devemos esquecer-nos de que ainda tínhamos escravos em 1888, e seríamos um Império até o ano seguinte. O fato é que se alguns de nossos usos e costumes, modos de viver e de conviver acusam fortes afinidades com os de lá, pode muito bem ser porque na China, como no Brasil, prevaleceram estruturas econômicas e condições políticas e sociais parecidas (29); de igual maneira, certos objetos

produzidas pela mesma civil. Yo podem revelar, com chineses, parentesco formal inexplicável a um primeiro exame, por corresponderem a necessidades de duas sociedades afastadas entre si por poderosos fatores de natureza geográfica, histórica e cultural, sem dúvida, porém inesperadamente próximas por obedecerem a um mesmo sistema patriarcal.

Exemplo de que às vésperas, quase, de nossa Independência, ainda compartilhávamos com os chins a mesma mentalidade, fornece-o um dos espíritos mais cultos e esclarecidos do seu tempo, José da Silva Lisboa, num texto que, muito embora escrito quinze anos depois da Revolução Francesa, poderia ter sido assinado sem titubeios por qualquer alto dignitário chim dos tempos da Dinastia Ming, ou mesmo de antes:

> O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade. (...) Quanto mais o governo civil se aproxima a este caráter paternal e forceja por realizar essa ficção generosa e filantrópica, tanto ele é mais justo e poderoso, sendo então a obediência a mais voluntária e cordial, e a satisfação dos povos a mais sincera e definida (30).

Não é preciso ser-se versado em coisas da China para detectar, nesse "caráter paternal", nesse soberano que deve ser "chefe ou cabeça de uma vasta família" e cuja missão será "amparar" os cidadãos, considerados "filhos e cooperadores da felicidade geral" (filhos que lhe devem, em troca, obediência "voluntária e cordial"), inequívocos matizes confucianos, praticamente as mes-

mas idéias que circulavam na China havia dois e meio milênios!

Setenta e cinco anos mais tarde era a vez de Joaquim Nabuco, discursando na Câmara dos Deputados, outra vez comparar os dois países, governados por imperadores que eram, ao mesmo tempo, patriarcas:

> ...ambos esses países são dois dos maiores impérios do mundo; ambos têm à sua frente um governo patriarcal; em ambos o imperador é, como se diz na linguagem oficial da China, o pai e a mãe do povo; ambos têm os seus mandarins, a sua organização especial (31).

Cerca de cinqüenta anos se passariam desde o discurso de Nabuco, e eis que de novo nos deparamos, já em pleno Séc. XX, com mais um paralelo entre o Brasil e a China: esboça-o Vivaldo Coaracy, no capítulo "O Modelo Chinês" de seu livro O Caso de São Paulo (32), ao dialogar com certo personagem real ou imaginário Li Tse-Wang, "filósofo que, por motivos só dele sabidos, aportou um dia às plagas da Guanabara e por aqui ficou...chefe tacitamente eleito duma pequena colônia que fabrica quinquilharias para as lojas da rua do Ouvidor e adjacências, que as vendem como importação direta do oriente extremo". Pois essa personagem (ou Vivaldo Coaracy por trás dele) tece, a respeito da Revolução de 1930, curiosas considerações, das quais extraímos algumas passagens:

> Se a curiosidade insaciável do meu amigo distrae-se às vezes lendo as noticias que aqui chegam do Oriente, há de talvez ter visto que a minha terra anda agora a divertir-se com uma daquelas agitações periódicas que no correr dos séculos, de vez em quando, nós nos permitimos, para quebrar a mono-

tonia da existência. Temos um exército em cada província, generais ao Norte, generais do Sul, generais do Este. Todos mandam, ninguém obedece e reina a confusão entre as províncias dissociadas do Celeste Império. Há quem suspire pela volta ao regime primitivo; há quem proclame a excelência do Comunismo (...) Vocês também iniciaram aqui o regime da confusão, estão criando exércitos em cada província, com o nome de legiões. Cada governador faz o que entende. Vocês também têm um general do Norte e vários generais do Sul. E o Norte está independente do Sul. Também aqui todos querem mandar e ninguém pretende obedecer. Também aqui, como na velha China, dissociam-se as províncias e reina a anarquia, tanto nos espíritos como na administração. Há quem suspire pela volta ao regime primitivo; há quem proclame as excelências do Comunismo...(....) Vocês se esquecem de que nós podemos, de longe em longe, nos entregar à fantasia dessas orgias, porque o nosso organismo dispõe da robustez adulta de uma civilização de alguns milhares de anos. Toda essa agitação confusa na China, se desenvolve à superfície, sobre a base sólida da integridade da raça, sobre os alicerces cimentados pelos séculos de uma tradição inquebrantável. Vocês como podem querer arremedar-nos, quando lhes faltam esses requisitos de resistência?...

Notas

(1) - é sabido o papel de destaque desempenhado pelo elemento semita, tanto árabe quanto judeu, na plasmação do povo português; menos conhecido mas também importante é o do elemento africano, já numeroso em Portugal antes do descobrimento do Brasil. Na verdade, o processo de miscigenação entre lusos e africanos não teve início no Brasil, e sim na própria Metrópole, onde já existiam mulatos em fins do Séc. XV. O humanista Clenardo sustentava em 1536 que "em Lisboa os escravos e escravas são mais que os portugueses", exagêro que serve para enfatizar a quantidade de escravos negros que em seu tempo viviam na capital portuguesa. Em 1541 dizia Damião de Goes haver no país entre 10 e 12 mil negros; cerca de dez anos mais tarde eles constituiam a quinta parte da população de Lisboa. Um estrangeiro que visitou Portugal em começos do Séc. XVIII atribuiu a cor trigueira dos portugueses ao clima e também à "mistura com os negros, muito ordinária no povo baixo". Cf. Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 19ª. ed., 1987, págs. 22-24.

(2) - Já na História da Província de Santa Cruz, publicada em 1576, dizia Pero de Magalhães Gandavo acerca dos portugueses que moravam no Brasil: "E a primeira cousa que pretendem adquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si huma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia duzia delles (ainda que outra cousa nem tenha de seu) logo tem remedio para poder honradamente sustentar sua família: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivão e grangeão suas roças e desta maneira nam fazem os homens despeza em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daquelles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha muitos moradores na terra que nam tem menos desta contia, e dahi para cima". Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, págs. 93-94.

(3) - "Mandarim" é vocábulo de orígem sânscrita, derivado de mantrin, que quer dizer conselheiro, é o que ensina Gaspar Correa em Lendas da Índia, Lisboa, 1858, Vol. II, pág. 808: "Manderyn quer dizer cavalleiro e é nome estranho á lingua portuguesa". Não têm razão por conseguinte os que lhe advocam orígem portuguesa, derivada do verbo "mandar". Cf. Joaquim Heliodoro Callado Crespo: Coisas da China (Costumes e Crenças), Lisboa, 1898, pág. 81.

(4) - Fernão Mendes Pinto já se refere a costume parecido, por volta de 1554, na Enformação de Alguas Cousas Acerca dos Custumes e Leys do Reino da China (Peregrinação, Imprensa Nacio-

nal, Lisboa, 1983, págs. 741-742): "Todos os años ho dia q elRey naçao per todos seus Reynos, e prouincias, fazem grandissimas festas, e chamãolhe o nome, q acima disse e põem nesta, e em cada cidade nos paços delRey hua cadeira pintada toda de vermelho, e a casa toda armada de peças muyto ricas vermelhas, e polo chão tãbem: cousa muyto pa uer: esta casa tem tres portas, e he custume dos capitaes das cidades entrarem pola do meo em andores muyto ricos, em q elles andão por mais nobresa q em cavallos, leuãdo toda uia hu , ou dous a destro por estado: Mas neste dia assinalado não entrão senão por qualquer das outras duas portas, e não pola do méo, e entrão antão a pee os capitaees, como qualquer outro homem, sem leuar nhua guarda cõsiguo, e sem sõbreyro diante de si: aas qeaees cadeyras hos capitaees fazem azumbahia de joelhos sete, ou oyto vezes, como se ElRey estiewa assentado nella, e acabando se vão pa suas casas".

(5) - Gilberto Freyre: Casa Grande & Senzala. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 9ª ed., 1959, pág. 10.

(6)- Frei Vicente do Salvador: História do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 7ª ed., 1982, pág. 108.

(7)- Fernão Mendes Pinto, op. cit., Carta II, págs. 735-736.

(8) - Acerca de Antonio de Albuquerque Coelho consulte-se Charles R. Boxer: Fidalgos in the Far East 1550-1770. Martinus Nijhoff, Haia, 1948.

(9) - Citemos entre as doenças mais comuns a bordo: em primeiro lugar, o escorbuto; depois, e em aproximada ordem decrescente, a pneumonia, a febre tifoide e o tifo (ou "febre dos navios"), a varíola, a febre amarela ("Febre do Sião"), a disenteria, a sífilis e o tétano. Quedas dos mastros eram comuns, e não raros os incêndios. Para prevenir brigas e rixas entre os marinheiros, adotava-se uma disciplina brutal. Ambrósio Richshoffer (Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, Ibrasa/Mec, São Paulo, 2ª ed., 1978, pág. 118) descreve tais castigos na frota da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas em 1628-1632, castigos que pouco diferiam dos aplicados em embarcações de outras frotas: "Quando um soldado ou marinheiro saca para outro da espada ou da faca, prega-se-lhe esta através da mão no mastro grande. Se ele quiser soltar-se tem que lascar a própria mão". Também não infreqüentes a bordo eram as infestações por piolhos e outros parasitas, às quais se refere o mesmo Richshoffer: "A 27 faleceu nosso tambor, chamado Gerhard Joris, o qual pouco antes de morrer estava coberto de piolhos, que quase o devoravam. Apesar de o meterem, inteiramente nu, dentro de uma tina de água do mar, esfregarem-lhe fora a bicharia com uma vassoura e vestirem-lhe uma camisa limpa, logo encheu-se outra vez deles, e não só inchou extraordinariamente com ficou cego" (pág. 50).

(10) - José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da India. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1968, págs. 188-189.

(11) - Charles de Belleville chegara enfermo da China, onde passara dez anos, e tem importância na História da Arte Brasileira por ter sido arquiteto e pintor de atividade obscura na Bahia. Quando em China adotara o nome de Wei Chia-Lu. Estudamos em capítulo especial, ao tratarmos na Parte (V) do presente trabalho das Artes Visuais, o caso de Belleville.

(12) - Amaral Lapa, op. cit., pág. 225.

(13) - Entre 1405 e 1431, sob o Imperador Yongle, navios chineses atingiram pontos remotos dos Mares do Sul, de Amam, do Ceilão, do Oriente Médio e da Africa. Nesse último continente ainda sobrevivia a lembrança dos desembarques chineses quando décadas mais tarde chegaram os primeiros portugueses. Em 1405, 73 navios chineses, com 28 mil homens, conquistaram o Ceilão, cujo rei aprisionaram; em 1409 seria a vez de Sumatra. Entre 1405 e 1431 foram ao todo sete expedições, inclusive a fracassada contra o Japão. Depois viriam os árabes, que sucederiam aos chineses no domínio do Oceano Índico; e enfim, os portugueses, e após eles, os holandeses, já a partir do Séc. XVII.

(14)- R. Picard, J. P. Kerneis e Y. Bruneau: Les Compagnies des Indes - Route de la Porcelaine. Arthaud, Paris, 1966, pág. 187.

(15)- André Levy: Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Oriente por Viajantes Chineses na Belle époque. Companhia das Letras, São Paulo, 1998, pág. 40.

(16)- Como Xié Qinggao cegara em 1796, não se compreende que possa referir-se a eventos posteriores, como a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, a não ser que sua narrativa tenha sido ampliada por informações recebidas de outros viajantes. Cf. Levy, op. cit., pág. 42.

(17) - Charles R. Boxer: A Idade de Ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, pág. 161.

(18) - Filippo Sassetti viveu cinco anos em Portugal, entre 1578 e 1583, e em suas cartas refere-se a detalhes da vida lusitana da época. Essas Lettere foram publicadas em Florença em 1855. A passagem que nos interessa mais de perto surge às págs. 125-127.

(19) - Jonathan D. Spence: O Palácio da Memória de Mattao Ricci. Companhia das Letras, São Paulo, 1986, pág. 224 e segs.

(20) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Instituto Nacional de Macau, Macau, 1984, págs. 13, 174, 407, 443, 480-482 e 491-492.

(21) - Vivaldo Coaracy: Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 3ª ed., 1988, pág. 342: "Em época bem mais recente, foi o Beco dos Ferreiros o bairro chinês

da cidade. Nos vetustos sobrados que o margeiam comprimia-se densa colmeia de chins".

(22) - Vivaldo Coaracy, op. cit., pág. 61: "Sobre a Praça das Marinhas davam as bancas de peixe em que abundavam pescados e mariscos. Aí vinham se abastecer os peixeiros ambulantes, que haviam aprendido com os chins, que tinham aqui exercido o ofício, a transportar os cestos redondos de mercadoria pendurados das duas pontas de uma verga carregada ao ombro".

(23) - "Culi" parece-nos grafia melhor do que "cule",, mais difundida: a palavra pode ser de origem chinesa (de "ku", dor, sofrimento, e "li", força), significando então a força, o trabalho do sofrimento. Outros dão-lhe porém origem indiana.

(24) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7ª ed., Vol. 2, pág. 476. Nem todos parecem concordar porém com Gilberto Freyre, inclusive Afonso Arinos de Melo Franco, que em Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil (SPHAN, Rio de Janeiro, 1944, pág. 14) sôbre as quatro forças que colaboraram para a conformação da nação portuguesa - a mourisca, a negra, a amarela e a judia -, assim escreveu: "O elemento mouro e o chinês ficaram pela rama, visíveis em aspectos complementares de nossa vida, nalgum telhado em forma de pagode, nalguma janela ciumenta de sarrafos trançados, no monjolo, na serpentina (veículo) e em pouco mais".

(25) - O Padre Fernão Cardim, na Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica, informa ter sido acolhido, na noite de 3 de janeiro de 1584, "em casa de um sacerdote devoto da Companhia, que depois entrou nela", onde foi servido "com todo bom serviço de porcelanas da índia". Fernão Cardim: Tratados da Terra e Gente do Brasil, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 150. O mesmo autor fala, à pág. 157, de "ricas camas e leitos de seda", à pág. 161 em "leitos de damasco carmesim, franjados de ouro, e ricas colchas da índia", e à pág. 164 explica que os homens da terra "vestem-se, e as mulheres e filhos de toda sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. (...) São muito dados a festas. Casando-se uma moça honrada com um viannez, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas que iam vestidos".

(26) - Cf. Amaral Lapa, op. cit., pág. 275.

(27) - R. Picard et alii, op. cit., pág. 33; mas Nuno de Castro, em A Porcelana Chinesa e os Brasões do Império (Civilização, Barcelos, 1987, XXIII), julga tal cifra muito modesta, e sustenta por seu turno que "no total de viagens efetuadas desde o final do Séc. XV até meados do Séc. XIX, os portugueses terão transportado de 15 a 18 milhões de peças de porcelana chinesa, incluindo brasonadas".

(28) - Amaral Lapa, op. cit., Quadros nºs 2 e 3, págs

331-343.

(29) - Um exemplo disso encontramos no respeito aos pais e, de modo geral, aos mais velhos, quase tão forte no Brasil colonial e imperial quanto na velha China, mas que nada tem a ver com a noção chinesa de Piedade Filial, hiao-c'hun, que é coisa muito mais complexa. Para um descrição brasileira da Piedade Filial, consulte-se Henrique C. R. Lisboa: A China e os Chins, Montevideo, 1888, págs. 223-224. Esse autor explica: "Tanto ofende à "piedade filial" quem desconsidera o pai como o que deita ao chão um pedaço de papel em que se acham gravados os caracteres da lingua escrita, ensinados pelo pai da nação chinesa, o Imperador Fo-Hi. Nem é menos irreverente filho o ladrão vulgar, do que aquele que deixa de concorrer às festividades em honra dos antepassados".

(30) - José da Silva Lisboa: Princípios de Economia Política para servirem de Introducção à Tentativa Economica do Autor dos Princípios de Direiro Mercantil, Lisboa, 1804, págs. 39 e 42. cf. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pág. 53.

(31) - Cf. Gilberto Freyre, Sobrados e Mucambos, 2º Tomo, pág. 478, nota 15 da ed. citada.

(32) - Vivaldo Coaracy: O Caso de São Paulo, Liga de Defesa Paulista, São Paulo, 1931, págs. 79-85.

II - Usos e Costumes

Mulheres, Casamento e Submissão

Em carta que escreveu do Rio de Janeiro à mãe em 26 de fevereiro de 1849, o futuro grande pintor Edouard Manet, que acabara de completar 17 anos e era aprendiz de guarda-marinha a bordo do navio mercante francês "Havre et Guadeloupe", em viagem de instrução ao Brasil, tece curiosas considerações sobre as mulheres brasileiras, que aparentemente sobressaltaram seu coração de adolescente:

> Quanto às brasileiras, são geralmente lindas: têm olhos e cabelos magnificamente negros. Estão todas penteadas à moda chinesa e andam nas ruas sem chapéu. A roupa é igual à das colônias espanholas, vestuário muito leve a que não estamos habituados em nosso país. As mulheres não saem nunca sozinhas, estão sempre acompanhadas de sua negra ou de seus filhos, pois neste país casam-se aos 14 anos, e mesmo antes (1).

O texto é valioso pelo que contém de alusões a hábitos e costumes de origem asiática conservados pelas mulheres do Rio de Janeiro em meados do Séc. XIX. Essa permanência, no Brasil, de costumes de origem chinesa, indiana e, de modo amplo, asiática, deu-se compreensivelmente com mais força no interior do que no litoral, no campo mais que na cidade, e entre as mulheres bem mais que entre os homens; contudo - e é o que confirmam as palavras de Manet, usos e costumes orientais persistiam na Côrte, pelo menos entre a população feminina, ao fim da quinta década do Oitocentos, tão fortemente se tinham arraigado no país.

Tal persistência tinha sua explicação lógica no modêlo de sociedade patriarcal vigente entre nós, com evidentes pontos em comum com a que prevalecia na China e em outros países asiáticos. A ocidentalização do Brasil só se esboçaria, timidamente, a partir dos anos iniciais do Séc. XIX, para se acelerar após 1840; e teve de contar primeiro com a adesão masculina, dando-se mais tarde a das mulheres. Assim, enquanto os homens brasileiros substituíam palitos por charutos, chapéus-de-sol por guarda-chuvas, timões multicolores por austeros fraques negros, ou palanquins carregados por escravos pelos ônibus ingleses de tração animal, as mulheres continuavam asiàticamente vestidas, penteadas, precocemente casadas e cheias de filhos, isoladas e vivendo num mundo à parte - como se, para elas, o tempo não tivesse passado. Gilberto Freyre observou como a ocidentalização do macho e do machão brasileiros não foi seguida por idêntico processo e num mesmo ritmo por parte das mulhres, defasagem responsável pela estranha dicotomia observável até nas fisionomias de casais, como se marido e mulher pertencessem a universos diferentes e personificassem (e aliás personificavam mesmo) estilos divergentes de vida:

> é curioso observar, nos velhos retratos do tempo de Imperio, nas fotografias antigas de família que amarelecem no fundo das gavetas ou dentro de álbuns de capa às vezes de madrepérola, a muito maior europeização não só de trajo como de fisionomia, vamos dizer social, dos homens. As senhoras parecem às vezes, ao lado dos maridos, as sinhazinhas, ao lado dos pais, ou dos irmãos, mulheres malaias ou chinesas, ao lado de missionários ingleses de bigodes, ou de médicos norte-americanos de barbas. Duas raças - ou aparência de raça - criadas pela profunda diferenciação social entre os sexos. O homem mais europeu pelo trajo, pelo porte, pela urbaniza-

> ção da fisionomia ou do tipo; a mulher - mesmo quando branca pura ou quase pura - mais oriental, mais asiática, mais rural, quando não pelo trajo menos europeu que o do homem, pela fsionomia tristonha ou recalcada ou de segregada, que lhe aproximava do tipo das grandes recalcadas e segregadas do Oriente (2).

As mulheres que assim nos surgem, melancólicas, do fundo de velhos baús em esmaecidas fotografias, "com um ar chinês ou malaio acentuado pela forma do cabelo" (Freyre), serão quem sabe as mesmas que Manet encontrou em sua breve permanência no Rio de Janeiro, com as cabeleiras acondicionadas à moda chinesa - os cabelos dispostos em tranças, nas solteiras, ou atados em coque ou rolo no alto da nuca e por vezes ataviados com fitas e flores, nas casadas; cabelos que Andrew Grant descreve como inusualmente longos, e fixados com a ajuda de um grude à base de tapioca (3).

Casamentos precoces, de meninas de 14, 13 e 12 anos ou menos não foram incomuns no Brasil colonial (a êles já se referia Adriaen Van Bullestraete em tempos do Domínio Holandês do Nordeste), imperial e já quase republicano; mesmo não sendo, a rigor, hábito chinês, porém antes indiano, existiram em todo o mundo português, inclusive em Macau, onde ficou famoso o celebrado a 30 de setembro de 1731 entre Nicolau Feumes, ou Fiumes, e Antónia Correa - êle com 75 anos, entrevado numa cama havia cinco, ela com apenas 15. O noivo, em quem, no dizer de um cronista, "a muita riqueza supriu não só a falta da saúde, mas também disfarços e muita velhice", só morreria sete anos mais tarde (4).

Tal como na China, os casamentos brasileiros antigos

eram arranjados com antecedência entre as famílias dos noivos, sem que neles interferisse quase nunca o amor ou a paixão; muitas vezes o par só viria a se conhecer no próprio dia das bodas. Em se tratando de noivos com idades equilibradas, as núpcias eram acertadas entre os pais, que nunca deixavam de levar em consideração fatores de ordem financeira; do mesmo modo não foram incomuns casamentos entre primos e entre tios e sobrinhas, dentro da família, que assim se trancava numa espécie de clã. No que respeita ao casamento das mulheres que tivessem enviuvado, era desencorajado, tido como um desrespeito à memória do finado: o certo e esperado era que as viúvas permanecessem guardando a lembrança do morto, e melhor ainda se passassem a se vestir de preto pelo resto da vida, tosando rente as cabaleiras negras, à moda masculina, para deixarem claro que assim renunciavam de uma vez por todas às vaidades próprias do seu sexo; isso, ainda quando fossem viúvas quase-meninas de maridos a quem nem amavam, com o triplo ou mais, não raro, de sua idade. Tristíssimas mulheres brasileiras, às quais parecem dirigir-se também as considerações do letrado chinês Yuan Zuzhi, comparando em 1884 o comportamento de suas compatriotas ao das mulheres ocidentais:

> Na China, o papel da mulher é de servir e cuidar; no Ocidente, são elas que dirigem e comandam; o marido obedece. Na China, o lugar dos homens é fora, o das mulheres dentro (5) - quando se diz dentro, é no interior dos aposentos; fora, é quando não se volta para casa. É por isso que a mulher que se mantém da porta para dentro e não abandona nunca o seu recanto é estimada pela boa virtude. No Extremo Ocidente as mulheres só pensam em suas saídas; as ruas ficam lotadas de suas saias e jóias. Elas se misturam com os passantes e os viajantes. O marido não tem o direito de lhe proibir a saída. Caso contrário ele se arrisca a ser processado e preso (6).

Essa submissão absoluta das brasileiras aos homens - as filhas, aos pais e irmãos, as esposas aos maridos -, bem como o isolamento ou cativeiro em que eram mantidas, não escaparam aos estrangeiros de passagem pelo Brasil. Já no Séc. XVIII existira, no Rio de Janeiro, o Recolhimento do Parto, fundado em 1756 pelo Bispo Dom Antônio do Desterro para abrigar "pecadoras convertidas", "mulheres de vida desonesta que estivessem arrependidas" e também mulheres casadas, "ou para as livrar da morbe, ou para seus maridos as livrarem de que continuem a ofendê-los". No Recolhimento do Parto foram trancafiadas mulheres honestas de maridos ciumentos, que alí as deixavam por precaução antes de uma viagem ou só como advertência ou birra, bem como filhas que, tendo-se atrevido a desobedecer aos pais, recusando a aceitar por marido a algum velho rico que tentavam impingir-lhes, assim pagavam o preço de sua osadia (7). Na noite de 23 de agosto de 1789 o Recolhimento ardeu, ao que se diz incendiado por uma das "hóspedes" mais resolutas.

Mas nem era necessário que as mulheres fossem confinadas em conventos ou asilos: como prisão mais do que adequada suas próprias casas bastavam, prisão a que sequer faltavam grades às janelas, para que através delas ninguém pudesse sair... ou entrar. Encarceradas, não saíam de casa senão em ocasiões excepcionais, e acompanhadas, e ocultas sob pesadas capas que lhes deixava "apenas visível o nariz", como observou em 1833 na Bahia Dugrivel (8): mulher trocando pernas sózinha na rua ou era vagabunda ou estrangei-

ra, e estrangeira com fair play suficiente para enfrentar toda sorte de "olhares indecentes e ditos desavergonhados", como escreveu Stewart em 1856 (9).

Um exemplo do absurdo a que chegara no Brasil do Séc. XVIII a segregação das mulheres é o fato de que, quando em 1757 o Governador Gomes Freire de Andrade desejou homenagear com um baile a oficialidade do "L'Inde", que aportara ao Rio de Janeiro a caminho da Índia, conduzindo o Conde D' Aché e o General Laly, por muito que insistisse não logrou a autorização de um único pai-de-família para que suas esposas e filhas comparecessem à festa. A solução - diga-se de passagem que desastrosa, já que o estratagema foi descoberto, para escândalo e indignação dos homens - foi apelar para alguns rapazes da guarnição, travestidos muito a contragosto em estranhas donzelas...

No Séc. XIX as coisas não se modificariam muito. Referindo-se à situação da mulher brasileira em livro aparecido em 1887, um antigo cônsul norte-americano, C. C. Andrews, afirmava que nem mesmo era-lhe permitido acompanhar enterros, ainda que de parentes chegados - da mesma maneira como, nas primeiras décadas do século, Maria Graham observara que moças solteiras não podiam assistir a casamentos (10). Na opinião de Suzannet, desfrutavam as brasileiras de liberdade até menor de que a das próprias orientais (11), enquanto o já citado Stewart dizia que as mulheres brasileiras das classes elevadas deviam ser consideradas "como uma espécie de prisioneiras domésticas", notando ao mesmo tempo que as casas, no Brasil, tinham "muros altos, janelas pequenas e portas ainda

mais estreitas", e acrescentando que "lá dentro imperavam maridos ciumentos e brutais".

As prisões que eram as casas brasileiras raramente tinham acesso os estranhos, e ainda mais se estrangeiros. Tollenare, em Pernambuco e na Bahia entre 1816 e 1818, diz não poder descrever como viviam os brasileiros em seus lares, porque não lograra jamais conhecer nenhum por dentro (12); mais tarde um colega negociante convida-o para o seu sítio, onde, ao chegar, imediatamente "as senhoras desapareceram", ficando ele a sós na varanda com o anfitrião. Saint-Hilaire queixa-se de não ter visto mulheres, nas casas que visitou em São Paulo e Vila Rica (13); mais feliz, Kidder revela ter sido recebido com hospitalidade por uma família em Pernambuco, tendo inclusive conversado com as mulheres da casa, mas sem conseguir, apesar da isistência, que participassem a seu lado do almoço: "almoçaram depois, em outro cômodo" (14).

Em circunstâncias como as que acabamos de descrever, não nos parece estranhável que o relacionamento entre marido e mulher, ou entre pai e filha, fosse distante, gélido e cerimonioso. Subalterna e resignada - o "eco ou sombra do esposo", como se a considerava na China -, mantida em casa como num cárcere, entocando-se como um bicho assustado em suas camarinhas ao primeiro sinal da chegada de um estranho, a mulher brasileira, nisso igual à chinesa, era serva do homem, e se saía à rua - para a missa, ou o beija-mão - não era nunca a seu lado, mas atrás dele, em humilhante fila indiana que Debret documentou numa estampa da Voyage Pittoresque (15). E enquanto aos machos eram permitidas todas as liber-

dadas e concedidas todas as regalias, vivendo eles fora de casa, entregues menos a seus afazeres, que nem os tinham tantos, do que a conversas fiadas com amigos, aos intermináveis jogos de gamão, bebendo ou prevaricando em tabernas e bordéis, as mulheres permaneciam trancafiadas a sete chaves nos lares, berrando com as escravas e a filharada, emprenhando todos os anos, engordando, perdendo os dentes, envelhecendo.

Marido fora, mulher dentro: tal qual na China.

Notas

(1) - Antonio Bento: Manet no Brasil. Serviço de Documentação do MES, Rio de Janeiro 1949, pág. 85.

(2) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985. Vol.I, págs. 333 - 334; ver também Vol. II, págs. 600 - 601.

(3) - Andrew Grant: History of Brasil. Henry Coburn, London, 1809, pág. 234: "The hair, which is suffered to grow to a great lenght, is fastened in a knot on the crown of the head, and loaded with powder of tapioca".

(4) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII.Imprensa Oficial de Macau, Macau, 1984, pág. 323.

(5) - A situação subalterna e submissa da mulher chinesa transpira do próprio idioma; assim, um dos vocábulos que em Chinês designam "esposa" é neiren, que quer dizer literalmente "pessoa dentro", ao passo que "marido" é uairen, "pessoa fora". Existem também as formas tizi e tanfu, respectivamente para a mulher e o homem: o ideograma para esposa é uma mulher que tem à mão uma vassoura, ti; o para marido, um homem com um bastão ou bengala, tan. O ideograma nü, mulher, é figurado por uma pessoa de joelhos; já ren, homem, é um ser humano erguido sobre os dois pés. Mesmo o ideograma para casamento, ch'u, é significativo da posição inferiorizada da mulher: formam-no três outros ideogramas: a orelha, er, a mão sho e mulher, nü, parecendo assumir o conceito prehistórico de "mulher trazida pela orelha".

(6) - André Levy: Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente por Viajantes Chineses da Belle Epoque.Companhia das Letras, São Paulo, 1988, pág. 129.

(7) - Vivaldo Coaracy: Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte 1988, págs. 170-174.

(8) - A. Dugrivel: Des Bords de la Saone à la baie de Salvador. Lacour, Paris, 1843. Antoine Dugrivel esteve na Bahia em 1832 e 1833 como agente consular francês, tendo sido demitido de tal função porque abrigou no consulado Sabino Vieira, líder da Sabinada. Cf. Moema Parente Augel: Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista. Cultrix/Mec, São Paulo, 1980, pág. 67 nota 179.

(9) - C. S. Stewart: Brazil and La Plata: The Personal Record of a Cruise. Putnam & Co., New York, 1856, pág. 148.

(10) - Maria Graham: Diário de uma Viagem ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990.

(11) - M. L. de Suzannet: O Brasil em 1845. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1957. Há razões para acreditar ser "Suzannet" pseudônimo de Charles Expilly (1814-1886), autor de Le Brésil tel qu'il est (1862) e de Les Femmes et les moeurs du Brésil (1864), entre outras obras e artigos sobre o Brasil e os brasileiros, em todas as quais se revela observador ferino e crítico injusto, porque ressentido, do país e seus habitantes.

(12) - L. F. de Tollenare: Notas Dominicais, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818, Progresso Editora, Salvador, 1956.

(13) - Auguste de Saint-Hilaire: Voyage dans l' Intérieur du Brésil. Paris, 1830, Vol. I, pág. 210.

(14) - Daniel Parish Kidder: Sketches of Residence and Travels in Brazil. Wiley & Putman, London, 1845, Vol. 2. É verdade que Kidder era um pastor metodista - o que o deve ter tornado menos perigoso aos olhos desconfiados dos ciumentos maridos pernambucanos; de resto, as suas não eram visitas sociais e sim apostólicas, incumbido como fora pela American Bible Society de New York de distribuir bíblias a todo o Brasil aos que desejassem recebê-las - para desespero de nosso Padre Perereca, Luiz Gonçalves dos Santos, que lhe endereçou um livrinho desaforado, Desagravo do Clero e do Povo Catholico Fluminense, chamando-o de impostor, mentiroso e caluniador...

(15) - É a estampa 15 da Parte 2a. da Voyage; a aquarela original, na qual se baseou o autor da litografia, acha-se na Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya em Santa Teresa, Rio de Janeiro. Mede 19 x 24,5 cm. e não está datada nem assinada.

Unhas Compridas

Numa das pinturas que executou para decorar o Castelo de Schwedt a. d. Oder, que se erguia na Alemanha e foi destruído durante a Segunda Guerra Mundial, o pintor holandês Albert Eckhout, que esteve no Brasil com Maurício de Nassau, representou, contra um fundo de paisagem com pagodes, um grupo de chineses de ambos os sexos, entregues a várias atividades. No centro da composição, da qual não restou senão ruim fotografia, vê-se uma chinesa sustentando à mão direita um leque, enquanto ergue a esquerda e põe à mostra suas longuíssimas, sinuosas unhas (1). Esse antigo costume chinês, que levava homens e mulheres das classes abastadas a deixarem crescer a um comprimento desmesurado uma ou mais unhas dos dedos das mãos, geralmente só os da esquerda, era indicativo de sua posição social, que os dispensava das atribulações do trabalho mecânico. O que é difícil é imaginar como tal hábito penetrou no Brasil, país no qual continuaria vivo ainda em tempos do Império, como nos dão conta diversos viajantes que escreveram sobre nossos costumes.

Um desses viajantes foi Thomas Lindley, comerciante inglês na Bahia, o qual, acusado de contrabandear pau-brasil passou cerca de um ano prisioneiro em Porto Seguro e logo em Salvador, entre julho de 1802 e agosto de 1803. Como a prisão fosse branda e lhe permitisse vagabundear livremente pelas ruas da cidade durante



Albert Eckhout: grupo de chineses, vendo-se ao centro uma mulher de unhas desproporcionalmente compridas (painel decorativo que ornamentava o Castelo de Schwedt a. d. Oder, destruído na II Guerra).

o dia, Lindley aproveitou o tempo para registrar costumes, festas, procissões religiosas e outros pormenores curiosos da vida na antiga capital colonial do Brasil, publicando o resultado de suas observações em Londres, em 1805 (2). Diga-se que a Bahia que Lindley conheceu, nos primeiríssimos anos do Séc. XIX, era ainda a mesma Bahia do século anterior, curvada ao peso de tradições patriarcais que a chegada do futuro Dom João VI, poucos anos depois, não conseguiria abalar. Entre os muitos hábitos baianos que lhe pareceram particularmente bizarros, destaca Lindley "o singular costume de deixar crescer a um comprimento repulsivo a unha do polegar ou do indicador (às vezes a de ambos), arrematando-a em ponta" (3). Esclarecia ainda o inglês que tais apêndices unciais nada atraentes a seus olhos britânicos demonstravam que seus possuidores eram aristocratas, pessoas de elevada condição, que se podiam dar ao luxo de não fazerem absolutamente nada com as próprias mãos, antes as reservando à tarefas mais amenas, como cortar folhas de tabaco para o charuto ou dedilhar pachorrentamente as cordas de um violão - instrumento que então ainda não era de uso popular, mas reservado às camadas ricas da população.

É significativa, essa necessidade que tinham as classes dominantes da sociedade colonial luso-brasileira - e não apenas ela, pois o mesmo ocorria também em Goa e em Macau (4), de demonstrar sua aversão ao trabalho manual, considerado ultrajante, quase indigno. Exemplos dessa verdadeira alergia nacional são abundantes, mas citaremos apenas alguns - e em primeiro lugar o fornecido por John Luccock em seu livro Notas sobre o Rio de Janeiro. O caso é que sendo necessário abrir uma fechadura cuja chave se perde-

ra, deparou-se Luccock com as maiores dificuldades até localizar quem o pudesse fazer. Mas deixemos ele mesmo contar o que se passou, e como:

> Afinal me aconselharam a que me dirigisse a um carpinteiro inglês que se achava estabelecido no Rio fazia perto de dois anos e tinha muitos empregados, dos quais um foi mandado ir comigo (porque nesse tempo os mestres não se atreviam a executar trabalhos fora), com a garantia de que haveria de me contentar. Fêz-se esperar por largo tempo, mas, afinal, para compensar a demora, apareceu-me vestido de grande gala, de tricórnio, fivelas nos sapatos e abaixo dos joelhos e outras quejandas magnificiências. A porta da casa tornou a estacar, na intenção de alugar algum preto para que lhe carregasse o martelo, a talhadeira e uma outra ferramenta pequena. Lembrei-lhe que sendo leves, eu me encarregaria de uma parte ou do todo, mas isso constituiria solecismo tão grande como o de usar ele próprio suas mãos. O cavalheiro esperou pacientemente até que aparecesse um negro, tratou com ele e então prosseguiu em devida forma, seguido pelo seu criado temporário (5).

Daremos ainda mais dois exemplos, ocorridos em São Paulo em começos do Séc. XVII e citados por Afonso de E. Taunay. Diz respeito o primeiro a certo Manuel Fernandes Gigante, que exercia o alto cargo de Procurador da Câmara, e sobre quem recaiu a 8 de agosto de 1637 suspeita de "mecanismo", isto é, de que continuava, mesmo depois de ter sido guindado a tão elevado posto, exercendo ofício manual.O acusado protestou com veemência, negando que fosse "mecânico" e que, se o fosse, "desistiria doje para sempre do ofício". Quanto ao segundo exemplo, ocorrera um ano antes, quando a mesma Câmara de São Paulo admoestara o alcaide Domingos Machado, o qual ainda depois de eleito, continuara à frente de sua taverna

(6).

Essa ogeriza dos brasileiros pelo trabalho físico não passaria desapercebida a Tschudi, dois séculos mais tarde, observando o viajante suíço que, no Brasil, "o trabalho físico desonra, sendo quase considerado uma vergonha quando alguém não possui pelo menos um escravo que o sirva" (7).

Em 1860 aparecia postumamente em Londres o livro em que James Wetherell reunira suas observações feitas na Bahia entre 1843 e 1858: Brazil, Strav Notes From Bahia (8). No texto, Wetherell ainda se refere ao hábito de os ricaços baianos exibirem unhas cumpridíssimas, com isso evidenciando não necessitarem das mãos para o sustento diário; mas já acrescenta que o velho hábito aristocrático vinha-se propagando às camadas inferiores da população, adotado inclusive por mestiços e mulatos. Mesmo nos dias atuais, aliás, não é raro encontrar, entre pessoas humildes em certas regiões do país, as que exibem unhas desmesuradamente crescidas e aparadas com requinte. É que tais unhas, ao destacá-las dos demais indivíduos de seu grupo, exercem função hierarquizante, emprestam-lhes distinção e superioridade. E se para a maior parte das pessoas comuns unhas demasiado longas acham-se identificadas com conceitos como falta de higiêne, lascívia, terror sobrenatural ou outro qualquer, apelando para o lado sombrio da alma humana - e aí está o cineasta José Mojica Marins, o Zé do Caixão, que muito bem o percebeu -, não é menos certo que existem os que as consideram até bonitas, mormente quando bem tratadas.

Coisa de mandarins, plantada no inconsciente coletivo do brasileiro.

Notas

(1) Tomas Thomsen: Albert Eckhout - Ein Niederlaendischen Maler und Sein Gonner Moritz Der Brasilianer. Ejnar Munksgaard, Kopenhagen, 1938, pág. 111, Fig. 62. Também o aventureiro alemão Caspar Schmalkalden, que viveu no Brasil de 1642 a 1645 como soldado da Companhia das Índias Ocidentais, viajando entre 1646 e 1652 pelo Extremo Oriente, agora como soldado da Companhia das Índias Orientais, confiando a um diário por ele mesmo ilustrado tudo quanto lograva observar, refere-se longamente às unhas compridas dos chineses, explicando que as mesmas costumavam ser ainda pintadas de vermelho. Numas das aquarelas que ornam o livro, pode-se ver um chinês representado de pé, e em corpo inteiro, sustentando à mão direita um chapéu de sol, e tendo à mão esquerda um leque; a unha do dedo polegar dessa mão esquerda é invulgarmente longa. Cf. Wollfgang Joost: Die Wundersamen Reisen des Caspar Schmalkalden nach West - und Ostindien 1642-1652. Acta Humaniora, Leipzig, 1983, pág. 129.

(2) - Lindley era negociante na Africa do Sul, quando resolveu vir tentar a sorte no Brasil a bordo de seu próprio navio, mas foi detido logo depois de chegar. Após cumprida a pena de um ano de prisão, e tendo tido seus bens confiscados, fugiu para a Europa com a proteção do embaixador britânico em Londres. Seu livro, Narrative of a Voyage to Brasil é cronologicamente o primeiro relato de um inglês sobre o Brasil, no Séc. XIX.

(3) - Nem sempre, porém, unhas compridas significariam que seus possuidores eram aristocratas que por isso mesmo não precisavam trabalhar com as próprias mãos: podem querer dizer, igualmente, que seus donos eram gente honesta, incapaz de usar as mãos para arranhar o erário público, por exemplo. Num retrato do Conde de Atouguia, D. Jerônimo de Ataíde, Governador-Geral do Brasil na Bahia de 1654 a 1657, êsse personagem acha-se representado com unhas compridas, para demonstrar a lisura com que se desincumbira de seu alto pôsto. Charles R. Boxer, em seu livro Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602 - 1686 (Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1973), cita em nota à pág. 231 um trecho das Memoirs de Fremont d' Ablancourt (aparecidas em Londres em 1703 e em Paris dois anos antes): "Porque quando ele foi governador-geral do Brasil, que fornecia açúcar à maior parte da Europa, obrigou a mandar vir de Lisboa o que ele consumia em sua própria casa, para que não pudesse ser censurado por exigir dos outros que fizessem a mesma coisa. Daí vem que no salão da Bahia onde estão os retratos dos Governadores, ele está representado com unhas compridas, querendo isso significar a eminência de sua condição".

(4) - Segundo Charles R. Boxer escreve em A Idade de Ouro do Brasil (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, págs. 155-156), a aversão a qualquer tipo de trabalho manual fazia-se

sentir não apenas no Brasil, como também nas demais colônias e possessões portuguesas da India e da China. O governador do Rio de Janeiro em 1726, escrevendo a Lisboa, tem essas palavras: "As minas he serto, que não se podem cultivar senão com negros, assim porque fazem serviço mais vigorozo, como porque os brancos, e Reynois, ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brazil, nem hum quer trabalhar, e se Deus não lhe dá meios lícitos para paçar a vida costumão sostentarçe de roubos e trapaças". Menos de 20 anos depois era o Conde de Assumar que, Vice-Rei da índia, assim se externava sobre a populaçãO de Goa: "Porque nam querendo nenhum trabalhar nem aplicarse a ter officio, muitos ou pediam ou furtavam". Era também o que ocorria em Macau, onde, segundo disse um frade franciscano que ali residiu de 1742 a 1745, a população era quase toda composta de indigentes, "mais dispostos a mendigar seu pão pelas ruas do que mexer um dedo em trabalho manual".

(5) - John Luccock: Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975, pág. 73.

(6) - Afonso de E. Taunay: História Seiscentista da Vila de São Paulo. São Paulo, 1927, pág. 37. "Mecânicos" não podiam exercer cargos de destaque na colônia, embora até degredados o pudessem - como certo Antonio Cubas, "juiz ordinário em Santo André embora estivesse cumprindo pena de degredo no Brasil".

(7) - Johann Jakob von Tschudi: Reisen durch Südamerika. Brockhaus, Stuttgart, 1971, Vol. 1, pág. 176. Esse autor, talvez carregando um pouco mais nas tintas, afirma que os pais-de-família brasileiros preferem ter um filho vadio ou jogador, a vê-lo exercendo um ofício manual...

(8) - James Wetherell: Brasil - Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Banco da Bahia, Salvador, s/d.

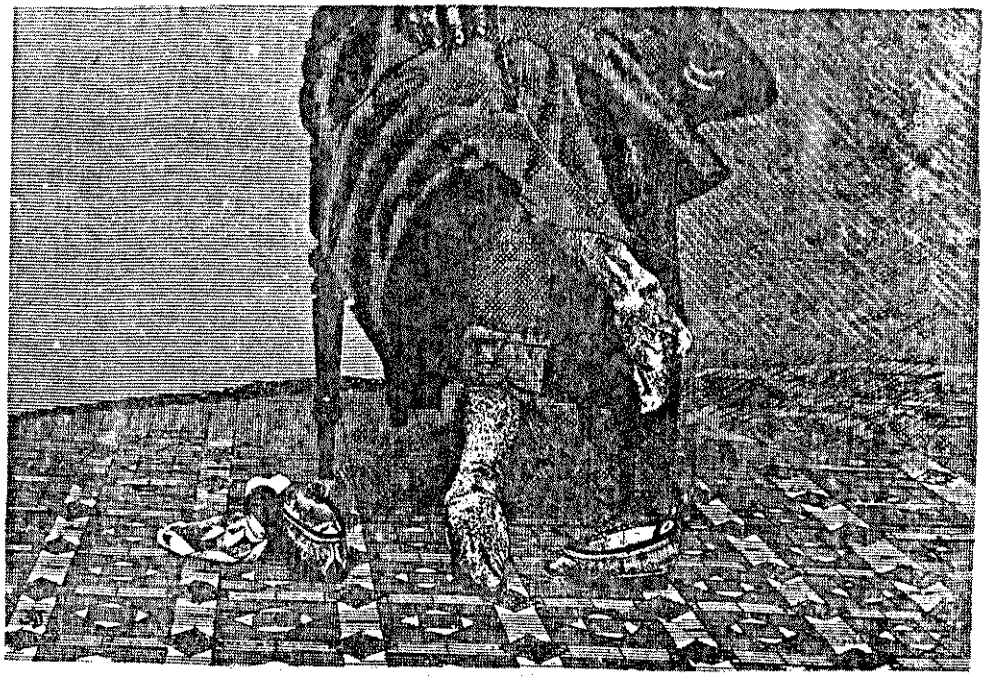
Pés Pequeninos

O sexto imperador da Dinastia Qi Meridional, Tunghun Ho, que ocupou em 498 da Era Cristã o trono chinês, mandou construir para sua concubina Pan Fei um jardim artificial no qual lótus e nenúfares eram feitos de lâminas de ouro, extasiando-se quando sobre eles pousavam os minúsculos pés de sua amada, ao dançar. Teria assim nascido a expressão tin lien, lótus dourados, para designar os pés das chinesas, atrofiados como consequência de antigo costume, de origem controvertida e de há muito em desuso (1). Sob a Dinastia Song (960 a 1279), os lótus ou lírios dourados tornaram-se uma obsessão masculina: pés femininos de comprimento não superior a uns 15 centímetros tornaram-se padrão de beleza, e ao mesmo tempo, não permitindo às mulheres que andassem para muito longe de suas casas, contribuíram ainda mais para o cativeiro doméstico em que viviam.

O processo de atrofiamento dos pés das chinesas foi descrito por número incontável de europeus que estiveram na China, e também mereceu a atenção do diplomata brasileiro Henrique C. R. Lisboa, o qual em 1880 secretariou a primeira missão oficial do Brasil naquele país, publicando anos mais tarde suas recordações de viagem, A China e os Chins. Diz, nessa obra, Henrique Lisboa:

> Inicia-se geralmente essa mutilação aos três ou quatro anos de vida das crianças. Dobra-se para baixo, sem força-los, quatro dedos do pé, deixando-se apenas em sua posição natural o dedo polegar, e envolve-se o pé todo em várias voltas de uma comprida tira de tecido de algodão. Todos os dias vai-se comprimindo os dedos contra a planta do pé e apertando mais a ligadura, de modo a conter o natural crescimento. No fim de poucas semanas a criança já está acostumada e não sente dor nem incômodo algum;até aos vinte anos deve, porém, cuidar diariamente da ligadura para não deixá-la afrouxar e conservar desse modo ao pé um comprimento de cinco a seis polegadas. Dessa paulatina operação resulta um pé que, nu, nada tem de bonito; o calcanhar prolonga-se ao tíbia e fica grosso e chato na base; o dedo maior, que sofre menor compressão, alcança aproximadamente suas proporções naturais, enquanto os outros quatro conservam o tamanho dos de uma criança de cinco anos. Quando a mutilação sofreu algum contratempo ou houve falta de cuidado, o pé inchase e desenvolve-se uma erisipela muitas vezes incurável; os mesmos inconvenientes apresentam-se quando a operação efetuou-se tarde, quase sempre a pedido da menina, chegada à idade de invejar esse atrativo nas companheiras, ou para satisfazer às exigências dos noivos. Algumas, mesmo, só são operadas depois de casadas (2).

Ao tempo em que Henrique Lisboa esteve na China, esse costume já estava quase que de todo em desuso, tanto que seu livro é ilustrado com uma fotografia dos pés de uma mulher que os exibia aos viajantes estrangeiros a troco de dinheiro. O costume, acrescenta-se, mesmo nos tempos mais recuados nunca foi disseminado entre as mulheres das camadas mais pobres da população, restringindo-se aos círculos abastados. O cuidado e o resguardo que exige o prolongado processo de atrofiamento dos pés não poderiam logicamente ser proporcionados no seio de famílias pobres, nas quais as meninas são aproveitadas para os serviços domésticos, da agricultura e da indústria.



Os lótus dourados, ilustração xilográfica do livro A China e os Chins, de Henrique Lisboa (1888), baseada em fotografia por ele próprio provavelmente executada em Macau, por volta de 1880.

Os lírios dourados foram, sem dúvida, um suplício imposto às mulheres chinesas em nome da estética corporal; mas algo de parecido ocorreu também no Ocidente, com as orelhas furadas, os descomunais saltos Luiz XV e sobretudo os espartilhos, costumes aos quais as mulheres aderiam a despeito dos que neles viam grave ameaça à saúde. Contra os espartilhos, por exemplo, publicaram-se durante o Séc. XIX inúmeros protestos em jornais e revistas, acusando-se-os de causarem atrofia ou deformação da coluna vertebral; leis chegaram a ser promulgadas, em países como a Rússia e a Baviera, para lhes proibir ou restringir o uso, e tudo em vão: na verdade, a moda dos espartilhos só arrefeceria quase no Séc. XX, com o interesse nascente pelo esporte e pelas atividades físicas que então se manifestou no Ocidente (3).

Mas, retornando aos pés pequeninos, diremos que também no Brasil Colonial os tivemos: pés atrofiados, sim, não por terem sido enfiados à força em amarras que os deformassem, impedindo-os de crescer espontaneamente, mas atrofiados pela não-utilização, pela inércia à qual foram relegados por sucessivas gerações por suas donas, já que as mulheres luso-brasileiras e já brasileiras, nisso lembrando as chinesas, quase nunca, ou mesmo nunca saíam de casa, e em casa, de cima dos seus estrados orientais, onde passavam, aboletadas, a maior parte da existência. Por fim, os homens acostumaram-se a identificar, naqueles pezinhos diminutos de suas companheiras, um símbolo de beleza feminina que era ao mesmo tempo o testemunho de sua domesticidade e a garantia de que suas possuidoras haveriam de permanecer sempre atadas aos seus lares - pés delicados, do modo algum feitos para, ou afeitos a pisar os calça-

mentos grosseiros de ruas e vielas coloniais, significativamente chamados de pé-de-moleque.

Em Sobrados e Mucambos, Gilberto Freyre tece considerações engenhosas sobre os pés das mulheres brasileiras:

> O homem patriarcal se roça na mulher macia, frágil, fingindo adorá-la, mas na verdade para sentir-se mais sexo forte, mais sexo nobre, mais sexo dominador. Essa especialização e esse culto têm-se feito acompanhar nas sociedades patriarcais e semi-patriarcais, de diferenças nas modas de penteado, de calçado e de vestido entre o sexo dominante e o oprimido, que até em deformação do físico da mulher se extremaram às vezes. Basta recordar os pés das chinesas, deformados ao último ponto. Os pés da brasileira de casa-grande e de sobrado foram também deformados pela preocupação do pé pequeno, bem diferente do de negro e do de negra, em geral grande, largo, abrutalhado (4).

Desenvolveu-se assim na sociedade colonial brasileira uma indisfarçada fixação no pé, fixação que transpira por exemplo das incontáveis expressões idiomáticas em que entra o vocábulo: pé-de-cabra, pé-de-chumbo, pé-de-boi, pé-rapado, pé-de-chinelo, pé-de-anjo, pé-duro, pé-fresco, pé-no-chão, pé-frio, pé-de-valsa, pé-de-pato, pé-de-pilão, etc. - o pé, como elemento caracterizador ou qualificador de origem étnica, condição social, temperamento ou caráter. E nem se deixe de recordar o antigo costume brasileiro do lavapés, ao qual eram submetidas as visitas que chegavam a uma casa, lavapés de que o próprio anfitrião se desincumbia; ou o velho costume colonial de lavar os pés à noite, antes de ir deitar, não tanto por medida profilática quanto, decerto, por motivação simbólica.

Transportada ao âmbito do relacionamento entre os sexos, a fixação no pé da mulher iria transformá-lo em culto e, em casos extremos, em fetiche. Alguns exemplos de textos literários do Séc. XIX serão suficientes para dar uma idéia de como essa paixão pelo pé penetraria fundo na alma nacional.

Joaquim Manuel de Macedo:

> Seu vestido, que atingia o maior grau de simplicidade, desenhava suas formas graciosas, cometendo apenas o erro, indesculpável de, por muito comprido, esconder os seus pezinhos apertados em sapatos de lã preta (Rosa);
>
> Seu pecado contra a modéstia reinante não era senão um meio sutil de que se aproveitava para deixar ver o pezinho mais bem feito e mais pequeno que se pode imaginar (A Moreninha).

Castro Alves, em cujas veias ao que se diz corria cálido sangue cigano, esboça um quadro de morno abandono e densa sensualidade nesses versos, tão conhecidos:

> Uma noite, eu me lembro...Ela dormia
> Numa rede, encostada molemente...
> Quase aberto o roupão, solto o cabelo,
> E o pé descalço do tapete rente.

Machado de Assis insinuou insuspeitadas volúpias, ao escrever, no Quincas Borba: "Sentada, via-se-lhe metade do pé, sapato raso, meia de seda, coisas todas que pediam misericórdia e perdão"; no Dom Casmurro, tratou de "uns sapatinhos rasos de fitas pretas que se cruzavam no peito do pé e princípio da perna", e em

Helena destacou "a ponta indiscreta e curiosa do sapatinho que ela usava". No soneto "Conchita", Raimundo Correia fala de um "pé pequenino que, aligero e célere, saltita", e em outro, "Primaveril", chega a aludir explicitamente a pés chineses:

> E sob as finas roupas vaporosas,
> Seus leves pés, precípites, saltitam,
> Pequenos, microscópicos, chineses...

Em matéria de pés femininos, porém, nenhum escritor iria levar a palma a José de Alencar. Assim é que em Lucíola ele diz da protagonista que "em vez dos pantufos aveludados que costumava usar em casa, no desalinho, calçava uma botinha de marinó preto, que ia-lhe admiravelmente, porque ela tinha o mais lindo pé do mundo"; ao descrever pés e sapatos de Nhanhã Carlotinha, em O Demônio Familiar: "Pezinho de menina; cinturinha bem feitinha; não carece apertar! Sapato dela parece brinquedo de boneca".

E o que dizer então de A Pata de Gazela, romance cuja ação toda ela decorre em torno a pés, botinas e pantufos? Citemos apenas alguns trechos, extraídos ao leu:

> De repente, uma idéia perpassou no espírito do moço, que o fez estremecer. Essa botina grácil, em que mal caberia sua mão aristocrática, essa botina mais mimosa do que sua luva de pelica, não podia ter um número maior do que o de seus anos, vinte e nove!
>
> O que amo nela é o pé; este pé silfo, este pé anjo, que me fascina, me arrebata, que me enlouquece! ...
>
> Senhor! por que em vez de homem não me fizeste estribo de um carro! Teria a felicidade de ser pi-

sado por aquéle pezinho.

> Ah! Eu desejava ser uma nação; assim como há demônios-legiões, por que não pode haver homens-povos? Se o fosse, daria um trono a essa mulher, somente para que ela instituísse o beija-pé. Como eu seria cortesão! Como eu a beijaria por minhas cem bocas de súdito!
>
> Ter aquele pezinho em suas mãos, senti-lo estremecer e palpitar de emoção, cobri-lo de beijos, acariciar a rósea cútis diáfana tecida de veias azuis, brincar-lhe com as unhas crespas, como conchinhas de nácar, cingir ao seio esse gnomo gentil, titilante de amor e volúpia! (5)

Não é necessário mais: sempre pés, descalços aqui, ali enfiados em sapatinhos, apertados em sapatos, botas, botinas ou pantufos; pés de menina, pés de boneca, os mais lindos pés do mundo, pés de silfo, lírios dourados! Pés e sapatos que com sua presença chegaram a impressionar viajantes europeus, como Debret, a quem não escapou a graciosidade dos pés das brasileiras - "femmes généralement favorisées d'un très joli pied" - ou como o escandalizado Ewbank, ao se defrontar com o culto da sola do sapato de Nossa Senhora, que foi presenciar não no interior, mas em plena capital do Império, já em meados do século (6).

Notas

(1) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, pág. 158. Existem outras teorias para explicar a origem dos lótus dourados; uma delas sustenta que em 970 d. C. Yao Niang desejou imprimir a seus pés a forma recurva do crescente lunar, no que foi imitada por suas companheiras; outra é que os pés seriam atrofiados a fim de que as esposas não pudessem escapar de casa para trairem os maridos.

(2) - Henrique C. R. Lisboa: A China e os Chins. Montevideo, 1888, págs. 122-125. Veja-se também Manoel de Castro Sampaio: Os Chins de Macau. Noronha e Filhos, Hong-Kong, 1867, págs. 17-20. No que respeita à permanência do costume na China do Séc. XX, ainda o encontrou em 1931 o diplomata brasileiro Nelson Tabajara de Oliveira (Roteiro do Oriente - Impressões de Viagens, Companhia Editora Naconal, São Paulo, 1933), que o qualifica de "bárbaro" após ter visto algumas chinesas "descalças, mostrando as plantas dos pés inteiramente dobradas para dentro, com horríveis reentrâncias, os dedos recontados e o calcanhar comprimido".

(3) - Ver a respeito Gilda de Mello e Souza: O Espírito das Roupas - A Moda no Século Dezenove. Companhia das Letras, São Paulo, 1987, págs. 126-127.

(4) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora, Rio de janeiro, 7ª ed., 1985. Tomo 2º, pág. 98.

(5) - A Pata de Gazela, em Obra de Ficção de José de Alencar. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1953. Vol. III, págs. 161-296. A 1ª edição é de 1870, e saiu no Rio de Janeiro sob o pseudônimo de "Sênio", inaugurando o ciclo do que o escritor denominou de "a minha velhice literária".

(6) - Thomas Ewbank: Life in Brazil; or, a Journal of a visit to the land of the cocoa and the palm. Harper & Brothers, New York, 1856, pág. 275.

O Cheiro - Beijo Chinês

Luís da Câmara Cascudo define cheiro como "uma aspiração delicada junto à epiderme amada, crianças, normalmente. As narinas sorvem o odor que permanecerá perfume incomparável" (1). É a mãe, inebriada com o cheiro inconfundível do filhinho; o namorado, noivo ou marido, extasiado com o odor da amada. Dar um cheiro seria algo assim como oscular com as narinas ou beijar com o olfato; agrado mais carinhoso que propriamente sensual. É antiquíssimo costume chinês, que os portugueses terão introduzido no Brasil em remotas eras, e que ainda persiste no Nordeste.

É que os chineses, não conhecendo o beijo nos lábios de fenícios, gregos e romanos, e nem o beijo entre narizes, hongi, de maoris e esquimós, inventaram esse tipo mais sutil de beijo olfativo, que não exige contacto ou atrito, tão só uma proximidade conveniente entre narinas e epiderme.

É do famoso escritor orientalista português Wenceslau de Morais essa explicação da orígem do cheiro, que paradoxalmente parece não ter plantado raízes em Portugual, só no Brasil:

> Os chineses não dão beijos. Não dão beijos, ou dão-nos de uma maneira muito diferente da nossa, sem o uso dos lábios, mas aproximando a fronte, o nariz, do objeto amado, e aspirando detidamente. O china beija o filhinho tenro, beija a face pálida

da esposa, como ele e nós beijamos as flores, aspirando-lhes o perfume: a assimilação é graciosa. Tendo agora por conhecida, e é coisa que não se contesta, a extrema agudeza olfativa dos chineses (os negociantes cheiram as moedas de ouro que julgam falsas, e assim conhecem o grau maior ou menor da liga de cobre), podemos talvez conceber uma vaga idéia do prazer da mãe, respirando sobre a carne fresca do filho, um ambiente que ela não confunde com outro; o prazer do mandarim apaixonado, conquistando à brisa o perfume de uns cabelos negros, que ele aprendeu a adorar (2).

Notas

(1) - Luís da Câmara Cascudo: História dos Nossos Gestos. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1987, págs. 202-203; idem, "O Cheiro, carícia nordestina", em Superstições e Costumes (livro reunido, com outros do autor, em Superstição no Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1985, págs. 205-207); idem, Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6ª ed., 1988, págs. 218-219.

(2) - Wenceslau de Morais: Traços do Oriente. Lisboa, 1895, págs. 19-21. Também Joaquim Heliodoro Callado Crespo, em Cousas da China (Lisboa, 1898, pág. 243), diz, no capítulo intitulado "O Cheiro, o Olfato e o Beijo",: "é talvez pelo delicado olfato dos próprios chineses que eles, em vez de darem beijos com os lábios, à maneira dos europeus, aplicam o nariz e aspiram o aroma do objeto amado".

Comer, e arrotar depois

Entre as camadas mais rudes da população brasileira é hábito ainda hoje arrotar após as refeições, em sinal de agradecimento ou como demonstração de que a comida agradou plenamente. Foi outrora, decerto, de uso muito mais generalizado - e aí estão para o comprovar inúmeras estórias envolvendo eructações famosas de nobres, prelados e até reis; de há muito, porém, acha-se confinado às camadas menos educadas, que o praticam sem constrangimento algum, numa indisfarçada prova de satisfação pelo alimento ingerido. Continuam também sendo usados, entre o povo, ditos e provérbios do tipo "Quem bem almoçou, melhor arrotou", ou "comer sardinha e arrotar pescada"; do mesmo modo, "comer até arrotar" é expressão popular que ainda hoje exprime o prazer pantagruélico de se estar ou ter estado diante de mesa farta e comida excelente (1).

Enquanto sinal sonoro de contentamente gastronômico e de agradecimento ao anfitrião, após ou durante uma refeição especialmente alentada, o arroto veio-nos de Portugal em era remota, devendo tê-lo conhecido os portugueses entre os árabes ou entre os chineses, em começos do Séc. XVI: como os dois povos o praticavam, é difícil estabelecer a prioridade nesse nada glorioso setor. Manoel Godinho, na Relação do Caminho da India, publicada em Lisboa em 1665, menciona o feio costume entre os alarves, ou árabes, sendo digno de nota que ainda hoje "alarve" permanece como sinônimo de glutão, esfaimado, mal-comportado à mesa: "Entre eles é sinal

de agradecimento arrotar, na mesa, porque dizem, é dar mostras de que estais satisfeito".

Por sua vez, o bem-informado Joaquim Heliodoro Callado Crespo registra o mesmo hábito na China, ainda nos últimos anos do Séc. XIX: "Arrotar depois de comer é prova de que se ficou satisfeito"(2). O costume ainda é praticado na China atual, onde em 1930 o encontrou o jornalista português Antonio Lopes (3).

Vários outros viajantes aludiram em diversos momentos a esses ruidosos agradecimentos, por ocasião de banquetes dos quais participaram. Um deles é o francês A. Raquez, convidado a um banquete efetuado em Chanté a 2 de janeiro de 1899. Após descrever em minúcias o enorme cardápio - do qual constavam, entre muitas outras iguarias, linguas de porco com algas marinhas, pato com salada das mais diferentes hervas, presunto com brotos de bambu, pirâmides de gomos de tangerina e laranja, ameixas verdes enfeitadas, melões açucarados, barbatanas de tubarão, ninhos de andorinha, patês de ganso com brotos de bambu, cogumelos-gigante, caldeirada de estrelas-do-mar, galinhas, carneiros, porcos, peixes - assados, cozidos, ensopados, preparados de todas as maneiras imagináveis -, Raquez alude às demonstrações de gratidão levadas a efeito após o repasto brutal, particularmente pelo secretário do mandarim homenageado, Tcheng Ming-Yuen: "O secretário de Tcheng Ming-Yuen, chinês de sociedade, eructa o quanto pode para honrar seu anfitrião" (4).

Notas

(1) - Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6ª ed. 1988, pág. 76.

(2) - Joaquim Heliodoro Callado Crespo: Cousas da China - Costumes e Crenças. Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, Capítulo "Visitas e Etiquetas", pág. 212.

(3) - Antonio Lopes: A China e os Chins Vistos por um Português. Livraria Francisco Franco, Lisboa, 1937.

(4) - A. Raquez: Au Pays des Pagodes, Notes de Voyage. Presse Orientale, Shangai, 1900, pág. 282.

A 29 de agosto de 1816, atônito e indignado por Lord Amherst e os demais integrantes de uma missão enviada pelo Rei George III à China se terem recusado, pretextando doença, a se ajoelharem três vezes diante de si, a cada intervalo tocando o chão com a fronte outras três vezes, conforme o exigia a severíssima etiqueta do san kuei tiô ko, só reservada ao Ceu e ao Imperador, Filho do Ceu, o Imperador Jiaqing escreveu arrogante carta ao soberano britânico, na qual, após reprovar acremente a atitude dos diplomatas, concluía com inacreditável ingenuidade:

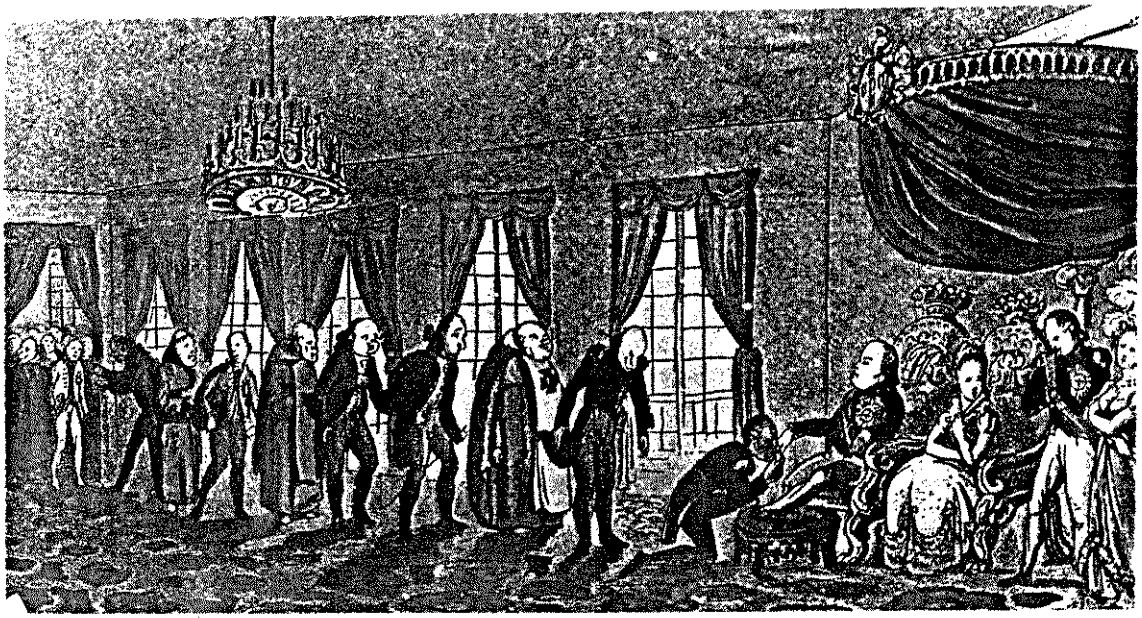
> No futuro, não haverá necessidade de encarregar teus enviados virem de tão longe esforçando-se inutilmente em uma viagem por terra e por mar. Saibas sòmente mostrar o fundo do teu coração e exercitar-se em boa-vontade, e poder-se-á dizer, então, sem que seja necessário que tu envies regularmente representantes à minha Côrte, que caminhas para a transformação civilizadora. É a fim de que tu obedeças por muito tempo que te envio esta Ordem Imperial (1).

Pode-se imaginar o divertido espanto do monarca da todo-poderosa Inglaterra ao ler essa "ordem imperial"; mas, por outro lado, também se pode entender a indignação de Jiaqing em face do atrevido comportamento da delegação inglesa, incompreensível desde o ponto de vista chinês. Para se ter idéia dos rigorosos preceitos que regiam na China antiga as diferentes formas de externar respeito e consideração, basta dizer que eram em número de

oito, hierarquizadas numa escala crescente desde o singelo kunsho (as mãos postas, erguidas à altura do peito) ao cerimoniosíssimo san kuei tiã ko acima mencionado. E para avaliar a extensão da grosseria de Lord Amherst e dos seus companheiros para com a sagrada pessoa do Imperador, basta ter em mente que mesmo algumas divindades chinesas (2) tinham direito a reverências menos formais que as que lhe eram devidas, quais sejam: o san ko, que consiste em, de joelhos, tocar o chão com a testa por três vezes, e o liã ko - duas prosternações, a cada vez encostando a testa por três vezes ao solo (3).

É claro que os europeus nunca se tinham prestado de bom grado a essas humilhantes prosternações: recusara-se a fazê-las, a 25 de julho de 1793, outro embaixador de George III, Lord Macartney, do mesmo modo aliás como, antes dele, o embaixador russo, Baikoff. Já a 22 de abril de 1720, porém, D. Luís de Menezes, Conde de Ericeira e Vice-Rei da India, enviava a Macau severas instruções no sentido de que nenhum português se humilhasse ante o Imperador da China - na época, nem mais nem menos que o poderoso Kangxi - ou algum seu representante:

> Sinto a noticia, que me chega de que indo o Tagem que ultimamente mandou o Imperador a essa Cidade fosse recebido na Casa da Câmara dela; com o vil abatimento de se prosternarem sete vezes os Vereadores, abaixando outras tantas a cabeça, quando semelhante demonstração de inferioridade não devem os Portugueses fazer a naçõo alguma, nem os cristãos mais que a DEUS, e assim advirto a esse Senado dele, que havendo semelhantes recados do Imperador, se recebam os que o levarem com toda a pompa, que for possivel, em forma que fiquem satisfeitos os chinas, mas nunca chegando a hospitalidade a tão vergonhoso excesso como o que ultimamente se obrou



Cerimônia do beija-mão na Côrte do Rio de Janeiro (estampa do Álbum Sketches of Portuguese Life, de A.P.G.D., Londres, 1826).

nudesse comparar ainda que de longe ao culto da figura do soberano, tal como era praticado na China - coisa que aliás causaria decepção aos poucos chineses que durante o Seç. XIX lograram visitar o Ocidente e sobre ele escrever. Um deles, Yuan Zuzhi, que esteve em 1884 na Inglaterra, declarou-se chocado com a maneira a seu ver desrespeitosa como os ingleses tratavam os seus reis:

> Os retratos do rei e da rainha são vendidos livremente, expostos no mercado para atrair os incautos. As pessoas do povo os manejam como brinquedos; assim desaparece a distinção entre o vil e o honroso (5).

É fato que num país ao menos, Portugal, a pessoa real era objeto de veneração muito especial. Xie Qinggao, um marinheiro que entre 1782 e 1796 viajou a bordo de navios portugueses por várias partes do mundo, e ao qual já nos referimos em capítulo anterior do presente trabalho (6), assim descreve o ritual que se devia em fins do Séc. XVIII observar na presença do Rei de Portugal, ritual que deve tê-lo feito lembrar-se do em vigor em seu próprio país:

> Diante do rei ou dos seus chefes, os membros do Exército ou as pessoas do povo tiram seus chapeus se eles estão fora; em recintos fechados, abaixam-se incontinenti e tomam em suas mãos o pé para beijá-lo; retiram-se em seguida, curvados e com a cabeça baixa, dando vários passos para trás arrastando a perna; eles falam de pé, sem se ajoelharem (7).

Carregada de sestros orientais, essa etiqueta portuguesa, transplantada ao Brasil, aqui adquiriria matizes ainda mais fortes. À passagem de um membro da Família Real, por exemplo, todos deviam prostar-se na rua de joelhos, assim permanecendo cabis-baixos e em semi-adoração. O retrato do monarca ou o dos seus familiares constituía objeto de um culto, a ele se devendo demonstrações explícitas de extremo respeito, traduzidas em mesuras e zumbaias (8) que causaram repugnância a alguns europeus não-portugueses que lograram vê-lo. Mas os rapapés deviam ser dirigidos não somente ao monarca em pessoa, ou ao seu retrato: a qualquer coisa que o evocasse, e principalmente ao palácio em que morava, o qual devia ser alvo de cortesias espalhafatosas por quantos lhe passassem pela frente. Essas saudações dirigidas ao palácio do monarca no Brasil se prolongariam ao palácio do vice-rei e ao do governador, para afinal chegar à casa-grande e a qualquer mansão de aparência senhorial. No Brasil da primeira década do Séc. XIX ficaram famosos dois governadores do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara e D. José Tomás de Menezes, e um governador do Rio Grande do Norte, Lopo Joaquim de Almeida, como administradores particularmente exigentes no cumprimento dessa humilhante obrigação de se saudar um edifício público, mais tarde propagada à saudação do próprio sentinela de serviço à porta (9): Salva-palácios, salva-paços, espanadores ou caiadores são expressões que entraram no idioma para designar um tipo de indivíduo especialmente servil no exagero de suas saudações a tudo quanto cheirasse a oficial, e que desapareceria de cena apenas na República; espanadores que não tinham pejo de dobrarem a espinha dorsal a qualquer pretexto, diante

do rei ou do governador, ao atravessar o largo defronte do palácio ou simplesmente diante de uma mansão senhorial - perante tudo, enfim, que representasse poder ou riqueza.

Também tivemos entre nós o hábito do beija-mão, aos quais se entregavam todos os cidadãos e se submetiam de bom grado o Príncipe-Regente, a Rainha-Mãe e os membros da Família Real (10); beija-mãos aos quais se refere com asquerosa assiduidade o Padre Perereca em sua Memórias para servir à História do Reino do Brasil, elas próprias um prodígio de servilismo (11). Diga-se que o visgoso costume, já em 1835 descrito por Lima e Silva como coisa bárbara, "que as luzes do Século 19 reprovam", só acabaria em 1872 por um decreto de Dom Pedro II, o qual, ao contrário do avô, tinha por ele profunda aversão.

O respeito quase religioso pela figura do Imperador prosseguiria por todo o Segundo Império, tanto que, ao descrever, já em meados do Oitocentos, as manifestações dos baianos diante dos retratos de Pedro II e da Imperatriz Dona Teresa Cristina, Wetherell não tem outra imagem senão compará-las com o que ocorria na China diante das lápides ostentando o nome sagrado do Imperador (12). Muito revelador do respeito dos brasileiros pelo rosto de Pedro II foi um fato que ocorreu em 1843, quando do lançamento dos primeiros selos postais brasileiros (os famosos "olhos-de-boi"): pensou-se a princípio em neles imprimir a face do Imperador; para evitar, contudo, que o imperial rosto fosse maculado por um sacrílego carimbo de correio, a efígie viu-se substituída pelos valores da franquia, 30, 60 e 90. Não deixa de ter relação, esse episódio,

com o que ocorreu na China em 1677, quando o Imperador Kangxi proibiu que as porcelanas exibissem no fundo externamente marcas com seu sagrado nome (niemhao), pois, se aquelas se partissem, o mesmo estaria profanado. Compare-se tal proibição com os termos do Ofício de 13 de fevereiro de 1843 do Provedor da Casa da Moeda, Camilo João de Valdetaro, acêrca dos selos postais brasileiros criados pelos dois decretos 254 e 255, ambos de 29 de novembro de 1842:

> Na Inglaterra se usa em tais selos e estampas gravar a efígie da Rainha com o valor da respectiva taxa, isto ali pode ser muito próprio - e sou levado a crer que é fundada em utilidade pública, mas entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações e as razões em que me baseio são estas: usa-se aqui por princípio de dever e respeito pôr a efígie do Monarca só em objetos perduráveis e dignos de veneração e nunca naqueles que por sua natureza pouco tempo depois de feitos tem de ser necessariamente inutilizados (13).

Reverências, mesuras e zumbaias são resquícios da influência asiática, extremo-oriental e em muitas vezes chinesa que repercutiu no Brasil até bem entrado o Séc. XIX, já que entre nós, como observou Gilberto Freyre, reis e príncipes continuaram ainda por longo tempo sendo considerados "pessoas quase divinas para seus súditos" (14).

Notas

(1) - Cf. André Levy: Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente por Viajantes Chineses da Belle époque, Cia das Letras, São Paulo, 1988, págs. 26-28.

(2) - É preciso ter em mente que, enquanto o Imperador da China desfrutava de status divino ainda em vida, todas as incontáveis divindades, maiores e menores, que compunham o imenso panteão chinês tinham sido inicialmente pessoas de carne e osso que, depois de mortas, viram-se elevadas à condição de deuses. A divinização correspondia a uma verdadeira investidura num cargo ou função: tratava-se, na verdade, de deuses funcionários ou deuses funcionais, que podiam ser substituídos, e o eram com freqüência, de acôrdo com as conveniências e as circunstâncias. No capitulo "Mythologie de La Chine Moderne" que escreveu para a grande Mythologie Asiatique Illustré (Librairie de France, Paris, 1928, pág. 237), Maspero conta o caso, ocorrido em 1915, de um jovem a quem apareceu em sonho o Deus das Muralhas e das Valas para lhe comunicar que o tinha escolhido para sucedê-lo. O jovem morreu efetivamente dez dias após o sonho, e desde então, e para todos os efeitos, passou a ser cultuado como o novo Deus das Muralhas e das Valas. Convenhamos que deuses assim não mereciam mais do que duas ou três reverências.

(3) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 219-220.

(4) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, págs. 169-170. Ignoramos se a ordem foi cumprida à risca. Quanto ao vocábulo Tagem, parece ser a forma aportuguesada do Chinês ta ren, grande homem, figurão, empregada para designar altos funcionários da administração chinesa. Aliás, de ta ren poderia ter-se originado também a palavra mandarim, a não ser aceita a origem, já por nós proposta em outra parte do presente trabalho, no sânscrito mandryn. Uma outra designação que os portugueses utilizavam para os mandarins de alto nível era Futão - que deve ter sido não poucas vezes endereçada aos dignitários chineses com fingido respeito e mal dissimulada ironia...

(5) - Na China, os retratos imperiais não podiam ser vistos livremente, permanecendo encerrados em escrínios. No ano de 1737 o pintor jesuita Giuseppe Castiglione executou um retrato do Imperador Qianlong acompanhado de suas onze concubinas. Após devidamente apreciado pelo soberano, o retrato em questão foi fechado numa caixa de laca vermelha encimada pelo dragão imperial inciso. De acordo com ordem imperial, quem violasse o selo e, abrindo a caixa, ousasse olhar o rolo em que o retrato estava pintado, seria "cortado em dez mil pedaços". Cécile e Michel Beurdeley: Giuseppe

Castiglione - A Jesuit Painter at the Court of the Chinese Emperors. Charles E. Tuttle Co., Rutland, Vermont, Tokyo, 1971, págs. 99-100.

(6) - Veja-se o capítulo "A China no Brasil", IV.

(7) - Xie Qinggao confunde-se ao aludir ao beija-pé, que não existia em Portugal. Quanto ao fato de os soldados e pessoas do povo tirarem o chapéu perante o rei, deve tê-lo espantado, já que na China sinal de respeito é conservar o chapéu e não descobrir-se.

(8) - Zumbaia é palavra portuguesa derivada da Malaia Sembahyang, e entre nós designava qualquer gesto de saudação exagerada ou ridícula; registra-a Morais em seu Dicionário: "Cortesia profunda, de braços cruzados; calema, ou çumbaia (entre os malayos) a qual cortesia é abaixar a cabeça até os geolhos, e a mão direita no chão, e isto três vezes antes que cheguem ao Senhor, e chegados a ele metem-lhe a cabeça entre as mãos, em sinal de que lha oferecem".

(9) - Luís da Câmara Cascudo: História de Nossos Gestos. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1987, págs. 88-89.

(10) - No livro Sketches of Portuguese Life, publicado em Londres em 1826 por um autor que assina sòmente com iniciais A. P. D. G., existe uma gravura na qual é representada uma cena de beija-mão no Rio de Janeiro. Vêem-se, no interior despojado que serve de sala do trono, Dom João ao lado da Rainha, ambos recebendo a homenagem dos súditos, os quais em fila aguardam sua vez, ao mesmo tempo em que formam uma caricata galeria de nobres, militares e nédios religiosos, digna de um Hogarth.

(11) - Luis Gonçalves dos Santos, Padre Perereca: Memórias para servir a História do Reino do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte 1.981. Eis uma dessas descrições: "Logo depois começou a concorrer a fidalguia, o cabido, a Câmara, os magistrados, os oficiais de superior patente, e as pessoas mais distintas da cidade, para terem a honra de cumprimentar o Príncipe Regente Nosso Senhor, e beijar a sua real mão, em demonstração da sua vassalagem, e do excessivo prazer, que todos sentiam pela sua real, e soberana presença na capital dos seus Domínios do Brasil; e o mesmo obsequioso dever prestaram todos à serenissima princesa, e a real família, de quem foram recebidos com muito agrado, e benignidade". O Padre Perereca refere-se ainda a outras formas de vassalagem praticadas no Brasil em começos do Séc. XIX - como essa, descrita à pág. 100 do Vol. 2: "Os mineiros, que estavam aquartelados na praça do Rocio, ao passar Sua Majestade, puseram-se de joelhos, e de joelhos gritavam: Viva o nosso rei! e sobretudo tanto nesta noite, como nas duas seguintes, se desenvolveram no Real Teatro cenas bem tocantes, e com um entusiasmo difícil de descrever; ao aparecer o retrato real, imediatamente era saudado por universais vivas à Sua Augustíssima Majestade, cantando os espectadores juntamente com os músicos o hino nacional". Não admira que, proclamada a Independência, o Padre Perereca fosse acusado de

adversário do movimento separatista.

(12) - James Wetherell: Stray Notes from Bahia. Liverpool, 1860, pág. 60.

(13) - Cf. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1942 , pág. 69.

(14) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio, Rio de Janeiro, 7a. ed., Tomo 2º, pág. 459: "A verdade é que no Oriente quase inteiro - inclusive no mais civilizado - continuavam os príncipes, no Século XIX, a despeito da Revolução Francesa e da Época das Luzes, a ser pessoas quase divinas para seus súditos, que diante delas se prostravam como os Católicos diante não só do Santíssimo Sacramento como do Santo Padre: e desses costumes de tal modo se impregnara o português que só aos poucos a Grande Revolução ou a Época das Luzes o afetaria nos seus modos semi-orientais de reverenciar príncipes, pais e avós".

Palanquins e Cadeirinhas

Não tivemos no Brasil os rinquixás chineses, veículos de duas rodas puxados por um homem situado entre dois longos varais e destinados a conduzir um passageiro (1); mas sim veículos de tração também humana desprovidos de rodas, os quais deviam ser carregados ao ombro de escravos. Quando esses veículos possuíam uma única trava recurva que lhes passava sobre o toldo, chamavam-se palanquins (2); se, ao contrário, tivessem duas varas, uma a cada lado do compartimento reservado aos passageiros, recebiam o nome de cadeirinhas. Tipo especial de palanquim era a serpentina, assim chamado porque seu varal único concluía às extremidades em cabeças de serpente. E ainda ocorriam outras designações - gaiolinhas, cadeirinhas de arruar, cadeirinhas de campo - e outros tipos de transporte, como os banguês e as bengalas, liteiras rasas, desprovidas de toldos e cobertura. No Brasil, palanquins e cadeirinhas substituíram as redes indígenas ou hamacas, que Frans Post e Zacharias Wagener representaram em pinturas e aquarelas como meio de transporte do Nordeste, em fins da primeira metade do Seiscentos (3); seriam trocados, quase em fins do Séc. XIX, pelos ônibus, gôndolas ou maxambombas.

Palanquins e cadeirinhas foram utilizados quase que até nossos dias em extensas regiões da Ásia no transporte de pessoas de nível social elevado ou de estrangeiros, os palanquins mais especificamente na India, e as cadeirinhas, na China. Palanquins in-

dianos foram mencionados por Camões nos Lusíadas (VII, 44), quando o grande poeta se refere ao em que costumava viajar o Rei de Calicute:

> E num portátil leito hua rica cama
> lhe oferece em que vá (costume usado)
> que nos ombros dos homens é levado.

Referências antigas ocorrem também em relatos de autores como Duarte Barbosa, Castanheda ou Jerônimo Lobo. Castanheda, por exemplo, explica que palanquins

> são como leitos de andas, senão que são descobertos e quase rasos, tão baixas têm as guardas. Cada andor destes, quando há de servir, é levado por quatro homens aos ombros (...). Há outros andores que têm por cima uma cana em arco, que por serem muito leves os podem levar dois homens (4).

Descreve assim, no primeiro caso, as liteiras que no Brasil rural seriam conhecidas como banguês, e no segundo, nossas conhecidas serpentinas.

Em começo do Séc. XVII, acrescentava o aventureiro Pyrard de Laval que as mulheres asiáticas "de qualidade"

> também não saem senão sentadas e conduzidas dentro de um palanquim, que é uma espécie de liteira, levada por quatro escravos, coberto de pano de seda ou de couro; e são acompanhadas de muitas escravas, todas mui bem vestidas de panos de seda (5).

No que respeita a cadeirinhas, foram encontrá-las na China, no Séc. XVI, portugueses e demais europeus. Em 1592, por exemplo, escrevendo a seu superior, Cláudio Acquaviva, o Padre Matteo Ricci informava:

> Para obter mais status, não andamos pelas ruas a pé, mas somos transportados em cadeirinhas nos ombros dos homens tal como é costume entre as pessoas de nível (6).

Foi numa machila que em 1716 o jesuíta Padre Antonio de Arnedo fez sua entrada em Macau, de volta da missão diplomática que anos antes o levara à Cochinchina, e na sua cadeira principal, portada por 16 homens, o Imperador Qianlong deslocou-se para receber o embaixador de Dom José I, Francisco Xavier Assis Pacheco de Sampaio, em 1753. Esse mesmo Qianlong baixaria em 1757 um édito, no qual entre outras coisas proibia aos chineses servirem de criados aos "barbaros", inclusive de os transportar em cadeirinhas. Possivelmente tal ordem foi cumprida em Cantão; em Macau não o foi, ou logo caiu em esquecimento, tanto que as cadeirinhas em que se locomoviam pelas ruas da cidade os portugueses ricos impressionaram vivamente Nicolau Fernandes da Fonseca, comandante da fragata "Nossa Senhora da Penha", quando ali chegou em 1774:

> O tratamento dos Portugueses em Macau é com magnificiência, porque, quando saem, os mais ricos são levados em palanquins, nos ombros de quatro escravos e outros dois levam-lhes o sombreiro (7).

Cadeirinhas foram utilizadas na China até data relativa-

mente recente, e ainda as conheceu e delas se utilizou o diplomata brasileiro Henrique C. R. Lisboa, em cujo livro A China e os Chins há numerosas referências às mesmas. Assim, "cômodamente embalados em cadeirinhas azuis, já que a nossa hierarquia não nos permitia usar as verdes" foi que partiram, êle e os demais integrantes da missão brasileira, ao encontro de Li-hung-chang, a autoridade a quem caberia assinar, em nome do Imperador Guangxu, o tratado de amizade sino-brasileiro (8).

Palanquins e cadeirinhas vindas do Extremo-Oriente ou da Índia, ou já fabricadas localmente em imitação delas, devem ter circulado no Brasil já desde fins do Séc. XVII, embora comprovadamente só em começos do Séc. XVIII. Baseando-se no famoso parecer de 12 de fevereiro de 1738, no qual Venceslau Pereira da Silva critica acerbamente o luxo dos baianos, Gilberto Ferrez acredita que as primeiras cadeirinhas surgiram em Salvador por volta de 1729, já que no aludido documento pode-se ler:

> ... não sendo menos intolerável o uso e abuso de cadeiras guarnecidas de ouro e sedas, que são as carruagens da terra, moda introduzida há 9 ou 10 anos e há pouco permitida a pessoas de inferior condição, no que fazem excessivas despesas com o fornecimento, sustento e vestuário de muitos escravos ocupados inutilmente e caríssimos no tempo presente, como é notório (9).

A existência de tais veículos na Bahia é porém anterior à data assinalada por Ferrez, pois a eles refere-se Antonil, cujo livro Cultura e Opulência do Brasil é de 1711:

> Cavalos de respeito, mais do que bastam, charameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaios mimosos não servem para ajuntar fazenda... e muito menos as recreações amiudadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo (10).

Pelas últimas décadas do Séc. XVIII, as cadeirinhas deviam ser muito numerosas em Salvador, a ponto de suscitarem protestos o luxo que exibiam, e o dispêndio que acarretavam. Numa carta que escreveu em 1781 a Domingos Vandelli, o futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, retoma as críticas externadas mais de quarenta anos antes por Pereira da Silva, ao mesmo tempo em que esboça um panorama da sociedade baiana da época:

> É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo: ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a toda lei, é indispensável ter pelo menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada e um criado para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem essa corte de africanos está seguro de passar por um homem abjeto e de economia sórdida. E quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste aparato romanesco ou ainda a desumanidade de se fazer por deleite puro carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apedrejado como um visionário e inovador. Assim todos aspiram a ter a sua cadeira com o aparelho competente ainda que a tenuidade da sua fortuna...(11).

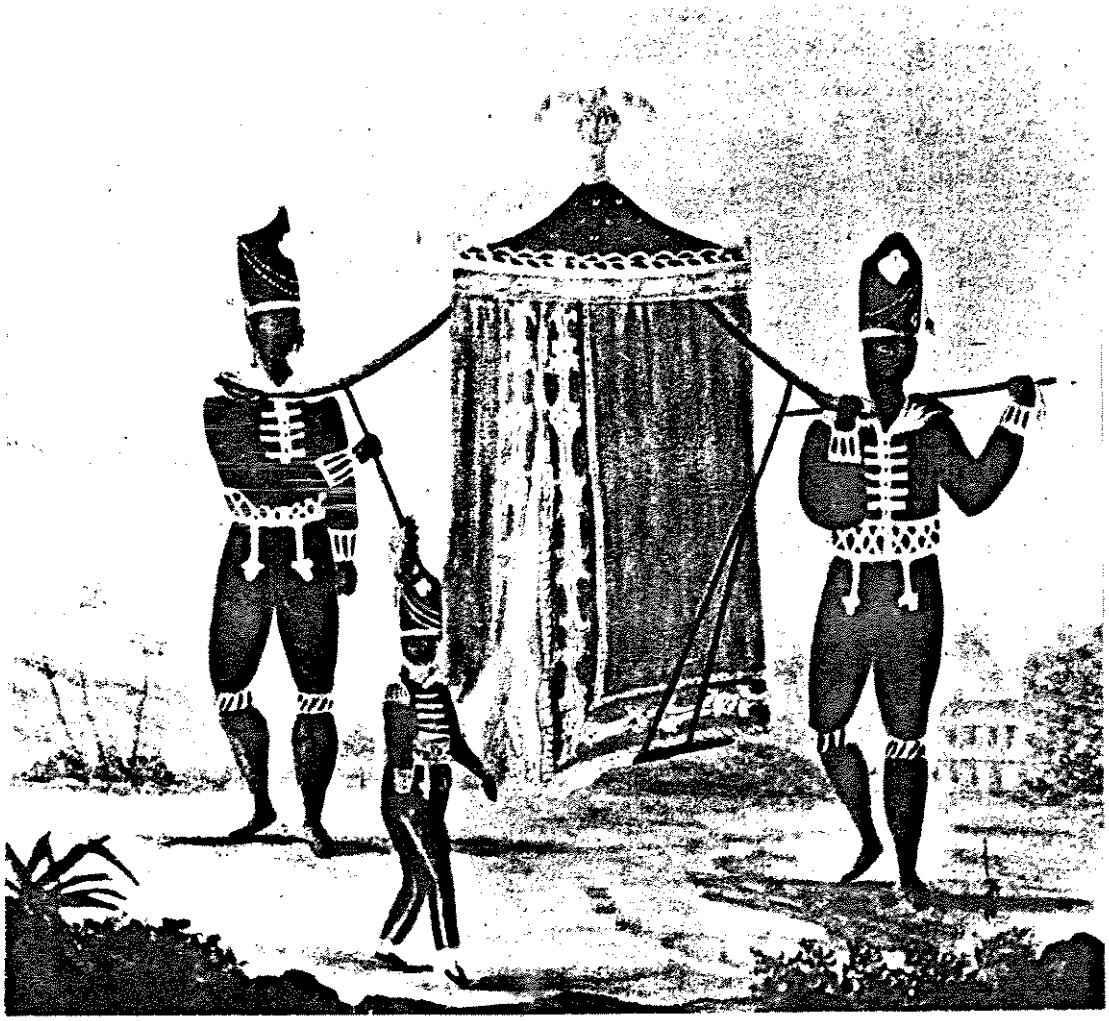
Também os senhores-de-engenho tinham aderido ao conforto das cadeirinhas, e quando vinham à cidade era nelas que se faziam transportar, como o comprova essa passagem de Vilhena nas Cartas Soteropolitanas:

> Esta é a glória dos Senhores de Engenho e para maior auge dela têm na Cidade casas próprias ou alugadas; cumpre muito que tenham cocheira, ainda

> que não haja sege, o que suprem asseadas cadeiras que todos têm em que saem acompanhados dos seus lacaios mulatos, ornados de fardamentos asseados (12).

Também no Rio de Janeiro a introdução de cadeiras de arruar deve ter ocorrido nos primeiros anos do Setecentos, tanto que uma ordem de 1723, do Ouvidor Antonio Abreu Grade, vedava que as utilizassem mulheres desprovidas de nobreza, ou que ao menos não fossem casadas com nobre (13) - lei que obviamente nem sempre terá sido cumprida à risca.

Até começos, pelo menos, do Séc. XIX, todos êsses veículos orientais foram comunissimos em diversas cidades brasileiras, notadamente em Salvador, Rio de Janeiro e Vila Rica, tornando-se a partir de então cada vez mais escassos. Os exemplares mais ricos foram decerto os baianos da primeira metade do Setecentos, com apliques de ouro e prata, revestidos de pesados reposteiros com abundante ornamentação. Tais veículos eram conduzidos por escravos enfiados em vistosos trajos multicoloridos, embora descalços, como era de costume, e talvez até para maior aderência dos pés ao chão irregular. Tudo contribuía dessa maneira para compor uma cena de forte sabor asiático, o que foi aliás enfatizado por alguns europeus e norte-americanos que visitaram Salvador, Rio ou Recife. O inglês Thomas Lindley, que esteve na Bahia entre 1802 e 1803, escandalizou-se com a excessiva ornamentação dos palanquins usados pelos membros da alta sociedade, como por exemplo o pai do Conde de Passé, Francisco Antonio de Argolo Queirós, que ao falecer em 1803, arruinado mas ainda cercado de luxo, deixava entre muitos



Aquarela do Tenente Ver-Huell, executada em Salvador entre 1807 e 1810, mostrando escravos ricamente trajados carregando uma luxuosa cadeirinha fechada; abaixo, exemplar de cadeirinha (serpentina) da primeira metade do Séc. XIX, conservado no Museu Paulista.

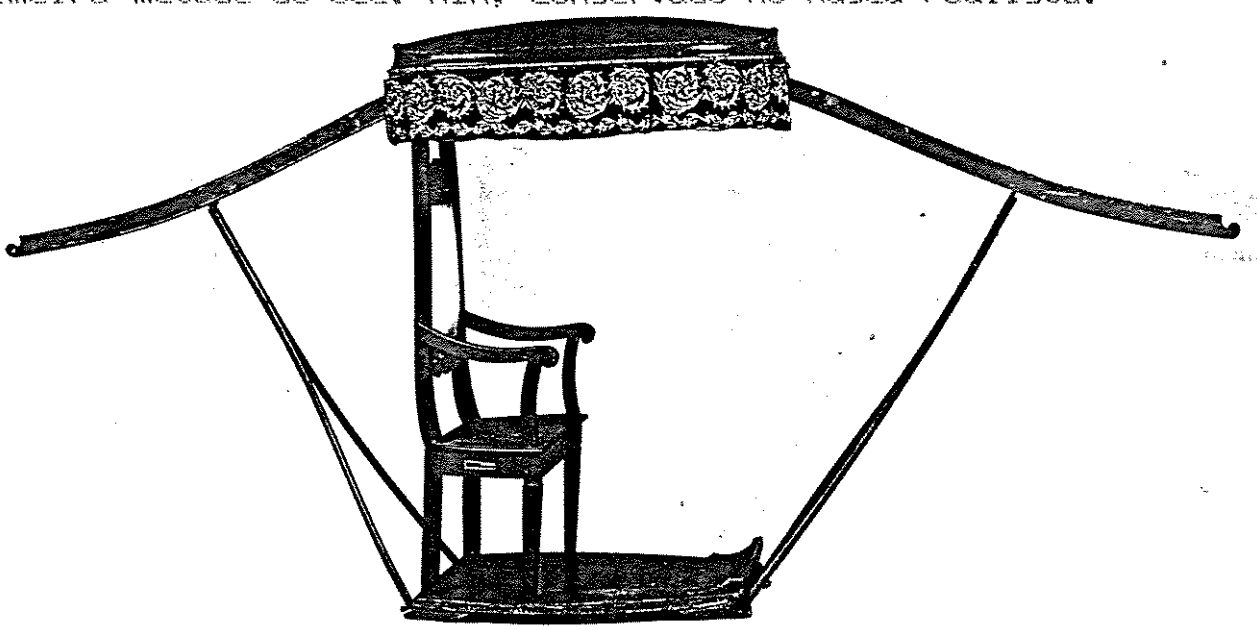
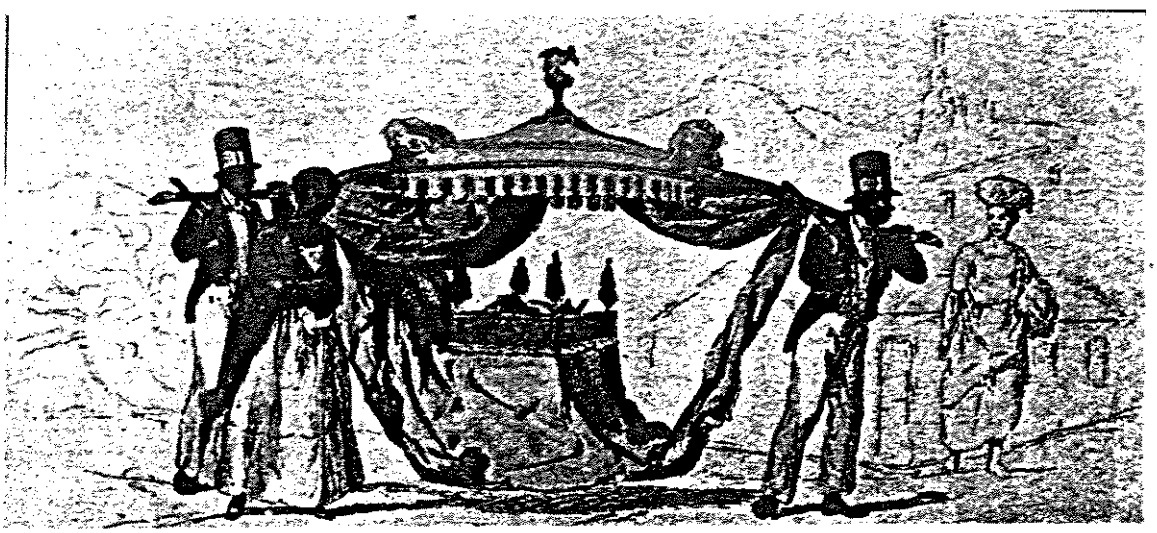




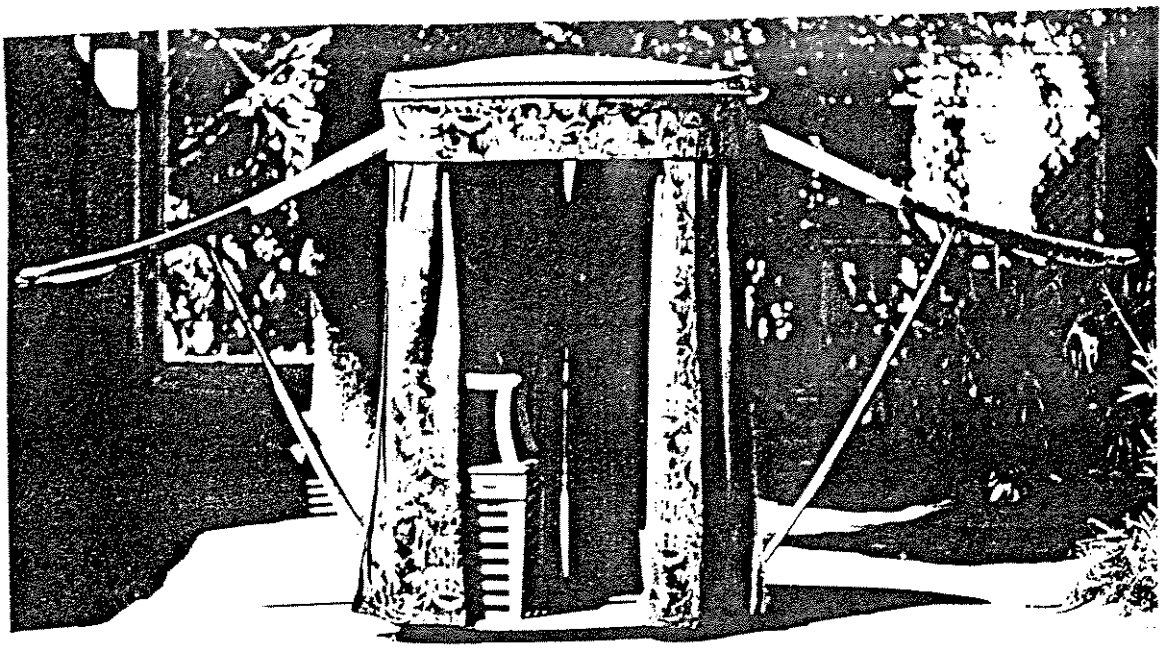
Ilustração do livro de Julius Naecher Land und Leute in der Brasi-li anischen Provinz Bahia (Leipzig, 1881), vendo-se cadeirinha e, ao fundo, crianças que soltam papagaios. A mulher, na cadeirinha, ainda segura um leque.



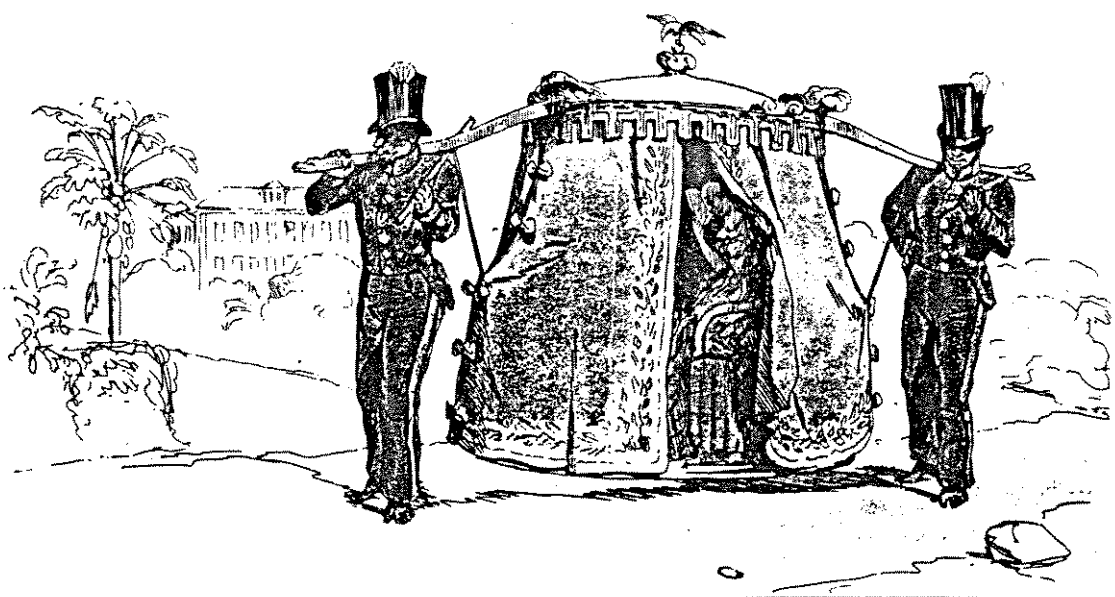
Enterro d'Anginho, litografia do álbum Brasilian Souvenir, de Ludwig e Briggs (Rio de Janeiro, 1846-1849), mostrando como as cadeirinhas serviam também para certas ocasiões fúnebres.

outros bens (que incluíam um imenso serviço de porcelana Companhia das Índias, com nada menos de 419 peças!), "uma cadeira de arruar ainda nova", e "uma outra dita de braços já usada com suas vidraças" (14). Existem abundantes representações em pinturas, aquarelas e desenhos dessas cadeirinhas baianas, nenhuma, porém, mais graciosa do que a que executou em começos do Oitocentos o tenente holandês Ver-Huell (15).

Palanquins e cadeirinhas continuaram sendo usados em Salvador até pelo menos fins do segundo terço do Séc. XIX, isso porque a topografia da cidade, com suas ladeiras íngremes e calçamento pé-de-moleque, pouco estimulava a adoção de outros tipos de transporte. Não que tais veículos inexistissem, que não circulassem pelas ruas seges e traquitanas - como as que podem ser vistas, por exemplo, na linda pintura de fins do Setecentos que representa a visita anual dos Governadores e do Corpo Municipal de Salvador à Capela da Graça, pelo dia de São João Batista (16); mas eram veículos raríssimos, que serviam apenas a altas autoridades e funcionários graduados - eram os chapas brancas de então. No que respeita à qualidade do transporte proporcionado pelas cadeirinhas, as opiniões variam, de acordo com os gostos. O dinamarquês Friis, que esteve sucessivamente em Salvador e no Rio de Janeiro em 1861, considerou-as incômodas e sobretudo perigosas, sacolejando aos ombros de displicentes carregadores e se arriscando a despencar ladeira abaixo a qualquer passo em falso; já Henrique C. R. Lisboa julgou-as meio de transporte particularmente adequado para vencer as desigualdades do solo das ruas de Tientsin (17). Oscar Canstatt, na Bahia em 1860, "menos por preguiça do que pela curiosida-

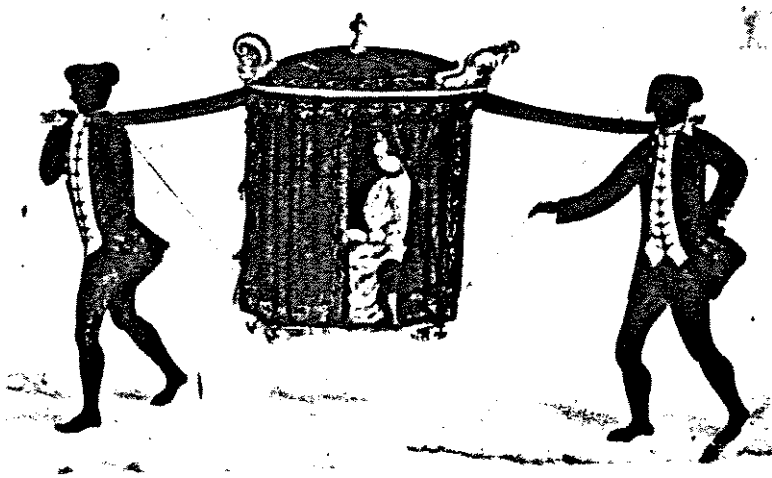


Espléndido exemplar de serpentina baiana de fins do Séc. XVIII ou já de começos do Séc. XIX; observe-se a ornamentação à base de motivos chineses a ouro (apud Edgard de Cerqueira Falcão, Relíquias da Bahia, 1940)



A caminho da Missa - Cadeirinha (do álbum Brasilian Souvenir, publicado por Ludwig & Briggs, c. 1846-1849).





A esquerda, desenho de Hippolyte Taunay para o livro Le Brésil, de F. Denis (Paris, 1822); acima, cadeirinha baiana, aquarela de Carlos Julião, c. 1779; embaixo, cadeirinha à entrada do Passeio Público do Rio de Janeiro, por Karl von Theremin, c. 1835



da" aventurou-se a embarcar numa dessas oscilantes cadeirinhas, porém, enjoado com o sacolejo monótono, abandonou-a em meio ao passeio, que preferiu terminar a pé. Em 1865, também em Salvador, Madame Agassiz espanta-se ao deparar com a cadeirinha, que nunca pudera imaginar ainda existisse no Ocidente, e tenta estabelecer um paralelo entre êsse meio de transporte e a própria cidade, "com suas ruas em precipício, suas casas bizarras, suas velhas igrejas", a qual na sua opinião era "tão estranha e tão antiga como êssa singular veículo" (18).

Em cidades como Rio ou Recife, onde o terreno era plano e o traçado mais regular, os palanquins foram substituídos mais cedo por veículos de tração animal, muito embora ainda existissem em ambas cadeirinhas em época bastante tardia. Assim, em fins da década de 1840 Walter Colton observou no Rio de Janeiro que algumas cocheiras guardavam, lado a lado, carruagens de duas ou quatro rodas, e velhas serpentinas, é que, como explica Gilberto Freyre, "como o negro continuava a ser mais fácil que o cavalo e mesmo a mula, as senhoras menos abastadas saíam de palanquim, enquanto as carruagens repousavam nas cocheiras dos sobrados patriarcais" (19).

Desgastados pelo tempo, de muitos desses rudimentares veículos orientais ou imitativos dos orientais, restaram sòmente representações visuais, feitas por artistas como o já mencionado Ver-Huell, ou ainda por Carlos Julião, Debret, Hypollite Taunay e tantos mais; uns raros espécimes acham-se recolhidos contudo a museus, como o Histórico Nacional do Rio de Janeiro ou o do Ipiranga

em São Paulo. Não poucos dos que restaram exibem nos padrões ornamentais dos seus forros, quando não nas formas, elegantemente arrebitadas, de seus contornos, a indisfarçável, inconfundível marca da China.

Notas

(1) - Rinquixá, ou jinriquixá, é uma das poucas palavras portuguesas de orígem chinesa, derivando de ren (gente), li (força) e bs (carro): um carro movido a força humana. No que respeita a carros dotados de rodas puxados por homens, só tivemos no Brasil carroças de carga, que eram puxadas (e em certas regiões talvez o sejam ainda) pelos burrinhos-sem-rabo.

(2) - Palanquim deriva de palaki, vocábulo do idioma newari, falado por pequena minoria racial do Nepal e integrando o subgrupo tibeto-birmanês da família linguística sino-tibetana.

(3) - A aquarela 104 do Thier-Buch, de Wagener, mostra uma mulher conduzida em seu palanquim por dois escravos negros. Um palanquim vê-se num detalhe da Paisagem com Tamanduá, de Frans Post, pintada em 1649 e hoje na Alte Pinakotheke de Munique. Palanquins, liteiras, redes ou machilas ocorrem nas chamadas Tapeçarias das Índias (Les Deux Taureaux, Le Roi Porté), feitas a partir de desenhos originais de Post, Eckhout e talvez ainda outros artistas de Nassau ativos entre 1637 e 1644 no Nordeste do Brasil, bem como numa das ilustrações de Georg Marcgraf nas margens do mapa do Brasil executado em 1638-1640, do qual existem cópias (devidas a Johannes Vingbons) no Vaticano e em Recife. Ressalta-se o têxtil que protege o passageiro real, em Le Roi Porté, nitidamente asiático em suas retumbâncias de amarelo e vermelho.

(4) - Luís de Matos: Imagens do Oriente no Século XVI - Reprodução do Código Português da Biblioteca Casanatense. Imprensa Nacional, Lisboa, 1985, págs. 103-104, ilustr.LIII.

(5) - François Pyrard de Laval (1570-1621) partiu para as Índias em 1601, em busca de aventuras - e como as teve! Afundando o navio que o levava junto às Maldivas, foi feito prisioneiro dos nativos, mas caiu nas graças do Rei do Malé. Aprisionado cinco anos depois pelo Rei de Bengala, logrou escapar e chegou ao Cochin, depois de atravessar o Indostão. Em Cochin os portugueses detiveram-no como espião, remetendo-o para Goa. Liberto, sob a condição de se alistar, participou de expedições militares portuguesas no Ceilão, Malaca, Java e Molucas, e ao cabo de dois anos deixaram-no partir para a Europa a bordo de uma nau lusitana que soçobrou à altura do litoral baiano. Em Salvador, enquanto aguardava outra nau que afinal o conduzisse de volta a seu país, passou cerca de dois meses. Novamenba em França em 1611, nesbe mesmo ano publicava o relato das suas peripécias: Discours du Voyage des Françoís aux Indes Orientales. Em 1615 surgiu nova ediçã0, Voyage de François Pyrard de Laval, redigida por Pierre Bergeron, pois Pyrard ele próprio era um iletrado. Sua descrição da vida em Salvador, em 1610, é a mais antiga feita por um estrangeiro acerca de

uma cidade brasileira. Cf. Rubens Borba de Moraes: Bibliographia Brasiliana, Colibris, Amsterdam/Rio de Janeiro, 1958, Vol II, págs. 168-170.

(6) - Jonathan D. Spence: O Palácio da Memória de Matteo Ricci, Companhia das Letras, São Paulo, 1986, pág. 131.

(7) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc.XVIII, Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, pág. 586. O comandante ainda acrescenta, sobre as mulheres de Macau: "Quanto às mulheres - as mais principais, são bastante recatadas e quando saem fora é dentro de seus palanquins". Talqualmente no Brasil, por igual época.

(8) - Henrique C. R. Lisboa, que era fotógrafo amador e até transformara parte do banheiro de sua casa em Tientsin em laboratório (como informa à pág.236 do seu livro), foi com muita probabilidade quem fez pelo menos algumas das fotografias em que se baseiam as ilustrações do livro. Entre as 44 gravuras fora do texto mostram cadeirinhas Vista do caes de Hong-Kong, após a pág.10, Depois de uma luta heróica, puz-me afinal em marcha (pág. 55) e Só então verifica o noivo si foram capciosas as informações da corretora (pág. 315). A China possue também, é obvio, a Deusa das Cadeirinhas - uma jovem noiva assassinada ao se dirigir para a cerimônia de casamento num desses veículos.

(9) - Gilberto Ferrez: As Cidades do Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII, IHGB, Rio de Janeiro, 1963, pág. 42.

(10) - Antonil (João Antonio Andreoni): Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, Lisboa, 1711 (2a. ed. São Paulo 1923).

(11) - Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 31, págs. 28-29. Cf. Wanderley Pinho: História de um Engenho do Recôncavo, Companhia Editora Nacional/INL/Pró-Memória, São Paulo, 1982, pág. 489.

(12) - Luiz dos Santos Vilhena: Notícias Soteropolitanas e Brasílicas, Anotadas pelo Prof. Braz do Amaral, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 1921.

(13) - Sigrid Porto de Barros: "A Condição Social e a Indumentária Feminina no Brasil-Colônia", Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 8 (1947), Rio de Janeiro, 1957, págs. 138-139.

(14) - Wanderley Pinho, op. cit. pág. 496. Luxuosíssima deve ter sido também a "cadeirinha de ombros com cortina de veludo carmesim" que pertenceu a Bárbara Heliodora, a "Bárbara Bela" do poeta Alvarenga Peixoto, com quem se casou em 1781. Após a prisão do inconfidente, tal cadeirinha foi vendida pelo elevado preço de 80 mil reis, o mesmo alcançado por uma "morada de casas assobradadas, cobertas de telhas, e assoalhadas, com quintal murado de pedras no Arraial de Lajem (São João del Rei)", também de propriedade do poeta. Cf. Hélcia Dias: "O Mobiliário dos Inconfidentes", Arquitetura Civil III - Móveis e Alfaias, Mec/Iphan - Fau/Usp, São

Paulo, 1975, pág. 151.

(15) - Ver-Huell (1787-1859), tenente da Marinha de Guerra neerlandesa a bordo do De Vlieg, dirigia-se a Java quando seu navio teve de aportar a Salvador, avariado. Alí permaneceu detido de 1807 a julho de 1810, tendo tido ocasião de executar diversas aquarelas da cidade, sobre a qual também tomou apontamentos mais tarde publicados no livro Mijne eerste Zeereis (Rotterdam, 1842; reeditado em 1976).

(16) - É pintura anônima de 190 x 290 em conservada ainda hoje na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Salvador. Possue, além do evidente interêsse artístico, importância iconográfica e histórica, não só porque representa um documento único acerca dos meios de transporte em Salvador na segunda metade do Setecentos, como também por ser das primeiras, senão a primeira marinha da pintura brasileira, já que mostra, no segundo plano, sobre uma língua de praia, Catarina de Paraguaçu e Diogo Alvares Correia em meio a uma dança de índios. Nota-se, no primeiro plano da composição, um cortejo de seges e traquitanas: seges eram veículos puxados por um só cavalo, sobre o qual montava o cocheiro, dotados de duas rodas e cobertos; traquitanas, ou tipoias, eram seges maiores, de quatro rodas, sendo as dianteiras menores. Manuel Raimundo Querino, em A Bahia de Outrora, Progresso Editora, Salvador, 1955, pág. 254, sustenta que o último palanquim deixou de existir na Bahia em 1871, ano em que Francisco Antonio Pereira da Rocha importou um veículo a vapor para o transporte de passageiros. Tinha cinco rodas protegidas por aros de borracha, e ficaria logo conhecida como "a borracha do Rocha".

(17) - Henrique C. R. Lisboa, op. cit. págs. 242-243: "O gênero de transporte que tínhamos felizmente escolhido evitou-nos o incômodo que causam as desigualdades do solo nas ruas de Tientsin". Vale lembrar que, na série de paralelos que esboçou em 1884, após conhecer o Ocidente, entre as civilizações chinesa e ocidental, Yuan Zuzhi lamentou o fato de que nos países da Europa "só se conhece o fatigante meio de transporte dos cavalos e carruagens, sem se dispor do conforto das liteiras e cadeirinhas" (Cf. André Lévy: Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente por Viajantes Chineses Na Belle Epoque, Companhia das Letras, São Paulo, 1988, pág. 128.

(18) - As citações de Canstatt e Madame Agassiz ocorrem em Moema Parente Augel: Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista. Cultrix/Mec, São Paulo, 1980, págs. 234-235.

(19) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985, Tomo 2., pág. 495.

Medicina Simbólica

Os chineses sustentam que sua medicina teve origem há quase cinco milênios, com os Imperadores Chen Nung (2838 a 2698 a. C.) e Huang-Ti (2698 a 2598 a.C.). Chen Nung teria sido o primeiro a debeçbar na própria Natureza o princípio dos Cinco Antagonismos, além de ter descrito as qualidades terapêuticas de numerosas hervas, ao passo que Huang-Ti seria o Pai da Medicina, autor de um tratado sobre as doenças do organismo, o Nei Ting. Deixando de lado o mito pela História, sabe-se que os mais antigos textos chineses sobre matéria médica remontam ao Séc. IV ou V a. C., e que o primeiro médico diferenciável tanto dos sacerdotes quanto dos magos foi Pien Tsio, que viveu entre 430 e 350 a. C., ou seja, mais ou menos pela mesma época em que Hipócrates na Grécia. Por volta do Séc. II a. C. a medicina chinesa já estava muito desenvolvida, e sob a Dinastia Tang (618 a 906 d.C.) enormes progressos tinham sido obtidos em especialidades como a Anestesiologia, a Cirurgia, a Hidroterapia, a Acupuntura, a Pediatria, a Dietética, a Oftalmologia e a Obstetrícia (1).

Do ponto de vista chinês, é o organismo humano uma combinação perfeita dos Cinco Elementos - Fogo, Água, Metal, Madeira, Terra - os quais se relacionam aos Cinco Planetas, aos Cinco Paladares, às Cinco Vísceras, aos Cinco Metais e às Cinco Cores. Tomando-se como ponto de partida que a Água cria a Madeira e apaga o Fogo; o Fogo origina a Terra e derrete o Metal; o Metal gera a

água e abate a Madeira; a Madeira alimenta o Fogo e exaure a Terra; e a Terra produz o Metal e detém a Água, chega-se ao primeiro princípio da medicina chinesa, que é conservar o equilíbrio dos Cinco Antagonismos entre si, numa harmonia que deve ser restaurada sempre que o excesso ou a carência de um dos Cinco Elementos produza uma ruptura, que é a doença. O coração liga-se ao Fogo, o fígado à Madeira, o estômago à Terra, os pulmões ao Metal e os rins à Água; por conseguinte, para curar pulmões enfermos (Metal) é preciso tratar o estômago (Terra), para melhorar o desempenho do fígado (Madeira) há que cuidar dos rins (Água), e assim por diante.

O compêndio clássico da medicina chinesa é o Ban Tsao Gangmu, um imenso tratado de História Natural, ilustrado, em cuja compilação Li Shizeng (1518-1598) trabalhou cerca de 26 anos. Publicado em 1578, descreve 1892 espécies animais, vegetais e minerais utilizáveis em 8160 receitas para todas as doenças, moléstias e enfermidades, além de mencionar pela primeira vez o processo da vacina, que mais tarde originou no Ocidente a Imunologia. Algumas das fórmulas do Ban Tsao são simplesmente aterrorizadoras, como por exemplo a Poção dos Cinco Venenos - um inacreditável coquetel de centopéias, escorpiões, cobras, sapos e aranhas, cuja ingestão era altamente recomendável contra a tosse, catarros, reumatismos e calafrios! Pedras, chifres, morcegos, fósseis, unhas, estalactites, conchas, carapaças de tartarugas, lacraias, olhos, ossos, lagartos, lagartixas, besouros, cantárides, tudo entrava na preparação dos remédios chineses, se bem que a maior parte dependesse de plantas e hervas, encaradas porém mais em razão do seu valor sim-

bólico do que por suas virtudes medicinais intrínsecas (2).

Essa era - em linhas muito frouxas - a situação da medicina e da farmacopeia chinesas quando ao país chegaram os portugueses, em começos do Séc. XVI. Ressalta-se desde logo o fato, nada casual, de que o primeiro embaixador português enviado à China, em 1516, foi o boticário Tomé Pires, filho do boticário-mor de Dom João II. Sua escolha foi criticada por não ter recaído num nobre, mas defendeu-a o Governador de Goa, Lopo Soares de Albergaria, de vez que Tomé Pires "conhecia melhor do que outro as drogas que havia na China". Esse Tomé Pires chegara à Índia já em 1511 como "feitor das drogarias", e em função desse cargo esteve em Cananor, Malaca e Cochim. Numa carta que remeteu ao Rei Dom Manuel descreve diversas drogas que conhecera em suas viagens, como o ruibarbo, o ópio, o aljôfar, a mirra e o aloés, além de mencionar medicamentos estranhos, como a múmia, indicada no tratamento de infecções e do câncer.

> uma umidade de corpos mortos que se obtém dessa maneira: quando morre o homem limpam-no das tripas e fressuras e lançam-lhe dentro mirra e aloés e tornan-no a cozer e metem-no assim em sepulcros com buracos; esta mistura, com a umidade do corpo corre e apanha-se, e este líquido chama-se múmia (3).

Não foram só boticários portugueses que estiveram ainda no Séc. XVI na Ásia Oriental; médicos também, como Garcia de Orta, Luís de Almeida, Cristóvão da Costa e vários outros. Todos, ao mesmo tempo em que levaram às Índias a medicina ocidental da época, recolheram in loco tradições milenares, que se incumbiram a

seu turno de introduzir em Portugal. Essa presença de médicos e boticários lusitanos na Índia e no Extremo Oriente seria portanto de fundamental importância para a revitalização dos estúdos da medicina, uma ciência que entre 450 a. C., pouco mais ou menos, e os começos do Séc. XVI, permanecera atrelada aos ensinamentos de Hipócrates, ou aos comentários que sobre eles fizeram Galeno e Avicena.

Das maiores figuras da Renascença em Portugal foi Garcia de Orta, nascido ainda em fins do Séc. XV. Tendo estudado Medicina na Espanha entre 1515 e 1525, Orta era professor de Lógica na Universidade de Lisboa quando em 1534 viu-se obrigado a fugir para a Índia, judeu que era, para escapar à Inquisição. Foi em Goa, em 1563, que publicou o primeiro grande tratado médico em idioma português, fruto de trinta anos de estudos e observações: Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia, livro genial, no qual põe a conversar seus dois "heterônimos" - o Dr. Ruano, formado em Salamanca, erudito e livresco, e o Dr. Orta, que acredita mais no que vê e se guia pela prática. A repercussão da tradução latina dos Colóquios, aparecida em 1567 e devida a Clusius, foi imensa, tanto que o livro seria posteriormente lançado também em espanhol, italiano e francês. O livro de Orta, como várias farmacopéias e receituários dos Sécs. XVI, XVII e principalmente XVIII, também circulou no Brasil.

Outro médico português de grande atividade no Extremo Oriente foi Luís de Almeida, que fundou em Oita, no Japão, uma aula ou escola de medicina e cirurgia, logo conhecida como Escola

Cirúrgica dos Bárbaros do Sul (bárbaros do Sul, namban-ji, era o nome que os japoneses deram primeiro aos chineses, depois aos portugueses, com os quais entrariam em contacto em 1543). Nessa escola Namban, fundada em 1555, Luís de Almeida incumbiu-se do ensino da cirurgia - diz a tradição que, ajudado por Duarte Silva, chegou a realizar sete operações num só dia -, enquanto médicos chineses e japoneses se encarregavam das demais matérias. Luís de Almeida faleceu em Macau, depois de ter criado em várias cidades nipônicas hospitais e postos cirúrgicos, nos quais se prepararam diversos cirurgiões.

Foi através da atuação de homens como Garcia de Orta e Luís de Almeida que a medicina portuguesa pouco a pouco impregnou-se de idéias novas, idéias que nada deviam quer a Hipócrates ou Galeno, quer à tradição arábe-judaica, e que não se aprendiam nos cursos regulares de medicina então existentes na Europa (4), antes se prendendo à antiquíssima tradição asiática, diretamente recolhida em suas próprias fontes.

Já a partir do Séc. XVI práticas médicas e remédios asiáticos começam a chegar aos países ocidentais, levados por médicos, boticários ou enfermeiros leigos, ou por missionários (jesuítas sobretudo) que tinham estado na China, na Índia e em outras regiões remotas. No que respeita à introdução de receitas asiáticas nas colônias americanas, papel primordial coube aos jesuítas, em cujas bem sortidas boticas era possível aviar-se mezinhas e poções oriundas dos longínquos territórios onde se tinham estabelecido. Já na primeira botica jesuítica, fundada em Roma pelo pró-

prio Inácio de Loyola, trabalharam médicos e enfermeiros portugueses, como o padre Baltazar de Torres e o Irmão Luís Quaresma, sem falar no japonês Bernardo de Cangoxima, que tinha sido educado por portuguesas (5). Boticas jesuíticas cedo surgiriam no mundo português, de Evora a Macau e de Goa a Lisboa; no Brasil criaram-se na Bahia, em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, para só ficar nas de maior porte (6).

O Archivum Romanum Societatis Iesu conserva em Roma um códice de enorme valor para o estudo de farmacopéia jesuítica: a Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugual, índia, de Macau e do Brasil. Ignora-se o nome do autor da compilação, o qual alude à "...experiência que tenho de todas as quatro partes do Mundo e exercitando em todas elas a caridade de aplicar alguns remédios". Das mais de 200 receitas que compõem a Coleção, 62 são originárias do Brasil, algumas exibindo nomes ameaçadores, como a "Pedra Infernal Optima" preparada no Colégio da Bahia, que outra coisa não é senão o inofensivo nitrato de prata, usado "para se abrirem fontes, para exterminar verrugas, para consumir as carnes supérfluas e calosas das úlceras, e para outros semelhantes efeitos", e cuja preparação tinha de ser feita "em huma sopeira da índia", e em local "aonde não faça vento algum, e quando se fizer desvie-se a cara de cima da operação" (7).

Não são porém as receitas do Brasil que ora nos interessam, e sim as "pedras cordeais" de Goa e sobretudo as 27 provenientes da botica de Macau. Entre essas últimas estão a "agoa Fe-

brefuga" e a "agoa Prodigiosa", os balsamos estomacal e apoplético, cachundês (8) do Japão e "optimo", o emplastro "Vulnerário Magistral", "manteiga de chumbo", "óleo de Aparício", "pedra bazar artificial", "pedras de porco espinho", pílulas douradas "celebérrimas em todo o Reino da Cochinchina", "pomada contra as dores da Madre", "poz para lombrigas", "trocismos de Fiorabanto", "unguento para almoróides" e "xaropes de dormideiras brancas". Merecem destaque nessa relação as "pedras cordeaes" de Goa e as "pedras basar" de Macau. As pedras cordeais foram criação do Irmão Gaspar Antonio, natural de Florença, em meados do Séc. XVII; são também chamadas "pedras de Gaspar Antonio". Fabricadas pela botica do Colégio de São Paulo em Goa, desfrutaram de grande reputação inclusive na Rússia e na China: duas onças dela foram oferecidas pelo Senado de Macau em 1714, quando do sexagésimo aniversário do grande Imperador Kangxi - o que bem demonstra a sua raridade. Autores antigos referem-se com respeito a essa "artificiosa pedra", "manipulada de diversos e selectos simplices, todos cardíacos e bezoárticos", e recomendada "nas febres malignas e ardentes, quando o doente está com grandes ânsias", e bem assim "nas melancolias e palpitações do coração" (9). Tão procuradas foram essas pedras cordeais que em Goa e outros lugares da Índia começaram a falsificá-las - da mesma maneira como já havia muito tempo se falsificava a "mumia", a partir de carne de camelo torrada, como explica Tomé Pires em começos do Séc. XVI. Quanto às "pedras basar", ou "bezoar" - o vocábulo é de origem malabar -,constituíam contraveneno poderoso, e eram por isso muito disputadas por reis e potentados. Esféricas ou piriformes, eram formações calcáreas que ocorriam no bucho de cabras e bodes. Retiradas e montadas em riquíssimos en-

gastes de ouro ou outro metal raro, deviam ser conservadas próximo ao paciente, de preferência em contacto com sua epiderme, para mais rápido efeito.

Além dessa Coleção de 1766 existiu outro repertório de receitas médicas preparado pelos jesuítas do Brasil - para certos autores, pelo próprio José de Anchieta, que como se sabe era enfermeiro. Trata-se da Arvore da Vida, que Teixeira de Sousa afirma estar recheado de "fórmulas da mais grotesca e obsoleta terapêutica". E dá exemplos dessa medicina simbólica:

> Como então induziam-se rotineiramente indicações curativas e específicas de extravagantes analogias entre as moléstias e certa substâncias, manda-se na Arvore da Vida empregar contra as areias e cálculos da bexiga resíduos minerais, como o pó de cristal calcinado; contra o cancro, poção com pó de olhos de caranguejo; e como tópico das úlceras cancerosas, partes pulverizadas do mesmo crustáceo (10)

Há sem dúvida profundas afinidades entre esse tratado jesuíta do Séc. XVI ou XVII e o velho Ban Tsao chinês, visto como ambos utilizam os vários ingredientes que entram na composição das receitas levando em conta acima de tudo seu valor emblemático.

O predomínio do simbólico observa-se aliás em diversos outros receituários antigos luso-brasileiros, como por exemplo a Luz da Medicina Prática, Racional e Metódica, de Henrique Valente de Oliveira (1664), a Medicina Lusitana: Socorro Délfico aos Clamores da Natureza Humana, de Francisco da Fonseca Henriques, cognominado "o Mirandela" (1710), a Atalaia da Vida contra as Hostí-

lidades da Morbe, do célebre João Curvo Semedo (1720), o Erário Mineral, de Luís Gomes Ferreira (1735), a Arte com Vida, ou Vida com Arte, de Manuel da Silva Leitão (1738), o Governo de Mineiros, de José Antonio Mendes (1739) ou a Relação Cirúrgica, e Médica, de João Cardoso de Miranda (1741) entre muitos outros que então circularam em nosso país (11). Luís Gomes Ferreira preconizava contra os "sonhos tristes" que se pendurasse ao pescoço do paciente âmbar branco, enquanto José Antonio Mendes receitava como remédio infalível contra dor de garganta pescoço de galo, torrado e reduzido a pó. Alguns dos ingredientes que entravam na preparação dos remédios então empregados no Brasil parecem saídos diretamente das páginas de tratados de bruxaria: leite de cachorra preta, meio copo de sangue de dragão, trezentos ovos fritos de formiga, dentes de caveira na brasa, pó de sapo, calor de cão vivo deitado em cima do estômago inflamado, urina e excremento, humanos e de vários animais, unto de homem que acabe a vida com morte violenta (ótimo para a calvície, conforme o Mirandela), ratos esfolados, mão de defunto, minhocas...(12). É que a medicina da época fundamentava-se ainda na superstição e na alquimia, não desprezava a astrologia - Rocha Pita, como os chineses, acreditava piamente que os cometas espalhavam epidemias -, e se aparentava de bem perto à magia e à simpatia, pouca importância dando à experimentação, àquilo que hoje chamaríamos pesquisa. É por isso que, no Erário Mineral, Luís Gomes Ferreira afiança que, caso uma mulher menstruada se mirasse num espelho, esse logo ficaria "manchado e sem luzimento", pois "é tanta a maldade e o veneno do dito sangue, que até nas coisas insensíveis faz estragos". Um simples experimento prático seria suficiente para deitar por terra tal crendice, e do mesmo modo a que

segue:

> Se alguma mulher, andando com a conjunção entrar na adega dos vinhos, os fará azedar e turbar; e o mesmo sucederá na cuba de azeites, porque estes ficarão como leite. Todas as plantas por onde a mulher passar ou lhe tocar a mão, se secarão de tal modo, que nunca mais tornarão a nascer.

Síntese dos acertos e dos absurdos da medicina luso-brasileira da primeira metade do Séc. XVIII é a Relação Cirúrgica, e Médica, de João Cadoso de Miranda. O autor, português residente em Salvador, praticara medicina no país de origem, na Bahia e também em Minas Gerais. Proprietário do galeão "Nossa Senhora da Penha de França", que fazia a ligação entre Salvador e a Africa, aparentava-se por parte de uma irmã ao respeitado médico Curvo Semedo, e ao tempo da publicação do seu livro achava-se com 84 anos de idade e nada menos de 58 de profissão, como esclarece não sem orgulho à pág. 31 da obra. Seu tratado, disposto em ordem alfabética como era de praxe, elenca em pequenos verbetes doenças e enfermidades, indicando remédios e tratamentos contra as mesmas. Também trata, por vezes, de matérias e assuntos que nada têm a ver com a medicina, dando por exemplo à pág. 102 uma receita para tingir os cabelos de louro, e indicando à pág. 524 para limpeza de pinturas escurecidas ou sujas, que se as esfregue com uma cebola crua.

Quando se diz favorável aos exercícios físicos, recomenda a boa ventilação dos aposentos dos enfermos e que se lhes troque as roupas com freqüência, Cardoso de Miranda é alguem muito à frente do seu tempo; tais momentos são porém raros, pois a norma é

que êle se incline para a superstição, deixando de lado a ciência. Acreditava, como os demais médicos de sua época, e como os antigos médicos chineses, que a doença era um corpo estranho introduzido subrepticiamente no organismo humano, de onde o poderiam expelir ou expulsar purgantes, lavagens, clisteres, vomitórios, sangrias, cataplasmas, pontas de fogo etc. Em suas receitas ocorrem com enorme freqüência ossos, sangue, esterco, minhocas cruas ou cozidas, moscas machucadas, cantáridas e pó de corujas que teriam feito as delícias de Li Shizheng. Recomenda, como remédio eficaz contra as "almorreydas", tratá-las "com um pequeno pano da camiza, ou do lençol, em que estivesse amortalhado qualquer defunto"; contra as "alporcas" (escrófulas), esfregá-las "por tempo de hum quarto de hora com a mão de hum defunto, & ao passo que o cadáver se for corrompendo na sepultura irão desaparecendo as alporcas"; contra baço ou fígado inchado "hu baço de vaca, ou de carneyro mediocremente pisado, misburado com huma pouca de terra da sepultura de qualquer defunto". A mordida de aranha curava-se pondo "em riba da dita mordedura hu punhado de moscas machucadas", e contra "ardores de ourina" nada como ministrar ao enfermo porções iguais de "pó de minhoca, & coral, desfeytos em água cozida com alcaçuz"(melhor ainda se as minhocas "se derem bem cruas, bem lavadas, & pizadas em gral de pedra". Sendo o "bafo" dos gatos a causa da asma, serão de grande proveito para a sua cura "pós dos gatinhos acabados de nascer, & mettidos vivos em hua panella nova barrada com seu besto, & seccos em o forno de sorte q se possam fazer em pó"...Gatinhos ("Tomay entam hum gatinho pequeno esfolado & tirandolhe as tripas, & entranhas se faça todo em picado grosso"), lagartixas ("Frigireis quatro, ou seis lagartixas vivas em meya canada de

azeyte"), rabos ("untar o lugar com sangue de ratinhos degollados antes de terem cabello"), cachorros ("Tomay os ossos das pernas, & dos braços do cão ruyvo") e até sapos ("se estancam certissimamente trazendo ao pescoço em huma bolsa hum sapinho secco") constituem a estranha matéria médica desse esculápio luso-baiano, para quem "atar na garganta hum escarpim, ou huma palmilha de meya bem suada, çuja, & fedorenta, he remedio, de que se tem visto efeytos maravilhozos em garrotilhos (laringite aguda, crupe) de pessoas, que estavam agonizando", e que acredita sem titubeio em "sympathia", explicando:

> A carne das cobras serve para curar a lepra, & as sarnas indomáveis, porque tem muyto sal volatil, & vemos, que todos os annos despe a pelle. A tunica inferior da muella, & estamago da gallinha confórta muyto o nosso estamago, & cura por admiração as suas dores...Os coraçõẽs de carneyro mal assados, & espremidos, deytam de si hu succo, que dado em caldo de perdiz, ou de gallinha, ou em vinho, esforção muyto os espiritos do nosso coraçãõ...A carne do veado ajuda muito a prolongar a vida, porque he animal tam vividouro, que vive 250. annos (13).

Notas

(1) - Jacques Gernet: O Mundo Chinês. Cosmos, Lisboa e Rio de Janeiro, 1974. Vol. II, págs. 266, 320-322; Samuel Couling: The Encicloposedia Sinica. London, 1917 (verbete "Pharmacopaeia"); C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976 (verbete "Medicine").

(2) - Como na preparação de remédios - de um e de outro lado do mundo - costumavam entrar materiais e substancias os mais insólitos, não admira que em 1700 tenham circulado em Macau fortes rumores de que os portugueses estariam comprando aos pais crianças chinesas, atais e amuis, com a finalidade de lhes arrancarem os olhos e com eles fazerem mezinhas. Cf. Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, pág. 13.

(3) - De corpos embalsamados obtinha-se também, desde tempos recuados, um rico pigmento castanho, betuminoso, que secava lentamente e era responsável por belos efeitos de glacis. Muito estimado no Séc. XVIII, esse pigmento "mumia" era adquirido a droguistas lavantinos pelos pintores, e se obtinha a partir de cadáveres que os judeus orientais conservavam com ajuda de aromas resinosos e betume da Judéia. Uma estória pitoresca e que pode ser verdadeira afirma que na pintura Intérieur de Cuisine, exposta no Salon de 1817 e hoje no Museu do Louvre, o pintor Martin Drolling (1752-1817) empregou pigmentos de múmia obtida dos corações embalsamados de onze personalidades reais francesas, adquiridos numa venda pública após a Revolução de 1789. Entre aqueles personagens reais ou da nobreza estavam Ana de Austria, Maria-Thérèse, o Duque e a Duquesa de Bourgogne, o Regente, Gaston d' Orléans, a Duquesa de Montpellier etc. é pelo menos o que conta G. Lenotre no livro Versailles au Temps des Rois (Grasset Editeur, Paris 1934, págs. 281-287).

(4) - Nos Sécs. XVI e XVII o curso médico era ministrado na Universidade de Coimbra em seis anos, e dividido em seis cadeiras. Segundo Eduardo de Abreu , "na primeira estudava-se o Tegne de Galeno e o livro de Locis effectus, repetido nos três primeiros anos escolares. De morbo et symptomata era lecionado no quarto ano. De differentia febrium, cursado no quinto ano. Todos êsses cursos compreendiam as cadeiras denominadas de Prima. A segunda cadeira denominada Vespera compreendia um único curso de cinco anos. No 1º explicavam-se os Aforismos de Hipócrates, e o nono livro Ad Almansorem, nos três subsequentes os demais livros da doutrina hipocrática. A 3a. cadeira, chamada tercia, constituía um curso de cinco anos, nos quais demonstravam-se as teorias de Avicena que representava a medicina árabe. Na 4ª cadeira, denominada noa, estudava-se Anatomia e Fisiologia, interpetrando-se nelas as doutrinas de Galeno traduzido em seu livro De usu partium. Estas quatro cadeiras, em grupo especial, denominavam-se maiores. As se-

guintes chamadas menores ou catedrilhas, compreendiam a 5a. cadeira, na qual lia-se o livro de Crisibus et de Diebus Criticis, lecionadas em dois anos, e no seguinte a De Naturalibus facultatibus. A 6ª e última cadeira compreendia um curso de cinco anos, na qual explicava-se De methodo medendis e De sanguinis missione, de temperamentis". Não havia uma ordem determinada ou distribuição metódica nas disciplinas: o aluno podia iniciar seu curso por qualquer matéria, mas ao concluí-lo, seis anos depois, deveria ter passado por todas elas ("A fisicatura-mor e o cirurgião-mor dos Exércitos no Reino de Portugal e Estado do Brasil". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1901, Vol. LXIII, I, págs. 176-177).

(5) - Duílio Crispim Farina: Esculápios Portugueses das Sete Partidas. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1979, págs. 32-34 e 24-29.

(6) - Padre Serafim Leite, S. I.: Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa/Rio de Janeiro, 1953, E, "Serviços de Saúde", págs. 83-96. As págs. 96-100 são elencados 109 enfermeiros e cirurgiões e 45 boticários ou farmacêuticos ativos no Brasil entre o Séc. XVI e o XVIII a serviço da Companhia de Jesus.

(7) - Serafim Leite, op. cit., reproduz em apêndice a Coleção de Receitas conservada em Roma (págs. 289-293).

(8) - Cachundé é palavra malaia, derivada de hachu ou catehu, uma substância vegetal extraída a varias espécies de acácias, e mais ondeh-ondeh, uma torta doce de farinha e coco (Padre Manuel Teixeira, op. cit. pág. 144). Outra versão sustenta originar-se no Malaio kachu, uma substância resinosa, obtida por extração ou evaporação de certos tipos de madeira, folhas e frutos de árvores asiáticas.

(9) - Acerca das febres e melancolias, bem como de vários outros assuntos enfocados no presente capítulo, consulte-se Lycurgo Santos Filho: História Geral da Medicina no Brasil. Hucitec/Edusp, São Paulo, Volume Primeiro, 1977.

(10) - Citado em Wilson Martins: História da Inteligência Brasileira. Vol I (1550-1794). Cultrix/Edusp, São Paulo, 1976, págs. 58-59.

(11) - E tantos circularam, e as informações nele ministradas devem ter causado tal confusão, que em 1794 a Rainha, Dona Maria I, oficializou e tornou obrigatória entre os boticários a Farmacopeia Geral de Francisco Tavares, proibindo que se usasse receituários anteriores. Cf. Lycurgo Santos Filho, op. cit., pág. 339.

(12) - Um pouco dessa medicina a meio caminho entre a ciência e a magia ainda hoje pode ser detectado na medicina rural praticada no interior do país por curadores, rezadores, benzedores, doutores de raízes etc., com amplo emprêgo de chás, mezinhas,

lambedouros, garrafadas, cataplasmas, unguentos, purgantes, vomitórios, suadouros, defumações, patuás, sangrias, quenturas etc. Sobre medicina popular brasileira, consulte-se, entre numerosa bibliografia: Alceu Maynard Araújo: Medicina Rústica. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1961.

(13) - João Cardoso de Miranda repete aqui a tese, tipicamente chinesa e taoísta, de que os gamos vivem existência longuíssima, circunstância que os tornou, na China, emblemas de uma longa vida, montaria favorita do Deus da Longevidade e único animal capaz de localizar o Fungo da Imortalidade, ling chih. O chifre do veado tem larga utilização na medicina chinesa, seja em forma de pílulas, feitas da parte mole interna, seca e pulverizada, seja como geléia ou tintura, obtida das partes inferiores. Era substância caríssima, apenas acessível aos muito ricos, que a consumiam em grandes quantidades, na esperança de prolongarem a vida. Foi buscando a imortalidade em beberagens e filtros obtidos a partir de chifres de veado e de outras substâncias que o Imperador Yongzheng morreu aos 56 anos de idade, a 8 de outubro de 1735, deixando o trono para seu filho Qianlong (1711-1799).

Eclipses, Cometas e Sinais Celestes

Num país, como a China, há séculos conhecido como Celeste Império, e cujo Imperador era o Filho do Céu, não nos deve causar surpresa que o estudo dos astros e de sua influência sobre o destino dos seres humanos tenha suscitado desde tempos imemoriais tão profundo interêsse, e levado a desenvolvimento extraordinário a Astronomia e a Astrologia. Não nos deve espantar portanto o fato de terem sido os chineses os primeiros a registrarem a passagem de um cometa, isso há mais de quatro milênios, em 2.317 a. C.!

Na China, como aliás em tantos países antigos, eclipses, cometas, raios, relâmpagos e trovoadas foram sempre associados, como avisos celestes, a calamidades, guerras, revoluções, incêndios e inundações, fome e pestilência que se aproximavam. Sendo o Sol o equivalente do princípio masculino Yang, emblema do Imperador e símbolo de um bom govêrno, pautado pela Justiça e pela Virtude, eclipses solares eram considerados de péssimo augúrio para os destinos do Império, porque significavam uma diminuição ou perda de virtude, de parte do soberano. Acreditavam aliás os antigos chineses que os eclipses tanto do Sol quanto da Lua eram causados por duas estrêlas malignas, Lo Hou Xin e Tien Co Xin ("o Cão Celestial"), que de tempos em tempos tentavam devorá-los. Para as afungentar, e assim preservar tais astros da destruição, o que seria fatal para os homens, gongos e sinos soavam nos templos, foguetes explodiam e se buscava fazer tanto barulho quanto possível;

por vezes flechas eram atiradas contra o céu, em repetição do gesto do grande arqueiro Hou I, o qual em 2.436 a. C. disparara as suas contra o "Demônio-que-rouba crianças" que desejava apossar-se da Lua, assim pondo fim a um eclipse (1).

Todas essas superstições relacionadas aos fenômenos celestes conservaram-se praticamente até nossos dias entre as camadas menos instruídas da população chinesa, a despeito dos progressos na instrução alcançados em tempos recentes. Escrevendo, em meados do século passado, sobre os costumes chineses, tal como os logrou ver em Macau, Castro Sampaio narra que ali ainda se pensava que durante os eclipses um "dragão" queria engolir o Sol ou a Lua (2); e ainda em 1910, ao cruzar os ceus da China, o Cometa de Halley causou pânico e inquietação invulgares entre os camponeses.

Se tais coisas se passavam na China, o que ocorria no Brasil? - Pouco mais ou menos o mesmo: na verdade, no Brasil colonial ou já de tempos do Império a ocorrência de um eclipse do Sol ou da Lua, a passagem de um cometa e até simples relâmpagos, raios e trovões foram sempre motivo de receio ou pavor entre o povo, que os interpretava como sinais emitidos pelo ceu para informar que uma praga, epidemia ou outro qualquer tipo de desgraça ou castigo estava prestes a desabar sobre todos, por culpa de seus muitos pecados. Em tais ocasiões, a população, aterrorizada, costumava reunir-se nas igrejas para intermináveis ladainhas, saía em procissões e vias-sacras e se comprometia em promessas, para que o astro voltasse a luzir, o cometa seguisse em paz seu caminho e coriscos e trovões aplacassem sua fúria.

Alusões a eclipses, cometas e trovoadas são comuns na literatura colonial, sempre como avisos celestes - como nessa passagem da História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita (Lisboa, 1730), em que se faz menção a "um luzente horror de raios e trovões" observado na Bahia a 20 de março de 1721:

> Grandes consternações fizeram estes sinais do ceu aos ânimos dos moradores da Bahia, entendendo serem vozes que lhes clamavam a emenda dos pecados; e os missionários e párocos sabendo aproveitar a oportunidade da ocasião, fizeram repetidas missões, contínuas práticas e devotas procissões por toda a cidade e seus arrabaldes, com numerosa cópia de penitentes. Puseram-se vias-sacras em todas as paróquias, correndo-se freqüentemente; exercício que ainda hoje se continuam, de sorte que de Nínive pecadora, se viu a Bahia Nínive arrependida (3).

O mesmo historiador, descrevendo a primeira epidemia da bicha, ou febre amarela em Pernambuco, em 1686, afirma ter sido a mesma precedida, em dezembro do ano anterior, por um "tremendo eclipse da Lua que naquela província e na Bahia se viu com horror", e ainda, alguns meses antes, por um eclipse do Sol "em que este príncipe dos planetas mostrara uma névoa, à qual o padre Valentim Estancel, da Companhia de Jesus, astrólogo célebre, chamara aranha do Sol" (pág. 196).

Pode-se imaginar o horror que essa imagem de um Sol aprisionado entre as patas de uma imensa aranha não terá provocado entre os colonos supersticiosos! Mas os eclipses não serviam ape-

nas para avisar a aproximação de pragas e pestilências: sinalizavam igualmente, como na China, dificuldades políticas e sociais:

> Algum tempo antes das perturbações da Província de Pernambuco se viu nela, em uma clara noite, a metade da Lua coberta de sombras, em tal proporção que, partida da eclipse pelo meio, parecia estar em duas iguais partes separada, mostrando o que lhe havia de acontecer na desunião de seus moradores, em prova de que o reino em si dividido é desolação (pág. 251).

Se os eclipses aterrorizavam, o surgimento de um cometa incutia pavor igual ou maior, pois cometas eram, mais que anúncios, a própria causa de grandes infortúnios: Rocha Pita (que, por comodidade, vimos tomando para exemplo) crê firmemente que a grande epidemia de bexigas ou variola ocorrida em 1666 na Bahia foi causada pela passagem de um "horroroso cometa, que por muitas noites tenebrosas ateado em vapores densos ardeu com infausta luz sobre a nossa América, e lhe anunciou o dano que havia de sentir". Homem de seu tempo mas, se comparado a seus contemporâneos, espírito instruído, êle ainda tenta, em seu estilo empolado, uma explicação racional para eclipses e cometas, escrevendo:

> É certo que os eclipses são naturais, formando-os a Terra, que se entrepõe ao curso destes dois planetas maiores; porém de tais acidentes pode receber sordície ou qualidade contagiosa o ar por razões manifestas ou causas ocultas, e da sua corrupção resultarem doenças, senão em todo mundo, em algumas partes dele, como se tem experimentado em contágios e desgraças de que há muitos exemplos antigos e mo-

> dermos, vivos nas tradições e nos escritos e ainda frescos na memória (pág. 196).
>
> Porque ainda que os meteoros se formam de incêndios casuais, em que ardem os átomos que subindo da terra chegam condensados à esfera, as cinzas em que se dissolvem são poderosas assim a infeccionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os ânimos para obrarem fatalidades; tendo-se observado que as maiores ruínas nas repúblicas e nos viventes trouxeram sempre diante estes sinais (pág. 169).

Para o povão inculto, porém, e isso até nossos dias, ao menos em lugarejos e povoações remotos, e a despeito da televisão, durante um eclipse o que acontece é que um "monstro" está tentando devorar o Sol ou a Lua, e só mesmo muito barulho - latas batidas, estrondo de foguetes, tiros de espingarda, palmas, berros, buzinas, matracas, tambores rufando - poderá, afugentando o agressor, resgatar o astro ameaçado. Ante a visão de um cometa, de uma estrela cadente, não é menor o medo do sertanejo brasileiro, que com fervor apela para uma daquelas fórmulas de proteção herdadas de seus antepassados: Deus te guie (já que há sempre a possibilidade de que o cometa caia sobre a Terra, destruindo-a), Deus te salve, Deus te tenha/Que na Terra nunca venhas. O eclipse da Lua, a Lua cris (cris sendo, no linguajar interiorano, o equivalente de eclipse) significava e ainda significa, para os habitantes do sertão, uma doença do astro, doença que pode propagar-se, na Terra, aos homens, e até aos animais e às plantas (4).

Durante pesquisas de campo realizadas na década de 1950 em Piaçabuçu, no Estado de Alagoas, Alceu Maynard de Araújo recolheu, de um popular, o seguinte depoimento acerca do eclipse solar

ocorrido em 1939:

> Quando houve outra vez isso aqui, o pessoal que estava nas ilhas, deixou o trabalho, todo mundo foi para a casa. Não ficou ninguém na rua. Os pais foram buscar seus filhos na escola e diziam: se tivermos que morrer, morreremos juntos.

Mais significativo ainda é o testemunho de outro popular, uma lavadeira:

> Minha mãe dizia que estas coisas, o tal cometa, anunciam guerra, peste e fome. Será que vem outra guerra ou será que vem outra enchente? O falecido meu pai dizia que uma noite a lua escureceu todinha, não demorou muitos dias veio a enchente da Januária, a maior que este rio já suportou (5).

Notas

(1) - C.A.S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 29-30, 279 e 379.

(2) - Manoel de Castro Sampaio: Os Chins de Macau. Tipografia de Noronha e Filhos, Hong-Kong, 1867, pág. 108.

(3) - Sebastião da Rocha Pita: História da América Portuguesa. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1976, pág. 279.

(4) - Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, págs. 301 e 445.

(5) - Alceu Maynard Araújo: Folclore Nacional Volume III - Ritos Sabenças Linguagem Artes e Técnicas. Melhoramentos, São Paulo, 1964, págs. 109-110.

Foguetes e Girândolas

Em carta que quase ao fim da vida remeteu da China (onde servia havia longos anos, com o nome, que achinesara, de Li-Ma-dou), o Padre Matteo Ricci refere-se com complacente admiração à finalidade, a seu ver injustificável, que os chineses davam à pólvora, reservando-a "não tanto para seus arcabuzes, que são poucos, nem para a artilharia, que é escassa, mas para suas demonstrações de fogos de artifício, que ocorrem em todos os anos em seus festivais, com tal enganhosidade que nenhum de nós pode deixar de assistí-los com prazer". E prossegue o célebre jesuíta no mesmo tom:

> Eles criavam espetáculos fantásticos de flores e frutos e batalhas rodopiando no ar, todos feitos com os mesmos fogos de artifício; e um ano que estive em Nanjing (1599) calculei que, nas comemorações do Ano Novo, que duram um mês, usaram mais salitre e pólvora do que precisaríamos para uma guerra que durasse dois ou três anos (1).

O fato de os chineses gastarem tanta pólvora na manufatura de fogos de artifício, e não em guerras, escandalizou o religioso italiano, de vez que na Europa a pirotecnia, surgida por volta do Séc. XIII, tornara-se desde o começo a prima pobre e submissa da arte bélica, servindo inicialmente os foguetes para indicarem movimentações de tropas, e só mais tarde para celebrarem vitórias e, por extensão, outras ocasiões festivas. Desperdiçar pól-

vora em belas fantasias era coisa que não passava pela cabeça de um europeu do Séc. XVI, ainda que padre.

A descoberta da pólvora pelos chineses decorreu diretamente de experiências de alquimia realizadas por monges taoístas durante o Período Tang, e sua primeira aplicação militar deu-se entre 904 e 906, quando foram utilizados os feihuó, "fogos voadores". A fórmula da pólvora é descrita num livro de 1044, Wujing zongyao, no qual também são mencionadas várias armas de fogo empregadas pelos exércitos chineses - entre elas granadas incendiárias, projéteis incendiários lançados sobre as linhas inimigas por catapultas, e granadas explosivas pilipaos, que aliás em 1161, na Batalha de Caishi, garantiram aos Song uma completa vitória sobre os Jürchen. Desde 1132 tinham sido feitas experiências com um tipo de morteiro ou lança-granadas, formado por diversos tubos de bambu grosso atados entre si, funcionando a pólvora como elemento propulsor, e no Séc. XIII os mongóis já usavam explosivos contidos em carapaças metálicas, zhentienlei, ou "raio que atroa o ceu". Morteiros com tubos metálicos apareceram em 1280, na luta entre os Song e os mongois, e pela mesma época também surgiram as primeiras granadas de ferro, tiehuopao, que os invasores mongois empregaram em sua malograda tentativa de invadir o Japão (2). Como se pode ver, nem sempre os chineses foram tão pacíficos como os via o Padre Ricci, e nem foi a pólvora, entre eles, apenas ou prioritariamente utilizada no fabrico de artefatos pirotécnicos.

De qualquer modo, é inegável que na China fogos de artifício vêm sendo empregados há mais de mil anos na comemoração de

todos os eventos festivos, tanto religiosos quanto profanos, já que os chineses acreditam que tais fogos dispersam os maus espíritos, limpam o ar e atraem bons augúrios, sobretudo quando manufaturados de modo a arderem ou explodirem em baterias de três - possível alusão simbólica à trindade taoísta ou às três divindades tutelares da Saúde, da Riqueza e da Longevidade. Ocasiões especiais durante as quais eram (e continuam a ser) queimadas grandes quantidades de fogos são o Ano Novo, a Festa da Primavera e a Festa das Lanternas; mas ocorrem também queimas em oportunidades mais corriqueiras, por exemplo: quando um alto funcionário, transferido, é homenageado pela população.

Fogos de artifício procedentes da China foram introduzidos na Europa durante o Séc. XVI, levados pelos portugueses. Ignora-se, contudo, o momento em que terão chegado ao Brasil, sendo difícil crer que por aqui existissem nos primeiros dois séculos da colonização, quando a pólvora escassa antes se destinava à conquista e à defesa do que a comemorações. Na verdade, nem a <u>História do Brasil</u> de Frei Vicente do Salvador (concluída em 1627) nem o <u>Valeroso Lucideno</u>, de Frei Manuel Calado (1648), nem a <u>História da América Portuguesa</u>, de Sebastião da Rocha Pita, já de 1730, entre outras fontes, referem-se a foguetórios, ao comentarem episódios tão importantes e tão propícios a grandes celebrações como a Reconquista da Bahia em 1624, a Aclamação de Dom João IV em 1640 ou as vitórias sobre os holandeses, poucos anos depois. Ou não havia foguetes e fogos de artifício no Brasil em 1646, ou a Festa de Santo Antonio, que mais tarde não iria dispensá-los, era aqui comemorada de outro modo em meados do Séc. XVII, é pelo menos o que

se pode deduzir pela descrição de Frei Manoel Calado, no Valeroso Lucideno:

> Fez João Fernandes Vieira a festa do glorioso Santo Antonio com a maior solenidade que lhe foi possível, segundo o tempo em que se achava. Houve missa, e pregação, boa, e estremada música, muitas surriadas de mosquetaria enquanto a procissão andava, e o nosso forte do Arraial disparou toda a artilharia que tinha, que era boa, e grossa, de que o Holandês do Arrecife ficou confuso, não sabendo que causa haveria entre os Portugueses para tão grande festa (3).

O mesmo Frei Manuel Calado diz como foi comemorada a notícia da subida ao trono de Dom João IV, em 1640, após sessenta anos de domínio espanhol:

> ...E logo toda a Infantaria Portuguesa deu três surriadas de arcabuzeria, e mosqueteria, e em cada surriada abatiam os alferes as bandeiras, e o povo aclamava: Viva el-Rei Dom João. E com esta cerimônia de gloriosas vivas, foram até a igreja da Sé, aonde deram todos a Deus as devidas graças por tão soberano benefício como lhes havia feito em lhes dar Rei; e tal Rei. Logo mandou o Vice-Rei disparar toda a artilharia das fortalezas da Cidade, e de fora dela, e de todas as naus, e navios que no porto estavam. E tanto que se chegou a noite, mandou que todos os moradores da Cidade pusessem luminárias em suas portas, e janelas, e acender outros muitos fachos, e celebrou a aclamação d'el Rei nosso senhor com muitas encamisadas, e com festas de cavalo, com música, chacotas e danças, fazendo todas as demonstrações de alegria, que lhe foram possíveis (4).

Luminárias, fachos, cavalos, música, danças, encamisadas (5) - mas nem um só foguete, o que parece significar que simplesmente não os havia então. Por tudo isso quer-nos parecer que no Brasil tais fogos terão sido queimados só a partir dos começos do Séc. XVIII, momento em que o país, motivado pela recentíssima descoberta do metal em Minas Gerais, dava início à sua Idade de Ouro. De qualquer modo, os fogos logo encontrariam no Brasil condições especialíssimas sob as quais florescer, adequando-se maravilhosamente à ótica barroca, sempre propensa ao espetáculo e à fáeria, para daí por diante nunca mais deixarem de estar presentes em qualquer festa popular.

Festas, procissões de padroeiros, dias santificados e comemorações cívicas dariam ensejo entre nós a grandes queimas, de algumas das quais ficaram descrições minuciosas. Já em 1733, por ocasião da celebração do Triunfo Eucarístico com que se inaugurou em Vila Rica a nova matriz de Nossa Senhora do Pilar, puderam os mineiros assistir a uma queima como provavelmente jamais fora vista até então. O autor do projeto pirotécnico foi o Padre Diogo Soares, e sua descrição, por Simão Ferreira Machado, ainda hoje não perdeu seu sabor:

> Na noite do dia seguinte ao do Tríduo, ardeu um artificioso fogo feito em um plano perto da Igreja Matriz fabricado por idéia do Reverendo Padre Diogo Soares da Companhia de Jesus na forma seguinte. Uma planta em quadro chamada Jardim, de oitenta e cinco palmos cada face; nos quatro cantos quatro Castelos triangulares de ressalto sacado para fora de quinze palmos cada face; que com oitenta e cinco de cada ângulo do quadro faziam cento e quinze cada face do

> Jardim; em cada Castelo por remate uma figura humana, guarnecida de fogo; dentro do primeiro quadro outro de sessenta palmos cada face; nos cantos quatro árvores de candeias; dentro deste se fez terceiro quadro de trinta palmos cada face; no meio uma fonte: e as faces de todos os três quadrados guarnecidas de rodinhas, candeias, morteiros e girândolas de rodinhas, todo o circuito desta fábrica guarnecido de linhagem pintada de pedra. Houve mais toda a noite copioso fogo de espadas de várias formas, montantes, e diversidade de foguetes: o que fez grande a abundância do liberal dispêndio (6).

Em 1767, quando da consagração da Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Sabará, foram consumidas quarenta dúzias de foguetes, outras tantas de morteiros, duas dúzias de sois giratórios e ainda uma impressionante "cascata de fogo" de vinte e cinco palmos de largura.

Após atravessar todo o Séc. XVIII, o espocar dos foguetes e o clarão dos morteiros e sois giratórios entrariam pelo Séc. XIX, fazendo-se ver e ouvir em procissões como a de São Sebastião no Rio de janeiro (que se encerrava com uma batalha naval noturna na Baía de Guanabara) ou em acontecimentos cívicos os mais diversos. E não somente cívicos, religiosos também: durante a celebração da missa, como notou Tollenare em Olinda, em 1816 ("nos atos importantes da missa estralejam foguetes"), ou até sem motivo algum, como constataria mal-humorado, em 1943, Castelnare em Ouro Preto, citando entre os "defeitos funestos" da população, e em primeiro lugar, a mania de "atirar petardos a todo instante". Nas Memórias para servir à História do Reino do Brasil, do Padre Perereca, quase não há página em que não se fa-

ça alusão a girândolas, fogos volantes e estrépito de foguetes. É citar ao acaso:

> Assim que el-Rei Nosso Senhor com a real família se apresentaram à vista da ilustre assembléia, que ocupava os camarotes, e as bancadas, pelas quatro horas da tarde do dia 13, a sua real presença foi unânimemente festejada por todos, bem como a sua chegada fora anunciada com os fogos, que ao ar se soltaram.(....)
>
> Depois disso correu mais um touro, e terminou o festejo desta segunda tarde com as girândolas de costume. (....)
>
> E imediatamente toda aquela notabilíssima assembléia rompeu unânime em altos, e repetidos aplausos ao mesmo augusto senhor, aos sereníssimos Príncipes Reais e a toda a real Família, soando ao mesmo tempo em quatro diferentes lugares os instrumentos músicos, e os estrepitosos ecos dos fogos volantes. (....)
>
> E seguiu-se logo a brilhante entrada dos trinta e dois cavaleiros, que entretiveram o resto do dia até dar-se o sinal com as girândolas de fogo no ar (7).

Demonstração pirotécnica capaz de superar o "artificioso fogo" barroco do Padre Diogo Soares em 1733 terá sido, quase um século mais tarde, o "grande fogo artificial" neoclássico com o qual se celebrou, em 1818, a aclamação de Dom João VI, e que o indefectível Padre Perereca assim descreve, num estilo alambicado que pouco difere em verdade do de Simão Ferreira Machado:

> Depois de um breve repouso veio El-Rei Nosso Senhor ocupar a varanda ao lado do campo, enfrente da

> qual estava armado um grande fogo artificial. Representava este a fachada de um palácio em cujo centro se viam as armas reais, e por baixo uma inscrição alusiva à felicidade, e glória do Reino Unido Português; do lado direito estava a figura da Fortaleza embocando o clarim, com que apregoa os Heróis; e por baixo das armas reais se via Vulcano preparando fogos para celebrar a glória de Sua Majestade, e tanto este, como cada uma das outras tinham em competente tarja uma quadra. Logo que Sua Majestade, e a real Família, se apresentaram na varanda, começou este artefato a desenvolver-se com muitas variedades de fogos, que divertiram os olhos com luminosas, e brilhantes vistas, que se ofereciam sucessivamente, e não menos agradavam os ouvidos pelos diversos, e multiplicados estrondos; e de quando em quando se elevavam diferentes girândolas, que no ar se desmanchavam com muito estrépito, formando brilhantes estrelas, e outras vistas mui belas; finalmente, concluiu-se este espetáculo iluminando-se repentinamente todo o prospecto do palácio, e as armas reais, aparecendo no centro em letras de fogo estas palavras - Viva ElRei - então o povo não se pôde conter que não rompesse em altos clamores de viva El-Rei, voltando todos cara para Sua Majestade, por muito tempo de desafogarem os seus leais, e amorosos afetos, e fizeram ressoar na mais viva alegria do espaçoso Campo, e os montes laterais com seus aplausos, soltando-se juntamente muitas girândolas por remate deste festejo, dado com prazer ao mais amado dos soberanos (Vol. I, pág. 179).

Gastava-se, evidentemente, muito dinheiro nesses espetáculos pirotécnicos, verdadeiramente encenados, como já escrevera Ferreira Machado em 1733, com "liberal dispêndio", tanto mais que eram fogos importados do outro lado do mundo. Maria Graham, em 1821, dizia que todos os anos eram literalmente queimadas no Brasil consideráveis somas em dinheiro na importação de fogos da China; e dá informação acerca de um expediente ao qual recorriam os negociantes quando curtos de dinheiro, mandando vir da China grandes sortimentos de fogos, logo adquiridos pela população, que não

LOJA DA FERROVIA

N. 33 A RUA DO Rosario N. 33 A



ESQUINA DO BECCO das Cancellas

ALMEIDA SILVA & OLIVEIRA

SUCCESSORES DE J. A. FERREIRA DE ALMEIDA & ALMEIDA & SILVA

Antigo estabelecimento com fabrica de cêra, onde sempre se encontra um completo sortimento de cêra em velas, simples e bordadas, e em milagres; rapé, e sementes de todas as qualidades; plantas e raizes de flôres, fructas ou hortaliças para hortas, prados, pomares, jardins, etc.; tabaco cangica, amostrinha e misturado; mate em folha e em pó; sagú, araruta, tapioca, fogo da China, phosphoros de segurança, cevadinha, maizena, e tudo o mais pertencente ao mesmo ramo de negocio. 110

SANTOS BRANDÃO & C.

LOJA DO ANANAZ

12 RUA DA CANDELARIA 12

ANTIGO 10



LOJA DO JAPÃO

9 RUA DE THEOPHILO OTTONI 9

ANTIGO 11

Successores de JOSE MARIA DOS SANTOS CARNEIRO



Os proprietarios destes antigos estabelecimentos participão ao respeitavel publico que têm o melhor sortimento de chá de todas as qualidades, cêra em velas, milagres de cêra, velas pintadas e bordadas, rapé das principaes fabricas, sagú, araruta, tapioca, mate em folha, dito em pó, tabaco cangica, dito amostrinha e misturado, chocolate de muitas qualidades, legitimo Le Roy, verdadeiras pilulas de familia, fogos da China, um escolhido sortimento de sementes de flôres e hortaliças, tudo por serem experimentadas, afiança aos seus freguezes a sua boa qualidade. Tambem têm sempre uma grande variedade de arvores fructiferas, tanto do paiz como da Europa, arbustos de ornamento, batatas e raizes de flôres, e varios outros generos.

Encarrega-se de mandar vir do estrangeiro qualquer qualidade de sementes, plantas e outros artigos pertencentes ao seu negocio. 107

Anúncios de fogos chineses no Almanak Laemmert para o ano 1881

ESTABELECIMENTO

DE

CERA, CHÁ E SEMENTES

FRANCISCO ANTONIO MONTEIRO

19

RUA DA CANDELARIA

(ANTIGO 21)

ESQUINA DA RUA DE S. PEDRO II

Neste já bem conhecido estabelecimento com fabrica de velas de cera, encontra o respeitavel publico um variado sortimento de chá de todas as qualidades (especialidade de chá hyson, recebido directamente), cera em velas, milagres de cera, velas pintadas e bordadas, araruta, sagú, tapioca, cevadinha, maizena, mate em folha, dito em pó, chocolate de diversas qualidades, pilulas de familia (unico deposito), fogos da China e nacional, canella em pó, alpiste, painço, velas de composição, phosphoros de segurança, etc., etc. Tambem tem um variado sortimento de sementes de flôres e hortaliças, que, por serem experimentadas, afiança aos seus freguezes a sua prompta vegetação, assim como uma diversidade de arvores fructiferas e ornamentaes para pomares e jardins, e muitos outros artigos pertencentes a este ramo de commercio. (168

Fogos da China e nacionais em anúncio de 1881 no Almanak Laemmert do Rio de Janeiro.

passava sem êles - o que os tirava do sufoco momentâneo (8).

A demanda por fogos chineses prosseguiria por todo o Séc. XIX, como se pode ver pelos anúncios de jornal que, em várias cidades brasileiras, ofereciam costumeiramente à venda foguetes e girândolas. O Almanaque Laemmert de 1881 publica diversos desses anúncios, de "fogos artificiais e da China", de "fogos da China", de "fogos da China e nacional"(9), que podiam ser adquiridos no Rio de Janeiro em estabelecimentos comerciais como a Casa do Cruz, a Loja do Ananaz, a Loja do Japão, a Loja da Feronia e o Estabelecimento da Cera, Chá e Sementes de Francisco Antonio Monteiro, entre outros. O mesmo Almanaque de 1881 elencava, à pág. 1022, nomes de indivíduos e inclusive firmas que se dedicavam à atividade de foguteiros (10).

Fogueteiro foi, aliás, profissão que mereceu consideração incomum no Brasil Imperial e dos primeiros tempos da República; e se se levar em conta as diferentes ocasiões em que os seus serviços se tornavam necessários, profissão rendosa também. Mesmo hoje, no interior principalmente, existem foguetéiros, cada povoado, cada vila orgulhando-se do seu. Não faz tanto tempo assim, quando preparava seu livro sobre o folclore nacional, Alceu Maynard Araújo colheu o depoimento de um dêsses foguetéiros, Miguel, que exercia sua profissão na cidadezinha alagoana de Piaçabuçu. A descrição que Miguel fez do processo de fabrico dos foguetões mostra que, no Brasil de meados do Séc. XX, êles ainda eram feitos do mesmo modo como na China há mil anos. Mas não acabam aí as coincidências, já que "fogos de vista" é como são chamados tais

artefatos no Brasil rural - o que corresponde exatamente ao yenhuó dos chineses; mesmo a taboca cheia de pólvora produzida por Miguel Foguteiro não é senão o "bambu que explode", paozhu, da China antiga. Última e significativa coincidência: segundo Miguel, "o foguete de três descargas é o mais procurado. O canudo é a taboca toda enrolada de corda, barreia-se para fazer a boca mais apertada e encha-se de pólvora. Furando dentro, em quatro partes, enche-se com pólvora fraca, enchendo depois com pólvora forte. As bombas são colocadas num pacote na cabeça. Num pacote há vinte e sete bombas, sendo três grandes e vinte e quatro pequenas" (11). Como se observa, essas vinte e sete bombas eram distribuídas de tal modo que "rebentem oito bombas pequenas para uma grande", ou seja, em "três respostas" - três, como entre os taoístas chineses.

Nas festas populares de conotação religiosa, como São João, Santo Antônio e São Pedro, na passagem do Ano Novo (principalmente na orla marítima do Rio de Janeiro), nas grandes competições esportivas, nos comícios e comemorações cívicas, ainda hoje, foguetes e fogos de artifício desempenham nas grandes e pequenas cidades brasileiras papel de destaque. No interior, então, nem se fala: eles são usados em todas as oportunidades, podendo-se dizer, com Maynard Araújo, que "festa só é festa quando há fogos de artifício, quando estouram bombas e espocam rojões e foguetes".

Notas

(1) - Jonathan D. Spence: O Palácio da Memória de Matteo Ricci, Companhia das Letras, São Paulo, 1986, págs. 62-63. O caráter pacífico dos chineses, seu horror à violência que beira, por vezes, a covardia, foram enfatizados por diversos ocidentais de passagem pela China. O próprio Ricci, pouco depois de sua chegada em 1583, em carta remetida ao Governador de Manila assim se externa a respeito: "Para lhe dizer a verdade, por mais que eu escrevesse a Vossa Honra sobre os chineses, eu não diria que são homens de guerra, pois, tanto em sua aparência exterior como no íntimo de seus corações, são como mulheres: se alguém lhes mostra os dentes, fazem-se humildes, e qualquer um que os sujeite pode por-lhes o pé no pescoço. Todos os dias, os homens levam duas horas para fazer seus penteados e se vestirem meticulosamente, dedicando a isto todas as horas agradáveis de que dispõem. Entre êsses homens, fugas, injúrias e insultos não constituem motivo de vergonha, como para nós; antes mostram uma raiva feminina e puxam os cabelos uns dos outros, e quando se cansam disso, tornam-se amigos novamente. Raramente se ferem ou se matam mutuamente, e mesmo se o quisessem, não têm os meios para tal, não só porque existem poucos soldados, mas porque a maioria deles não tem sequer uma faca em casa" (op. cit., pág. 60). Cerca de 250 anos depois, em fins de 1815, um funcionário da feitoria francesa em Cantão escreve, por sua vez: "Se (os chineses) fossem acaso tão valentes como são vaidosos, avarentos e prosas, não nos seria possível sequer sair às ruas. Mas retrucamos às suas ofensas com bengaladas, e se eles não são senão uns sete ou oito contra um só dos nossos, isso basta. Se se consegue segurar um deles, corta-se-lhe o rabicho, coisa que muito o mortifica. Sendo suas ruas estreitas, fecham a passagem ao europeu, e o detêm. Quando êsse europeu possui contudo uma espada, consegue atravessar. Certa vez vi um marinheiro afugentar trezentos chineses e lhes aplicar lambadas de bambu, sem que nenhum ousasse enfrentá-lo". Cf. R. Picard, J. P. Kerneis e Y. Bruneau: Les Compagnies de Indes - Route de La Porcelaine. Arthaud, Paris, 1966, págs. 258-259.

(2) - Jacques Gernet: O Mundo Chinês. Cosmos, Lisboa/Rio de Janeiro, 1974, Vol I, págs. 292-293.

(3) - Frei Manuel Calado: O Valeroso Lucideno, etc. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1987, Vol. 2, pág. 227. Convém observar que, a despeito de os portugueses estarem em guerra contra os holandeses, não houve qualquer preocupação em se economizar pólvora ou se evitar barulho na celebração dessa festa em homenagem a Santo Antonio. Se não se soltaram fogos, portanto, foi porque simplismente não deviam existir por aquela época no país.

(4) - Encamisadas eram cortejos em que as pessoas, ves-

tindo longas camisas e mascaradas de branco, saíam de casa em casa pedindo comidas e bebidas e fazendo, pelas ruas, troças e momices, tendo a preocupação de não serem identificadas. As encamisadas chegaram até o Século XIX em muitas cidades brasileiras, como demonstração de alegria. Cf. Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, págs. 305-306.

(5) - Frei Manuel Calado, op. cit. pág. 166.

(6) - Affonso Avila: Resíduos Seiscentistas em Minas - Textos do Século de Ouro e as Projeções do Mundo Barroco. Centro de Estudos Mineiros, UFMG, Belo Horizonte, 1967, Iº Vol., págs. 269-271. O autor do projeto pirotécnico, Padre Diogo Soares, foi notável astrônomo e cartógrafo, tendo chegado ao Brasil em 1730, na companhia de outro "padre matemático" (como eram então chamados os que se dedicavam à astronomia), o italiano Domenico Capassi. Vinham com a incumbência de esboçarem um novo atlas do Brasil, no qual constassem latitudes e longitudes. Não sabemos é como o padre chegara à pirotécnica, arte na qual se revelava, assim, tão perito.

(7) - Luiz Gonçalves dos Santos, Padre Perereca: Memórias para servir à História do Reino do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981, Vols. I e II.

(8) - Maria Graham: Diário de uma Viagem ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990, pág. 189: "A despesa anual em foguetes e outros fogos é enorme. Os usados no Brasil vêm todos das Índias Orientais e da China".

(9) - Em 1808 o Príncipe Regente Dom João fundou no antigo engenho da Lagoa, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, a Real Fábrica da Pólvora, e em 1824, no Morro do Castelo também no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro laboratório pirotécnico brasileiro. Visitando a cidade no mesmo ano de 1.824, Ebel diz ter encontrado no Arsenal "uns quantos chineses engajados como operários" (Ernest Ebel: O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, pág. 55). É possível que tais chineses tenham sido aproveitados em função de alguma experiência com o fabrico de pólvora.

(10) - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro, etc., para o ano de 1881. H. Laemmert & C., Rio de Janeiro 1881.

(11) - Alceu Maynard Araújo: Folclore Nacional Volume III - Ritos Sabenças Linguagem Artes e Técnicas. Melhoramentos, São Paulo, 1964, pág. 306.

Leques

Na milenar simbologia chinesa, o leque é emblema de diversos deuses e gênios, inclusive do mais importante dos Oito Imortais Taoistas, Chung-li Ch'üan, que teria vivido em tempos da Dinastia Chou (1111 - 221 a.C.) e a quem fora dado conhecer os segredos da Imortalidade e da Transmutação (1), e do nono lohan ou discípulo de Buda, Chieh po-ka, em perene meditação no topo de um monte, cercado de outros 900 arhats. Representações antigas mostram êssas dois personagens empunhando leques rígidos em formato de folha de palmeira, do tipo primitivo encontrado também em outras civilizações da Antiguidade, como a egípcia, a assíria e a helênica. Leques dobráveis, dotados de varetas que atadas a um pino abrem-se em semicírculo, são um aperfeiçoamento japonês que se originou em Quioto durante o Período Tenji (668 - 672 d.C.), inspirado pela observação das asas do morcego: seriam adotados pelos chineses, através da Coreia, sòmente no Séc. XI (2).

Os materiais empregados na elaboraçãos dos leques chineses variam: seda, papel, penas de diversas aves ou folhas de palmeiras, para o abano pròpriamente dito; chifre, osso, marfim, sândalo, madrepérola, tartaruga ou laca, para as varetas e os estojos. Os chineses conduziam seus leques entre as mangas, enfiados por de trás do pescoço ou sob as vestes, e deles faziam uso variado, não só para se abanarem em dias de calor, mas também para enfatizarem um trecho de conversação e até para esboçarem no ar os

traços de um radical, quando as sutis entonações do idioma deixassem margem a dúvida. Leques, além do mais, implicavam em hierarquização (3), davam status, ao traduzirem a posição social de quem os empunhava. Eram, em suma, empregados nas mais diversas situações do quotidiano, e ainda em rituais, comemorações, cerimônias, dansas, jogos etc.

Os leques de maior valor artístico foram feitos durante a Dinastia Song (960 - 1279 d. C.), tendo sido colecionados por imperadores e mandarins do mesmo modo como, no Ocidente, príncipes e cardeais renascentistas colecionavam pinturas e objetos de arte ou curiosidade. Mesmo porque, ao contrário do que aconteceu nos países da Europa, onde - com as raras exceções de sempre - apenas pintores medíocres foram utilizados na ornamentação de leques, os chineses não viam com desdém ou preconceito êsses frágeis suportes, e por isso mesmo desde Ma Lin, que viveu no Séc. XIII, aos contemporâneos Ch'i Pai-shih e Chang Dai-Chien (falecidos respectivamente em 1957 e 1983) inúmeros foram os grandes artistas que pintaram leques. Na China os leques também circulavam de mão em mão entre letrados e poetas, um pouco à maneira dos álbuns de souvenirs ocidentais, para que neles fossem grafados poemas e pensamentos, desenhos e pinturas.

Havia na China tipos especiais de leques para homens, e outros reservados às mulheres (4); os leques masculinos possuiam menos varetas - nove, 16, 20 ou 24 geralmente -, ao passo que os femininos tinham 30 e mais (5). Nos leques masculinos evitava-se a representação da figura feminina: a norma era que exibissem numa

das faces paisagens, pássaros, flores, e na outra, algum trecho poético em bela caligrafia. Mais tarde, por encomenda ocidental, começaram a surgir leques para exportação com características ornamentais também encontráveis nas porcelanas Companhia das Índias. Na verdade, muitos leques de fins do Séc. XVII que até bem pouco se pensava terem sido feitos na Holanda são produtos chineses, exportados para a Europa através da Companhia das Índias Orientais holandesa. Isso pode ser comprovado pela maneira desajeitada como são neles representados os trajes dos personagens ocidentais, e a atmosfera irreal em que se movem - coisas, essas, que revelam mãos desacostumadas com o modo de vida europeu(6)

Cada época, fase ou estação do ano, cada ocasião, fúnebre ou festiva, exigia que fosse usado na China um tipo apropriado de leque, e os que nao seguissem estritamente as convenções eram ridicularizados como caipiras sem gosto ou recursos para obedecerem à etiqueta. Uma expressão popular, leques de outono, designava as mulheres abandonadas pelo marido ou as viúvas, leques sem dono e sem serventia, porquanto no outono os leques eram postos de lado. Machado de Assis aliás traduziu um poema de autor chinês oitocentista em que se faz referência à expressão (7).

Foram os portugueses os introdutores de leques chineses na Europa, em começos do Séc. XVI ou mesmo antes (8). Inicialmente difundiu-se a moda dos leques rígidos, como se pode ver em certos retratos quinhentistas conservados em museus da Europa (9); por volta de 1580, porém, começaram a ser usados nessa Continente, lado a lado com os modelos rígidos, também leques descerráveis. As-

sim é que, no retrato que lhe fez Federigo Zuccaro, hoje no Elizabethan Club da Universidade de Yale, a Rainha Elizabeth da Inglaterra tem à mão um leque rígido, com penas de avestruz que se inserem em cabo ricamente incrustrado de pedrarias; em outro retrato, de autor anônimo, conservado na National Portrait Gallery de Londres e datado de 20 de setembro de 1592, a mesma soberana já empunha um leque do novo tipo descerrável.

Em meados do Séc. XVII os leques descerráveis tinham desbancado por completo os de tipo rígido, já que eram mais práticos. Por essa época, na Europa, os leques tinham-se transformado em objetos de uso preponderantemente feminino, que as senhoras sabiam manejar com requinte, obedientes a um sutil código de comunicação (10). Surgiu assim uma autêntica linguagem dos leques, como o comprova aliás a inscrição que se pode ler ao alto de um espécime setecentista outrora da Coleção Schreiber, hoje no Museu Britânico: Fanology, or the Ladies Conservation Fan. A utilização de leques num sistema de conversação à distância iria tornar-se costumeira em fins do Séc. XVIII e pelo Séc. XIX, tanto na Europa quanto nas Américas, e também a tivemos no Brasil, tendo sido através deles que nossas reprimidas antepassadas deram expansão a alguns de seus velados anseios (11).

A importação maciça de leques chineses para a Europa ocorreu durante o Séc. XVIII, momento da maior atividade comercial das diversas Companhias das Índias. É claro que êsse aumento quantitativo não foi acompanhado por um correspondente acréscimo na qualidade, muito ao contrário, e por isso tem razão Peter Thornton

quando afirma, desses leques chineses, que "os melhores são encantadores; a maior parte deles apenas curiosos; e dificilmente algum tem a pretensão de ser uma obra-de-arte" (12). Eram produzidos e exportados aos milhares, para um mercado que os consumia passivamente, em quantidades crescentes, e que lhes dava preferência sobre o produto europeu. Já desde os fins do Séc. XVII, aliás, a importação de leques chineses vinha atingindo quantidades descomunais. A esse respeito, vale a pena transcrever uma observação de 21 de novembro de 1699 consignada pelo Supra-cargo inglês em Cantão, Robert Douglas:

> Hoje nosso Comprador enviou-nos alguns dos melhores fabricantes de leques, para que lhes déssemos instruções sobre a feitura de alguns... encomendamos 80 mil leques... três quartas partes sobre papel branco, a outra quarta parte sobre papel de cor, e todos bem pintados, com figuras de um lado e flores de outro, as varetas revestidas de laca preta com incrustrados de madrepérola, a 30 taels (cerca de 10 libras esterlinas) o milheiro (13).

Também ao Brasil terão chegado desde muito cedo leques procedentes da China, e em número decerto compatível com as exigências do clima tropical. Muitos desses leques podem ter entrado no país legalmente, trazidos em naus da Carreira da índia, ou entre as liberdades concedidas a seus tripulantes; outros porém chegaram literalmente "por debaixo do pano", para o que há de ter contribuído seu pequeno tamanho - contrabandeados por marinheiros, embarcadiços ou passageiros, até religiosos, das naus vindas de Goa ou Macau: quem sabe não os trouxesse escondidos sob as vestes

aquêle frade, pilhado em flagrante pelos funcionários da Alfândega de Salvador ao descer da nau "Macapá" "com enchaços pello Corpo de Fazenda, que levava preza por baixo do hábito, Asim Como TaoBem dentro de Hum Xapeo de sol que levava" (14)? O contrabando, e não só de leques, era levado a cabo principalmente através de naus francesas e de outras nacionalidades procedentes da China, e que tocavam porto brasileiro a pretexto de reparo ou aguada. Lembremo-nos de que o navio em que viajava Le Gentil de La Barbinais, chegado em novembro de 1717 a Salvador, foi objeto de vigorosa vistoria por parte dos agentes da aduana em busca de carga irregular, tendo seu capitão tentado subornã-los com ofertas de leques, caixinhas de chá e outras pequeninas tentações do Oriente - e tudo, ao que parece, em vão.

No que respeita às importações regulares, faltam infelizmente pormenores quanto à composição das cargas desembarcadas, salvo em raríssimos casos nos quais, contudo, nenhuma alusão é feita a leques. Mas que continuariam chegando ainda pelas primeiras décadas do Séc. XIX dão-nos prova os anúncios de jornais. Assim, o Jornal do Comércio de 28 de setembro de 1835 publicava o seguinte:

> José Cannel & Cia. fazem leilão terça-feira, 29 do corrente, às onze horas, à Rua do Rosário, 64, sobrado, das seguintes fazendas da índia, vindas no navio Cezar, ultimamente chegado da China: gangas, cadeiras, baús, painéis, cestos de marfim, leques, bonecos, uma diversidade de charões e muitos outros objetos pouco vistos nesta cidade" (15).

O mesmo ocorria fora da Côrte: em Recife, por exemplo, ainda em 1840 eram anunciados no Diário de Pernambuco "leques de marfim", "leques de charon e papel", enfim "leques de todas as qualidades, tanto finos como mais inferiores", todos desembarcados de pouco, vindos do Extremo Oriente.

Até meados do Séc. XIX pode-se acreditar em que os leques que chegavam ao Brasil eram todos de procedência chinesa; de 1840 em diante, pouco mais ou menos, com o decréscimo das importações orientais e o conseqüente aumento de mercadorias européias aqui desembarcadas, os leques chineses viram-se substituídos pelos franceses, espanhóis ou italianos, ao mesmo tempo em que os tradicionais padrões ornamentais de mandarins e elegantes mulheres entre pássaros, borboletas e flores cederam vez às cenas galantes à moda rococó, litografadas ou impressas (16).

No decorrer do Séc. XIX, no Brasil, foi o leque presença constante, funcionando, como na China ou na Europa, não apenas como objeto utilitário, mas também e até principalmente como indicador de bonança financeira ou de distinção social. Por isso é que, em pinturas e fotografias oitocentistas, eles aparecem em mãos de damas e senhoras da sociedade, pequeninos cetros que impunham com graça e mal disfarçafa altivez. Pouco importa, aqui, saber-se se se trata de leques chineses ou ocidentais, mas sim enfatizar a orígem indiscutivelmente chinesa do leque enquanto marca ou símbolo de distinção social. Símbolo oriental, que à medida em que o Século avança irá cedendo vez a outros símbolos, já marcadamente ocidentais, até ver-se substituído pela piteira, ou o cigarro.

Perderam-se quase todos êsses leques chineses que fizeram outrora o charme das mulheres brasileiras; mesmo porque sua fragilidade e o continuado uso a que tinham de ser forçosamente submetidos terminariam por consumi-los. Restaram-nos, em compensação, recolhidos a acervos museográficos ou a opulentas coleções particulares, bom número de vistosos leques comemorativos, leques mais para serem vistos nas mãos dos poderosos que propriamente para servirem de abano (17). Tais leques comemorativos, alguns datando de tempos de Dom João VI, eram encomendados a renomados artesãos de Cantão, Nanquim ou Macau através de lojas especializadas que por longos anos funcionaram no Rio de Janeiro, mantendo intenso intercâmbio comercial com a China. Eram produzidos provàvelmente em tiragens pequenas, e distribuídos em ocasiões especiais (18), encantando-nos ainda hoje pelo colorido vivaz, o desenho minucioso e a ingenuidade das legendas. Eis uma relação, incompleta decerto, desses leques históricos luso-brasileiros:

1. Chegada da Côrte Portuguesa ao Rio de Janeiro

1808. Papel, guache, marfim e folha de ouro. 31 x 61 cm. 18 varetas.

A esquerda, alegorias femininas da Ciência e das Artes; à direita, figura com o distico Hum Deus o libertou hum Deus o elege / forma seu coraçãõ seus povos rege. Entre uma e outra, a Baía de Guanabara, aparecendo, sob um grande sol triangular e recortados contra as montanhas ao fundo, navios embandeirados e as fortalezas de Villegaignon, Boa Viagem, Lage e Santa Cruz. Vêem-se no verso rosas e violetas, uma pomba e as Armas de Portugal, sob uma coroa.

2. Chegada do Principe Dom João ao Brasil.

Inícios do Séc. XIX. Papel, guache e madrepérola. 31 x 57 cm.

Nas varetas, recortes de pássaros, frutas e folhagens, contornando medalhão central com motivos florais. Vê-se a Baía de Guanabara e um índio que, ao sopé do Pão-de-Açúcar, oferece o fruto da terra. Para a esquerda, o sol, e em torno dele data: 7 de março de 1808.

3. Elevação do Brasil a Reino Unido.

1815. Papel, guache, marfim e laca. 18 varetas.

Ao centro, Dom João VI no trono, com o cetro e envergando o manto, e as iniciais: D. I. VI. Coroas de rosas, tendo a cada lado as iniciais RDR e PBA. No friso, escudo das quinas, dos castelos e esfera armilar.

4. Aniversário de Dom João VI

Séc. XIX. Papel, guache, madrepérola e folhas de ouro. 31 x 61 cm.

No Cais da Praça Quinze, navios ancorados e engalanados; junto ao cais, chafariz. Ao longe, a Praça e o Palácio do Paço, com tropas e personagens. No verso, faisões, flores e bambus.

5. Aclamação de Dom João VI.

1818. Papel, guache, nanquim, laca, folhas de ouro. 32 x 58 cm.

Varetas de laca com folhagens e pássaros a ouro. Cena da aclamação de Dom João VI na varanda do Paço (inspirada da aquarela de Debret) ocupando o anverso. No verso, orla vermelha, com folhagens em ouro e prata, tendo ao centro prato em azul com flores e frutas.

6. Homenagem a Dom Pedro, Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves.

1821. Papel, guache, litografia e madrepérola. 27,2 x 51 cm.

Varetas de madrepérola, com pinturas de motivos florais, e de metal dourado, com vazaduras e incrustados de turmalinas. Ao centro da folha, retrato de Dom Pedro (inspirado em original de Debret), litografado. O príncipe, que enverga traje de almirante, acha-se ladeado de um ramo de louro e uma palma, enfeixados por duas bandeiras de cada banda. No verso, motivos florais e friso de folhagens.

7. Independência do Brasil.

Séc. XIX. Papel, guache e marfim. 31 x 55 cm.

Dom Pedro I, de farda, com o fitão de todas as Ordens, recebe de um índio a Coroa Imperial. Ao lado, alegorias do Direito e da Lei, da Fama e do Amor, vendo-se ainda em meio a uma paisagem tropical, coroa de louros e a bandeira do Império.

8. Coroação de Dom Pedro I.

1822-1823. Papel, guache e laca. 32 x 80 cm., 18 varetas.

Varetas de laca com motivos florais em dourado. Ao centro da folha, entre ramos floridos, orla em fitão azul celeste, com 13 estrelas douradas e a inscrição Viva / Pedro I / Imperador e / Defensor / perpétuo do / Brasil, ladeada por ramos de café e tabaco e sob coroa imperial. Dois anjos conduzindo o cetro e a bandeira; embaixo, a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro. No verso, sobre fundo de ouro, um faisão entre ramalhetes de rosas e bordadura vermelha, florida.

9. Fundação do Império.

1824. Papel, guache e madrepérola. 32 x 80 cm., 18 varetas.

Varetas de madrepérola lavradas com motivos chineses. Na folha, sobre fundo prateado, Dom Pedro em efígie, sob a coroa imperial e contornada de motivos florais que se destacam de um campo verde; no exergo, inscrição Moderador. Abaixo, sobre terço de coluna, livro aberto com inscrição Constituição, além de uma balança com inscrição Judiciário. Há uma figura feminina, tombada, atacada por um animal fantástico. A cada lado da efígie do Imperador, colunas com as inscrições Câmara de / Senadores e Câmara de / Deputados. Em diversos planos, obeliscos ostentando inscrições Justiça, Império, Finança, à esquerda, Guerra, Marinha, e Estrãgro à direita. Sobre o conjunto, cinco anjos com listel e neles legendas: 9 de Janeiro, 7 de Setembro, 12 de Outubro, 1º de Dezembro e 25 de Março. Bordos dourados de ornatos florais. No verso, faisão pousado a um galho, entre flores, destacando-se de fundo dourado; bordos prateados, com ornamentos florais.

10. Organização do Império.

Séc. XIX. Papel, guache, esmalte. 32 x 60 cm.

Dom Pedro, fardado, no centro de um medalhão e encimado pela coroa imperial. Ladeam-no obeliscos com os nomes dos diversos Ministérios: Justiça, Império, Finanças, Guerra, Marinha e Estrangeiros. Anjos sustentam faixas nas quais se vêm inscrições: 9 de Janeiro, 7 de Setembro, 12 de Outubro, 1º de Dezembro e 25 de Março.

Variante do anterior?

11. Reconhecimento da Independência.

Séc. XIX. Papel, guache e laca. 32 x 55 cm.

Varetas de laca com motivos geométricos pintados. Ao centro do papel, medalhão emoldurado pela serpente ourubouros, tendo ao centro o busto de Dom Pedro I em uniforme, circundado pela frase Independência do Brasil Reconhecida. Nomes das diversas províncias brasileiras inscritos em círculos. A cada lado do motivo central, gigante que se apoia a um vaso deitado simbolizando o Prata e o Amazonas.

12. Entrega das Credenciais de Lord Stuart.

1825. Velino, guache, metal, madrepérola e pedras. 28 x 70 cm., 21 varetas.

Armação em metal dourado com arremates de madrepérola, ou trabalhada em relêvo com motivos florais e pedras vermelhas. Na folha, Dom Pedro I no trono, tendo a cada lado Dona Leopoldina e Dona Maria da Glória, recebe as credenciais de Lord Stuart que vem reconhecer a Independência do Brasil. Uma figura alada empunha a legenda Reconhecimento / do Império / do Brasil / e da sua / Independência. Ao fundo, navios com bandeiras brasileiras e portuguesas, na Baía de Guanabara. No verso as armas do Império, entre florões.

13. Homenagem a Dom Pedro I.

1822-1823. Papel, guache, marfim e madrepérola. 27 x 51 cm. 18 varetas.

Armação de varetas de marfim, sendo que as mestras de madrepérola, todas com ornatos vegetais vazados. Na folha, reserva central e nela, sob a coroa imperial, a legenda Viva / D. Pedro I / Imperador e / Defensor Perpétuo do Brazil, entre ramos de café e tabaco e fita azul com 12 estrelas douradas. Pequeno gênio empunha a bandeira imperial e o cetro dos Bragança. Pende da fita a Imperial Ordem do Cruzeiro. No verso, episódio do retorno de Ulisses.

Variante do nº 8

14. Homenagem a Pedro I.

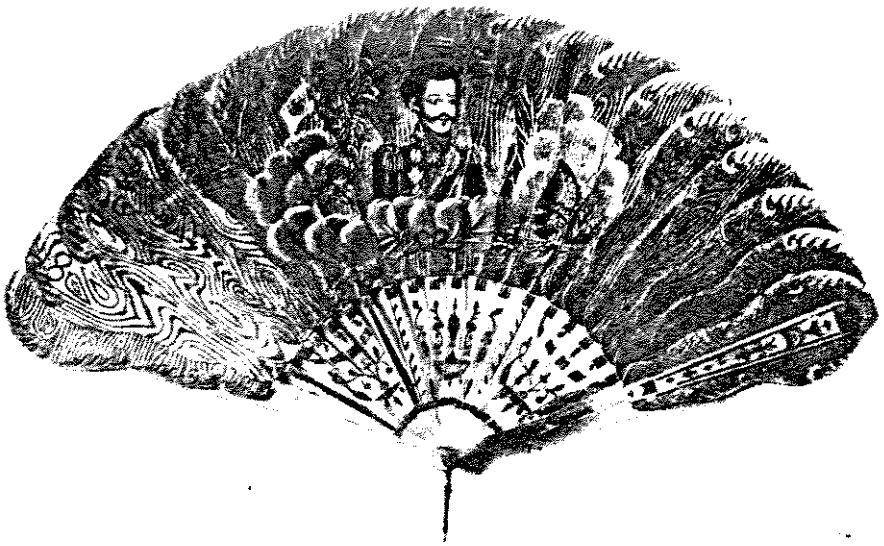
1826. Papel, litografia, guache e tartaruga. 17,5 x 33 cm. 16 varetas.

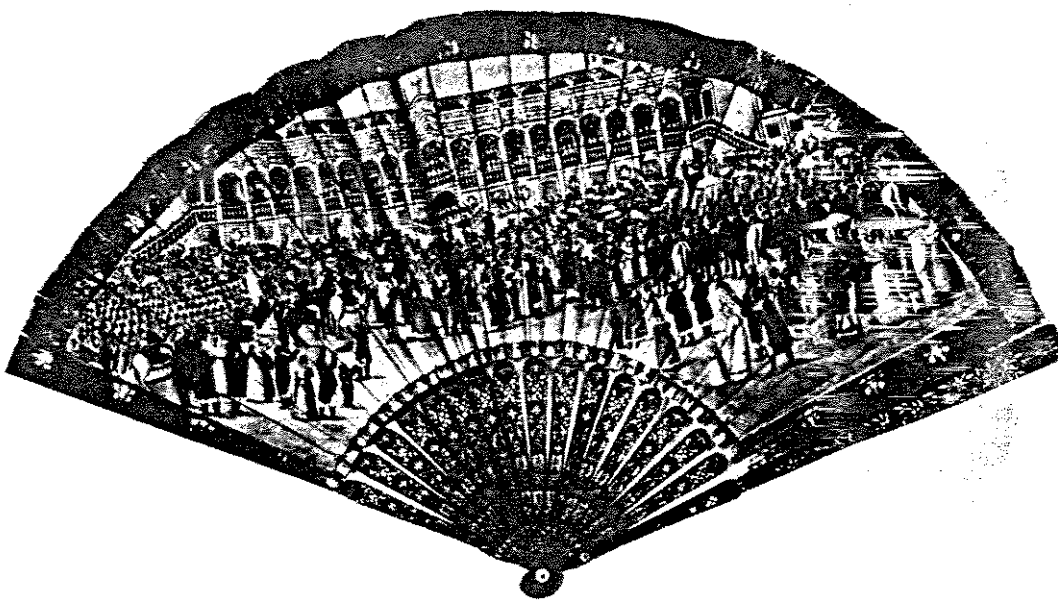
Varetas de tartaruga, sem adornos. Ao centro da folha, busto de Pedro I em litografia avivada a mão; é visto de frente e ostenta uniforme e condecorações. Uma vitória, que o laurea, sustenta um pergaminho com a legenda D. Pedro IV de Portugal / I do Brasil / e único no mundo. Armas do Brasil-Império (com êrro) e livro aberto onde se lê Carta Constitucional / 29 de Abril 1826 / 31 de Julho de 1.826.

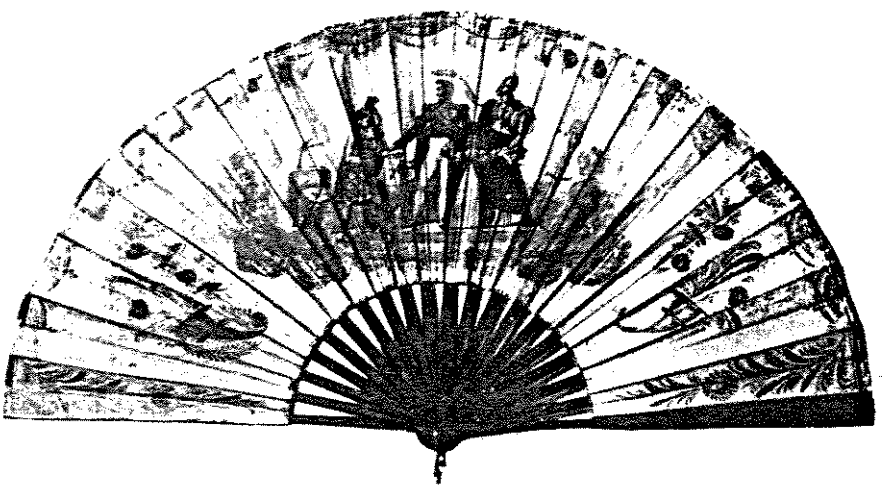
15. Casamento de Dom Pedro I com Dona Amélia.

1829. Papel, guache e marfim, 26,5 x 50 cm.

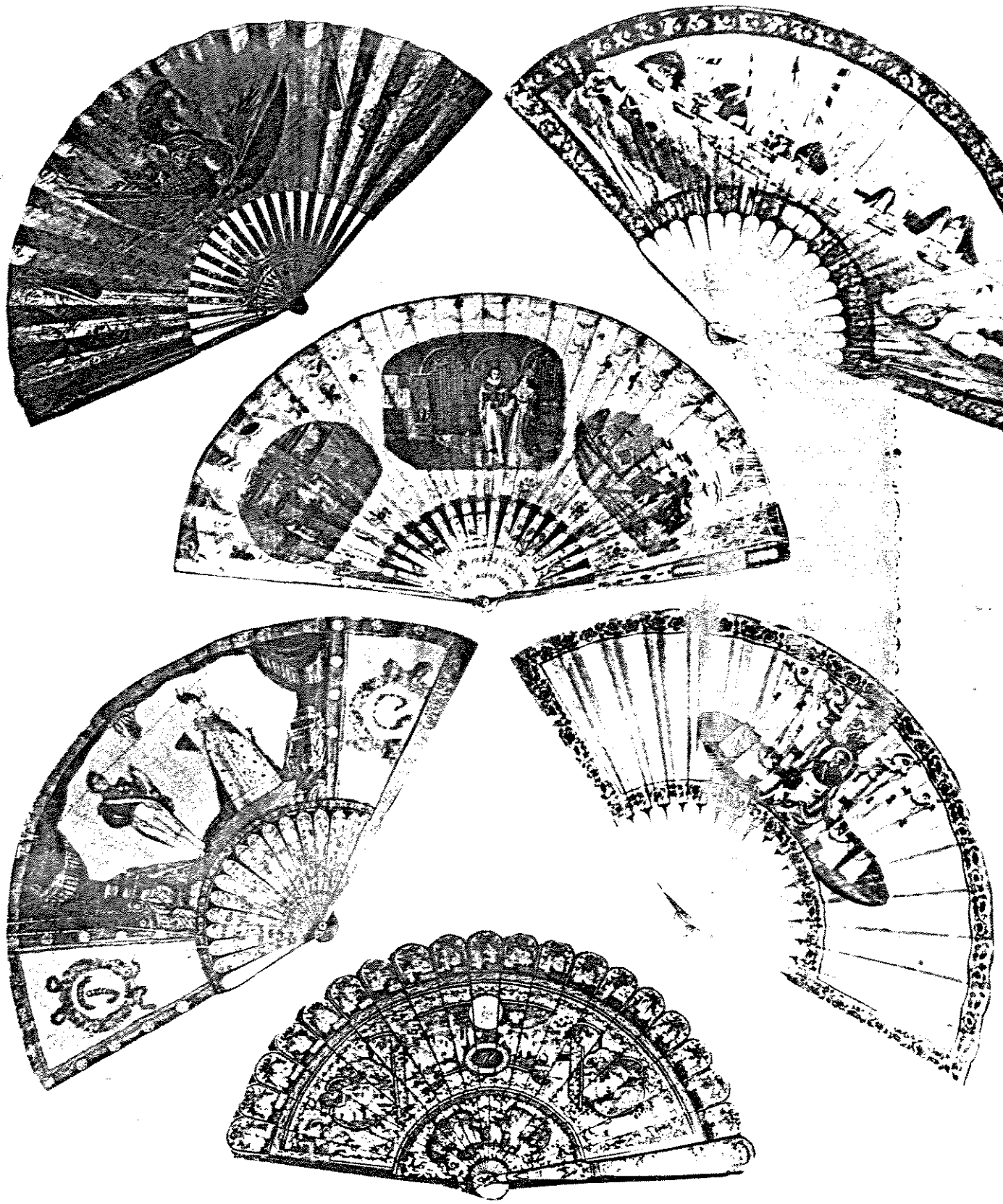
Dom Pedro I e Dona Amélia, de mãos dadas, encimados pela legenda Matrimônio do Imperador do Brasil com a Princesa Amélia Augusta, Eugenia, Napoleona de Leuchtenberg da Baviera.

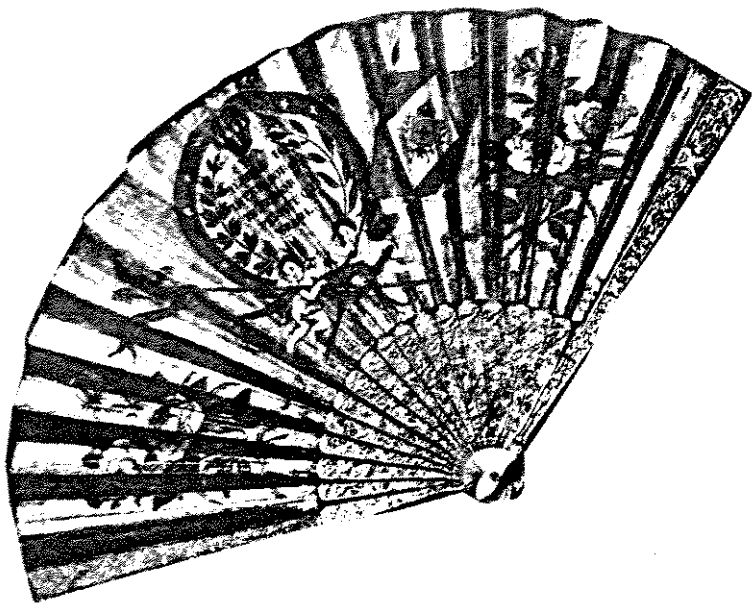


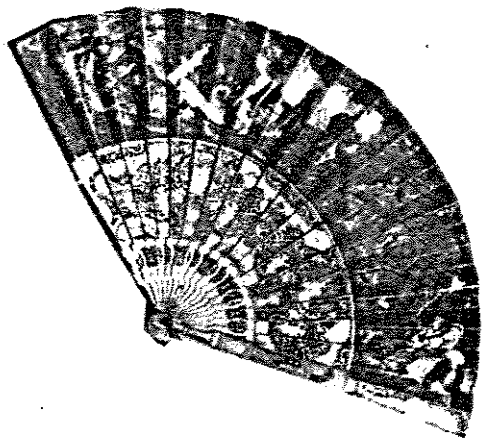


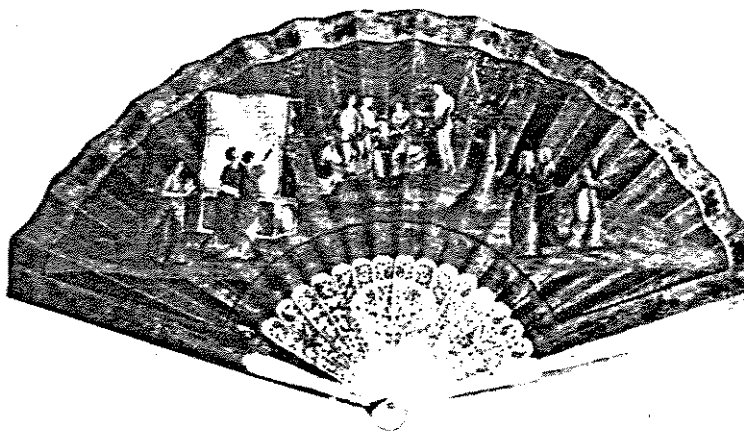


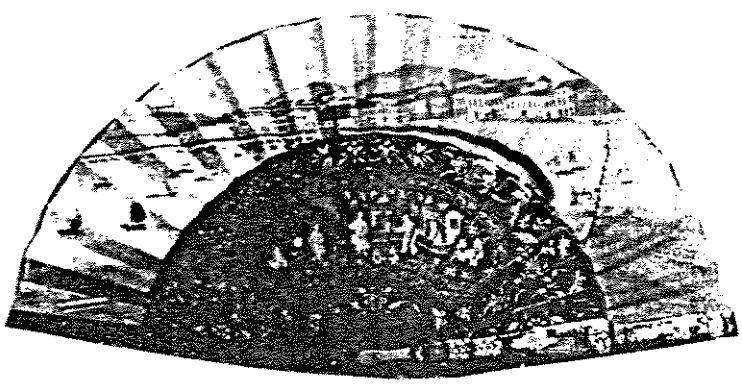
Nessa e em páginas que seguem, leques históricos luso-brasileiros ou já brasileiros, produzidos na China nas primeiras décadas do Séc. XIX.











Ich liebe Kinyt und Zucht, drumb Kan ich Kinytlich stricken;
Ich darff mich nimmermehr an frembder mann anblicken,
Ihr Frawen wolt ihr treu, und tugendsam sein,
So sucht gelegenheit, und sperrt euch mit mir ein.



Chinesisch weib.

Chinesa sustentando um leque à mão direita (ilustração da Reise von Amsterdam nach Pharnambuco in Brasil, de Caspar Schmalkalden, na Forschungsbibliothek de Gotha, na Alemanha; desenho executado durante a viagem de S. ao Extremo-Oriente, entre 1646 e 1652, em seguida à sua permanência no Brasil, de 1642 a 1645.

Notas

(1) - Segundo a tradição, Chung-li Ch'üan casou-se com uma linda mulher e foi viver nos campos a existência dos filósofos. Um dia, quando meditava, deparou-se com uma mulher de luto, abanando com seu leque um túmulo ainda fresco. Perguntando-lhe o porque dessa atitude, disse-lhe a viúva que prometera ao finado só se casar de novo quando o seu túmulo estivesse seco. Como já tinha um pretendente, abanava o túmulo, para que a terra em volta secasse o mais rápido possível, o que a desobrigaria do compromisso. Chung-li Ch'üan resolveu ajudá-la: tomando o leque emprestado, invocou os espíritos, e em breve o túmulo estava totalmente seco. Grata, a mulher deixou-lhe de presente o leque, e se retirou à procura do novo amado. Chegando em casa, Chung-li Ch'üan começou a meditar na inconstância das mulheres, e decidiu por à prova a sua própria. Fingiu-se de morto, e ao mesmo tempo assumiu a aparência de um belo jovem, que passou a assediar a pretensa viúva. Essa em poucos dias aquiesceu em desposar o desconhecido, o qual lhe fez contudo uma estranha proposta: que a mulher lhe trouxesse o cérebro do marido falecido, a fim de que preparasse um filtro poderoso. A mulher, concordando, aproximou-se do caixão do marido, e o descerrou: para seu espanto, Chung-li Ch'üan voltou à vida, enquanto o jovem desaparecia no ar. Envergonhada, a mulher do filósofo enforcou-se, enquanto êle colocou fogo à casa, da qual só levaria o leque (de então por diante seu atributo) e o livro sagrado, Tao Te King...

(2) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 176-178.

(3) - Diz Maril Murchie, em "Fans - The Lesser Examples (The Best of Antique Collecting, Baron Publ., Woodbridge, 1981, pág. 18): " Além de seus designios puramente funcionais, o uso do leque foi também decorativo e simbólico, e em certas sociedades foi visto como parte essencial do cerimonial. Foi isso em particular o que ocorreu no Oriente, onde, nos círculos da Côrte Chinesa, existiu outrora um estrito código de etiqueta regulamentando o uso de leques, cada hierarquia funcional sendo obrigada a usar um determinado tipo, segundo sua posição".

(4) - No Ocidente desde cedo os leques se transformariam em atributo feminino. No The Spectator nº 102, 1711, escreveu Joseph Addison que "as mulheres armam-se de leques do mesmo modo como os homens de espadas, e por vezes fazem com eles mais estragos". Cf. Hayden Williams: "Fans", em Sotheby' s Guide 1989. Penguin Books, London, 1988, pág. 449.

(5) - Também os leques ocidentais fizeram variar bastante o número de suas varetas, é claro que por motivos diversos do dos chineses. Os mais antigos leques pintados, que surgiram por volta de 1660, tinham de 14 a 16 varetas; após 1685, tal número ascendeu a até 26 varetas, declinando, mais ou menos por 1730, para uma média de 18 a 21, e então se estabilizando. O arco de aber-

tura do abano também variou: de 1660 a 1750, até 1600; de 1750 a 1800, quando se estabiliza, até 1800 e mais. Cf. James Mackey: The Price Guide to Collectable Antiques. Baron Publ., Woodbridge, 1981, capítulo "Fans", págs. 182-187.

(6) - Cf. Catálogo da exposição Fans from the East no Victoria and Albert Museum. The Fan Circle, London, 1979, pág. 30.

(7) - Em Falenas, seu segundo livro de poesia, publicado em 1870, Machado de Assis inseriu traduções de oito poemas de poetas chineses seus contemporâneos, levadas a efeito não obviamente a partir do original chinês, mas sim de uma versão inglesa devida a Judith Walter, em livro aparecido em 1868. A tradutora inglesa colocou os poemas chineses "em simples e corrente prosa", conforme esclarece em nota o próprio Machado - que, porém, resolveu-se pela metrificação e forma ocidentais. O poema em que é feita alusão aos leques de outono é de Tan-Jo-Lu, chama-se "O Leque" e vai publicado na edição da Obra Completa, Volume III (Editora José Aguilar, Rio de Janeiro, 1962, págs. 54-55 e Nota D, à pág. 181). Não custa transcrevê-lo:

Na perfumada alcova a esposa estava,
Noiva ainda na véspera. Fazia
Calor intenso; a pobre moça ardia,
Com fino leque as faces refrescava.
Ora, no leque em boa letra feito
  Havia este conceito:
"Quando, imóvel o vento e o ar pesado,
  Arder o intenso estio,
Serei por mão amiga ambicionado;
  Mas volte o tempo frio,
Ver-me-eis a um canto logo abandonado".

Lê a esposa este aviso, e o pensamento
  Volve ao jovem marido.
"Arde-lhe o coração neste momento
(Diz ela) e vem buscar enternecido
Brandas auras de amor. Quando mais tarde
  Tornar-se em cinza fria
  O fogo que hoje lhe arde,
Talvez me esqueça e me desdenhe um dia".

(8) - Segundo Peter Thornton ("Fans", em Antiques International, G. P. Putnam's Sons, New York, 1967, pág. 193), já no Séc. XV, "talvez importados por marinheiros portugueses, e seja como for vindos do Extremo Oriente, onde há muito estavam em uso tanto os leques rígidos quanto os de dobrar". Na verdade um leque rígido é visto nas mãos de Giovanna degli Albizzi Tornabuoni, num pormenor da Visitação executada entre 1486 e 1490 por Domenico Ghirlandajo, hoje em Florença, na Igreja de Santa Maria Novella. Isso demontra que já existiam leques rígidos, pelo menos, na Europa de antes do Séc. XVI.

(9) - Leques rígidos aparecem por exemplo nos retratos: de Catarina de Portugal, por Antonio Moro (1554, Museu do Prado, Madrid); da pseudo-Lavínia, filha do pintor, de autoria de Ticiano (1555, Gemaeldegalerie, Dresden); e de Catarina de Médici, sem data nem assinatura, na Galleria degli Uffizi, Florença. Ver as respectivas reproduções em Milla Davenport: The Book of Costumes. Crown Publ., New York, 1962, ils. 1219, 1261, 1344.

(10) - Maril Murchie, op. cit., pág. 18, Fig. 2. O leque, tal como a bengala, a flor e o lenço, também foi utilizado no Brasil como um código de comunicação à distância pelas mulheres, funcionando furtivamente em bailes, durante as missas e em outras ocasiões especiais.

(11) - É curioso como nenhum dos autores por nós consultados - mesmo Gilberto Freyre, mesmo Cascudo - referem-se à linguagem dos leques no Brasil. Luiz Edmundo, em O Rio de Janeiro do Meu Tempo (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 2º Volume, pág. 738), alude a um livrinho publicado pelo editor Pedro Quaresma, especializado em literatura popular. Chamava-se a tal brochura Arte de fazer signaes com o leque e com a bengala, mas infelizmente nunca pudemos encontrá-la.

(12) - Peter Thornton, op. cit., pág. 204.

(13) - Geoffrey A. Godden: Oriental Export Market Porcelain and its Influence on European Wares. Granada, London/Toronto/Sidney/New York, 1979, pág. 41.

(14) - José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da Índia. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968, pág. 234.

(15) - Cf. Francisco Marques dos Santos: "As Belas Artes na Regência". Estudos Brasileiros, Ano V, Vol. 9. Nºs. 25, 26 e 27, Jul. a Dez. de 1942, pág. 47.

(16) - Os primeiros leques europeus impressos surgiram ainda no Séc. XVIII; os litografados são dos começos do Séc. XIX e se tornariam numerosíssimos após 1840. Para as cenas galantes, comuns em leques franceses, ver: Hélène Alexander: "Some Facets of Fan Collecting - Part I: The Finer Examples". The Best of Antique Collecting, Baron Publ. , Woodbridge, 1981, págs. 104-107.

(17) - Os leques comemorativos passam por ter surgido na Inglaterra em meados do Séc. XVIII, tendo ficado célebre o intitulado "Mr. Thomas Osborne's Duck Hunting 1754", mandado fazer para celebrar uma recepção dada por Osborne quando passou a residir em Hampstead, em setembro de 1754. Cada dama presente à recepção recebeu do anfitrião um desses leques, hoje raríssimos. Também em França os leques comemorativos apareceram no Séc. XVIII, sendo muito conhecidos os que celebram a primeira experiência de Montgolfier com seus balões, em 1772. Devem ter existido também em Portugal, pelos fins do Séc. XVIII. No Brasil, surgem em 1808, com a chegada da Côrte Portuguesa ao Rio de Janeiro. No que respeita a coleções nacionais de leques, merecem destaque as do Museu Impe-

rial de Petrópolis, Museu Histórico Nacional, Museu do Ipiranga e Fundação Maria Luiza e Oscar Americano. Entre as particulares, desfrutou de nomeada a que pertenceu ao comerciante Rocha Garcia, leiloada em 1945 no Rio de Janeiro. Eram 125 leques, boa parte deles chineses, e 13 comemorativos.

(18) - Reza a tradição que Dom Pedro I, ao cabo de uma recepção em São Paulo, ofertou a cada uma das senhoras presentes um leque com a sua efígie, mais ou menos repetindo, assim, o que fizera Thomas Osborne em 1754 (cf. Nota anterior).



Chinês com guarda-sol e leque, desenho de Caspar Schamalkalden na Forschungsbibliothek de Gotha, Alemanha. Observe-se a unha crescida do polegar esquerdo.

Sombrinhas e Chapéus-de-Sol

Quase todas as civilizações antigas do Próximo e do Extremo-Oriente, do Mediterrâneo, do Golfo Pérsico e do Oceano Indico conheceram o guarda-sol. No decurso da Idade Média Cristã, contudo, esse utensílio, que gozara de popularidade em Roma, caiu em esquecimento no Ocidente, e foi só em fins do Séc. XVI que - redescoberto pelos portugueses na índia e na China - os países europeus de novo passaram a utilizá-lo. Nos anos iniciais do Séc. XVII ele se tornara, nos países ocidentais, complemento indispensável da indumentária das pessoas de nível, do mesmo modo como o leque e a bengala; e pelo fim do mesmo século as mulheres das classes mais elevadas tinham-no transformado em atributo do seu sexo e de sua condição social, reduzindo-o de suas dimensões originais incômodas ao formato e à leveza das frágeis sombrinhas, tal como hoje as conhecemos.

Do mesmo modo como o leque, o guarda-sol conservaria ainda por muito tempo seu primitivo valor de símbolo, ao lado de sua obvia destinação funcional. Os modelos mais antigos, por suas dimensões, tamanho e peso, não deixam dúvidas quanto ao papel simbólico que desempenhavam, sinalizando o poder religioso, político ou econômico dos que deles podiam dispor. Portados por escravos, sua finalidade era não tanto proteger dos raios de sol a pele tanta vez curtida dos figurões que abrigavam à sua sombra, quanto lhes sublinhar a importância, separando-os assim dos demais mor-

tais. Porque nem na Ásia e nem na Europa ou nas Américas podiam os guarda-sóis serem usados por qualquer um. Essa função simbólica e hierarquizadora dos guarda-sois já se dissipara de todo na Europa nos meados do Séc. XVIII; em alguns países ocidentais, contudo - e o Brasil entre êles -, ainda continuaram sendo emblemas de poder, raça ou classe até fins do Séc. XIX.

Guarda-sois de seda foram utilizados na China desde épocas muito remotas em procissões religiosas, e desde os primórdios possuíam, ao lado e acima de sua função prática, função emblemática, como atributo de dignidade e respeito. Quando, ao fim de uma carreira pautada pela competência, dedicação e integridade, um mandarim se retirava à vida privada, recebia da população agradecida um guarda-sol vermelho, chamado das Dez Mil Pessoas, honraria compreensivelmente reservada a bem poucos. Guarda-sois e sombrinhas acham-se por outro lado relacionados ao Budismo, como uma das Oito Coisas Preciosas ou um dos Oito Sinais de Bons Augúrios visíveis na sola-do-pé de Buda, além de representar também o Fígado Sagrado da divindade. Não admira que o guarda-sol seja, na China, motivo ornamental tão usado por artistas e artesãos (1).

Foram os portugueses, repetimos, que trouxeram para a Europa as primeiras sombrinhas modernas - ou seja, as portáteis, e dobráveis, que estavam em uso na China desde aproximadamente o Séc. IV d.C. Uma dessas sombrinhas pode ser vista no Retrato de Sir Henry Unton (National Portrait Gallery, Londres), de autor anônimo mas remontando à última década do Séc. XVI. Essa é a mais antiga representação do objeto em toda a pintura inglesa, e sem

dúvida das mais antigas de toda a pintura ocidental - o que confirma sua extrema raridade ainda às vésperas do Séc. XVII. Existem, porém, desenhos e representações mais antigas de guarda-sois e sombrinhas orientais, as quais foram também descritas por velhos cronistas lusitanos, como por exemplo Duarte Barbosa, em 1515:

> Trazem pagens detrás com suas espadas nas mãos... além do pagem que digo trazem com sua espada, trazem outro com um sombreiro de pé, que lhe faz sombra e lhe tolhe a chuva; e destes são alguns de pano de seda mui bem lavrados, de muitos pendentes de ouro, com muita pedraria e aljôfar; são feitos de tal maneira que se abrem e serram; e muitos deles fazem de custo trezentos e quatrocentos cruzados (2).

Que os portugueses cedo se habituaram a êsses luxos asiáticos mostram-no desenhos quinhentistas que os representam a pé ou a cavalo, protegidos por amplos guarda-sois que escravos lhes distendem sobre as cabeças. é o que se pode ver, por exemplo, em algumas das bisonhas ilustrações coloridas de um códice quinhentista, provavelmente português, que pertenceu ao Cardeal Girolamo Casanate, e que após a morte dele, em 1700, passou a integrar com outras 25 mil raridades a atual Biblioteca Casanatense em Roma, dirigida pelos dominicanos (3). E porque gostaram desses confortos que viram na Ásia logo trataram de os introduzir no Ocidente, inclusive na sua grande colônia do Brasil, tanto mais que as condições climáticas tropicais tornavam tais objetos particularmente desejáveis.





Estampas do álbum O Barão de Von Lowenstern no Brasil 1827-1829 publicado em 1972 pela Graficos Brunner de São Paulo, contendo desenhos desse diplomata, primeiro embaixador da Dinamarca no Brasil, e bem assim de outros autores não identificados. À esquerda um irmão pedinte, com seu guarda-chuva de partido chinês; à direita uma dama portuguesa (sic) com seu inseparável leque chinês. Originais na Col. Paulo Geyer, Rio de Janeiro.

É provável que as primeiras sombrinhas e guarda-sois tenham chegado ao nosso país em fins do Séc. XVII, embora os mapas de carga de naus da Carreira da Índia já conhecidos não digam uma única palavra sobre elas. Tais sombrinhas eram de início muito pequenas e o mais das vezes de seda, concluindo à borda em franjas; havia-as de várias cores, e nos exemplares mais preciosos cabo e ponteira eram feitos de marfim ricamente esculpido. Uma dessas sombrinhas, provavelmente já do Séc. XIX, e que pertenceu à Marquesa de Santos, encontra-se no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro; provém de Tonquim, em território do atual Vietnam.

Do mesmo modo como na Índia e na China, as sombrinhas, no Brasil, foram durante muito tempo símbolo de distinção social. O mesmo, aliás, ocorria em todo o enorme império colonial português: em Macau, por exemplo, a 10 de outubro de 1744 o Senado da Câmara publicava um bando (proclamação lida, sob rufo de tambores, nos principais lugares públicos de uma cidade) que assim dizia:

> Considerando este Nobre Senado a conservação do bem comum, pretendeu divertir o luxo deste povo, introduzido na superfluidade do trato em que êle se pôs, estando tão decadente pelo contínuo atraso do comércio - remédio único de que se mantém, e de poucos anos a esta parte a gente ordinária desta Cidade, abraçando a vaidade de se ornar com lustroso tratamento, sem reparar no excesso das despesas que faz, gastando uns mais do que ganham e outros mais do que têm, para se sustentarem na aparência iguais a melhores, fazendo-se diferentes dos seus semelhantes. Para que mais não fosse, tomou este Nobre Senado o expediente de proibir o uso de cabeleiras e sombreiros a todos os que não fossem europeus de nação ou geração (4).

Não conhecemos nenhuma proibição semelhante ocorrida entre nós, o que não significa que não tenha existido. O costume, sim, a tradição, sim, é que lhe vedavam o uso a escravos e simples plebeus, e isso ainda pelos tempos de Dom Pedro I. Pelo menos é o que sustenta Gilberto Freyre nessa passagem de Sobrados e Mucambos:

> O chapeu de sol aparece menos com a sua velha pompa oriental do que como artigo civil e utilmente burguês, de procedência inglesa ou de gosto inglês; mas sem perder de todo suas antigas sugestões orientais de grandeza; nem seus antigos característicos asiáticos de insígnia de gente nobre. Tanto que seu uso era, pela tradição ou pelo costume, vedado ao escravo e ao plebeu (5).

Poucas gerações mais tarde, já as coisas tinham-se modificado: Wetherell, escrevendo em 1860, alude à abundância de sombrinhas e guarda-sois em Salvador, mas observa que, por aquela época, mulatos e até negros as usavam, assim buscando emular com a população branca e endinheirada, e desmentindo os versinhos populares:

> Foi coisa que en nunca vi
> negro de chapeu de sol...

Também, ao tempo em que Wetherell colhia suas observa-

ções, as sombrinhas da China e da Indochina e os grandes chapeus-de-sol asiáticos estavam sendo substituídas ràpidamente por sombrinhas e guarda-chuvas britânicos, e o colorido variado de suas sedas cedera vez à severa discreção do preto. Ainda assim, conservavam esses objetos - e ainda conservam até hoje - alguma coisa de seu antigo simbolismo oriental: abrir, por exemplo, sombrinha ou guarda-chuva dentro de casa é "chamar a morte"; e nos maracatus e congadas do Nordeste um guarda-sol vermelho que gira incessantemente pode ser visto nas mãos da Rainha, da qual é ao mesmo tempo o emblema (6).

Notas

(1) - C. A. S. Williams Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, pág. 413. Sombrinhas e chapéus-de-sol são também um dos motivos decorativos mais encontrados em chinoiseries, como se pode deduzir pelas ilustrações do livro de Madeleine Jarry: Chinoiseries. Office du Livre, Fribourg, 1980. Digamos, enfim, que um dos motivos mais belos de toda a porcelana chinesa de exportação para o Ocidente é a Dame au Parasol, desenhada pelo pintor holandês Cornelis Pronck (1691-1759) por encomenda da Companhia das Índias Orientais neerlandesa, a partir provavelmente de um desenho chinês ou japonês, e sucessivas vezes reinterpretada, ao longo do Séc. XVIII, tanto na China quanto no Japão.

(2) - Luís de Matos: Imagens do Oriente no Século XVI. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense. Casa da Moeda, Lisboa, 1985, pág. 73.

(3) - Luís Matos, op. cit., 24, aceita sem reservas a autoria portuguesa das ilustrações do Códice Casanatense, escrevendo: "Mas não pode haver qualquer dúvida sobre a nacionalidade portuguesa do autor do álbum. Schurhammer, Barchiesi, Humble e Braudel admitiram-na, sem se julgarem na necessidade de a justificar. Certas legendas são, porém, a prova disso, legendas que até prova em contrário, temos de admitir que são de autoria do pintor". Quanto a nós, preferimos aceitar aquela autoria com reservas, mesmo porque as 76 figurinhas possuem um forte e inequívoco sabor indiano. Poque não poderiam ser as ilustrações feitas por mão indiana, e as legendas apostas por mão portuguesa?

(4) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, pág. 398. É claro que os naturais de Macau reagiram, apelando ao Senado com energia, tanto que a 13 de maio de 1745 o bando era revogado pelo Vice-Rei da Índia, Marquês de Castelo Novo.

(5) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985, 2º Tomo, pág. 463, e 1º Tomo, pág. 306.

(6) - Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, págs. 215-216 e 471-472.

Papagaios de Papel

Papagaios, pipas, cáfilas, quadrados, corujas, arraias, pandorgas, cometas ou que outros mais nomes possam regionalmente assumir são, na definição do velho dicionarista Morais, em 1789, "folhas de papel, ou lenço, estendidas sobre uma cruz de canas, e cortadas em figura oval, com um rabo na parte fina, que se soltam no ar, e lá se sustêm, seguras por um cordel, ou barbante: é brinco de rapazes". Nem sempre cortadas em figura oval, convenhamos: e não apenas brincadeira de rapazes, pois foi empinando papagaios em 1752, quando já tinha 46 anos, que Benjamin Franklin descobriu ser o raio uma descarga elétrica: e nem é preciso sair do Brasil: "já moço ilustre e até bacharel", como diz Gilberto Freyre, Augusto Severo os empinava, e assim foi que começou a tomar interesse pelos problemas da navegação aérea.

O papagaio de papel é de origem antiquíssima, tendo cabido aos portugueses traze-lo da China para o Ocidente, em meados do Séc. XVI. No Brasil tornar-se-ia passatempo popular desde os tempos coloniais, quando os empinavam sizudos senhores-de-engenho, nada tendo eles então de divertimento infantil ou de adolescentes.

A origem dos papagaios chineses, <u>funcheng</u>, é certamente religiosa. Nesse país os papagaios, feitos de papel fino ou seda, podem assumir formas de objetos ou de animais - pássaros, lagartos, peixes, morcegos, borboletas, dragões etc.; há exemplares

imensos - de 50 e mais metros, o que pressupõe toda uma complicada técnica de construção, sendo nesses casos o corpo do artefato construído em diversas seções, hàbilmente interligadas. é comum adaptar-se aos papagaios tambores de papel ou apitos de bambu que, sob o vento forte, emitem sons característicos. Outro expediente corriqueiro entre os chineses, desde tempos remotos, é enviar mensagens - "passar telegrama", como se diz entre nós -, colocando no fio de sustentação pequenos círculos de papel que aos poucos vão ascendendo, até atingirem lá no alto o corpo do papagaio. Não só as crianças, como também os adultos entregam-se ao passatempo, ocorrendo por vezes batalhas entre dois e mais contendores, cada qual tentando derrubar o papagaio do adversário, em botes e bruscas manobras que tentam envolvê-lo e aprisioná-lo, ou então cortar a linha que o mantém preso á terra com ajuda de lâminas de metal ou cacos de vidro adicionados prèviamente à cauda.

é no Duplo Nove - o nono dia da nona lua do ano chinês -, considerado aziago, que tinha (e ainda tem) lugar na China o Festival dos Papagaios: o costume era então subir-se a montanhas ou, à falta delas, em pontos elevados (que podiam atè ser os andares mais altos de um pagode) para os empinar. Prende-se o hábito a antiga tradição, segundo a qual certo Huan Ching, discípulo do mágico Fei Ch'ang-fang (que viveu sob a Dinastia Han, entre 206 a. C. e 221 d. C.), foi um dia por ele aconselhado a subir o mais rápido possível à montanha mais próxima, para escapar a uma iminente catástrofe. Outra versão sustenta que os papagaios são empinados em memória de Meng Chia, que os teria inventado, no Séc. IV d.C., ao ver seu chapéu arrebatado pelo vento. Uma coisa é certa: no

Séc. II a.C. papagaios já eram utilizados pelos generais chineses com finalidades militares, de sinalização de tropas; também são empregados há muitos séculos, na China, em pescarias.

Populares no Brasil desde muito antes da Independência, esses pedaços de papel fino coloridos ainda o são em nossos dias, apesar dos fios elétricos, dos edifícios sempre mais e mais altos e das posturas municipais, que cada vez mais os impelem das cidades em direção ao campo. Nos anos iniciais do Séc. XX, Luiz Edmundo os evoca, numa passagem do seu Rio de Janeiro do Meu Tempo (1).

> Com uma pequena folha de papel de seda, uma flexa de dois vinténs e um novelo de barbante, que nas vendas se merca por dois ou três tostões, obtém-se a diversão. São esses artifícios, em geral, quadrados; há-os, porém, sugerindo feitios diferentes, ovais, em formato de disco, em meia lua, estrêla e até imitando a forma de animais, papagaios de luxo, fortes, dos que em lugar de rabos de molambo mostram caudas de cadarço, muito longas, enfeitadas com laçarotes de papel, das que conduzem nas extremidades um caco de garrafa, uma lâmina de faca velha ou um palmo de arco de barril, tudo isso para a hora das grandes lutas que se travam pelo ar. Olha-se o ceu e o ceu está decorativamente cheio de suaves notas de cor, que são esses brinquedos de papel. Pelas claraboias das casas, pelos enfeites em seta, nos telhados, pelos para-raios das igrejas e até pelos fios telegráficos e telefônicos da urbs, vêmo-los, ainda, pendidos e enroscados, em fragmentos, em frangalhos vistosos, à espera do vento que os há de esfacelar de todo.

Comuns no Brasil do Amazonas ao Rio Grande do Sul, difundidíssimos no Nordeste e no Rio de Janeiro, motivos de festivais no Interior e de exposições em centros culturais, os papa-

gaios assumem em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, inesperado aspécto místico, pois é comum nessa cidade fronteiriça "remontar cometas" em plena Sexta-Feira Santa, o que mais uma vez coloca em foco a orígem religiosa desses artefatos voadores (2).

Notas

(1) - Luiz Edmundo: O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol 1º, págs. 255-257.

(2) - Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, pág. 577.

Briga de Galos

Do mesmo modo como as brigas de cães, codornas e inclusiva grilos, as rinhas ou brigas de galo constituíram desde tempos muito recuados um dos entretenimentos predilatos dos chineses. Em certos instantes a paixão por elas foi tão forte, que as autoridades chegaram a persegui-las, tais os malefícios sociais acarretados. É que os chins, jogadores sem freios, chegaram a confiar aos esporões afiados de seus campeões não apenas moedas, vestimentas, bens e casas, como até mesmo mulheres e filhos, tudo em garantia ou pagamento de apostas (1)!

A briga de galos é originária da China, e tão antiga que em tempos da Dinastia Shang (1766 - 1111 a.C.) já existiam os que se dedicavam a adestrar essas aves para o combate. Não se tratava então de mero esporte ou passatempo, e sim de um ritual, possivelmente relacionado com a própria concepção cosmogônica chinesa, que se baseia como é sabido no dualismo perene dos dois princípios, Yin e Yang. Na simbologia chinesa, o Galo personifica o espírito de Yang, representando por conseguinte o Ceu, o Sol, a Luz, a Força, o Macho, a Penetração, o Calor, a Vida enfim. Por outro lado, com o passar dos séculos toda uma simbologia adicional iria sendo associada ao animal, capaz, por exemplo, de afugentar com seu canto os espíritos, servir de proteção contra as más influências astrais, receber uma das três almas dos recém-falecidos e de proteger as casas contra os incêndios (2).

Foi da China, em priscas eras, que as brigas de galo se disseminaram para o restante do mundo, conquistando inicialmente a Ásia, para atingir no Séc. IV a.C. a Grécia, através dos soldados que voltavam da Pérsia. Da Grécia as rinhas passaram a Roma, onde se tornaram divertimento muito difundido. Com a queda do Império Romano, o fim da Idade Antiga e o consequente advento do Cristianismo, as brigas de galo caíram em desfavor, só tendo sido retomadas pelos meados do Séc. XVI, depois que portugueses, espanhóis, holandeses e outros europeus puderam conhece-las de perto na China, nas Filipinas, na Indonésia e ainda em outras regiões asiáticas.

A prioridade da introdução das brigas de galo no moderno Ocidente parece tocar igualmente aos portugueses. Na Ásia Portuguesa já em princípios da segunda metade do Quinhentos as rinhas eram, mais do que passatempo, autêntica paixão, a ponto de terem sido severamente condenadas em 1568, quando da realização do Concílio Provincial de Goa, como paganismo incompatível com a moral cristã (3). Essa obsessão dos portugueses pelas rinhas é mostrada também numa colcha chinesa de seda e cetim do Metropolitan Museum de Nova York (4), na qual são vistos quatro portugueses em trajes quinhentistas incitando galos à luta. Tais cenas estão dispostas às quinas de uma reserva circular central, na qual por sua vez ocorre outra luta, essa entre dragões (5).

Em tempos coloniais chegaram ao Brasil essas brigas de galo, que também entre nós se revelariam extremamente populares,

tornando-se entretenimento predileto de muitos, não apenas dos pobres como também dos ricos e poderosos, e mais praticado em cidades que em zonas rurais (6).



Cremeiras do chamado Serviço dos Galos, que pertenceu a Dom João VI, e cujos remanescentes ainda se encontram no Rio de Janeiro e outras cidades, dispersos (China, porcelana Companhia das Índias, Dinastia Qing, Período Qianlong).

Notas

(1) - "Diz-se que, por vezes, como conseqüência desses combates, não se arrisca só a fortuna: até as esposas e os filhos dos apostadores, que assim podem tornar-se concubinas ou escravos do vencedor". Cf. The Costume of China...by W. Alexander etc. W. Miller, London, 1804. Reeditado em: Views of 18th Century China - Costumes: History: Customs by William Alexander and George Henry Mason. Studio Editions, London, 1988, Pr. LXXV,pág. 156.

(2) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 199-200.

(3) - A condenação foi publicada em Constituciones do Arcebispado de Goa Approuadas pello Primeiro Cõcilio Prouincial, Goa, Ioão Edem 8 de Abril, 1568. Incluía igualmente vários outros costumes copiados dos pagãos.

(4) - A colcha é reproduzida em preto e branco em "Cumpriu-se o Mar" - A Arte na Rota do Oriente. Lisboa, 1983, pág.

(5) - Como o Dragão é, por excelência, o símbolo do Yang, conclui-se a forte conotação emblemática da ornamentação, assim intimamente relacionada com a visão cósmica chinesa.

(6) - Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, pág. 354.

A Morra e sua Origem na China

A origem romana do jogo da morra, ou mora (que já era mencionado em textos de Cícero e Petrônio), e bem assim sua introdução, no Brasil, por imigrantes italianos chegados em São Paulo em fins do Séc. XIX, são sustentadas entre outros por Rossini Tavares de Lima e Luís da Câmara Cascudo, explicando o primeiro:

> As colônias estrangeiras, que contribuíram para a formação de São Paulo e que ainda lá estão através de seus descendentes, integraram no folclore paulistano muitos elementos da cultura de que precediam. Assim por exemplo, os italianos com o jogo da Mora, Morra, cuja origem teria sido o divertimento romano micare digitis. Nesse jogo os participantes, levantando a mão direita e mantendo no alto o punho fechado, empenham-se em adivinhar o número de dedos que serão esticados, no momento em que os punhos se abaixarem. Cada um, então, estende os dedos da mão, gritando um número até dez e se esse corresponder à soma dos dedos, assinala-se um ponto a favor do jogador que acertou (1).

Mas a morra não é passatempo apenas de São Paulo, e sim disseminado em todo país, onde ocorre inclusive uma variante - a morrinha ou porrinha, jogada por dois ou mais contendores, cada qual munido de três moedas, três pedrinhas ou três palitinhos de fósforos, popularíssima ainda na atualidade. E podem não ter sido italianos os que a trouxeram para o Brasil, onde sua ancianidade recuaria para muito além dos fins do século passado.

Na verdade, muito antes de que se difundisse no Ocidente existiu na China jogo em tudo semelhante à morra romana, jogo que nada deve, logicamente, ao micare digitis: é o chai mei, ao qual se refere Joaquim Helliodoro Callado Crespo: ou o tiolin, ordem de beber, disputado à mesa de vinho, ou o hoa-tcheun mencionado pelo viajante francês A. Raquez. Em Cousas da China, informa o português:

> Os dois parceiros elevam á altura da cabeça a mão direita e descem-na com grande rapidez, estendendo para frente alguns dedos, ao mesmo tempo que pronunciam um número compreendido entre um e 10. Se algum dos parceiros pronunciou o número correspondente ao número dos dedos estendidos dos dois parceiros, ganhou (2).

É praticamente a mesma coisa que o francês nos conta, em Au Pays des Pagodes:

> O Hoa-Tcheun não é outra coisa que a mora ou morra. Os dois jogadores erguem juntos a mão direita, distendendo tantos dedos quantos desejem. Ao mesmo tempo, proclamam em voz alta um número. O que acerta o número exato da soma dos dedos abertos pelos dois contendores é o vencedor, devendo o perdedor esvaziar o copo que tem diante de si (3).

Notas

(1) - Cf. Luís da Câmara Cascudo: Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 6a. ed., 1988, pág. 505.

(2) - Joaquim Helliodoro Callado Crespo: Cousas da China - Costumes e Crenças. Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, pág. 237. Veja-se também a respeito: Salvador de Mendonça: Trabalhadores Asiáticos. Novo Mundo, Nova York, 1879, pág. 59.

(3) - A. Raquez: Au Pays des Pagodes. Notes de Voyage. Presse Orientale, Shangai, 1900, pág. 202.

Jogo do Bicho

Antes de que se transformasse, ao lado do carnaval e do futebol, numa das três grandes paixões do brasileiro, o jogo do bicho foi precedido por várias rifas e loterias que com êle possuem alguma semelhança, como o jogo das flores, o das frutas e o dos pássaros. Desses precursores, ao menos um deles, o jogo das flores - que não deve ser confundido com o jogo de cartas homônimo, de origem japonesa (1) -, desfrutou até inícios do Séc. XX de popularidade em todo o país: consistia no sorteio diário de uma flor, escolhida de uma lista de 25 possíveis, dispostas em ordem alfabética de Açucena a Zínia, saindo vencedor quem acertasse a flor sorteada; essa era revelada com hora certa, e desenhada numa tabuleta exposta aos apostadores e curiosos, suspensa a um galho de árvore ou afixada a alguma esquina.

Foi do jogo das flores que nasceu, logo nos primeiríssimos anos da República, o jogo do bicho. A sugestão de que se organizasse uma loteria zoológica partiu do mexicano Manuel Ismael Zevada, grande banqueiro de jogo das flores no Rio de Janeiro, com casa estabecelida na elegante Rua do Ouvidor. Foi ele quem propôs ou vendeu (2) ao Barão de Drummond - João Carlos Batista Viana Drummond, capitalista, urbanizador do bairro carioca de Vila Isabel e fundador da Companhia Ferrocarril de Vila Isabel - a idéia para que, de parceria, ambos estabelecessem uma loteria nova, na qual figurinhas de animais substituíssem as já batidas de flores. É que o Barão possuía uma chácara, na atual Rua Barão do Bom Reti-

ro, em Vila Isabel, onde desde 1884 mantinha, com entradas pagas, pequenino zoológico, núcleo do atual Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. A loteria estimularia a visitação, e uma parte do dinheiro arrecadado com os ingressos, deduzindo o pagamento dos prêmios, poderia ser aplicada na conservação da chácara e no sustento dos animais. Cada ingresso passou a exibir o carimbo de uma figura de animal - o bicho, como logo ficou conhecido -, acompanhada de um número correspondente, de 1, Avestruz, até 25, Vaca. Todas as manhãs trancava-se numa caixa um cartão com o desenho do bicho do dia, tomando-se o cuidado de que a operação decorresse em absoluto sigilo. Às três da tarde o Barão em pessoa incumbia-se de descerrar a caixa e de lá tirar o bicho vitorioso.

A primeira extração do jogo do bicho ocorreu em julho de 1892, e o sucesso foi tão retumbante que em pouco começaram a surgir por toda a cidade bancas paralelas, fortalezas ou pontos para o recebimento de apostas clandestinas: o inocente expediente posto em prática pelo Barão de Drummond para alimentar seus animais transformava-se em contravenção. Revistinhas especializadas em palpites, como O Bicho, O Palpite ou A Mascote, opúsculos como Chave de Ouro ou Jogo do Bicho Perfeito Decifrador de Sonhos Verdadeiro Tesouro da Fortuna, da Livraria Quaresma, seções especializadas nos principais jornais do Rio logo surgiram, contribuindo para a maior divulgação da nova mania. Em 1895 começou a repressão - mas em vão: o jogo do bicho continuaria clandestinamente, propagando-se já agora ao país inteiro, até porque tocava de perto a recônditas ancestralidades nacionais (3).

Mas não é nossa intenção traçarmos a história do jogo do bicho, que aliás já foi escrita (4), e sim lançarmos uma hipótese acerca de sua provável origem extremo-oriental, pois não acreditamos que o mexicano Zevada o tenha inventado, e sim adaptado de jogo anterior, do qual tivera conhecimento quando ainda residiria longe do Brasil. Em artigo publicado em 1932 na imprensa do Rio de Janeiro, dizia Júlio de Azúrem sem maiores detalhes que o jogo do bicho nascera...no Camboja (5). O esquisito é que no Camboja o jogo do bicho é praticado do mesmo modo como entre nós, o que levou Gilberto Freyre a acreditar, inversamente, que os brasileiros pudessem tê-lo levado para aquele longinquo país (6).

Há contudo um detalhe ainda não sufucientemente enfatizado pelos que estudaram o jogo e sua história: é que existe em Cuba uma loteria popular que, se não é idêntica, possui sem dúvida pontos de contacto com nosso jogo do bicho, e que bem pode tê-lo inspirado: chama-se significativamente rifa china, ou charada chinesa, e é disputado sobre uma espécie de taboleiro que tem a forma de um chinês, dispondo de 36 casas, cada uma ilustrada com uma figura, várias delas de animais: tartaruga, pavão, cobra, camarão, caracol, elefante, macaco, aranha etc. Sabendo-se como para Cuba se orientou, desde meados do Séc. XIX, maciça imigração de culis chineses (7), perguntamos se não será essa rifa chifa a versão cubana de algum jogo chinês (8), e se não é, nosso jogo do bicho, a adaptação dessa adaptação.

Afinal, os chineses são conhecidos como grandes jogadores, e por outro lado os animais participam de maneira destacada de toda a vida chinesa, presentes em sua civilização em setores significativos, como os signos zodiacais e o horóscopo (9), compondo uma zoologia metafórica que leva muitos pais a inclusive darem, a seus filhos, nomes de bichos (10).

Notas

(1) - Cf. Catherine Perry Hargrave: A History of Playing Cards. Dover, New York, 1966, págs. 13-16.

(2) - Cf. versão publicada em A Noite Ilustrada, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1934.

(3) - Para Gilberto Freyre, o jogo do bicho apela para resíduos animistas afro-ameríndios recalcados. Entre os indígenas, lembra, os neófitos são segregados e jejuam até que lhes surja em sonho o animal que, de então por diante, lhes servirá de guia e protetor. É curioso que também os chineses possuem cada um seu animal tutelar, não havendo um único que desconheça o bicho sob cuja influência nasceu, mesmo porque ao longo da vida só tomará uma decisão após ter consultado o animal-protetor. É influência tão profunda, que não termina com a morte do indivíduo, pois que determina até a maneira como será enterrado.

(4) - Veja-se por exemplo: C. Paraguassu: Memória sobre o jogo do bicho. Rio de Janeiro, 1954. Pode ser lido com proveito o capítulo XXVIII de O Rio de Janeiro do meu Tempo, de Luiz Edmundo (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 3º Volume, págs. 888-907).

(5) - Cf. Jotaefegê: "Drummond pôs os seus bichos no jogo do mexicano Zevada", em Meninos, eu Vi. Ministério da Cultura, Funarte, Rio de Janeiro, 1985, págs. 93-94. Azúrem foi diretor do Departamento de Parques e Jardins do Rio de Janeiro, e o artigo mencionado é de 10 de janeiro de 1932.

(6) - Gilberto Freyre: Casa-Grande e Senzala. José Olympio, Rio de Janeiro, 9a. ed., 1989.

(7) - Veja-se o Capítulo "Imigração Chinesa" do presente trabalho, Parte III - Comércio, Agricultura, Imigração.

(8) - Como por exemplo o huahuei, encontro das flores, que lhe corresponde quase perfeitamente.

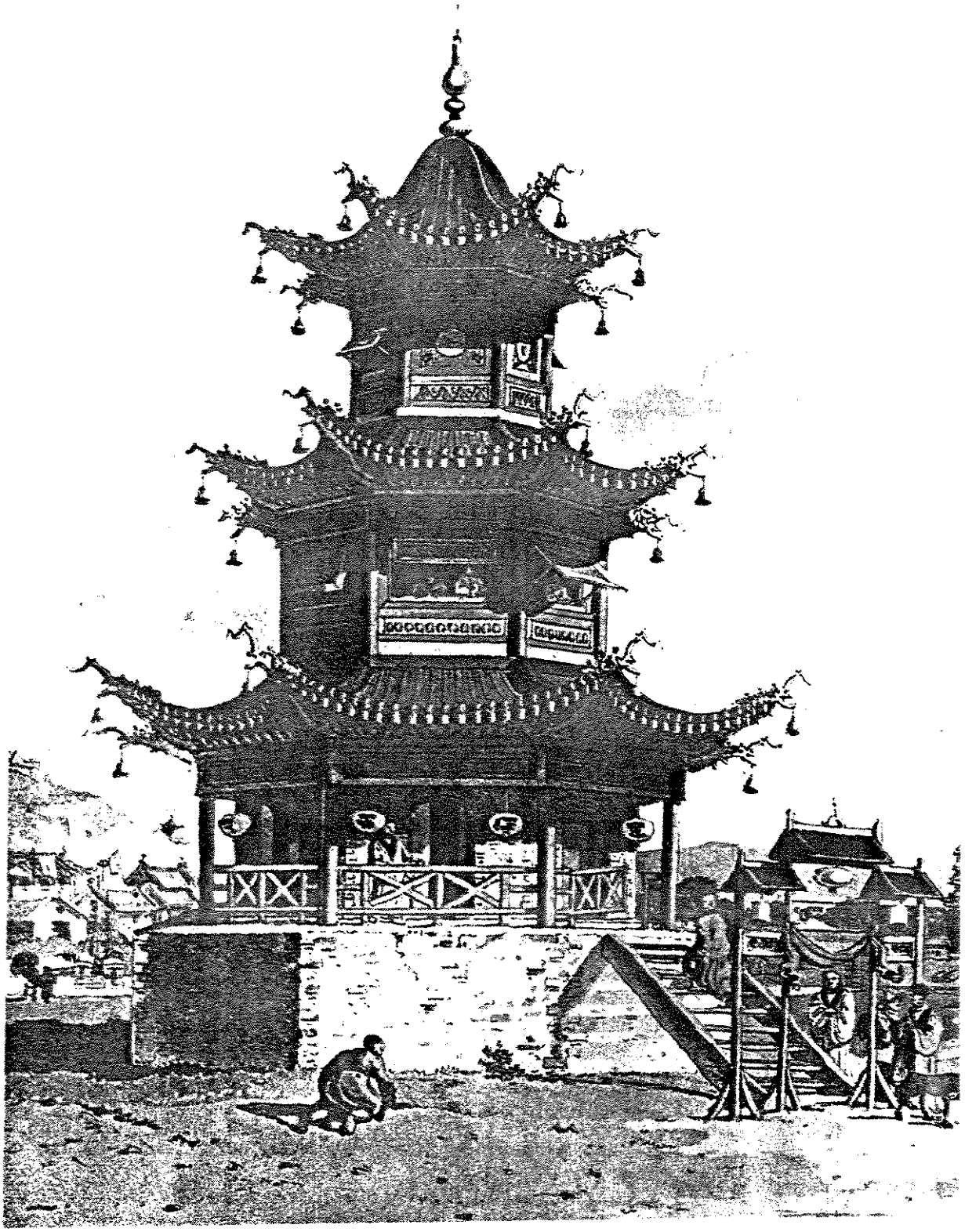
(9) - O Zodíaco Chinês, o Horóscopo, os Doze Ramos Terrestres (utilizados para designar horas, dias, meses e anos), todos fazem uso abundante de símbolos de animais, que exercem, ao que muitos supõem, algum tipo de influência sobre o tempo. Registre-se que nos últimos anos o Horóscopo Chinês tem-se transformado na mais recente mania de muitos brasileiros.

(10) - Era comum também que os pais dessem temporàriamente a seus filhos recém-nascidos nomes de animais, para que os demônios, julgando que se tratasse de simples bichos, os deixassem em paz.

Quiosques e Pagodes

Na primeira metade do Oitocentos, praças públicas, jardins e recantos pitorescos do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras encheram-se de quiosques ou pagodes (1), pavilhões destinados ao comércio de bebidas, refrescos e tira-gostos diversos, quando não simplesmente ornamentais, funcionando, como a Vista Chinesa do Alto da Boa Vista no Rio, como mirantes ou belvederes. Essas quiosques foram a princípio construídos em materiais leves, como madeira, bambu ou sapé, e obedeciam a um partido tipicamente oriental, por vezes sendo dotados de duplo telhados com as quinas recurvas em cornos de lua, à chinesa; muitos, em dias festivos, ostentavam lanternas pendentes, e em tempos de São João vendiam fogos de artifício e pequenos balões de seda. Posteriormente foram empregados na sua construção materiais mais sólidos, como pedra e argamassa, não raro imitando elementos vegetais e troncos de árvores.

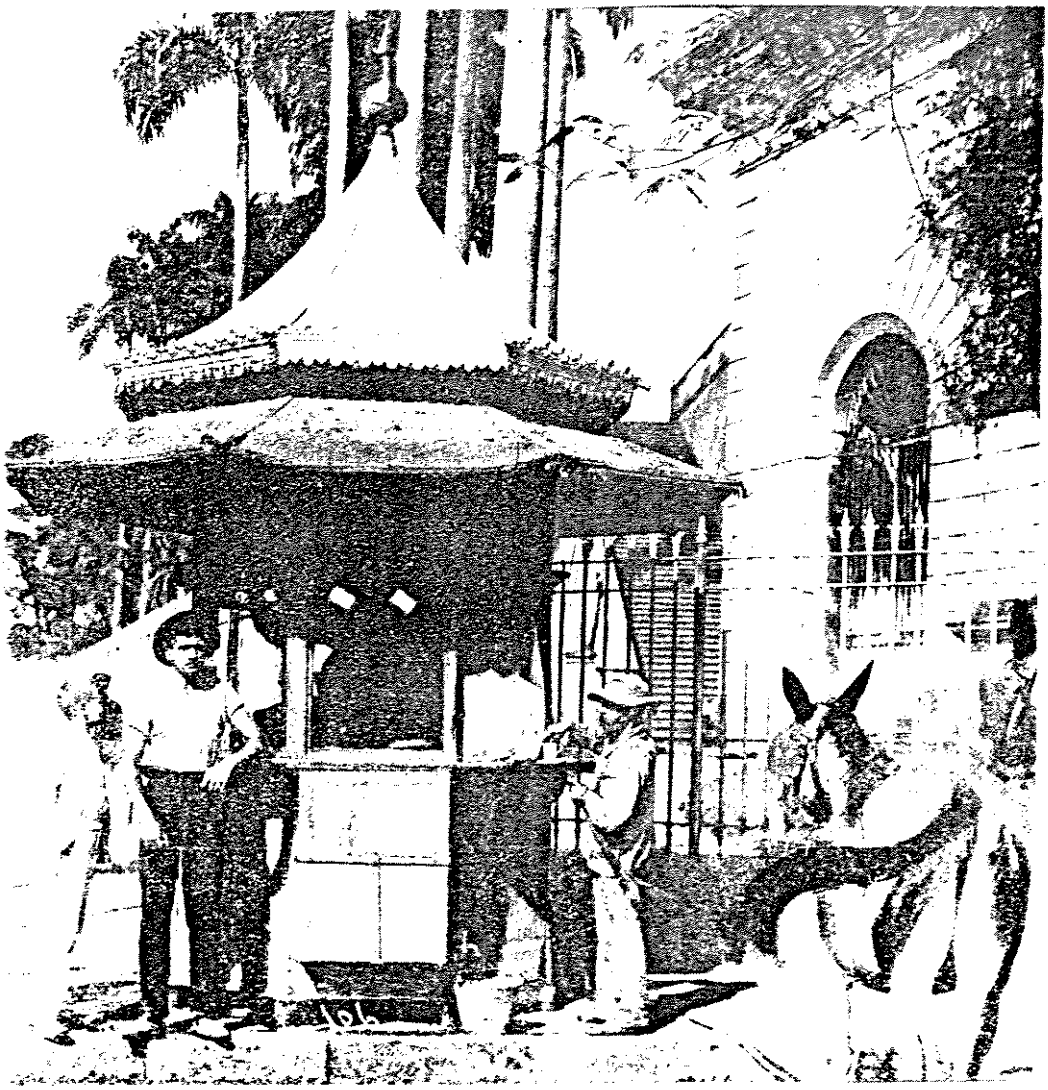
Gilberto Freyre menciona um desses quiosques, que se tornou famoso em Pernambuco em meados do Séc. XIX - Oh! que belo retiro!, de propriedade de José dos Santos Torres, no qual se vendia um pouco de tudo - "champanha-cometa, montebello, chateau-margô, ale, porter, verdadeiro marasquino de zara, limonadas, gasosas e sorvetes de todas as frutas da estação", lado a lado com "salame, fiambre, rosbife, perus, galinhas, peixe frito e de escabeche, mão-de-vaca, empadas, pastelões, tortas e pudins e todas as diver-



Acima, pagode próximo a Tin-hai, na China, conforme aquarela de William Alexander executada em novembro de 1793; na página ao lado desenhos de Armando Pacheco representando quiosques do Rio de Janeiro em princípios do Séc. XX, cujas formas basearam-se, nitidamente, nas dos pagodes chineses (de O Rio de Janeiro do meu Tempo, de Luiz Edmundo).


ARMANDO
PACHECO


ARMANDO
PACHECO





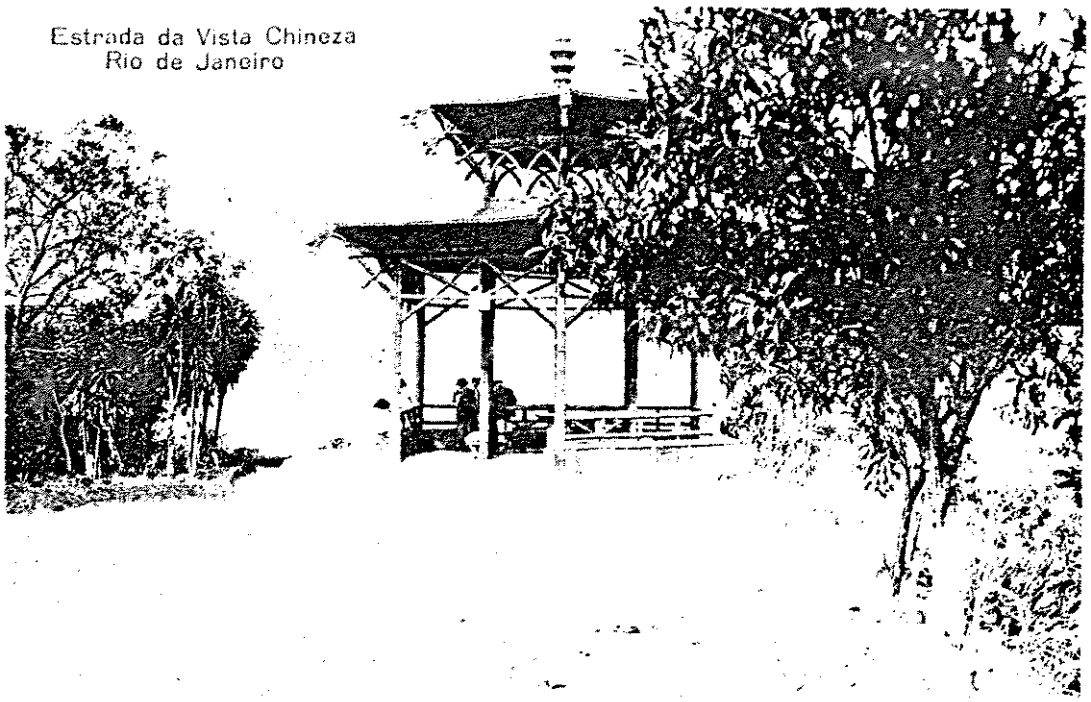
Quiosques no Rio de Janeiro antes do Bota-Abaixo!, vendo-se, na foto inferior, recanto da atual Praça Quinze, onde eram particularmente numerosos.

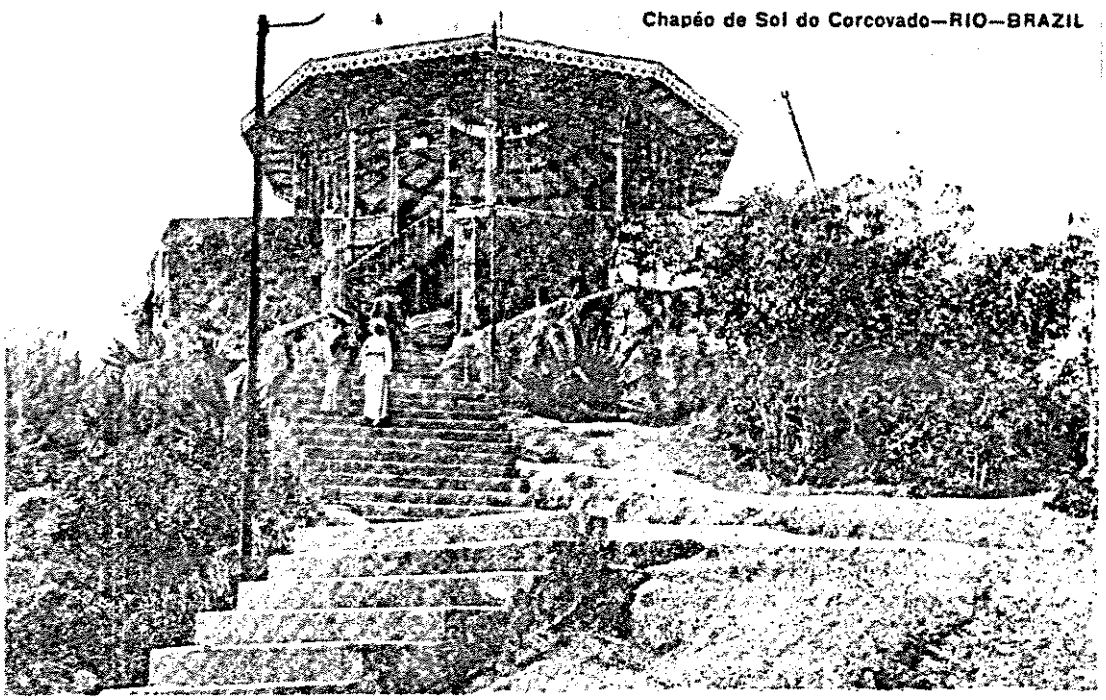
sas iguarias que constituem a boa mesa e o deleite do gourmand", já que "o pavilhão oriental serviu, assim, entre nós, de ponto de encontro de valores de cultura os mais diversos, alguns novos para o Brasil como o sorvete e a gasosa, outros velhos ou tradicionais (2).

Aos poucos, à medida em que o século chegava ao fim, o quiosque ia deixando de ser uma nota festiva e diferente na fisionomia das cidades brasileiras, para se transformar no arremedo da venda ou da quitanda, sórdida biboca de onde emanavam, em ácida mistura, cheiros contundentes - como o veria, em começos do Séc. XX, Luiz Edmundo,

> improvisação achamboada e vulgar de madeira e zinco, espelunca fecal, empestando à distância e em cujo bojo vil um homem se engaiolava, vendendo ao pé-rapado vinhos, broas, café, sardinha frita, côdeas de pão dormido, fumo, lascas de porco, queijo e bacalhau (3).

Por volta de 1900 esse quiosque degenerado em birosca, onde também se vendiam bilhetes lotéricos e se faziam fêstinhas no jogo de bicho, já estava disseminado por todos os bairros e arrabaldes da capital da República, a recordar, a certos cidadãos ávidos pela modernização, o humilhante passado colonial, ainda tão recente. Várias campanhas em vão se fizeram para dar cabo deles: os quiosques resistiam, tinham protetores poderosos na política, na polícia e na imprensa. Afinal, quando Pereira Passos, após as-





Dois mirantes em forma de quiosques: a Vista Chinesa e o Chapéu-de-Sol do Morro do Corcovado, ambos no Rio, o último substituído em 1931 pela Estátua do Cristo Redentor. Ilustrações de O Rio de Janeiro do meu Tempo, de Luiz Edmundo, e cartões postais da época.

sumir com carta-branca a Prefeitura do Rio, pensava já no modo eficaz de limpar a cidade dessa mal-cheirosa cicatriz de outras eras, o próprio povo se adiantou, e armando-se de latas de querosene e fósforos, ateou-lhes fogo um dia.

Restaram alguns cartões postais, umas poucas fotografias, uma ou outra ilustração em desenhos ou pinturas.

Notas

(1) - Quiosque é vocábulo de origem turca, kosk, significando pavilhão; já a origem de pagode é controvertida: pode derivar do Tamil pagavadi, ou do Chinês pai-go-ta (torre de ossos brancos), nome dado aos monumentos funerários mandados erguer pelos Imperadores da Dinastia Han em memória dos soldados mortos na luta contra os mongois), ou ainda - como quer Joaquim Helliodoro Callado Crespo (Cousas da China - Costumes e Crenças, Imprensa Nacional - Lisboa, 1898, pág. 27), do Persa botkedeh, casa de idolos.

(2) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985, Tomo 2º, págs. 436-437.

(3) - Luiz Edmundo: O Rio de Janeiro do meu Tempo. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol. 1º, págs. 117-120.

Café com Leite

O hábito alimentar do café com leite - a popularíssima média, tão difundida entre os brasileiros de todas as camadas sociais - possui indireta origem chinesa, como sustentam Padberg Drenkpol e Afonso d' Escragnole Taunay, entre outros estudiosos (1). Segundo esses autores, foi o holandês Joan Nieuhof o inventor e primeiro entusiasta da média, após ter observado como os chineses tratavam seus doentes dos pulmões com chá misturado ao leite morno.

Esse Joan Nieuhof nos interessa muito de perto, porque viveu longos anos em Pernambuco, ao tempo do Domínio Holandês do Nordeste, tendo deixado minuciosa descrição de sua permanência entre nós, entre 1640 e 1649; além do que, falava o Português, e nesse idioma foi que andou conversando com chineses, cochins e malabares, durante os longos anos em que, a serviço da Companhia das Índias Orientais neerlandesas, viveu e trabalhou na Asia (2). Foi justamente durante uma viagem à China, como agente comercial de uma embaixada holandesa enviada a Cantão em 1655, que Nieuhof deve ter tomado ciência do hábito chinês de mesclar o chá ao leite quente; ao retornar em meados de 1658 à Holanda (onde, diga-se de passagem, já se bebia café em 1637), experimentou a nova bebida, substituindo o chá pelo café.

Só ignoramos é como o café com leite, e em que época, tornou-se também um hábito brasileiro.

Notas

(1) - Padberg Drenkpol: "Ensaio Crítico-Histórico sobre o Café e Investigação Etimológica do Nome", Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, Dez. 1927, Vol. III, págs. 13-116; Afonso d' Escragnolle Taunay: Subsídios para a História do Café no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, 1935, pág. 115.

(2) - Joan Nieuhof: Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981 (a 1a. edição é de 1682). Na Viagem às Indias Orientais, publicada conjuntamente com a Memorável Viagem em 1682, Nieuhof diz em vários ensejos como se utilizou do Português para se comunicar com diversos asiáticos: "Encontrei casualmente um chinês que falava Português, e perguntei pelos nossos..."; "Ele (o Rei do Cochim) falava Português e Malabar e era ágil de espírito e conservação"; "Depois de lhe ter dado todos os respeitosos cumprimentos, entreguei-lhe minhas credenciais, ao que ele (o Príncipe de Malabar), depois de recebê-las, mandou que se retirassem todos os seus criados e todos os que habitualmente o acompanham, inclusive o intérpetre, pois o rei queria conversar pessoalmente comigo, sem intérprete, porque entendia muito bem o Português". Cf. José Honório Rodrigues, na Introdução à edição de 1942 da Memorável Viagem (Biblioteca Histórica Brasileira, IX. Livraria Martins, São Paulo, 1942, pág. XIV-XV). Na verdade, o Português foi utilizado como língua comercial no Oriente durante os Sécs. XVI, XVII e XVIII, mais tarde substituído pelo pidgin English, que conserva aliás fortes ingredientes de nosso idioma.

III- Comércio, Agricultura e Imigração

Relações Comerciais

Dos primeiros tempos da colonização até as últimas décadas do Séc. XVI, numa fase por assim dizer primitiva do seu desenvolvimento, pode-se sustentar que todo o comércio realizado entre portos brasileiros e a Ásia Portuguesa efetuou-se à margem da lei, visto como, a não ser durante curtos períodos em que esteve autorizado em caráter excepcional, era proibido às colônias negociarem entre si, sem a anuência, supervisão, interferência ou estrito contrôle da Coroa. A legislação portuguesa era taxativa a respeito: todas as especiarias e manufaturas originárias da China, Japão, índia, Molucas, Timor, Sumatra e demais regiões asiáticas com as quais ou nas quais negociavam os lusitanos deviam, num primeiro momento, ser levadas a Goa e ali estocadas, seguindo posteriormente direto a Lisboa, em naus (1) da Carreira da índia que evitariam o litoral do Brasil, ao qual só podiam aportar em casos específicos, de extrema necessidade ou perigo. Chegadas a Lisboa, as mercadorias eram inspecionadas e submetidas a taxação na Casa da índia antes de serem colocadas à venda: as de qualidade inferior ou que por qualquer motivo não achassem comprador na Metrópole podiam ser reembarcadas rumo ao Brasil ou a outros destinos, onde chegavam semanas ou meses mais tarde, com os preços muitíssimo majorados e, as perecíveis, adulteradas ou já de todo imprestáveis.

Sabedores, contudo, de que existia então em Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e ainda em outras cidades e vilas do Brasil mercado bem mais compensador para as suas fazendas da índia (2),

não apenas pelo preço mais elevado que na colônia alcançavam, como pelo fato de as transações ali se desenvolverem com muito maior rapidez, não poucos foram os capitães que burlaram as proibições régias para, nas viagens de regresso do Oriente rumo a Lisboa, e alegando avaria, doença a bordo, escassez de víveres ou outro pretexto, escalarem em Salvador, deixando na cidade a melhor parte de suas preciosidades asiáticas (3), disputadas com avidez pelos compradores locais - que a seu turno se incumbiam, no devido tempo, de as revender para outros destinos (4). Isso é o que explica a considerável quantidade de produtos asiáticos, como porcelana e seda, em diversas regiões do Brasil ainda quinhentista e já de princípios do Seiscentos (5).

Ao transgredirem as instruções recebidas, no sentido de passarem ao largo do litoral brasileiro, os capitães da Carreira assumiam um risco deliberado, mas que costumava recompensar generosamente aqueles que lograssem escapar ao contrôle, de resto frouxo, das autoridades. Bem que a Coroa tentara, e em mais de uma oportunidade, assustar os infratores, ameaçando-os com penalidades severas, que variavam da multa e do açoite ao confisco do carregamento e do navio, à perda da patente, cargo ou pôsto, ao degrêdo em Angola e às galés; revelou-se porém quase sempre impotente, mesmo porque, depois de começos do Séc. XVII, e após ter perdido décadas antes a própria independência para a Espanha, Portugal declinara, e via seu poderio marítimo ser suplantado no Mar da China, no índico e em toda parte pelos em ascenção de Holanda, Inglaterra e França. A partir dessa momento, a Coroa passa a adotar atitude mais flexível, primeiro fazendo vista grossa e em seguida

incentivando abertamente as escaladas no Brasil, à medida em que o comércio com a Ásia decrescia, e na vã esperança de o reativar.

Mas não foi apenas nas naus da Carreira da Índia, e nem só nessa fase inicial da navegação e do comércio entre o Brasil e a Ásia, que chegaram furtivamente ao país mercadorias do Oriente: muitas foram também as ocasiões em que embarcações de outras bandeiras, aproveitando-se da extensão da costa brasileira e da escassa vigilância sobre ela exercida (quando não simplesmente utilizando o argumento irresistível do subôrno e da propina), lograram aqui introduzir produtos trazidos do outro lado do mundo. Particularmente ágeis nesse tipo de negócio clandestino parecem ter sido os franceses, sendo de observar que casos como o do "Amphitrite", que em 1703 vendeu a muito bom preço em Salvador seu riquíssimo carregamento trazido de Cantão, não foram de modo algum raros. Também em tais ocasiões as autoridades buscavam atuar do melhor modo a seu alcance, inclusive tentando executar ordens régias como a de 8 de fevereiro de 1711, que proibia aos naturais do país e aos nele domiciliados comerciarem com estrangeiros. Algumas prisões efetuadas e uns quantos carregamentos interceptados não foram porém suficientes para pôr um têrmo às investidas, cada vez mais audaciosas, de franceses e ingleses, até porque os mesmos contavam em terra firme com a complacência ou a conivência de toda uma bem estruturada rede de poderosos aliados, capazes de lhes prodigalizarem cobertura e facilidades de todo tipo. Por outro lado, convém não esquecer que também houve momentos em que a escalada de barcos estrangeiros em portos do Brasil deu-se legalmente, amparada nos tratados e praxes internacionais vigentes.

Se em fins do Séc. XVI mercadorias asiáticas já não constituíam raridade no Brasil, a ponto de a elas se referirem com naturalidade e freqüência Gandavo, Cardim e outros cronistas, cem anos mais tarde elas eram tão numerosas, que atestavam, melhor do que qualquer outra coisa, a crescente prosperidade da colônia - onde de resto viviam já então alguns dos súditos mais opulentos de Sua Magestade-, abundando em Salvador e decerto em outras cidades brasileiras. Na Bahia tais produtos chegaram a ser comercializados, em começos do Séc. XVIII, em lojas mantidas pelos contrabandistas êles próprios, ou por seus testas-de-ferro, embora houvesse também quem os negociasse legalmente; mais de uma vez, aliás, os negociantes estabelecidos reclamaram acerbamente das atividades ilegais de escravos e ciganos, soldados e marinheiros (6) - sem falar nos segmentos mais altos da sociedade, que todos, em determinado momento, comerciavam em Salvador com fazendas da índia -, alegando que êsses competidores, transformados em camelôs ou ambulantes, e sem que ninguém os impedisse, ameaçavam arruinar o comércio regular.

II

Orientação inteiramente diversa tomaria a Coroa pelos meados do Séc. XVII, passando a autorizar e mesmo a estimular o que até então vinha proibindo com veemência e reprimindo com severidade: a navegação e o comércio entre os diferentes pontos do

imesnso Império Colonial Português. E o fez por uma questão pragmática, num momento em que o comércio com a Ásia ia de mal a pior, e após constatar que as naus que demandavam o Reino, de volta de suas longas, caras e arriscadas viagens, chegavam com os porões quase vazios, porões que uma simples parada num dos portos africanos ou brasileiros seria suficiente para fazer transbordar. Assim, foi para que a própria Carreira da índia não deixasse de existir que a 12 de dezembro de 1642 um alvará do Rei Dom João IV levantava as restrições sobre a navegação e o comércio do Ultramar: trinta anos mais tarde, era a vez de o Regente Dom Pedro assinar a provisão de 9 de março de 1672, que abria a todas as Conquistas Portuguesas - ao Brasil inclusive - as costas da Africa Oriental, desde o Cabo da Boa Esperança ao de Guardafui: seria doravante enviar navios àquelas remotas paragens, e ali livremente comprar ou vender qualquer mercadoria. Como não podia deixar de ocorrer, as duas medidas fizeram com que aumentasse de muito o número de naus que, agora oficialmente, passaram a fazer escala em Salvador, ali deixando sua nefanda carga humana procedente da Africa, ao lado das tradicionais fazendas asiáticas. Na Bahia os espaços disponíveis dos porões viam-se preenchidos com açúcar e madeiras raras, e era assim abarrotadas que as naus retomavam viagem, rumo a Lisboa. Quanto às que, procedentes do Reino, tocavam em Salvador a caminho do Oriente, carregavam muito açúcar e também aguardente e tabaco, êsse último muito apreciado na Africa e, mais até, na China, sob a forma de rapé e como veremos adiante.

A Coroa chegou inclusive a tentar interessar em 1691 os "baianos de cabedal" na criação de uma Junta do Comércio da índia

- que chegou a ser fundada dois anos mais tarde, mas sem a participação dos capitalistas de Salvador, os quais alegaram falta de dinheiro para tal empresa, quando na verdade desconfiavam era da iniciativa, e do súbito interêsse real em tê-los como parceiros (8). Em princípios do Séc. XVIII, contudo, ou a situação financeira dos baianos melhorara, ou se desanuviara a falta de confiança por êles demonstrada só poucos anos antes: o fato é que alguns negociantes de Salvador solicitaram em 1702 permissão para comerciarem com a índia, para onde pretendiam enviar a cada ano três barcos, comprometendo-se, é claro, a pagar os impostos de praxe. Que ainda havia porém motivo de sobra para suspeitas comprova-o o fato de a permissão ter sido concedida e logo após complicada pela adição de uma série de exigências que terminaram por inviabilizar o projeto. Cerca de dez anos depois era a vez de dois homens de negócio catalães, João e Paulo Martins, solicitarem licença para fundarem uma Companhia para Macau e China, com o objetivo de comerciarem desde o Cabo Camorim ao Japão e às Molucas, e de poderem vender no Brasil e demais partes do Reino onde lhes conviesse tudo o que de lá trouxessem. Também essa pretensão gorou no nascedouro, ao que tudo indica pelo fato principal, embora não assumido, de os dois pretendentes serem estrangeiros, e isso num momento em que barcos forasteiros estavam comerciando sem permissão no Rio de Janeiro e em outros portos brasileiros, com graves prejuízos para a Coroa (9).

Se essas duas tentativas de navegação e comércio diretos entre o Brasil e a Asia não chegaram a se concretizar - o que aliás não deve causar admiração, visto como também na Metrópole

tentativas idênticas, levadas a efeito ao longo do Séc. XVIII, conheceram sucesso apenas relativo (10) -, não quer isso significar o malôgro de outras, que devem ter ocorrido em razoável número sobretudo na segunda metade do Setecentos. Uma dessas tentativas coroadas do êxito foi por exemplo a de certo Estêvão Locatelli, que em 1787 obteve licença para enviar anualmente uma fragata de Salvador a Calcutá, roteiro êsse que continuava sendo cumprido em 1812 (11).

Bem mais problemático iria relevar-se o comércio regular entre o Brasil e Macau, a despeito dos sucessivos e por vezes dramáticos apelos que em favor dessa antiga aspiração o Senado da Câmara e os negociantes da cidade endereçaram ao rei, ponderando que dele talvez dependesse o próprio destino de Macau. Na verdade, durante todo o Séc. XVIII apenas seis embarcações parecem ter chegado ao Brasil vindas de Macau: quatro à Bahia - duas em 1708, para reparos, uma em 1718 e a última em 1781, para aguada -, e as duas restantes ao Rio de Janeiro: em 1721 a "Rainha dos Anjos" (que aliás incendiou-se e levou para o fundo do mar, na Guanabara, os presentes que o Imperador Kangxi estava remetendo ao Rei Dom João V), e em 1728 a "Madre de Deus". Dessas tentativas de comércio direto entre Macau e Brasil tratamos contudo com maiores detalhes, em outra parte do presente estudo (12).

III

A transferência da Côrte para o Rio de Janeiro motivaria, entre várias outras conseqüências que não cabe aqui evocar, a carta régia de 28 de janeiro de 1808, assinada por Dom João ainda na Bahia, ao que parece por sugestão do futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. As duas cláusulas da mencionada lei declaravam, a primeira, que doravante poderiam ingressar no Brasil "todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Coroa, ou em navios dos meus vassalos", e a segunda aquiescia em que "não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, a benefício do comércio e da agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados". Na mesma ocasião eram revogadas todas as leis que "até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros". Eram medidas de caráter provisório, mas que seriam reafirmadas em definitivo em 18 de junho de 1814, em decreto também assinado por um aliviado Príncipe Regente, dois meses após a abdicação de Napoleão Bonaparte:

> Havendo os vigorosos, e unânimes esforços das Potências Aliadas obtido felizmente com o favor da Divina Providência os mais gloriosos, e extraordinários sucessos, que fizeram imediatamente cessar as hostilidades contra a França; e querendo Eu que os Meus fieis vassalos possam em conseqüência gozar, quanto antes, do grande bem, e vantagens de uma franca comunicação com todoas as Nações. Sou servido ordenar que nos Portos dos Meus Estados não se impeça mais, desde a data deste meu Real Decreto, a entrada dos Navios de quaisquer nações, que a eles vierem, nem se embarace a saída das embarcações nacionais, que se houverem de destinar para os

> Portos de alguma delas, antes se facilitem, quanto for possível, todas as relações amigáveis, e de recíproco interêsse, que se hajam de restabelecer entre os respectivos Países.

A licença para que navios estrangeiros pudessem livremente arribar a portos do Brasil e neles comerciar teria imediatas repercussões, como o comprovam êsses dados, arrolados por Luiz Gonçalves do Santos em suas Memórias para servir à História do Reino do Brasil:

> No ano de 1805 entraram no porto do Rio de Janeiro oitocentas e dez embarcações portuguesas; em 1806 seiscentas e quarenta e duas; em 1807 setecentas e setenta e sete; e apenas uma ou outra estrangeira demandava esta barra, para refrescar-se, e refazer-se de algumas avarias, que havia padecido na viagem, ou para fazer comércio ilegal; e de contrabando; mas logo que o Brasil foi abençoado com a real presença do seu soberano, e que soou pelo universo o diploma de franqueza do comércio, vimos com prazer, e admiração entrar no mesmo porto do Rio de Janeiro no ano de 1808 noventa vasos estrangeiros, além de setecentos e sessenta e cinco nacionais; no seguinte ano de 1809 oitenta e três estrangeiros, e oitocentos e vinte e dois portugueses; no de 1810 quatrocentos e vinte e dois estrangeiros, e mil e duzentos e catorze portugueses; e assim, pouco mais ou menos, o mesmo número de embarcações em os anos seguintes até ao de 1815. Esta afluente abundância de vasos mercantes, não só neste porto do Rio de Janeiro, como no da Bahia, e Pernanbuco, e à proporção nos demais do Brasil, é a prova mais convincente do quanto o Brasil vai prosperando, e engrandecendo-se (13).

No entretempo, o Principe Regente lembrar-se-ia também de beneficiar o comércio com a China, e por um alvará de 13 de maio de 1810 isentou dos direitos de entrada nas alfândegas brasileiras as mercadorias chinesas que fossem exportadas diretamente de Macau para o Brasil em embarcações portuguesas. Por êsse comen-

tário, também do Padre Perereca, pode-se perceber qual era a intenção da Coroa, ao sancionar a lei:

> Com efeito, se o Rio de Janeiro, e a Bahia forem os interpostos das mercadorias da China, que lucros se não podem esperar para o futuro deste ramo do comércio asiático? Os estrangeiros, achando em qualquer destes grandes mercados o que com tão longa viagem, maior despesa e risco vão buscar a Macau, ou a Cantão, preferirão certamente vir ao Brasil; e os portugueses de um, e outro hemisfério poderão carregar estas mesmas mercadorias chinesas nos seus próprios navios, e levá-los para os portos da Europa com grande vantagem, e lucro, visto estarem isentas de pagar direitos de entrada nos portos do Brasil (14).

Infelizmente para os interêsses de Portugal, as coisas não se passariam assim, primeiro, por causa da agilidade dos norte-americanos, os quais, dotados de embarcações muito mais rápidas, os clippers, a partir de começos do Séc. XIX começaram a inundar os mercados ocidentais com mercadorias que traziam da China, após terem irônicamente obtido no Brasil metais preciosos com que comprá-las naquele país (15); segundo, porque a partir do momento em que navios mercantes ingleses, franceses, prussianos, norte-americanos, holandeses, russos, suecos, espanhois e de tantas outras nacionalidades passaram a comerciar livremente em portos brasileiros, era só uma questão de tempo para que as até então prestidigiadissimas mercadorias asiáticas deixassem de exercer seu fascínio sobre os compradores nacionais, substituídas pela novidade dos produtos europeus (16). A vardade é que em 1819 apenas nove mercantes adentraram a Baía de Guanabara, procedentes da Asia, contra não menos de 57 vindos da Europa. O resto é sabido: as maciças importações de mercadorias ocidentais terminariam por redu-

zir a quantidades insignificantes as originárias do Oriente, embora continuassem chegando ao Rio, a Salvador e a Pernambuco fazendas tradicionais da Ásia, e isso, não apenas em barcos portugueses: também em estrangeiros, coisa que continuaria por algumas décadas, como o comprovam anúncios aparecidos em jornais brasileiros da época.

Também na segunda metade do Séc. XIX navios procedentes da China, tanto nacionais quanto estrangeiros, norte-americanos sobretudo, continuariam chegando ao Rio de Janeiro e a outros portos brasileiros. Citemos os exemplos da barca "Elisa" e da galera "Sarah", de bandeira norte-americana ambas, que em 1855 e 1856 trouxeram para o Brasil algumas centenas de culis - ao lado, é óbvio, de outras "mercadorias" orientais. Citemos também o caso do negociante Manuel de Almeida Cardoso, que em 1854 organizou uma empresa de navegação e comércio entre o Brasil e a China com a finalidade principal de importar trabalhadores amarelos, utilizando-se para tanto de sua galera "Soberana" (17).

A derradeira tentativa de estabelecimento de uma linha de navegação e comércio regulares entre China e Brasil no Séc. XIX deu-se em 1883, quando para concretizá-la chegou a vir ao Rio de Janeiro o mandarim Tong King Sing, não indo contudo avante as negociações por motivos que exporemos mais adiante (18).

IV

Pela leitura dos raros mapas ou relações de carga das naus da Carreira da Índia de que tem notícia, alguns dos quais reproduzidos por Amaral Lapa em seu estudo fundamental sobre A Bahia e a Carreira da Índia - do qual vimos fazendo largo uso no decurso do presente capítulo -, pode-se ter uma idéia muito precisa do em que consistiam as mercadorias asiáticas que ingressavam no Brasil em tempos coloniais, e mais especificamente em meados do Séc. XVIII. Amaral Lapa transcreve, por exemplo, o carregamento da nau "Santo Antonio e Justiça", vinda de Goa e arribada em junho de 1759 a Salvador não com uma carga de pimenta, como de início previsto, mas sim com produtos e manufaturas diversas, por conta de Sua Magestade. Ocorreu com êsse carregamento um caso no mínimo inusual. É que, ainda majorados pela taxação de 30% em Goa, os preços das mercadorias conduzidas na "Santo Antonio e Justiça" pareceram excessivamente elevados aos oito negociantes com fazendas da Índia aos quais foram oferecidas, declarando êles "que por menos já tinham comprado estas fazendas aos particulares". Não encontrando em conseqüência comprador na Bahia, a carga foi reembarcada e, por ordem do Provedor-Mor Manuel de Matos Pegado Serpa - o mesmo que, alguns anos mais tarde, seria pivô de um escandaloso caso de contrabando (19) -, seguiu viagem para Lisboa.

Da relação transcrita por Amaral Lapa constam principalmente tecidos, a maioria de orígem indiana, embora outros de fabrico africano; mas o pesquisador continua:

Do livro da receita que resultou da dízima recaí-

> da sobre as referidas mercadorias foi possível relacionar, entre outras coisas, o seguinte material: figuras de barro; pratos e tigelas esmaltados; mesas de louça dourada; aparelhos de chá, pratos de guardanapo; aparelhos de café; "covilhetes" de tampa; bules de barro; louça grossa de Macau; carpideiras pequenas de cobre esmaltadas; bengalas sem castão; chávenas com seus pires; frasqueiras; porcelanas diversas; pratos de cozinha; tabuleiros de charão; escrivaninhas de louça; cunhetes; jarras atabacadas e esmaltadas; "inxoens" atabacados; escrivaninhas de metal esmaltado; cana da índia com castão de ouro esmaltado; coroas de rezar de "Ambaque"; incenso; pimenta; chá; canela fina; figuras de leões; bispotes; cobertas de balagate; lenços de algodão; "gargarazes" finos da Costa; peças de "precalos", cortes de véstia de meias, linhas, chitas, lenços de morim, colchas de cetim bordadas, forradas e franjadas; peças de linha de "Surrate"; peças de linha de Diu; peças de linhas coromandeis; chitas de balagate; panos de cafre; chita da Costa; cetim bordado, panos de zuarte; peças de linhas cadeas; folhinhas, "burralhos"; ramos de folhinhas, chitas de Damão, etc. (20).

Vê-se, por essa relação, que a mesma comporta bom número de porcelanas e outros produtos cerâmicos, tanto utilitários - pratos e tigelas esmaltadas, mesas (isto é, aparelhos ou serviços para jantar) de louça dourada, aparelhos de chá e de café, pratos de guardanapos, covilhetes de tampa, bules de barro, louça grossa de Macau, chávenas com pires, pratos de cozinha, escrivaninhas de louça, bispotes ou vasos noturnos, etc. -, quanto ornamentais: figuras de barro, jarras atabacadas e esmaltadas, figuras de barro, figuras de leões. Toda essa cerâmica fina ou grosseira, esmaltada (quer dizer: policromada), atabacada (21), dourada ou em cor natural de barro, procedia sem sombra de dúvida da China, sendo de destacar os bules de barro - provavelmente grés de Yixing -, considerados os melhores para servir chá, e as enigmáticas figuras de leões, quem sabe cães ou leões de Fo (Buda), uma forma ornamental

budista que conheceu grande aceitação no Ocidente; chineses eram também com quase toda certeza os tabuleiros de charão e as colchas de cetim, como o seriam o chá e a canela fina.

Essa predominância de porcelana e cerâmica no mapa de carga da "Santo Antonio e Justiça", em 1759, não constitui de modo algum um fato excepcional: em todo o transcurso de período colonial, a porcelana da China parece ter sido, entre as mercadorias asiáticas, a de maior presença na Bahia e talvez no Brasil - "a droga que mais facilmente se vende nesta terra", como escreveu o anônimo arrolador da carga que a nau "São José" trazia, ao ancorar defronte de Salvador a 12 de maio de 1758 (22); mas havia também forte procura por sedas e outros tecidos finos, objetos de adorno pessoal ou doméstico, sombrinhas, leques, objetos de charão e mesmo pequenos móveis, ao lado, é claro, do chá e das especiarias. Tudo somado, as mercadorias chinesas e as demais de orígem asiática constituíam a parcela preponderante em todas as importações da Bahia e isso, mesmo depois de a capital do Brasil ter sido transferida em 1763 para o Rio de Janeiro. Assim, em 1796 os gastos com produtos orientais totalizaram na Bahia a importância de 341:627$955, superior à das importações de qualquer outro porto, pelo imenso império Colonial Português afora; em princípio do Séc. XIX, baixara êsse total para 296:449$270, mas ainda assim as fazendas da Índia continuavam comandando a lista das importações da Bahia (23).

Após 1798 as naus de viagem passaram a escalar no Rio de Janeiro e não mais em Salvador; o Rio, que segundo John Mawe para-

cia "ter sido criado pela natureza para constituir o grande elo de união entre o comércio dessas grandes regiões do globo" (24), passava a ser o porto principal de entrada dos produtos orientais no país, e era por ele que se desenvolvia o comércio com os portos do Extremo-Oriente e do Pacífico. Tratando desse comércio brasileiro com a Ásia, John Luccock dá-nos a composição dos carregamentos procedentes da Índia e da China, ao mesmo tempo em que reafirma o papel de redistribuidor daquelas mercadorias asiáticas que ao Brasil continuava cabendo:

> Os carregamentos de retôrno desses navios consistem principalmente de tecidos de algodão da Índia, dos quais grande quantidade é reexportada para Portugal, para as Colônias da Costa d'África e para todos os portos da América que ficam para o sul da linha do Equador. Sendo ali muito apropriados ao consumo geral, encontram a maior procura possível, entrando em concorrência direta com os artigos da manufatura da Irlanda. Constituem também no Rio a base do fabrico Real de tecidos estampados. Os carregamentos vindos da China consistem principalmente de chá, tecidos de nanquim, chumbo, cobre, estanho, sedas e alguns gêneros variados. São em parte redespachados para Lisboa e outros portos europeus, como também para diversas partes do Continente Americano.

Na parte final de seu livro, Luccock transcreve as tábuas de comércio do pôrto do Rio de Janeiro nas décadas iniciais do Séc. XIX, por cuja leitura ficamos cientes das mercadorias que eram então importadas através da capital, procedentes tanto da Índia - Goa, Calcutá, Bengala - quanto de Sumatra e de Macau: chá, tecidos, seda, ganga, enxofre, chumbo, alúmen, "charoo", porcelana, arroz, tutanaga (variedade de cobre da China), chapeus, sapatos, papel, fogos de artifício e brinquedos (25). Umas poucas dé-

Depois continuavam ingressando no Brasil inúmeras mercadorias chinesas, a maior parte pelo pôrto do Rio de Janeiro. A êsse respeito é revelador o anúncio publicado a 1º de março de 1840 no Jornal do Comércio dessa cidade:

> Leilão de fazendas da China e de Manilha, vindas pela barca espanhola "Fortuna".
>
> Channel Southam e C., por ordem do sr. Antonio Aranaga, fazem leilão, hoje terça-feira, em seu salão de móveis, rua do Rosário nº 42, 1º andar, esquina do beco das Cancelas, de uma grande porção de fazendas de Manilha e da China, a saber: um grande sortimento de chapeus de Manilha, esteiras ricas de dita de Macau, ditas para janelas, muito finas, com lindas vistas; riquíssimos artigos de charão fino, constando de mesas de jôgo e de costura, cômodas, escrevaninhas, secretárias, leques, caixas para guardar chá, ditas para guardar joias, jogos de bandejas muito lindas, quadradas e redondas, de 3 em jogo, fundos para garrafas, caixas com tintas, ditas de voltarete, raras conchas e outros muitos vários artigos de charão, madrepérola e marfim.
>
> Também de algumas caixas de lenços de seda estampados e pretos, 2 chales de tonquim, 2 riquíssimos ditos de lã de camelo, 2 mantas brancas muito lindas, uma peça de lã de camelo, 4 peças de cassa da índia, muito lindas, bordadas de prata; 2 vestidos de dita, etc.
>
> Principiará às 10 horas e meia (26).

Não era contudo só pelo Rio de Janeiro, mas também por outros portos do jovem Império, que continuavam ingressando no Brasil produtos chineses ou asiáticos em geral. Disso é prova um anúncio do Diário de Pernambuco de 30 de junho de 1840, no qual se afirma estarem à venda em loja situada à Rua do Apolo, em Recife, "caixas de charon para chá com pés dourados", "sestinhas de charon p. senhoras" e "leques de charon e papel", entre vários outros artigos do gênero. Também em 1840 aportou a Recife o brigue espanhol "Francisco José", procedente de Manilha e Batávia e trazendo um

sortido carregamento de fazendas orientais:

> Dessas coisas ou valores trazia o brigue arribado xales-de-tonquim bordados e estampados, mantas da China, lenços de seda de muitas cores, sedas diversas para vestidos, mosquiteiros para armações de camas, caixinhas de costura para senhoras, caixas para chá e para tabaco de tartaruga e de marfim, porta-garrafas, pratos, bandejas, copos e bacias de lavar rosto de charão, fichas de madrepérola, jogo de damas, leques de todas as qualidades tanto finos como "mais inferiores", inclusive alguns de prata, pentes de tartaruga e de marfim, livros com pinturas finas, panos de Cantão superiores para camisas e lenços, figuras de barro de chefes chineses vestidos de sedarias, mesas de charão, charuteiras, canastras para roupa suja. E ainda: bolas de marfim, leques de marfim, baús de alcanfor, fazendas de quadros, tafetás, sedas lustrosas, damascos, mantas de Manilha, panos de chamado cutão, xales bordados, xales estampados, bocetas, garrafas, caixas de marfim, jarros, esteiras para janelas, figuras de Manilha e da China, sedas para mosquiteiros, cestas, pratinhos de charão, xales e mantas de palha (27).

Como se pode perceber, pelos meados do Séc. XIX as importações de fazendas orientais quase se resumiam a miudezas e quinquilharias, objetos de adorno pessoal ou doméstico trabalhados manualmente em materiais raros, preciosos e por isso mesmo fora do alcance de muitas bolsas; ao mesmo tempo, porém, começavam a chegar em quantidade produtos industrializados da Inglaterra, da França, da Alemanha, muitos deles imitando os manufaturados do Oriente (que ainda atraíam tantos compradores), fingindo tartaruga, fingindo marfim, fingindo seda, e tudo a preço baixo, acessível às camadas menos ricas da população. O resultado, já se sabe:

> O Oriente foi desaparecendo das casas de comércio, dos anúncios de jornal, do interior das casas, do trajo e dos hábitos das pessoas em conseqüência,

até certo ponto, dessa democratização de artigos que as fábricas do Ocidente podiam produzir em quantidade maior, embora com sacrifício da qualidade ou da autenticidade. E o Ocidente foi-se assenhoreando do Brasil como de uma semi-colônia (28).

V

Se isso era o que se passava com os produtos asiáticos entrados no Brasil ao longo do período colonial e até quase meados do Séc. XIX, cumpre que estudemos agora o que então exportávamos para a Ásia. Pela freqüência com que são mencionados nos mapas de carga e nos documentos antigos, é fora de dúvida que açúcar, aguardente e tabaco, e em grau menor farinha de mandioca, foram os produtos brasileiros de maior aceitação no Oriente. Para a China, especialmente, exportou-se da Bahia muito tabaco, apreciadíssimo naquele país sob forma de rapé. Narra Joaquim Heliodoro Callado Crespo (29) que o tabaco foi introduzido na China por volta de 1530, trazido das Filipinas. Cedo tornar-se-ia hábito muito disseminado, e ainda em fins do Séc. XVIII era comum ver-se crianças de 12 e menos anos fumando (30). A melhor variedade de tabaco brasileiro, à época considerado o melhor do mundo, provinha de Cachoeira e de suas imediações. Exportado diretamente para Goa, dali era redistribuído pelas várias regiões de consumo. Para o Oriente era enviado tabaco da melhor qualidade, prèviamente selecionado pela Mesa da Inspeção da Bahia - o que porém não impediu que muito tabaco de qualidade inferior tivesse chegado a Goa, com constantes reclamações por parte das autoridades e dos consumidores. Em Macau

(de onde por sua vez era remetido ao interior da China), passava o tabaco por um processo de majoração de preços que mais de uma vez fez com que os compradores se retraíssem, o que gerou acúmulo do produto nos armazens locais, e quase uma crise política com o Govêrno de Pequim. Finalmente, a Coroa Portuguesa houve por bem abolir o estanco do tabaco, depois que as autoridades chinesas se recusaram a receber a cota anual destinada à Casa Imperial, e que declinou consideràvelmente a comercialização do produto (31).

A quantidade anual de tabaco que seguia para a Ásia era, a princípio, de 4 mil arrobas; nos fins do Séc. XVIII foi aumentado êsse limite para 6 mil, ao que se deve acrescentar o muito que, clandestinamente, deixava a Bahia. Remetido em folha, rolos ou em pó era sob essa última forma, repetimos, que conheceu maior aceitação entre os chineses, que utilizavam o rapé por simples deleite, acondicionado em vistosas snuff-bottles (32), ou como medicação eficaz no combate a moléstias dos olhos.

Notas

(1) - Os documentos antigos referem-se amiúde a uma mesma embarcação, ora como nau, ora como fragata. A verdadeira nau portuguesa do Séc. XVII, que sucedeu à caravela e à carraca, tinha três cobertas e meia acasteladas e quatro mastros, três com velas redondas e o da ré com latina; deslocava 400, 500 toneladas. Vários outros tipos de embarcação aparecem nos textos: fragata, pataxo, brigue, escuna, sumaca, etc. Em começos do Séc. XIX as embarcações eram classificadas no porto do Rio de Janeiro de acordo com sua tonelagem: barcaça (50 toneladas), sumaca (100), brigue (150), navio (200).

(2) - "Les marchandises de la Chine s'y vendoient beaucoup plus avantageusement que par tout ailleurs", escrevia em 1730 sobre a Bahia o anônimo autor de uma Description de la ville de Lisbonee. Cf. Charles R. Boxer, A Idade de Ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, págs. 146 e 348.

(3) - José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da índia. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1968, págs. 289-290: "No tocante aos tecidos orientais as autoridades metropolitanas se queixavam no século XVIII que a mercadoria desembarcada em Lisboa era apenas aquela que não encontrava aceitação na Bahia".

(4) - Amaral Lapa, op. cit., págs. 278-279, enfocando o problema da reexportação de manufaturas do Oriente, da Bahia para Rio ou Pernambuco, mas também para Buenos Aires e outros países da América Hispânica, conclui: "Suficientemente estudada no tocante ao período dos Felipes (1580-1640), a presença no Prata poderá, através da maior extensão que se dê às pesquisas neste sentido, confirmar a reexportação de produtos orientais recebidos pela Bahia e enviados a Buenos Aires, que os remetia, por sua vez, ao Chile e ao Alto Peru, atingindo uma respeitável rêde de centros consumidores e comerciais, como São Miguel de Tucumã, Cordova e Mendoza, onde deviam encontrar ótima aceitação".

(5) - Fernão Cardim, por exemplo, conta ter sido recebido a 3 de janeiro de 1584 "em casa de um sacerdote devoto da Companhia, que depois entrou nela", onde êle e seus companheiros foram servidos "de várias iguarias com todo bom serviço de porcelanas da índia e prata". Fernão Cardim: Tratados da Terra e Gente do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 150.

(6) - A 2 de agosto de 1715, numa correspondência oficial, queixava-se o Vice-Rei da Bahia, Dom Pedro de Noronha, Marquês de Angeja, da atividade de soldados e marinheiros da Carreira da índia que, transformados em "vendelhões", perambulavam pelas ruas da cidade "com caixas penduradas ao pescoço, vendendo fitas e drogas que traziam, imitando os genoveses que iam a Lisboa". Os marinheiros, aliás, estavam autorizados a trazer do Oriente certa quantidade de mercadorias - as "liberdades" - sobre as quais inci-

dia uma pequena taxa simbólica. Vendiam-nas tão logo chegados em terra, fazendo assim concorrência com o comércio regular.

(7) - José Antonio Caldas, na Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 57, em 1931, escreve: "Os géneros expressados junto com as fazendas que da Ásia se transportam nas naus da índia para esta Cidade, em que geralmente negociam todos os seus habitantes são os que avultam o negócio, e dão grandes interêsses ao Comércio, e utilidade não pequena a S. Magestade". No séc. XVII, Gregório de Matos não deixara de se referir, em seus sonetos satíricos, ao número assustador de negociantes em Salvador: "A ti trocou-te a máquina mercante, / Que em tua larga barra tem entrado, / A mim foi-me trocando e tem trocado / Tanto negócio e tanto negociante".

(8) - Amaral Lapa, op. cit., págs. 266-267.

(9) - O preâmbulo de uma provisão contra o contrabando, datada de 8 de fevereiro de 1711, afirmava que no ano anterior "na Bahia de Todos os Santos foram quatro navios de guerra, quatro da índia Oriental, todos Ingleses, e também outros no Rio de Janeiro, e que todos os ditos navios nos ditos portos introduziam mercadorias da Europa e da índia, tirando do Brasil muito ouro e tabaco". Cf. Boxer, op. cit., pág. 146.

(10) - Eis algumas dessas iniciativas portuguesas de comércio particular com a China: Companhia de Navegação para a China (1710); Companhia das Sedas de Macau (1742); Companhia de Navegação da Ásia Portuguesa, fundada em 1753 por Feliciano Velho Oldenberg. Mesmo a Companhia do Grão-Pará e Maranhão foi autorizada, em 1759, a remeter navios de Lisboa a Macau. Cf. Padre Manuel Teixeira: Macau no Século XVIII. Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, págs. 76, 386, 471 e 500.

(11) - Informação de Pedro Calmon, no Prefácio ao livro O Brasil e a Louça da índia, de Eldino da Fonseca Brancante. São Paulo, 1950.

(12) - Veja-se no presente trabalho o capitulo "Porcelana", nota 18.

(13) - Luiz Gonçalves dos Santos, Padre Perereca: Memórias para servir à História do Reino do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981, Tomo I, págs. 348-349.

(14) - Padre Perereca, op. cit., Tomo I, pág. 260.

(15) - Segundo John Luccock - Notas sobre o Rio de Janeiro, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975, págs. 395-396 -, "o principal característico do comércio americano com o Brasil consiste em navios daquela nação que vão ao Rio à cata de metal precioso; dali prosseguem para a Ásia, compram carregamentos e, finalmente, distribuem-nos pela Europa e Estados Unidos".

(16) - O fascínio exercido por esses produtos ocidentais, que começavam a penetrar no Brasil, era de tal modo intenso, que J. J. E. Roy, no livro L'Empire du Brésil: souvenirs de voyages par N. X., publicado em Tours em 1858, afirma que os primeiros navios que os trouxeram vinham carregados de mercadorias como cobertores, fogões para calefação e até patins de gelo, absolutamente incompatíveis com o clima e as características do país, mas que ainda assim logo encontraram compradores!

(17) - Veja-se nesse mesmo trabalho o capítulo "Imigração Chinesa".

(18) - Id., ibid.

(19) - Veja-se nesse mesmo trabalho o capítulo "Porcelana".

(20) - Amaral Lapa, op. cit., págs. 272-273.

(21) - Da cor do tabaco: talvez se referisse a um tipo de esmaltagem a que se chamou em França café au lait, na Inglaterra dead leaf, e entre nós chocolate, obtida pela mistura, ao vidrado comum, de manganês de cobalto e argila ferruginosa, que lhe emprestavam uma tonalidade acastanhada.

(22) - Amaral Lapa, op. cit., pág. 275.

(23) - Amaral Lapa, op. cit., pág. 274.

(24) - John Mawe: Viagens ao Interior do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1978, pág. 82.

(25) - Luccock, op. cit., pág. 394 e 418.

(26) - Cf. Francisco Marques dos Santos: "As Belas Artes na Regência", em Estudos Brasileiros, Ano V, Vol. 9, nºs. 25-26-27, Jul. a Dez. de 1942, pág. 128. Anúncios desse tipo são freqüentes no Jornal do Comércio por essa época.

(27) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora/Pró-Mmória/INL, 7ª. ed., Rio de Janeiro, 1985, Tomo II, págs. 453-454.

(28) - Gilberto Freyre, op. cit., Tomo II, págs. 455-456.

(29) - Joaquim Heliodoro Callado Crespo: Coisas da China. Lisboa, 1898, pág. 186.

(30) - "Smoking tobacco is so universally prevalent in China, that it is not unusual to see girls of only twelve years of age enjoying this recreation". William Alexander e George Henry Mason: Views of 18th Century China, etc. Studio Editions, London, 1988, pág. 196 (ed. original de c. 1800).

(31) - Amaral Lapa, op. cit., págs. 291-296.

(32) - A partir do Séc. XVII mascar ou fumar tabaco passou a ser considerado hábito vulgar: o chic era aspirar o produto, reduzido a pó (rapé). O costume de cheirar rapé parece ter sido introduzido na China pelos jesuítas Joannes Camiami e Joannes Vallat, que em 1684 ofertaram um pouco do produto ao Imperador Kang-xi. Como as bocetas ou caixinhas de rapé europeias não conservavam bem o pó, devido ao clima úmido da China, lembraram-se os chineses de o acondicionarem em garrafinhas, originariamente utilizadas para guardar remédios; mesmo porque o rapé era considerado também um remédio, excelente para a cura da gripe e da tosse, da asma e da dor de dentes, bom oftálmico e melhor digestivo e estimulante do apetite. Em 1725 o Papa Bento XIII remeteu como presente ao Imperador Yongzheng várias garrafinhas de cheiro (snuff-bottles)em ágata e vidro. Por essa época já eram fabricados na China delicados exemplares de tabaqueiras em porcelana esmaltada ou moldada em relêvo, em vidro de Pequim opaco, esculpido ou pintado, em ágata, jade, coral, marfim, laca, âmbar etc., cada tabaqueira medindo cinco, seis centímetros de alto, e acompanhada por sua respectiva colherinha. Não deixa de ser instigante imaginar que o rapé da Bahia pode, até certo ponto, ter contribuído se não para o nascimento, para o aprimoramento dessas pequeninas obras de arte. Veja-se, sobre snuff-bottles, o artigo de Lo Jiu-Jung: "Art in Small Packages", em Arts and Crafts. Explorations in Chinese Culture. Taipei, 1990.

Monjolos

Monjolos - também chamados entre nós preguiçosos, catitus, batedores etc. - são artefatos muito primitivos utilizados em agricultura para descascar arroz, milho, café e outros produtos. Foram desconhecidos no Ocidente até começos do Séc. XVI, quando os portugueses os trouxeram da China, onde eram empregados desde tempos imemoriais. Ao Brasil chegaram nos primeiros anos da colonização, trazidos por Brás Cubas, que como vimos estivera na Ásia com Martin Afonso de Souza, e que instalou um deles em terras de sua propriedade no local onde em 1543 fundaria Santos. Os índios batizaram a enganhoca de enguaguaçu, grande pilão, nome que acabou por designar toda a localidade. A circunstância de Brás Cubas ter introduzido o monjolo no Brasil, logo depois de o ter conhecido no Oriente, mais uma vez evidencia que, para os primeiros colonizadores lusitanos, aquilo que era bom para a China deveria ser obviamente bom também para a colônia situada do outro lado do mundo.

Varnhagen insinua que monjolo possa ser vocábulo de origem chinesa, mas nisso não tem razão, pois o nome chinês desse antiquíssimo instrumento agrícola é shueiti, máquina de água, ou máquina movida a água. Na verdade, monjolo deve ter origem sânscrita, como aliás o próprio Varnhagen esclarece: vem de musala, pilão para descascar arroz (1).

Mesmo hoje podem ser encontrados monjolos no interior do Brasil, tanto os movidos a água (monjolos de martelo) quanto os acionados com a utilização de animais (monjolos de rabo). Sua estrutura geral compreende o pilão, escavado primeiro a fogo e depois aparelhado a formão, e uma haste, por sua vez integrada pelo rabo, onde a água cai para movimentar a peça, a mão-do-pilão e a forqueta. De acordo com o seu tipo, os monjolos podem ser de pé, de cintura, cobertos, monjolinhos etc. (2). Curioso é observar como, no decurso de séculos, pouco ou nada mudou entre nós esse artefato, hoje ainda conservando praticamente a mesma aparência que há milênios possuía em seu país de origem (3).

Notas

(1) - Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil (antes de sua separação e independência de Portugal). Melhoramentos, 5a. ed. S&o Paulo, 1956, Vol. I, págs. 226-227.

(2) - Alceu Maynard Araújo: Folclore Nacional Volume III - Ritos Sabença Linguagem Artes e Técnicas. Melhoramentos, S&o Paulo, 1964, págs. 341-342.

(3) - Veja-se também, sobre monjolos: Alberto Rangel: Quando o Brasil Amanhecia. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1919, Capítulo "A Almanjarra de Brás Cubas", págs. 17 e segs.

Arroz

Nem todos os pesquisadores da história da agricultura admitem uma origem chinesa para o arroz: há quem lhe indique como berço a Indochina, a Indonésia ou a India, entre outras terras asiáticas, como há os que afirmam ter ele surgido simultâneamente em várias regiões do mundo, nas Américas, no Brasil inclusive. Seja como for, quem diz "arroz" está quase a dizer "China", pois foi nesse país que, há cerca de cinco milênios, ocorreu a primeira alusão rigorosamente histórica ao produto; foi também nele que o cereal, base da alimentação de boa parte do povo, transformou-se em símbolo nacional, integrado profundamente à cultura chinesa. Desenhos estilizados de grãos de arroz, um dos Doze Ornamentos (1), são ali com efeito utilizados em moedas, porcelanas, distintivos, colares e braçadeiras de uniformes militares, e até nos trajes imperiais - com significado de fartura, abundância, prosperidade; o recipiente de madeira que lhe serve de medida-padrão simboliza a Justiça e a Virtude (e, se de formato quadrado, o próprio Império do Meio), além de ter utilização em cerimônias ligadas à Astrologia; bolinhos de arroz doce são consumidos no Ano Novo Chinês como augúrios de paz e harmonia familiais, e misturados a um recheio à base de carne de porco são tradicionalmente ingeridos no décimo quinto dia do primeiro mês, que é a primeira lua cheia do ano chinês - tudo isso em correlação com o antiquíssimo culto lunar. Se ainda não bastasse, até pelo menos à República as noivas chinesas costumavam conduzir entre as mãos, na cadeirinha

que as levaria ao lugar da cerimônia nupcial, uma cestinha cheia de grãos de arroz, para simbolizar a riqueza e a fertilidade que pretendiam levar à casa do marido (2). Algo desse costume, aliás, parece ter ficado até hoje no Brasil, onde punhados de arroz são lançados sobre os recém-casados, à saída da igreja. Finalmente, na China, como em diversos países ocidentais, práticas e superstições diversas acham-se relacionadas com o arroz, sendo considerado por exemplo gesto aziago, capaz de atrair a miséria a uma casa, entornar arroz à mesa, e grande insulto jogar ao chão um prato de arroz estendido por alguém.

Mesopotâmia e Egito não conheceram o arroz, que tampouco é citado na Bíblia e na Grécia apareceu tardiamente, só depois das conquistas asiáticas de Alexandre. Importado da India era, na Roma Imperial, iguaria finíssima, à qual Galeno atribuía além de tudo propriedades medicinais - coisa aliás que de há muito ocorria na própria China, onde o arroz era empregado no tratamento das hemorróidas e feridas em geral, como digestivo, alívio hepático, diurético, antidiarréico e até, em pasta, como dentifrício. Chegou à Europa, em tempos medievais, através da Espanha, levado por conquistadores árabes; depois se espraiaria por Itália, França e outras regiões da Europa Meridional.

No que respeita ao Brasil, há evidências de que já existisse, em estado selvagem, muito antes da chegada dos portugueses. Essa variedade nativa não era contudo consumida pelos indígenas, como não o seria pelo colonizador. Competiria na verdade a êsse introduzir no país o arroz asiático; e ao mesmo tempo em que se

sedimentava entre o povo o novo hábito alimentar, tornou-se necessário importar do Extremo-Oriente e da India sementes, aqui plantadas e responsáveis, no devido tempo, por extensas áreas de cultivo. Quando, porém, teria isso ocorrido? - Diz Gilberto Freyre (3) que em fins do Séc. XVIII - mais especificamente, entre 1769 e 1779, no govêrno e por iniciativa do terceiro Vice-Rei, Dom Luís de Almeida Portugal Soares d' Eça Alarcão de Melo e Silva Mascarenhas, Marquês do Lavradio, o qual, entre outras coisas, pretendeu também, sem sucesso, incrementar no Brasil a sericultura, fazendo vir bichos-da-seda da China, além de se ter interessado pela criação da cochinilha e por outras culturas asiáticas, como o anil e o cânhamo. Só que a informação de Gilberto Freyre dessa vez não é correta, pois já no Séc. XVI havia no Brasil muito arroz, tanto que a ele se referem Gandavo em 1576, Gabriel Soares de Souza em 1587 e Cardim em data imprecisa, antes, porém, de 1600. Na <u>História da Província de Santa Cruz</u> diz, por exemplo, o primeiro:

> Além desse mantimento, há na terra muito milho zaburro de que se faz pão muito alvo, e muito arroz, e muitas favas de diferentes castas, e outros muitos legumes que abastam muito a terra.

Completa o segundo, com maiores detalhes, no <u>Tratado Descritivo do Brasil</u>:

> Arroz se dá na Bahia melhor de que em outra nenhuma parte sabida, porque o semeiam em brejos e em

terra enxuta; como for terra baixa é sem dúvida que o ano dê novidade; de cada alqueire de semeadura se recolhe de quarenta a sessenta alqueires o qual é tão grado e formoso como o de Valência; e a terra em que se semeia, se tornam a limpar dá outra novidade, sem lhe lançarem sementes novas senão a que lhe caiu no colhêr da novidade. Levaram a semente de arroz ao Brasil de Cabo Verde (4) e, se come muito dela, morrem disso.

Arremata o terceiro, num dos seus três Tratados da Terra e da Gente do Brasil, quando trata Do Clima e da Terra do Brasil:

Desta mandioca curada ao fumo se fazem muitas maneiras de caldos a que chamam mingaus, tão sadios, delicados que se dão aos doentes de febre em lugar de amido, e tizanas, e da mesma se fazem muitas maneiras de bolos, coscorões, fartes, empenadilhas, queijadinhas d' açúcar, &, e misturada com farinha de milho, ou de arroz, se faz pão com fermento, e levedo que parece de trigo.

Na História do Brasil, de 1627, seria a vez de Frei Vicente do Salvador repisar:

Dá-se também em todo o Brasil muito arroz, que é o mantimento da India Oriental, e muito milho zaburro que é o das Antilhas e índia Ocidental.

Nas Memórias para a História da Capitania de São Vicente, publicadas em 1797, Frei Gaspar da Madre de Deus, que an-

dara consultando registros e escrituras dos engenhos de açúcar existentes na Capitania durante o período que vai de 1550 a 1577 afirma, após informar que o preço ordinário de uma arroba de açúcar fino era de 400 reis, e o alqueire de arroz em casca 50 reis, que "...todos se ocupavam na plantação desses dois gêneros", ao passo que Alexandre José de Melo Morais, na Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil (1879) nos dá essa informação igualmente preciosa:

> Por alvará de 12 de fevereiro de 1577 determina Sua Alteza que se dê a cada um dos padres da companhia, em cada ano, a custa da Fazenda Real das Capitanias onde eles estiverem, quatro paneiros de mandioca e um alqueire de arroz, e quando não houver arroz se lhe dê um alqueire de milho da terra e um cruzado.

Como se pode ver, a introdução do arroz deu-se no Brasil muito cedo, ainda no primeiro século. Mas a produção não era então, e assim continuaria ainda por muito tempo, suficiente para atender ao crescente consumo, e por êsse motivo importou-se da Asia Oriental o produto em largas quantidades durante a época colonial - e se continuaria importando pelo Séc. XIX a dentro, a ponto de Luccock ter colocado êsse cereal entre as principais mercadorias chegadas ao Brasil dos diversos portos da índia, de Sumatra e Macau (5).

Notas

(1) - Os Doze Ornamentos, que já eram considerados muito antigos em tempos do Imperador Shun (2317 - 2208 a.C.), são símbolos de autoridade e poder, adornando as vestes dos funcionários imperiais graduados. Eram o sol, a lua, as estrelas, as montanhas, o dragão e o faisão - que podiam ser bordados nas roupas superiores; e os copos com um animal cada, o ramo de flores aquáticas, o fogo, grãos de arroz, o machado e a figura Ya, que se destinavam a adornar as roupas inferiores. Apenas o Imperador podia colocar em seus trajes todos os Doze Ornamentos; os nobres hereditários de primeira classe podiam usar nove (menos o sol, a lua e as estrelas), e assim por diante, em ordem decrescente.

(2) - O diplomata brasileiro Henrique C. R. Lisboa, na China em começos da década de 1880, refere-se a essa costume em seu livro A China e os Chins (Montevideo, 1888 pag. 314): "A noiva e seus parentes já estão à espera e, apenas chega o cortejo, despede-se ela de seus Deuses lares na sagrada sala dos antepassados, para entrar coberta de espesso véu, na adornada cadeirinha, sem esquecer a cesta cheia de arroz, símbolo da abundância que leva à casa do esposo".

(3) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio, Rio de Janeiro 7ª Ed., 1985, Tomo 1º, pág. 219.

(4) - A informação segundo a qual o arroz teria chegado ao Brasil vindo de Cabo Verde não corresponde à verdade dos fatos.

(5) - John Luccock: Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975, pag. 418.

Chá

Bodhidarma, o"Brâmane de Olhos Azuis", a quem os chineses chamam Ta Mo (o que o levou a ser identificado por vezes com o São Tomé dos cristãos) foi um monge indiano chegado à China em 526 d.C., como missionário budista. Pregava a meditação como o caminho da perfeição, e em certa ocasião, quando meditava, caiu em sono profundo, do qual despertou confuso e envergonhado. Para que nunca mais tornasse a esmorecer em vigília, amputou as próprias pálpebras, as quais, tombando ao solo, logo deitaram raízes que dariam origem a um arbusto: assim nasceu a planta do chá, segundo a bela lenda que o folclore chinês recolheu. E porque Ta Mo pregava a vigília, o chá ficou sendo o símbolo da Vigilância entre os chineses (1).

Lendas à parte, o chá foi introduzido na China por volta de 543 d. C., sendo originário da índia, de onde o trouxeram, efetivamente, missionários budistas. Na China logo se aclimataria, e já em 804 tornara-se tão popular, que até dispunha de sua divindade tutelar: Lu Yü, autor de um tratado clássico sobre a planta e a bebida a que deu origem. No século XI era a bebida nacional dos chineses, que desde então o consomem em todas as ocasiões e a qualquer pretexto, para se aquecerem no inverno, como refresco no verão, como remédio ou estimulante.

Na Europa, a introdução do chá deu-se nos últimos anos do Séc. XVI, através dos holandeses. Já existia na Inglaterra em

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

inícios do Séc. XVII, tanto que um anúncio publicado a 31 de janeiro de 1606 no Weekeley News de Londres fazia referência a "...that excellent, and by all Physitians approved, China Drink, called by the Chineans Tcha, by other Nations Tay alias Tee" (2).

Levaria algum tempo antes de que o chá se tornasse a bebida nacional também dos ingleses, que até começos do Séc. XVIII preferiam a ele o café e o chocolate - como provavelmente todos os demais europeus. Pelos meados do Séc. XVIII, os navios da English East India Company começaram a trazer da China, em grandes quantidades, carregamentos de chá, seda e porcelana, pela ordem de sua importância. O fundo dos porões era atapetado de porcelanas (processo a que se chamava de paving the ship), sobre as quais eram dispostos os muito mais delicados e preciosos fardos de seda e chá. Note-se que enquanto o chá custava em Cantão o equivalente a um xelim, na Europa podia ser vendido por vinte e mais vezes esse custo; por isso os carregamentos de chá excediam em muito o peso e o valor das demais cargas, representando a garantia de polpudos lucros. Em 1705, por exemplo, a carga do navio britânico "Oley" compunha-se de 100 toneladas de chá, 30 de seda e 10 de porcelana, o que bem revela as preferências do mercado por aquela época. Segundo Geoffrey A. Godden, era o chá

> nitidamente a carga mais preciosa, a própria razão de ser da viagem. Não fora ele produto tão rentável, é discutível que os navios europeus tivessem comerciado com a China, única produtora, ao menos nos elevados níveis em que o fizeram (3).

Se se levar em conta que, com a exceção das denominadas peças-de-fôrma, cerca de dois terços de toda a porcelana chinesa trazida para o Ocidente achavam-se diretamente relacionados com o chá - chaleiras, xícaras, açucareiros etc. -, pode-se chegar à conclusão de que, não fora ele, a própria porcelana chinesa não teria conhecido, nos países ocidentais, o imenso prestígio de que desfrutou. Diga-se ainda, a título de curiosidade, estar vinculado o chá a um episódio histórico como a Revolução Americana, da qual foi uma espécie de estopim. A 16 de dezembro de 1773, de fato, um grupo de patriotas norte americanos, os Filhos da Liberdade, sublevaram-se contra a manutenção da cobrança de pequena, mas humilhante taxa do chá trazido da China para a então colônia por navios ingleses. Disfarçados de peles-vermelhas, apossaram-se de um carregamento de chá recém-desembarcado em Boston, e o lançaram ao mar como protesto. A esse episódio de consequências imensas chamam os historiadores norte-americanos o Boston Tea Party.

Mas, para voltar à China: os chineses tinham, é claro, enorme orgulho de sua bebida nacional. Prova-o a resposta altaneira do Imperador Qianlong a Lord Macartney, enviado em 1792 pelo Rei da Inglaterra à China:

> Não temos de modo algum necessidade dos estrangeiros. Produzimos as melhores coisas do mundo: chá para beber, arroz para comer e algodão para vestir. E também as mais belas, seda e porcelana.

No Ban Tsao ou Livro das Hervas, um clássico da homeopatia chinesa ao qual já nos referimos ao tratarmos de Medicina Simbólica (4), o chá é descrito como refrescante, laxativo, diurético, digestivo, estimulante, adstringente, regulador da menstruação e vomitório, quando absorvido em doses concentradas. Tomado em excesso, pode porém produzir anemia e enfraquecimento. Um banho de chá fraco é eficaz para os olhos inflamados e para a cicatrização de feridas; e as sementes teriam o dom de curar a tosse e a dispnéia. Não admira, assim, que os segredos do cultivo e do preparo, bem como os nomes dos diversos ingredientes que entravam na obtenção de certos tipos especiais, fossem avaramente preservados contra a curiosidade e a cobiça dos estrangeiros. Como norma, os carregamentos vindos da China compunham-se de chá inferior, que os próprios chineses chamavam de "chá de mentira": um mínimo de chá legítimo, misturado a folhas de chicórea, areia e ferro magnético, tudo colorido artificialmente. Afinal o produto destinava-se apenas a "barbaros de cabelos vermelhos" ou "de longos narizes", gente sem maiores exigências e nenhum paladar. Carregamentos houve em que os fardos continham pedras no lugar de chá. Tudo isso, e mais os elevados custos das importações - pagas exclusivamente em piastras de prata - faria com que alguns países europeus pensassem seriamente em produzir seu próprio chá. Nesse setor, Portugal levava vantagens, porquanto os vários climas e solos do Brasil possuíam alguma semelhança com os das regiões produtoras chinesas; depois já desde 1570 Frei Gaspar da Cruz em seu Tratado da China, chamara a atenção dos seus compatriotas para as excelências da bebida e a importância econômica da planta, cujo modo de cultivo foi o pri-

meiro europeu a buscar descrever.

Caberia ao futuro Rei Dom João VI, então Príncipe Regente, concretizar essa velha aspiração portuguesa, para o que contribuiu de modo preponderante a atuação do Conde de Linhares, Rodrigo Domingos Antonio de Souza Coutinho. A introdução do chá no Brasil deu-se por volta de 1810, quando teriam sido plantados em terras do Jardim Botânico, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, cerca de seis mil arbustos (5). Pouco depois era iniciado o plantio também na Fazenda de Santa Cruz e na Ilha do Governador. Ao mesmo tempo, pouco mais ou menos, chegavam ao Brasil algumas centenas de chineses - 200, segundo Henrique Câncio, cerca de 500, de acordo com Robert Conrad, ou simplesmente "em grande número", conforme o Padre Perereca (6) -, entre eles alguns mestres a quem competiria orientar o plantio, a colheita e a seleção e preparo das folhas. Segundo Daniel P. Kidder o Conde de Linhares providenciara a vinda de "algumas centenas de colonos, não da população misturada do litoral chinês, mas do interior do Celeste Império, pessoas experimentadas não só no cultivo da planta como no preparo das folhas" (7); essa sua informação, contudo, pode não corresponder à verdade, como se verá mais adiante.

Consta no Registro de Estrangeiros a entrada, a 10 de setembro de 1814, de quatro chineses: Liang Chou, Ming Huang, Chian Chou e Tsai Huang. Segundo José Honório Rodrigues,

> os quatro chins, educados, segundo se depreende



立收銀帖人梁亞月今收到吸嗡吹物衆之銀
叁百大員恐口無憑立此收銀帖一紙交執
爲照
一宴收到之銀叁百大員
嘉慶十八年十二月初四日立收帖梁亞月

Chapa ou recibo dos chineses que embarcaram no navio "Maria Primeira", a 31 de dezembro de 1813, com destino ao Rio de Janeiro. Benfeitoria do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

(Palácio da Ega)

MACAU

/ Iconografia com caracteres chineses e figura, com o texto pelo qual se exemplificam os recibos dos pagamentos aos "Chinas Gomobirs" que vão trabalhar para o Rio de Janeiro durante dois anos / . - Macau: 1813 . - 1 desenho: ms. s. papel vermelho o. traço a negro; 240 x 395 mm.

Trad: " Chapa ou recibo que pagavão aos Chinas /Gomobirs/ que vão no navio Maria Pereira com a condição de ficar no Rio de Janeiro por espaço de dois anos à paga de 6 / patacas/ cada mês a cada hum de abono da Comissão sendo aqueles obrigados a trabalhar no navio de /Gomobirs/ a noite. Postos em embarcações Macau dezembro 31 1813. /ass/: G.Castro"

A H U . - Col.Iconografia, Desenhos .

Tradução dos caracteres chineses que compõem o texto do documento anterior, cf. o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

> da grafia,... iam morar na casa do Conde da Barca, Antônio de Araújo e Azevedo, entre 1812 e 1817 Ministro dos Negócios da Guerra e Estrangeiros. Os chinas apresentaram-se em setembro de 1814, e não se diz a que fim vieram: o fato de irem morar na casa do ministro.... faz supor que tivessem alguma missão oficial, talvez a de iniciarem as plantações de chá (8).

Circuntância curiosa e ao mesmo tempo intrigante é que esses quatro chineses serão os únicos, elencados no Registro de Estrangeiros até 1842, a conservarem nomes orientais, de vez que todos os demais possuem nomes portugueses: Joaquim Pereira, Cipriano Rangel, Joaquim Antonio, Antonio Francisco e assim por diante (9). Por outro lado, não constam do mesmo Registro os nomes dos numerosos chineses desembarcados no Rio de Janeiro para trabalharem nas plantações de chá do Jardim Botânico, o que talvez tenha explicação no fato de serem tais chineses pobres culis, tão humildes que entravam no país por atacado, como mercadoria. É aliás possível que pelo menos alguns desses chineses de 1814 sejam os mesmos designados por nomes lusitanos no Registro de Estrangeiros - como esse Joaquim Ferreira, que a 2 de março de 1821 aparece como tendo participado de desordens, ou como aquele Cipriano Rangel, que a 5 de Setembro de 1818 partira para São Paulo acompanhado de três chinesas, e que dois anos depois fixava-se em São João Marcos; ou aquele outro Francisco Antonio, que a 1º de julho de 1825 seguia para Rezende, três dias depois obtinha licença para mascatear e a 9 de junho de 1826 estabelecia-se em Minas Gerais.

Importante documento conservado na Coleção de Iconogra-

fia do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, ao que nos conste até hoje nunca divulgado, lança nova luz sobre o embarque dos chineses para o Rio de Janeiro, em começos do Séc. XIX (10). É o desenho de uma chapa ou recibo, com texto em Chinês que foi assim traduzido:

> Chapa ou recibo que pagavam aos Chinas (Gomobirs) que vão no navio Maria Pereira com a condição de ficar no Rio de Janeiro por espaço de dois anos à paga de 6 patacas cada mês a cada um de abono da comissão sendo aqueles obrigados a trabalhar no navio de (Gomobirs) à noite. Postos em embarcações em Macau dezembro 31, 1813. Assinado: G. Castro.

Sobre essa colônia chinesa chegada por conseguinte nos primeiros meses de 1814, como já não restam dúvidas, referem-se diversos viajantes europeus de passagem pela cidade. O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, na Viagem ao Brasil de 1815 a 1817, informa ter-se deparado em Porto do Gentio com nove chineses, trabalhando lado a lado com famílias açorianas e escravos africanos. Não deixa de ser curiosa e inesperada essa confraternização entre negros e amarelos, sabido como os chineses não os apreciavam de modo especial (11): solidariedade, essa, determinada muito provavelmente pelas circunstâncias. As observações de Maximiliano são valiosas, quando ele por exemplo nos diz que alguns desses chineses tinham se convertido ao Catolicismo e que outros haviam-se casado com índias, embora continuassem guardando seus costumes nacionais e comemorando as festas tradicionais da China. O príncipe achou-os "preguiçosos", mas asseados (12), e fala do carinho com

que conservavam leques e porcelanas que haviam trazido do seu país longinquo (13). Martius, em visita à Fazenda de Santa Cruz, também declara ter visto ali uns poucos chineses, esclarecendo que "a maioria tinha ido para a cidade, a fim de andar pelas ruas como vendedoras ambulantes, oferecendo pequenas bugigangas chinesas, especialmente tecidos de algodão e foguetes"; acrescenta ainda que os raros que permaneciam em Santa Cruz dedicavam-se não à lavoura do chá, mas sim a pequenas plantações de café (14). Maria Graham, que antes de visitar o Brasil estivera já duas vezes na índia, é outra que se interessa pelas plantações de chá iniciadas por Dom João VI no Jardim Botânico e na Fazenda de Santa Cruz, e descreve as da última em minúcias, numa anotação de 24 de agosto de 1823:

> Fui às plantações de chá, que ocupam muitos acres de um morro cheio de pedras, tal como suponho que seja o habitat favorito da planta na China. A introdução da cultura do chá no Brasil era um projeto favorito do rei Dom João VI, que trouxe as plantas e os tratadores da China com grande despesa. O chá produzido aqui e no Jardim Botânico é tido como de qualidade superior. Mas a quantidade é tão pequena que até agora não há a mais leve promessa de pagar a despesa com a cultura. Contudo estão as plantas tão viçosas, que não tenho dúvida que em breve se espalharão e provavelmente ficarão como nativas. Sua Majestade construiu portões chineses e cabanas para corresponder ao destino destes jardins; colocados onde estão, entre os belos arbustos da erva, cujas folhas escuras e brilhantes e flores semelhantes à murta, as fazem adequadas para um canteiro, não produzem efeito desagradável. Os caminhos são bordados de cada lado de laranjeiras e rosais, e as sebes são de uma linda espécie de mimosa. De modo que a China de Santa Cruz é realmente um delicioso passeio. O imperador, porém, que compreendeu ser mais vantajoso vender café e comprar chá, do que obtê-lo com tais despesas, não continuou a plantação (15).

John Luccock é outro que se refere às plantações de chá do Rio de Janeiro, e isso ainda antes de Maria Graham:

> Cerca de três milhas mais adiante, num lugarejo consagrado a São João Batista, fica o Jardim Botânico, onde, entre variadas plantas tropicais, tanto aborígenes quanto exóticas, se encontram pés de chá. Quando pela primeira vez aqui o introduziram, trouxeram-se muitas pessoas da China a fim de dirigir seu plantio e preparo, chegando-se a imaginar que dentro de tempo nada remoto, todo o mercado europeu ali se pudesse suprir. Não pode haver dúvida quanto aos cuidados que disso se teve e qualquer observador tem que enxergar que ele medra luxuriantemente; todavia, os autores do projeto parecem ter calculado mal e, desiludidos de seu próprio plano, passaram a desleixá-lo. O padrão dos salários é alto demais para que permita a produção do chá a preço moderado, e os chineses, embora diligentes, são demasiado meticulosos e lentos em seus modos de lavrar. Estive a conversar com diversos deles, particularmente com seu chefe, natural de Nanquim. Eram ignorantes em extremo, dando-me porém favorável impressão de seus princípios e intenções. Demonstravam alguns deles uma rapidez de compreensão tal como jamais vira em gente de outra raça qualquer. Tais como os gregos modernos, a inteligência deles se desviou e o caráter se envileceu por obra do domínio de bárbaros. Auspicioso para a espécie humana, tanto quanto benvindo para eles próprios, seria o dia de sua libertação; uma porção do mundo se abriria para a ciência e milhões de seres se exaltariam à dignidade de verdadeiros homens (16).

Também Ernest Ebel, por alguns poucos meses no Rio de Janeiro entre janeiro e junho de 1824, teve ocasião de se defrontar com alguns chineses - que aliás lhe pareceram semelhantes a tapuias, "até nos olhos, porém têm-nos mais vivos e alongados": em carta que remeteu a 30 de abril a um amigo na Europa, ele narra

sua visita ao Jardim Botânico, durante a qual lhe serviu como cicerone o próprio Frei Leandro do Sacramento:

> Vi também vastas plantações de chá chinês, agora em floração. O governo está estimulando a cultura dessa valiosa planta que poderá prosperar nas regiões montanhosas do interior e talvez trazer para cá o tributo que a Europa paga à China (17).

Quinze anos mais tarde, contudo, Carlos Augusto Taunay assim resumia o duro destino da colônia chinesa do Rio de Janeiro e do projeto ao qual se entregavam:

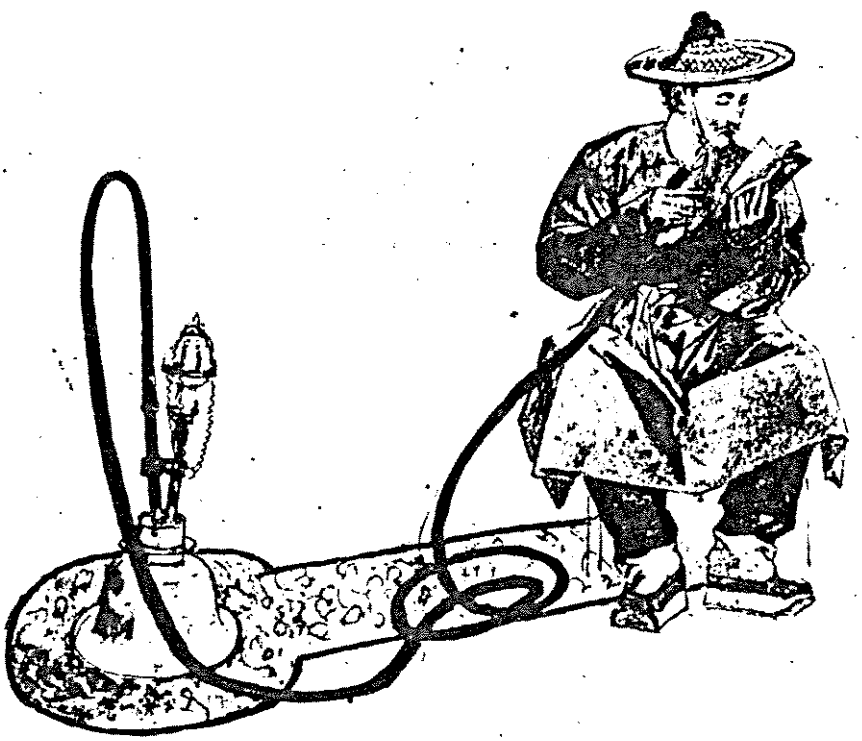
> Poucos desses chinas sobrevivem e esses ganham a sua vida a mascatear (18).

Difícil imaginar que tivessem tornado à China ao cabo de um par de anos, como estipulavam as condições quando do embarque para o Brasil: o mais fácil será admitir que a maioria pereceu, não poucos talvez por suicídio (19), e os que conseguiram sobreviver tiveram de se adaptar a novos ofícios, ou quem sabe retomar os que desempenhavam na terra natal - quando não resvalaram para a mais completa miséria. A tal respeito, é reveladora essa informação de Ribeyrolles no Brasil Pitoresco, cujo texto data de fins da década de 1850:



Chineses na plantação de chá do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Litografia a partir do desenho original de Johan Moritz Rugendas, na Viagem Pitoresca ao Brasil.

K·AKAD·



№ 390. Chinesische Kleidung. nebst der Art Tobak zu rauchen.

Aquarela de Thomas Ender, representando chinês lendo, ao mesmo tempo em que fuma tabaco de um longo narguilé. Original na Akademie der Bildenden Künsten de Viena.

> Quereis chinezes? Há-os aqui, negociando ou mendigando. E como esses filhos do ceu são tristes, andrajosos, de olhar doentio e falar anasalado! (20).

Rugendas, em sua Viagem Pitoresca ao Brasil, mostra uma plantação de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Vêem-se alguns escravos negros que plantam, orientados por um chinês; à direita, outro chinês, aparentemente mais graduado, conversa com dois ocidentais, um deles sustentando sobre os joelhos grandes folhas de papel - quem sabe Rugendas ele próprio, que assim se teria retratado na cena; por trás desse personagem sentado está outro chinês, com um guarda-sol, e ainda outro personagem em traje ocidental, talvez um intéprete (21). Também Thomas Ender deixou-nos representações dos chinezes da plantação do chá do Jardim Botânico ou de Santa Cruz: uma aquarela, Chinesiche Kleidung nebst der Art Tobak zu rauchen - um chim, fumando um narguilé e sustentando um livro à mão direita -, e um desenho a lápis, Chinesen von der koenigl. Thee Pflanzung zu S.Cruz - dois chinezes que conduzem fardos pendentes de uma longa vara (22).

Mas foi sem dúvida no há pouco citado Rugendas que a experiência com o chá no Rio de Janeiro parece ter repercutido mais fundamente, a ponto de o artista dedicar-lhes vários parágrafos em sua Viagem Pitoresca. Em sua opinião, muito embora até o momento em que escrevia a tentativa de introdução do chá no Brasil só tivesse dado resultados insignificantes, era de esperar que para o

futuro as coisas melhorassem. Depois de explicar como somente a Inglaterra importava mais de três milhões de libras de chá da China, pagando-as em piastras, e como o Oriente era "o abismo devorador de quase todos os metais preciosos exportados da América para a Europa", Rugendas sustenta as vantagens do cultivo do chá no Brasil tanto para esse país quanto para a Europa, raciocinando como economista, e já não mais como pintor:

> Quando a Europa puder obter do Brasil todo o chá de que necessita, ou pelo menos a maior parte dela, não será mais obrigada a pagá-lo com metais preciosos. Para compensar o valor imenso do que compra, ela exportará mercadorias para o Brasil. Então será sustada a evasão do metal para o Oriente, a indústria receberá novo impulso, tanto do aumento dos capitais como do acréscimo das importações. As vantagens que decorreriam desse estado de coisas, para o Brasil, são inegáveis. Limitar-nos-emos a observar que também do Brasil são mandadas para o Oriente grandes importâncias em metal, o que dá a seu valor flutuações perigosas e muitas vezes altas súbitas e injustificáveis.

Depois de assim enfatizar as vantagens econômicas do cultivo do chá, Rugendas historia a experiência levada a efeito no Brasil por iniciativa principal do Conde de Linhares, alude ao sabor do chá brasileiro, que "não tem o gosto requintado e aromático das espécies de primeira qualidade da China; ao contrário, tem ele um gosto acre de terra", e explica como esse defeito pode ter sido originado por falta de competência dos próprios chineses encarregados da lavoura:

MEMORIA

SOBRE A

PLANTAÇÃO, CULTURA, E FABRICO

DO

CHA'.



OURO-PRETO.

TYPOGRAFIA DO CORREIO DE MINAS.

1839.

Manual sobre a cultura do chá, publicado em 1839 em Ouro Preto - cidade onde uma colônia de chineses se estabeleceria com a finalidade precípua de desenvolver a planta.

> Os conhecedores pensam que o gosto de terra se deve ao fato de não se saber tratar das folhas depois da colheita, principalmente no que diz respeito ao secamento. Na sua opinião não se teve tampouco muito cuidado na escolha dos chineses importados para essa cultura. Compreende-se, facilmente, quanto é importante essa escolha se faça entre chineses que, na sua pátria, já se tenham dedicado à cultura do chá e dela tenham experiência. Agir de outro modo seria cair no absurdo; seria como se se fizesse vir ao Brasil um camponês de Holstein para introduzir a cultura da vinha (23).

No que respeita à qualidade inferior do chá obtido no Brasil a opinião de Rugendas coincide com a do autor do Manual do Agricultor Brasileiro, Carlos Augusto Taunay, que lhe surpreendeu um insuportável "cheiro de verniz", talvez por lhe faltar aroma apenas propiciado pela adição de certas essências não disponíveis no Brasil. E foi principalmente por causa de seu cheiro e de seu gosto que, muito após 1814, chá chinês e de outras procedências continuava chegando ao Brasil, em quantidades significativas, como se constata pela leitura dos jornais da época. Em agosto de 1815 a Gazeta do Rio de Janeiro anunciava a venda, à Rua da Candelária, 18, do "melhor chá de todas as qualidades vindo proximamente de Macau no navio Maria I"; e em outra loja, na mesma rua, chá Uxim e Sequim "chegado proximamente da China". No sábado, 20 de janeiro de 1816, a mesma Gazeta publicava o seguinte anúncio:

> No armazém de chá, louça e vidros, da Rua da Alfândega, nº 5, se achão á venda por miudo, os chás de 1a. qualidade, pelos preços seguintes: Aljofar 1:700, Pérola 1:500 por cada libra, Hissom 960,

> Uxim e Paó 700, Souchon 600, e Sequim 500; de todas essas qualidades há mais inferiores, que se vendem segundo o seu merecimento. Também se vende por atacado em caixas, 1/2 caixas, e oitavos. No mesmo há todo o sortimento de louça da China, para chá, e meza, tanto esmaltado, como de porcelana e ouro, e toda a qualidade de cristaes, vidros, painéis, espelhos e louça de Chinchen, por preços os mais cômodos.

Outro anúncio da Gazeta do Rio de Janeiro, de 3 de janeiro de 1816 dizia:

> Na loja nova de louça e vidros, na Rua das Violas, nº 22, pertencente a Francisco Antonio de Almeida, há para vender modicamente bandejas de finas, e differentes pinturas mui agradáveis, assim tãobem chá Pérola, Hisson, e Uchim, de qualidade superior.

Anúncios como esses são numerosos, e não só em periódicos do Rio de Janeiro, como também na Bahia e em Pernambuco, o que parece demonstrar que o chá produzido no Brasil não merecera a aprovação dos consumidores locais.

A incapacidade, inexperiência ou baixo nível profissional dos chineses importados para o cultivo do chá aludem diversos outros autores, entre os quais Oliveira Lima, para quem teriam sido recrutados "entre a ralé de Cantão". Mas, a se dar crédito ao Tenente-Coronel José Arouche de Toledo Rendon, autor de uma Memória sobre a plantação a a cultura do chá e sua preparação até fi-

car em estado de entrar em comércio, escrita em 1833, não terá sido por incompetência, mas por má fé, ou quem sabe por patriotismo dos chineses que o chá não vingou no Brasil, do jeito como se previa: Rendon, pioneiro da cultura do chá em São Paulo, referindo-se à Memória econômica sobre a plantação, cultura e preparação do chá publicada em 1825 no Rio de Janeiro por Frei Leandro do Sacramento, a partir de informações obtidas diretamente dos agricultores chineses do Jardim Botânico, sustenta que as mesmas continham inexatidões prestadas deliberadamente "para iludir um sábio" (24); assim agindo, o que os chineses visavam era proteger um produto que, afinal de contas, àquela época se constituia numa das maiores riquezas da China.

O outro fator preponderante para o malogro é de entendimento bem fácil: é que o clima do Rio de Janeiro simplesmente não se prestava à cultura do chá, planta que na China medrava na vizinhança de montanhas elevadas, onde a neblina e mesmo a neve contribuíam em muito para a obtenção de melhores sabores e aromas. Por isso, as tentativas realizadas fora do Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais principalmente, obtiveram resultados melhores. Em São Paulo tocou ao já citado José Arouche de Toledo Rendon introduzir a cultura, em suas terras que se localizavam onde hoje se encontram o Largo do Arouche, o Viaduto do Chá e boa parte do atual bairro de Vila Buarque, em São Paulo. A plantação, que chegaria a ter 44 mil pés, não utilizava mão-de-obra chinesa - da qual, como se viu, Arouche desconfiava -, preferindo ele brabalhar com "rapazes africanos" exclusivamente. De sua observação direta surgiria, além da Memória acima mencionada, também o opúsculo Ex-

tração do azeite da semente do chá.

Outra tentativa de cultivo do chá dar-se-ia em Bananal, depois que, a 16 de janeiro de 1835, a Câmara local endereçou à Assembleia Legislativa de São Paulo uma representação na qual, entre outras coisas, pleiteava a vinda de chineses "que ensinassem a fabricação do chá e animassem êsse ramo da indústria agrícola". Pouco depois os chins começaram efetivamente a chegar à cidade, desembarcados dos pequenos portos de café localizados ao fundo da Baía da Ribeira, vindos do Rio de Janeiro. É verdade que a tentativa também não vingaria, pois os recém-chegados em pouco trocariam a lavoura por ocupações e ofícios mais lucrativos, tornando-se por exemplo mascates, aguadeiros, vendedores de pasteis, donos de lavanderia ou de casas-de-pasto, fogueteiros etc. Esses últimos devem ter sido particularmente numerosos, tanto que existiu em Bananal até época não muito recuada uma Rua do Fogo, onde se concentravam os fabricantes de fogos chineses. Muitos de tais chineses fixados em Bananal, mesmo sem abandonarem hábitos alimentares, roupas e até vícios nacionais (eram, ao que se sabe, fanáticos pelo jogo e fumantes de ópio), mesclaram-se com membros da população local, tanto que ainda hoje, como informa Luís de Almeida Nogueira Porto, podem ser vistos traços orientais em naturais de Bananal, seus descendentes de quarta e quinta geração (25).

Seriam, tais chineses de Bananal, os remanescentes daqueles mandados vir em 1814 por Dom João para o cultivo do chá no Jardim Botânico e em Santa Cruz? Ou se trataria de outros indivíduos, chegados ao Brasil não se sabe em qual data, uma vez que, cotejando os nomes lusitanos dos chineses elencados no Registro de Estrangeiros relativo ao período abrangido entre 1808 e 1842 com os dos chins radicados em

Bananal apenas um único se repete - o de certo João Francisco, que o Registro dá como chegado ao Brasil a 18 de março de 1825, que obteve no ano seguinte licença para mascatear e em 1861 ditava seu testamento a Epifânio Ulrico de Azevedo, dizendo-se natural de Macau e católico, filho de Akon e Louban, solteiro e sem descendência? Outro caso, particularmente intrigante, é o do chim João Miguel Pereira, que ao ditar a 7 de fevereiro de 1865 seu testamento, dizia-se católico, viuvo de Fortunata Leme da Silva, e chegado ao Brasil... em 1808, ou seja, antes até da primeira leva desembarcada do Maria I, em 1814!

Plantação de chá muito notável, também em São Paulo, foi a do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso, que Daniel P. Kidder visitou em 1839, quando o proprietário tinha já 86 anos, e da qual trata em suas Reminiscências de Viagens e Permanência nas Províncias do Sul do Brasil (26). Ficava a fazenda às margens do Rio Tieté, no local onde hoje se situa o Bairro do Anastácio. Como Kidder informa que na plantação "havia pés de chá de todas as idades, de um a 10 anos", conclue-se que ali o cultivo deve ter sido iniciado por volta de 1829. Kidder também observa que a produção, até aquele momento, não era considerada de qualidade que se aproximasse das melhores chinesas, que a quantidade não dava sequer para o consumo interno, e que o preço do produto nacional era superior ao do importado da China, concluíndo contudo que os agricultores ainda tinham "esperanças de reduzir o custo da produção e aperfeiçoar a qualidade do chá, de maneira a poder concorrer com o chinês até mesmo nos mercados externos".

Que tais esperanças continuavam vivas anos mais tarde, comprova-no o Relatório Anual referente a 1849 do Marquês de Monte Ale

legre, fazendeiro em São Paulo e na ocasião Presidente do Gabinete Ministerial: nesse texto, com efeito, o Marquês ainda se revela entusiasta do chá, do anil e da arumbeba, subestimanto miopemente a já então florescente lavoura do café, à qual não dedica senão breves linhas (27).

Campinas e sobretudo o Vale da Ribeira foram regiões produtoras de chá, sendo que no Vale a produção declinaria após 1852, para só recomeçar a crescer em começos do Séc. XX, já agora graças aos esforços do japonês Torazo Okamoto, introdutor no país do chá tipo assam, do Ceilão. Cumpre enfim uma menção, ainda que sumária, às plantações de chá que existiram em cidades mineiras como Caetés, Mariana, Ouro Fino e mormente Ouro Preto, onde o plantio, orientado também por lavradores chineses, teve início por volta de 1840.

Pelos meados do Séc. XIX já quase se dissipara o sonho de Dom João e seus ministros, de o Brasil produzir chá em quantidade e de qualidade capazes de disputar à China os mercados ocidentais: com bom senso, Pedro I e depois dele Pedro II tinham definido o rumo agrícola do país, sustentando ser preferível produzir e vender café, e com o dinheiro obtido comprar chá, se assim se desejasse.

Notas

(1) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 387-391.

(2) - O que demonstra que, a princípio, o chá impôs-se entre os europeus em virtude de suas qualidades medicinais.

(3) - Geoffrey A. Godden: Oriental Export Market Porcelain and its influence on European wares. Granada, London, 1979, pág. 105.

(4) - Cf. o capítulo "Medicina Simbólica", II-Usos e Costumes do presente trabalho.

(5) - Dizemos "por volta de 1810" porque a data exata não é conhecida. Como o Conde de Linhares faleceu a 26 de janeiro de 1812, é lógico que o plantio das primeiras sementes de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro teve início antes de tal data. Por outro lado, em junho de 1809 chegou ao Rio de Janeiro o navio francês "La Ville d'Autum", recambiando 200 prisioneiros portugueses, tripulantes da fragata "Minerva" e de outras embarcações lusitanas que tinham sido capturados pelos franceses e postos em cativeiro na Ilha-de França, atual Maurício, no Oceano Índico, quando da guerra entre Portugal e França. Entre os recambiados estava Luis de Abreu Vieira e Paiva, que ao desembarcar ofereceu ao Príncipe Regente "vinte caixotes de plantas exóticas, e árvores de especiarias, ... com as preciosidades asiáticas, que outrora M.M. Poivre, e Menonville em 1770 haviam aclimatado na Ilha de França" (Luiz Gonçalves dos Santos, Padre Perereca: Memórias para servir à História do Reino do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte 1981, Vol. I, pág. 239). Diz mais o Padre Perereca: "Se os franceses tanto louvam, e exaltam estes seus compatriotas por tão importante benefício, feito à sua nação, não devemos ser de sorte alguma esquecidos dos ilustres nomes do Senhor Luís de Abreu, e dos seus dignos companheiros, o senador de Macau, Rafael Botado de Almeida, fr. Francisco João da Graça, da terceira Ordem de São Francisco, e do cirurgião de embarque, Antonio José de Figueiredo, que tanto cooperaram para enriquecer o nosso Brasil, roubando daquela colônia francesa as suas preciosas plantas, e sementes, tais como de muscadeira, canforeira, abacate, litchis, mangueira, cravos da índia, tarangeira, e de outras qualidades, que imediatamente foram remetidas para a Real Quinta, e jardim da Lagoa de Freitas por ordem de Sua Alteza Real para ali serem plantadas, e semeadas, a fim de a seu tempo se propagarem por aqueles territórios deste Estado do Brasil, que forem mais aptos, e próprios para a cultura das referidas plantas exóticas, e árvores de especiarias". O padre não se refere especialmente a sementes de chá, entre as "preciosidades asiáticas" patrioticamente afanadas na Ilha-de-França por Luís de

Abreu e seus companheiros de cativeiro, como também não as menciona entre as "plantas especieras, e frutíferas, extraídas do célebre jardim, chamado Gabriela" (em Caiena, na Guiana Francesa sob ocupação lusitana) desembarcadas do "Vulcano" em 1810 e logo remetidas para o Real Jardim da Lagoa de Freitas "para ali se cultivarem", mas é muito provável que existissem. O que parece ter ocorrido foi o seguinte: o plantio do chá teve início em 1810; quatro anos depois chegavam ao Rio de Janeiro agricultores chineses para cuidarem adequadamente das plantas, que requeriam cuidados de especialistas.

(6) - Henrique Câncio: D. João VI. Bahia, 1909, pág. 154; Robert Conrad: "The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil 1850-1893". International Migration Review, Vol. 9, n. 1, Spring 1975, págs. 41-55 (segundo Conrad, os chineses teriam chegado em 1810, o que é inexato); Padre Perereca, op. cit., Vol. I, pág. 349: "... os chinas, que em grande número vieram de Macau, e se estabeleceram na corte" (anotação relativa ao ano de 1815).

(7) - Daniel P. Kidder: Reminiscências de Viagens e permanecências nas Províncias do Sul do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, Cap. XVI, pág. 226.

(8) - Nota Liminar, no Vol. I (1808-1822) do Registro de Estrangeiros (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1960). Os chins, segundo o Registro, procediam de Caravelas.

(9) - Cf. a relação "Chineses entrados no Brasil 1814-1842", que fornecemos na parte final do presente trabalho, Anexos.

(10) - Microfilme comunicado ao autor pela Sra. Josette Balsa, crítica de arte a quem foi remetido pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa no Palácio da Ega. O nome correto do navio que trasportou os chineses pode ser "Maria Primeira", e não "Maria Pereira" como consta da tradução, decerto por equívoco: havia efetivamente um navio "Maria Primeira" na rota Macau-Rio de Janeiro, tanto que ainda em agosto de 1815 a Gazeta do Rio de Janeiro noticiava a venda de produtos asiáticos chegados de Macau "no navio Maria I".

(11) - Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied: Travels in Brazil in 1815, 1816 and 1817. Richard Phillips, London 1820, págs. 110-111 (trad. do original alemão de 1820). O relacionamento entre chineses e africanos nunca foi dos melhores. Já o Padre Matteo Ricci, numa carta, afirmara dos escravos negros empregados como intérpretes de Chinês pelos europeus que "os chineses têem-lhes grande medo" (Cf. Jonathan D. Spence: O Palácio da Memória de Matteo Ricci. Companhia das Letras, São Paulo, 1986, págs. 224 e 313). Esse "grande medo" continuava no Séc. XVIII, como esclarece o Padre Manuel Teixeira em sua obra Macau no Séc. XVIII, Imprensa Nacional de Macau, Macau,1984, pág. 480), citando Levy Gomes e Eurode de Colomban. Numa monografia de 1751 sobre Macau, Ou Mun Kei-Laok, também citada pelo Padre Teixeira (pág. 482), os escra-

vos negros dos portugueses são assim descritos: "O corpo deles é inteiramente negro como a laca. O seu lábio é vermelho e os dentes são brancos, sendo bastante parecidos com seres humanos. São chamados kuai-mou (escravos do diabo). Os seus cabelos e as suas barbas são completamente encarapinhados e amarelos".

(12) - Muito mais asseados, aliás, do que os alvíssimos alemães, no testemunho insuspeito de Teofilo Benedito Ottoni. Na verdade, escrevendo sobre os colonos alemães da sua Colônia do Mucuri, afirma esse autor que o rancho em que moravam os brancos germânicos "recendia o cheiro mais nauseabundo". Como "o pouco asseio do corpo atraía os daninhos insetos", viviam esses colonos infestados de bichos-do-pé: "Debalde se dizia aos colonos que aquela doença se extirpava com a tesourinha e o alfinete e que o grande preservativo era recorrer diariamente ao rio e trazer o corpo limpo de imundices. Mas eles queriam curar-se do mal dos bichos com unguentos e cataplasmas e não foi possível convencer a um grande número que o hábito brasileiro de lavar ao menos os pés todas as noites é uma necessidade do homem do povo e não como pensa o proletário europeu, uma fantasia ou regalo de aristocratas e sibaritas". Já os chineses, "como não têem horror à agua, nunca sofreram de bichos no Mucuri. Um só não vi ainda manquejar por tal motivo. Foram a três anos para o Mucuri 89 de que só têm morrido dois". Teofilo Benedito Ottoni: A Colonização do Mucuri. Rio de Janeiro, 1859, pág. 34 (Cf. Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio, Rio de Janeiro, 7a. ed. 1985, Tomo 2º, págs. 435 e 478).

(13) - Descendentes de proprietários de antigas fazendas fluminenses ainda conservam entre bens herdados algumas dessas relíquias orientais. Há poucos anos foi-nos mostrado um travesseiro em porcelana azul-e-branca que, segundo o atual proprietário, tinha pertencido a um antigo colono chinês, lavrador numa fazenda próximo a Rezende, no Estado do Rio.

(14) - J. B. von Spix e K. F. Ph. von Martius: Viagem ao Brasil etc. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol. I, pág. 96.

(15) - Maria Graham: Diário de uma Viagem ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990, pág. 344. A mesma autora, às págs. 199-200, refere-se também às plantações do Jardim Botânico junto à Lagoa Rodrigo de Freitas: "Este jardim foi destinado pelo Rei para cultivo de especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, para o do chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias acostumadas à sua cultura. Nada pode ser mais próspero do que o conjunto das plantas. O cinamomo, a cânfora, a noz moscada e o cravo da índia crescem tão bem quanto no solo natal. A fruta-pão produz o fruto admiravelmente, e da mesma sorte as frutas orientais, tal como foram trazidas para cá, amadurecem tão bem quanto na índia. Notei particularmente o jambo (jumbo malaca), e a longona (Euphoria Longona), espécie de litchi da China.

(16) - John Luccock: Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975, pág. 190.

(17) - Ernest Ebel: O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, págs. 131-132.

(18) - Carlos Augusto Taunay: Manual do Agricultor Brasileiro. Rio de Janeiro, 1839 (Cf. Gilberto Freyre, op. cit. Tomo 2º, págs. 444 e 479-480).

(19) - A 22 de abril de 1882 o Diário do Brazil, do Rio de Janeiro, publicou que muitos chineses, descontentes com o tratamento que recebiam no Brasil, tinham-se enforcado, aliás a exemplo do que ocorreu em outros países que receberam culis. Assim, dos 1042 trabalhadores chineses chegados ao Panamá para atuarem na construção da ferrovia inter-oceânica, só restavam em fins de 1854 uns 260, ou sejam, 25%, tendo perecido todos os demais! Os suicídios eram ali diários. Quando em 1881 o Visconde de Indaiatuba decidiu contratar chineses para sua fazenda em São Paulo, enviou à Califórnia um agente, para que ali entrassem em contacto com os chins. Em carta datada de São Francisco, 20 de julho de 1881 e publicada no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, o agente presta contas de sua missão, aconselhando, em certa passagem: "Se os chins no Brasil forem tratados com a humanidade que caracteriza os nossos patrícios, milhares de outros para lá irão, mas, se outro for o nosso procedimento, nenhum mais irá, e 30% das levas recorrerão ao suicídio". Sabendo-se que uma das máximas aspirações de todo chinês é merecer um bom féretro - "não há presente mais apreciado", escrevia Henrique C. R. Lisboa em 1888, "do que um rico e confortável caixão de defuntos" -, e as dificuldades com que na China se defronta a família do morto até encontrar um sítio adequado para o sepultamento (do que se ocupava um "corretor de almas" especialmente contratado pela parentada), pode-se imaginar o grau de desespero a que chegaram os chineses que se matavam longe da pátria, sem um recanto propício que pudesse receber sua "terceira alma"! Joaquim Heliodoro Callado Crespo (Coisas da China - Costumes e Crenças, Imprensa Nacional Lisboa, 1898), trata longamente do suicídio entre os chineses, mostrando como eles são numerosos (pág. 217) sobretudo entre as mulheres (pág. 219), e como o respeito pelo morto é tão grande, que se acaso um junco naufraga, os pescadores acorrem solicitamente, não tanto para socorrer os que se afogam, como para resgatar os corpos dos afogados (pág. 116). Mas ainda há outro aspecto a considerar, em se tratando de suicídios de chineses ocorridos longe da China - e é aquele ao qual se referem o já mencionado Callado Crespo (op. cit., pág. 219) e o também tantas vezes citado Henrique C. R. Lisboa (op. cit., pág. 288): "Quando alguém sofre uma injustiça considerável, para cuja reparação tenha esgotado inutilmente todos os meios ordinários, não é raro que acaba por lançar mão do expediente reparador e vingativo de suicidar-se dentro da propriedade do seu opressor. Os parentes do suicida, prevenidos por uma carta por ele

deixada, acodem imediatamente ao tribunal e acusam de homicídio o inimigo do defunto, enquanto outros, com os seus clamores, atraem o povo ao lugar do suposto crime, a fim de impedir que o cadáver seja atirado ao rio ou desapareça por outra forma. Se o acusado escapa à pena de morte, em atenção à sua elevada categoria e a custo de uma indenização à família, não se exime em nenhum caso das mil vexações dos processos chineses e nem lhes pode valer a proteção oficial, pois está em jogo a piedade filial, e a abnegação do suicida encontra sempre geral simpatia". Por conseguinte, os chineses que se suicidavam no Brasil ou em outros países não buscavam sòmente, pela morte, escapar a uma existência miserável, mas sim também - e até quem sabe principalmente -, com o seu sacrifício pessoal, gerar um grave problema moral para os seus algozes.

(20) - Charles Ribeyrolles: O Brasil Pitoresco. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, 1º Vol., pág. 207; 2º Vol., pág. 148. Não há como ignorar o tom desdenhoso com que Ribeyrolles refere-se em seu livro aos chineses. Esse autor, via de regra espirituoso e bem humorado, perde totalmente o equilíbrio ao tratar da imigração asiática, como se pode ver por mais êsse exemplo: "Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do Oriente, sorte de lepra humana? Já se experimentou a espécie do Celeste Império. Que produziu ela? O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a atividade, a ciência da Europa!". Gobineau e os criadores da noção de Eugenia, por volta de 1880, não diriam nada melhor.

(21) - Prancha 25, 3a. Div. da Viagem: "Plantation Chinoise de Thé / Dans le Jardin Botanique de Rio de Janeiro". Embaixo, à esq.: "Dess. d'ap. nat. par Rugendas"; ao centro: "Lith. de Thierry Frères, Suc. de Engelmann"; à dir.: "Lithe. par Sabatier, Fig. par V. Adam".

(22) - Os dois desenhos acham-se na Akademie der Bildenden Künsten de Viena, e estão reproduzidos em Gilberto Ferrez: O Brasil de Thomas Ender 1817. Fundação João Moreira Sales, Rio de Janeiro, 1976, págs. 117 e 233.

(23) - João Maurício Rugendas: Viagem Pitoresca Através do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1979, págs. 228-232.

(24) - José Arouche de Toledo Rendon: Obras. São Paulo, 1978.

(25) - Leia-se a respeito o curiosíssimo artigo de Luís de Almeida Nogueira Porto: "Chineses no Bananal". D.O. Leitura, São Paulo, 10 maio de 1992, pág. 5. O mencionado autor, que prepara um livro sobre Bananal, fez copiar no Foro da cidade diversos testamentos de chineses nela radicados.

(26) - Kidder, op. cit., págs. 225-227.

(27) - José da Costa Carvalho, Visconde e depois Marquês de Monte Alegre, antigo Regente do Império, sucedeu a Pedro de Araújo Li

ma, Marquês de Olinda, na presidência do Gabinete conservador, em fins de 1849. Durante os quatro anos em que esteve à frente do Ministério, coube-lhe promulgar a Lei Eusébio de Queirós, que suspendeu o tráfico negreiro, e o Código Comercial Brasileiro (1850). Sobre suas posições acerca da política agrícola, veja-se João Teixeira de Oliveira, História do Café no Brasil e no Mundo. Kosmos, Rio de Janeiro, 1974, pág. 255. Diz êsse autor que "até meados do século, as mensagens governamentais estão cheias de referências à teicultura e poucas dedicam algumas linhas ao café, já então o principal animador das finanças imperiais". É que persistia entre os governantes a idéia de que a planta chinesa iria resolver todos os nossos problemas econômicos.

Seda

A sericicultura nasceu na China (1), atribuindo-se à Imperatriz Siling-Si, ou Lei-Zu, mulher do Imperador Amarelo, Huang-Di, a introdução da cultura do bicho da seda e a invenção do tear, no remoto ano de 2698 a.C.! O próprio nome do país, China, e os demais pelos quais foi conhecido no Ocidente desde a Antiguidade - Seres, Serica, Tsin, Sinem etc. - mostram essa prioridade dos chineses na produção da seda, já que todos significam País da Seda. Mesmo o vocábulo português seda, que aparece em fins do séc. XIV, deriva do Chinês ssŭ, através do Latim sericum e do Grego serikós: em Chinês, a representação gráfica para ssŭ evoca o aspecto de dois bichos-da-seda enrodilhados em seus casulos (2).

A estória do bicho-da-seda, tal como a recolheu o folclore chinês, é lúgubre. Conta-nos que uma linda jovem, Cao-Shen, que vivia no campo em companhia do pai e de um cavalo, certa vez, depois que o pai se ausentara para muito longe e sem dar notícias por longos dias, sentindo-se saudosa e sòzinha prometeu suspirosa ao cavalo: "Se me trouxeres de volta meu pai, casar-me-ei contigo". Isso ouvindo, o cavalo desapareceu em disparada, só retornando dias mais tarde, trazendo triunfalmente o pai da moça à garupa. Todos ficaram felizes, mas daí por diante o cavalo, cada dia mais atrevido, passou a assediar Cao-Shen para que cumprisse sua parte do trato. Percebendo afinal o que ocorria, o pai, após recriminar a leviandade da filha, que brincara com uma coisa tão séria, teve

de sacrificar o animal, pendurando-lhe a pele a um canto do jardim. Certa vez em que brincava com colegas junto ao lugar onde a pele estava pendurada, Cao-Shen caçoou dela, dizendo: "Tu, que querias casar comigo, agora não passas de uma velha pele encarquilhada!" A essas palavras, a pele desprendeu-se por encanto do muro, enroscou-se no corpo de Cao-Shen e arrebatou-a para longe! Só muitos dias mais tarde, conclui a lenda, a infeliz foi encontrada, debaixo de uma folha de amoreira: ainda estava enrolada na pele, sua cabeça adquirira a forma de uma cabeça de cavalo, e de sua boca uma baba viscosa escorria - o primeiro fio de seda (3)!

A matéria prima a partir da qual se obtém a seda é produzida por um lepidóptero, o Bombix mori, que se alimenta das folhas da amoreira. Esta é uma árvore imponente da família das Moráceas, a qual abrange vários outros representantes notáveis, como a figueira, a gameleira, a jaqueira, a embaubeira, o caucho, a fruta-pão, a hera, o lúpulo e até - ovelha-negra da família - a maconha. Há no Brasil dois tipos principais de planta, a Morus alba e a Morus nigra, essa originária da Pérsia, e aquela da China. Ignora-se, contudo, quando a mesma foi introduzida no Brasil, existindo a versão de que já vicejava em Minas Gerais em tempos de Dona Maria I (4).

Também não sabemos como e quando chegaram ao nosso país os primeiros bichos-da-seda - talvez, como escrevemos no capítulo sobre o arroz (5), mandados vir da China em tempos do Marquês do Lavradio, entre 1769 e 1779. Sabe-se que foi Tomás Antonio Vilanova, ministro de Dom João, o grande incentivador da indústria da

seda no país, pouco depois de a Côrte fixar-se no Rio de Janeiro. Compreende-se o zêlo do ministro, pois Portugal e Brasil costumavam gastar vultosas somas na importação da seda e outros tecidos finos do Oriente, dinheiro que assim poderia ser canalizado para Lisboa, e não mais para a China e outras regiões produtoras da Asia. Para garantir as necessárias amoreiras, Vilanova incumbiu o Desembargador Paulo Fernandes Vieira, que em 1808 se tornara Intendente-Geral de Polícia (6), de plantar algumas delas no Campo de Santana do Rio de Janeiro, o que o diligente funcionário efetivamente fez. É provável que nessa iniciativa tenham coolaborado alguns dos chineses importados por Dom João em 1814: quem sabe não haveria até algum especialista em sericicultura entre aqueles quatro chins que vimos chegados a 10 de setembro do mesmo ano ao Brasil, únicos a manterem seus nomes nacionais, tão importantes que foram morar na casa do Conde da Barca (7)?

Depois dessas nebulosas iniciativas levadas a cabo durante o Vice-Reinado ou já sob Dom João, ter-se-á de esperar pelo ano de 1848 para que surja nova tentativa séria de implantação da sericicultura no país: trata-se da Companhia Seropédica Fluminense, criada por José Pereira Tavares em Itaguaí, da qual o próprio Imperador Pedro II seria acionista - o que aliás não conseguiu evitar o seu malogro. Mais de dez anos depois, porém, em 1860, José Peraira Tavares ainda insiste, publicando no Rio uma Memória sobre a Sericicultura no Império do Brasil, um pequeno tratado cujo objetivo era interessar capitalistas na indústria da seda.

É de 1850 o estabelecimento da fábrica de seda de Soro-

caba, iniciativa de Francisco de Oliveira Abreu. A partir de então, várias regiões brasileiras começam, com sucesso variável, a produzir seda, notadamente São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (onde já em 1818 Antonio José Vieira pretendera cultivar o bicho-da-seda aclimatando-o em árvores de mamona). Só depois de 1900 postos e estações experimentais sericícolas serão criados em São Paulo, Minas Gerais e outros estados - mas isso já não nos diz respeito de perto.

Notas

(1) - Embora haja quem sustente a origem persa da seda, da China foi que ela se espraiou pelo resto da Asia, chegando em tempos remotos à Pérsia, onde se desenvolveu de modo extraordinário. À Europa o produto só chegaria no Séc. VI d.C., sabendo-se que Justiniano, Imperador de Bizâncio, recebeu em 552 ovos de bichos-da-seda trazidos clandestinamente da Serindia, região de localização controvertida. Os árabes seriam fabricantes excepcionais de seda, e através deles foi que a mesma chegou à Península Ibérica. Carlos Magno, em 800 d.C., tentou implantar a sericicultura na França, porém só no Séc. XIV Lyon tornar-se-ia centro produtor de renome internacional. Itália e Flandres produziam seda desde o Séc. XIII, quando Portugal ainda a importava dos mouros; êsse país aliás só possuiu fábricas de seda no Séc. XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal. À América, a seda chegou em 1552, por mãos de Cortez. As tentativas pioneiras de produção, em território dos Estados Unidos de hoje, ocorreram em 1609. No que respeita ao Brasil, a seda era estimadíssima já no séc. XVI, a ela se referindo por exemplo Fernão Cardim, em sua Narrativa Epistolar de 1583: "Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. ... Casando uma moça honrada com um vianez, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas que iam vestidos" (Fernão Cardim: Tratados da Terra e Gente do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 164).

(2) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 359-361.

(3) - Sun Chia Chin e Luo Si Wei: China - Lendas e Mitos RK, São Paulo, s/d, págs. 37-39.

(4) - José Pereira Tavares: Memória sobre a Sericicultura no Império do Brasil. J. Villeneuve et Cie., Rio de Janeiro, 1860, pág. 14.

(5) - Cf. capítulo "Arroz" desse mesmo trabalho, III - Comércio, Agricultura e Imigração.

(6) - Sobre a atividade extraordinária de Paulo Fernandes Vieira como Intendente-Geral de Polícia, veja-se Vivaldo Coaracy: Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1988, págs. 165-167.

(7) - Cf. capítulo "Chá" desse mesmo trabalho, III - Comércio, Agricultura e Imigração.

Imigração Chinesa

Muito embora somente em 1888 a escravidão viesse a ser declarada legalmente extinta no Brasil, desde começos do Séc. XIX vinham-se manifestando fortes pressões, principalmente por parte da Inglaterra, no sentido de que Portugal puzesse um ponto final ao tráfico de escravos entre a Africa e a sua colônia sul-americana; pressões que se avolumaram mais ainda depois de 1822. Com o passar dos anos, e à medida em que aumentava o clamor antiescravagista, agricultores e grandes proprietários de terras e de escravos tiveram de admitir, a contragosto, que o fim do sistema escravocrata era questão de tempo. Por volta de 1850, pessoalmente ou através de seus representantes no Congresso, começaram a sugerir opções de mão-de-obra para a hora, já próxima, em que o braço negro viesse a faltar. Apelar para trabalhadores europeus parecia impossível, como ainda em 1880 escrevia o Ministro Manuel Buarque de Macedo, da Agricultura, em seu Relatório Anual:

> É incontrovertido hoje que a imigração europeia se não adapta ao regime do nosso trabalho agrícola, que impossível é transformar de um dia para outro: ela desenvolverá a pequena propriedade, fundando novos centros agrícolas, e este resultado será inestimável; mas muito tempo terá ainda de passar antes que a transformação se opere, e este período, mais ou menos longo, poderá ser de dolorosa provação (1) .

Desesperançados de poder contar com europeus para o trabalho rural e sem mais pensar, como já se pensara em pleno Séc.

XVIII, na importação de trabalhadores indianos (2), os latifundiários brasileiros voltaram inicialmente sua atenção para os "africanos livres" - como eufemisticamente os chamou em 1837 Moniz Barreto (3) -, volvendo-se logo em seguida para a idéia da importação de trabalhadores chineses, que aliás Dom João já pusera em prática, com sucesso apenas discreto, décadas antes, ao introduzir no país a cultura do chá (4). Nisso seguiam também uma tendência que vinha se manifestando em alguns países latino-americanos, a começar por Cuba, que em 1850 contratou os serviços da firma inglesa Tait & Co. e deu início em Amoy ao engajamento de culis para o trabalho de seus canaviais (5). O número de chineses entrados tanto em Cuba como no Peru e em outros países americanos foi considerável: ao Peru, por exemplo, terão chegado uns 90 mil até 1874, destinados a substituir os negros nos guaneros, algodoais e canaviais. Recrutados mediante todo tipo de engodo, ou simplesmente seqüestrados, vinham de Amoy, Hong-Kong, Macau e de outros portos da China, embarcados em navios de diferentes bandeiras (6), socados como animais (7), morrendo, na longa travessia efetuada em condições terríveis de conforto e alimentação, boa parte deles (8). Seu "contrato" estipulava uma permanência obrigatória de oito anos no além-mar, findos os quais teòricamente era-lhes garantido o regresso à China. Mas, como não lhes tocasse senão um miserável salário, ao cabo daquele prazo pouquíssimos eram os que logravam retornar à pátria, já que antes deveriam saldar as muitas "dívidas" que os prendiam, não raro até à morte, aos senhores das terras.

A utilização dessa vantajosíssima mão-de-obra chinesa na

lavoura brasileira teria, segundo seus defensores, dupla vantagem: taparia a boca aos ingleses, cada vez mais insolentes em suas exigências, e garantiria o status quo, porquanto nada, em verdade, mudava com a substituição de braços negros por amarelos, já que os "chins livres" a serem introduzidos no Brasil aí continuariam sendo o que de há muito eram em seu país de origem: pouco menos que escravos. Além do mais, sem conheceram o idioma e originários de um país longinquo, com o qual o Brasil não mantinha vínculos diplomáticos, os trabalhadores chineses não teriam a quem, e nem como se queixar, caso ousassem fazê-lo (8).

Já em 1843 a Inglaterra "sugerira" ao Brasil a importação de 60 mil chineses, sugestão não acatada pelo Congresso. Em 1854, porém, o negociante Manoel de Almeida Cardoso ofereceu-se para organizar uma empresa de navegação entre o Brasil e a China, com o objetivo de importar culis. Seu pedido foi indeferido, mas enquanto o assunto não se resolvia, já Almeida Cardoso acertara a vinda de trabalhadores chineses através de Singapura. A 9 de fevereiro de 1855 desembarcavam efetivamente no porto de Sapucaia, no Rio de Janeiro, 303 culis, de bordo da barca norte-americana "Elisa Annah". Eram contratados por prazo de dois anos, ao término dos quais teriam direito à passagem de volta, e ao diretor da Repartição Geral de Terras Públicas do Império, Manoel Felício de Sousa e Melo, causaram boa impressão, chamando-os o funcionário de vigorosos, e de perfeitamente aptos para o trabalho nos campos brasileiros (9). Sua opinião colidiria aliás frontalmente com os conceitos que no mesmo ano emitira Lacerda Werneck no livro em que expunha suas idéias sobre colonização (10), onde, depois de chamar

os chineses de "povo sem vida e sem futuro", que nem sequer possuía a "fôrça bruta" do africano, enfatizava a necessidade de se importar trabalhadores da "raça forte e enérgica dos neolatinos e anglo-saxônicos", concluindo: "Se nós achamos má a colonização africana, como nos podemos lembrar dos chineses?"

A 25 de junho de 1855 era contratada com a firma norte-americana Sampson & Tappan, de Boston, a importação de 2.000 culis, que fossem de preferência casados, além de vigorosos, sóbrios, não viciados em ópio e tendo não menos de 12 ou mais de 35 anos. Seu salário variaria entre quatro e cinco dólares mensais, mais sustento. Efetivamente, a 19 de março do ano seguinte chegava de Whampoa ao Rio de Janeiro a galera norte-americana "Sarah", conduzindo 368 chineses, logo transferidos à fragata imperial "Paraguaçu", com exceção dos doentes, que se encaminharam a um hospital. Quarenta desses culis foram contratados a 14 de abril de 1856 para as plantações de cana do Dr. Lacaille em Magé, onde duas semanas depois 34 deles tinham-se sublevado, alegando a má alimentação que lhes era fornecida (da qual não constava, como fora combinado, a carne de porco), e o baixo nível do salário. Um grupo de outros culis, contratados pelo fazendeiro Joaquim Manoel de Sá, partiu para Piraí; também esses se sublevaram sob a alegação de que o salário inicial de dez dólares fora baixado para a metade, a alimentação era péssima e até lhes eram impostos castigos físicos - o que as autoridades policiais aliás constataram. Seis culis foram contratados pelo Engenheiro Rivière, e para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram 16 deles, em janeiro de 1857.

Em outubro de 1866 a galera "Soberana", de propriedade do já mencionado Manoel de Almeida Cardoso, ainda traz da China 312 culis, contratados por prazo de cinco anos. No porto do Rio de Janeiro ficarão êles por três meses, aguardando quem os contratasse para a lavoura; como isso não ocorreu, foram encaminhados à construção civil, dispersando-se pela cidade (11).

Nova tentativa governamental de expansão do fluxo de trabalhadores chineses para o Brasil ocorreu em julho de 1870, pela fundação da Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos, que se propunha ir buscar em Hong-Kong, Macau e Cantão chineses que desejassem "espontâneamente" trabalhar no Brasil. A Sociedade esbarrou com graves dificuldades quando em 1873 as autoridades inglesas, e logo em seguida as portuguesas, proibiram a saída de culis através respectivamente de Hong-Kong e Macau (12). Restava ainda Cantão, de onde em 1874 embarcaram cerca de 1.000 trabalhadores chineses com destino ao Brasil.

Data dos anos finais da década de 1870 o momento decisivo do que chegou a ser chamado de a Questão Chinesa no Brasil, com inflamados pronunciamentos na Imprensa e no Congresso favoráveis ou contrários à importação de trabalhadores chineses para a nossa lavoura. Coincide êsse momento com uma fase particularmente difícil para a agricultura brasileira, a braços com séria crise. A produção cafeeira , que em 1855 respondia por 49,4% da mundial, caira então para 45,9% desse total; inversamente, expandiu-se em vinte e cinco anos na América Central, de apenas 3.500 para 32.500 toneladas. Eram dados inquietantes, que forçavam os agricultores

nacionais a exigir, do Governo Imperial, redobrados esforços, no sentido de que lhes fossem garantidos em abundância braços para a lavoura, viessem de onde viessem, mas preferencialmente da China, pelos motivos que já se sabe.

Nos jornais, sucedem-se os artigos em que se coloca nos píncaros a excelência da imigração chinesa ou, ao contrário, se a condena em nome inclusive da Ciência, a pretexto de uma possível mongolização da raça, que a todos nos tornaria em poucas gerações tão amarelos quanto os próprios chins. Esse é o leit-motiv do conhecido ensaio de Costa Ferraz, "O Mongolismo ameaça o Brasil", publicado nos Anais Brasilienses de Medicina, Tomo XXXI, nº 2, Rio de Janeiro 1879, no qual êsse médico elevava a voz num "brado da mais justa indignação contra a criminosa invasão a que se quer sujeitar o nosso País de uma raça em que a degradação moral se acentua em seus hábitos seculares e sobressai como um dos mais notáveis característicos", até concluir, anatematizando a "inoculação do Mongolismo" em termos candentes:

> Quer se encare como médico, como filósofo, quer enfim como patriota, a invasão mongólica de que está ameaçado o País, a resultante será sempre das mais fatais conseqüências.

Os motivos de pronunciamentos como êsse podem ser fàcilmente perceptíveis, e são aqueles que Gilberto Freyre apontou, em Sobrados e Mucambos (13):

> Como desde a transferência da Corte para o Brasil - uma Corte dominada por ingleses - a Europa ganha-

> ra prestígio novo, no Brasil, como modelo de "civilização perfeita" a que deviam todos os brasileiros aspirar, a essa atitude, irradiada das cidades ou dos centros de populações mais cultas, teria que corresponder, como de fato correspondeu, a desvalorização de tipos de homem e de valores de cultura extra-europeus. Donde verdadeiros movimentos de parte de médicos e de outros homens de ciência brasileiros da época no sentido da condenação dos "amarelos", e não apenas de "negros", como elementos de composição ou de recomposição étnica e cultural de população nacional. Segundo êles, a população brasileira deveria procurar aproximar-se, na sua etnia e na sua cultura, da Europa. Seria uma loucura acrescentarmos ao número já considerável de africanos introduzidos no Brasil como escravos, africanos "livres" ou asiáticos. As sobrevivências da Ásia e da África entre nós pensavam os antimelanistas que só faziam humilhar-nos aos olhos dos europeus. Delas deveríamos nos desembaraçar completamente em vez de reanimá-las ou refrescá-las com a introdução, no País, de novos asiatismos e africanismos, ao lado de novos africanos e de asiáticos em grande número, que acentuassem vergonhosas manchas pretas, pardas e amarelas na face da população e conservassem na cultura e na paisagem brasileiras vermelhos escandalosos e amarelos gritantes que já não correspondiam aos gostos europeus de cor, de decoração e de composição aqui desenvolvidos. Ao tráfico de africanos não queriam os antimelanistas que se sucedesse o de asiáticos, aparentemente livres mas tão servis como os africanos e, como eles ou pior que elas - elemento de perturbação do desenvolvimento do Brasil em população branca e em cultura européia. E êsse desenvolvimento devia considerá-lo sagrado todo patriota brasileiro esclarecido pela ciência. Que não deixasse o Govêrno aumentar o número de orientais entre nós, sob o pretexto de aqui introduzirem o chá ou cultivarem o bicho-da-seda.

Mas havia também quem por outros motivos se opusesse tenazmente à imigração chinesa: os positivistas, por exemplo, que em mais de um ensêjo denunciaram a grande farsa que se pretendia armar com a "contratação de chins livres", a qual equivalia de fato a uma maldisfarçada escravidão. Assim, quando em 1879 Salvador de Mendonça, então cônsul-geral do Brasil em Nova York, publicou, por

encomenda do Gabinete Sinimbu, seu livro Trabalhadores Asiáticos, de propaganda da imigração chinesa que, sustentava o diplomata, produziria no Império do Brasil os mesmos excelentes frutos que já dera nos Estados Unidos da América, e sobretudo depois que o mesmo Salvador de Mendonça proferiu em 1881, no Rio de Janeiro, conferência de grande repercussão sobre o mesmo tema (14), Miguel Lemos e os demais membros da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro organizaram um abaixo-assinado, no qual protestavam "com indignação, como homens e como brasileiros, contra os princípios proclamados e definidos pelo Sr. Dr. Salvador de Mendonça em sua última conferência, sobre imigração chinesa":

> Nunca se ousou falar assim em nosso país sobre as populações cujos emigrantes se pretende atrair. É necessário que a degradação industrialista do nosso século seja muito profunda, para que um agente consular de nosso governo se pronuncie publicamente por aquele modo sobre os trabalhadores asiáticos, ostentando por eles o mais aviltante desprezo, comparando-os a simples máquinas de produção mais barata e considerando-os desde já indignos de naturalização. Tudo isso de par com a apologia da política mais imoral que o industrialismo desregrado tem imaginado contra as raças de civilização diversa (15).

Mas os positivistas foram mais longe: enviaram ao embaixador chinês em Paris e Londres uma mensagem, contendo uma tradução autenticada do resumo da conferência de Salvador de Mendonça, e encomendaram a um dos seus, Generino dos Santos, a tradução das Considérations générales sur l'ensemble de la Civilization Chinoise et sur les relations de l'Occident avec la Chine, de Pierre Lafitte, para que os brasileiros pudessem conhecer e melhor aquilatar a importância da civilização chinesa, que consideravam vili-

pendiada pelos que apenas viam, nos chins, as tais "máquinas de produção mais baratas" (16).

No entretempo, as autoridades governamentais continuavam encetando esforços no sentido de se garantirem braços chineses para a lavoura. Em 1880 partia de Toulon em demanda da China, a bordo da corveta imperial "Vital de Oliveira", pequena missão diplomática brasileira, integrada pelo Barão de Jaceguay e pelo Ministro Eduardo Callado (que servia no Paraguai), por Artur Silveira da Mota e pelo adido da Legação em Madrid Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, entre outros. Seu objetivo ostensivo era propor, negociar e concluir um tratado de amizade, comércio e navegação entre os dois países; mas a finalidade verdadeira da missão era garantir, ao Brasil, mais imigrantes chineses, mediante a fixação de uma política mais eficiente de imigração. Um acordo foi efetivamente firmado em Tientsin a 5 de setembro de 1880, e revisto a 3 de outubro do ano seguinte. Aproveitando a permanência de vários meses na China (17), Henrique C. R. Lisboa tomou apontamentos para o livro de reminiscências que publicaria oito anos mais tarde em Montevideo, A China e os Chins (ao qual iria seguir-se, já em 1894, Os Chins do Telarlos, que é a sua continuação), e que certamente é dos mais valiosos livros de viagem escritos por brasileiro (18).

Um outro esforço - que seria o último - ainda faria o Govêrno Imperial em fevereiro de 1883 para atrair imigrantes chineses, fundando a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa, que se comprometia a trazer no prazo de três anos 21.000 culis ao custo de 35 mil-réis a cabeça. No mesmo ano, em outubro, desembarca-

O Vice-Rei Li-hung-chang, que foi o signatário, em nome do Imperador da China, do Tratado celebrado com o Brasil, em setembro de 1880, em Tientsin.





O diplomata brasileiro Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, em traje de mandarim, segundo foto tirada em Tientsin, em 1880, e depois transposta para a técnica da xilografia (do livro A China e os Chins)



O Mandarim Tong King Sing, litografia de Pereira Netto publicada na Revista Ilustrada do Rio de Janeiro, número 358, de 20 de outubro de 1883.

va no Rio de Janeiro Tong King Sing, diretor da Companhia Chinesa de Navegação Mercante. Vinha conhecer de perto nossa agricultura, tendo travado contacto cordial com agricultores e autoridades, visando estabelecer uma linha marítima regular entre os dois países. No mesmo dia de sua chegada foi recepcionado na suntuosa mansão de Maurício Haritoff, na Rua das Laranjeiras (19). Carl Koseritz, que só iria conhecê-lo, casualmente, dias mais tarde, numa audiência com o Imperador à qual ambos estavam presentes, descreve-o sumàriamente e sem qualquer simpatia numa anotação referente ao dia 13 de outubro de 1883, depois recolhida a seu livro Imagens do Brasil:

> O chinês veio aqui para tentar o comércio de carne mongólica, e dele falarei ainda. Seu secretário é um negro da Califórnia resplendente de diamantes. O mandarim trazia um escuro traje chinês de seda, e o curioso barrete de uso no seu país, provido do botão azul dos mandarins. O rabicho naturalmente pendia-lhe atrás; de bom tamanho e trançado com arte.

Bem mais cáustico é o comentário que lhe inspirou a recepção dos Haritoff a Tong King Sing e a seu secretário negro, G. A. Butley:

> Ali, naqueles salões dourados, onde corria em torrentes o champagne pago com o suor dos negros, e nos quais a nata da sociedade daqui, que vive do trabalho dos negros, exibe o seu luxo, o mandarim foi naturalmente o herói do dia e considerado como um Messias. Traga êle o tão esperado substituto do escravo negro, o amarelo, que o fazendeiro comprará não por toda a vida, mas por uma série de anos, e que poderá tratar como coisa sua! Certamente o chinês foi ali considerado um hóspede muito em vista e muito festejado. Que ele tenha surgido com um secretário negro é uma ironia do destino que com isto

> chegava a fazer sensação; porque aquela brilhante sociedade, que olha o negro com o maior desprezo, fazendo-o trabalhar como um animal de carga, tinha sido forçada a receber um representante da raça desprezada nos seus dourados salões - e a festejá-lo. Mas a alta roda sabe fazer das tripas coração; o negro poderia ter influência no comércio da carne humana, que deve trazer um novo gênero de escravos ao país e um novo elemento ao sangue do povo, e por isto era mister tratá-lo bem. Além disso ele estava coberto de brilhantes e tinha a aparência de um verdadeiro gentleman. Assim os chineses virão, provavelmente, e trarão um novo elemento à vida nacional. Quando eu vi hoje no palácio imperial o longo rabicho do chinês pensei que todos os partidários da imigração amarela deveriam também usar um apêndice semelhante, para assim se distinguirem mais fàcilmente dos outros filhos dos homens, o que seria muito prático. E são de fato os enrabichados do Brasil, êsses barões do café, que na sua importância e ambição espremem o negro como um limão, para deixá-lo faminto e mendingando pelas ruas, quando ele fica velho (20) .

Indiferente à indignação do alemão, Tong King Sing continuava sua peregrinação brasileira, em busca de bons contactos e causando autêntica comoção na Corte. Assim é que, na seção "Balas de Estalo", que mantinha então na Imprensa do Rio de Janeiro, Machado de Assis publica uma crônica na qual "transcreve" uma carta que teria recebido do próprio Tong King Sing, num "chinês" tatibitate entremeado macarrônicamente de expressões portuguesas, e da qual aqui vai um trecho como exemplo:

> Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixu. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika nana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavê. Brasil desfalques latecatu. Inglese poeta Shakespeare, karáː make money; upa lamaré in lingua Brasil: mete dinheiro no bolso (21).

Só uma semana mais tarde, numa outra crônica, transcre-

vendo o que dizia ser uma carta do Vice-Rei da India ao Conde de Granville, estampada na Gazeta de Londres de 8 de setembro do mesmo ano, Machado repisava no tema da importação de trabalhadores chineses, que era o assunto do dia em todos os círculos. Eis, porém, alguns tópicos da carta:

> Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Exª que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de há muito abandonado em toda a Asia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao govêrno de Sua Majestade, é o chimpanzé (. ...) A primeira vantagem do chimpanzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este (galinhas, patos, gansos etc.) não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes. O chimpanzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling e seus parentes afirmam que têm conseguido fazer com que os chimpanzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano. Não tendo os chimpanzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas, ou consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Exª calcular o sossêgo que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda rebelião do chim comum provém da imagem, que êles têm presente, de um govêrno nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade de espécie, que ainda repugna a alguns.

E o grande escritor arremata comentando a pretensa carta, com humor swiftiano:

> As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar êste substituto. Segundo a carta transcrita, o chimpanzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da

> raça, não terão êsse argumento, porque o chimpanzé não se cruzará com as raças do país (22).

No mesmo dia em que essa crônica foi publicada, 23 de outubro, Tong King Sing visitava em São Paulo a Fazenda Ibicaba, de propriedade do Comendador José Vergueiro. No livro de impressões da fazenda (que pudemos consultar por gentileza de seu atual proprietário, o escritor e colecionador paulistano Byron Gaspar), deixou as suas, extremamente lisonjeiras, nas quais afirma ter visto "homens de cabeça branca e de tez clara" ao lado de outros, de "cabelos crespos", observando que "todos, inclusive as raparigas, parecem felizes, como se vivessem no melhor dos mundos". E conclui êsse Pangloss chinês que "na verdade, nem a sorte dos palacianos nem a dos negociantes das nossas cidades é comparável à sua". E ainda mais: dizendo-se "comovido" com o que lhe era dado ver, compôs ali mesmo um poema, cuja tradução para o Português aparece também no álbum, firmada pelo seu acompanhante e intérprete, Joaquim de Sequeira (23):

> Os ministros fieis e os filhos obedientes constituem a mais elevada parte da Humanidade; dedicar-se, porém, à leitura e ao cultivo dos campos é o próprio dos sábios.

A história de Tong King Sing termina abruptamente: o chinês, após algumas semanas, partiu sem aviso para a Inglaterra, pegando de surpresa seus anfitriões brasileiros e deixando em ponto morto as negociações, que nunca mais seriam retomadas. Teria pesado para a sua misteriosa fuga a oposição que - percebeu - setores ponderáveis da sociedade brasileira votavam à entrada de

trabalhadores chineses no país, fosse sob alegações humanitárias, fosse por motivos de eugenia (24) ou por outros quaisquer; mas pesou tanto ou mais, decerto, a negativa do Governo Imperial em subvencionar a empresa do Sr. Tong com 100 mil dólares norte-americanos, como ao que parece ele exigira. Seja como for, já em novembro do mesmo ano de 1883 a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa era desativada, e se esboroava de vez a idéia da imigração chinesa em larga escala para o Brasil, embora ainda em 1893 chegassem ao país 475 culis (25). Quanto a Tong King Sing, ainda continuava figura comentada no Brasil em janeiro de 1884, quando no Rio de Janeiro Artur Azevedo e Moreira Sampaio levaram à cena, com grande sucesso, a revista teatral O Mandarim.

Se levarmos agora em conta que nos começos do Séc. XIX havia o plano de se trazer ao Brasil dois milhões de chineses, o número dos que efetivamente desembarcaram chega a ser irrisório: mesmo incluindo os plantadores de chá de Dom João e um que outro elemento aqui chegado antes de 1842, não mais de 3.000 indivíduos (26).

Mas... o que terá sido feito desses poucos milheiros de chineses, todos, praticamente, concentrados no Rio de Janeiro? Que tipo de existência miserável terão levado, marginalizados numa sociedade que sempre os encarou com preconceito e suspeita? Luiz Edmundo, evocando a capital do Brasil nos anos de passagem entre o Séc. XIX e o Séc. XX (27), diz que por essa época os chins habitavam, na zona mais antiga, os cortiços infectos que em pouco as picaretas de Pereira Passos poriam abaixo:

> No começo do século as ruas da Misericórdia e Fresca, com todas as suas travessas e ruelas adjacentes, formam o quarteirão onde eles se instalam, creaturas eternamente sorridentes, maneirosas e tranqüilas, que vendem peixe, camarão, sardinha, ventarolas ou cataventos de papel: Piche, camalô! Ulha a sardenha! Ou então: Tchina vinda laque, vindarola e cativanti de papel! Apregoam com voz mélica ou ciciosa, jogada em falsete e andam como aves assustadas, aos saltos, aos pulinhos. Alguns, até se azucrinarem com as vaias infalíveis do moleque das ruas, ainda trazem, sobre as costas, o rabicho da tradição mongólica, quando não os escondem em rodilhas sob o fundo ensebado dos chapeus. Moram às dezenas, por casas sem a menor sombra de higiene e conforto e são, quase todos, fumadores de ópio. Por isso há várias fumeries (28), que se espalham pela zona, onde os viciados podem encontrar o que se encontra pelas casas do gênero, as de ínfima ordem, claro, entre os bairros populares de Tien-Tsin, de Ning-Po ou de Changaí, na China.

Trágico destino o desses filhos do Império do Meio trazidos meio à força ao Brasil e aqui abandonados à própria sorte, praticando os mais humildes ofícios ou então reduzidos à mendicância ou à vagabundagem, perseguidos na rua pela molecada, que lhes atira pedras e insultos, e sonhando, sempre, com a terra distante à qual raríssimos terão retornado (29), curtindo uma espécie de banzo que Rodrigo Otávio tentou captar num soneto de 1887, "Longe da China", no qual fala de uma "triste asiática formosa", vagueando à noite pelas ruas desertas, e que

> olha o ceu, olha o oceano e comovida
> pede às ondas do mar, pede às estrelas
> novas do ingrato que em Pequim ficara...

Notas

(1) - Relatório do Ministério da Agricultura relativo a 1880 (extrato publicado no Almanak Laemmert de 1881, Rio de Janeiro, 1881, Suplemento, págs. 26-27). Diz mais o relatório: "Tais circunstâncias impressionaram a última administração, e sabeis como ela tentou auxiliar a solução do problema, procurando facilitar a imigração de operários chineses. No ponto a que chegou esta tentativa, não fora acertado abandoná-la. Convém antes realizar a introdução de alguns escolhidos trabalhadores da China, a título de ensaio e com o propósito de fazer apenas uma experiência, de modo que não nos seja difícil interrompê-la, se as vantagens se não mostrarem superiores às desvantagens, que nós, como todos os povos que atraíram o chinês, reconhecemos a essa imigração. Tanto se há dito bem e mal dessa raça, tão diversos são os pareceres dos homens competentes nos países que a têm empregado, uns na cultura do solo, outros em grandes construções e explorações, que entendo não ser temerária a empresa começada, nem conveniente ligarmo-nos sistematicamente aos apologistas ou aos inimigos do chim".

(2) - Em suas Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva transcreve correspondência setentista mantida sobre um projeto visando a instalação no Pará de uma fábrica de chita estampada e indústria têxtil utilizando tecelões indianos da Costa do Coromandel, os quais se transplantariam ao Brasil com suas famílias e teares, viajando gratuitamente nas naus da Carreira da India. A colônia seria estabelecida numa ilha do estuário do Amazonas, livremente escolhida pelos imigrantes, os quais receberiam das autoridades governamentais moradia, sementes e tudo o que fosse necessário para que se instalassem condignamente e dessem início em condições ideais à produção . Os próprios indianos administrariam a colônia, e poderiam usar livremente seus trajes e costumes nacionais, mesmo manter sua língua e religião (para os que fossem cristãos estaria garantida a presença de um missionário, que funcionaria como conselheiro espiritual), nenhum estranho poderia residir nas áreas que lhes fossem reservadas, a menos que por solicitação dos próprios colonos, os quais por outro lado poderiam deslocar-se até Belém e outras cidades e vilas, para negócios ou a passeio. Imigrantes e familiares gozariam dos mesmos direitos dos luso-brasileiros, e sua produção ficaria livre do pagamento de direitos através de Portugal e de suas possessões de ultramar. Infelizmente, o projeto não saiu do papel. Cf. Charles R. Boxer: A Idade de Ouro do Brasil, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, págs. 260-261

(3) - Domingos Alves Branco Moniz Barreto: Memória sobre a Abolição do Comércio de Escravatura, Rio de Janeiro, 1837, pág. 45.

(4) - Cf. capítulo "Chá" do presente trabalho.

(5) - Taneo Arnero, que foi o primeiro agente cubano incumbido de contratar chineses, em 1850, assim descreve êsse engajamento: "O agente entregava os fundos às casas que acabo de mencionar (Tait & Co.), as quais mandavam ao interior recrutadores, impròpriamente chamados corretores; estes com suas artimanhas e mentiras iludiam os infelizes culis que traziam em embarcações chamadas lorchas até o costado do navio. Aí, sem mais fórmula, eram metidos a bordo velis nollis e, assim que estava cheio o navio e empaquetados êsses desgraçados como sardinhas, fazia-se à vela com o seu precioso carregamento" (Cf. Henrique C. R. Lisboa: A China e os Chins. Montevidéo, 1888, pág. 331).

(6) - O primeiro navio que partiu de Macau conduzindo culis, em 1851, era português e se destinava ao porto de Callao, no Peru. Os chineses eram em número de 250, e tinham sido empresados por dois franceses, Guillon e Durand, e pelo português, de Macau, José Vicente Jorge. (Cf. Manoel de Castro Sampaio: Os Chins de Macau. Noronha & Filhos, Hong-Kong, 1867, pág. 138). O tráfico desta cidade continuou até 1873, destinando-se os imigrantes a Cuba (73.631 indivíduos), Peru (67.095) e outros destinos (3.897), num total de 144.623 chineses (Cf. João Andrade Corvo: Estudos sobre as Províncias Ultramarinas. Lisboa, 1883-1888, Vol. IV, págs. 132-168). Esse tipo de comércio não trouxe a Macau qualquer benefício, ao contrário: contribuiu para o seu despovoamento, para o declínio de sua economia e o desprestígio da administração. Sobre o tráfico de culis através de Macau, consulte-se Lourenço Maria da Conceição: 1862-1887 Macau entre dois Tratados com a China. Instituto Cultural de Macau, Macau, 1988, págs. 69-93.

(7) - Como animais, sim; aliás zhuzai, "leitõezinhos", era o nome que se dava a esses chineses que emigravam, contratados ou simplesmente seqüestrados. O letrado chinês Yu Yue, escrevendo em fins do Séc. XIX, referiu-se à existência de bom número de prostitutas chinesas em países ocidentais, "todas seqüestradas e vendidas lá". As mulheres seguiam para o além-mar, para as Américas principalmente, pretensamente para se unirem a seus maridos que já lá se encontravam. A emigração de mulheres acabou sendo proibida, o que suscitou a Yu Yue o seguinte comentário: "é uma medida que trará inumeráveis benefícios, assim como a proibição da venda de leitõezinhos, imposta na Província de Cantão" (André Levy: Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente por Viajantes Chineses na Belle époque. Companhia das Letras, São Paulo, 1988, pág. 145).

(8) - Henrique C. R. Lisboa, op. cit., pág. 333, focaliza os horrores do tráfico de chineses para a América do Sul: "Essa foi a época do tráfico amarelo que mais se assinalou pelas suas atrocidades. Um extenso rastro de sangue marcou o trajeto dos navios que nele se empregavam, deixando no fundo das águas milheiros de cadáveres, testemunhas mudas desse crime da civilização ocidental. Seria preciso páginas inteiras para narrar os terríveis dramas de que foi então teatro o oceano. Os culis descobriam o seu engano e, depois de cruenta luta, ou saíam vencedores, massacrando

os seus algozes e voltando à praia, ou eram agrilhoados no fundo do porão, onde no fim da viagem metade deles tinha encontrado a morte. Algumas vezes usavam do supremo recurso de incendiar o navio em que pereciam no meio das chamas, mas com os seus opressores. Outras vezes concertavam-se antes da partida com piratas que atacavam o navio a poucas milhas da costa para libertar os emigrantes e roubar a preciosa carga". Chegando ao porto de destino - os mais fortes, os que logravam escapar - aí não os aguardava tratamento melhor, sobretudo os que se dirigiam ao Peru ou a Cuba. Referindo-se especificamente aos chineses contratados para o Peru, um anônimo articulista assim escreveu no Correio Paulistano de 23 de outubro de 1883: "O tratamento dado aos pobres chins era bárbaro e cruel. Pela menor falta vinham o açoite, a prisão, as algemas e as correntes. Tal foi o ódio que os asiáticos criaram aos seus algozes que, por ocasião da invasão chilena (do Peru), eles foram auxiliares utilíssimos do Exército do Chile. Ajudavam-no no transporte das cargas, serviam-lhe de guia e, mais de uma vez, celebraram serviços religiosos, pedindo a proteção do Ceu para as armas chilenas que os vinham libertar". Se era essa a situação dos chins na América Hispânica, na América Inglesa não chegava a ser tão dramática, embora também nada tivesse de invejável. Assim, dos 811 culis que em 1853 partiram, em três navios, rumo à Guiana, 164 morreram na viagem; e quando, em fins de 1854, a Jamaica resolveu receber um grupo de chineses que não se tinha adaptado no Panamá (onde haviam chegado apenas oito meses antes), restavam, dos 1.042 que compunham a leva original, sòmente 260: todos os demais haviam perecido, muitos com a enxada ou a picareta na mão, e boa parte deles por suicídio.

(9) - Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas. Rio de Janeiro, 1855, pág. 12.

(10) - L. P. de Lacerda Werneck: Ideias sobre Colonização Precedidas de uma Sucinta Exposição dos Princípios Gerais que Regem a População. Rio de Janeiro, 1855, págs. 78-79. Para Lacerda Werneck (sobre cujas idéias parecem ecoar certos conceitos raciais do Conde de Gobineau (1816-1882), o autor do Essai sur l'Inegalité des Races Humaines (1853-1855) que, como é sabido, serviu como diplomata no Rio de Janeiro, e foi amigo pessoal de Dom Pedro II), os chineses "...nem mesmo são humanos: são uma espécie de monstros, quer no corpo, quer no espírito... são lama... pó... nada" (Cf. Humberto Braga: O Oriente é Vermelho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, pág. 274).

(11) - Tais dados são transcritos principalmente de: José Pedro Xavier Pinheiro: Importação de Trabalhadores Chins. Tip. João Ignácio da Silva, Rio de Janeiro, 1869, Capítulo XI, págs. 34 e segs., e Joseph Conrad: The Planter Class and the Debate Over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893. New York, 1975. Xavier Pinheiro era partidário da imigração chinesa, achando os trabalhadores chins mais laboriosos e mais robustos que os indianos, aproveitáveis principalmente na cultura da cana. À pág. 20 do seu livro, ele explica que "não foram poucos os que se receiaram da superstição dos chins, da sua feialdade repugnante, do cruzamento da sua raça com alguma das raça existentes no país, dos seus hábitos

extravagantes, da sua língua pouco eufônica e até do seu trajar sem elegância" - para logo em seguida tranquilizar os leitores, dizendo que a vista de um chinês é "mais jocosa que terrível"!...

(12) - Já em 1855 a Inglaterra regulamentara, através do Act for the Regulation of Chinese Passenger Ships, o transporte de imigrantes chineses a bordo de navios de bandeira britânica. Foram assim solucionados, ao menos no papel, graves problemas como a lotação em excesso dos navios, as precárias condições sanitárias a bordo, a ausência de médicos e medicamentos, a insuficiência de água e mantimentos e mesmo a excessiva duração das travessias. Em 1862 foi a vez de os Estados Unidos da América proibirem seus cidadãos ou residentes de participarem direta ou indiretamente, e sob qualquer forma ou pretexto, do transporte marítimo de culis, sob pena de o navio infrator ser confiscado e exemplarmente punidos proprietários e capitães. Quanto à emigração através de Macau, foi definitivamente proibida por decreto de 20 de dezembro de 1873, do Govêrno Português.

(13) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos, José Olympio, 7ª ed., Rio de Janeiro 1985, Tomo 2º, págs. 433-434.

(14) - Salvador de Mendonça: Trabalhadores Asiáticos. Novo Mundo, New York, 1879. Quanto à polêmica conferência do mesmo Salvador de Mendonça, foi publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 1881.

(15) - Sociedade Positivista do Rio de Janeiro - Primeira Circular Anual. Rio de Janeiro, 1881, págs. 83-85.

(16) - Imigração Chinesa - Mensagem à Sua Excelência o Embaixador do Celeste Império junto aos Governos da França e da Inglaterra. Rio de Janeiro, 1º de Frederico de 93 (5 de novembro de 1881). Quanto à tradução do livro de Pierre Lafitte, foi concluída, mas por dificuldades materiais só viria a lume em 1938, por iniciativa do Espólio Literário de Generino dos Santos.

(17) - Henrique Carlos Ribeiro Lisboa (1847-1920), filho do Barão de Japurá, ingressou no Serviço Diplomático em 1870, após ter participado de operações navais na Guerra do Paraguai. Após a assinatura do Tratado de 1880, permaneceu na China por mais um ano, enquanto o referido diploma aguardava revisão em alguns de seus pontos. Foi durante esse período que tomou os apontamentos para os dois livros que publicaria sobre a China, A China e os Chins (1888) e Os Chins de Telarlos (1894). Henrique Lisboa aposentou-se em 1911, após ter representado o Brasil, como ministro plenipotenciário, no Paraguai, no Japão, na Russia (comulativamente com Suécia e Noruega), no Chile e no Uruguai.

(18) - A respeito do citado livro, leia-se o capítulo "A China Vista por Brasileiros", nos Anexos.

(19) - Maurício Haritoff era russo, e adquirira colossal fortuna como fornecedor de armas do Exército do Czar. Casara-se com brasileira - Ana Clara de Moraes Costa, sobrinha do Comendador

José Breves (1790-1879), considerado o mais rico cafeicultor de seu tempo -, levando o casal vida faustosa em longos anos de residência em Paris, São Petersburgo, Viena, Berlim e Londres, antes de se radicar no Rio de Janeiro. Nos últimos anos do Império, os Haritoff, apesar de não possuirem título nobiliárquico, postavam-se entre os mais influentes barões do café, sendo ao mesmo tempo entusiastas da imigração chinesa - o que explica a recepção a Tong King Sing. O fim de Maurício Haritoff foi melancólico: viúvo e tendo perdido a fortuna com a República, tornou-se pequeno lavrador em Barra do Piraí. Amasiado com uma negra, ainda vivia por volta de 1915.

(20) - Carl von Koseritz: Imagens do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, págs. 222-223. No entanto, a ira do alemão não era desinteressada, de vez que foi ele um dos principais propugnadores pela imigração de trabalhadores germânicos para o Brasil, fundador, em 1883, da Sociedade Brasileira de Imigração. Comentando um seu discurso no Rio de Janeiro em que defendia a imigração germânica em detrimento de qualquer outra, assim se expressou o próprio Koseritz, op. cit., pág. 227: "Nunca se tinha falado no Rio da forma tão clara sobre as grandes vantagens da imigração alemã como eu o fiz nesta oportunidade, sem receber nenhum protesto; e o fato de, ao contrário, ter as minhas palavras aplaudidas continuamente é uma prova de que também no Rio se chegou à convicção de que o Brasil sòmente com uma forte imigração de orígem germânica (entre a qual coloco também os tiroleses e os lombardos) pode esperar salvação".

(21) - Machado de Assis: Balas de Estalo, 16 de Outubro de 1883. Em: Obra Completa - Volume III. José Aguilar Ltda., Rio de Janeiro, 1962, págs. 419-420.

(22) - Machado de Assis: Balas de Estado, 23 de Outubro de 1883 - Ib., págs. 420-421.

(23) - Curiosa figura deve ter sido êsse Joaquim de Sequeira, o qual, imcumbido da tradução das impressões e do poema, escritos em Chinês, do mandarim Tong King Sing, identifica-se no álbum da Fazenda Ibicaba como brasileiro, residindo na Côrte e "Traductor de Chinez". Há no Almanak Laemmert de 1881 (pág. 729) a referência a um Joaquim José de Serqueira Filho, professor de línguas com endereços à Rua do Rosário 74 e Rua do Riachuelo 29: professor e tradutor serão uma só pessoa, e o sobrenome do tradutor seria então Serqueira, e não Sequeira? De qualquer modo, a existência, no Rio de Janeiro da década de 1880, de um tradutor de chinês é indício de que em fins do Império havia oportunidade de trabalho para esse tipo de profissional. Por outro lado, terá sido também esse Joaquim de Sequeira ou de Serqueira quem verteu para o chinês a tradução autenticada do resumo da conferência de Salvador de Mendonça em 1881, tradução essa providenciada pela Sociedade Positivista do Rio de Janeiro?

(24) - Não será mera coincidência o fato de êsse termo "eugenia" ter surgido no vocabulário científico internacional justamente no ano de 1883, que é também o ano em que, no Brasil, a

querela entre apologistas e opositores da imigração chinesa ia mais acesa. Se examinarmos alguns dos argumentos empregados por opositores da imigração chinesa como, entre outros, Costa Ferraz, Lacerda Werneck e Afonso Pena, veremos que eles em grande parte coincidem com os dos primeiros eugenistas. Leia-se por exemplo Eric J. Hobsbawn (A Era dos Impérios 1875-1914), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, págs. 351-352): "(A eugenia) era, essencialmente, um movimento politico, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas apenas através da melhoria genética da espécie humana - por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou a raças adequadamente coloridas, como a "nórdica"), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares)".

(25) - Essa última leva de imigrantes chineses efetuou-se nos tempos da lei número 97, de 5 de outubro de 1892, cujo Art. 1º dizia: "É permitida a livre entrada, no território da República, a imigrantes de nacionalidades Chinesa e Japonesa, contanto que: não sendo indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países, sejam válidos e aptos para trabalhos de qualquer indústria" (Cf. o relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Felisberto Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em junho de 1893). Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1893, págs. 33-37.

(26) - Cálculos baseados principalmente em Joseph Conrad, op. cit.

(27) - Luiz Edmundo: O Rio de Janeiro do meu Tempo. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol. I, Cap. VI, págs. 198-203. Pode-se supor que todos os chins levaram, no Brasil, um duro tipo de vida, sobrevivendo graças a pequenos ofícios aos quais se entregavam, tornando-se peixeiros, cozinheiros, foguetei-ros, tintureiros, etc. Vendedor de peixe parece ter sido uma atividade favorita (veja-se litografia de Angelo Agostini mostrando um tipo popular da cidade, O chinês vendedor de peixe, na Vida Fluminense de 6 de agosto de 1870). Já em sua Viagem ao Brasil, Spix e Martius afirmavam, após terem visitado a Fazenda de Santa Cruz onde, havia alguns poucos anos, tivera início uma lavoura de chá orientada por chinesas, que "a maioria tinha ido para a cidade, a fim de andar pelas ruas como vendedores ambulantes, oferecendo pequenas bugigangas chinesas, especialmente tecidos de algodão e foguetes" (Viagem ao Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol. I, pág. 96). Não nos esqueçamos, também, de que 24 dos 49 chineses de nomes ocidentalizados registrados como estrangeiros no período entre 1821 e 1842 obtiveram licença para mascatear.

(28) - Luiz Edmundo descreve uma dessas fumeries, situa-

da no Beco dos Ferreiros, número 15, de propriedade de um certo Afonso, chinês da Província de Pe-Tcheli, o qual na ocasião teria uns 70 anos de idade e 30 de Brasil - o que o daria chegado aproximadamente em 1874: "A fumerie compõe-se de várias salas, sempre cheias de gente. Em cada catre há uma pequena almotolia de azeite onde uma chamazinha tênue e avermelhada agonisa, a dançar. A quem penetre, pela primeira vez, o antro, o que mais impressiona, no primeiro momento, é um cheiro hediondo, onde o do gás sulfídrico, não raro, entra de permeio. Positivamente, desagradável (....) Estão os toxicomanos, nus, da cintura para cima, sobre catres que são verdadeiros cacifos de madeira, forrados de esteirinhas cor de chocolate e manchados de suor. São rostos cor de oca, que se desenham em meio à luz que bruxoleia, máscaras da China antiga, as hediondas máscaras manchus dos tempos da Dinastia Ming, fisionomias de desenterrados, mostrando a cova dos olhos negra, como que comida pela terra. As bocas, de onde pende o pipo dos cachimbos, são bocas aterradoras, como as dos que morrem num espasmo de sofrimento e dor. Troncos esqueléticos, franzinos, reluzentes de suor. Quando a gente se abaixa e toca um desses corpos seminus, sente uma carne mole, que até parece que se desfaz à mais leve pressão dos nossos dedos. Alguns arfam, ofegam. Há, a um canto, um deles que delira. É um chim magríssimo e pequeno como uma criança, completamente nu, a se torcer como uma cobra. Diz coisas no seu idioma natal, coisas que o nosso ouvido não entende".

(29) - Nelso Tabajara de Oliveira, em Roteiro de Oriente - Impressões de Viagem (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933), diz ter encontrado um velhinho chinês que fora colôno no Brasil, conhecera Dom Pedro II e ainda falava sofrivelmente o Português. Mas casos como essa foram muito raros.

IV - Arquitetura e Paisagística

Introdução

Ao contrário do que ocorre no mundo ocidental, na China a Arquitetura não é decerto a "arte maior", da qual derivam ou à qual se vinculam direta ou indiretamente todas as demais, expressão mais elevada e perfeita de uma civilização. Na verdade, a Arquitetura ali chega a decepcionar, se comparada a outras formas de expressão artística mais condizentes com a sensibilidade nacional - como a Pintura, a Escultura, a Caligrafia ou a Cerâmica -, e a despeito, logicamente, de algumas realizações notabilíssimas (1). é que na China a Arquitetura parece muitas vezes não funcionar senão como complemento, para adjetivar ou realçar a beleza de um sítio natural, ao qual se subordina. A típica despreocupação chinesa para com o monumental, melhor dizendo: a preocupação tipicamente chinesa em evitar o monumental - considerado, no caso específico da Arquitetura, evidência de malversação dos fundos públicos - levou a que os arquitetos utilizassem de preferência materiais leves ou perecíveis, como principalmente a madeira, muito embora a pedra fosse abundante, e a despeito de tijolos terem sido empregados, conforme a tradição, já em tempos do Imperador Chieh Kuei, em 1818 a.C. (2). Isso explica porque tão poucos exemplos arquitetônicos de épocas recuadas chegaram a nossos dias, a ponto de hoje quem desejar ter uma idéia aproximada do que terá sido a antiga arquitetura chinesa em madeira ter de ir buscá-la não na China, onde praticamente não mais existe, porém no Japão, que desde cedo co-

piou-a minuciosamente.

A abundante utilização da cor e da ornamentação empresta à arquitetura chinesa aspecto acentuadamente cenográfico e com muito de carpintaria teatral, capaz de criar um forte e singular apelo visual, é verdade, mas que de modo algum enfatiza os valores especificamente arquitetônicos, como o equilíbrio entre cheios e vazios, a integração de massas e volumes e assim por diante. Inexiste, por parte dos arquitetos chineses, qualquer preocupação no que tange à procura de originalidade ou a inovações formais: com efeito, e do mesmo modo como nas demais manifestações artísticas, o ideal do arquiteto na China é emular o passado, é se conservar o mais possível atado à tradição, pouco lhe importando que sua construção não passe de imitação, paródia ou pastiche de alguma outra mais antiga. Escapa também à sua concepção o conceito segundo o qual um edifício, qualquer que seja a sua natureza, é um organismo, algo de completo em si mesmo, um espaço cerrado que como tal deve ser entendido e resolvido: exatamente o oposto ocorre na arquitetura chinesa, onde tudo parece em aberto, tendendo ao efêmero e ao mutável. A meditação estética sobre a natureza da Arquitetura não parece igualmente ter motivado aos chineses um corpo de teorias, tratados e memórias comparável ao que se formou no Ocidente ao longo dos séculos, e não deixa de ser altamente significativo que os raríssimos compêndios até nós chegados dedicados à Arquitetura na China - como o Ying-tsao fa-shih, compilado por volta de 1.100 d.C. por Li Ming-Chung, o Ch'iao-to T'ian-kung, de Chi

Ch'eng (publicado em 1631), e o Kuo-ch'eng Tso-fa Tse-li, coleção de normas edilícias adotadas durante a vigência da Dinastia Qing, iniciada em 1644 - não passem, em última análise, de manuais de construção, com fórmulas e receitas técnicas que desde então, e até muito recentemente, iriam ser respeitadas até à exaustão por gerações de mestres-de-obra. O caso é que, na China, força é reconhecer que, como escreveu Wing-tsit Chan, "em todas as épocas a arte de edificar viu-se relegada aos artesãos" (3).

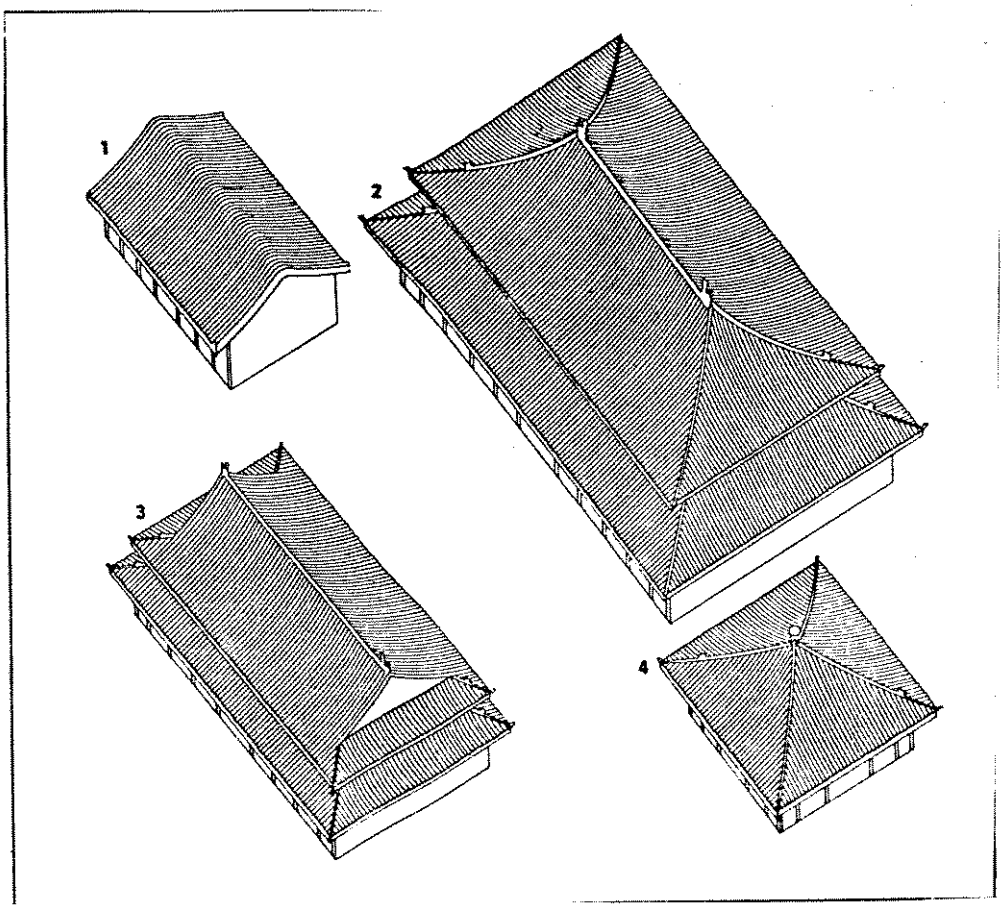
Nessa arquitetura milenar, de uma longevidade e de uma aversão a mudanças apenas suplantada pelas da ainda mais antiga e conservadora arquitetura egípcia, as principais formas construtivas tinham já adquirido consistência cerca de mil anos antes de Cristo, conservando-a a partir de então pràticamente sem modificações de vulto, tal o apego dos arquitetos chineses à sua herança ancestral. São, tais formas construtivas: o t'ing, pavilhão, geralmente parte integrante de um conjunto paisagístico; t'ai, um mirante ou torre de observação; t'a, o pagode, quase certamente originada do t'ai (4); e o arco votivo, p'ai lou. Uma arquitetura nacional já se esboçara sob a vigência da curta Dinastia Ch'in (221-207 a.C.), pautando-se pela sobriedade e pelo senso de medida, já que arroubos e excentricidades eram severamente coibidos pelo Confucionismo, considerados um ultraje ao cidadão. Isso não impediu que o comedimento inicial viesse a ser substituído, em tempos da requintada Dinastia Tang (618 - 906 d.C.) por luxo e extravagância, a ponto de certos soberanos, como a Imperatriz Wu Hou ou o Imperador Ming Huan, terem marcado seus reinados por autêntica folia edilícia, traduzida num sem-número de fantasias arquite-

tônicas (5). Mas aí também a austeridade terminaria por se impor, e em 827 um decreto imperial fixava quantidade e tipos de ornatos a serem empregados nas construções oficiais, e bem assim suas dimensões máximas, que variavam conforme a importância hierárquica do seu ocupante. Após a Dinastia Song (960 - 1279 d.C.) e Ming, iniciada em 1368 e última fase criativa da arquitetura chinesa, abriu-se longo período de decadência e torpor, no qual iriam encontrá-la os portugueses, ao chegarem ao país nos primeiros anos do Séc. XVI: não se recuperaria desde então.

A sensação de horizontalidade prepondera em todas as contruções chinesas, mesmo naquelas de mais de um andar; as casas de residência não podem superar em altura os palácios e os templos (embora estruturalmente pouco difiram deles), e é por isso que como norma possuem um único piso; mesmo porque os espíritos costumam errar pelo espaço a uma altura aproximada de 30 metros, e seria de mau augúrio ou no mínimo embaraçoso se seus vôos fossem interrompidos por uma fachada mais elevada, um telhado proeminente. Também por causa dos espíritos, e nesse caso, dos maus, as extremidades dos telhados apresentam-se arrebitadas, o que impede a escalada de algum indesejável que, se encarapitado no alto da cumeeira, poderia exercer ascendência nociva sobre os moradores a seus pés (6). De igual maneira, razões de natureza simbólico-religiosa levaram os chineses desde há muitos séculos a colocarem nos telhados de suas casas animais protetores, reais ou míticos, como galinhas, dragões, leões, unicórnios, etc. (7); ou a vedarem a entrada de suas residências com uma espécie de tapume ou tabique, de modo a que nele esbarrando, os demônios, que só conseguem avançar

em linha reta, não pudessem penetrar no recinto doméstico. Só por esses poucos exemplos pode-se ver como foi profunda a influência do pensamento religioso na arquitetura tradicional chinesa; e não só na arquitetura - na urbanística também, tanto que o plano original da cidade velha de Pequim - devido, significativamente, não a um urbanista, porém ao astrólogo Liu Po-wen, e desenvolvido pelo Imperador Yongle em começos do Séc. XV - tem a conformação do corpo de No Cha, resolvido como um quadrado encimando um paralelograma, tudo obedecendo a uma intrincada simbologia relacionada com os Cinco Elementos, as Cinco Vísceras e outras partes da anatomia desse personagem mítico (8).

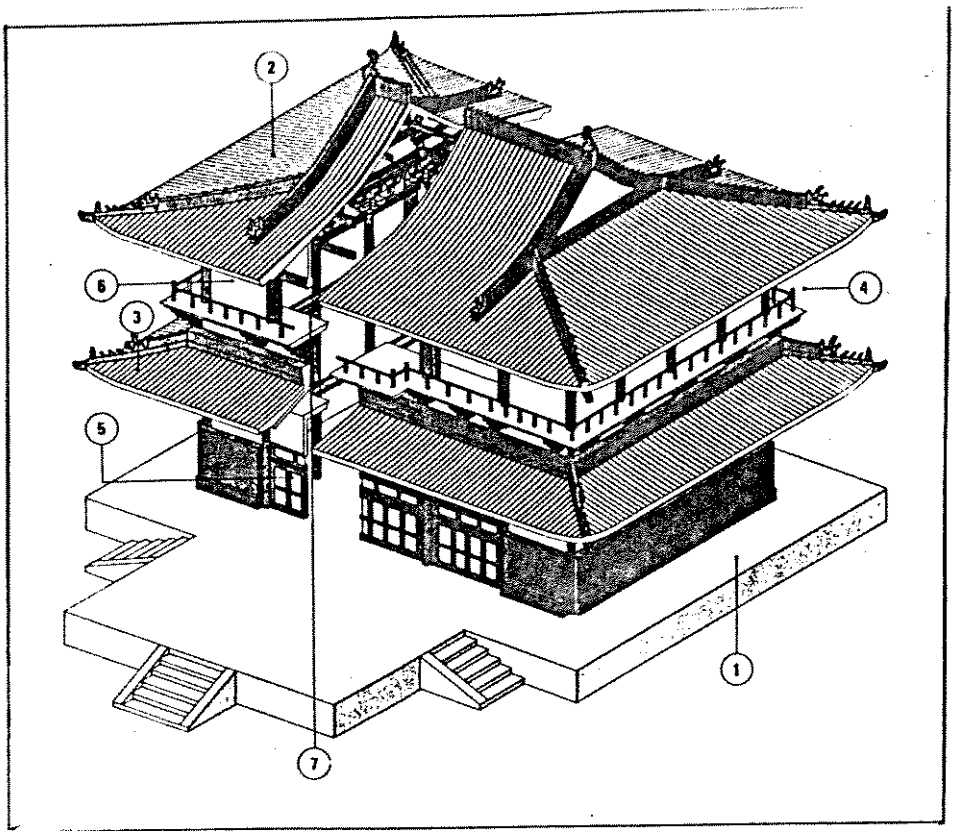
O telhado acachapado, a forma do pagode e a simetria da planta são o que de mais característico possui a arquitetura chinesa. A forma peculiar do telhado - descendo suavemente desde o ponto de amarração ao alto, para se arrebitar de modo abrupto às extremidades - tem sido objeto de várias teorias, sem que nenhuma delas a explique de modo satisfatório. Há quem a associe à forma da tenda nômade, ou à flexibilidade do bambú, às curvaturas da caligrafia chinesa e ainda a necessidades técnico-estruturais. Talvez seja mais simples descobrir, nesse acachapamento do telhado, o amor dos chineses pela beleza rítmica e linear, tanto mais quando é sabido que sòmente em tempos da Dinastia Tang os telhados passaram a acusar curvatura mais acentuada, decerto para se adequarem aos novos ideais de elegância, requinte e refinamento então instaurados. As casas mais simples dispunham de telhados de duas águas, do tipo a que no Brasil se costuma chamar de cangalha; mais caracteristicamente chineses são contudo os telhados de três e de

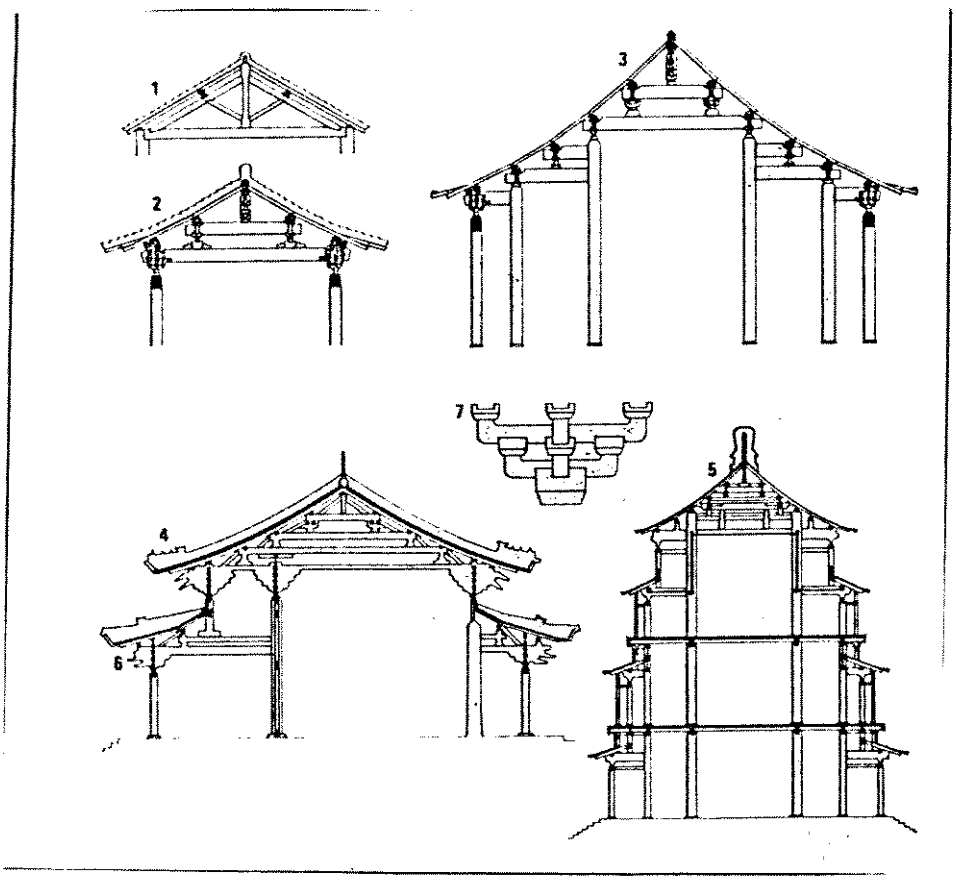


Tetos chineses de duas águas, de arestas (nºs 2 e 3) e de quatro águas.

quatro águas, de tacaniça; e há ainda telhados que combinam numa mesma cobertura duas, três e mais águas. Todos êsses telhados repousam sobre vistosas armações de vigas, tirantes e travessas de madeira que se comprimem e sustentam, amparam e tensionam, em extraordinário trabalho de carpintaria, sendo ainda de realçar a importância artística dos cachorros sobre os quais se apoiam os beirais. Enfim, telhas multicoloridas, de cerâmica, coroam o conjunto, de rara, opulenta beleza (9).

No que diz respeito aos pagodes, foi só a partir do Séc. III d.C. que se ergueram na China os primeiros t'a budistas, que aparentemente adotaram, como ficou dito, a forma de estruturas arquitetônicas pré-existentes, como a das torres de observação, mirantes e belvederes, t'ai. O pagode chinês possui planta circular ou hexagonal, é geralmente feito de tijolos e sua altura varia desde uns poucos metros até muitas dezenas. Varia também o número de pavimentos: pagodes de quatro andares são consagrados a lohans ou santos budistas, de sete, a um bodhisatva, e de oito ou mais a um Buda. Cada pavimento dispõe de seu próprio telhado, que se projeta lateralmente até concluir-se às quinas em arrebite, o que empresta a tais estruturas inesperada horizontalidade. Entre milhares de pagodes que existem na China, muitos nada têm porém que ver com o Budismo, mas sim com práticas geomânticas ou astrológicas, sem falar em que outros são meramente ornamentais. Certamente o mais célebre de todos os pagodes chineses foi o que o Imperador Yongle (1403 - 1424 d.C.) levantou em Nanquim para celebrar as virtudes da mãe: todo em porcelana, levou quase 20 anos para ser concluído e outros 450 em pé, antes de ser estupidamente destruído



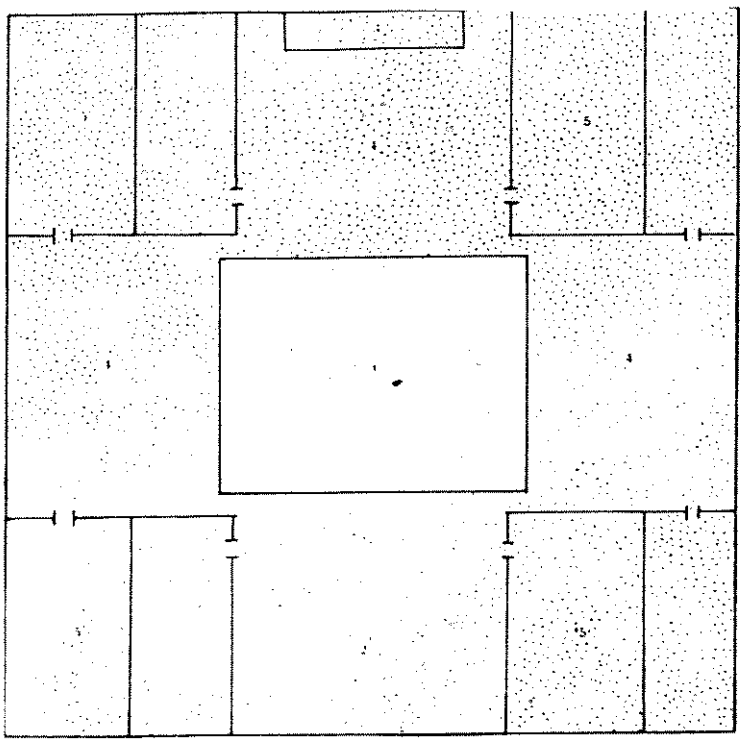


Pagode chinês típico, sobre pódio ou plataforma de madeira, ao alto. Na ilustração de baixo, esquemas mostrando diversos tipos de construções de telhado, com seus respectivos tipos de vigamento.

em 1856, por ocasião da Revolta dos Taiping.

Quanto à planta da casa chinesa, é simétrica, tal como o plano das cidades: um quadrado, orientado na direção Norte - Sul, sabido como os bons espíritos procedem do Sul, ao passo que o Mal origina-se ao Norte. O plano quadrado da casa e da cidade chinesas pode ter derivado da forma da unidade-padrão do cultivo da terra, ching-tien - um grande quadrado dividido por dois pares de linhas paralelas entrecruzadas em nove quadradinhos, um deles central. Textos antigos referem-se a uma construção, possivelmente mítica, que teria existido sob a Dinastia Chou (encerrada em 256 a.C.): o Ming-t'ang, ou Saguão da Claridade, onde praticamente se desenvolvia toda a atividade política, administrativa e religiosa da Côrte. Compunha-se o Ming-t'ang de uma série de quatro edificações, cada qual possuindo cinco cômodos, que o soberano utilizava sucessivamente, à medida em que as estações do ano avançavam. Ao centro do conjunto quedava um espaço vazio, quadrado, acima do qual erguia-se um teto recurvo, porque na Cosmogonia chinesa o ceu é redondo e a terra, quadrada. Nesse espaço central, espécie de território mágico onde se tocavam ceu e terra, o Imperador costumava deter-se em determinadas épocas do ano para celebrar. Talvez tenha-se originado do quadrado mítico do Ming-t'ang o chamado Poço do Ceu, tien-tsing, das casas chinesas tradicionais, sendo de ressaltar que o próprio ideograma chinês para poço é formado por dois pares de paralelas entrecruzados (10).

Mas, perguntará talvez alguém: e o que tem tudo isso a ver com a arquitetura colonial brasileira? - Bem mais do que se



Planta regular de uma casa em Cantão, vendo-se ao centro o chamado Poço do Ceu. Em torno se distribuem os aposentos. Só o Poço do Ceu não possui teto.

imagina, como tentaremos demonstrar nos próximos capítulos.

Notas

(1) - A tradição refere-se a grandiosos palácios erguidos às custas do esfôrço de centenas de milhares de pessoas sob as dinastias Ch'in (221 - 206 a.C.) e Han (206 a.C. - 221 d.C.). Tais construções, de dimensões descomunais e situadas em meio a enormes jardins, comportariam salões onde podiam reunir-se 10 mil pessoas, com 150 metros de largura e 20 de pé direito. Em tempos da curta Dinastia Sui (581 - 618 d.C.) foi erguido um palácio de "1.000 pórticos e 10 mil janelas", tão desmesuradamente grande que ao percorrê-lo as pessoas se perdiam - motivo pelo qual passou a ser conhecido como Mi Lou, ou Labirinto. Convém, contudo, não esquecer que, para os chineses, 10.000 é antes um número simbólico.

(2) - Usou-se primitivamente nas construções uma trama de madeira leve ou bambu consolidada com terra socada ou pó de mariscos. Sob a Dinastia Han a pedra foi utilizada com freqüência, tendência que se repetiria muito mais tarde, em tempos das Dinastias Yuan (1260 - 1368 d.C.) e Ming (1368 - 1644 d.C.).

(3) - Encyclopédia of the Arts, Philosophical Library, New York, 1946, subcapítulo "Architecture" do verbete "Chinese Arts", págs. 199-203.

(4) - No capítulo "Quiosques e Pagodes" da Parte II - Usos e Costumes, do presente estudo, dissemos já que pagode é vocábulo de origem controvertida, tamil (pagavadi), chinesa pai-gote, persa (botkedeh). Acrescentaremos a possibilidade de derivar do Sâncristo dagoba, originado a seu turno de dhatu garbha "lugar onde se guarda relíquias". Segundo a tradição, depois de morto Buda foi incinerado, e suas cinzas distribuídas por 84 mil sítios do Continente Asiático, em cada qual tendo sido erguido um pagode.

(5) - Muitos imperadores chineses sentiram-se especialmente atraídos por construções engenhosas, capazes de emular com a própria natureza. O Imperador Qianlong (1736-1795), por exemplo, que mal disfarçava o fascínio quase infantil que lhe despertavam os automata de tigres, leões e outros animais feitos especialmente para o seu entretenimento pelo Padre Thibault, incumbira outro jesuíta francês - o Padre Michel Benoist, excelente astrônomo - de embelezar seu Jardim da Perfeita Claridade, Yuan-Ming-Yuan, transformando-o num insuperável conjunto de fontes, reservatórios, mananciais, esguichos, repuxos e piscinas, tudo isso comandado por um complexo sistema hidráulico. A obra-prima do conjunto era um maravilhoso relógio hidráulico postado junto à escadaria de acesso ao Palácio do Calmo Mar. Para representar a sucessão do tempo, o Padre Benoist concebera as figuras em bronze dos doze animais do Zodíaco Chinês - rato, touro, tigre, lebre, dragão, serpente, ca-

valo, cabra, macaco, galo, cachorro e porco -, de cujas bocas escancaradas a água jorrava alternadamente a cada duas horas, sendo que ao meio dia todos soltavam juntos os seus jatos. Cf. Cecile e Michel Beurdeley: Giuseppe Castiglione, A Jesuit Painter at the Court of the Chinese Emperors. Charles E. Tuttle Co. Publ., Rutland & Tokyo, 1971, págs. 65 e segs.

(6) - Terminada a colocação do telhado de uma nova casa, era costume na China que seus construtores organizassem uma festa, cuja finalidade era homenagear ou aplacar os espíritos que habitavam o terreno sobre o qual a mesma fora erguida. Havia queima de fogos, grãos de cereais ou moedas eram colocados entre os vigamentos (para atrair a riqueza) e o telhado era enfeitado com galhos de árvores, a fim de que os espíritos, ao sobrevoarem a nova construção assim camuflada, julgassem tratar-se apenas de um bosque, assim deixando de perturbar a paz dos moradores. Ecos desse antiquíssimo costume chinês sobreviveram até hoje nas festas-de-cumeeira brasileiras, nas quais galhos de árvores sobre o telhado e moedas deixadas entre as vigas também são praxe comum.

(7) - Em 283 a.C. o tirânico Príncipe Min foi condenado por seus súditos revoltados a morrer de fome e sede, pendurado a uma quina de telhado. Para caçoar do governante deposto, o povo fêz figuras em cerâmica do Príncipe cavalgando grotescamente uma galinha, e as colocou nos telhados das casas, tendo ao lado um dragão incumbido de as vigiar. Galinhas e dragões, em cerâmica ou em outros materiais, começaram desde então a adornar os telhados das casas chinesas. Séculos mais tarde, já no reinado do Imperador Yongle (1403 - 1424 d.C.), outros animais seriam acrescentados ao par inicial, até perfazerem uma série de sete: galinha, dragão, fênix, leão, unicórnio, cavalo celeste e chi-wen, uma espécie de dragão comumente representado como um golfinho de cauda erguida. As antigas casas chinesas podiam ostentar um número (sempre ímpar) de até onze desses ornatos zoomórficos, sendo os animais repetidos quando necessário, porém não mais de uma galinha e de um chi-wen.

(8) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 19-27.

(9) - Desde remotas eras muitos foram os viajantes europeus que se sentiram fascinados por essas telhas coloridas, resplandecendo ao sol. Marco Polo, por exemplo, escreve: "As telhas são de todas as cores, vermelhas, amarelas, verdes e azuis, tão bem envernizadas que brilham e ao longe resplandecem".

(10) - Rolf A. Stein: "Architecture et Pensée Religieuse en Extrême-Orient". Arts Asiatiques, Tome IV. Fascicule 3. Presses Universitaires de France, Paris, 1957, págs. 164-165.

Telhados acachapados

Impossível precisar o exato momento em que telhados acachapados de três e quatro águas em tacaniça (1) e arrematando em beirais recurvos fizeram sua aparição na arquitetura colonial brasileira: deve ter sido ainda no Séc. XVI, expediente que os portugueses foram encontrar no Extremo-Oriente e logo trataram de utilizar também nos seus ensolarados domínios do outro lado do mundo. Mesmo porque, como escreveu Gilberto Freyre,

> não se vence o trópico sem de algum modo ensombrá-lo à moda dos árabes ou dos orientais. Sem telha côncava no edifício. Sem largos beirais arrebitados nas pontas em cornos de lua. Sem casas de telhado acachapado no estilo dos pagodes da China (2).

Esse velhos telhados, com freqüência arrebitados às extremidades, Ricardo Severo comparou a copas de árvores frondosas, "ensombrando as fachadas, geralmente de pouco pé de direito, em uma atitude protetora e hospitaleira" (3): seriam por muitos anos uma marca tradicional de nossa arquitetura colonial.

Há historiadores de arte que sustentam ser o telhado de tacaniça de uso generalizado no Brasil quinhentista. Para José Mariano Filho, por exemplo, esse tipo de cobertura era de utilização corriqueira em Pernambuco muito antes da ocupação holandesa, quando, por motivos de natureza prática, viu-se substituído por telhados de duas águas, de carpintaria tão menos exigente:

> Até começos do Século XVII, as habitações pernambucanas de espírito clássico se compunham com o gracioso telhado de "tacaniça", airosamente recurvado à moda chinesa. Como a carpintaria para esse gênero de cobertura é bastante complicada, os holandeses a simplificaram, passando os telhados a ser tratados com duas águas (4).

Em algumas paisagens de Frans Post podem ser vistos efetivamente, cobrindo casas-de-engenho, telhados de tacaniça. Tais telhados resistiriam aliás ainda por muito tempo, não apenas no Nordeste, como em várias outras regiões do país, e ainda continuaram a ser erguidos pelo Séc. XIX a dentro, senão nas cidades, que tinham já então optado por soluções mais "modernas" e descomplicadas, nos campos junto a elas ou em torno delas, tão mais conservadores, tão mais apegados a técnicas, processos e modismos herdados do passado. Muitos desses telhados apresentavam-se arrebitados às extremidades, como não deixaram de observar alguns estudiosos dos Sécs. XIX e mesmo XX. Assim, Louis Vauthier, no judicioso estudo que consagrou às casas de morada de quintas, chácaras e sítios do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, não deixou de salientar que "os ângulos dos tetos se levantam à maneira chinesa" em muitas delas (5), enquanto Araujo Viana, escrevendo em começos do Séc. XX, nota nas casas do Brasil-Colônia "feitios portugueses, com reminiscências asiáticas na forma das coberturas de beirais em pontas recurvadas" (6).

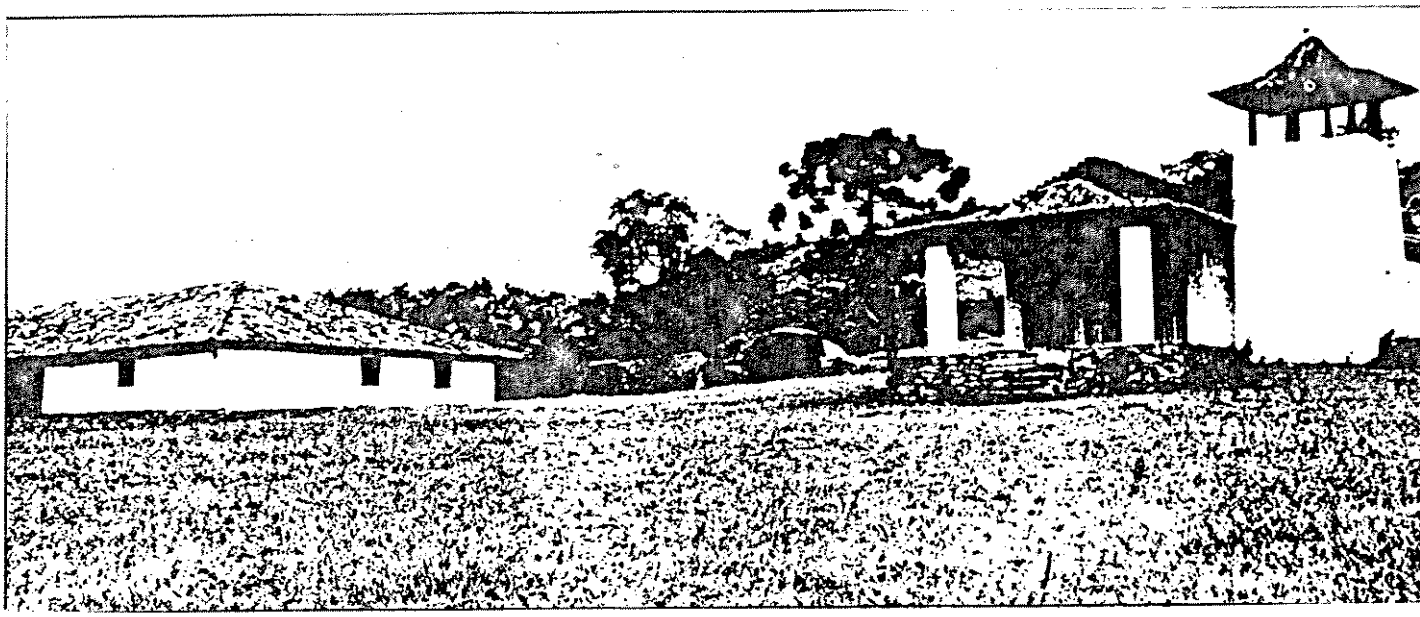
Ao deixarem de ser construídos em zonas urbanas, edifícios domésticos dotados de telhado de tacaniça viram-se adotados, como dissemos, nas zonas suburbana e rural, onde, porque a moda e

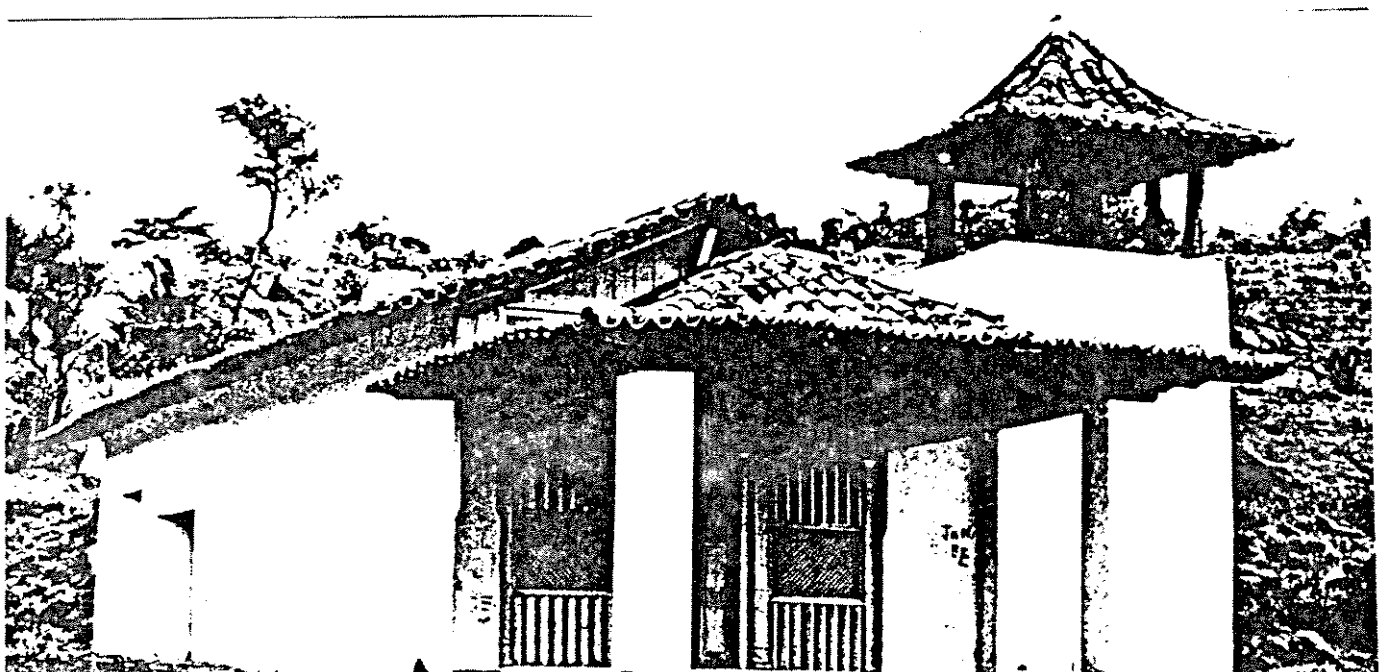
a mania de renovação e modernização não pressionavam tanto, alguns lograram chegar até nossos dias, é verdade que muito estropiados ou mal tratados; e se na cidade tais telhados de aparência oriental deixaram de ser adotados, foi também porque nelas, desde cedo, tipos de cobertura mais simples passaram a ser empregados, em função de uma mão-de-obra cada vez menos sofisticada - para não dizermos cada vez mais despreparada. Mesmo assim, fotografias do centro do Rio de Janeiro de antes do Bota-Abaixo! e da reforma de Pereira Passos deixam ver casarões com telhados de três e quatro águas, tão numerosos e tão comprimidos entre si que mal saberíamos dizer se o que se tem ante os olhos são imagens da capital do Brasil, se de Changai ou de outra qualquer grande cidade da China.

Casas de morada rurais, casas-de-campo e casas-grandes de fazenda com telhado de tacaniça foram numerosas no Brasil desde fins do Séc. XVI a começos do Séc. XIX. Dessa última época ou mesmo um pouco mais tardias conservam-se exemplos em São Paulo e Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, no Norte e no Nordeste. Apresentam tal tipo de cobertura duas das mais notáveis casas rurais de São Paulo, datáveis do Séc. XVII e ambas situadas no Município de Cotia: a do Sítio do Mandu e sobretudo a do Sítio do Padre Inácio, uma e outra estudadas em ensaio pioneiro de Luís Saia (7). Telhados de tacaniça possuem também várias sedes de fazenda paulistas de meados do Oitocentos localizadas no Nordeste do Estado, na região compreendida entre os rios Pardo e Grande - zona aliás de forte influência mineira -, estudadas por Daici Ceribeli Antunes de Freitas (8). Em Goiás, exemplo admirável de cobertura de quatro águas é-nos fornecido pelo Engenho de São Joaquim em Pire-

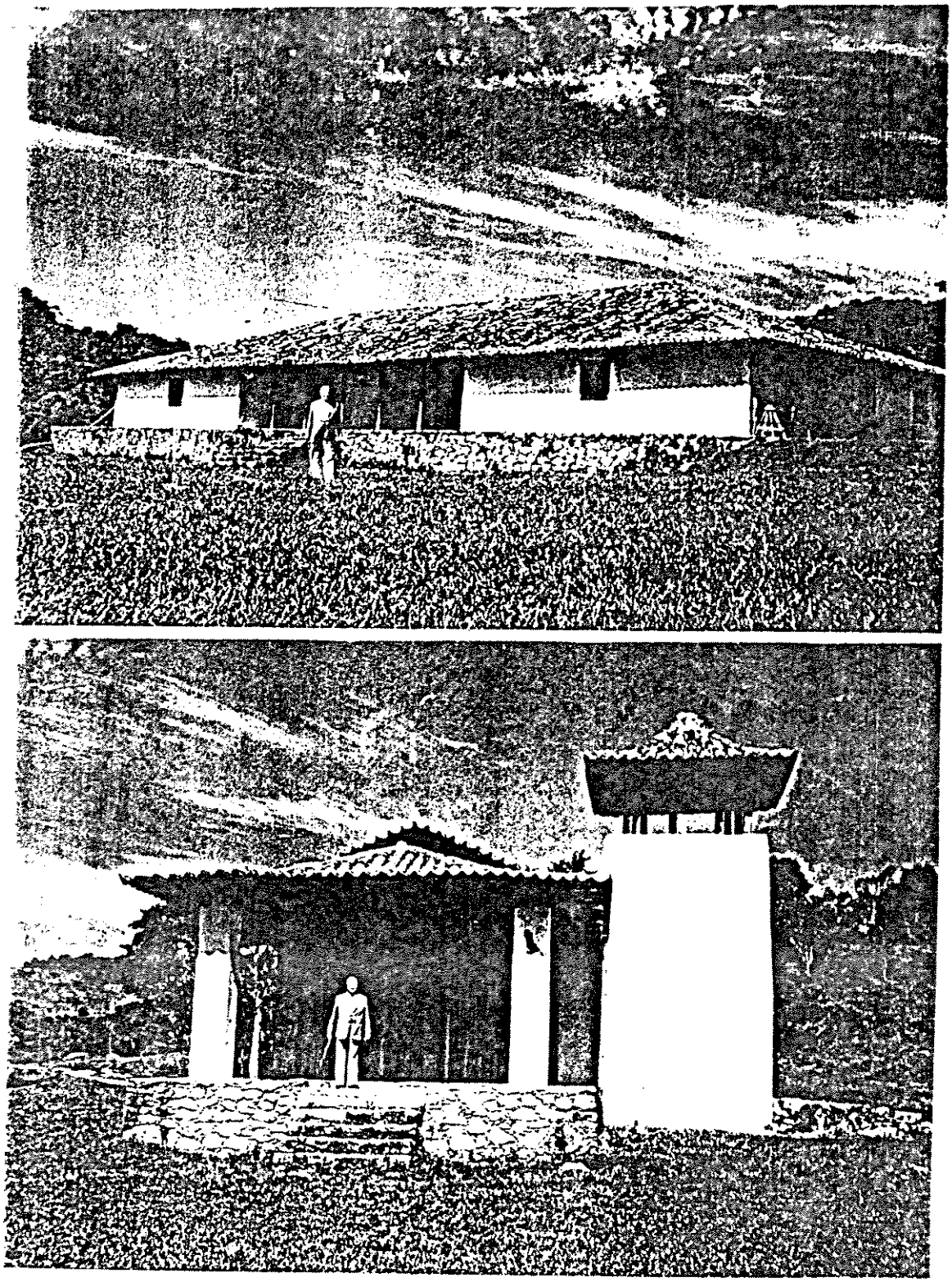
nópolis, erguido entre 1800 e 1805 e hoje Fazenda Babilônia. Telhado que "...se amplia em todas as direções, como se fosse um chapeu", ostentam várias casas que José Liberal de Castro estudou no Ceará, no Piauí e no Maranhão, mostrando ainda esse historiador como, nessas regiões, telhados de quatro águas foram empregados também na arquitetura civil - para cobrir, por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim no Ceará ("encimada por telhado de allure oriental") ou o Palácio Nepomuceno, sede da diocese de Oeiras, no Piauí (9).

Finalmente, procedimento comum posto em prática por nossos mestres-de-obra coloniais, tanto em edificações civis quanto nas domésticas, foi cobrirem um mesmo edifício com dois ou mais telhados independentes de quatro águas cada um, sempre que a superfície a proteger assim o exigisse. Isso ocorre por exemplo com as Câmaras de Ouro Preto em Minas Gerais e de Santo Amaro na Bahia, e acontece também na Fazenda do Columbandê, no Estado do Rio de Janeiro (10).





Ao alto, conjunto formado pelo Sítio e Capela de Santo Antonio, em São Roque, São Paulo. Embaixo, a capela, que se ergue sobre um pódio ou plataforma de pedra.



Vistas da casa-grande (ao alto) e da capela do Sítio de Santo Antônio em São Roque, São Paulo. Arquitetura bandeirista, c. 1640. Uma e outra edificadas sobre plataformas de pedra, que existiram, também, na China - e desde tempos imemoriais.

Notas

(1) - Tacaniça é o plano triangular formado entre os espigões, nas coberturas de três e quatro águas.

(2) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora/Pró-Memória/INL, Rio de Janeiro, 7ª ed., 1985, Vol. 2, pág. 431.

(3) - Ricardo Severo: A Arte Tradicional no Brasil, pág. 21 (Cf. Gilberto Freyre, nas anotações ao ensaio de L. L. Vauthier sobre "Casas de Residência no Brasil", publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 7, Rio de Janeiro, 1943; reeditado em Arquitetura Civil I, Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (sic), MEC/IPHAN e USP/FAU, São Paulo, 1975, pág. 71, nota 27).

(4) - José Mariano Filho: "A Suposta Influência Holandesa na Arquitetura Pernambucana Setecentista". Estudos de Arte Brasileira, Rio de Janeiro, 1942, págs. 112-113. O mesmo autor, numa intervenção em conferência realizada a 28 de abril de 1939 por Augusto de Lima Júnior no Instituto de Estudos Brasileiros do Rio de Janeiro, tinha já sustentado idênticos pontos-de-vista: "Tivemos a influência de detalhes da China e da Coreia. É a forma em grande sanca tão graciosa e típica, dos telhados chamados de tacaniça e que só se amorteceram, estupidamente, em Pernambuco, com o intercalamento do espisódio holandês, que abastardou essa arquitetura, com a impossibilidade de se praticar o telhado de quatro águas". A íntegra dessa intervenção pode-se ler em Estudos Brasileiros, Ano 1, nº 6, Rio de Janeiro, Maio-Junho de 1939, págs. 88-89.

(5) - L. L. Vauthier, op. cit., pág. 71.

(6) - Ernesto da Cunha de Araujo Viana: "Das Artes Plásticas no Brasil em Geral, e na Cidade do Rio de Janeiro em Particular". Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 78, Rio de Janeiro, 1915, pág. 533.

(7) - Luis Saía: "Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século". Arquitetura Civil I, págs. 233-281 (originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 8, Rio de Janeiro, 1944).

(8) - Daici Ceribeli Antunes de Freitas: Arquitetura Rural no Nordeste Paulista/Influências Mineiras/1800-1874. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ivan Santo Barbosa. São Paulo, 1986.

(9) - José Liberal de Castro: "Aspectos da Arquitetura

no Nordeste do País", em História Geral da Arte no Brasil. Instituto Walther Moreira Sales e Fundação Djalma Guimarães. São Paulo, 1983, Vol. 1, págs. 305-306.

(10) - Robert C. Smith: "Arquitetura Civil do Período Colonial", Arquitetura Civil I, pág. 164: "Os construtores brasileiros seguiram a usança portuguesa de fazer telhados independentes para as diversas partes da área total a cobrir, resultando daí uma série de unidades de quatro águas para o mesmo edifício, como acontece com as Câmaras de Ouro Preto e Santo Amaro, ou a Fazenda do Calumbandê".

Telhas Envernizadas ou Zoomórficas

Não foram poucos os estudiosos, nacionais ou estrangeiros, que desde o Séc. XIX se referiram a telhas zoomórficas e a outros adornos de aparência bizarra ou exótica que podiam ser vistos sobre os telhados luso-brasileiros dos tempos coloniais, ou já brasileiros do Primeiro Império. Essas telhas evocavam de perto aquelas que os chineses costumavam desde tempos imemoriais colocar às quinas dos telhados de suas habitações, como já ficou dito (1), e eram sem dúvidas de origem extremo-oriental: seus modelos, os portugueses foram encontrá-los decerto em Macau e em outras cidades da China por onde passaram.

A ter razão Louis Vauthier - o engenheiro francês que de 1840 a 1846 residiu no Brasil -, tais telhas eram encontradas não em casas urbanas, porém só nas rurais:

> Chegamos em breve ao campo e, conforme estejamos no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Pernambuco, encontrar-nos-emos em meio das quintas, das chácaras ou dos sítios, nome tríplice que têm neste país as casas de campo. Aqui, a arquitetura externa se torna um pouco mais fantasista. Os materiais são os mesmos, mas há um pouco mais de descuido no seu emprêgo. Os ângulos dos tetos se levantam à maneira chinesa e o vermelho vivo com que se pinta os beirais contrasta com a brancura das cornijas. Os ângulos das cumeeiras têm ornamentos bizarros, constituídos mais frequentemente por vasos de louça, chumbados pela base na argamassa e pintados também de vermelho vivo (2).

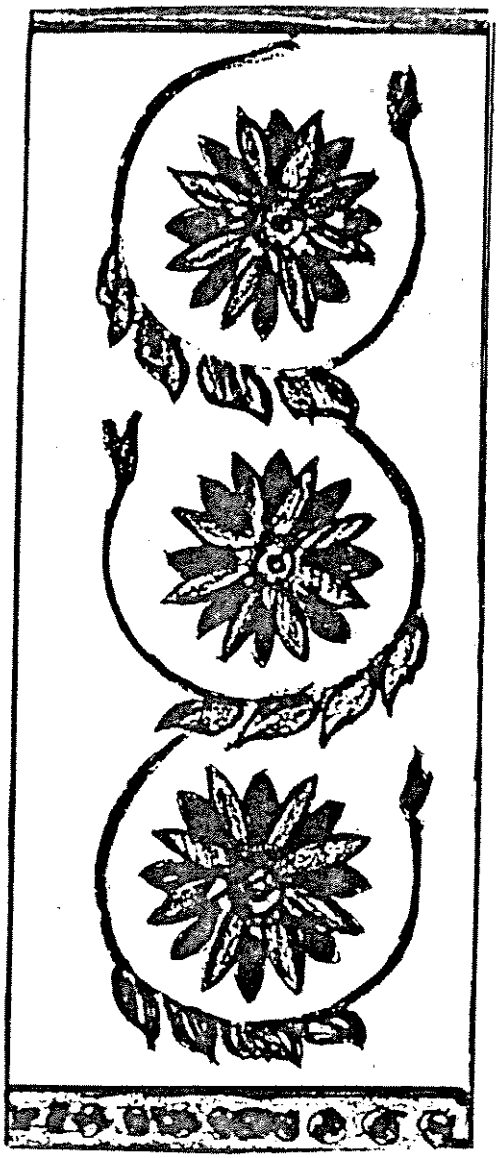
Mais minucioso, Washt Rodrigues informa serem conhecidos diversos tipos de enfeite utilizados nos ângulos dos beirais, sendo que "uma ponta ou uma pomba, em geral feitas de telha, são os mais comuns em toda parte" (3). Do mesmo modo, Morales de los Rios Filho alude a "salientes beirais com os cantos arrebitados - modelo imitando os telhados chineses e trazido da Cidade do Santo Nome de Deus de Macau pelos portugueses - ou então terminados por curiosos ornatos ou por pombas com asas abertas" (4). Muitos de tais ornatos cerâmicos em forma de pomba de asas abertas podem ser vistos ainda hoje em certas cidades do interior, como em Diamantina, por exemplo.

Existe ainda um outro tipo de telha, também de origem extremo-oriental, que foi largamente empregada no Brasil entre fins do Séc. XVIII e começos do Séc. XIX: referimo-nos às telhas esmaltadas ou envernizadas que guarneciam as extremidades dos telhados, e que se destinavam a "gratificar quem olhasse o beiral de baixo para cima" (5). Eram telhas semicilíndricas em azul e branco, exibindo delicados desenhos com motivos vegetais ou de pássaros e podendo atingir dimensão inusual - até 67 centímetros de comprimento -, em razão de sua própria função.

Cumpre esclarecer que já em tempos da Dinastia Han (encerrada em 221 d.C.) os telhados das casas chinesas exibiam telhas semicilíndricas feitas em terracota a partir de moldes de madeira, com ornamentação geométrica ou naturalista. Só a partir do Séc. V d.C. surgiriam contudo em Datong, na Província de Shanxi, as primeiras telhas envernizadas, de um tipo que, de então por diante,



Conjunto de telhas esmaltadas em branco e azul, as quais revestiam a parte inferior dos beirais.





Desenhos de Udo Knoff, em seu livro Azulejos da Bahia (Salvador, 1986), mostrando esquematicamente as telhas esmaltadas em azul e branco com decoração floral que se colocabam aos beirais, e que constituem uma lembrança chinesa.

iria tornar-se comum em toda a China (6). As cores dessas telhas esmaltadas não eram pintadas a bel prazer, antes obedecendo a severo código, de impossível inobservância. Assim, o azul estava reservado ao Templo do Ceu, o amarelo aos palácios imperiais, o verde expressava paz e tranquilidade, o vermelho alegria e felicidade, e assim por diante.

É provável que ao chegarem à China em começos do Séc. XVI os portugueses foram-se deparar com essas telhas envernizadas, de variegado colorido, cuja simbologia decerto lhes escapou por irrelevante, mas cujo valor ornamental imediatamente perceberam, logo as adaptando ao seu próprio uso e as transplantando também para a sua colônia do Brasil.

Notas

(1) - Cf. nota 7 do capitulo "Arquitetura".

(2) - Louis Vauthier: "Casas de Residência no Brasil". Arquitetura Civil I. MEC/IPHAN e USP/FAU, São Paulo, 1975, pág. 71. Originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 7, Rio de Janeiro, 1943.

(3) - José Wasth Rodrigues: "A Casa de Moradia no Brasil Antigo". Arquitetura Civil I. MEC/IPHAN e USP/FAU, São Paulo, 1975, pág. 303. Originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 9, Rio de Janeiro, 1945.

(4) - Adolfo Morales de los Rios Filho: Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira. A Noite, Rio de Janeiro, 1941, pág. 192.

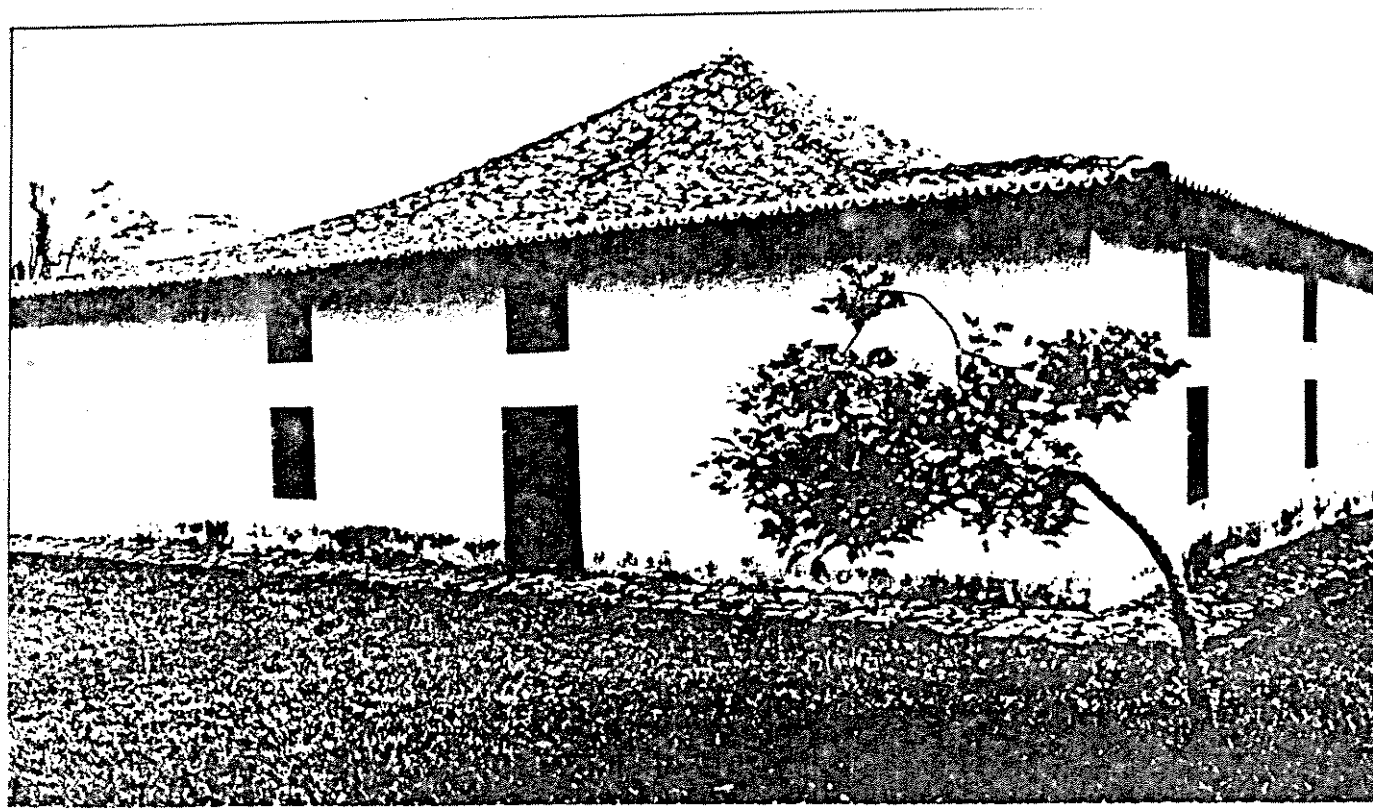
(5) - Udo Knoff: Azulejos da Bahia. Kosmos e Fundação Cultural da Bahia. Rio de Janeiro e Salvador, 1986, pág. LI. As notas são de Olímpio Pinheiro. Acerca de telhas envernizadas e de sua aplicação na arquitetura luso-brasileira veja-se também, de Eldino da Fonseca Brancante: O Brasil e a Cerâmica Antiga. São Paulo, 1981, págs. 15-17.

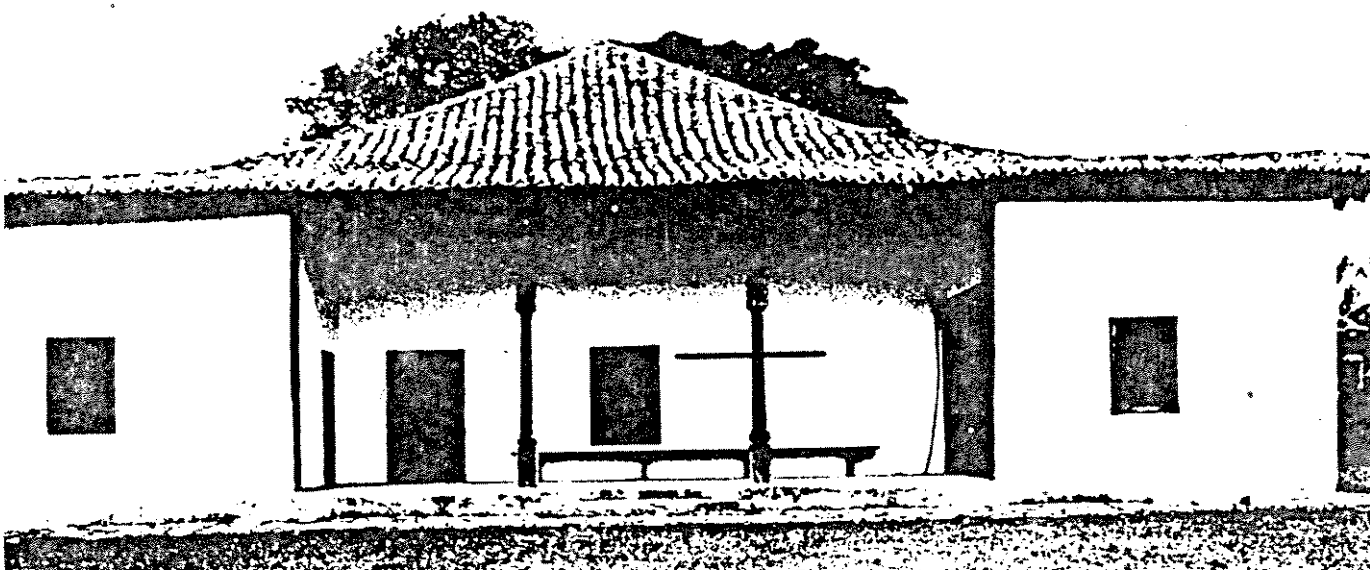
(6) - Michel e Cécile Beurdeley: Chinese Ceramics. Thames and Hudson, London, 1974, pág. 40 e pág. 54.

Casa-Grande do Sítio do Padre Inácio

Por suas monumentalidade e dimensões inusuais; pela planta, de traçado regular; por seu enorme telhado de quatro águas, que desce com elegância para se arrebitar discretamente às quinas; e enfim pelo extraordinário lavor da marcenaria, visível sobretudo nos requintadíssimos cachorros zoomórficos dos beirais, a casa-grande seiscentista do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, no Estado de São Paulo, é sem dúvida a construção mais representativa de toda a arquitetura rural paulista, destacando-se nitidamente dentre o precioso conjunto das 12 casas bandeiristas dos Sécs. XVII e XVIII estudadas em 1944 por Luís Saia em Cotia, Itapecirica, São Roque, Sorocaba e na própria capital, em texto que projetou novo enfoque sobre toda a arquitetura civil do Brasil-Colônia (1).

Do mesmo modo como, entre outras, as casas-grandes dos sítios do Mandu, também em Cotia, e de Santo Antonio, em São Roque, só que em grau superior, essa casa-grande do Sítio do Padre Inácio serve de exemplo inestimável de antiga casa rural brasileira a revelar, em quantidade e combinações que ultrapassam de muito a condição de simples coincidência, elementos estruturais, construtivos e ornamentais de flagrante conotação chinesa, elementos que só podem ter sido introduzidos em nosso país pelos portugueses, em que pese recente teoria aventada pela historiadora de arte Aracy Amaral, que dá a casa rural paulista como de origem espanho-





Duas vistas da Casa Grande do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, São Paulo: fachadas anterior (ao alto) e principal. Exemplo mais característico da chamada arquitetura bandeirista, Séc. XVII.

la ou hispano-americana (2). Na verdade, por engenhosa e sedutora que tal teoria nos pareça, nunca será demais recordar que os portugueses, pela mesma época em que se achavam a braços com a colonização do Brasil, estavam também desenvolvendo projetos paralelos em Goa e Macau (entre tantos outros territórios que mantinham na Asia, na Africa, na Oceania), levando a efeito constantes deslocamentos de funcionários e troca de informações, num tipo de colonização possivelmente único no mundo, nada impedindo que tais informações incluíssem dados relacionados com a arte de construir, ou que oficiais mecânicos já familiarizados com métodos, técnicas e processos observados na China pudessem tê-los trazido para o Brasil.

Saia, e na esteira dele Robert C. Smith, apontam seis características principais da casa bandeirista: a plataforma artificial sobre a qual se ergue, a planta quadrangular, paredes em taipa e pilão, telhados de quatro águas, fachada integrada por varanda situada entre capela e quarto de hóspedes, e a disposição dos aposentos em torno a uma sala central (3). Quase todas essas características, que a casa-grande do Sítio do Padre Inácio reúne, possuem antecedentes na China, como passaremos a mostrar.

Peculiaridade que só as casas bandeiristas exibem, e que por isso mesmo as distingue das demais casas rurais brasileiras, é o fato de muitas delas terem sido levantadas sobre uma espécie de pódio ou taboleiro artificial de pedra ou terra socada. Enquanto no Nordeste, por exemplo, as casas pousavam naturalmente sobre o chão, acomodando-se aos seus acidentes, inclinações e reentrân-

cias, em São Paulo plataformas artificiais foram preparadas sempre que a topografia irregular as exigia: como explicou Luís Saia, "a solução arquitetônica estava inicialmente comprometida com a plataforma plana". Coincidência ou não, essas plataformas de pedra ou terra socada de São Paulo possuem parentes remotos na arquitetura da China, que nunca as dispensou como ponto inicial de todo o processo edilício. Vestígios de algumas poucas plataformas de terra pisé, tão compactas que chegaram a adquirir a solidez do concreto, podem ser vistos ainda hoje naquele país, algumas remontando à primeira dinastia histórica, Shang (encerrada em 1111 a.C.), ou à segunda, concluída em 221 a.C. (4).

A planta térrea da casa-grande do Sítio do Padre Inácio tem a forma de um quadrado dentro do qual vê-se um segundo quadrado, central. Este mesmo tipo de planta quadrangular - quadrada, quase quadrada ou retangular - repete-se em várias outras casas bandeiristas, como a do Sítio do Mandu em Cotia, a do Caxingui, em São Paulo, e a que serviu de sede a antiga fazenda outrora localizada onde hoje se situa o bairro do Tatuapé, também em São Paulo. Deve ter ocorrido também em outras regiões brasileiras - em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro -, tanto que Robert C. Smith fala em casas-de-engenho pernambucanas com "a mesma planta quadrada e compacta", enquanto Wasth Rodrigues alude genèricamente a sobrados cuja planta formava "um retângulo dividido por linhas cruzadas em xadrez" (5).

Quando se toma um retângulo e se o divide por linhas cruzadas em xadrez o resultado é logicamente outro retângulo, en-

cerrando nove menores, um deles central. Essa é a disposição tradicional da casa rural bandeirista (e brasileira) de modo geral, e da casa-grande do Sítio do Padre Inácio em particular. Devem tê-la apresentado também as casas "sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino" a que se referiu Pedro de Magalhães Gandavo em 1576 (6), ou as casas que Gabriel Soares de Sousa viu nas imediações de Salvador poucos anos mais tarde (7). Aracy Amaral sustenta a origem hispânica dessa espécie de planta simétrica, que é por exemplo a da Lonja de Sevilha, erguida a partir de 1583, ou a da chamada Casa del Almirante, construída de 1510 a 1514 em Santo Domingo, na atual República Dominicana, para servir como residência a Diego Colón, filho de Cristóvão Colombo (8); todavia, não se pode esquecer que desde tempos imemoriais a casa de morada chinesa possui planta simétrica - um quadrado, dividido, interiormente, em nove quadrados, dos quais um ocupando o centro, planta essa derivada, como já dissemos, talvez do módulo agrícola ching-tien, quem sabe da forma do Ming-t'ang mítico (9).

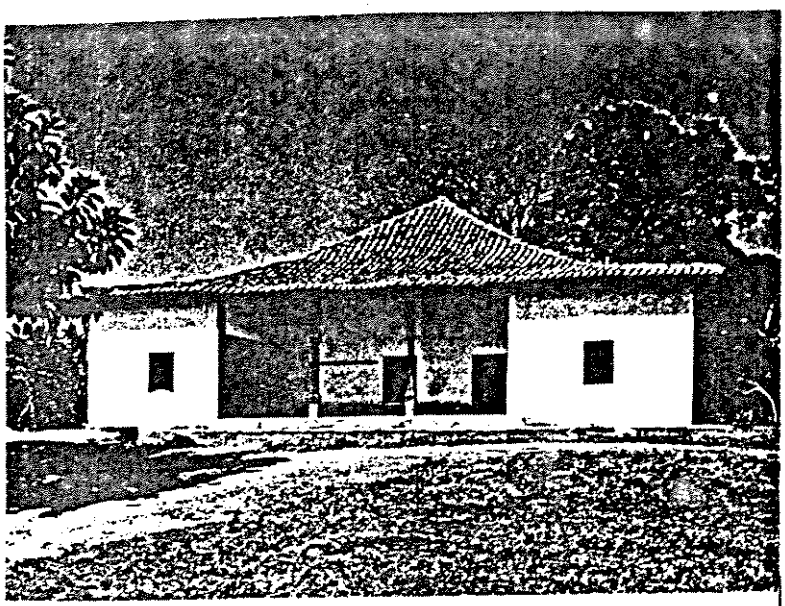
As paredes da casa-grande do Sítio do Padre Inácio são de barro socado, reforçado por peças longitudinais de madeira. Os alicerces mergulham uns 50 centímetros na plataforma de sustentação, e o barro, de excelente qualidade, não foi aplicado puro, porém misturado a outros materiais, como estrume bovino. Sendo embora processo de origem milenar, que ocorre na Mesopotâmia e em outras regiões do Mundo Antigo, há quem, como José Mariano Filho, sustente a origem chinesa da taipa de pilão e da taipa de sebe, colocadas em uso pelos portugueses no Brasil Colonial (10). Seja como for, ainda hoje as casas dos camponeses na China, nas peque-

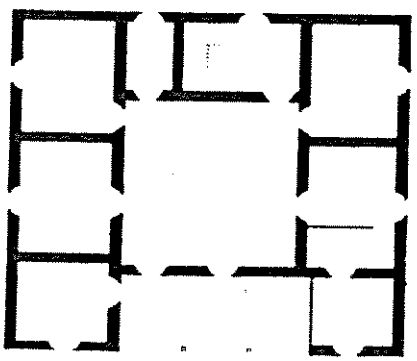
nas províncias e nas cidades menores, são feitas de taipa de pilão, em processo que em nada se diferencia do empregado em nosso próprio país.

É nos cachorros dos beirais que mais fortemente se revela o eco de profundas influências chinesas na casa-grande do Sítio do Padre Inácio. Isso mesmo reconheceu, algo confusamente, Luís Saia, ao escrever:

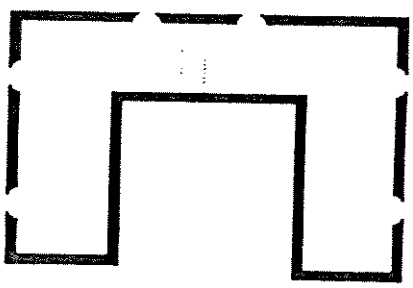
> Passando em revista as peças de madeira, vale notar os cuidados especiais que recebiam os cachorros. Um exemplo bem claro está nos cachorros da casa-grande do Sítio do Padre Inácio, que pelo sabor oriental faz relembrar certos detalhes de pintura religiosa, vistos em Embu e Sabará, sabor êsse que, também, vamos encontrar na forma do telhado, com jeito de pagode (11).

Mas esses cachorros do beiral da casa-grande do Sítio do Padre Inácio não são cachorros comuns: são cachorros zoomórficos, caprichosamente esculpidos em forma de golfinhos estilizados. Saliente-se que o golfinho, identificado por vêzes com o dragão chi-wen, é na China um dos sete animais empregados na ornamentação e na proteção dos telhados, cabendo-lhes, na complexa simbologia chinesa, preservar as casas contra o perigo dos incêndios.



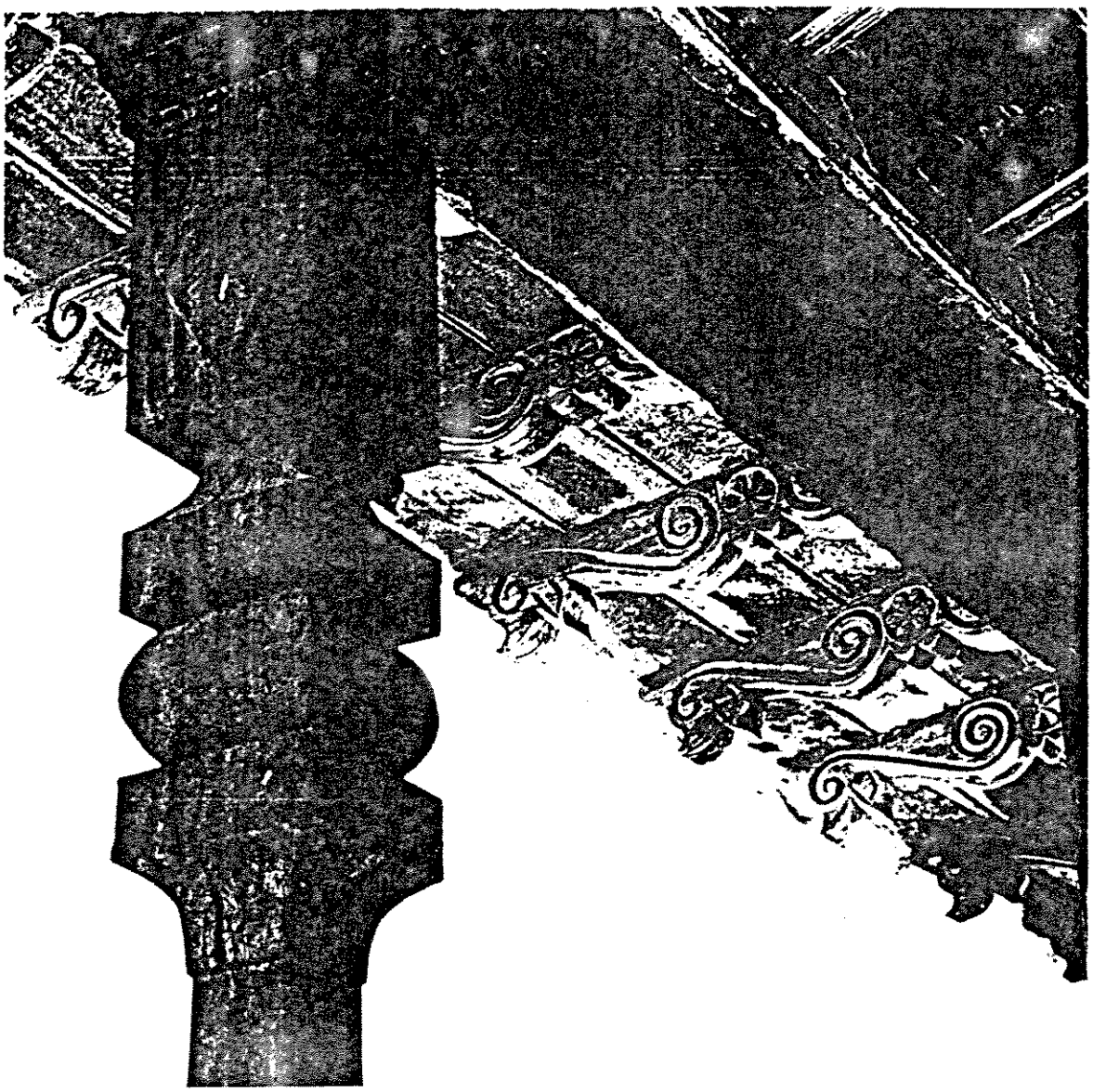


Planta baixa



Planta superior

A Casa Grande do Sítio do Padre Inácio e plantas de seus primeiro e segundo andares.



Detalhes dos cachorros zoomórficos - golfinhos estilizados - que sustentam os beirais da Casa Grande do Sítio do Padre Inácio, altamente reminiscentes da tradição chinesa.

Notas

(1) - No ensaio "Arquitetura Civil no Período Colonial", originalmente publicado em 1969, no número 17 da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e depois incluído no volume Arquitetura Civil I (MEC/IPHAN e USP/FAU, São Paulo, 1975, págs. 95-190), Robert C. Smith assim se manifesta a respeito do texto de Saia: "As pinturas de Frans Post constituem uma fonte incomparável para o estudo da arquitetura rural do Séc. XVII em Pernambuco. Mas deixam muito por dizer em relação às plantas e à ornamentação dos edifícios. é portanto motivo de grande júbilo o fato de um grupo de casas dos Séculos XVII e XVIII, bem pouco conhecido, ter sido carinhosamente estudado por Luís Saia, em publicação feita pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essas casas rurais aparentam-se em seu aspecto tão estreitamente às casas desaparecidas de Pernambuco que, por meio delas, so pode achar resposta a muitas das questões em suspenso acerca das casas de engenho do Nordeste. Em São Paulo, a construção era também de barro e madeira sem emprego de alvenaria. Tem a mesma planta quadrada e compacta, os mesmos telhados de quatro águas, de pavilhão, ou de águas mestras, varandas nos cantos ou no meio de uma ou mais das fachadas, e janelas protegidas por balaústres de madeira de seção quadrada, diagonalmente colocados. Em outras palavras, provam que o mesmo tipo ou sistema de construção prevaleceu, aproximadamente ao mesmo tempo e dentro das circustâncias, tanto no Norte como no Sul do Brasil. De fato as casas de São Paulo são mais recentes do que as representadas por Frans Post, sendo que entre as de data conhecida a mais antiga é de 1618 e a mais recente de 1743".

(2) - Aracy A. Amaral: A Hispanidade em São Paulo / Da Casa Rural à Capela de Santo Antonio. Nobel/Edusp, São Paulo, 1981. A autora, estudando no Cap. II a casa rural paulista a partir do detalhe ornamental, enfatiza o que ela possui em comum com casas rurais aproximadamente de mesma época, de países como Paraguai, Colombia, Venezuela e em especial Equador, concluindo por sua orígem comum, espanhola, até porque, como se sabe, foi forte a presença castelhana na Capitania de São Vicente, desde inícios do Seiscentos. Às págs. 31 - 32 escreve: "O que desejamos reafirmar é que a casa rural com esse partido, tal como ocorre em São Paulo dos Séculos XVII, XVIII e às vezes inícios do Século XIX, não nos chega via Portugal, mas via Espanha e/ou América Espanhola, pelas circunstâncias do tempo (presença castelhana na Capitania de São Vicente, onde se localizava São Paulo). Isso é bem visível, embora adaptações ao meio e necessidades ocorressem. Exemplo disso é que em geral na América Espanhola essas casas rurais se construíam em adobe, ao passo que em São Paulo invariavelmente em taipa. Permanecem em todos os exemplos vistos, contudo, constantes de orígem espanhola, como os detalhes decorativos comuns a êsse tipo de ca-

sa: pilares lavrados em madeira, cachorros de beirais entalhados e freqüentemente balaústres de janelas em madeira". A dificuldade em se aceitar essa origem espanhola das casas rurais paulistas é que, como esclareceu Robert C. Smith, as casas de engenho pernambucanas que são iguais a ela no que respeita a planta, detalhes de contrução e mesmo de ornamentação, procedem-nas cronològicamente, o que significa que o partido arquitetônico ao qual obedeciam já prevalecia no Brasil antes do próprio Domínio Espanhol, iniciado em 1580, e num lugar, o Nordeste Brasileiro, onde a influência castelhana nunca se fez sentir do mesmo modo intenso como na antiga Capitania de São Vicente.

(3) - Essa disposição era conseqüência natural do tipo de planta quadrangular adotado, que se constituia num grande quadrado exterior, tendo ao centro segundo quadrado. Os aposentos distribuiam-se pelo espaço criado entre ambos os quadrados.

(4) - Elizabeth Lyons: "China Architecture", em McGraw-Hill Dictionary of Art. Bernard S. Myers, Editor. MacGraw Hill Book Company, New York, 1969, Vol. 2, págs. 39-40.

(5) - José Wasth Rodrigues: "A Casa de Moradia no Brasil Antigo" (originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional número 9, Rio de Janeiro, 1945, e mais tarde incluído no Volume Arquitetura Civil I (MEC/IPHAN/ e USP/FAU, São Paulo, 1975, pág. 295): "A planta de um sobrado, quando simétrica e de tamanho médio, tendo a casa 15 metros de frente mais ou menos, isolada, e com janelas laterais, forma um retângulo dividido por linhas cruzadas em xadrez, ficando três peças na frente. Essas três peças são a sala e dois quartos. Há ainda uma peça central, recebendo a escada que vem do vestíbulo térreo e completando-se com uma alcova ou oratório; nos fundos a sala de jantar".

(6) - Pero de Magalhães Gandavo: História da Província de Santa Cruz. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 93: "Quanto às casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edifícios; porque em princípio não havia outras na terra senão de taipa e térreas, cobertas sòmente com palma. E agora já há muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino, das quais há ruas mui compridas, e formosas nas mais povoações de que fiz menção". A primeira edição, de Lisboa, é de 1576.

(7) - No capítulo "Arquitetura Colonial", da História das Artes na Cidade do Salvador (Prefeitura Municipal, Salvador, 1967), à pág. 37, afirma Robert C. Smith: "As numerosas casinhas de campo, fora dos muros da cidade, vistas por Gabriel Soares em 1587 pareciam-se, provavelmente, às construções pequenas e de barro e madeira com telhados baixos e alpendres centrais de madeira que vemos nas paisagens pernambucanas de Frans Post e em alguns sítios em São Paulo, que repetem as linhas das casas de campo tradicionais da Beira e do Minho, em Portugal. Todas desapareceram na região da Bahia".

(8) - Aracy A. Amaral, op. cit., págs. 54-58.

(9) - Cf. o que escrevemos na "Introdução" do presente capítulo.

(10) - Cf. Augusto de Lima Júnior: "Evolução do Barroco no Brasil". Estudos Brasileiros, Ano I, nº 6, Rio de Janeiro, Maio-Junho de 1939, págs. 89-90 (intervenção de José Mariano Filho).

(11) - Luís Saia, op. cit., pág. 249. Sobre cachorros recortados à moda chinesa leia-se também o que escreve Wasth Rodrigues, op. cit., pág. 314: "Diamantina destaca-se extraordinariamente por uma grande cópia de peculiaridades. Em primeiro lugar, os beirais, verdadeiras obras-primas de carpintaria, são formados de largas molduras de madeira, de que saem os cachorros intercalados com as pontas grossas das linhas, todos recortados em perfis caprichosos".



Vista da fachada da Igreja de Nossa Senhora do ó, em Sabará, Minas Gerais, uma das mais antigas igrejas mineiras. Seu aspecto atual, com o campanário em cima e ao centro da fachada, remonta a fins do Séc. XVIII ou mesmo ao Séc. XIX.

Nossa Senhora do Ó

De planta poligonal e frente trifacetada, encimada por torre central, revelando internamente suntuosa decoração, a pequenina Igreja de Nossa Senhora da Expectação do Parto ou - como é mais conhecida - de Nossa Senhora do ó (1), situada no antigo Arraial de Tapanhuacanga, em Sabará, Minas Gerais, merece certamente todos os elogios que lhe endereçou Germain Bazin, de ser "...un des plus beaux monuments de l'état de Minas", "une des créations les plus exquises de l'art baroque", "la rose mystique du Brésil" (2). Tudo isso ela é, por certo, além de ser uma das mais antigas igrejas mineiras, porquanto sua construção, segundo alguns historiadores, pode ter sido iniciada nos primeiríssimos anos do Séc. XVIII, ou mesmo nos anos finais do Séc. XVII (3).

Numa petição de solicitação de terras enviada ao Senado da Câmara de Sabará e despachada favoravelmente a 28 de setembro de 1717, diz-se que "...os devotos de Nossa Senhora da Expectação... estão fabricando uma capela à mesma Senhora no Arraial de Tapanhoacanga" (4). Como a inicial da petição não é datada, sabendo-se porém que despachos que implicavam em concessão de terras demoravam muito a ser concedidos, segue-se que podem ter trancorrido muitos meses e mesmo muitos anos entre a entrada da solicitação e o seu deferimento (5); a prevalecer esse raciocínio, a igrejinha de Tapanhuacanga pode muito bem ter sido iniciada pelo menos na década inicial do Setecentos, já que se insere nitidamente na

tipologia das primitivas capelas mineiras de arraial, que prepararam o terreno para o surgimento das grandes matrizes, pouco depois (6).

A época da conclusão do templo pode ser calculada, sem maior precisão, por outro documento, conservado no Museu do Ouro, em Sabará (7), no qual o Capitão-Mor Lucas Ribeiro de Almeida e o Ajudante Manoel da Costa Torres contraram a construção do corpo do edifício; como esse contrato, firmado em janeiro de 1719, estipulava para julho a entrega da obra, esse exiguo prazo de seis meses deu a entender a alguns estudiosos que já então existiria a capela-mor (8). Por sua vez, um ex-voto conservado na capela e relacionado ao atentado sofrido pelo mesmo Capitão-Mor Lucas Ribeiro de Almeida a 29 de dezembro de 1720 parece sugerir que por essa época, pouco mais ou menos, a igreja já estaria aberta aos fieis. Finalmente, o tipo de obra de talha que se pode observar no interior do templo corresponde ao vigente na segunda década do Séc. XVIII, momento em que estava em seu pleno apogeu o primeiro estilo Dom João V (9).

Infelizmente, os raros documentos relacionados com a Igreja de Nossa Senhora do ó ainda existentes nada esclarecem quanto ao autor de seu risco arquitetônico, do mesmo modo como silenciam quanto aos artistas e artífices que trabalharam na maravilhosa decoração pintada ou entalhada. Guiando-se por sua aparência externa atual, que com alguma boa vontade pode sugerir, como efetivamente sugeriu a Lúcia Machado de Almeida (10), a forma de uma "capela chinesa", e levando em consideração suas decorações pinta-

das com motivos chineses em imitação de laca, há quem sustente terem sido chineses os construtores e decoradores da igrejinha; chineses, ou pelo menos gente chegada do Extremo-Oriente lusitano (11). Apesar da tradição achar-se muito arraigada entre o povo, e a despeito de nos anos iniciais do Séc. XVIII Minas Gerais ter comprovadamente recebido alguns escravos chineses - como afirmamos em outra parte do presente estudo (12) -, é fantasiosa a versão da presença de artistas e artesãos indianos e chineses em Sabará, mesmo porque em seus primórdios a Igreja de Nossa Senhora do ó não exibia o aspecto achinesado de agora, aspecto que só viria a assumir quando, em fins do Séc. XVIII ou já em começos do Séc. XIX, o primitivo campanário, que originariamente se situava na lateral da fachada, viu-se transportado para o lugar que ainda hoje ocupa, em cima e ao centro da mesma. Igrejas dotadas de torre única colocada ao centro da fachada iriam aliás tornar-se numerosas em Minas Gerais por essa época (13), revelando, na opinião abalizada de Bazin, influência neoclássica, palladiana (14).

No que respeita à decoração de motivos chineses, atribuiu-a Rodrigo Melo Franco de Andrade ao pintor Jacinto Ribeiro, natural de Goa e que trabalhou em Minas Gerais na década de 1720. Mas tal atribuição é a nosso ver insustentável, por uma série de motivos que exporemos com maiores vagares em outra parte da presente monografia, ao estudarmos a pintura de chinesices em Minas Gerais (15).

Notas

(1) - A Festa da Expectação do Parto foi instituída em 656 pelo Concílio de Toledo, passando a ser celebrada nos dias que precedem imediatamente o Natal. Como em tais dias eram cantadas seis antífonas nas igrejas, cada qual iniciando por uma invocação - ó Sabedoria, ó Adonai, ó Raiz de Jessé, ó Chave de David, etc. -, logo o povo passou a chamar tais celebrações de Festas do ó, transformando-se Nossa Senhora da Expectação do Parto em Nossa Senhora do ó.

(2) - Germain Bazin: L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Museu de Arte/Plon, São Paulo/Paris, 1956, Tomo I, págs. 309-310; Tomo II, págs. 102-103.

(3) - Paulo Kruger Correa Mourão sustenta, em As Igrejas Setecentistas de Minas (Itatiaia, Belo Horizonte, 1964, pág. 51): "Ora, não é impossível que a petição só fosse despachada muito tempo depois de feita, o que seria razoável, visto envolver concessão de terras. Além disso, na petição inicial, dizem os devotos de Nossa Senhora da Expectação que estão fabricando uma capela. Não está pois perfeitamente documentado o início. Era pois plausível a hipótese veiculada pelo historiador Zoroastro Passos de ser esta capela o templo mais antigo de Sabará. Nada é contra tenha ela sido iniciada nos últimos anos de 1600".

(4) - O documento foi publicado por Zoroastro Viana Passos: Em Torno da História do Sabará. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1942, Tomo II, págs. 151-156.

(5) - A construção de igrejas e capelas costumava arrastar-se penosamente ao longo de anos, sendo numerosos os exemplos. Assim, muito embora um documento de janeiro de 1738 aludisse a uma "nova igreja que se fabricava" em Catas Altas, essa igreja - dedicada a Nossa Senhora da Conceição - só estaria concluída dez anos mais tarde, em março de 1748.

(6) - Benedito Lima de Toledo: "Do Século XVI ao Início do Século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó", em História Geral da Arte no Brasil, Instituto Walther Moreira Sales/Fundação Djalma Guimarães, São Paulo, 1983, Tomo I, pág. 191.

(7) - Livro de Notas aberto a 12 de fevereiro de 1720 do Tabelião da Vila Real do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, folha 222.

(8) - Mourão, op. cit., págs. 52-53.

(9) - Bazin, op. cit., Tomo II, pág. 103: "Ce décor a l'avantage d'être tout entier de l'époque de Dom João V, sans aucune altération postérieure". Ver também Tomo I, págs. 193 e 307.

(10) - Lúcia Machado de Almeida: Passeio a Sabará. Martins, São Paulo, 3ª ed., 1964, pág. 99 e segs.

(11) - Na sua A History of Latin American Art and Architecture (Praeger, New York, 1969, pág. 188), Leopoldo Castedo acolhe tal versão: "The settlement and frenetic economic development of the planalto (plateau) that today form the State of Minas Gerais dates from the discovery of an extremely rich vein of gold in 1693. First, small chapels were erected, many of them by artisans from Portugal's possesions in India and China. An enchanting example of such workmanship is the Church of Nossa Senhora do ó, in Sabará, whose decoration is obviously oriental in flavour". Lucia Machado de Almeida, op. cit., pág. 107, completa: "Essa influência oriental no pequeno templo ainda não está suficientemente esclarecida. Segundo alguns, a igreja foi decorada por artistas provenientes das possessões portuguesas na Ásia. Sabe-se, aliás, que já foram encontrados documentos do século dezoito relativos à existência em Minas de um pintor natural do Oriente. Outros são de opinião que isso não representa nada mais que um "maneirismo" bastante em moda na Europa, com reflexos no Brasil. Será interessante observar que noutras igrejas coloniais mineiras (Catas Altas, Mariana e Ouro Branco, por exemplo) repete-se discretamente este motivo oriental". Sobre o mesmo assunto veja-se Eduardo Frieiro: O Diabo na Livraria do Cônego. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 2ª ed., 1981, Capítulo "Orientalismos em Igrejas Mineiras", págs. 163-166.

(12) - Veja-se o capitulo "Imigração Chinesa", na Parte III - Comércio, Agricultura e Imigração, do presente estudo.

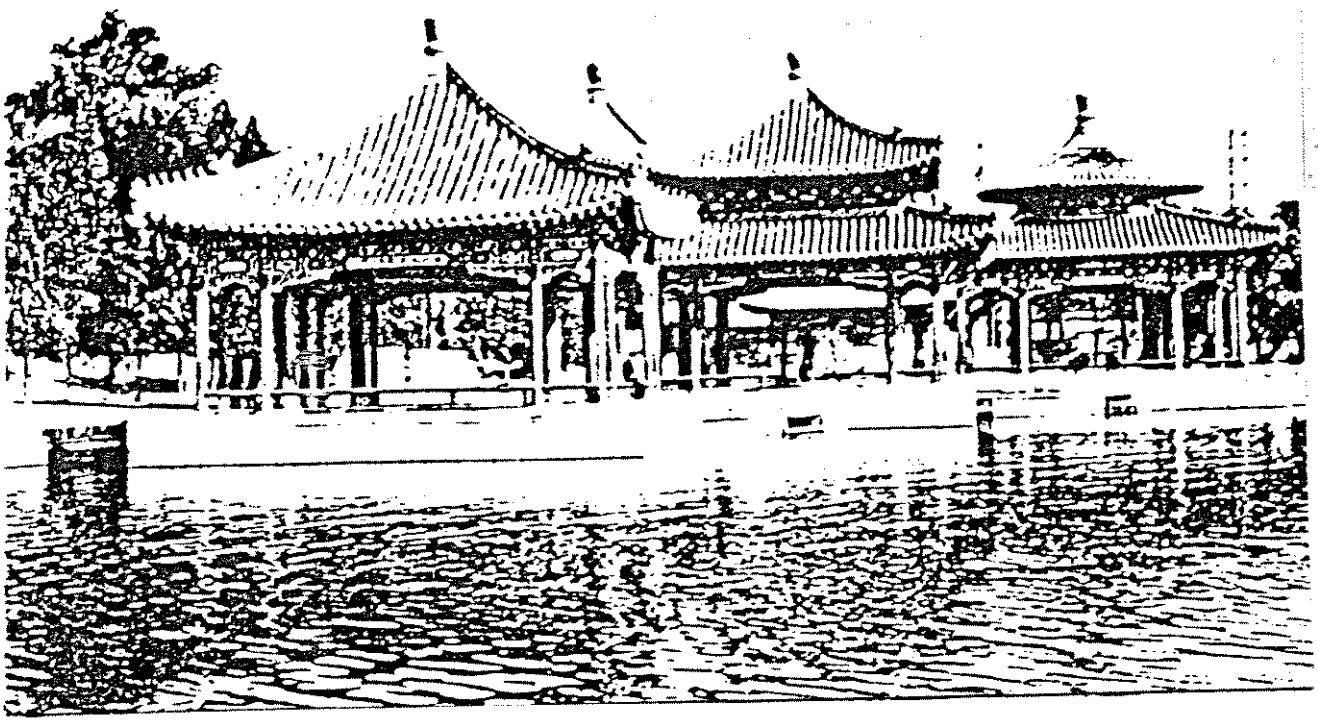
(13) - Eduardo Etzel, em seu livro Arte Sacra Berço da Arte Brasileira (Melhoramentos/INL/Pró-Memória, São Paulo, 1984, pág. 142 e segs.) mostra como esse tipo de campanário encimando o frontispício foi comum no Vale do Jequitinhonha, onde o exibem, entre outras, as igrejas de Nossa Senhora das Dores (Gouvea), Nossa Senhora do Amparo (Diamantina), São Gonçalo (Felisberto Caldeira), Santana (Conceição do Mato Dentro), Nossa Senhora do Rosário (Serro). Tanto ou até mais "chinesa" do que Nossa Senhora do ó parece-nos a Igreja de Santa Rita, no Serro.

(14) - Bazin, op. cit., Tomo I, pág. 170, Nota 1: "Clocher au-dessus de la façade, procedé en usage dans l'art palladianist anglais (N. S. do ó, à Sabará, Arquiconfraria de São Francisco à Mariana, Santa Rita à Mariana)".

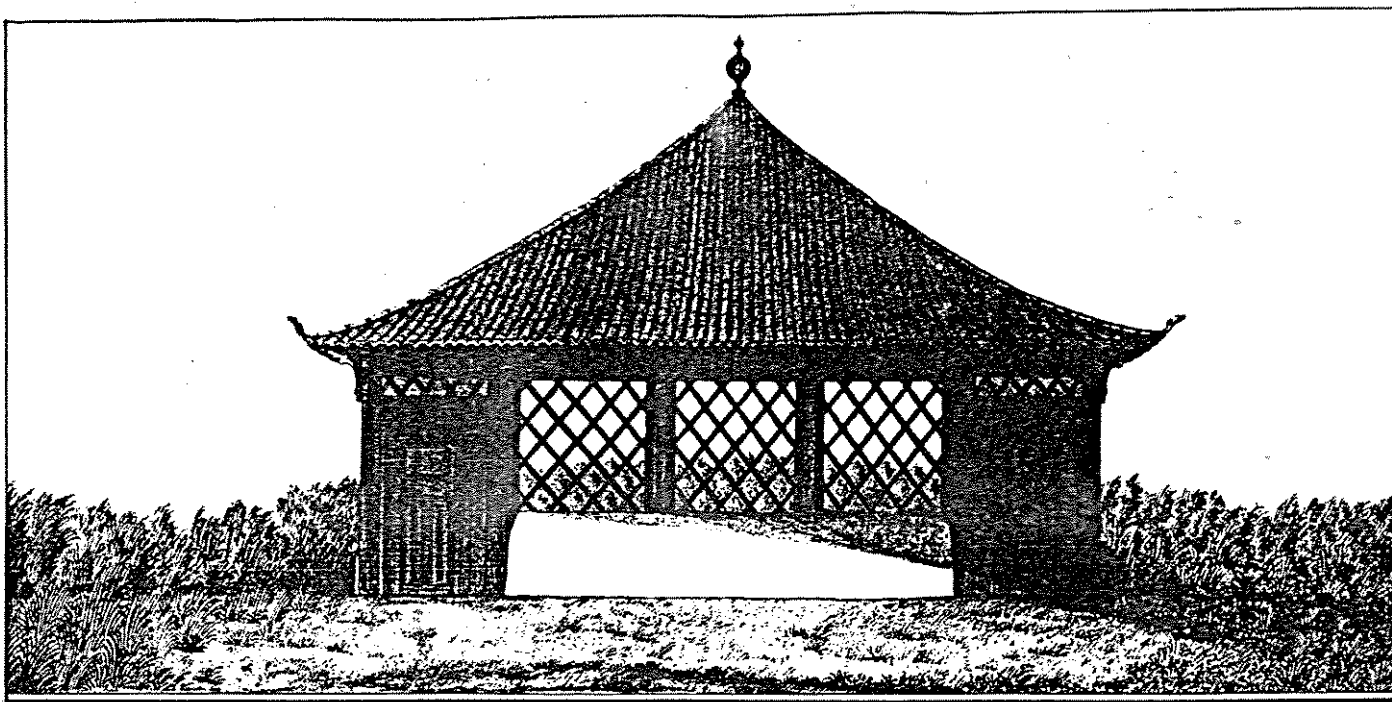
(15) - Consulte-se o capítulo "Chinesices na Pintura Mineira" do presente estudo.

Pavilhão da Mãe d'Agua

Em 1763 o Senado da Câmara da Cidade do Pará mandou erguer, para comodidade da população, a Casa da Mãe d'Agua, um manancial ao qual o povo diariamente acorria para se abastecer de água. Dessa estrutura, há muito desaparecida e que se localizava no sitio da atual Cidade Velha (1), sobrou-nos afortunadamente um desenho - um prospecto, como se dizia na época - feito em 1784 pelo riscador português José Joaquim Freire, um dos dois (o outro era Joaquim José Codina) de que dispunha o grande naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para documentar sua Viagem Filosófica de 40 mil quilometros através da selva amazônica, entre 1783 e 1792 (2). O que é curioso constatar é que, a se deduzir do desenho de Freire (feito logo após a conclusão da obra), a Casa da Mãe d'Agua, com sua estrutura em madeira e cobertura de telhas, era sem tirar nem por um perfeito t'ing ou pavilhão chinês, ao qual não faltavam sequer o telhado acachapado que se arrebitava às quinas, beirais que se esparramavam por sobre bem entalhados cachorros de madeira e caprichosos treliçados ao fundo, e no cimo das duas paredes de sustentação laterais. A complementar o conjunto, de nítida conotação extremo-oriental, o telhado era coroado por uma espécie de corucheu, adorno que outra coisa não era senão versão simplificada das pérolas de fogo chinesas de priscas eras, um dos Oito Tesouros ou das Oito Coisas Preciosas, pa pao, que materializavam a essência mesma da Lua, e constituíam poderosos talismã contra os incêndios (3)!



As margens do Grande Canal, na Cidade Proibida em Pequim, pequenos pavilhões de forma que pode muito bem ter sido a inspiração da Casa da Mãe D'Agua, em Belém do Pará, de fins do Séc. XVIII.

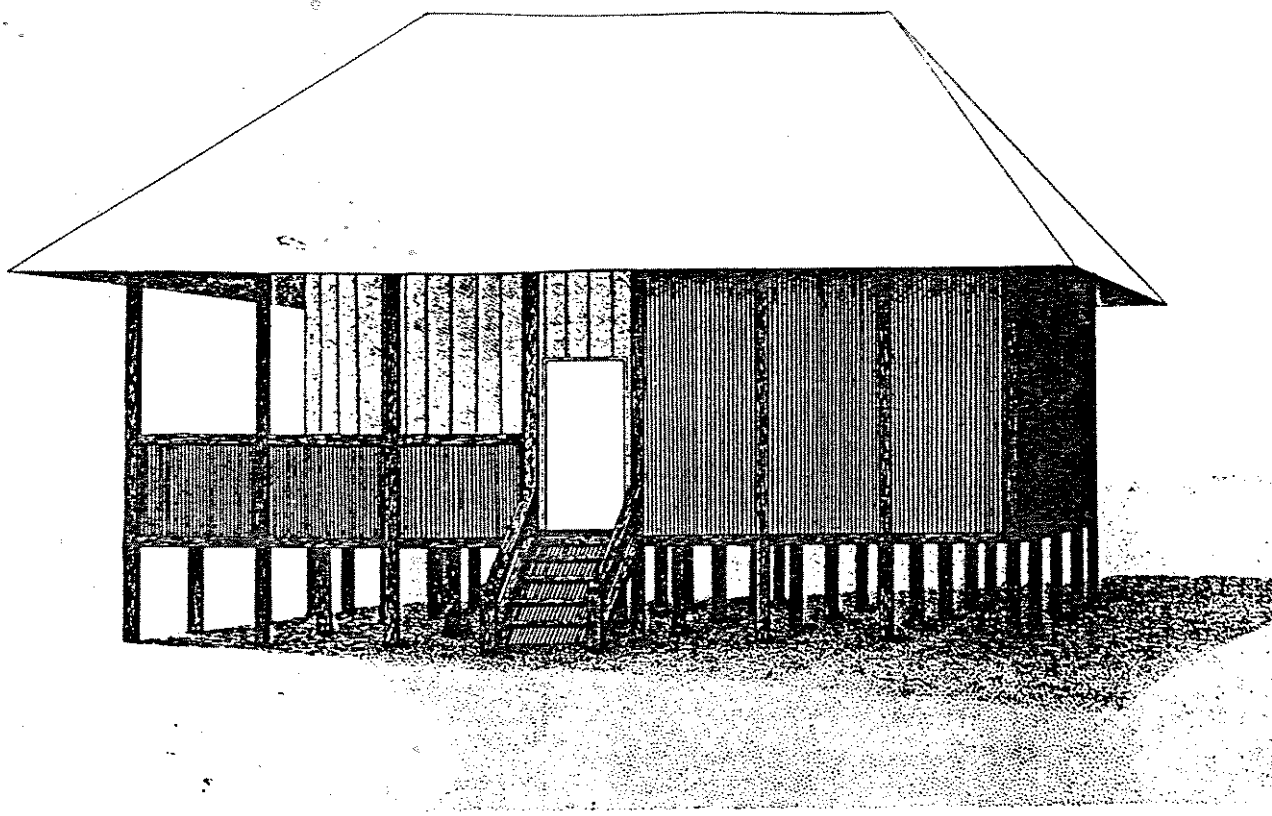


Prospecto da Casa da Ópera do Theatro do Senado da Camera da Cid.e do Porto no anno de 1783.

Que capricho terá sido esse, de emprestar forma chinesa a uma construção paraense de fins do Setecentos, a contrastar, de maneira flagrante, com as edificações neoclássicas que Antonio José Landi vinha pioneiramente projetando em Belém havia já vários anos? Poder-se-ia ver, quem sabe, nessa bizarra Casa da Mãe d'Agua belemense, um scherzo de Landi ele próprio, Landi que, como é sabido, foi discípulo em Bolonha do grande cenógrafo Ferdinando Galli Bibiena, e que decerto amava os jogos cenográficos e as alegorias, tanto que em certa ocasião, para celebrar o Dia de Santana, arquitetara uma festa aquática em plena selva, aparelhando uma imensa jangada com quatro pirâmides ao centro, tendo centenas de lanternas pendentes do mastro, lanternas que, ao se refletirem nas águas, criavam uma visão fantástica?

Não é impossível; mas o que é fora de dúvida é que a Casa da Mãe d'Agua imitava muito de perto modelos chineses, de um tipo que ainda hoje pode ser visto em Pequim, às margens do Grande Canal, por exemplo, ou na própria Cidade Proibida (pequeno pavilhão de Chung-ho-tien).

Mas a Casa da Mãe d'Agua não era a única construção do Pará, por essa época, a evocar modelos extremo-orientais: num outro desenho (esse devido a Codina), não exibindo data porém da mesma ocasião, vê-se o "Prospecto das Casas da Villa de Oeiras, q. se acha situada na margem Septentrional do Rio Araticu, 2 legoas acima de sua foz" (4). São palafitas de tipo gracioso, dotadas de porta central e tendo a um dos lados um galpão, encobertas por um telhado de quatro águas de queda abrupta, de nítida, inconfundível



Prospecto das Casas das Vilas de Cairú, e parte da Ilhanda na margem Septentrional do Rio Iraticú. 2 Legoas acima da sua foz.

inspiração asiática.

Notas

(1) - Sobre o abastecimento de água na cidade de Belém, consulte-se o capítulo "As Três Panelas Vazias" do livro Santa Maria de Belém do Grão Pará, de Leandro Tocantins (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, págs. 297-301).

(2) - Acerca de Freire, sabe-se apenas que era segundo-tenente cartógrafo da Marinha Real Portuguesa, fôra discípulo em Lisboa de José de Figueiredo e faleceu por volta de 1814. Tanto Freire quanto Codina eram funcionários do Real Gabinete de História Natural de Lisboa quando foram designados para acompanhar Rodrigues Ferreira em sua missão.

(3) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, pág. 319.

(4) - Os dois desenhos, junto a numerosíssimos outros que ilustravam a Viagem Filosófica, acham-se na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Jardins vagamente chineses...

Quem se dispuser a estudar a evolução de nosso paisagismo certamente irá detectar, nos jardins brasileiros setecentistas e oitocentistas - pouco sabemos dos jardins seiscentistas, e menos ainda dos quinhentistas, tão raros que praticamente inexistiam (1)-, uma longinqua influência do jardim Chinês, influência que nem sequer a ocidentalização forçada a que o Brasil se veria submetido a partir das primeiras décadas do Séc. XIX conseguiria sufocar de todo. Essa marca vagamente chinesa manifesta-se de Norte a Sul do país, renova-se de tempos em tempos e com intensidade variável repercute tanto nas chácaras e jardins particulares quanto nos parques, jardins botânicos e passeios públicos; originou-se não somente por via direta, do contacto que os portugueses tiveram na China com os jardins locais, como indiretamente, em função da grande voga que os jardins chineses experimentaram na Europa - na Inglaterra sobretudo - primeiro no Séc. XVIII, e depois, sob a vigência do Romantismo, em meados do Séc. XIX (2).

A tênue atmosfera chinesa que parece envelopar nossos jardins luso-brasileiros de fins do Séc. XVIII ou já brasileiros do Séc. XIX foi salientada por diversos viajantes europeus de passagem pelo nosso país, entre eles Lucock (3) e Maria Graham (4); também não passou despercebida à perspicácia de Gilberto Freyre, que lhe faz alusão num trecho de Sobrados e Mucambos, não sem antes esclarecer como era em pátios internos formados pelos vãos das casas ou em áreas localizadas por detrás delas que, "entre flores

de um pequeno jardim, as senhoras, enclausuradas a maior parte do tempo, costumavam tomar um pouco de ar fresco, tagarelando com as mucamas, brincando com os papagaios, com os saguins, com os muleques", coisas, todas essas, qua chegam a insinuar uma sociologia dos jardins; prossegue Freyre:

> O jardim da casa brasileira, enquanto conservou a tradição do português, foi sempre um jardim sem a rigidez dos franceses ou dos italianos; com um sentido humano útil, dominando o estético. Irregulares, variados, cheios de imprevistos. Essa variedade parece ter sido aprendida com os chineses: foram talvez os portugueses que introduziram na Europa a moda dos jardins chineses (5).

Irregulares, variados, cheios de imprevistos... Mas são, êsses, qualificativos que tanto se aplicam a jardins brasileiros coloniais ou já imperiais quanto sobretudo a jardins chineses, a uma primeira vista anárquicos, regidos por extrema liberdade e por certa "graça desordenada" que aqueles que os descreveram, na Europa de começos do Setecentos, à falta de termo mais adequado designaram pelo estranho nome de sharawadgi (6). É fato que os jardins chineses com frequência priorizavam o pragmático e o utilitário, apelando por exemplo para frutas de vistosa aparência ornamental, quando não impregnadas de forte simbolismo (7); por outro lado, é forçoso reconhecer que, por mais "humano" que tenha sido ao enfatizar o útil sobre o estético, nem sempre o jardim português opôs-se ao esquematismo dos franceses e dos italianos, como dá a entender Gilberto Freyre: justo o inverso é o que parece sugerir a existência até hoje, em Portugal - ao menos em muitas casas nobres datando do Séc. XVIII e mesmo de antes - de tantos jardins geomé-

tricos (formais, como lá se diz), alguns inclusive dotados de caprichosa topiária (8).

Alamedas e touceiras de bambus, coqueiros e palmeiras; árvores frutíferas e ornamentais, muitas aliás de origem asiática (9); lagos com peixinhos multicoloridos e tanques para os patos e marrecos; bancos de pedra, revestidos de cacos de louça de Macau, ou de azulejos, quando não incrustrados de conchinhas; cantoneiras, peanhas e vasos; cães e outros bichos, reais ou míticos, em faiança; grutas e rochedos artificiais, falsos estalactites; estátuas alegóricas ou simbólicas de todo tipo e feitio; cascatas, repuxos, fontes para os passarinhos; pagodes e quiosques em madeira, ferro, pedra, imitando bambu ou rugosos troncos de árvores; veredas coleantes entre úmidos tufos de vegetação; sebes e canteiros, e neles medrando incontáveis espécies de flores, exhalando todos os aromas; cercas, gramados, caramanchões sombrios, muros recobertos de hera chinesa, parasitas pendentes de troncos; canais artificiais atravessados por pontes recurvas, sob as quais deslisavam aves aquáticas; repulsivos anões-de-jardim e duendes de louças ou metal... Junte-se a tudo isso borboletas, sabiás, bentevis, bicudos, beija-flores - mas também mosquitos, zangões, sanguessugas, formigas e centopeias, e se terá o perfil do típico jardim luso-brasileiro ou já brasileiro, jardim que se prolongava em horta e pomar e que tinha também alguma coisa de zoológico, pois não lhe faltavam a um canto o viveiro e o pombal, para não falar nos ensurdecedores periquitos, papagaios, maritacas, araras e tucanos, nos micos, esquilos, serelepes, cotias, jabotis e até - antes de que passassem a ser vistos como animais agourentos, capazes de

atrair, para os donos, todo tipo de infortúnio - pavões, de cauda aberta, vaidosamente, em leque; jardins protegidos por altos muros eriçados de cacos de vidro, dentro dos quais imperavam, guardiães implacáveis, cachorros de dentuça à mostra ou gansos de asas e bicancas escancaradas, atazanando os passantes lá fora, ou pregando tremendos sustos ao infeliz que distraidamente ousasse atravessar-lhe os umbrais (10).

Isso, pouco mais ou menos, era o que ocorria com os jardins domésticos - um quadro que se modificaria, mas sem se descaracterizar de todo, a partir de começos do Séc. XIX, quando jardineiros franceses e ingleses, chegados ao país em busca de oportunidades, passaram a disseminar o gosto por árvores, plantas e flores européias, cuja superioridade sobre as tropicais, nativas ou já aclimatadas, não cessavam de proclamar (11). Raros jardins, como o do Solar Bandeira em Salvador - que Lindley descreveu em 1802/3, e que mais de 70 anos depois Julius Naeher representou numa aquarela (12) - regiam-se pelo rígido jogo da geometria; quanto aos jardins públicos, a se deduzir das descrições literárias ou mesmo de ocasionais representações pictóricas que nos ficaram do mais importante deles - o Passeio Público do Rio de Janeiro, projetado por incumbência do Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza por Mestre Valentim, e inaugurado em 1783 (13) - pautavam-se pelo geometrismo, fieis à estética do jardim formal à la francesa, que no Brasil teria seguidores por todo o Séc. XIX ainda, e inclusive pelo Séc. XX a dentro (14). Arruinado porém o Passeio Público do Rio de Janeiro, tornou-se necessária a sua reforma. Dela foi encarregado pelo Imperador Dom Pedro II, nos começos da segunda me-

tade do Oitocentos, Francisco José Fialho, o qual por sua vez designou para levá-la a cabo um jovem arquiteto paisagista francês chegado de pouco ao país, Auguste Marie François Glaziou (1833-1906). Os trabalhos da reforma desenvolveram-se rapidamente entre 1860 e 1862, e ao seu termo, tendo abandonado o partido originalmente adotado por Mestre Valentim, mesmo porque tinha carta-branca, Glaziou trocara os rígidos princípios do jardim formal, aproximando-se da tradição paisagística inglesa. Os jardins ingleses, aliás, nunca deixaram de interessar a Glaziou, que ainda em 1897, numa carta remetida a Luís Cruls, seu superior na Comissão Exploradora do Planalto Central, a eles se referia, ao mesmo tempo em que se declarava fascinado pela geografia botânica da região onde, mais de 60 anos depois, iria ser erguida a nova capital do Brasil:

> Todos estes elementos cuja disposição se poderia atribuir à inspiração de um artista sublime dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada de comparável, a não ser em miniatura os antigos parques ingleses, desenhados por Le Nôtre ou Paxton (15).

A reforma do Passeio Público foi o primeiro trabalho de Glaziou no Brasil; a partir dele, realizaria alguns outros de monta, entre os quais a remodelação da Quinta da Boa Vista em 1876 (16) e o novo Campo de Santana, aberto ao público em 1880, ambos no Rio de Janeiro; fora do Rio, cumpre mencionar os projetos que realizou em Nova Friburgo e principalmente em Juiz de Fora, na residência de Mariano Procópio. Referindo-se a tais trabalhos, o crítico Mário Barata enfatiza, com pertinência, o que devem à jar-

dinística chinesa:

> O romantismo se externaria profundamente nos parques e jardins realizados nos anos 60 e 70, sobretudo no Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividade criadora de alto nível um especialista francês, Augusto Maria Francisco Glaziou (1833-1897), botânico e jardineiro que evidentemente tinha idéia dos grandes espaços paisagísticos criados na década de 1860, em Paris, com o apoio do prefeito Haussmann. Ingressava no centro urbano uma concepção da Natureza ligada diretamente ao jardim tipicamente inglês e remotamente à liberdade do jardim à chinesa (17).

De todos os trabalhos jardinísticos de Glaziou o de maior repercursão e importância terá sido a reforma do Passeio Público, que serviria para consagrar o jovem de 26 anos como profissional de recursos incomuns. Mas sua reforma, que não poupou nem um pouco o traçado original de Mestre Valentim, suscitaria muitos anos mais tarde críticas severas, como a de José Mariano Filho já no Séc. XX, para quem "o parque erigido por Dom Luís de Vasconcelos, em fins do Séc. XVIII, teve de se ajustar à futilidade das gerações modernas". Esse mesmo historiador, ao descrever as "devastações" determinadas pela remodelação feita por Glaziou, não deixa porém de revelar, nas entrelinhas, alguns dos melhoramentos então levados a cabo no velho parque:

> Em virtude da nova concepção paisagística francesa (18) posta em prática pelo arquiteto de jardins A. Glaziou, alterou-se por completo o primitivo traçado geométrico imposto por Mestre Valentim. Crearam-se amplas pelouses, cursos dágua, lago com ilhota artificial, e um repuxo com esguicho de 20 palmos, emergindo de um grupo de flores artificiais. De Paris vieram para embelezar o parque três estátuas alegóricas de ferro, fundidas por Barbezat, afora um pontilhão também de ferro, imitando

> galhos de árvores. Para maior conforto do público, levantou-se ao lado esquerdo do parque amplo pavilhão de estrutura metálica, por trás do qual funcionava uma espécie de bufê e cozinha. Os lagos povoaram-se de cisnes, irerês e marrequinhos. Dois peixes-bois bizarros aguçavam a curiosidade das crianças. O venerando pavilhão onde Frei Leandro do Sacramento professou durante algum tempo a ciência botânica, foi sabiamente transformado em cabinet d'aisance, ao qual creio eu, não faltaram jamais clientes. Mais para o lado direito quase no ângulo da Lapa, surgiu vistoso chalé com escadaria à vista destinado a habitação dos empregados do jardim. Para a conquista dos espaços destinados às pelouses, aos lagos, aos regatos e aos novos caminhos sinuosos, teve o paisagista Augusto Glaziou de derrubar algumas centenas de árvores frondosas, sem contar a flora intermediária ou do soubois, que dava ao velho parque um feitio especial e característico. Com o mais profundo desprezo pela tradição da cidade, o paisagista francês devastou completamente o jardim, para sobre os destroços da área desmatada delinear um novo traçado ondulante, com pelouses, lagos e penedos, no gênero do parque des Buttes Chaumont de Paris. Cascateiros especializados em imitar a madeira e a pedra vieram da França colaborar com Glaziou. Esta arte inferior de fingir - como se chamava na época - teve depois inúmeros imitadores nacionais (19).

A crítica algo ranheta de José Mariano Filho - na qual é forçoso reconhecer forte dose de verdade - não corresponde contudo ao geral contentamento em meio ao qual o novo Passeio Público foi recebido, e não só pelo povo - por historiadores e cronistas da cidade também. Veja-se por exemplo o que a respeito escreveu em 1877 Moreira de Azevedo:

> Transpondo o portão, vê-se um jardim belo, e agradável. O Passeio foi transformado em um jardim pitoresco. Outrora apresentava regularidade nas ruas, no plantio das árvores, uma disposição geométrica, uma simetria monótona, que se notava em todos os nossos jardins: hoje está no gosto inteiramente diverso. Ruas inteiramente curvas reunindo-se umas às outras e formando lindas perspectivas, taboleiros de grama de diversa extensão e feitio com

> maciços cobertos de arbustos ou de flores, e deixando ver de espaço em espaço um lindo arbusto, uma árvore gigantesca, estátuas, repuxos, cascatas, eis o que se nota hoje no Passeio. é um jardim paisagista (20).

Ainda mais entusiástica é a descrição de Koseritz, feita a 4 de agosto de 1883, uns 20 anos, portanto, depois da reforma de Glaziou:

> Assim deixei meio descontente o Campo de Santana e dirigi-me ao Passeio Público, o mais velho jardim público, do Rio. Aqui a coisa era outra e as minhas lembranças alemães dissiparam-se, pois nem a Alemanha nem toda a Europa possuem nada semelhante. O Passeio é na verdade o tesouro do Rio; muito menor que o famoso Jardim do Campo, é, no entanto, sem comparação mais encantador e poético, com as suas árvores poderosas, as suas gigantescas palmeiras, seus altos arbustos. Também aqui há lagos e canais, também aqui elegantes pontes os atravessam e cisnes se banham nas águas, estátuas enfeitam os caminhos, sabes bem tratadas cercam as estradas; e contudo a arte desaparece completamente diante da natureza, que aqui se mostra grandiosa e mesmo insuperável. Sombras profundas, sítios gostosos no verde escuro das moitas, palmeiras enormes das mais raras qualidades, tudo é arte mas parece natureza, pois o jardim é velho e sua vegetação secular (21).

Koseritz percebeu com rara argúcia, no jardim reformado por Glaziou, aquela "natureza artificial" característica dos jardins chineses, nos quais o paisagista francês indiretamente buscara inspiração. E sem o saber, utilizou, para o definir, quase que as mesmíssimas palavras e expressões com que, mais de século antes, o padre jesuíta Jean-Denis Attirat e o grande escritor Jean-Jacques Rousseau tinham-se referido aos jardins chineses, respectivamente numa carta remetida de Pequim, em 1743, e na novela La Nouvelle Heloise, de 1761: a arte desaparece completamente diante

da Natureza, escreveu Koseritz; e Rosseau: "faits avec tant d'art que l'art n'y parraissait point"; Koseritz: tudo é arte mas parece natureza; Attiret: "posés avec tant d'art, qu'on dirait que c'est l'ouvrage de la nature"!

Mas os parques à moda inglesa de atmosfera achinesada, ou seja como for pejados de elementos que em última análise evocam a arte dos jardins chineses, aos quais remotamente se ligam, não se limitaram de modo algum ao Rio de Janeiro, e nem muito menos foram exclusividade de Glaziou. Em Salvador, por exemplo, desde 1810 existia um Passeio Público (criado pelo Conde dos Arcos), ao qual irão referir-se com palavras de admiração Martius, Kidder, Wetherell e diversos outros viajantes que o conheceram. Martius, em 1817, descreve-lhe as cercas de pitangueiras, as alamedas de laranjeiras, limoeiros, mangueiras e árvores de fruta-pão, e não deixa de aludir a um pavilhão, muito bem construído, de que o jardim dispunha; cinqüenta anos depois, Tschudi extasia-se ante o "parque magnífico com árvores seculares", com "maravilhosas aleias de mangueiras", e tudo, a seu ver, muito bem tratado. Referindo-se, na mesma cidade, ao Dique (que conheceu em 1860), o Arquiduque Maximiliano de Austria revela-se encantado com a vegetação:

> As colinas em semicírculo, a forma do terreno, as cores principais poderiam ser tomadas de um parque inglês, onde a arte da natureza desempenha um papel tão importante. O olhar do forasteiro se extasia com o brilho das cores, com o gigantesco das formas, com a profundidade das sombras, com a impenetrabilidade da luxuriante vegetação. Mas todos os detalhes são novos, como pertencentes a um outro mundo (22).

O exemplo mais significativo de jardim romântico à inglesa com vagas reminiscências chinesas data, contudo, dos últimos anos do Séc. XIX ou talvez já dos primeiros do Séc. XX: é o Bosque Rodrigues Alves, ou simplismente Bosque, como o chama o povo, de Belém do Pará, criado pelo desvelo do Intendente Antonio Lopes na reserva florestal estabelecida em 1883 pelo Barão de Marajó, José Coelho da Gama e Abreu. Esse Bosque é um perfeito jardim de ilusão, no qual podem ser vistos lagos, cascatas e montanhas artificiais, igarapés e túneis de vegetação, lado a lado com construções fantasiosas, como o Pavilhão de Diana, as Cabanas de Paulo e Virgínia e de Peri e Ceci, a Barraca de Robinson Crusoe, a Gruta Encantada, até mesmo um Quiosque Chinês, sem falar nas estátuas de Curupira e do Mapinguari, no orquidário, no pequeno jardim zoológico com espécimes da fauna regional e no viveiro de multicoloridos pássaros amazônicos (23).

Notas

(1) - Embora o Brasil tivesse sido aproximado, ao tempo do seu Descobrimento, do próprio Jardim do éden - e a tal respeito nada mais elucidativo do que a leitura de Visão do Paraíso, o livro em que Sergio Buarque de Holanda estudou os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do país (uma 2a. edição, revista e ampliada, foi publicada em 1969 pela Companhia Editora Nacional e pela Editora da USP) -, pouco nos resta dos jardins que possam ter existido no primeiro século de nossa história. Um deles é descrito sumàriamente por Fernão Cardim, que o visitou em Pernambuco a 14 de julho de 1582: "A tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro dela um jardim fechado com muitas hervas cheirosas, e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras, e uma fruta que chamam maracujá, sadia, gostosa e refresca muito o sangue em tempo de calma tem ponta d'azedo, é fruta estimada. Tem um grande romeiral, de que colhem carros de romãs, figueiras de Portugal, e outras frutas da terra. E tantos melões, que não há esgotá-los, com muitos pepinos e outras boas comodidades. Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessário para as laranjeiras, porque o ceu as rega; o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e se estiveram em Portugal se pudera chamar jardim" (Tratados da Terra e Gente do Brasil, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte 1980, pág. 161). Quarenta anos mais tarde, Ambrosio Fernandes Brandão alude à escassez de jardins no Brasil de começos do Séc. XVII, sustentando nos Diálogos das Grandezas do Brasil, I, 39, não haver "homem em todo este Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal e por conseguinte se não dispõem a fazerem criações de gados e outras; e se alguém o faz, é em muito pequena quantidade, e tão pouca que a gasta toda consigo mesmo e com sua família. E daqui nasce haver carestia e falta destas coisas, e o não vermos no Brasil quintas, pomares, jardins, tanques de água, grandes edifícios como na nossa Espanha". Ao se tomar ao pé da letra tais afirmativas de Brandão, que escrevia em 1618, o primeiro jardim digno do nome que existiu no Brasil foi o que o Conde Maurício de Nassau fez construir em 1639 junto ao seu Palácio de Vrijburg, na Ilha de Antonio Vaz em Recife, transformando uma área até então despida de vegetação num lugar aprazível, integrado por vergel, pomar, horta, aquário e jardim zoológico, tudo geomètricamente disposto de acordo com as concepções estéticas do Maneirismo, como explica Wilhelm Diedenhofen ("Johan Maurits and His Gardens", em Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679 / A Humanist Prince in Europe and Brazil, The Johan Maurits van Nassau Stichting, The Hague, págs. 197-200). No Valeroso Lucideno (Lisboa, 1648, pág. 53), Frei Manuel Calado descreve o jardim nassoviano, que conheceu de perto: "(Nassau) pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lhos mandavam trazer em carros, e

deles fez umas carreiras compridas e vistosas, à modo da alameda de Aranjuez, e por outras partes muitos parreirais, e taboleiros de hortaliças, e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, onde iam as damas e seus afeiçoados a passar as sestas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos; e o gosto do Príncipe era que todos fossem ver suas curiosidades, e ele mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas onde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte dos seus criados. Também ali trazia todas as castas de aves, e animais que pode achar". Para Souza Leão ("Palácio das Torres", em Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 10, Rio de Janeiro, 1946, pág. 9), "os labirintos de parreiras e os canteiros de flores, dispostos em quadriláteros simétricos, davam a nota formal ao típico jardim holandês". O plano geral de Vrijburg e dos jardins que lhe ficavam em anexo aparece no Rerum per Octennium in Brasilia de Barlaeus; esse autor, aliás, descreve minuciosamente os jardins, chegando a indicar o número dos coqueiros (700), laranjeiras (852), pés de limões grandes (58), e limões doces (80), romanzeiras (80) e figueiras (66), além de elencar diversas outras árvores frutíferas que o compunham (na edição da Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1974, a descrição ocupa as págs. 150-151).

(2) - Sobre jardins chineses e sua voga na Europa consulte-se o livro fundamental de Oswald Siren: China and Gardens of Europe of the Eighteenth Century (New York, 1950); também o capítulo "Jardins et Pays d'Illusion", do livro de Jurgis Baltrusaitis Aberrations - Quatre Essais sur la Légende des Formes (Olivier Perrin, Paris, 1957, pág. 109 e segs.).

(3) - John Luccock (Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975, págs. 314-315) descreve os jardins de São João del Rey de começos do Séc. XIX, afirmando de um deles: "É arranjado com a maior falta de gosto, contendo, porêm, grande variedade de flores, frutos e plantas esculentas. Um trecho do cercado é adaptado à lavagem do linho, em tanques adrede construídos; noutro trecho, um belo veio dágua, para o abastecimento da casa, é encaminhado para uma construção quadrada, feita à maneira de gruta, enfeitada da maneira mais tôsca e fantástica, com potes quebrados, copos e botões de tampa de terrina. Há também retratos de animais ferozes e uma representação alegórica dos quatro quadrantes do mundo, e ao centro, como objeto principal, vê-se uma das cousas mais indecentes que se possa imaginar, referente a fato muito conhecido que se deu no Rio de Janeiro". Mas o autor esclarece pouco adiante que "em alguns outros jardins desta vizinhança domina gôsto muito mais fino tanto considerado em relação aos princípios antigos como aos modernos referentes a ornamentação; possuem todos eles veios dágua encaminhados ao lado de canteiros, dos quais alguns são elevados, entre paredes, acerca de três pés acima do nível comum dos passeios, à maneira do que se usa nas nossas estufas, ou mais ainda, talvez imitando jardins orientais. Alguns dêsses pousos de Flora são ornamentados com vasos e estátuas e plantados de árvores que seriam capazes de propiciar gratos retiros, não fôssem elas talhadas à

moda rígida e artificial das avenidas de Versalhes, sem consideração pelo fato de o clima quente daqui exigir o abrigo e a sombra de folhagens largamente espalhadas".

(4) - Em várias passagens de seu livro Diário de uma Viagem ao Brasil (Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990), Maria Graham refere-se a essa atmosféra oriental imperante nos jardins brasileiros que logrou visitar: "É costume pavimentar os pátios das casas de campo com seixos escuros e formar no pavimento uma espécie de mosaico com as conchas brancas. Os jardins são traçados em aleias, um pouco ao gosto oriental... No jardim da Roça, cada arbusto de valor, seja pelos frutos seja pela beleza, estava assim cercado, e havia bancos, canais de água e jarros de porcelana que me faziam quase julgar-me no Oriente" (pág. 181); "As casas são construídas em grande parte como as do Sul da Europa. Há geralmente um pátio, de um lado do qual fica a casa de residência. Os outros lados são formados pelos serviços e pelo jardim. Algumas vezes o jardim fica logo junto à casa, é o que se dá geralmente nos subúrbios. Na cidade muito poucas casas ostentam sequer o luxo de um jardim. Esses jardins assemelham-se mais às plantações de flores do Oriente, mas casam bem com o clima. As flores dos canteiros da Europa crescem ao lado das plantas e arbustos mais alegres do país, à sombra das laranjeiras, bananeiras, árvores de fruta pão (já quase naturalizada aqui) e as palmeiras, entre aleias retas de limas, sobre cujas cabeças o cinamomo da África agita suas flores lilazes. Nos canais de águas elevados colocam-se vasos de louça da China cheios de aloés e tuberosas. Aqui e ali uma estatueta se entremeia. Nestes jardins há às vezes fontes e bancos debaixo de árvores, formando lugares nada desagradáveis para repouso neste clima quente" (pág. 198); "Conduziu-me ele ao jardim, onde ficamos até que o jantar ficou pronto. Os guarda-marinhas nunca haviam encontrado tantas laranjas e fizeram-lhe ampla justiça. As frutas e verduras da Europa e América, das zonas temperada e tórrida, encontram-se aqui. Nem estão esquecidas suas flores; por cima de pequeno canteiro, uma laranjeira e uma tamarindeira ensombravam um agradável banco; junto a êle, um tanto à maneira oriental, ergue-se o muro do poço rebocado de branco e cercado de potes de flores, cheios de rosas e ervas (pág. 238).

(5) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos, José Olympio/Pró Memória/INL, Rio de Janeiro, 7ª ed., 1985, Tomo 1º, págs. 200-201.

(6) - O vocábulo é de origem controvertida: chinesa, para alguns (de sa-ro (k) wai-shi, "graça desordenada", ou san-lan wai-shi, "arranjo sem ordem"); para outros, japonesa (de soro-wand-di, "desenho irregular". Cf. Baltrusaitis, op. cit., pág. 109.

(7) - Como tudo o mais na China, árvores, frutas e flores assumem acentuado caráter simbólico, que os chineses levavam em conta ao organizarem seus jardins. Assim, o bambu (conhecido como "o amigo da China") simboliza a Longevidade, pois está sempre verde e floresce mesmo no inverno; a bananeira representa o amor ao estudo, pois uma lenda narra que um pobre letrado tinha de es-

crever sobre folhas de bananeira, por não dispor de material melhor; a palmeira é o emblema da Vida Retirada, o carvalho, da Força Viril, a amoreira, da Harmonia Doméstica, o pecegueiro, da Imortalidade, e assim por diante. Há correlação entre certas flores e os doze meses do ano, as quatro estações, etc.

(8) - Assim é que possuem jardins formais ou geométricos entre outros o Palácio do Marquês da Fronteira, em Lisboa; o Palácio dos Seteais em Sintra; a Casa do Calhariz, em Arrábida; a Casa de Insua, em Penalva do Castelo; o Solar do Matheus, em Vila Real; a Casa de Penalva, no Alto Douro; o Paço de Calheiros, em Ponte de Lima. Marcus Binney: Casas Nobres de Portugal. Difel, Lisboa, 1987.

(9) - Em junho de 1809 aportava ao Rio de Janeiro, sob bandeira parlamentar, o navio francês "La Ville d'Autun", recambiando 200 prisioneiros portugueses que, detidos na Ile-de-France (atual Maurício, no Oceano Índico), haviam comprado a própria liberdade. Entre os então devolvidos à liberdade achavam-se Luís de Abreu Vieira e Paiva, chefe-de-divisão da Armada Real, o senador de Macau Rafael Botado de Almeida, o frade franciscano Francisco de João Graça e o cirurgião de embarque Antonio José de Figueiredo. Durante o longo cativeiro de vários meses, Vieira e seus companheiros tinham sorrateiramente recolhido quantidades de mudas e sementes das espécies vegetais cultivadas na ilha, que desde 1767 se tornara uma colonie de plantation, e na qual Poivre e Menonville haviam logrado aclimatar, em 1770, numerosas plantas originárias da índia, do Sudeste Asiático, do Extremo-Oriente e ainda de outras partes da Ásia. Ao chegarem ao Brasil, esses recambiados traziam, na bagagem, 20 caixas repletas de mudas de plantas exóticas, árvores de especiarias e todo tipo de "preciosidades asiáticas" (como então eram chamadas), imediatamente ofertadas ao príncipe Regente, Dom João, por sua vez, as fez plantar na Real Quinta da Lagoa Rodrigo de Freitas; e assim começaram a vingar no Brasil, graças ao furto patriótico de Vieira e seus colegas, "preciosas plantas, e semente, tais como de muscadeira, canforeira, abacate, litchis, mangueira, cravo da índia, tarangeira, e de outras qualidades", como escreveu em suas Memórias para servir à História do Reino do Brasil o Padre Perereca, Luís Gonçalves dos Santos (Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981, Tomo I, pág. 239). Por sua vez, em 1810 o Brigadeiro Manoel Marques, governador português da Guiana Francesa ocupada, remetia de Caiena a Dom João "uma preciosa coleção de plantas especieiras, e frutíferas, extraídas do célebre jardim, chamado Gabriela, onde os franceses as cultivavam com todo desvelo, e ciúmes. Muitas dessas plantas ficaram no Pará, outras em Pernambuco, e grande número delas chegaram a este porto do Rio de Janeiro, carregadas a bordo do brigue "Vulcano", do comando do capitão-tenente Joaquim Epifânio de Vasconcelos, e logo foram remetidas para o Real Jardim da Lagoa de Freitas, para ali se cultivarem "(Padre Perereca, op. cit., pág. 261). Maria Graham, que a 21 de dezembro de 1821 visitou o Real Jardim, já então Jardim Botânico, assim o descreveu (op. cit., pág. 199): "Este jardim foi destinado pelo Rei para cultivo das especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, para o chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias acostumadas à cultura. Nada pode ser

mais próspero do que o conjunto das plantas. O cinamomo, a cânfora, a noz moscada e o cravo da índia crescem tão bem quanto no solo natal. A fruta-pão produz o fruto admiravelmente, e da mesma sorte as frutas orientais, tal como foram trazidas para cá, amadurecem tão bem quanto na índia. Notei particularmente o jambo, e a longona, espécie de litchi da China".

(10) - Em Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira (A Noite, Rio de Janeiro, 1941, págs. 206-207), Adolfo Morales de Los Rios Filho refere-se ao jardim de um rico negociante e banqueiro, de sobrenome Souto, situado à Rua Nova da Impetratriz, no Rio de Janeiro. Era um jardim franqueado ao público, muito ao contrário dos demais, aos quais nos referimos, trancados a sete chaves e protegidos ostensivamente até contra as visitas: "Os jardins que ali mandara fazer, cheios de roseiras, de plantas decorativas, de arvoredo, de palmeiras e cobertos de relvado, tinham a seguir um rico pomar e uma extensa horta. Tudo cuidado com capricho e gradativamente melhorado com espécimes e exemplares vindos, também, da Europa. Os grandes haveres do conhecido homem de negócios lhe permitiam, outrossim, criar uma valiosa coleção zoológica, em que se destacavam raros exemplares de animais do Brasil. Pode-se dizer que foi o primeiro jardim zoológico aqui estabelecido. Em 1860 a chácara, já extraordinàriamente desenvolvida, constituía aos domingos e dias feriados um ponto de recreio para as crianças, os adultos e empregados amigos de Souto".

(11) - Em Sobrados e Mucambos (Tomo 2º, pág. 457), Gilberto Freyre traça a conseqüência dessa sua pregação: "Data da própria primeira metade do século XIX, uma como reação à influência oriental sobre a natureza, sobre os jardins, sobre a arborização das ruas do Brasil, e um como movimento no sentido da europeização, ou reeuropeização, de estilos de jardins e de modas de sobremesa, com sacrifício de valores já aclimados ou de estilos já divulgados entre nós. Brasileiros inglesados e afrancesados juntaram-se a ingleses e a franceses em experiências de aclimação, em terras brasileiras, de árvores e plantas elegantes da Europa. Dai a moda das nogueiras. De morangos para a sobremesa. (....) A segunda metade do Séc. XIX marca em nossa vida, entre outras tendências dignas de estudo no sentido de procurarmos parecer o mais possível, nas cidades, europeus, o desprezo por árvores, plantas e frutas asiáticas e africanas já aqui aclimatadas, das quais muitos brasileiros mais requintados foram se envergonhando. Envergonhando-se da jaca, da manga, da fruta-pão, do dendè, do próprio coco-da-índia, saboreado às escondidas, ou na intimidade do banho de rio ou de bica - como o caju, o cajá e a mangaba-da-terra - e não à mesa ou nas confeitarias".

(12) - Na Authentic Narrative, etc., publicada em Londres em 1808, Thomas Lindley refere-se ao jardim desse Solar Bandeira ou da Soledade, de propriedade da Baronesa de Alenquer, Senhora Ferreira Bandeira. Descreve-o, "situado encantadoramente, porém, ingênuamente composto nas linhas do antigo estilo francês; pequenos canteiros de diversos formatos guardados por numerosas divindades de chumbo e estátuas que ornavam os ângulos dos caminhos ou estavam fixados às paredes de entrada, junto aos degraus e

terraço do edifício. (...) No centro do jardim ficava um pequeno chafariz; além de uma gruta mal feita de conchas vulgares, não obstante possuir o país grande e bela variedade delas". Quanto à aquarela de Nasher, pertencente ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, acha-se reproduzida em Gilberto Ferrez: As Cidades de Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII. Rio de Janeiro, 1963, págs. 68-69. Já não aparecem as tais "divindades de chumbo" e as estátuas a que se refere Lindley, mas podem ainda ser vistos os bancos adornados com cacos de porcelana e conchas. Diga-se de passagem que Pedro Rodrigues Bandeira, que mandara construir o Solar Bandeira, fora proprietário de navios que faziam a rota do Oriente.

(13) - São numerosas as descrições do primitivo Passeio Público, desde as que nos deixaram Barrow e Staunton, no Séc. XVIII ainda, às de Joaquim Manoel de Macedo, Moreira de Azevedo, Noronha Santos e Escragnolle Dorea, no Séc. XIX ou já no Séc. XX, passando pelas de Luccock, Padre Perereca, Pizarro e Araújo e Ebel, sem falar em outros. Eis a descrição do Padre Perereca (op. cit., Tomo I, pág. 38): "Todo o terraço do Passeio está dividido em ruas bordadas de arvoredo, e termina com um terraço, que olha para o mar, e que algumas vezes é furiosamente batido por ele, e se vai arruinando. Na frente do terraço se elevam duas agulhetas triangulares de granito sobre pedestais também triangulares; em uma delas se lê: - Ao Amor do Público - e na outra: - A Saudade do Rio -. Sobe-se para o terraço por quatro escadas, das quais duas estão nas extremidades e as outras duas no meio, ficando entre elas uma cascata, na qual estão dois jacarés de bronze enroscados entre si, lançando pela boca cópia de água em um tanque semicircular, que rodeia a mesma cascata, em cujo alto havia um coqueiro de vinte, ou mais palmos de altura, todo de ferro, e pintado ao natural, que, apesar da rija matéria, de que era formado, em poucos anos o vento despedaçou. Nos dois ângulos do terraço estão dois mirantes de figura quadrada com duas portas de cada lado, e todas com vidraças; no alto do mirante, do lado direito, se vê a figura de Apolo tocando a lira, e no do esquerdo a de Mercúrio com o caduceu, e nos quatro ângulos, pés de ananás com os seus frutos, todos de metal sobrepintados, que parecem verdadeiros. O mirante de Apolo tinha o teto forrado de penas, que fingindo flores o ornavam com muita beleza; e nas paredes entre as portas, quadros, que representam vistas da cidade, e seus subúrbios: o de Mercúrio era ornado de conchas artificiosamente reunidas, e seus quadros representam várias oficinas de minerar ouro, diamantes, etc., como também fábricas de açúcar, e de outras indústrias do país. Finalmente este terraço, do qual se goza a mais bela vista da terra, é todo lageado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra". Já Ernst Ebel (O Rio de Janeiro e seus Arredores em 1824, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, págs. 85-86) prefere descrever o jardim, propriamente dito: "O Passeio Público é um parque aprazível, embora de reduzidas dimensões. Contudo, é atravessado por belas alamedas sombreadas de tamarindos, cajueiros, goiabeiras e mangueiras. Crescem nestas últimas parasitas floridas de vermelho e lilás. Cercas de bambu, caprichosamente trançadas, delimitam canteiros repletos de arbustos variados tais como: rosas-de-jericó, flores-de-cera, ervilhas-de-cheiro, pés de

camélia, cardamomo, cana-índica e ainda numerosas espécies de flores europeias, tudo bem tratado. Bancos de pedra convidam a sentarmo-nos defronte a um belo chafariz dágua cristalina e refrescante, tendo ao fundo um terraço murado de pedra no qual as ondas vêm bater e de onde se goza a brisa do mar e de uma vista encantadora sobre a baía. O parque andou muito tempo abandonado e só recentemente, graças aos esforços do grande botânico, Frei Leandro, a quem sua direção foi entregue, como a do Jardim Botânico, está sendo recuperado e diariamente embelezado. É pena que lugar tão aprazível esteja na extremidade da cidade; daí ser tão pouco freqüentado.

(14) - É já de começos do Séc. XX, por exemplo, o jardim situado no Parque da Independência, defronte ao Museu Paulista ou do Ipiranga. Projetado pelo paisagista belga Arsène Puttemans, inspirou-se nos jardins geométricos franceses, como o de Versalhes, teve sua construção iniciada em 1906 e foi inaugurado em 1909. Também geométrico é o jardim fronteiriço ao antigo Paço de São Cristóvão, atual Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, reformado em 1910 para assumir o aspecto que ainda hoje ostenta.

(15) - Luís Cruls: Planalto Central do Brasil. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1956.

(16) - O traçado original da Quinta da Boa Vista deveu-se ao arquiteto de Dom Pedro I, Pedro José Pézérat (1800-1872).

(17) - Mário Barata: "Século XIX. Transição e Início do Séc. XX", em História Geral da Arte no Brasil. Instituto Walther Moreira Sales e Fundação Djalma Guimarães, São Paulo, 1983, Vol. 1, págs. 416-417. Anos antes, no Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil (MEC/DAC/FENAME, Rio de Janeiro, 1975), já Augusto Carlos da Silva Teles se referira a "jardins ingleses com chinesices, lagos, cascatas e rios artificiais" chegados ao Brasil na esteira do Romantismo. O mesmo autor observa como "na Quinta da Boa Vista há um gracioso quiosque oriental cuja composição tem a mesma aparência" (isto é, imita o bambu).

(18) - Equivoca-se, aqui, José Mariano Filho, pois Glaziou, francês embora, adotou na reforma do Passeio Público postulados ingleses, e não franceses. Até porque em seu tempo os jardins de concepção inglesa tinham-se imposto inclusive na França.

(19) - José Mariano Filho: "O Passeio Público do Rio de Janeiro nos últimos Quartéis do Séc. XIX", em Estudos de Arte Brasileira, Rio de Janeiro, 1942, págs. 89-94.

(20) - Moreira de Azevedo: O Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1877, pág.

(21) - Carlos von Koseritz: Imagens do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, págs. 139-140.

(22) - Cf. Moema Parente Augel: Visitantes Estrangeiros

na Bahia Oitocentista. Cultrix/MEC, São Paulo, 1980, págs. 171-173.

(23) - Leandro Tocantins: Santa Maria do Belém do Grão-Pará. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, pág. 90 e segs. e pág. 312 e segs.

V- Escultura, Pintura, Artes Decorativas

Escultura

Imaginária

Não poucos foram os missionários cristãos que, ao chegarem à China, constataram surpresos a existência de certas coincidências ou afinidades entre sua própria religião e a dos budistas. Com efeito, o Budismo, tal como o Cristianismo, admite a existência de inferno e purgatório; possui uma classe sacerdotal celibatária; uma Trindade - Buda, a Doutrina e o Clero; um Papa, o Dalai Lama; altares com velas, flores e incenso; rosários, se bem que de 18 e 108 contas; água-benta; e culto a relíquias. A mãe, também imaculada, de Çakyamuni é Maya, nome que de imediato evoca o de Maria; tal como Jesus, Buda foi tentado pelo DemÔnio, Kama-Mara, que o elevou da terra; além do mais, teve discípulos, os 18 lohans; como se não bastasse, o culto oferece semelhança com a liturgia da missa, e até uma língua morta é utilizada (1). Não admira, assim, que para os letrados chineses o Cristianismo fosse encarado como uma espécie de budismo abastardo, misturado a influências islâmicas (2); nem que, num primeiro instante do seu relacionamento, padres cristãos e monges budistas se respeitassem reciprocamente (3), e que os jesuítas chegassem inclusive a adotar trajes dos bonzos, antes de optarem pelas vestimentas próprias aos letrados (4). Só mais tarde é que o diálogo entre cristãos e budistas iria deteriorar-se, tendo como ponto principal de discórdia o fato de os cristãos, agrupados em várias "associações secretas" (que assim eram consideradas as ordens religiosas pelos chineses) não raro disputando entre si, prestarem culto a um homem

que, no fim das contas, merecera o suplício capital (5). Depois, a Querela dos Ritos (6) iria incumbir-se de cavar o abismo intransponível e definitivo entre cristãos e chineses.

De todas as divindades budistas, a que mais enterneceria os cristãos, por suas muitas aproximações com a Virgem Maria, foi sem dúvida alguma Guanyin, "a que escuta as preces", a deusa de Misericórdia chinesa, equivalente à Avalokita indiana e, até certo ponto, à Lucina romana (7). Seu papel de intercessora, de padroeira dos aflitos e dos que sofrem pode ser comparado ao de Maria, medianeira das graças e Rainha da Misericórdia. Inicialmente uma divindade masculina, Guanyin (que é também sagrada para os taoístas) pode assumir diversas outras aparências, como por exemplo a de um cavalo alado ou a da Deusa dos Mil Braços e Olhos (8). Sua mais bela figuração, no entanto, já como entidade feminina, apareceu na arte búdica chinesa em meados do Séc. XIII: a deusa apresenta-se sob a forma de uma jovem mulher, em trajes alvos, carregando ao colo uma criança e trazendo às mãos, ou contornando o pescoço, um rosário. É evidente o parentesco formal entre essa representação e a da Virgem com o Menino Jesus.

Essa inesperada parecença de Guanyin com Maria, que chegou a confundir alguns missionários católicos (como o dominicano português Frei Gaspar da Cruz, atônito e comovido por ver, num templo budista em Cantão, em 1566, o que lhe pareceu ser uma imagem da Virgem), tornaria por se revelar incômoda. Assim, uma das primeiras providências de muitos chineses que, abandonando suas crenças antigas, convertiam-se ao Cristianismo, era queimar a imagem

da deusa, para que nenhuma dúvida persistisse quanto à sinceridade de sua opção. E do mesmo modo como Guanyin era a mais popular de todas as divindades budistas, Maria iria tornar-se em breve, entre os cristãos chineses, o símbolo por excelência do Cristianismo, bem mais decerto até do que o próprio Cristo, a ponto de muitos convertidos terem piamente acreditado em que o deus dos cristãos era uma bela mulher com o filho entre os braços (9).

II

No campo das artes visuais, as afinidades entre Guanyin e Maria seriam evidenciadas num grande número de estatuetas em porcelana e num grupo menor de imagens em marfim que, feitas na China (ou, por chineses, nas Filipinas), tomariam a partir de fins do Séc. XVI o caminho do Ocidente, chegando as de porcelana a serem abundantes no Séc. XVII e sobretudo no Séc. XVIII.

As mais elaboradas estatuetas de Guanyin/Maria eram produzidas em porcelana Blanc-de-Chine em Dehua, na Província de Fujien (10). Já numa carta de 1750, o padre jesuíta francês Du Halde informava que, de todas as figurinhas feitas em Dehua, a mais difundida era a de Guanyin, que o religioso aproximava, curiosamente, não da figura de Maria, mas sim das estátuas antigas de Vênus e Diana, "com a diferença que as de Guanyin são mais recatadas". A partir de princípios do Séc. XVIII centenas de estatuetas de Guanyin seriam embarcadas para os países do Ocidente, já agora meta-

morfoseadas em Sanctas Marias (11). Nas relações de carga das embarcações das diversas Companhias das Índias - nas da inglesa, por exemplo -, essas Sanctas Marias ocorriam em três tamanhos, e algumas peças forçavam claramente aparência ocidental, pela atenuação dos traços chineses do semblante. Pouco depois a iconografia tradicional da deusa cederia lugar à interpetração cristã, transformando-se então o rosário budista (concluído em pincel) num nítido rosário cristão terminado em cruz, com frequência invertida; ao mesmo tempo, o Menino, que sempre é representado de pé entre os budistas, passava a ser figurado sentado, ou em posturas mais condizentes com as representações comuns da Virgem com o Menino.

Muito disseminadas em toda a Europa católica, e em especial na Espanha, populares nas Filipinas e no México, tais versões de Guanyin cristianizadas chegaram também ao Brasil, embora mais raramente, de vez que em nosso país a porcelana Blanc-de-Chine não foi jamais tão popular quanto, por exemplo, a azul-e-branca (12). Mesmo assim, existem em coleções brasileiras imagens da Virgem com o Menino que são, na realidade, adaptações da Deusa da Misericórdia budista, sob cujo semblante adocicado mal se disfarçam inequívocos traços extremo-orientais.

III

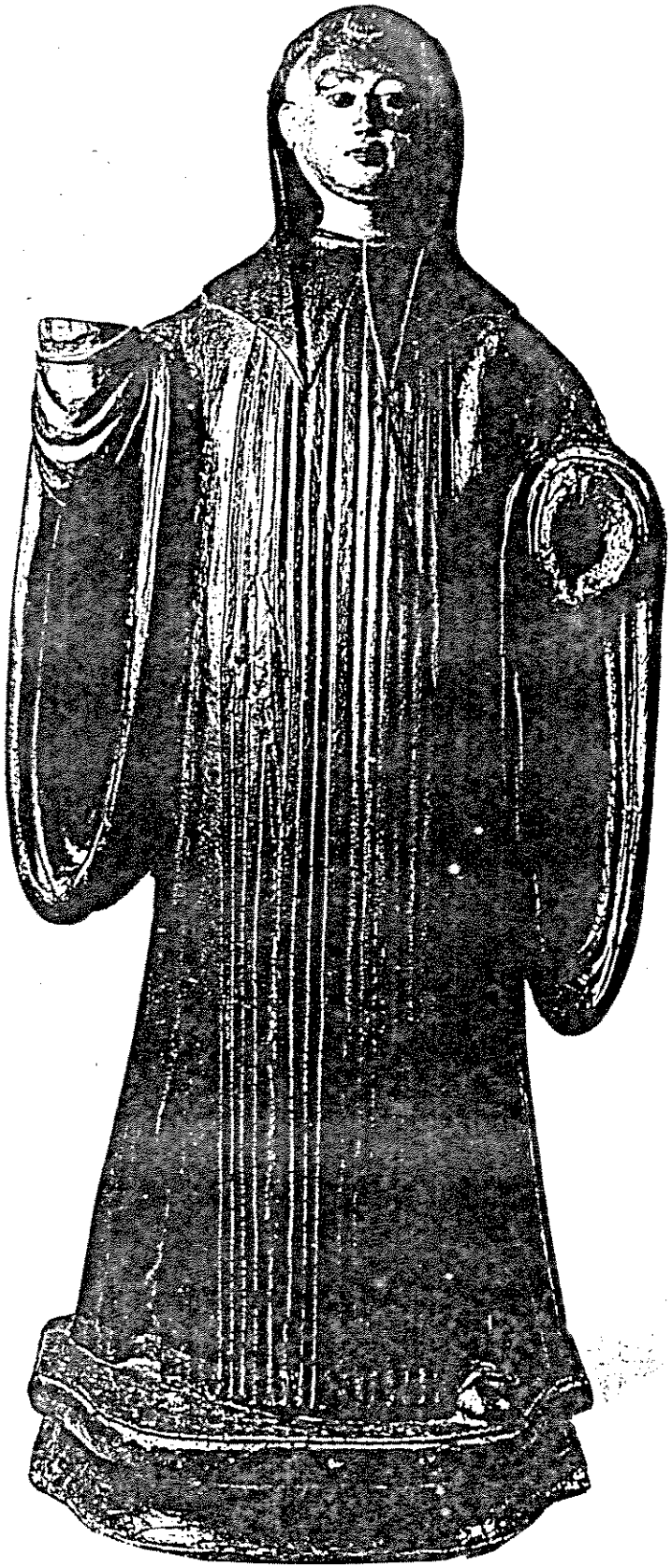
Mas não foi apenas nessas imagens de Maria em porcelana que se manifestou nos países do Ocidente a presença da China: ela



A extraordinária dignidade dessa imagem de Santo Amaro de Frei Agostinho da Piedade (falecido em 1661) alcança, no dizer de Germain Bazin, "une élévation spirituelle digne des bodhisatvas chinois de l'époque Wei". 87,4 cm., barro cozido e policromado, Museu de Arte Sacra de São Paulo.



Nossa Senhora do Rosário, imagem em barro cozido da segunda metade do Séc. XVII. 39 cm., Museu de Arte Sacra de São Paulo. Proveniente da Matriz de Itapecirica, SP. - Imagem certamente imitada de original em marfim, com características herdadas da China (Menino Jesus de pé, sobre a mão da Virgem, cruz no rosário invertida, expressão do olhar, modo como tombam as pregas na vestimenta).



São Bento, imagem em madeira com policromia de começos do Séc. XVIII, proveniente da Matriz de Salto, em São Paulo. A serenidade e o partido dessa imagem evocam a China. 83,4 cm. Museu de Arte Sacra de São Paulo.

é muito mais visível, em verdade - entre nós pelo menos -, em certas imagens em marfim, barro ou madeira, das quais existe no Brasil uma quantidade razoável de exemplos.

No que respeita às imagens de marfim, até 1967 - ano em que o especialista português Bernardo Ferrão de Tavares e Távora iniciou a publicação dos resultados de seus longos estudos sobre a imaginária luso-oriental (13) -, pensava-se que todas essas imagens cristãs produzidas nas possessões portuguesas da Ásia fossem obra de artesãos indianos sediados em Goa; daquele ano em diante é admitido que quatro foram as regiões produtoras dessa imaginária elefantina: a própria Índia (e não apenas Goa), responsável em verdade pela enorme maioria das imagens luso-orientais; o Ceilão; a China, e o Japão. Em dois milheiros de peças que estudou, Bernardo Ferrão somente se deparou com pouquíssimas imagens chinesas, e com número ainda menor de imagens feitas no Japão. Essa raridade das imagens em marfim sino-portuguesas e nipo-portuguesas é aliás confirmada por Francisco Ernesto de Oliveira Martins, no texto do catálogo da exposição Esculturas em Marfim nos Açores, realizada em Angra em junho de 1967:

> Em Portugal Continental, numa tentativa de inventariação foram analisadas mais de mil esculturas em marfim, sendo na sua maioria indo-portuguesas (95,5%); 2,9% cingalo - portuguesas, que são invulgares, 1,4% sino-portuguesas, que são raras: e, as raríssimas, nipo-portuguesas na percentagem de duas por mil (14).

O próprio Oliveira Martins, estudando 236 imagens em marfim encontradas nos Açores, chegou contudo a resultados bem diferentes: do total, 207 eram indo-portuguesas, 17 sino-portuguesas, 10 cingalo-portuguesas e somente 2 nipo-portuguesas, o que daria número sensivelmente maior de imagens sino-portuguesas do que o daquelas produzidas no Ceilão.

Mas, ao lado dessas imagens feitas na China ao gosto português existem também aquelas elaboradas nas Filipinas por artesãos chineses ou seus descendentes, os quais trabalharam para as diversas ordens religiosas cristãs a partir de fins do Séc. XVI. Numa carta de 1590 remetida ao Rei Felipe II, o Bispo da Manila, Frei Domingos de Salazar, refere-se à habilidade desses imaginários chineses, que no seu entender em breve suplantariam em virtuosismo os próprios flamengos:

> São tão habilidosos e talentosos, que tão logo vêem qualquer objeto feito por um artesão espanhol, reproduzem-no com exatidão. Creio que nada de mais perfeito pode ser reproduzido do que algumas das suas esculturas em mármore do Menino Jesus que pude ver. As igrejas começam a ficar repletas de imagens feitas pelos sangleys (15), o que antes lhes fazia muita falta (16).

A olho pouco experiente, será impossível distinguir tais imagens em marfim feitas nas Filipinas por chineses e sangleys daquelas produzidas na própria China sob influência lusitana. Existem porém diferenças, que Esperanza Bunag Gat-

bonton (17) assim resume, no que respeita às peças sino-filipinas: olhos obliquos semi-cerrados; pescoços apresentando dobras ou anéis; coxas inusualmente roliças, o que talvez tenha a ver com antigo preceito originário da índia, segundo o qual reis e divindades devem ser representados com coxas "sólidas como as pernas dos elefantes, e de joelhos carnudos".

A praxe do artessão chinês era respeitar ao máximo a aparência e a textura do marfim, e por isso a policromia nas imagens era limitada, recebendo certos pormenores secundários (de vestimenta, por exemplo) realces em dourado ou a cores. Segundo o já mencionado Bernardo Ferrão de Tavares e Távora, caracterizam-se as imagens chinesas da Virgem com o Menino por

> expressão nitidamente sínica; cabeça coberta pelo manto e pescoço envolvido por um xale; Menino Jesus vestindo túnica; volumes do trajo adoçados, com grandes panos lisos e pregas indicadas por rincões de forma parabólica ou encurvada.

O Menino é representado de pé sempre, sobre uma das mãos da Virgem, que com a outra costuma segurar o rosário. As mãos são por sua vez muito simplificadas, sem datalhamento anatômico, de dedos lisos e acompridados. Não é muito raro o debruado dos mantos apresentar padrões ornamentais chineses, a se destacarem de fundo vermelho-castanho, por vezes lacado ou em imitação de laca. Imperam nessas imagens, todas de nobreza inconfundível, serenidade e



Imagem em marfim de Nossa Senhora com o Menino Jesus, feita na China em começos do Séc. XVIII. É óbvio o parentesco formal com a Deusa da Misericórdia budista Guanyin. Col. Jorge Yunes, São Paulo.

suavidade.

Imagens de marfim sino-portuguesas representando a Virgem, ou a Virgem com o Menino (que, como dissemos, são as mais numerosas) podem ter chegado também ao Brasil, trazidas até, quem sabe, na bagagem de algum embarcadiço, já que, como informa Oliveira Martins, essas esculturinhas destinavam-se especificamente a Portugal, Brasil e Açores, e as de menor dimensão funcionavam como uma espécie de talismã ou amuleto entre os marinheiros. No entanto, sua raridade pode ser aquilatada pelo simples fato de que, entre as numerosíssimas peças que temos examinado pessoalmente, inclusive na opulenta coleção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, foi-nos dado encontrar uma única peça que, sem sombra alguma de dúvida, pudessemos identificar como de produção chinesa.

IV

Algumas imagens em madeira feitas em Portugal ou no Brasil acusam também forte influência chinesa. A maioria de tais imagens, quando brasileiras, são baianas e principalmente mineiras, e datam do Séc. XVIII. é notável entre todas essas imagens, o Ecce Homo conservado na sacristia da Capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, na Bahia (18), em cujos traços fisionômicos de extrema suavidade repercute, intensamente, a marca extremo-oriental; na mesma capela, um Cristo Preso e ainda outras imagens exibem

acentuados traços chineses, o que serve mais uma vez para colocar em foco as relações que outrora existiram entre aquela cidade baiana, onde era produzido o melhor tabaco brasileiro, e a longinqua China, que o consumia em quantidades (19).

Um São Lourenço da Matriz de Sabará, obra, possivelmente, portuguesa, revela não tanto nos traços fisionômicos, na atitude ou postura quanto na ornamentação das vestes, simulando laca, influência chinesa; o que se repete com outras imagens conservadas na mesma cidade - no Museu do Ouro, por exemplo. Também no Museu de Arte Sacra de Mariana é conservada uma Santa Cecília vagamente chinesa, como aponta Maria Conceição Rezende (20); enfim, Stanislaw Herstal aluda a uma influência chinesa não apenas no tipo físico como na própria morfologia de certas imagens baianas e pernambucanas, todas de fins do Séc. XVIII, algumas das quais reproduz em seu livro Imagens religiosas do Brasil (21).



Imagem em madeira com rica policromia em simulação de laca chinesa. Obra portuguesa do Séc. XVIII, num dos altares laterais da Matriz de Sabará, Minas Gerais.

Notas

(1) - O assunto foi por nós tratado em nosso livro As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1986, págs. 241-245.

(2) - Jacques Gernet: O Mundo Chinês. Cosmos, Lisboa, 1974 - Vol. I, pág. 425.

(3) - Sirva como exemplo dessa reciprocidade a mútua admiração que existiu entre o Padre Matteo Ricci e o letrado budista Li Zhi. Os dois se conheceram em 1600, e de imediato se causaram funda impressão. Ricci escreveria mais tarde que Li Zhi e seus amigos "o trataram com real ternura durante todo o dia, e parecia que não estavam nos confins do mundo em meio a gentios, mas antes na Europa entre os cristãos mais devotos do mundo"; Li Zhi, por sua vez, escreveria sobre Ricci: "Agora ele consegue falar fluentemente nossa língua, escrever nossa escrita e agir segundo nossas regras de conduta. É um homem extremamente impressionante - uma pessoa de refinamento íntimo, e a mais correta externamente. Numa reunião de muitas pessoas, todas falando numa confusão e cada qual sustentando seu próprio ponto de vista, Ricci mantém o silêncio e não se deixa provocar para intervir ou para se envolver. Entre os meus conhecidos, ninguém é comparável a êle". Cf. Jonathan D. Spence: O Palácio da Memória de Matteo Ricci. Companhia das Letras, São Paulo, 1986, págs. 269 - 270. Observe-se aliás que, com aquela facilidade com que os chineses transformavam simples mortais em deuses, após a morte, também Matteo Ricci viu-se deificado post-mortem, tornando-se o padroeiro dos relojoeiros na China; sob o nome de Li Madou Pusa, foi também venerado como um bodhisatva.

(4) - Em 1585 Ricci escreveu a um amigo de mocidade que ficara na Itália: "Quisera que você pudesse ver como estou agora: tornei-me um homem da China. Em nossas vestes, em nossa aparência, em nossas maneiras e em todos os aspectos exteriores, fizemo-nos chineses". Dez anos depois de novo informava o padre: "Deixamos nossas barbas crescerem e o cabelo vai até as orelhas; ao mesmo tempo, adotamos os trajos especiais que os letrados usam em suas visitas sociais, ao invés dos de bonzos que antes usávamos". Cf. Spence, op. cit., págs. 130-131.

(5) - Em princípios do Séc. XVIII, o Padre Louis Le Comte aconselhava os missionários cristãos a adotarem certas táticas e estratégias para a conversão dos chineses, como, entre outras: utilização de contos e parábolas; ênfase a ornamentos, procissões, cânticos, repicar de sinos e cerimônias em geral; inculcar o respeito, através imagens, relíquias, medalhas e água benta, especialmente entre as crianças. Era mais ou menos o método que também os budistas vinham utilizando na China por bem mais de um milênio.

Por outro lado, os adversários dos cristãos acusavam-nos de corromperem os costumes nacionais chineses, ao proibirem o culto aos ancestrais; de destruírem imagens e santuários; de conspirarem contra a China e de espionarem a favor do Japão; de se consagrarem à alquimia e à feitiçaria (possível alusão à Consagração, à mudança do pão em corpo, e do vinho em sangue de Cristo); de adorarem um homem sentenciado a morrer na cruz; de se reunirem em sociedades secretas; e de ensinarem conceitos diâmetralmente opostos aos tradicionais chineses, sobretudo no campo da Astronomia.

(6) - Não cabe aqui senão breve alusão a essa Querela dos Ritos, surgida em inícios do Séc. XVIII a partir da discussão de dois tópicos que hoje tão irrelevantes nos parecem: 1. como exprimir, em idioma chinês, o nome de Deus: Tien, Xanti, Xeuntai? 2. o culto a Confúcio e aos ancestrais é de índole religiosa, superstição ou idolatria? cf. Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Macau, 1984, págs. 83-105.

(7) - C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 241-244.

(8) - Veja-se, acerca do papel importantíssimo que Guan-yin desempenha na China, Henri Maspero: "Mythologie de la Chine Moderne", em Mythologie Asiatique Illustré. Librairie de France, Paris, 1928, págs. 329-335.

(9) - Spence, op. cit., pág. 259, transcreve uma observação de um contemporâneo de Ricci, Xie Zheozhe: "A imagem utilizada para o deus dos cristãos é o corpo de uma mulher, mas sua aparência é muito inusual: é como aquelas figuras que costumávamos dizer que tinham uma cabeça humana e o corpo de dragão". O próprio Ricci, em certa ocasião, reconheceu que os chineses tinham motivos para ficarem um pouco confusos perante uma religião que, como lhes era ensinado pelos jesuítas, admitia um só Deus, mas que ao mesmo tempo disseminava por toda parte imagens de Maria.

(10) - Ver, sobre os Blancs-de-Chine, o livro fundamental de P. Donally: Blanc de Chine. London, 1959.

(11) - Geoffrey A. Godden: Oriental Export Porcelain and its influence on European ware. Granada. London, 1979, págs. 257-263.

(12) - Veja-se, nesse mesmo trabalho, o capítulo dedicado à Porcelana.

(13) - Bernardo Ferrão Tavares e Távora: Imaginária Luso-Oriental. Imprensa Nacional, Lisboa, 1983, págs. XIII e XVIII, Figs. 16 e 18. Ver também o catálogo da mostra "Cumpriu-se o Mar" - A Arte na Rota do Oriente. Lisboa, 1983, págs. 273-274, nºs. 267-268.

(14) - O texto do referido catálogo está reproduzido em Francisco Ernesto de Oliveira Martins: A Escultura nos Açores. Secretaria Regional de Educação e Cultura, Região Autônoma dos Açó-

res, Angra, 1983, págs. 330-333.

(15) - Sangley era a denominação dada ao mestiço de chinês e filipino.

(16) - Cf. Patricia Justiniani McReynolds: "Asian Ivories in Mexico and the Galleon Trade". Arts of Asia, July-August 1983, pág. 102.

(17) - Esperanza Bunag Gatbonton: "An Introduction to Philippine Colonial Carvings in Ivory". Arts of Asia, July-August 1983, págs. 94-99.

(18) - Essa imagem foi publicada à pág. 75 do livro Brasil Barroco, de Maurice Pianzola (Record, Rio de Janeiro, 1975), e foi por nós aproveitada para ilustrar, na parte introdutória do presente estudo, o capítulo "A China no Brasil".

(19) - Consulte-se, no presente trabalho, o capítulo "Relações Comerciais".

(20) - Maria da Conceição Rezende: A Música na História de Minas Colonial. Itatiaia/INL, Belo Horizonte, 1989, pág. 552.

(21) - Publicado em edição privada em 1956, em São Paulo, com contribuições de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra e Oliveira Ribeiro Neto, é reproduzida entre outras, uma imagem de um apóstolo, de c. 1800, que com alguma boa vontade pode ser aproximada de certas figuras chinesas.

Os Leões Chineses do Embu

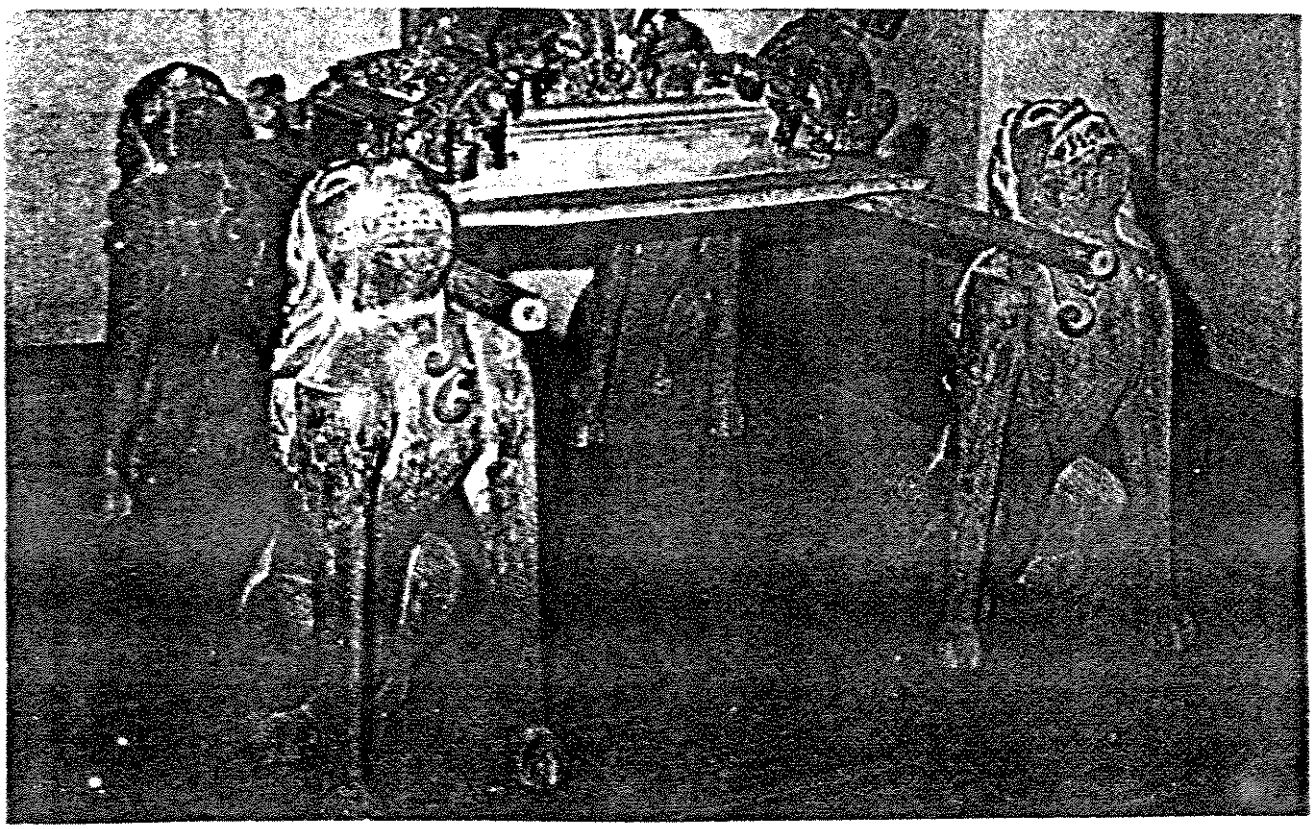
Na simbologia tradicional cristã, o Leão representa a Ressurreição. Isso porque antiga crença judaica sustentava que a leoa dava à luz filhotes mortos, que o rugido paterno despertava para a vida, três dias após o nascimento. Outra crença disseminada pela Idade Média asseverava que o animal dormia de olhos abertos, o que iria transformá-lo também em símbolo da Vigilância, algo à maneira do Bom Pastor, de vez que ambos cuidavam mesmo enquanto dormindo. Por isso é que muitas igrejas cristãs primitivas tinham diante dos seus pórticos, ao pé dos púlpitos ou junto às pias batismais leões de pedra, que quais sentinelas sobrenaturais, ali zelavam pela Fé Cristã (1).

Leões funerários, para serem colocados aos quatro cantos dos caixões, velando o sono dos mortos e ao mesmo tempo lhes acenando com a Ressurreição da Carne, não foram muito comuns na arte colonial brasileira. Derivam, tais leões funerários, daqueles, deitados, que serviam de apoio ou base a tantos sarcófagos medievais. Quatro leões funerários em madeira, atribuídos por Germain Bazin - a nosso ver indevidamente - ao próprio Aleijadinho, são conservados na Matriz de Antonio Dias de Ouro Preto, em Minas Gerais. A atribuição estriba-se em certas afinidades formais, na morfologia de beiços, focinhos, olhos e íris dos animais, que repetiriam os de outros dois leões sabidamente da mão do célebre escultor: o que acompanha São Marcos, no púlpito da Igreja de São Francisco de Assis da Penitência, em Ouro Preto (de cêrca de

1773/1774), e o que se vê junto ao Profeta Daniel, no imponente conjunto dos Doze Profetas do adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo, Minas Gerais (executados entre 1800 e 1805). Esse último leão, aliás, é das mais emocionantes formas escultóricas jamais elaboradas no Brasil, sendo de reparar que suas patas, de pêlo curto e encrespado, sugeriram a Robert C. Smith os pés em garra-e-bola de certos móveis do Séc. XVIII, elemento ornamental de inconfundível inspiração chinesa (2).

Os quatro leões funerários imputados ao Aleijadinho são leões ocidentais, cristãos, que se ligam, por vínculos sutis, àqueles vetustos leões das igrejas primitivas. Parentes próximos deles são sem dúvida o que aparece junto à fonte do maravilhoso adro manuelino do Mosteiro dos Jerônimos em Belém, Portugal, e o que ladeia São Marcos, no grupo escultórico da Capela do Sacramento da antiga Matriz de Coimbra (1566). E nem deixam de ter certa parecença estilístico-formal, tais leões do Aleijadinho ou a ele atribuídos, com os que povoam as estampas medievais de artistas como o Mestre E. S., Martin Schongauer ou Israhel van Meckenen, entre vários outros (3).

Já de natureza inteiramente oposta são os quatro leões funerários de madeira pertencentes ao pequeno Museu de Arte Sacra da Igreja Nossa Senhora do Rosário do Embú, em São Paulo: se os leões do Aleijadinho são góticos ou renascentistas, os da igreja jesuíta do Embu são leões budistas chineses, melhor dizendo: revelam, na postura, no modo de tratamento da cara, boca, focinho, olhos, patas, garras e cauda, fortíssima influência chinesa. Não



Leões em madeira do Museu de Arte Sacra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, São Paulo - obra "que um escultor da época Tang não teria renegado", como escreveu Germain Bazin. Brasil, começos do Séc. XVIII.

se trata, aqui, de nenhuma chinoiserie ou China de arremedo, como as que podem ser vistas na própria Igreja do Embu, nos frisos pintados de amarelo e vermelho com flores, pássaros e pagodes, que margeiam os caixotões sobre o altar-mor e principalmente no teto da sacristia (4); mas sim de autêntica assimilação, de uma impregnação do fazer artístico do anônimo artesão que os esculpiu, por elementos extremo-orientais - circunstância que empresta, aos quatro animais, singularidade especial.

Perderam-se, infelizmente, os arquivos da Igreja do Embu - e com eles os documentos que poderiam quem sabe lançar alguma luz sobre a época da execução dos leões e até sobre seu autor (5).

Notas

(1) - Edward Hulme: Symbolism in Christian Art. Blanford Press, Poole, 1976, págs. 164-166.

(2) - Robert C. Smith: Congonhas do Campo. Agir, Rio de Janeiro, 1973, pág. 95: "A forma das patas e o pelo em ondas muito curtas que as cobre assemelham-se muito intimamente aos pés em garra e bola das cadeiras e mesas do Século XVIII, o que relembra o fato de que o Aleijadinho também fazia móveis". Sobre os pés em garra e bola e sua origem chinesa, consulte-se nesse nosso trabalho o capítulo "Mobiliário".

(3) - No livro Late Gothic Engravings of Germany & the Netherlands (Dover, New York, 1969), que reproduz todas as 682 gravuras do Kritischer Katalog de Max Lehrs, publicado entre 1908 e 1934 em Viena, em nove volumes, ocorrem diversas representaçÕes de leÕes, algumas das quais apresentam semelhança formal com os leÕes esculpidos do Aleijadinho. Isso não significa lógicamente que o artista mineiro teve conhecimento de tais gravuras, se bem que as fontes que utilizou ainda não estejam de todo identificadas.

(4) - Germain Bazin, em Aleijadinho et la Sculpture Baroque au Brésil (Editions du Temps, Paris, 1963, págs. 44-45), conta a estupefação que lhe causaram os quatro leÕes chineses do Embu, sobre os quais assim escreveu: "Dans cette étrange exploration de tous les styles que nous propose la sculpture brésilienne "baroque", il arrive que nous sommes entrainés non seulement dans le temps, mais dans l'espace, bien loin de l'Occident, jusqu" en Chine. Quelle ne fut pas ma stupéfaction un jour de découvrir dans la sacristie de l'ancienne aldeia jésuite d'Embu, sous la forme de supports d'un brancard processionnel, quatre magnifiques lions de bois que n'aurait pas renié un sculpteur de l'époque Tang! A quel monde appartiennent ces étranges statues, oú un humble imagier, sans doute quelqu'un de ces Indiens, auxquels les Jésuites enseignaient les arts et métier pour les civiliser, retrouva sous son ciseau, en s'inspirant probablement du petit fauve brésilien, l'onça, la cruauté de la béte féroce, dont le sens était perdu depuis des siècles? Et cela au moment oú les lions deviennent sous le ciseau des sculpteurs européens de débonnaires figures allégoriques, tandis qu'à la brosse des peintres ils n'abandonnent que les ressources de leur pelage". E o grande especialista aduz, em nota de pé de página: "Sans doute ces oeuvres datent-elles de l'époque oú fut elevée l'aldeia d'Embu, c'est-à-dire la fin du XVIIe siécle".

Os Altares "Chineses" de Pernambuco

Estudando em sua obra monumental *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil* a talha setecentista do Norte e do Nordeste, observou Germain Bazin como em Pernambuco, ao contrário do que ocorreu por exemplo na Bahia, a transição do Barroco para o Rococó, ou desse para o Neoclássico, não se verificou senão com relutância, a ponto de não raro sobreviverem numa mesma obra reminiscências do estilo mais antigo lado a lado com elementos recém-postos em circulação. Tal permanência foi por vezes tão prolongada, que no altar-mor da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Recife, encomendado em 1815 a Felipe Alexandre da Silva - talvez o maior entalhador então em atividade em Pernambuco -, coexistem elementos barrocos, rococós e já neoclássicos, em procedimento a que o grande historiador francês há pouco desaparecido classificou de *arqueológico*. Explica-se, porém, o procedimento: é que o gosto conservador dos pernambucanos levava os artesãos a lançarem mão de antigos desenhos, remontando, por vezes, a duas e tres gerações anteriores; assim, os entalhadores apenas passaram para a madeira o que vinha anotado nas *traças* recebidas da Metrópole, com uma ou outra inovação ditada pelo gosto contemporâneo.

Característica da talha pernambucana do terço final do Setecentos, e que permaneceria imutável pelo Séc. XIX a dentro, é a forma achinesada de certos altares-mores, possivelmente um resquício da influência dos entalhadores portugueses de Braga, sobre

quem, como é sabido, repercutiu por seu turno forte influência extremo-oriental. é de 1771 o altar-mor da Igreja da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, cujo dossel, de sinuosidades enquadradas por volutas, iria tornar-se o modêlo para outros similares, que de então por diante seriam executados na mesma região. Igualmente remontando àquele mesmo período são os dois altares laterais da Igreja de São Salvador de Olinda - a velha Sé -, cuja forma achinesada é ainda mais realçada pela policromia em imitação de mármore, azul, vermelho, branco e dourado, evocativa da laca chinesa. Cite-se ainda o altar do transepto da Capela do Convento do Carmo, também em Olinda, "d'inspiration chinoise" como não deixa de observar Bazin (1).

Essa influência indiretamente observável em certos altares de Olinda seria posteriormente acolhida em Recife, e de modo particularmente entusiástico, sem que se possa atinar exatamente por qual motivo, de vez que, em outras regiões brasileiras, ela não se observa senão em casos excepcionais. é essa influência, diz Bazin, que "empresta à linha rococó inquietações de chama", e ela ainda é que faz com que os altares deixem de ser simplesmente dourados, para se revestirem de rica policromia, na qual predomina o vermelho vivo em imitação de laca.

Esses altares de formas à la chinesa são numerosos em Recife, podendo ser citados, entre os já datáveis do Séc. XIX, os da Igreja de São Pedro dos Clérigos e os dois, laterais, da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, dos quais se desincumbiu, em 1834, o há pouco citado Felipe Alexandre da Silva.

Nota

(1) - Germain Bazin: L"Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Museu de Arte/Plon, São Paulo/Paris, 1956, Vol. I, págs. 286-293.

Pintura

Introdução

Na arte colonial brasileira, pinturas de temática ou de influência chinesa ocorrem com alguma freqüência notadamente durante o Séc. XVIII, e em três regiões do país: Bahia, Minas Gerais e São Paulo. As de maior antigüidade talvez se encontrem na Bahia, o que não deve constituir surpresa, visto como era Salvador, desde fins do Séc. XVI, escala para as naus que retornavam a Lisboa, procedentes de Goa, e como tal porta de entrada para todo tipo de mercadorias chinesas, junto com as quais terão também ingressado no Brasil gostos, predileções e modismos que iriam contribuir de modo ponderável para a plasmação de nosso modo de ser e de sentir - como aliás temos procurado demonstrar ao longo desse nosso trabalho. Diferem as pinturas "chinesas" da Bahia das que ocorrem em Minas Gerais ou em São Paulo: flores e estilizações vegetais, aquelas, mais próximas do espírito chinês; cenas com pássaros, flores, pagodes e personagens europeus, essas, que com mais pertinência se enquadram no gênero das chinesices, tão comuns na arte setecentista ocidental (1).

Entre as mercadorias chinesas a que nos referimos acima, entradas no Brasil em tempos coloniais e até começos do Séc. XIX, decerto chegaram também pinturas e painéis decorativos, como aqueles que Maria Graham afirma ter visto numa residência em Pernambuco em princípios do Oitocentos (2). Por outro lado, desconhecemos a existência de pintores chineses que tenham trabalhado no Brasil

por esses tempos, já que não aceitamos a presença, no Rio de Janeiro, do pintor cantonês Sunqua, autor de um Panorama da Bahia de Guanabara hoje em mãos de um colecionador carioca. Já em começos do Séc. XX, cumpre registrar a presença de um pintor chinês no Rio de Janeiro: o pequinês Antonio Pereira Thu-Ceu-Han, expositor dos Salões de 1904 e 1907, e que se apresentava como aluno de Rodolfo Amoedo (3).

No presente capítulo não serão estudados os móveis pintados com motivos chineses, não raro em imitação de laca - o que faremos mais tarde, no capítulo dedicado ao Mobiliário. Enfim, encerramos a parte consagrada à pintura analisando a permanência em nosso país, por longos anos, de um dos expoentes da Escola Chinesa do Séc. XX - Chang-Dai-Chien, o qual, em seu retiro de Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo, isolado, quase sem contactos com o meio cultural brasileiro, deu sequência à tradição milenar da pintura tradicional chinesa, formando inclusive discípulos que hoje ainda lhe seguem os passos.

Notas

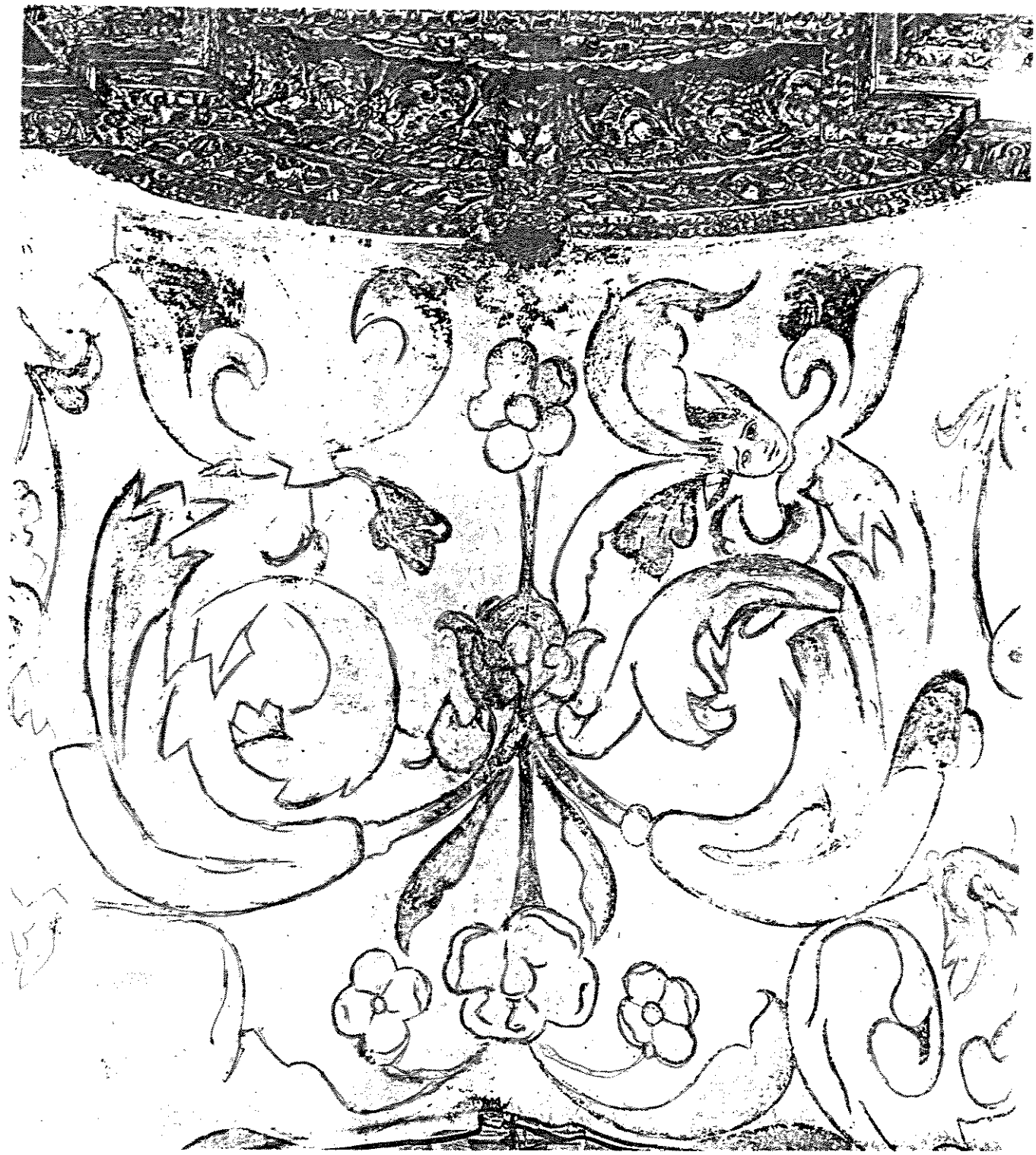
(1) - A pintura de temática chinesa, embora não já pròpriamente de _chinoiserie_, continuava sendo praticada no Brasil dos meados do Oitocentos, como o comprova um mural de José Maria Villarongo representando uma família de chins à mesa, no refeitório da Fazenda Resgate em Bananal, no Estado de S$o Paulo.

(2) - Visitando a 11 de outubro de 1821 uma casa em Pernambuco, Maria Graham assim anota em seu Diário de uma Viagem ao Brasil (Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990, pág. 158): "Após terminar minhas compras, fui procurar uma família portuguesa, e como fosse a primeira casa portuguesa em que ia entrar, estava curiosa em verificar a diferença entre ela e as casas inglesas daqui. A construção e a distribuição das peças são as mesmas. O salão só diferia em ser mais bem mobiliado e com todos os artigos ingleses, até mesmo um belo piano Broadwood. Mas a sala de jantar era completamente estranha. O solo estava forrado com um tecido estampado e as paredes cheias de gravuras inglesas e pinturas chinesas, sem distinção de assunto ou tamanho".

(3) - Nos catálogos das Exposições Gerais de Belas Artes de 1904 e 1907 apresenta-se êsse Antonio Pereira Thu-Ceu-Han como "cidadão natural de Pequim", domiciliado inicialmente à Avenida Rui Barbosa, 82-A, e mais tarde no número 193 do mesmo logradouro do Rio de Janeiro. Aluno de Rodolfo Amoedo, expunha em 1904 um retrato a óleo, e em 1907, além do retrato a óleo do Presidente Afonso Pena, um estudo a óleo e uma aquarela, ambos representando flores.

O Irmão Charles de Belleville, aliás Wei Chia-lu

Na abóbada sobre o altar de Nossa Senhora das Mercês, tido como o mais velho da Igreja de Santa Teresa, em Salvador - dependência, desde 1959, do Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia - encontra-se um afresco que talvez seja o mais antigo existente no Brasil, datável, segundo alguns, da última década do Séc. XVII (1). Este afresco ressurgiu de sob as crostas de tinta que durante séculos o encobriram, quando da restauração do prédio em 1958, com vistas à sua nova utilização cultural (2); representa uma grande flor - um lótus, talvez, talvez uma papoula - que se desdobra em elegantes arabescos até preencher todo o espaço da abóbada. De dois bulbos simètricamente dispostos a cada lado de uma haste central, em sinuosidades, vicejam, vistas a meio-corpo, duas graciosas figurinhas femininas, uma delas já quase arruinada pelo tempo e mal distinguível, mas a outra revelando ainda seus traços fisionômicos, uns tímidos seios e umbigo - "figuras semelhantes a sereias", como as descreveu, algo apressadamente, Wladimir Alves de Sousa (3). Os braços dessas figurinhas a meio caminho entre o vegetal e o animal são folhagens, suas orelhas arrematam em ponta, como as dos duendes, e de suas cabeças brotam, como plumas, tufos vegetais - figuração boschiana de um mundo híbrido em que não houvesse distinção entre os reinos, e no qual flores dessem nascimento a seres humanos que, a seu turno, outra vez entumescendo, gerassem novos vegetais.



Pintura na abóbada sobre o altar de Nossa Senhora das Mercês, na Igreja de Santa Teresa (Museu de Arte Sacra) em Salvador: o afresco mais antigo do Brasil. A atribuição tradicional a Charles Belleville é, a nosso ver, insustentável.

A raridade do tema e a excepcionalidade da técnica pictórica empregada permitem que aventemos desde logo duas hipóteses: a primeira, que o autor da pintura, quem quer que tenha sido, ou era senhor de uma erudição inusual para o seu meio e o seu tempo, ou lançou mão de uma iconografia fantástica da qual sequer sabia o significado, e que se prende, por sutilíssimos mecanismos, a uma milenar tradição oriental; a segunda, que não devia ser português, nem muito menos brasileiro, pois tanto em Portugal como no Brasil o afresco foi procedimento técnico raríssimamente ou mesmo nunca utlizado pelos pintores. Ambas as hipóteses parecem pois apontar para um pintor original, manipulando técnica insólita, e de origem e formação não-portuguesa. Mas, quem poderia ser tal pintor?

Não nos parece nada impossível que na Bahia de fins do Séc. XVII ou princípios do Séc. XVIII existissem pintores que tivessem anteriormente trabalhado na Asia Portuguesa, quando não ali nascido, e que assim pudessem ter carreado, para a arte baiana da época, ecos e reminiscências até inconscientes da tradição oriental. De um desses pintores nascidos na Ásia e ativos em Salvador até sabemos o nome: Lourenço Veloso que, natural de Goa, atuou na Bahia dos últimos anos do Seiscentos até falecer em 1708. Só que a única pintura que dele nos ficou - o Retrato de Francisco Fernandes da Ilha, de 1699, na Santa Casa de Misericórdia de Salvador -, nada revela da origem indiana do artista, e sim quanto à sua formação nitidamente ocidental, tão ocidental que um dos seus exegetas, Carlos Ott, foi levado a crer (e com que exagero!) que pudesse ter visto originais de Rembrandt e de El Greco, e neles se inspirado (4). O fato de ignorarmos a presença de outros artistas

procedentes da Asia na Bahia dos anos iniciais do Setecentos não significa que eles não possam ter lá estado, visto como foram intensas as relações entre o Oriente e Salvador naquela época, e como vicejou em Goa, desde o Séc. XVI, uma curiosa escola indo-portuguesa de pintura (5). Por outro lado também se conhece o nome de um artista que, antes de chegar à Bahia, em 1708, passara longa temporada na China; que era francês de nascimento e de formação; e que, arquiteto, escultor, miniaturista e pintor, homem de muitos saberes e dominando tantas técnicas, bem podia conhecer também a do afresco; referimo-nos a Charles de Belleville, e quase estaríamos tentados a lhe atribuir o afresco de Santa Teresa, como já outros o fizeram, não fora por uma série de particularidades que examinaremos no devido tempo.

A biografia de Charles de Belleville foi levantada pelo Padre Serafim Leite, o qual para tanto se baseou nos escritos de Pfister, Delattre, de Tartre e outros autores que versaram tais questões (6); aqui, apenas desejamos acrescentar uns poucos dados sobre o tipo de vida que terá levado na China, aventar uma ou duas hipóteses sobre as circunstâncias em que veio ter ao Brasil e, porque não dizê-lo?, tentar corrigir alguns equívocos sobre sua vida e carreira, os quais, de tão repisados, já quase se tornaram outras tantas verdades.

Charles de Belleville (que tanto o Dictionnaire des Peintres de Bénézit quanto Georges Isarlo, entre outros, teimam em chamar de Pierre) nasceu em Rouen, na França, a 5 de janeiro de 1657, tendo ingressado na Companhia de Jesus em Bordeaux, aos 23

anos incompletos. Encerrado o noviciado, foi porteiro em La Rochelle e, após 1683, por cinco ou seis anos sacristão em Poitiers. Por essa época já é mencionado em documentos de arquivo como "faber lignarius" (carpinteiro), "sculptor" e mesmo "sculptor egregius"; nada se conhece, porém, acerca de sua aprendizagem artística, nem sobre qualquer atividade, àquela época, como arquiteto ou pintor. Ainda sobrevivem no Périgueux e em Poitiers algumas esculturas que lhe são atribuídas - e isso é tudo quanto nos é dado conhecer sobre a primeira fase de sua existência, toda ela transcorrida em França.

A segunda fase, que irá durar aproximadamente dez anos, inicia-se por volta de 1698, quando o Imperador Kangxi, que mantinha em sua Côrte em Pequim um grupo de sábios e de artistas jesuítas, solicitou através deles que fossem enviados à China pintores europeus (7). Belleville foi um dos dois pintores escolhidos (o outro tendo sido o italiano Giovanni Gherardini), e a 6 de março de 1698 embarcava em La Rochelle com destino ao Extremo Oriente, a bordo do primeiro barco francês a atingir a China: o "L'Amphitrite", sob o comando do Capitão De la Roque - uma embarcação de 500 toneladas, armada com 30 canhões e com tripulação de 150 homens, a qual aliás pouco depois também visitaria o Brasil. Integra pequeno grupo de missionários jesuítas, sob a chefia do veterano Padre Joachin Bouvet. A 2 de novembro chega a Cantão para, nos próximos anos, segundo Dellatre, executar na China obras de arquitetura, escultura e pintura. Nesse passo, porém, equivoca-se o Padre Serafim Leite quando atribui a Belleville o plano da Igreja de Cantão dizendo:

> Em China, diz Delattre que executou obras de arquitetura, escultura e pintura, mencionando como obra conhecida a Igreja da Missão Francesa, de que foi arquiteto. Deve ser a mesma, a que se refere o Padre Vicente de Tartre em 1701. Conta ele que a Igreja dos Jesuítas em Cantão era o mais importante edifício da grande cidade.

Ora, o que escreveu de Tartre é completamente diferente:

> Cantão não é uma cidade, é um mundo, no qual pode-se ver toda espécie de gente. Possui esplêndida localização. É banhada por um grande rio, que através de canais irradia-se por várias províncias. Diz-se que é maior que Paris. As casas, externamente, não são suntuosas. O edifício mais imponente é a igreja, construída pelo Padre Turcotti, um jesuíta (8).

Turcotti, portanto, e não Belleville, foi quem construiu a Igreja de Cantão; também inexistem provas de que Belleville tenha sido o arquiteto da igreja que Kangxi mandara erguer em terreno do seu Palácio de Pequim, pois de Tartre não identifica o "très habile architecte" que se desincumbiu da tarefa. Por falar em nome é tempo de dizer que Belleville, como os demais jesuítas na China, apenas desembarcado e um pouco adaptado aos hábitos e costumes locais adotara nome chinês: transformou-se em Wei Chia-lu, do mesmo modo como o Padre Bouvet tornou-se Pai Chin, e Gherardini, Nien (9).

Mesmo não tendo sobrevivido as obras de arquitetura, escultura e pintura que Belleville/Wei Chia-lu teria feito durante os anos de sua permanência na China, primeiro em Cantão, depois em Pequim e Jehol, não há porque duvidar de que tenham existido. Afinal, ele seguira para a China por ser artista, e nos dez anos em que ali residiu tinha de ter produzido e bastante, até porque era isso o que dele e dos demais artistas jesuítas esperava e exigia o Imperador Kangxi, um aficcionado não só de pintura, como também de música, poesia e de todas as demais manifestações da sensibilidade e do espírito. As exigências constantes de Kangxi também explicariam a versatilidade de Belleville e dos outros artistas ocidentais em Pequim, é que o Imperador freqüentemente lhes pedia, ou melhor dizendo: ordenava, coisas que estava fora do seu alcance executar, não admitindo, sob qualquer pretexto, recusa ou desculpa. Numa ocasião, encantando-se com uns esmaltes franceses que lhe tinham mostrado, ordenou aos padres-pintores Matteo Ripa e Giuseppe Castiglione que cuidassem de ensinar a técnica aos artistas chineses. Em vão os dois jesuítas tentaram tirar o corpo fora, alegando seu desconhecimento em tal matéria: tiveram de ensiná-la assim mesmo, só Deus sabe como, pelo menos até 1719, quando chegou a Pequim o especialista em esmaltagem Padre Jean-Baptiste Gravereau (10).

Se fossem apenas as exigências de Kangxi - que ao menos admirava sinceramente e mesmo estimava os "seus" jesuítas, do que daria provas no futuro -, tudo bem: mas que dizer das provocações e impertinências dos eunucos, enciumados com o prestígio dos pa-

dres junto ao soberano; de suas espionagens e intrigas; das diferenças de costumes, clima e alimentação; da barreira quase intransponível do idioma (11); do estado de semi-cativeiro em que viviam, permanentemente vigiados, proibidos de andar sòzinhos ou de atravessar senão engaiolados o país (12), e submetidos ainda por cima a uma etiqueta humilhante? Todos êsses fatores terminariam por transformar a existência dos jesuítas em Pequim num tormento, e talvez por isso tantos desistiram de ali permanecer - a começar por Cristoforo Fiori, que fora o primeiro pintor europeu a trabalhar na China, onde chegara em 1694 e que deixou em 1705, e continuando com Giovanni Gherardini, companheiro de Bellaville na viagem de 1698, o qual, tão logo concluídas as pinturas di sotto in sù da Igreja Setentrional de Pequim (13), obteve licença para retornar à Europa, o que fez em 1707. O próprio Bellaville adoeceu gravemente, do que não se sabe - talvez um esgotamento nervoso -, a ponto de Kangxi em pessoa ter solicitamente providenciado sua transferência para Pi-shu shan-shuang ("Residência na Montanha para fugir ao calor"), seu palácio de veraneio em Jehol, na Tartária, na esperança de que uma mudança de ares pudesse restituir-lhe a saúde abalada, o que aliás não parece ter ocorrido.

Fosse pela frágil saúde, fosse porque em 1708 se agravasse a níveis intoleráveis a chamada Questão dos Ritos, que tantos e tão dramáticos desdobramentos acarretaria aos missionários cristãos na China (14), fosse porque se conjugassem ambas as coisas, o certo é que nesse ano também Charles de Belleville deixaria a China, autorizado a retomar seu país natal. Terá partido de Cantão, em navio francês, quem sabe no mesmo "Amphitrite" que dez

anos antes até lá o conduzira? Ou saiu de Macau, a bordo do "Portas do Ceu", único barco que, vindo diretamente da China, sob o comando do Capitão João Freire da Silva, vemos arribar a Salvador, para reparos, em agosto de 1708 (15)? Pois o que escreve Serafim Leite é que chegou à Bahia "em fins de 1708 ou começos de 1709". De qualquer modo parece-nos fantasiosa a versão, acatada por Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, Enrico Schaeffer e Carlos Ott, segundo a qual teria chegado a Salvador náufrago, do mesmo modo como não nos parece correto que tivesse ficado "doente em terra, e gostaria de ficar para sempre", como sustenta Serafim Leite. O mais provável é que, enfermo já desde há muito na China, e com seus males ainda agravados pelas agruras da longa travessia marítima, simplesmente se deixasse ficar em Salvador, mesmo porque essa cidade tinha fama de saudável: a ela não retornara em 1681, já muito velho e doente, outro jesuita - nem mais nem menos do que Antonio Vieira -, alegadamente para morrer no Brasil, o que não o impediu de sobreviver por mais 16 anos, colhendo-o a morte nonagenário (16)?

Aparentemente, o clima baiano fez bem a Belleville, como trinta anos antes salvara Vieira. Tanto assim que essa terceira e última fase de sua existência, iniciada em 1708, só se fechará a 29 de setembro de 1730, mais de 20 anos depois, com sua morte, ocorrida no Colégio da Bahia: o irmão Belleville nunca mais tornaria a ver a França, mas em compensação se transformaria numa das figuras mais curiosas da História da Arte Brasileira.

A atividade principal que segundo se afirma Belleville

exerceu na Bahia (de onde, ao que parece, nunca se ausentou, a não ser que o fato de seu nome não constar dos Catálogos anteriores a 1716 e deles desaparecer após 1722 signifique viagens) foi a de pintor; mas o Catálogo de 1719 diz que era "pintor e estatuário", e o Padre Serafim Leite dá como certo que seu primeiro trabalho executado no Brasil, logo após a chegada, foi a revisão e emenda da planta do Noviciado da Jiquitaia, próximo a Salvador no caminho de Itapagipe. Belleville esteve presente ao lançamento da pedra fundamental, a 9 de março de 1709, embora a construção se arrastasse até 1728. Não se conhece outro qualquer trabalho de arquitetura que lhe possa ser imputado, e nem até o presente momento se localizou imagem alguma devida à sua mão, o que não significa que inexistam, mesmo porque suspeitamos que o Irmão Wei Chia-lu fosse acima de tudo escultor e arquiteto (17).

Concentremo-nos porém na atividade do Belleville pintor, analisando as obras que lhe são atribuídas, a começar pelo referido afresco sobre o altar de Nossa Senhora das Mercês, na Igreja e Convento de Santa Teresa, e ainda por outras pinturas conservadas no mesmo templo e no claustro do convento. No que diz respeito ao afresco, a atribuição a Belleville parece repousar exclusivamente no pressuposto de que seria "pintura de inspiração chinesa em que o motivo principal é uma flor de lótus de onde sai figura feminina em meio corpo". Uma figura feminina brotando de um lótus poderia ser Guanyin, a deusa chinesa da Misericórdia, cujo nome original sânscrito, Padma-pâni, significa literalmente "nascida do lótus" (18). Contudo, a figura que aparece no afresco não pode ser de modo algum Guanyin, até porque é representada despida e de seios à

mostra, algo inadmissível em se tratando de uma divindade budista; por outro lado, não temos sequer certeza de que se trate de uma flor de lótus. Na verdade, o motivo figurado não é chinês, tendo-se originado provavelmente no Vale do Indus - plantas com cabeças de animais ocorrem já na arte de Mohenjo-Daro, em começos do terceiro milênio antes de Cristo -, de onde se propagou para alcançar a Pérsia, a Sibéria, o Iraque, o Egito copta e mesmo o Mediterrâneo Antigo, para atingir pleno desenvolvimento na arte islâmica dos Secs. XII e XIII, daí se propagando afinal à arte ocidental da segunda metade do Séc. XIII e do Séc. XIV. O historiador de arte Jurgis Baltrusaitis estudou em profundidade êsse e outros motivos fantásticos de origem oriental, demonstrando sua permanência na arte medieval européia, e filiando-o ao antiquíssimo tema da Árvore da Vida (19). Não nos admiraríamos nem um pouco se o autor do afresco do altar de Nossa Senhora das Mercês se tivesse inspirado em algum nashki antropomorfo ilustrando as páginas de um livro-de-horas francês, espanhol ou italiano, coisa que uma pesquisa mais acurada poderia, quem sabe, esclarecer. Não acreditamos, de qualquer maneira, que êsse autor tenha sido Charles de Belleville.

Mas ainda outras pinturas são aproximadas do nome desse artista jesuíta no atual Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia: as que adornam as portas duplas dos quatro nichos de capelas existentes no claustro do Convento de Santa Teresa, e mais o teto da sacristia e as abóbadas e fundos de outros quatro altares, na Igreja: o de Santa Cruz, no transepto, e os de Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Rosário e São Miguel, na nave. As pintu-

ras a têmpera sobre as capelas, atribuídas por tradição ao irmão artista, que as teria feito entre 1710 e 1715, não exibem qualquer marca especial chinesa, antes invocando padrões ornamentais fitomórficos de tipo renascencista, comumente encontrados em têxteis, ferronaria e outros trabalhos de arte decorativa europeia. Como a atribuição a Belleville repousa exclusivamente na presunção de serem chineses tais padrões, cai por terra também a possibilidade de sua autoria. Restariam, então, as pinturas das portas e principalmente as da sacristia, essas sim, de típica configuração sínica, e que também apenas por isso passam por ser obra de nosso Wei Chia-lu.

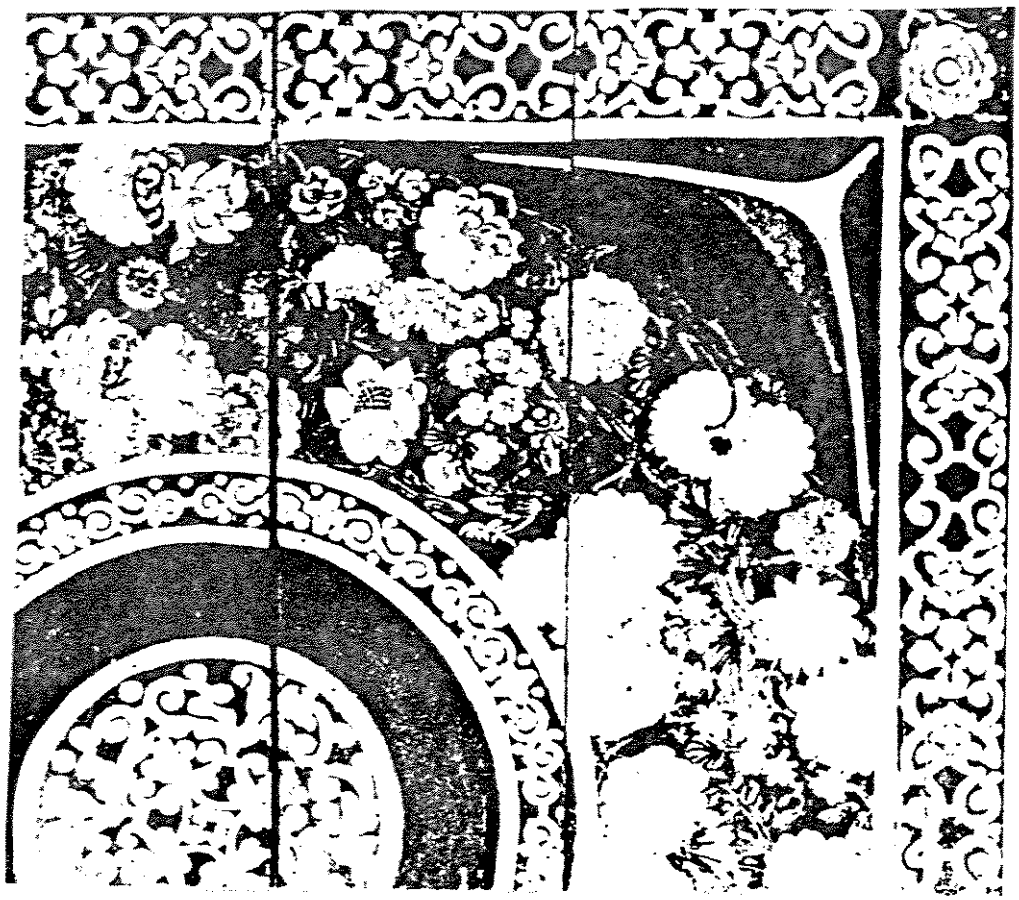
Passam por ser, escrevemos; mas, sê-lo-ão de fato? Infelizmente, a resposta pode ser negativa, e isso por uma razão muito simples: como e porque um pintor jesuíta iria trabalhar num convento de carmelitas? E aqui fazemos nossas as palavras de Godofredo Filho, em artigo de 1963 (20):

> Nem seria crível que numa fase de tamanhas atividades da Companhia de Jesus, não só na Capital como nos arredores, ou em residências e missões longínquas, faltasse trabalho, menos de imaginário e pintor que de arquiteto e mestre de obras, para um técnico e um artista como o Ir.Belleville, ensejando-lhe permanência, por tão longo tempo, a serviço do prestígio de outra Ordem religiosa das mais prósperas da cidade, capaz, conseqüentemente, de beneficiar-se a bom preço dos artistas consagrados na Metrópole ou no Oriente. Considerando, igualmente, a emulação constante entre as várias famílias de regulares, cada qual procurando, com afinco e à custa de riqueza própria ou dos protetores, a grandeza material de seus institutos, a pompa de suas igrejas e a comodidade de seus conventos, não se poderia ingênuamente admitir que tão categorizado

> membro de uma delas, excepcionalmente dotado, viesse, salvo ocasionalmente, por breve tempo, conforme temos exemplo no caso do arquiteto beneditino Fr. Macário (21), consagrar-se a trabalhos que acaso pusessem sua religião em situação constrangedora de eventual inferioridade artística. E se êsse instituto fosse então o dos inacianos, avantajado aos demais em prestígio político, santidade, zêlo, ciência e bens materiais, ainda menos provável se afigura a cessão de ilustres e demorados préstimos a outra Ordem, se não rival, pelo menos com interesses missionários e de valimento junto aos argentários da terra, a colidirem com os do orgulho expansionista e da magnificência da Companhia.

Como se percebe, é pouco provável, até por uma questão de bom senso, tenha sido Belleville autor de qualquer pintura na igreja e convento carmelitas de Santa Teresa, sendo de lamentar que os arquivos da Ordem, os quais tanta luz poderiam lançar sobre êsse e outros assuntos nebulosos, estejam perdidos, ao que tudo indica para sempre.

Belleville pode porém ter sido o autor das pinturas de atmosfera chinesa da Igreja do Colégio dos Jesuítas, em Salvador, e da Igreja do Seminário também jesuita de Cachoeira. A atribuição das pinturas do forro da igreja de Belém da Cachoeira ao artista franco-chinês deve-se a Serafim Leite, "porque se trata de arte florida de caráter chinês". Germain Bazin descreve essas pinturas como "une décoration florale, entourant des figures de bien-heureux et de philosophes... montre des chrysanthèmes, des dahlias, des hibiscus, des camélias", mas aproveita para indagar se não teriam sido executadas "sous l'inspiration" de Belleville, por volta de 1725 (22). Teria tido algo a ver com essa decoração, como pen-





Pintura do forro da Igreja de Belém da Cachoeira, na Bahia: detalhe, ao alto, e aspecto dos caixotões, na ilustração menor: atribuída a Belleville por Serafim Leite, ou, conforme Bazin, feita sob sua inspiração.

sam alguns, o Padre Alexandre de Gusmão, falecido em Belém da Cachoeira em 1724 e que, notável escritor e um dos homens mais instruídos do seu tempo, aparentemente também praticava a pintura, e fez comprovadamente presépios e trabalhos com embutidos de tartaruga (23)? Observe-se, além do mais, que a Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira revela outros sinais de influência chinesa nos fragmentos de porcelana oriental incrustrados na pirâmide do seu campanário; e também não devemos nos esquecer que dessa cidade e dos seus arredores é que saía para a China o melhor tabaco baiano, para desfrute e deleite do Imperador Qianlong e de outros figurões da Côrte, como já foi dito em outro lugar do presente estudo (24).

É pouco e controvertido, como se vê, o que terá ficado da produção artística de Charles de Belleville, quer na França ou na China, quer no Brasil. Pesquisas futuras poderão atenuar porém essas lacunas.

Notas

(1) - Lê-se à pág. 26 do livro Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia (Safra, São Paulo, 1987): "Presume-se que a primeira pintura nesta técnica no Brasil, datada aproximadamente do ano de 1690, seja o da Capelinha de Nossa Senhora das Mercês, localizada na Igreja de Santa Teresa". Com maior pertinência, contudo, sustenta Waldemar Matos (Os Carmelitas Descalços na Bahia, Salvador, 1967, págs. 50-51): "O ponto alto da pintura do Convento de Santa Teresa é o afresco da abóbada da capela situada entre a igreja e o claustro, do século setecentista, considerado o mais antigo do país".

(2) - Wladimir Alves de Sousa: "O Museu de Arte Sacra". Diário de Notícias, Salvador 7 de agosto de 1959.

(3) - Wladimir Alves de Sousa, no artigo citado, escreve: "Representa um entrelaçado gracioso de folhagens terminadas em figuras semelhantes a sereias, com plumas na cabeça. Os tons de terra, ocre e verde aparecem agora, embora um pouco esmaecidos, mas o desenho conserva a graça e o vigor".

(4) - Carlos Ott: "A Pintura na Bahia 1549-1850" História das Artes na Cidade de Salvador. Prefeitura Municipal, Salvador, 1967, pág. 82.

(5) - Desde o Séc. XVI havia pintores portugueses atuando na India, ao lado de amadores razoàvelmente dotados, capazes de tirar figuras e vistas do que lhes era pedido reproduzir. Parece aliás ter sido obrigatória, nos primeiros tempos da conquista, a remessa a Lisboa de desenhos ou mesmo pinturas dos fortes e posições estratégicas: em 1513, por exemplo, Afonso de Albuquerque enviava, ao Rei, uma vista "pintada" da fortaleza do Benasterim, em Goa. Teria sido essa pintura obra de Gaspar Correia, que no ano anterior embarcara para a índia, de onde aliás não tornaria? E quem foi o autor das bisonhas aquarelas do Códice Casanatense, de c. 1540, hoje na Biblioteca Casanatense de Roma? Sabe-se, além do mais, que foram relativamente numerosos os pintores indianos que trabalharam com temática cristã, a despeito das reiteradas proibições que se seguiram ao primeiro Concílio Provincial de Goa, em 1567. Havia entre tais pintores indianos também retratistas, e a um deles o Governador Dom João de Castro solicitou que fizesse o seu, e o retrato dos que o haviam antecedido no cargo. Diz Gaspar Correia que o escolhido era "homem da terra, que tinha grande natural, o qual, pela informação que lhe dei, pintou de natural de seus rostos, que quem os primeiro viu em vendo sua pintura logo os reconhecia". Trabalhou na índia, na década de 1560, o pintor jesuíta Manuel Alvares, que antes estivera aliás em Salvador, onde teria executado ao menos um frontispício, destruído em 1624 quando

da invasão holandesa da Bahia. Cf. Luís Matos: Imagens do Oriente no Século XVI. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense. Imprensa Nacional, Lisboa, 1985, págs. 23-27.

(6) - Padre Serafim Leite S. J.: Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil 1549-1760. Lisboa-Rio de Janeiro, 1953, págs. 129-130.

(7) - O irmão jesuíta Cristoforo Fiori foi o primeiro artista-pintor ocidental a trabalhar na China, entre 1694 e 1705; seguem-se, por ordem cronológica, os também jesuítas Belleville e Gherardini, chegados em 1698, e o arménio Michael Arailza, enviado pela Propaganda Fides. O mais notável pintor europeu que atuou naquele país foi contudo o Padre Giuseppe Castiglione (1688 - 1766), jesuíta, chegado a Pequim em 1715 e ali falecido mais de 50 anos depois. Auxiliado pelo Padre Jean-Denis Attiret (1708-1768), igualmente pintor, Castiglione fundou naquela cidade uma escola de pintura em moldes ocidentais, na qual se formaram alguns pintores chineses, como Nienxi Yao, que mais tarde seria diretor dos fornos cerâmicos de Jingdhezen. Outros pintores europeus na China incluem o padre agostiniano Jean Damascène, que seria Bispo de Pequim em 1778 e faleceria em 1781; os jesuítas Ignatius Sichelbart (1708-1780) e Giuseppe Panzi (1734-1811), e o padre secular Matteo Ripa (1682-1745). Cite-se ainda o pintor português, leigo, Joaquim Leonardo da Rocha (1756-1825), enviado em 1783 pela Rainha Dona Maria I a Pequim por solicitação do Imperador Qianlong. Rocha achava-se em 1784 em Cantão, mas se recusou a prosseguir viagem. Preso, foi recambiado a Portugal. Cf. Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional, Macau, 1984, págs. 622-623, 638 e 652.

(8) - é o que se lê na carta endereçada pelo Padre de Tartre ao pai, a 17 de dezembro de 1701, reproduzida à pág. 60 do Vol. 17 das Lettres édificantes et curieuses, etc. (cf. Cécile et Michel Beurdeley: Giuseppe Castiglione - A Jesuit Painter at the Court of the Chinese Emperors. Charles E. Tuttle Co., Rutland-Tokyo, 1971, pág. 22).

(9) - A adoção, por um jesuíta, de um nome chinês, quase sempre obedecia inicialmente a uma adequação dos sons ocidentais aos da língua chinesa; assim, "Charles" tornou-se Chia-lu, e "Belleville", Wei. Paralelamente se buscava para o nome um belo significado: Wei Chia-lu, por exemplo, seria algo assim como defesa (ou defensor) (da) alegria (chia) (e da) glória (lu). A expressão é contudo intraduzível.

(10) - Cf. Cécile e Michel Beurdeley, op. cit., pág. 26.

(11) - Dotado de memória fenomenal e fazendo uso de métodos mnemónicos que chegaram a impressionar profundamente seus contemporâneos, o Padre Matteo Ricci (1552-1610) iniciou o estudo do Chinês em fins de 1582, tão logo chegado a Macau, e já fazia sermões nesse idioma em meados de 1584; mas só dez anos depois, em outubro de 1594, ao cabo de 12 anos de estudos diários, sentia-se à vontade tanto para falar, quanto para ler ou escrever. Imagina-

se agora quem não possuía sua inteligência ou força de vontade! O Padre Jean Damascène, que como vimos era pintor e se tornaria Bispo de Pequim, jamais conseguiu falar Chinês, e foi por isso impedido de comparecer perante o Imperador. A regra, contudo, era que os padres falassem alguma coisa da língua, e alguns - como os padres Antoine Gaubil e Jean-François Gerbillon - a dominavam à perfeição. Hábil calígrafo chinês tornou-se, por exemplo, o Padre Luigi Doglio.

(12) - Numa carta escrita em 1752, o Padre Jean-Joseph-Marie Amiot conta as circunstâncias em que teve que viajar de Cantão a Pequim: obrigado a cobrir, a cada dia, curtíssimas distâncias, e se queixando disso ao chefe de sua escolta, dele ouviu a seguinte explicação: "Vocês são estrangeiros, não conhecem nossos costumes; por ordem do Imperador sou responsável por suas preciosas pessoas. Está muito calor, devo cuidar para que não fiquem enfermos. Depois, sòmente pessoas vulgares viajam apressadas". E o padre se lamenta: "Trancado na liteira como numa caixa, mal nos é permitido, para que se possa respirar, baixar metade dos postigos a cada lado do veículo. Após chegar às estalagens para nos alimentarmos e repousarmos, seria tido como monstruosa indecência que saíssemos para alegrar nossos olhos em qualquer coisa curiosa da cidade ou da vila". Cf. Cécile e Michel Beurdeley, op. cit., pág. 23.

(13) - A pintura perspectivista desenvolvida pelo Padre Andrea Pozzo no teto da Igreja de Santo Inácio em Roma entre 1691 e 1694 já era praticada em Pequim em começos do Séc. XVIII, quando ao Brasil só chegaria em 1732 pelas mãos de Caetano da Costa Coelho. O tratado em que Pozzo expôs, em 1693, suas teorias, Perspectiva Pictorum et Architectorum, foi traduzido para o Chinês por Nien Hsi-yao, com assessoria de Castiglione, e publicado em 1729.

(14) - JÁ enfocamos essa Questão dos Ritos anteriormente ao estudarmos a Imaginária (Nota 6).

(15) - Cf. José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da India. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968, págs. 330-331.

(16) - Charles R. Boxer: A Idade de Ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, pág. 29.

(17) - A inexistência de documentos concernentes à atividade artística de Belleville talvez torne insolúvel o problema. Leve-se em conta, além do mais, que Belleville era antes de tudo religioso, e só depois artista - e isso explica sua despreocupação em marcar a autoria de imagens ou pinturas que acaso possa ter executado.

(18) - Guanyin é uma das principais divindades do Budismo, e também desempenha papel destacado no Taoísmo. Nos templos budistas, sua imagem é costumeiramente colocada num altar especial por detrás da do próprio Buda, de frente para a porta setentrional no segundo vestíbulo. A respresentação de Guanyin como uma jovem

nascendo de uma flor de lótus prende-se à lenda que a dá como filha de um imperador da Dinastia Shou. Desejando seguir a vida monástica sem o consentimento paterno, seu pai mandou executá-la, o que só foi conseguido após algumas tentativas milagrosamente goradas. Ao chegar a jovem aos infernos, as chamas se transformaram em flores. O próprio Deus dos Mortos, Yama, restituiu-a então à vida, encarnada numa flor de lótus. Cf. C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, pág. 244.

(19) - Jurgis Baltrusaitis: Le Moyen Age Fantastique. Armand Colin, Paris, 1955, Cap. IV, em especial Parte III, págs. 109-117, e Parte IV, págs. 117-132. Antigas lendas árabes referem-se à existência da Ilha Wakwak, localizada em algum ponto do Mar da China, onde medravam árvores de cujos galhos nasciam cabeças, ou corpos inteiros de mulheres. A árvore se pareceria com uma figueira. Seus frutos, as mulheres, começavam a germinar em março, em abril estavam formados os corpos, e em maio brotavam as cabeças; em junho as figurinhas tombavam ao chão, maduras, emitindo o grito: wak-wak-... A árvore wak-wak foi representada em várias ilustrações do Shah-nameh de Firdusi, e também alimentaria a imaginação de ilustradores e miniaturistas ocidentais, na Idade Média Gótica.

(20) - Godofredo Filho: "Influências Orientais na Pintura Jesuítica da Bahia". Diário de Notícias, Salvador, 24 de Março de 1963.

(21) - Frei Macário de São João (falecido a 3 de abril de 1676), arquiteto beneditino nascido na Espanha e chegado a Salvador em 1647 para elaborar as plantas do futuro Mosteiro e Igreja de São Bento, foi segundo Dom Clemente Maria da Silva-Nigra (Os Dois Escultores Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus e o Arquiteto Frei Macário de São João. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1971, págs. 89-153) o autor do risco do conjunto carmelitano de Santa Teresa, cuja pedra fundamental foi lançada em 1666, abrindo-se a igreja conventual só em 16 de outubro de 1697. Os carmelitas teriam apelado para um arquiteto beneditino porque, segundo Dom Clemente, "nesta época, na Bahia e no Brasil, não havia nenhum outro artista de sua competência, tão nitidamente marcada".

(22) - Germain Bazin: L"Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Museu de Arte/Plon, São Paulo/Paris, 1958, Vol. II, pág. 12.

(23) - Na História da América Portuguesa, Livro Sétimo, 67-70 (págs. 202-203 da edição da Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1976), escreve Sebastião da Rocha Pita sobre o Seminário de Belém da Cachoeira e seu fundador, o Padre Alexandre de Gusmão: "Neste sítio (a Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira) fundou no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis um seminário o Padre Alexandre de Gusmão, religioso da Companhia de Jesus e um dos maiores talentos da sua província no Brasil, onde foi repetidas vezes reitor, provincial, lente de filosofia, teologia e moral, e sobretudo insigne mestre do espírito, cuja virtude e doutrina são veneradas

como de varão santo. Com algumas esmolas e com o seu laborioso cuidado fabricou pelo seu desenho suntuosa igreja a que deu o título de Nossa Senhora de Belém, e fez os excelentes artefatos do retábulo, fabricado de fina e manchada tartaruga, e de várias peças da sacristia e muitos presépios de diferentes matérias pelas suas mãos".

(24) - Entre os presentes que em 1727 Dom João V remeteu ao Imperador Yongzheng figuravam "duas frasqueiras forradas, cada uma com seis frascos cristalinos, lavrados e cheios de tabaco amostrinha" (ou seja, rapé, a forma predileta sob a qual os chineses consumiam o tabaco brasileiro). O tabaco era de tal modo apreciado por Qianlong, que em 1775 o Bispo de Macau dirigiu-se preocupadíssimo ao Senado da Câmara de Macau acerca de uma reclamação recebida do Mandarim de Anssão, "para efeito de lhe mandar Tabaco para o uso do Imperador da China, ameaçando na última, que escreveu a V.Sra., que se não fosse o Tabaco suspenderia as fazendas para não saírem os navios, o que era em grande prejuízo desta Cidade". Cf. Padre Manuel Teixeira, op. cit., págs. 298 e 580.

Chinesices na Pintura Mineira

Em nenhuma outra região brasileira, mais do que em Minas Gerais, foram tão numerosos os exemplos de pintura decorativa com temática ou de imitação chinesa, o que chegou inclusive a originar a versão fantasiosa, porém ainda bem arraigada ainda hoje no povo, segundo a qual artistas chineses teriam ali trabalhado. É fato verídico a presença, aliás surpreendente, de escravos chineses em Minas, nos começos do Séc. XVIII (1); não consta, porém, e nem seria muito crível, que houvesse pintores entre eles. Seja como for o que se percebe por um exame mais atento dessas pinturas a um relance inicial tão orientais que adornam as igrejas mineiras (pois em Minas é antes nas igrejas que se encontra êsse tipo de ornamentação tão nitidamente profana) é que não se trata de modo algum de arte chinesa, mas sim de arte achinesada, epidérmica simplificação ocidental da complexa estética do Extremo-Oriente: arte de aparência, mas não de essência chinesa, chinesica em suma. Impossível pensar-se a sério que tais pinturas mineiras com chinesices indiquem a atividade, na região, de artistas procedentes da Asia Portuguesa, atraídos, como todo mundo, pelo ouro abundante das Gerais (2). No entanto, é essa a opinião de alguns autores, entre eles Silva Teles, quando escreve:

> Essas pinturas, de influência oriental - chinesices, como são denominadas, foram elaboradas, certamente, aqui mesmo, no Brasil, por artistas ou arte-

> sãos vindos das feitorias portuguesas das Índias ou da China, tentados pela ocorrência dos achados de ouro na área das Minas. Em inúmeras igrejas e monumentos desse período encontram-se a temática - pássaros ou figuras vestidas com características da Índia ou da China - e a técnica próprias das pinturas do Oriente (3).

Conhecemos até o momento o nome de um só desses artistas ativos em Minas oriundo das possessões portuguesas na Asia: Jacinto Ribeiro, que vemos executando pinturas na Vila do Carmo (futura Mariana) em 1711, e que entre 1738 e 1744 ainda trabalhava - agora como santeiro - na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Itabira do Campo. Um Termo de Admoestação passado em Camargos, a 24 de fevereiro de 1721, diz ser Jacinto Ribeiro "homem solteiro que vive da sua arte de pintor, natural da Índia, e ora morador no Gama desta freguesia, que disse ser de trinta e oito anos" (4), o que o daria nascido por volta de 1683. No valioso estudo "A Pintura Colonial em Minas Gerais" (5), Rodrigo Melo Franco de Andrade lhe atribuiu a autoria das pinturas com chinesices da Capela de Nossa Senhora do Ó de Sabará (cuja construção já estava em andamento em 1717), raciocinando:

> Pretende-se aqui atribuir-lhe a autoria da pintura da preciosa capela sabarense, porque a introdução das <u>chinoiseries</u> naquele tempo, por volta de 1720, constituiu um elemento tão exótico que torna muito mais provável caber a sua autoria a um artista originário do Oriente do que a qualquer dos demais pintores em atividade nas Minas durante o mesmo período.

Baseando-se sempre na premissa de que as pinturas com chinesices da capela datariam de 1720, prossegue o historiador:

> Dir-se-á que em Portugal, como toda a Europa, as chinoiseries já se achavam então em voga, não precisando os decoradores ocidentais, para praticá-las em suas obras, do concurso de nenhum artista oriental. O certo, entretanto, é que no Brasil se desconhece até hoje qualquer antecedente de pintura naquele estilo datando de período anterior ou correspondente ao que se tem vista. Por conseguinte, uma vez que um pintor procedente da Índia operava na região mineira exatamente na época em que a obra terá sido executada, não parece temerário considerá-lo autor do exotismo. Nessa hipótese, a Jacinto Ribeiro ou à sua influência direta serão devidas quer as pinturas da capela de Nossa Senhora do Ó, quer as que, com chinesices semelhantes, se encontram também numa porta interna e numa capela interior da Matriz de Sabará, às quais se seguiram outras do mesmo gênero, mais recentes, em altares da Matriz de Catas Altas do Mato Dentro e no respaldo do cadeiral na capela-mor da Sé de Mariana.

Infelizmente é-nos impossível aceitar a atribuição proposta pelo erudito diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e isso por dois motivos: primeiro, Jacinto Ribeiro era natural da Índia, e o que se vê em Sabará, Catas Altas, Mariana e ainda em outras cidades mineiras é pintura ornamental que se pretende chinesa. Enfiar de cambulhada num mesmo saco, sob a denominação demasiado larga de oriental, coisas tão díspares como o espírito indiano e o espírito chinês, constitui equívoco tão grave quanto o que cometeria um historiador chinês que, não distinguindo por exemplo entre a pintura italiana e a flamenga, Ra-

fael de Pieter Bruegel, simplesmente buscasse defini-las como arte ocidental, sem atentar nas profundas diferenças culturais, estilísticas e técnicas que as separam. Por conseguinte, a menos que Jacinto Ribeiro, natural da índia como era, tivesse estado na China e ali passado tempo suficiente para se impregnar do espírito da arte chinesa, não saberíamos como nem porque lhe teria tocado introduzir, em Minas Gerais dos começos do Setecentos, pintura de inspiração chinesa. Mas... é aqui que entra o segundo e mais ponderável motivo pelo qual não podemos acatar o raciocínio de Rodrigo: é que chinoiserie é invenção européia e não asiática, é pintura que pode ser feita por qualquer um, menos, óbviamente, por artista chinês ou oriental, visto como, por definição, representa a visão fantasiosa que os europeus, do Séc. XVIII sobretudo, tinham da China - ou do que julgavam ser a China. Isso nos parece tão elementar, que liquida, de uma vez por todas, a teoria segundo a qual as chinesices mineiras denunciariam a presença, na região, de artistas vindos da Asia (6). Até porque é praticamente certo que nenhum pintor, inclusive português, com passagem anterior pela China, atuou em Minas durante o Setecentos, sabendo-se apenas o nome de um artista luso, comprovadamente naquele país (mas não no Brasil) em fins do Séc. XVIII: Joaquim Leonardo da Rocha, a quem já nos referimos, enviado em 1781 pela rainha Dona Maria I por solicitação do Imperador Qianlong, mas que nem chegaria a entrar em Pequim, visto como empacou em Cantão, negando-se a prosseguir viagem, o que determinou sua prisão e posterior retorno a Portugal, onde muitos anos mais tarde desenvolveria notável carreira, chegando a dirigir a Escola de Desenho de Funchal, na Madeira, onde faleceu em 1825.

Há ainda outro ponto em que discordamos da opinião de Rodrigo: é quando ele sustenta datarem as chinesices da Capela de Nossa Senhora do ó de 1720, algo que nos parece impossível, quando se sabe que em França as chinoiseries - de um François Boucher por exemplo - são posteriores (7). Na verdade, o surgimento desse modismo deveu-se em grande parte aos artistas franceses que trabalhavam na década de 1720 à sombra do Rococó, e seria fantasioso imaginar que Minas tivesse tido pinturas de chinesices antes de que em França e no resto da Europa elas se manifestassem. Mesmo porque esse tipo de pintura não fez senão tardiamente sua aparição em Portugal - mais ou menos em meados do Setecentos -, e queremos crer que as chinesices das igrejas de Minas datam no mínimo de tal momento.

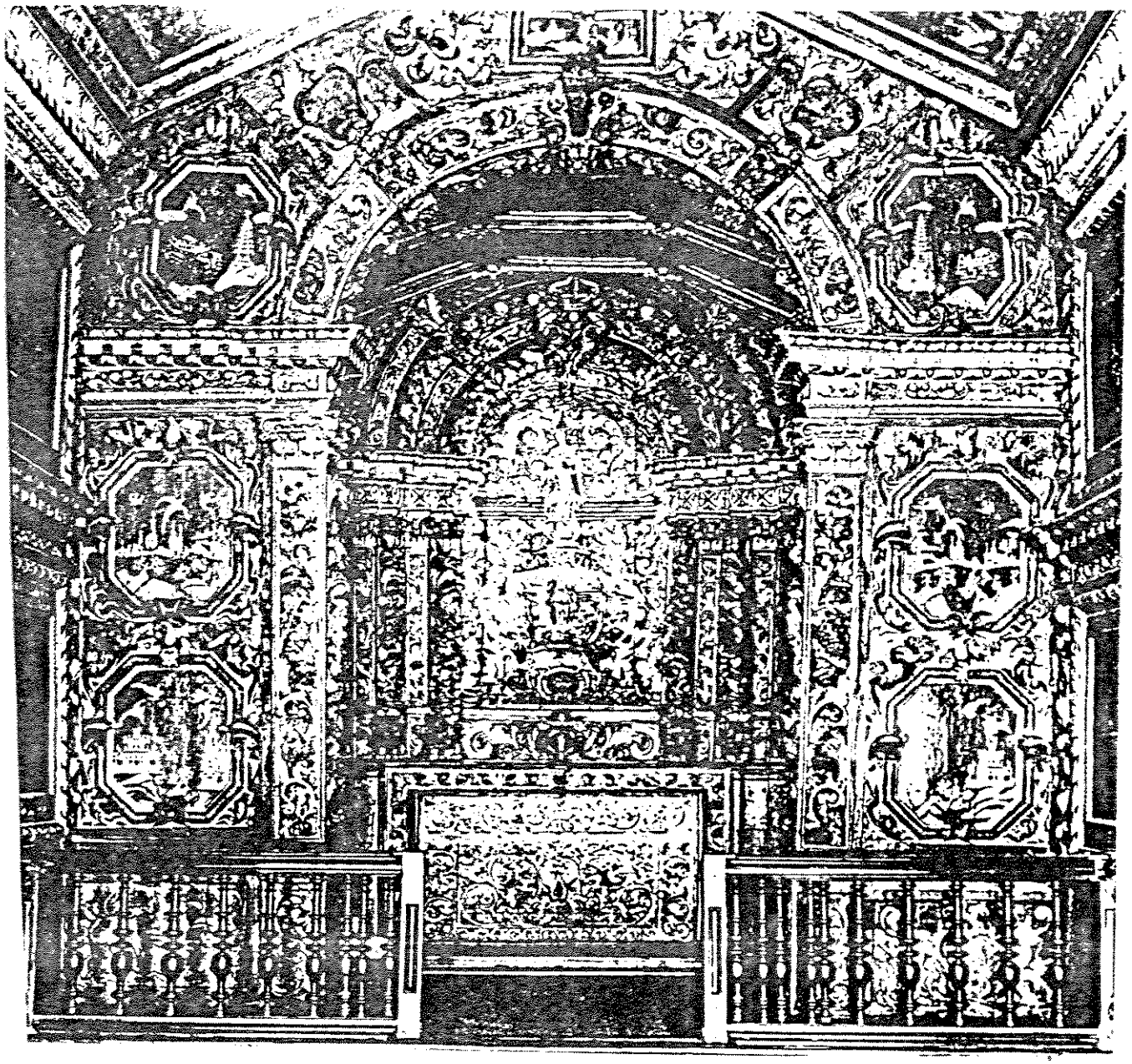
Se, como ficou dito, parece-nos equivocado buscar explicar a ocorrência de pinturas achinesadas em Minas pela presença na região de artistas que tivessem mantido contactos in loco com a arte chinesa, não seria melhor tentar entendê-la como pura manifestação de um espírito de época, como aliás percebeu Enrico Schaeffer (8)? Afinal, na opulenta Minas setecentista (9), que só na primeira década do século, pelos cálculos de Antonil, vira serem extraíddas mais de mil arrobas de ouro, era perfeitamente compreensível que os membros de uma sociedade com pressa em se tornar refinada, ávida por adotar hábitos e costumes da civilidade e distinção em voga na Metrópole e possuíndo recursos para tanto, cuidassem também do seu aggiornamento em termos artísticos, lançando mão de amaneiramentos estilísticos e padrões ornamentais então de

circulação recente mesmo na Europa, pretendendo, através deles e com êles, embelezar suas novas igrejas e capelas, imprimindo-lhes uma nota "moderna". Para alguns autores, por outro lado, a quantidade, nas vilas e cidades então criadas, de porcelana, têxteis, lacas, marfim, móveis e outros bens de luxo importados a peso de ouro da China pode ter proporcionado aos artistas locais toda uma iconografia exótica, um arsenal de ornatos que terminariam por aproveitar em suas produções. Para Silvio de Vasconcelos, por exemplo, as chinesices das pinturas no arco-cruzeiro da Capela de Nossa Senhora do Ó e de outros templos mineiros "talvez tenham sido recolhidas da louça de Macau, bastante usada no Brasil de então, sendo de observar-se sua ocorrência freqüente em Minas Gerais, ao passo que no resto do país não são encontradiças" (10). Por sua vez, Eugénie Miller Brajnikov sobrepõe, com razão, a essa influência da louça da China, a da europeia com motivos ornamentais pretensamente chineses, e bem assim a dos têxteis também ocidentais adornados com chinoiseries (11). Haveria ainda que cogitar da utilização, em Minas, dos mesmos repertórios de gravuras utilizados na Europa pelos pintores de chinoiseries - como por exemplo o Picturae Sinicae, de Peter Schenk (1702), ou as Oeuvres de Fleurs, Ornements, Cartouches, Figures et Sujets Chinois, publicação de 1776 de autoria de Jean Pillement, que aliás viveu em Portugal de 1780 a 1785; mas, ao que conste, tais repertórios não chegaram a circular em Minas - ou pelo menos nenhum foi até agora localizado. Mas é fora de dúvida que, comparando todas essas cenas com pássaros, mandarins, flores, pagodes, personagens exóticos e paisagens orientais que costumam ocorrer na pintura mineira de chinesices com as cenas e paisagens pretensamente chinesas que

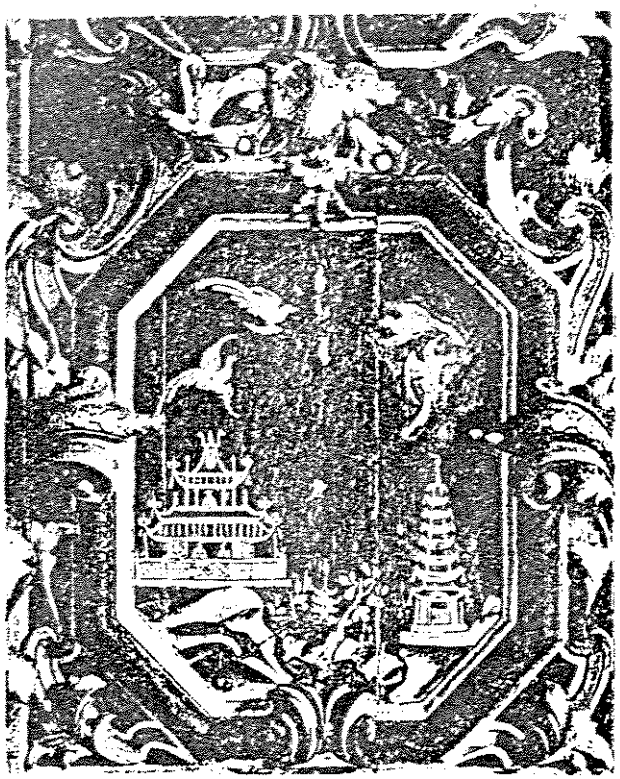
compõem os mencionados repertórios, não há como não perceber, entre eles, fortes coincidências formais e de atmosfera.

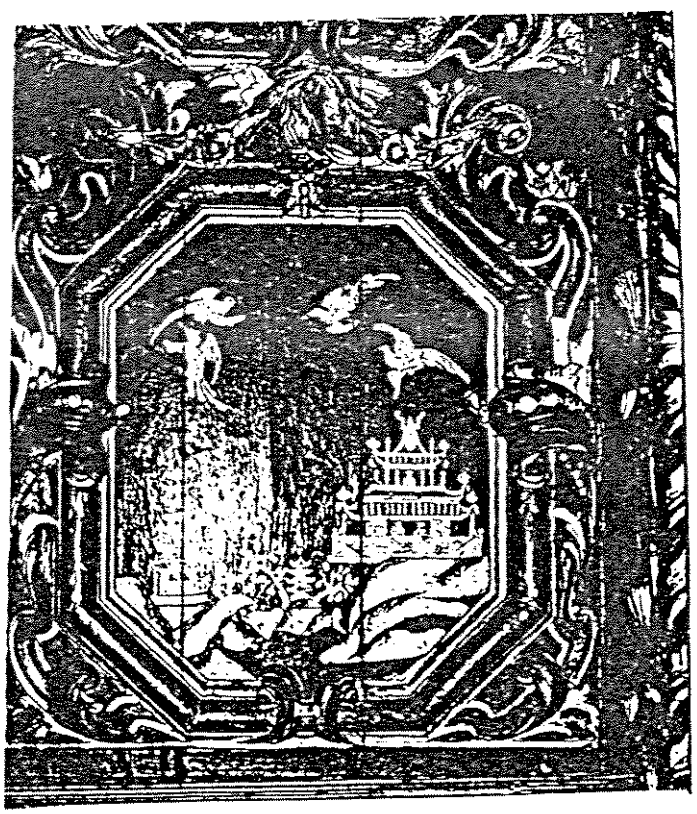
É no já tão citado arco-cruzeiro da Capela de Nossa Senhora do Ó de Sabará que se encontram as mais conhecidas pinturas de chinesices conservadas em Minas Gerais e talvez no Brasil: sete painéis ao todo, sendo seis verticais, contidos em molduras de formato octogonal ricamente entalhadas, e dispostos em grupos de três a cada lado das pilastras, e o sétimo horizontal, encimando o escudo. Mas na mesma cidade, na Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição, existem duas portas que exibem pinturas de chinoiseries em imitação de laca. Uma de tais portas muitos sustentam ter sido feita na China e presenteada à Matriz pelo próprio Rei de Portugal - outra lenda sem qualquer compromisso com a realidade, porquanto tanto a técnica quanto a temática ali observadas apontam para uma origem muito provavelmente local.

Passando a Mariana, veremos admiráveis chinoiseries em ouro sobre vermelho nos encostos do cadeiral da capela-mor da Igreja-Matriz da Conceição. São personagens chineses, letrados e mandarins, e outros, europeus, em poses e atitudes diversas, ao ar livre ou sob pavilhões - caçando, perambulando por jardins ou entre flores e pássaros, sob guarda-sois ou a cavalo, tudo externado com inusual vivacidade. Tais pinturas, não sem parentesco com as que estão nas portas da Matriz de Sabará, são atribuídas a Manoel José Rebelo de Sousa, natural de Braga, chegado a Minas por volta de 1750, e que em 1760 vemos ocupado na pintura do teto da Matriz marianense. No estudo que consagrou à pintura colonial mineira, ao



Pinturas de chinesices no arco-cruzeiro da Capela de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, Minas Gerais.





Pormenores das pinturas com chinesices do arco-cruzeiro da Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, Minas Gerais.

qual já aludimos mais de uma vez ao longo do presente capítulo, assim escreveu Rodrigo Melo Franco de Andrade acerca de tais chinesices:

> Cumpre também atribuir-lhe (isto é, a Manoel José Rebelo de Sousa) a autoria da pintura do respaldo do cadeiral desta capela-mor, à moda de chinoiserie, à qual já se fez referência, pois a data inscrita pelo artista naquele respaldo (1760) é a mesma da arrematação e do pagamento pela citada obra dos "barretes com os cônegos". ...Sem dúvida, o efeito geral que o pintor pretendeu produzir ao longo do respaldo do cadeiral, na Sé de Mariana, terá sido a suntuosidade de uma decoração ao gosto do Oriente. Mas, se num elemento ou noutro ele procurou de fato simular alguma chinesice, sob o aspecto de um pagode ou de um mandarim, quase sempre deu largas apenas despreocupadamente à própria fantasia e talvez a certa inclinação sarcástica.

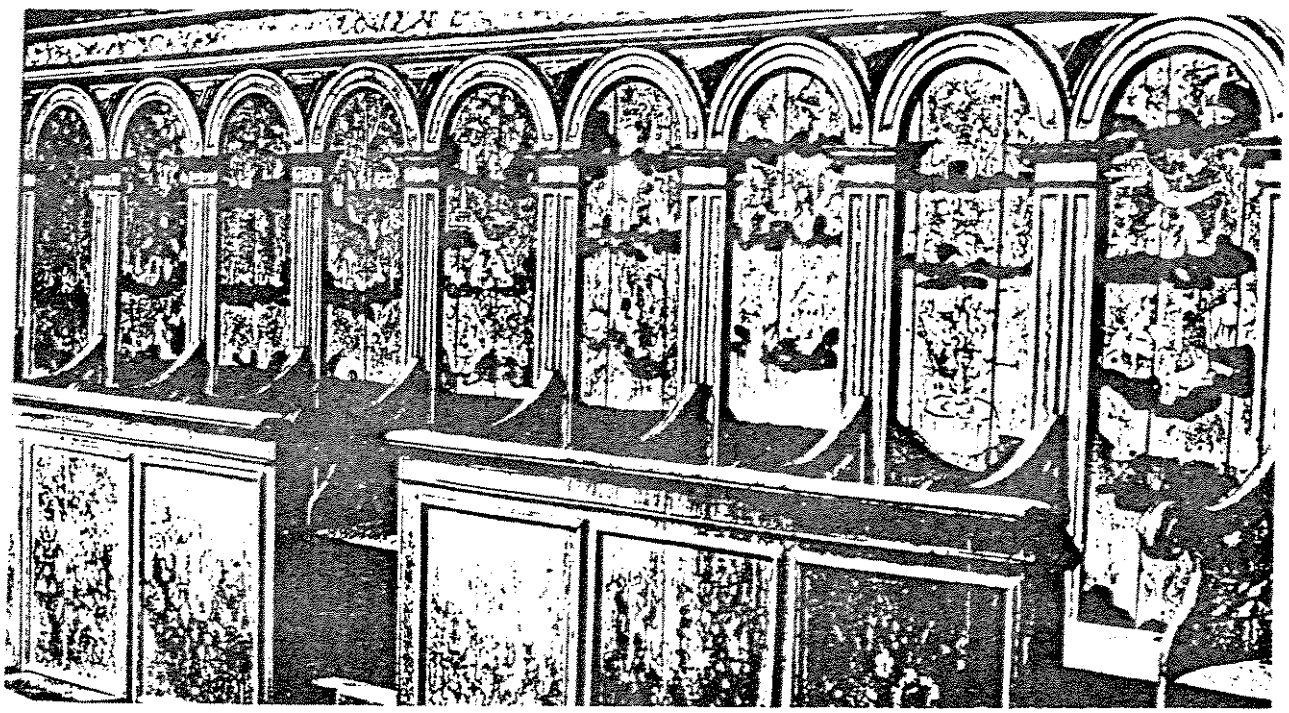
Ainda outras pinturas com chinesices são imputáveis ao mesmo artista: as duas da caixa do órgão da própria Matriz de Mariana; as da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas de Mato Dentro, já que um documento de 1760 do Arquivo Público Mineiro informa ter-lhe tocado o arremate da pintura mural e douramento dos altares dessa igreja; e as da Igreja de Santa Ifigênia em Ouro Preto. Em todas essas obras, com efeito, pode-se observar a fatura larga e despreocupada geralmente identificável com o estilo do artista, o qual fazia uso de pinceladas soltas, uma gama de pretos e de tons cinzentos que geravam aquelas formas "tendenciosamente abstracionistas" que seduziram Rodrigo (12).

Pinturas com chinesices ocorrem ainda em outras cidades

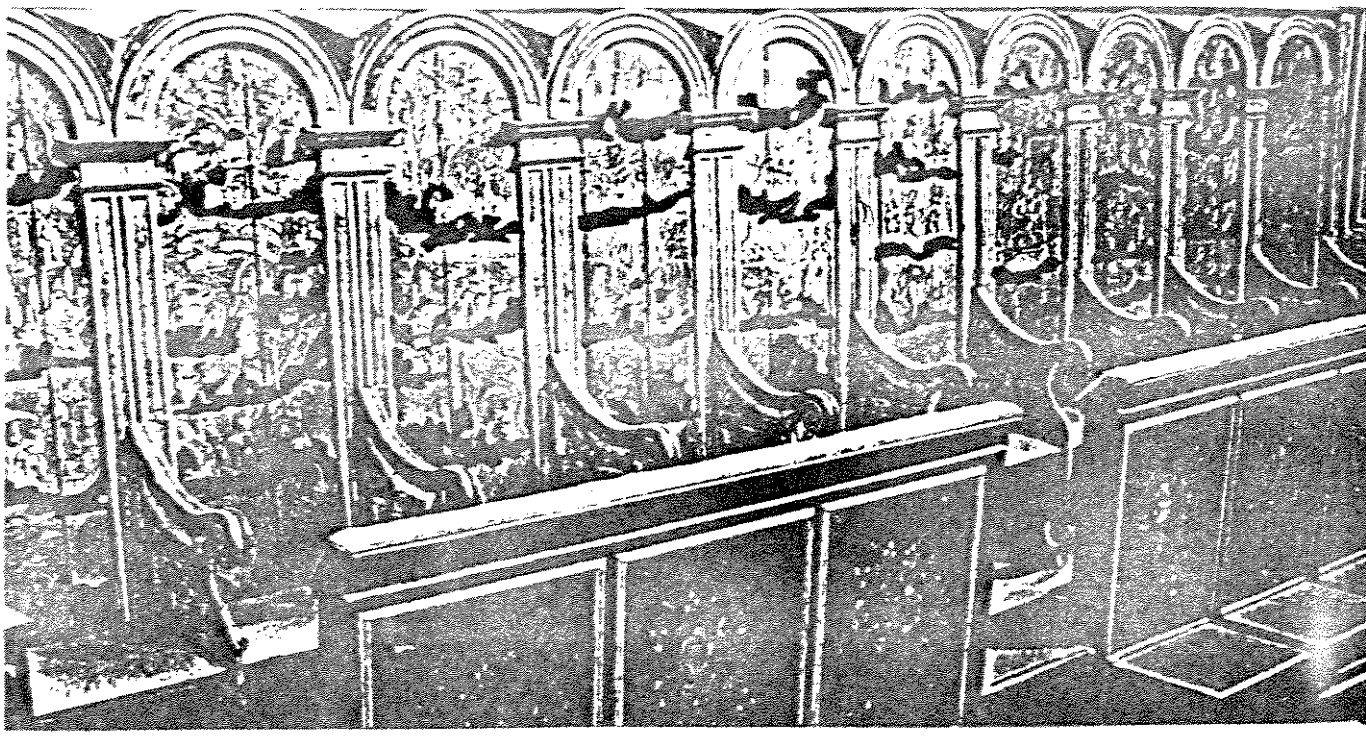
de Minas: em Ouro Branco, por exemplo, no altar-mor e nos laterais da Igreja de Santo Antonio; ou em Barão de Cocais, na Igreja de Santo Antônio. Remota atmosfera extremo-oriental pode ser também detectada em certas pinturas de Tiradentes (órgão da Matriz de Santo Antônio, teto da Igreja do Rosário, capela-mor da Igreja das Mercês) ou de São João Del Rey (retábulo do passo situado à Rua Getúlio Vargas): a ornamentação da caixa do órgão da Matriz, em Tiradentes, representando Saul que investe de lança contra David, é característica dessa tendência, vendo-se em todos os personagens, menos no rei, traços achinesados.

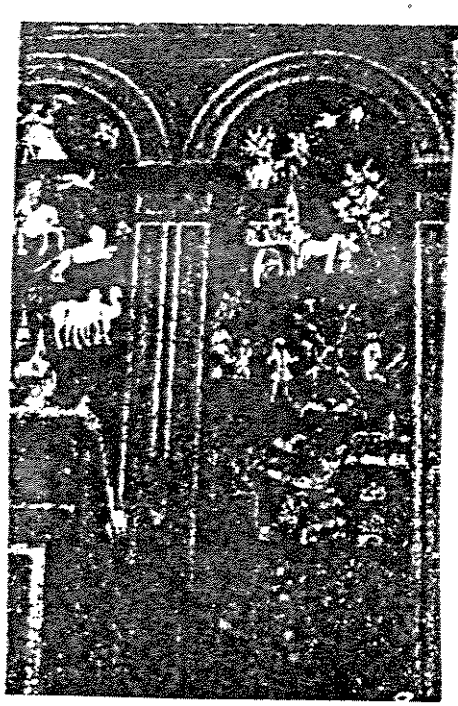
Chinoiseries existem também em detalhes de mobiliário e em oratórios que pertencem a altares de igrejas e capelas privadas, possuindo o Museu do Ouro em Sabará e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto significativos exemplos. Nas duas portas duplas do exemplar do Museu da Inconfidência, oriundo da Fazenda do Rio do Peixe, São José da Lagoa, Nova Era, há cenas em ouro sobre fundo azul-esverdeado de personagens e paisagens chinesas.

Observe-se que até aqui temos tratado exclusivamente de pinturas com chinesices que adornam recintos sacros ou religiosos de igrejas e capelas. O fato é aliás digno de destaque, e mais uma vez repisa o caráter profano e festivo da religiosidade barroca brasileira e mineira, mais preocupada com música e foguetórios que propriamente com unção e piedade; religiosidade sui-generis, fascinada pela pompa e pela ostentação, que suscitaria comentários de espanto ou de indignação a muitos viajantes de passagem pelo país, ainda no Séc. XIX. Assim é que em 1816 Tollenare diz acerca do que



Pintura com chinesices no respaldo do cadeiral da capela-mor da Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceiçso em Mariana, Minas Gerais.





Mais dois aspectos do cadeiral dos cônegos da Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Mariana, Minas Gerais, com chinoiseries que têm sido atribuídas ao pintor Manuel José Rebelo de Sousa.

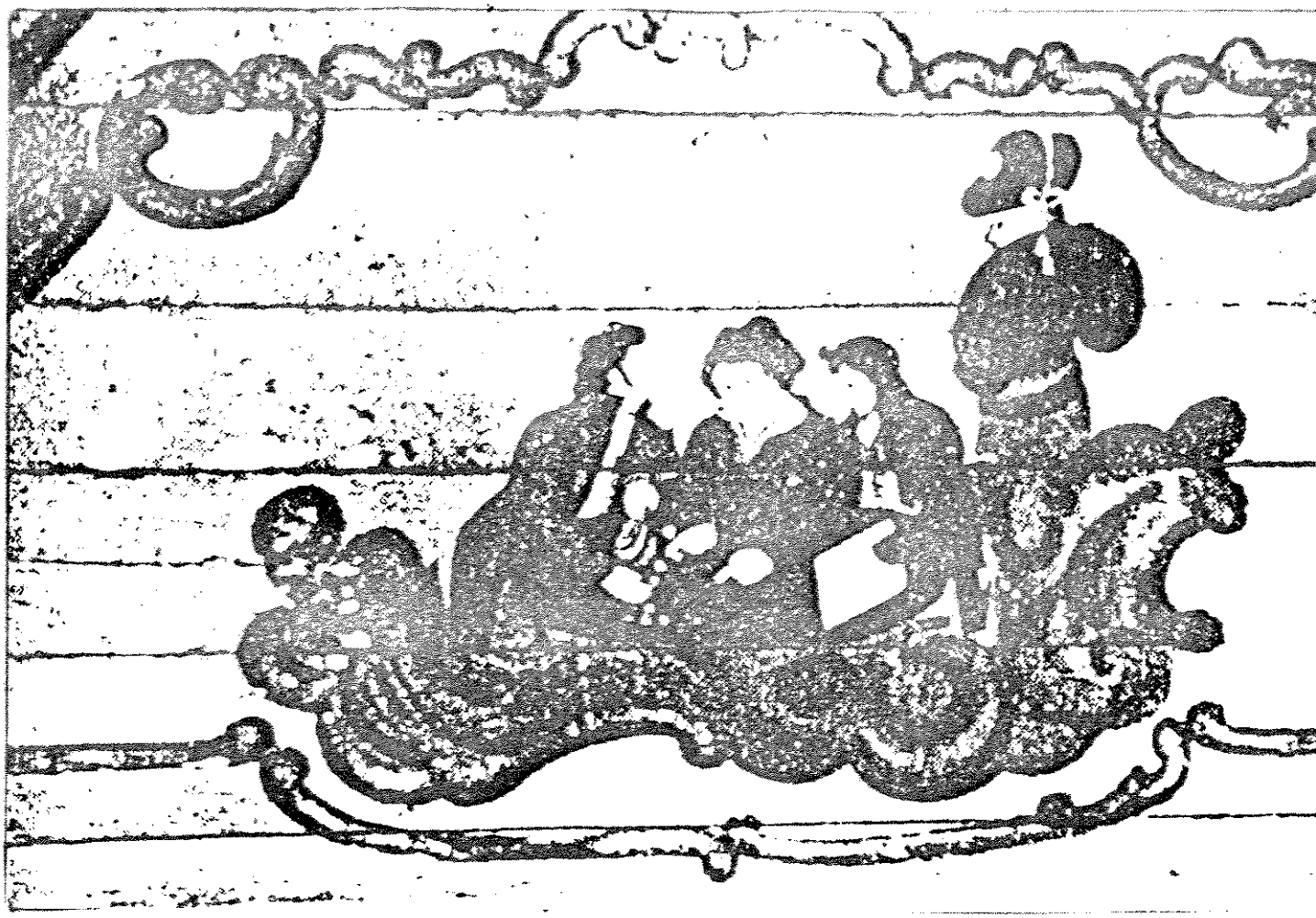
lhe fora dado ver nas igrejas de Olinda:

> Há nas igrejas um luxo bárbaro e a vaidade, de par com a piedade, acumularam nelas lampadários e outros ornamentos de prata maciça (...) Os ofícios são executados com música um tanto mundana: as decorações, as flores, o incenso, as grinaldas, as procissões, dão às cerimônias o seu aspecto de festa a que o público acorre como a um espetáculo. Nos atos importantes da missa estralejam foguetes. Vi, na altura do Gloria in Excelsis, executada numa música de caráter angélico, caírem flores, deitadas do alto da abóbada sobre a assembléia (13).

Muitos anos mais tarde, em 1869, era a vez de o Conde de Gobineau externar, em carta remetida ao Rio de Janeiro a um amigo em França, esses comentários jocosos:

> Agora já poderás admitir que não haja nada de extraordinário no fato de as igrejas estarem cobertas de alto a baixo com esculturas de madeira, de branco e ouro, de um trabalho maravilhoso, frutas, flores, anjinhos que são amores de Watteau. O púlpito parece uma caixa de bombons. Em São Francisco, como peça principal, há um troféu de violoncelos, violinos, flautas, guitarras, oboés, etc. Nos dias de festa tudo são lustres de velas, grinaldas de rosas e trombetas brancas de alto a baixo. As imagens das virgens estão vestidas de seda, com colares e pulseiras, tudo do melhor. Não vi o diabo em parte alguma mas estou convencido de que se o representaram nalgum sítio é fardado de general, com a grã-cruz da Ordem da Rosa, a oferecer um ramo de flores ou, pelo menos, uma pitada de tabaco a São Miguel. É uma maneira de compreender a religião como outra qualquer. Não ficarás agora surpreso se acrescentar que a música na igreja consiste em polcas e em valsas, e que à Elevação se toca uma cavatina italiana (14).

Se era isso o que ocorria no Brasil da segunda metade do Séc. XIX, imagina-se o que não fora um século antes, e não se ficará nem um pouco admirado com a ocorrência de motivos ornamentais tão pouco litúrgicos, como o são sem dúvida chineses e pagodes, nas igrejas e capelas mineiras. Curioso é que, se foi assim comum a pintura ornamental com chinesices em recintos sagrados, fora do âmbito dos templos ela se revelou sempre excepcional, o que não deixa de ser um paradoxo. No seu pioneiro estudo sobre traços da arte oriental na arte brasileira dos começos do Setecentos, há pouco referido, Eugénie Miller Brajnikov julga ver chinoiseries nas pinturas de três casas de moradia de Conceição do Mato Dentro. Em duas delas, a ornamentação mostra aves e flores que evocam só remotamente a China; mas na decoração da sala principal da terceira, situada à Praça Dom Joaquim, onde hoje se abriga a Escola Normal local, o que se observa são personagens vestidos à ocidental e com fisionomias também ocidentais dispostos em quatro grupos no forro, equilibrando-se sobre o que parecem ser nuvens ou ondas muito estilizadas de inequívoca conformação chinesa, chegando a lembrar um pouco as que costumam aparecer por exemplo nas representações tradicionais dos Oito Imortais Taoistas. Essas pinturas, que para a Sra. Brajnikov representariam "cenas da vida dos portugueses na China" (15), devem datar já dos começos do Séc. XIX, embora Enrico Schaeffer as atribua, algo forçadamente, a Silvestre de Almeida Lopes, artista que atuou na região entre 1764 e 1796.



Pintura de vaga ambiência chinesa, que compõe com outras três cenas a decoração da sala principal de uma velha casa de moradia em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.

Notas

(1) - Em A Idade de Ouro do Brasil (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, Cap. VII, pág. 161, e pág. 351 nota 28), Charles R. Boxer estuda a composição étnica da população escrava de Minas Gerais no Séc. XVIII, em especial entre 1714 e 1740, mostrando como era dada preferências aos negros Minas, não só por serem tidos como os mais resistentes, como porque se acreditava possuirem eles poderes quase sobrenaturais para localizaram o ouro; vinham em seguida os negros de Angola e os de Benguela, e depois os índios carijós. O historiador inglês conclui: "Entre as categorias que ficam á retaguarda encontramos Luangos, Congos, Cabos-Verdes, Moçambiques, Crioulos do Rio, bastardos e mesmo alguns chineses avulsos".

(2) - Conta Antonil, em Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, publicado em 1711: "Cada ano vem nas frotas quantidades de Portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil nem convento nem casa". Umas 30 mil pessoas já se encontravam em 1709 na região aurífera, havendo quem sustente, com evidente exagero, que cerca de 800 mil penetraram em Minas entre 1705 e 1750.

(3) - Augusto Carlos da Silva Teles: Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. MEC/DAC/FENAME, Rio de Janeiro, 1975, pág. 228.

(4) - Judith Martins: Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. MEC/DAC/IPHAN, Rio de Janeiro, 1974, pág. 163. A autora distingue entre o Jacinto Ribeiro pintor e o Jacinto Ribeiro santeiro, tratando-os em verbetes separados.

(5) - Rodrigo Melo Franco de Andrade: "A pintura Colonial em Minas Gerais", Rodrigo e seu Tempo, MinC/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1986, págs. 182-207 (originalmente publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 18, Rio de Janeiro, 1978).

(6) - Sobre a presença de artistas asiáticos em Minas Gerais consulte-se também Eduardo Frieiro: "Orientalismos em Igrejas Mineiras", O Diabo na Livraria do Cônego, Itatiaia/Edusp, 2a. Ed. , Belo Horizonte, 1981, págs. 163-166. Esse autor refere-se também a um artigo de Mario J. Buschiazo publicado a 29 de abril

de 1945 em La Prensa, de Buenos Aires ("Influências Exóticas en el Arte Colonial"), no qual se alude à tradição de que artífices chineses, indianos e japoneses teriam trabalhado na América Hispânica, sendo difícil identificá-los porque adotavam, ao chegar, nomes espanhóis. Também na Bahia, segundo uma tradição local jamais confirmada, teriam trabalhado em imagens de marfim artistas procedentes da China e de outros países asiáticos (Museu de Arte Sacra de São Paulo. Safra, São Paulo, 1983, pág. 58: "Hipótese não confirmada afirma que ivoristas orientais, residentes no Salvador, do Século XVI ao XVIII, teriam importado a matéria prima para delicadas esculturas").

(7) - Em La Peinture Française - Le Dix-Huitième Siècle (Tisné, Paris, 1948, págs. 45-46), Michel Florisoone estuda os começos da pintura de chinoiseries em França, mostrando como foi Antoine Watteau o primeiro a "placer des figures d'habitants du Céleste Empire dans les lambris du chateau de la Muette" - uma decoração que Boucher, Jeaurat e Aubert divulgariam em gravuras. Ao resolver dedicar-se também ao comércio de objetos de arte extremo-oriental, é a François Boucher que o célebre marchand Gersaint encomenda a "enseigne" de seu novo estabelecimento À la Pagode, do mesmo modo como antes encomendara a Watteau a "enseigne" para seu magazine Grand Monarque. Explica o historiador: "Boucher devient le grand ordonnateur de la chinoiserie: Huquier, Watelet, Houel, Aveline, Ingram gravent de ces dessins où les personnages sont vêtus à la chinoise: le financier Bergerat de Grandcourt récueille les compositions chinoises de Boucher que Beauvais met en tapisseries; les éventails, les dessus de porte, les meubles, même les romans s'habillent à la chinoise et, ainsi costumés, se livrent à tous les caprices d'une foule un soir de Mardi gras".

(8) - Enrico Schaeffer: "Chinesices no Brasil". Anais do Museu Histórico Nacional. Volume XXII. Rio de Janeiro, 1971, págs. 33-49.

(9) - Essa opulência tão apregoada de Minas Gerais durante o Séc. XVIII tem sido reduzida a dimensões bem mais modestas - e possivelmente mais próximas da realidade - por escritores como Vilhena, Caio Prado Júnior e Mafalda P. Zemella. Veja-se, a respeito, Eduardo Frieiro: "Pobreza de Minas Gerais" Op. cit., págs. 153 - 156.

(10) - Silvio de Vasconcelos: A Capela da Nossa Senhora do Ó. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984, pág. 78.

(11) - Eugénia Miller Brajnikov: "Traces de l'art oriental sur l'art Brésilien du debut du XVIIIe. Siècle". Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, nº 9, Belo Horizonte, 1951. Consulte-se ainda o livro fundamental de Madeleine Jarry: Chinoiseries - Le Rayonnement du gout chinois sur les arts décoratifs des XVII e et XVIII e Siècles. Office du Livre, Fribourg, 1981.

(12) - Tais formas "abstracionistas" do respaldo do cadeiral da capela-mor da Matriz de Mariana evocam-nos remotamente

as que podem ser vistas em biombos namban do estilo seikaiha (ceu-mar-onda) de começos do Séc. XVII, representando os contactos entre japoneses e portugueses no porto de Nagasaki, quando da chegada das "naus de trato".

(13) - Louis-François de Tollenare: Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Progresso, Salvador, 1956.

(14) - Cf. Maurice Pianzola: Brasil Barroco. Record, Rio de Janeiro, 1975, págs. 116 - 118.

(15) - Para outros autores as pinturas seriam ilustrações da história bíblica do Filho Pródigo. Veja-se a respeito Geraldo Dutra de Moraes: História de Conceição do Mato Dentro. Belo Horizonte, 1942; Rodrigo Melo Franco de Andrade, op. cit., pág. 190. Já Enrico Schaeffer, op. cit., pág. 49, discordando tanto da interpretação da Brajnikov quanto da de Dutra de Moraes, acredita que "representam unicamente cenas comuns daqueles dias em Conceição do Mato Dentro (e em todas as outras cidades de Minas Gerais) descrevendo a vida dos ricos comerciantes portugueses no Brasil Colonial".

Chinesices no Embu

O conjunto arquitetônico jesuítico de Nossa Senhora do Rosário, na cidade do Embu, é possivelmente o mais importante monumento de sua época conservado em São Paulo. Compõem-no a igreja, edificada por volta de 1700 pelo lendário Padre Belchior de Pontes, e a residência dos padres que lhe fica anexa, erguida uns 40 anos mais tarde pelo Padre Domingos Machado (1), e na qual hoje se abriga pequena mas valiosa coleção de arte sacra. Como nota destacável da coleção, citemos os quatro leões funerários em madeira, de inequívoca conformação chinesa, aos quais já nos referimos em capítulo anterior (2).

É no teto da sacristia da igrejinha de Nossa Senhora do Rosário do Embu que se encontra uma surpreendente pintura de chinoiseries, contornando em caprichosos frisos os motivos centrais da decoração, dispostos em nove caixotões. São flores, pagodes, pontes e embarcações traçados a ouro sobre fundo vermelho por mão de evidente habilidade, e que por isso mesmo não deve ser confundida com a tão menos destra que executou os arremedos de chinoiseries no teto apainelado da capela-mor e no fundo de uma das capelas laterais. Infelizmente se perderam, já em começos do Séc. XX, praticamente todos os documentos referentes à capela jesuíta do Embu, e assim não podemos saber as circunstâncias em que foram feitas as mencionadas chinesices, as quais devem porém datar da segunda metade do Setecentos.

Essas pinturas achinesadas do Embu são as únicas da sua espécie conservadas em São Paulo, embora Aracy Amaral tenha surpreendido, nas pinturas de outra capela ainda mais antiga - a de Santo Antonio, em São Roque, erguida em 1681 - certa nota a seu ver orientalizante (3):

> Chinesices, entretanto, não são totalmente ausentes da pintura de Santo Antonio, se observarmos com cuidado as largas faixas que, à maneira de friso rodeiam a pintura central do forro: elementos vegetais, tratados no linearismo da maneira orientalizante, envolvem como guirlandas grandes flores (uma circundada por cada duas hastes) e na união dos elementos dessa seqüência pendem delicadas cerejas. O vermelho é, significativamente, a cor dessa decoração do friso.

Notas

(1) - Sobre Nossa Senhora do Rosário do Embu consulte-se de Lúcio Costa "A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 5, Rio de Janeiro, 1941, págs. 9-104; de Sergio Buarque de Holanda, "Capelas Antigas de São Paulo". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 5, Rio de Janeiro, 1941, págs. 113-115; de Leonardo Arroyo, Igrejas de São Paulo, José Olympio, Rio de Janeiro, 1954, págs. 131-143; e de Germain Bazin, L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil, Museu de Arte/Plon, São Paulo/Paris, 1956, Tomo 2, pág. 266.

(2) - Veja-se o capítulo "Os Leões Chineses do Embu" desse mesmo estudo.

(3) - Aracy A. Amaral: A Hispanidade em São Paulo, Nobel/Edusp, São Paulo, 1981, pág. 82.

Sunqua e o Panorama Chinês do Rio de Janeiro

Preludiada pelos prospectos e perspectivas de meados do Séc. XVIII, a pintura de panoramas surgiu em fins do Setecentos, invenção ocidental de um obscuro artista alemão, Bressing. Seu objetivo era a representação pictórica de um cenário natural, de uma cidade ou mesmo de um episódio histórico como uma batalha, fixada desde um dado ponto de observação por alguém que, ao executá-la, efetuasse em torno de si um giro de até 360º. Tornou-se moda na Europa em princípios do Séc. XIX, atraindo multidões de visitantes sobretudo em França e na Inglaterra; no seu devido tempo chegaria também ao Brasil, cuja capital cedo se impusera por sua lindíssima topografia e pela beleza de sua baía à atenção primeiro dos escritores, e em seguida dos pintores (1).

Panoramas do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara existem em bom número, bastando mencionar os de Rommy, Ducany, Shilliber, Pasini, Burford, Chamberlain, Landseer, Kretschmar, Vidal, Fielding, Bate e Vítor Meireles, entre tantos outros, executados in loco ou mais comumente à distância, a partir de desenhos alheios; nenhum, porém, mais original e curioso do que um panorama chinês daquela cidade, remontando à primeira metade do Oitocentos e do qual hoje são conservadas três pinturas (das quatro originais) no próprio Rio de Janeiro, propriedade de ilustre colecionador brasileiro. Seu autor é o trade painter Sunqua, de atividade documentada em Cantão e Macau entre 1830 e 1870 (2), e que algumas

fontes brasileiras admitem possa ter estado no Brasil, nas décadas iniciais do século (3).

Antes de ir adiante, esclareçamos o que se deve entender por trade painter, e que tipo de trabalho artístico lhes tocava na China no século passado. Tal tarefa ficou muito simplificada depois que em 1972 Carl Crossmann publicou seu livro The China Trade, no qual são identificados e estudados em pormenor, pioneiramente, numerosos pintores até então lançados à vala comum de uma ambigua "Anglo-Chinese School", ou incluídos mais ou menos afoitamente entre os componentes de uma elástica "Escola de George Chinnery" - o pintor inglês que, tendo se radicado em Cantão em 1825, daí ao fim da vida, ocorrido em Macau em 1847, iria dedicar-se à pintura de temas chineses (4). Trade painters são por conseguinte pintores chineses que trabalharam com técnica e no estilo ocidentais para clientes europeus e norte-americanos, realizando, sob encomenda, cenas portuárias e litorâneas, vistas de cidades, "retratos" de navios, etc. Seus ateliês, situados em Cantão, Whampoa, Shangai, Macau, Hong-Kong, Pequim e mesmo, num caso excepcional, Calcutá, estiveram em atividade desde fins do Séc. XVIII até os últimos anos do Séc. XIX.

Crossmann elencou nada menos de 37 desses trade painters - desde os mais antigos Spoilum, ativo em Cantão entre 1785 e 1810, e Pu-Qua, autor das ilustrações para o The Costumes of China de George Henry Mason, publicado em 1804, até Lai Fong, que se fixou em Calcutá e nessa cidade indiana trabalhou de 1870 a 1900; mas o número total desses pintores chineses ocidentalizados deve



Artista chinês não identificado produzindo uma pintura sobre vidro, a partir de uma gravura europeia. Aquarela, 42 x 35 cm, c. 1790. Victoria and Albert Museum.

ser muito maior, visto como, segundo nos informa Castro Sampaio (5), só em Macau existiam em 1867 em atividade nada menos de 152 pintores e dois fotógrafos, sendo que dos pintores 22 eram retratistas a óleo, quer dizer, trabalhavam à maneira ocidental. Os ateliês dos 37 trade painters estudados por Crossmann localizavam-se quase todos, até meados do Séc. XIX, em Cantão; nessa época a opção passou a ser Hong-Kong. Chow Kwa e King Kee trabalharam em Shangai, Chou Pai Chuen em Pequim, Namcheong em Whampoa e justamente Sunqua, por muito pouco tempo ao que parece e ao fim da vida, em Macau, depois o ter feito, como já dissemos, inicialmente em Cantão.

De todos os nomes estudados por Crossmann, Sunqua é dos mais destacados. Foi ele dos primeiros artistas chineses a assinar suas obras à maneira ocidental, na frente do quadro, geralmente embaixo à direita, em pequeninas letras de fôrma; sua atividade, além do mais, desenvolveu-se ao longo de uns 40 anos, período mais do que suficiente para que se lhe possa traçar a evolução artística. Quanto à qualidade do que produziu, é elevada, mormente no que respeita à representação de navios, situando-o Crossman entre os três melhores pintores chineses dessa especialidade atuando antes de 1840, os dois outros sendo o "Mestre do Greyhound", que trabalhou em Cantão e Whampoa entre 1825 e 1840, e o "Pintor do Henry Tuke", ativo em Cantão na década de 1830; um e outro são artistas ainda por identificar, e de estilo tão próximo ao de Sunqua, que não está excluída a possibilidade de, por exemplo, o "Mestre do Greyhound e Sunqua serem a mesma pessoa (6).

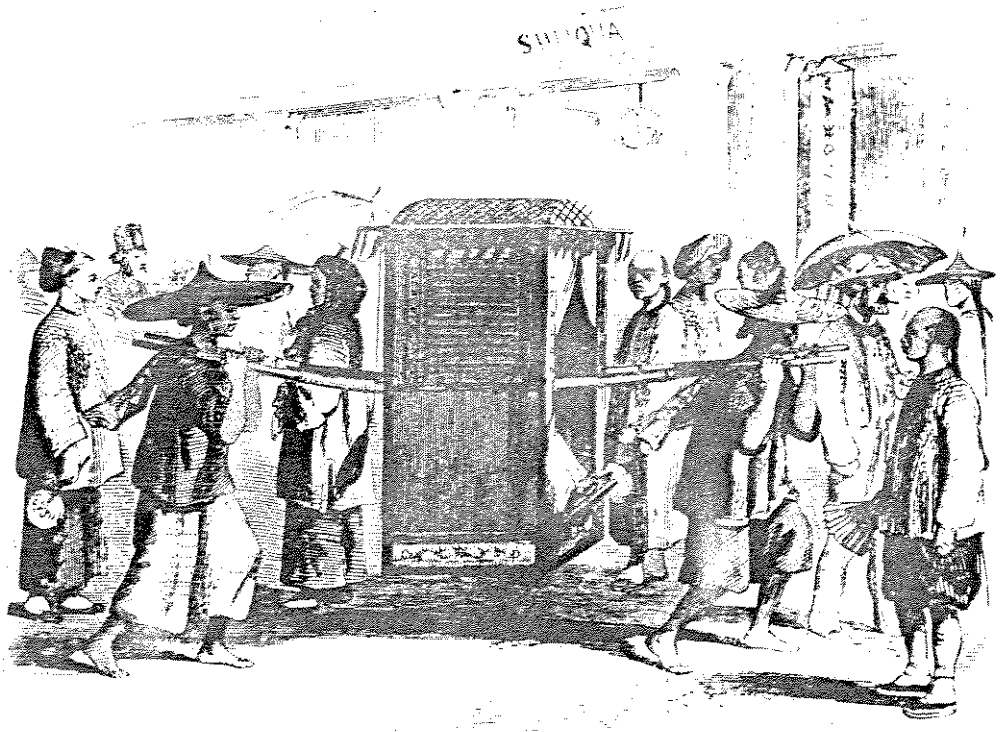
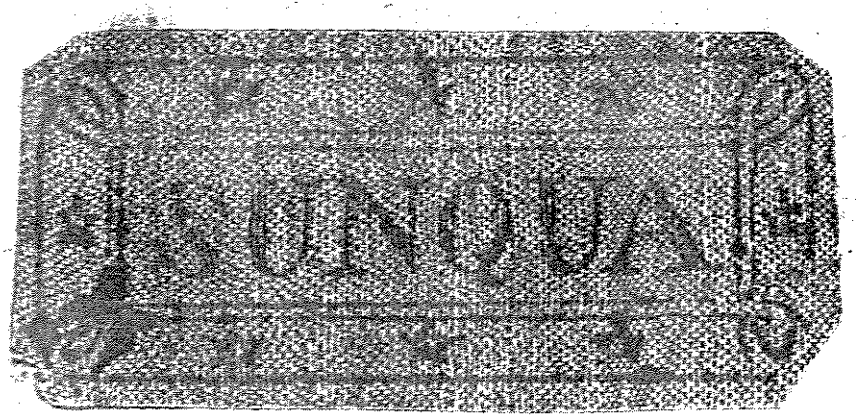


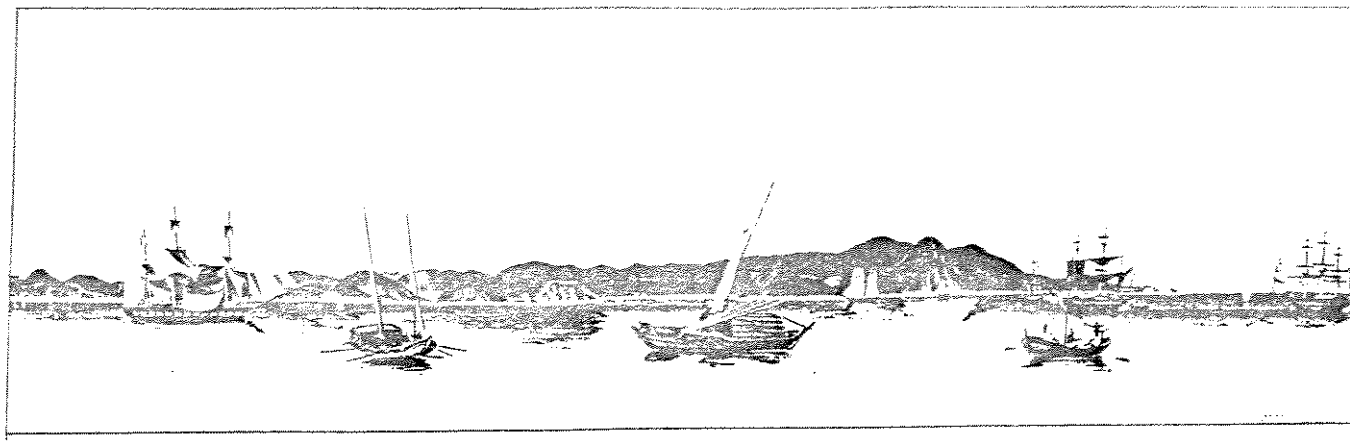
Ilustração publicada no Illustrated London News para 1857, mostrando uma cena de rua em Hong-Kong. Observe-se que a cadeirinha está passando de - fronte a um prédio no qual pode-se ler: Sunqua / Portrait Painter. Vê-se assim que Sunqua manteve ateliês em Cantão, Hong-Kong e possivelmente Ma cau, ao longo de cerca de 40 anos de atividade.



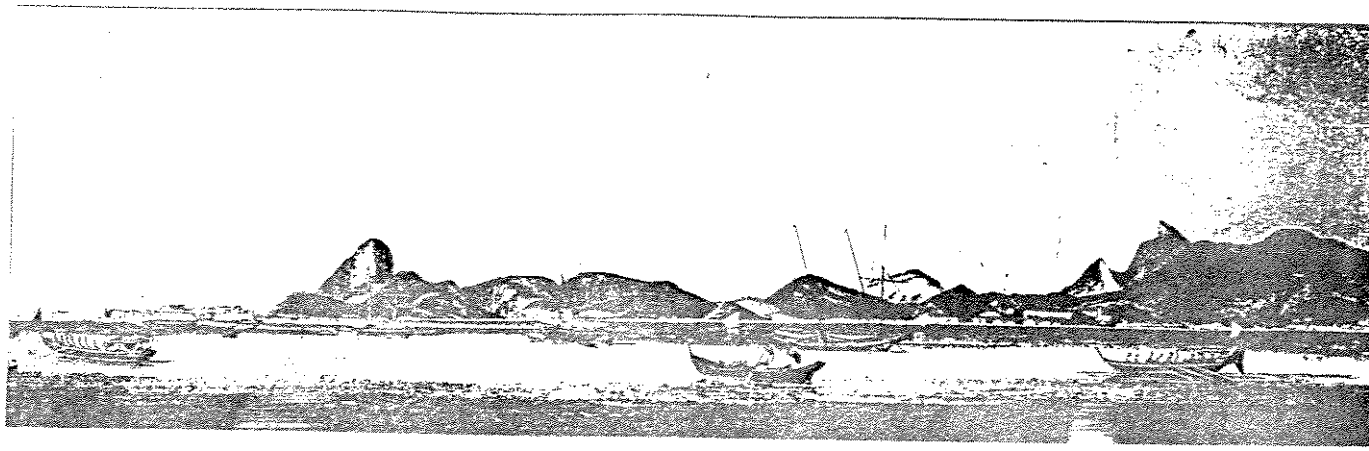
Carimbo usado pelo pintor Sunqua na década de 1860. Cf. Craig Clunas : Chinese Export Watercolours. Victoria and Albert Museum, London, 1984, pág. 74, il. 45.

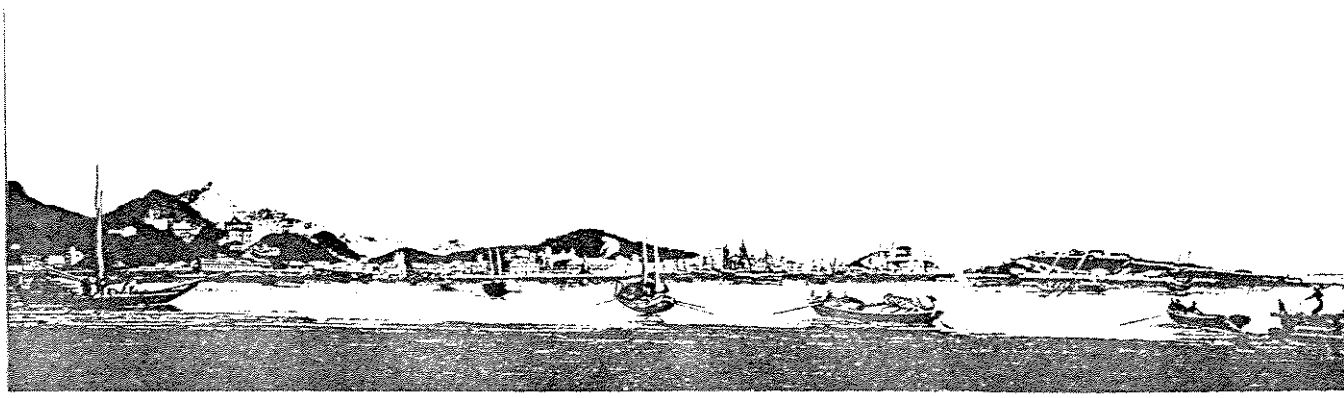
Os clientes dos trade painters eram marinheiros, negociantes, militares e viajantes ocidentais de passagem pela China, os quais, ao retornarem aos seus respectivos países, desejavam levar na bagagem uma lembrança da terra. Coisa parecida vinha acontecendo desde pelo menos 1730 em porcelanas, muitas delas exibindo também "retratos" de navios ou mesmo cenas alegóricas como o famoso "Adeus do Marujo", tudo finamente esmaltado e policromado, que os europeus de volta à pátria faziam questão de carregar na bagagem. As encomendas mais freqüentes de pinturas eram justamente os "retratos" de navios, quando os clientes eram marinheiros, ou, nos demais casos, vistas de portos e cidades da China. Até 1840 as cenas portuárias eram fornecidas em série de quatro vistas: de Cantão, Whampoa, Macau e Boca Tigris, sendo que o Peabody Museum de Salem, nos Estados Unidos da América, possui um destes sets primitivos, de autoria de Sunqua; após aquela data, a vista de Hong-Kong substituía usualmente a de Boca Tigris, quando as pinturas eram em número de quatro; e se eram seis, às quatro originais eram acrescentadas duas novas representações, de Hong-Kong e Shangai. Muitíssimo raramente ocorriam vistas de outras cidades - notadamente portos tocados pelos trade ships, como Singapura, Capetown ou Santa Helena. Cenas de portos americanos são contudo desconhecidas (7), o que torna o panorama do Rio de Janeiro de Sunqua um documento de raridade extraordinária, único ao que saibamos.

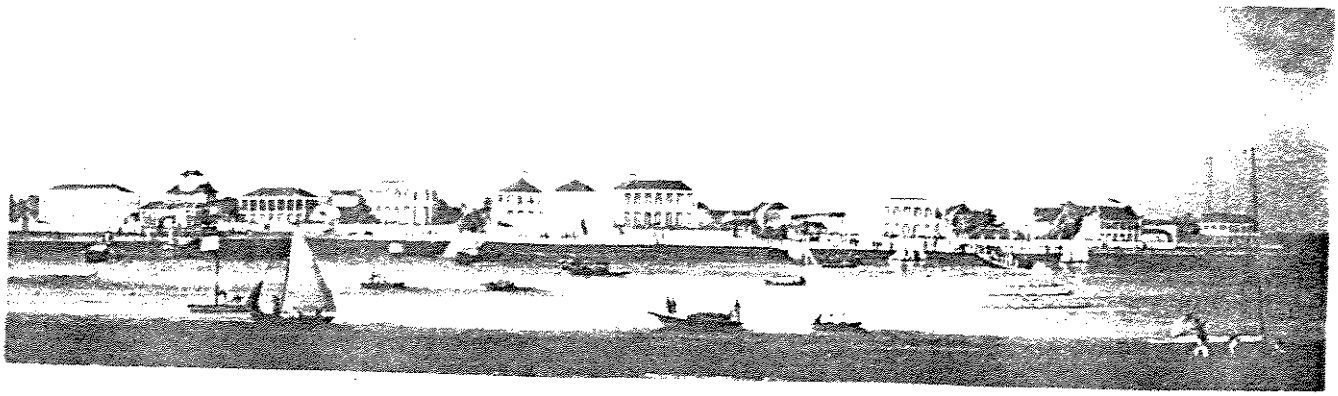
A história dêsse panorama chinês do Rio de Janeiro já completou 150 anos. Com efeito, em sua edição da terça-feira, 19 de março de 1840, o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro estampava anúncio de uma venda pública a ter lugar naquela mesma tarde, na



Uma das três pinturas que restaram (das quatro originais) do Panorama do Rio de Janeiro, feito pelo pintor chinês Sunqua. Como as duas outras reproduzidas nas páginas seguintes, pertencem à Col. Paulo F. Geyer, Rio de Janeiro.







Esta Vista de Changai, por Sunqua, foi localizada em 1985 e deve ter si-
do executada nos primeiros anos da década de 1850. Suas dimensões, 40, 6
x 102,5 cm, são praticamente idênticas às das três vistas do Rio de Ja -
neiro do mesmo artista. Cf. Carl L. Crossman, The Decorative Arts of The
China Trade. Antique Collectors' Club, Woodbrige, 1991, pág. 131, P. 51.

qual seriam adjudicados os perbences de certo Swinfen Jordan, cidadão inglês que se retirava do país (8). Cannel Southam e Cia. eram os leiloeiros, desenvolvendo-se os pregões na chácara do proprietário, situada no alto do Morro da Glória, "logo na entrada do portão de ferro do Sr. Russel" (9). Entre os móveis, pianos, pratas, cristais, louças, pinturas, estampas, livros e vinhos de Mister Jordan, um item desde logo chamava a atenção por seu inedítismo: "quatro ricas pinturas a óleo, chinesas, formando o Panorama do Rio de Janeiro". E havia ainda, entre muitas outras curiosidades, nem mais nem menos do que uma "bandeira da China", a indicar quem sabe que Swinfen Jordan nutria por esse país um interesse invulgar, talvez por ter estado ou ainda estar a ele ligado por vínculos comerciais. Poucos anos mais tarde, no mesmo Jornal do Comércio, a 9 de junho de 1847, o panorama chinês do Rio de Janeiro era de novo oferecido à venda:

> Quatro vistas do Rio de Janeiro, tomadas do lado do mar, em pintura a óleo a mais perfeita possível por autores célebres da China, a preços razoáveis: vendem-se na Rua do Ouvidor nº 36 (9).

Os anúncios do Jornal do Comércio não descem a pormenores quanto às dimensões das pinturas, e nem aludem à natureza dos suportes empregados, muito menos ao nome do autor (ou autores, visto como no de 1847 dá-se a entender que as quatro pinturas eram devidas a mais de um pintor). Como porém seria muito improvável a existência de mais de um panorama chinês do Rio de Janeiro, quando

a de um só é já tão surpreendente, fôrça é concluir que a série leiloada em 1840 e novamente posta à venda em 1847 é a mesma da qual hoje se encontram três obras na Coleção Paulo Fontainha Geyer no Rio de Janeiro, ignorando-se o paradeiro da quarta pintura. Essas três pinturas reapareceram em Londres, num leilão da Sotheby's efetuado em 1952, tendo sido adquiridas então por certo Mr. Nothman, e mais tarde tomaram o rumo do Brasil, onde ainda hoje felizmente se encontram, tendo sido objeto de publicação em 1990 (10). São feitas a óleo sobre tela e medem cada uma 40 x 124 cm, revelando sua execução certa ingenuidade, uma fatura algo dura, um desenho mastigado e pouco espontâneo, o que a nosso ver significa que Sunqua a executou a partir de um original alheio, ao qual devia ater-se o mais criteriosamente possível. A representação das embarcações, dos prédios e da silhueta dos morros que contornam a Guanabara é passavelmente fiel, sendo que alguns barcos e certos dorsos de montanhas revelam tênue achinesamento. O mar é esquematizado, figurado não sem dificuldades. A altura do espaço pictórico viu-se dividida em três faixas horizontais, as duas últimas ocupadas pelo ceu, de marcante efeito luminoso, apresentando nuvens de extrema leveza delicadamente resolvidas em tênues pincelaadas, e matizadas de violetas, rosas, azuis e brancos. Intensa luz banha todos os três quadros, sendo de destacar os reflexos, de suaves tonalidades róseas, que os cascos das embarcações projetam sobre as tranqüilas águas da baía. Sintetizando, diremos que Sunqua, nessas pinturas do Panorama do Rio de Janeiro, revela-se a nosso ver mais artista que pintor, ou seja, alguém ainda em suas primícias, às voltas com a técnica.

Tal impressão é ainda mais reforçada quando se compara as obras hoje no Rio de Janeiro aos poucos óleos comprovadamente de sua autoria de que se tem notícia, oito dos quais conservados na Robinson Room do Peabody Museum de Salem, ao qual já nos referimos há pouco. As pinturas brasileiras aparentam-se nitidamente àquelas que o artista produziu nos começos de sua carreira: na década de 1830, quiçá antes. Faltam-nos, infelizmente, dados suficientes para datar tentativamente o Panorama: terá sido ele encomendado a Sunqua (cujo atelié era dos mais procurados de sua época) pelo próprio Swinfen Jordan, o qual, como avançamos hipoteticamente, talvez mantivesse negócios com os chineses? Ou tê-lo-ia Jordan adquirido de algum proprietário anterior?

De qualquer modo, no que respeita à possível presença de Sunqua no Rio de Janeiro, quem sabe ainda extremamente jovem, tal presença, embora de modo algum impossível, não seria decerto necessária para que o artista executasse à distância e com fidelidade as vistas que lhe eram solicitadas, bastando que lhes tivessem fornecido desenhos fieis feitos in loco: afinal de contas, assim foram feitos diversos panoramas do Rio de que temos notícia, e assim trabalhavam os pintores que produziram os leques históricos com vistas da Baía de Guanabara e da cidade do Rio de Janeiro, aos quais nos referimos em capítulo anterior (11).

Notas

(1) - O Padre Fernão Cardim, que conheceu o Rio de Janeiro em fins de 1584, assim o descreve, e à sua baía, nos Tratados da Terra e Gente do Brasil (Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 170): "A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baia que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo Deus nosso Senhor, e assim é coisa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil". A opinião entusiástica do padre seria corroborada pelos pósteros.

(2) - Em meados da década de 1830 o ateliê de Sunqua estava localizado à China Street em Cantão; mas uma etiqueta pespegada ao dorso de uma sua pintura tardia, na qual pode-se ler a palavra Macau, parece indicar tenha o artista posteriormente trabalhado nessa cidade.

(3) - No catálogo da exposição Memória da Independência 1808-1825, efetuada no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em fins de 1972 e começos de 1973, lê-se sobre Sunqua: "Existem apenas indicações de que era chinês e que vendeu seus quadros no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do Séc. XIX". As pinturas da Coleção Paulo Fontainha Geyer foram expostas na ocasião, sob os números 320 a 322.

(4) - A denominação "Anglo-Chinese School", que costuma ocorrer em catálogos de leilões de pinturas topográficas efetuados na Inglaterra e nos Estados Unidos, é em verdade inadequada, pois não pode aplicar-se em muitos casos a artistas que nada devem à Escola Inglesa, mas sim à Italiana, à Francesa e à Holandesa. Quanto a George Chinnery, consulte-se o artigo de Qu Zhi-Ren, "George Chinnery, Painter", em Arts of Asia, nº 2, Hong-Kong, 1971, págs. 34-41.

(5) - Manoel de Castro Sampaio: Os Chins de Macau. Hong-Kong, 1867, pág. 134.

(6) - "Sunqua, the Master of the Greyhond and the Painter of the Henry Tuke seem to make up the three major artists working in Canton, Lin Tin and the Whampoa area, painting ship portraits in the period before 1840". Crossman: The China Trade. Pyne Press, Princeton, 1972, pág. 57. Certas pinturas datáveis de entre 1825 e 1840 têm sido tentativamente atribuídas a Sunqua, inclusive as dos dois artistas anônimos em questão, se bem que Crossman não compartilhe dessa opinião.

(7) - Em carta remetida ao autor a 16 de julho de 1990, Patrick Connor, especialista em pinturas relacionadas com a China

e o Extremo Oriente, afirma ter tido em sua galeria londrina, faz algum tempo, uma pintura de autor anônimo chinês representando, de acôrdo com uma antiga etiqueta, o navio H. M. S. Leander ao largo do porto peruano de Callao; mas o porto não aparecia na tela.

(8) - Swinfen Jordan só deixaria contudo o Brasil ano e meio mais tarde, a 2 de dezembro de 1841, com destino a Buenos Aires. Registro de Estrangeiros, Vol. IV, 1840-1842. Rio de Janeiro, 1964, pág. 77 (Col. 417, Vol. 8, fl. 333). Não conseguimos localizar no Registro o ano em que Jordan chegou ao Brasil.

(9) - O anúncio foi reproduzido por Francisco Marques dos Santos, no ensaio "As Belas Artes na Regência". Estudos Brasileiros, Ano V, Vol. 9, nºs. 25-27, Out-Dez. 1942, págs. 128-129.

(10) - Informação gentilmente fornecida ao autor pelo Sr. Paulo Fontainha Geyer, em carta de 27 de setembro de 1990.

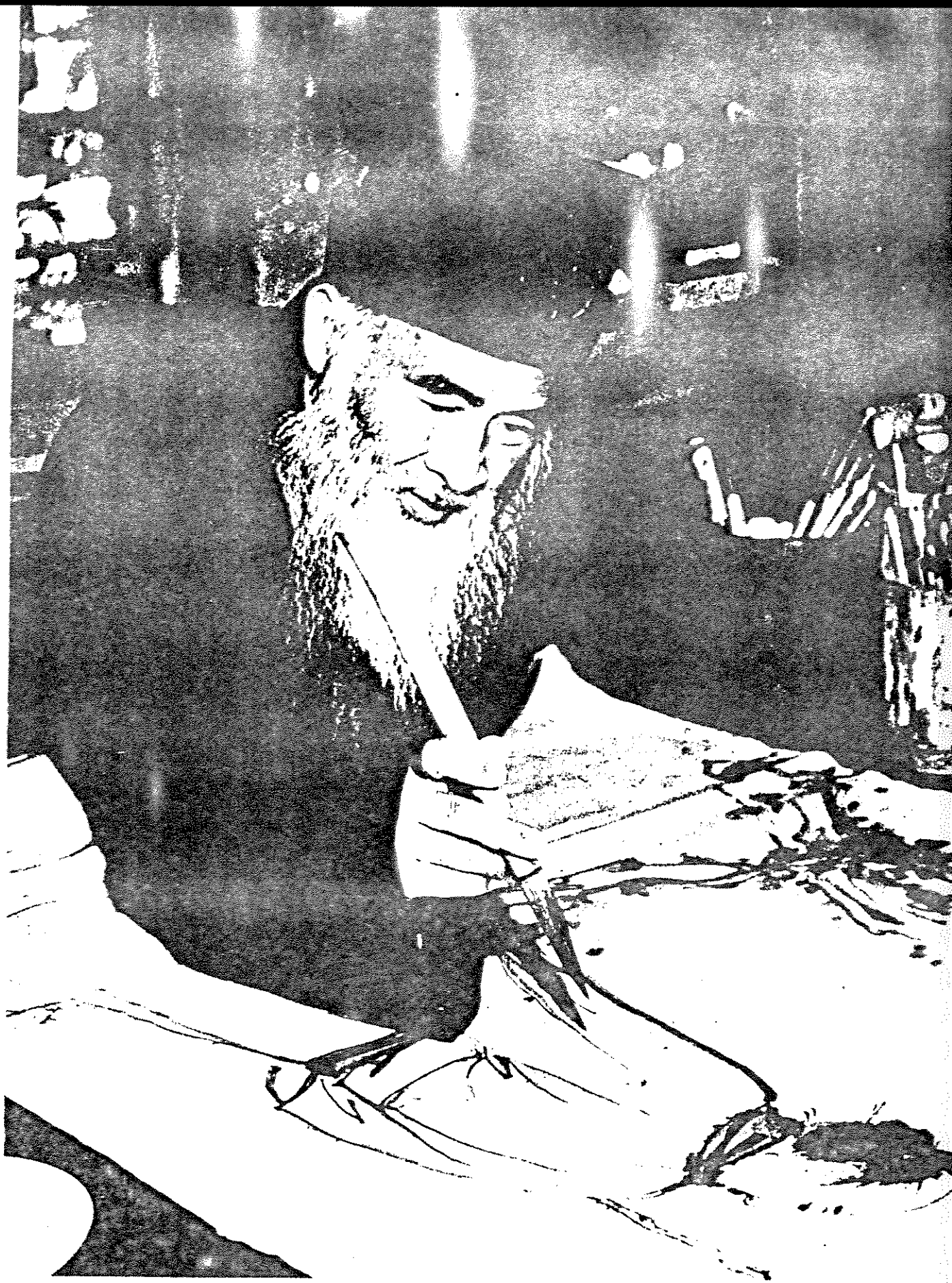
(11) - Veja-se, nesse mesmo trabalho, o capítulo "Leques". Quanto à presença de Sunqua no Rio de Janeiro, esclarece o especialista Patrick Connor, na mesma carta enviada ao autor a 16 de julho de 1990: "I doubt whether Sunqua ever visited South América; but the studios of Cantonese "export" painters, of which the studio of Sunqua was perhaps the best-known of its time, made a speciality of painting precise views of ports which were visited by vessels of the "China Trade", including St. -Helena, Capetown and Singapore; these were generally based upon engravings. It remains possible that a Chinese artist visited Rio de Janeiro in person. The signature "Sunqua" is associated with several different styles, which perhaps correspond with different artists working in Sunqua's studio". Como se percebe, o nome "Sunqua" pode não designar um artista individual, mas sim um ateliê coletivo para o qual terão contribuído diversos indivíduos.

Os Anos Brasileiros de Chang Dai-Chien

Considerado um dos maiores pintores chineses do Séc. XX (1), tido mesmo por Hsü Pei-Hung como a personalidade mais extraordinária da pintura chinesa nos últimos cinco séculos (2), o pintor, calígrafo, poeta, colecionador e connaisseur Chang Dai-Chien (1899-1983) viveu no Brasil nada menos de 17 anos de sua longa existência, desde princípios de 1954 até se radicar, em 1970, na cidade norte-americana de Carmel, na Califórnia. No Brasil escolheu como refúgio a cidade de Mogi das Cruzes (onde já vivia um amigo dos tempos da China), após ter residido por vários meses, a partir de 1952, em Mendoza, na Argentina. Os motivos de tal escolha talvez estejam embutidos nesses versos do grande poeta Li Po, que o artista trasncreveu numa paisagem chinesa pintada em Mogi, num dia de primavera em 1968:

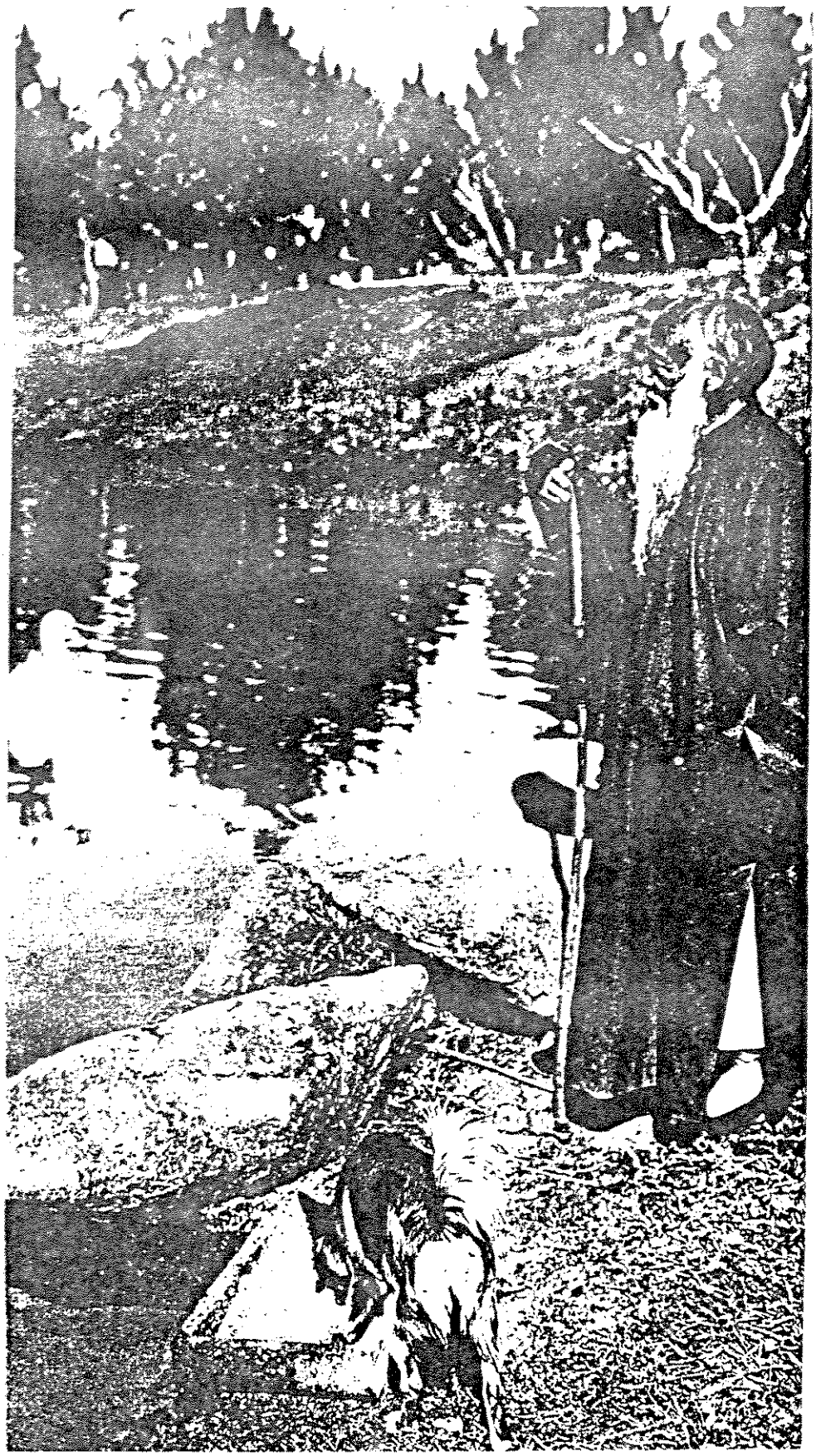
> Perguntam-me porque me fixei entre montes verjedantes.
> Sorrio, e nada respondo.
> Minha mente está em paz.
> As flores do pecegueiro deslizam na corrente
> E somem misteriosamente no ceu e terra de outro mundo.

Na velha cidade interiorana paulista levou vida retirada em companhia dos familiares e dos cães e macacos que trouxera da China, ele que em 1932, em Soochow, mantivera tigres, leopardos e cegonhas em seu jardim, Uan-seu-üen. Era uma solidão que se impu-



Chang Dai-Chien trabalhando em seu ateliê de Mogi das Cruzes, São Paulo

sera, e que apenas a presença dos raros discípulos (3), ou a chegada de alguma visita (4) amenizava. Ali trabalhava, mal rompia a madrugada, no seu Jardim das Oito Virtudes, Pa Te Uen (5), amorosamente construído às margens do Lago dos Cinco Pavilhões, U-t'ing Ho, que também construíra, decerto para se recordar do Lago K'un-ming, em Pequim, às margens do qual vivera dias tranqüilos em 1933. Num recanto do jardim, sob uma lápide, costumava enterrar os pincéis e instrumentos de caligrafia ou pintura que o uso tornara imprestáveis, como se os mesmos fossem seres queridos que tivessem partido...Foi na calma atmosfera do Pavilhão do Grande Vento, Ta Fun Tang, que criou uma a uma as grandes obras que iria em seguida expor, com reconhecimento crescente da crítica e dos amadores, em museus e galerias de Tóquio e New York, Taipei e Paris, Madrid e Londres, Kuala Lumpur, Hong-Kong, Bruxelas, Atenas, Chicago, Genebra, Boston...Também expôs algumas vezes em São Paulo (6); mas no Brasil passou praticamente desapercebido, podendo dizer-se que poucos foram os que entre nós souberam aquilatar a importância daquele homenzinho de longas barbas brancas que, vestido como os antigos letrados chineses, diariamente realizava extensas caminhadas apoiado a um bordão (7), levando a vida retirada de um eremita e inclusive se auto-intitulando "Arvore das Montanhas", como que a sublinhar a própria solidão. É verdade que jamais procurou apreender o Português, o que tornava impossível ou penosa qualquer tentativa de abordagem mais profunda por parte de não-chineses; e que mesmo quando fixava o olhar na paisagem de Mogi e de suas cercanias, parecia ter diante de si os montes, rios e vales de uma China ancestral, que por força da sensibilidade e da imaginação recriava incessantemente em suas obras. À sua maneira, contudo, amou



O grande artista às margens do Lago dos Cinco Pavilhões, em seu Jardim das Oito Virtudes. Mogi das Cruzes, São Paulo., c. 1969.





Com suas belas pedras brasileiras, acima; na ilustração inferior, o Cemitério dos Pincéis.

o país que o acolheu, e no qual encontrou a paz que procurava ao partir para terras longínquas, deixando para trás a pátria dilacerada pelo ódio político. Prova desse amor recôndito é sem dúvida esse poema, desentranhado de uma extensa inscrição aposta a uma paisagem executada em Mogi a 9 de setembro de 1961:

> Minhas crianças cresceram e já não pedem bolos.
> Lo-lo e Ch'ang-ch'eng compraram uma fazenda e agora
> (lavram a terra
> Em dias festivos, bebemos.
> Solitário subo ao cume da montanha e me sinto excitado.
> Transferimos nosso amor para esse país jovem, com seu
> (curioso modo de vida
> As azáleas estão no auge de sua glória:
> O Duplo Nove (8) na América do Sul
> é como a primavera na China,
> quando as azáleas acham-se em plena floração.

Chang Dai-Chien, cujo nome original era Chang Yüan, nasceu a 19 de maio de 1899 em Neikiang, na Província de Szechuan, numa família de artistas. Ele próprio, num texto autobiográfico de 1972, narra como em tenra idade aprendeu a desenhar com a mãe, e como pouco depois seus irmãos mais velhos Shan-tzu e Ch'ung-chih iriam mostrar-lhe como desenhar formas humanas e cavalos, um, e naturezas-mortas, flores e pássaros, o outro. Em 1916, após deixar a escola secundária em Chungking, uma perigosa aventura: viu-se aprisionado por bandoleiros e forçado a atuar como uma espécie de secretário do líder. Conseguindo fugir após três penosos meses, segue logo depois para o Japão, aprendendo em Quioto a técnica da tinturaria e da tecelagem industrial e deixando, por algum tempo, toda atividade artística. Ele é quem conta, no texto de 1972 acima mencionado:

> Após meu retorno à China aos 20 anos, fixei-me em Changai para estudar com dois ilustres mestres, Tseng Nung-jan e Li Mei-an. Ensinaram-me, entre outras coisas, as diferentes formas da escrita chinesa antiga, como a que se vê nas inscrições dos vasos de bronze Shang e Chou e nas estelas Han, bem como os diversos estilos da escrita medieval, preservados nos petroglifos das Seis Dinastias e T'ang. Fora a caligrafia, também tinha paixão pela pintura. Mestra Li, que admirava a arte de Chu Ta (também conhecido como Pa-ta-shan-ja, 1625 - c. 1705), gostava de pintar flores, bambus, pinheiros e rochedos, e de utilizar a técnica caligráfica sigilar na elaboração de figuras budistas. Quanto a Mestra Tseng, tinha queda pela obra de Tao-chi (também chamado Shih-t'ao, 1641- c. 1717). Fazia paisagens, pinheiros e ameixeiras e com freqüência instigava os discípulos a dominarem a arte da pintura através da caligrafia. Isso levou-me a pintar lótus em tinta monocrômica no estilo de Chu Ta, e paisagens no estilo de Tao-chi. Lisongeando-me com um murmúrio de aprovação, Mestres Li e Tseng comentavam que meus exercícios de imitação eram quase indistinguíveis dos trabalhos autênticos daqueles dois grandes artistas (9).

Por essa época, um amor contrariado levou-o a ingressar como noviço num templo budista em Sungkiang. Foi ali que o Superior Yiling, ele próprio poeta e calígrafo renomado, deu-lhe o nome com o qual logo se notabilizaria de Dai-Chien, algo assim como "vasto" e "variado" - um caleidoscópio. Sem vocação religiosa, porém, ao cabo de alguns meses deixa a vida monástica, e se casa.

A partir de 1927 Chang Dai-Chien deu início a uma série de longas peregrinações através da China, afim de conhecer de perto as montanhas, rios, vales e grutas mais afamadas do país. Decidido a refazer as peregrinações de Tao-chi e Hung-jan aos Montes Huang, na Província de Anhwei, por três vezes percorre a região, até sentir-se habilitado a, segundo suas próprias palavras, "captar, com minhas tintas e pincéis, a fascinante quietude de seus

pinheiros e penhascos, e as mágicas mutações de suas nuvens e neblinas". Com o irmão Shan-tzu e o fotógrafo Long Ching-shan, ele cria na ocasião a Sociedade Huang, que em pouco congregava uma centena de admiradores da Natureza.

Seguiram-se outras peregrinações: à antiga capital, Loyang, na Província de Honan, afim de conhecer as esculturas de Long-men; a Hua Shan, a Sagrada Montanha do Ocidente, na Provincia de Kiangsu; e às colinas de O-mei. Em 1940 dirige-se às cavernas de Tun-huang, e sente o fascínio dos murais e das esculturas conservados nas "Mil Grutas de Buda" (10). Convencido de que a arte de pintar a figura humana entrara em declínio havia muito, na China, decide-se a copiar aquelas obras-primas da antiga pintura budista, afim de se instruir nos mistérios da criatividade:

> Por dois anos vivi nas cavernas e executei mais de 110 cópias dos murais, as maiores medindo uns nove metros quadrados, as menores, dois, dois e meio metros quadrados aproximadamente. Baseado em minhas observações, também escrevi então um livro sobre as grutas, com as dimensões de cada uma, a época e o período dos diversos murais e a origem e desenvolvimento das escolas a que pertenciam.

Muito embora já em 1933 uma sua pintura da série Lótus tivesse sido adquirida pelo Govêrno da França, durante a realização da exposição de arte chinesa que se realizou naquele ano no Jeu de Paume em Paris, e apesar de em 1936 ter realizado em Chang-gai uma individual de grande sucesso, foi só depois de expor as cópias feitas em Tun-huang que Chang Dai-Chien passou a ser considerado um dos maiores vultos da pintura chinesa contemporânea. Do

mesmo modo, a partir de 1936 ele lecionou pintura na Universidade Central de Nanking, por algum tempo.

Em 1945 o acaso fêz com que Chang Dai-Chien adquirisse três obras capitais da pintura chinesa do Séc. X, duas de autoria de Tung Yüan e a terceira de Chü-jan. Como escreveu anos mais tarde, "dia e noite me entreguei a devaneios diante dessas obras-primas, até que afinal uma grande modificação fez-se sentir em minha própria maneira de pintar. Isso fez com que meus admiradores, para me lisonjear, dissessem ser eu a reincarnação desses dois grandes mestres!".

Cabe aqui um parêntese acerca do que alguns poderiam encarar como imodéstia da parte de Chang; na verdade, esse artista sabia-se importante, e assim o proclamou em mais de uma ocasião, comparando-se com freqüência, e favoravelmente, aos mais notáveis mestres do passado que o tinham inspirado - Tao-chi e Chu-ta. Assim, numa inscrição existente em pintura feita em Mogi das Cruzes em 1961, pode-se ler:

> No que respeita a essa minha pintura, Ch'ing-hsiang (Tao-chi) poderia ter sido capaz de lhe pintar as figuras, mas não as montanhas e as rochas. Pa-ta (Chu Ta) poderia ter executado as montanhas e as rochas, porém não as figuras. Quanto à pincelada e à composição, ainda que esses dois mestres fossem de novo convocados à vida, não saberiam como aplicar as tintas. Os que tomarem conhecimento dessas minhas palavras ficarão chocados e horrorizados, ou então, divertidos, sorrirão.

Em 1946 o Museu Cernuschi em Paris organiza nova exposi-

ção de pintura chinesa contemporânea: Chang Dai-Chien, representado com 10 obras, é a grande vedeta da mostra. Três anos depois, porém, com a criação da República Popular da China, começa para o artista uma série de viagens ao estrangeiro: após visitar a Índia em 1950, para conhecer os afrescos de Ajanta, Chang Dai-Chien dirige-se à Europa, em seguida à América do Norte e por fim a América do Sul, morando sucessivamente na Argentina e afinal, como já foi dito, no Brasil.

Já residia Chang em Mogi das Cruzes quando, em 1955, apareceu em Tóquio, em cinco tomos, seu livro Obras-Primas da Pintura Chinesa na Coleção de Ta Fun Tang, no qual descrevia sua importantíssima coleção, de vez que, como vimos, Ta Fun Tang era o nome de seu ateliê. No ano seguinte, após uma individual no Musée d'Art Moderne de Paris, Chang decide visitar Picasso em sua Villa Californie, de Cannes: apesar das barreiras de idioma e a despeito das diferenças de temperamento e de expressão, um perfeito entrosamento e uma mútua simpatia parecem ter ocorrido entre ambos, que se trocaram desenhos. Deve ter sido emocionante esse encontro entre o maior pintor vivo do Ocidente e o maior do Oriente (11)!

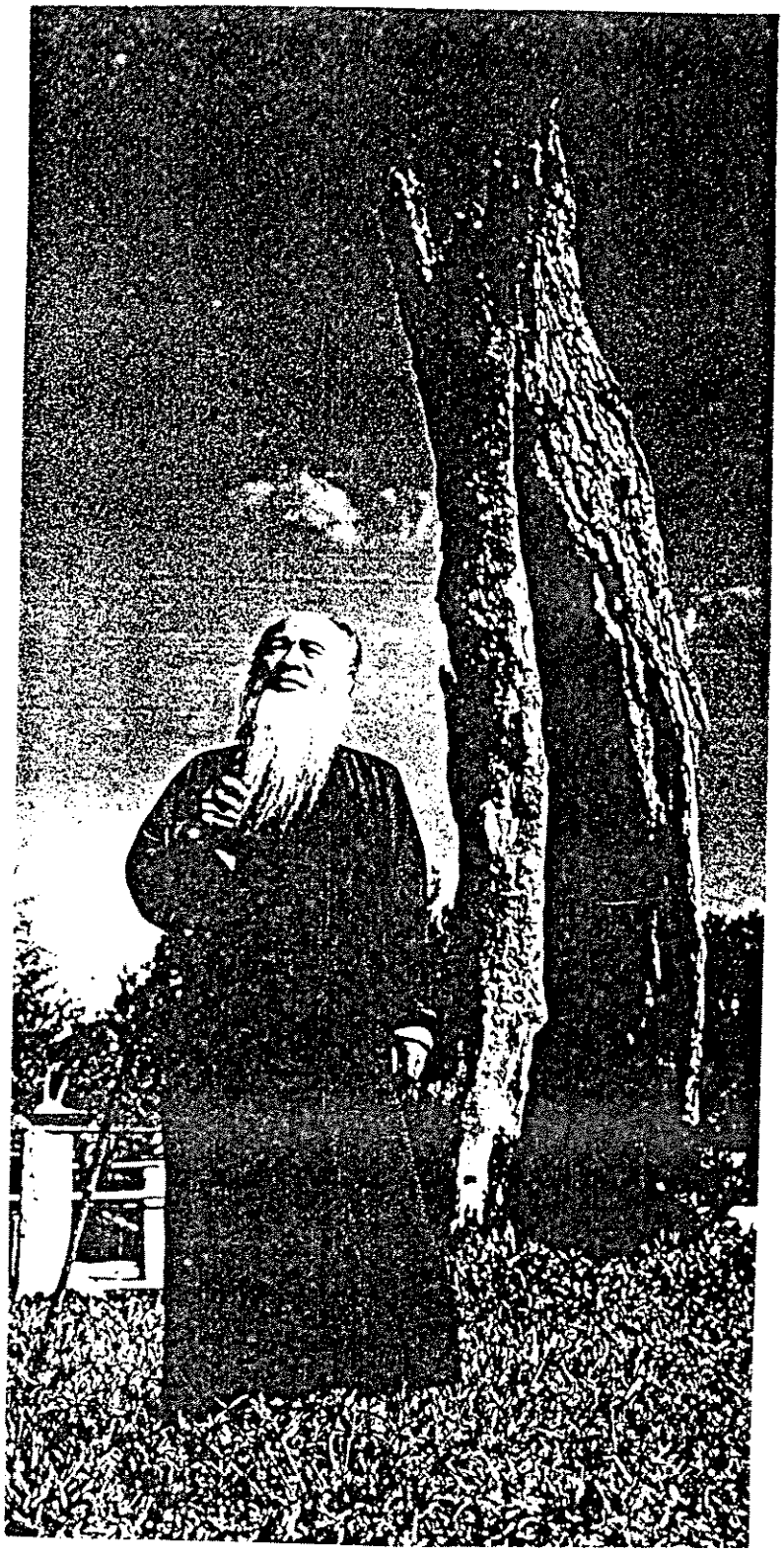
Em 1959, ano em que completou seu 60º aniversário - uma data importante segundo os padrões chineses -, Chang Dai-Chien adoece dos olhos. Ele assim explica êsse momento crítico em sua vida, e as vantagens que dele soube extrair:

> Para fazer das necessidades virtude, comecei a pintar em toques sintéticos e pinceladas vigorosas, por quanto minha visão embaçada não era mais compa-

> tível com o trabalho elaborado dos pincéis. Essa mudança forçada de estilo, contudo, foi saudada pelo mundo da arte como uma experiência pioneira de abstracionismo. Pergunto-me porém: era ela efetivamente algo novo e original? Pois na verdade esse tipo de pincelada livre é uma tradicional técnica chinesa conhecida como p'o mo fa, de há muito caída em desuso. Para poder praticá-la e nela atingir a perfeição, é preciso, segundo as palavras de Lao Tzu, "tomar o centro do círculo e transcender o fenomenal". É de fato um ideal difícil de ser alcançado, porém se se puder atingir o que o filósofo descreve como "vago e bruxoleante, porém dentro há uma imagem", então ter-se-á acertado o alvo.

Em 1972 o Center of Asin Art and Culture de San Francisco organizou, por iniciativa e com a supervisão de René-Yvon Lefebvre d'Argencé, importante retrospectiva de Chang: dos 54 trabalhos expostos, com datas que variavam de 1928 a 1970, nada menos de 19 tinham sido pintados em Mogi das Cruzes, o que por si só revela a grande importância do período brasileiro da carreira do grande artista.

Chang Dai-Chien, que visitara Taipei em 1949 pela primeira vez, terminaria por se radicar nessa cidade, onde adquirira vasto terreno e fizera construir sua morada; no jardim, com suas próprias mãos colocara algumas pedras trazidas do Brasil - ultima lembrança do jovem país no qual vivera longos anos felizes (12).



Uma das derradeiras imagens do grande pintor chinês no Brasil, em fins da década de 1960.

Notas

(1) - Ao lado de um Ch'i Pai-shih (1863-1957), por exemplo, considerado o maior pintor tradicional chinês do Séc. XX, ou de um Hsü Pai-Hung (1894-1953), que sofreu influências da arte ocidental, tendo inclusive adotado em França, onde viveu por algum tempo, o nome de Ju Péon. Após a morte de Ch'i Pai-shih, Chang Dai-Chien viu-se elevado ao posto por ele ocupado, firmando-se como o último grande pintor tradicional da China - como a ele aliás se refere Martie W. Young, em verbete do McGraw Hill Dictionary of Art (New York, 1969, Vol. 2, pág. 13).

(2) - Hsü Pai-Hung, ou Ju Péon, em mais de uma ocasião teria externado essa opinião, que motivava protestos do próprio Chang. Cf. o Prefácio do catálogo da mostra retrospectiva de 1972 no Center of Asian Art and Culture, The Avery Brundage Collection, San Francisco, USA, págs. 8-9.

(3) - Discípulos de Chang no Brasil foram Sun Chia Chin (que já estudava com ele na China, e que se transferiu aliás para o Brasil em 1964, nas pegadas do mestre), Shen Chieh (Judy Shin), Chang Yiu-Cho e Wang Tan-tan. Os quatro efetuaram uma exposição, em junho de 1967, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

(4) - Costumavam visitar Chang com certa assiduidade, entre outros, Assis Chateaubriand, o crítico de arte Paulo Mendes de Almeida e a cantora Maísa Matarazzo. Manabu Mabe também aparecia de quando em quando. Chang, que vivera alguns anos no Japão, falava o Japonês, mas não o utilizava mesmo com japoneses. Alguns jornalistas brasileiros chegaram a procurar Chang para entrevistas, entre eles Barros Ferreira, de O Cruzeiro.

(5) - Esse jardim, onde se mesclavam elementos tradicionais chineses e japoneses, foi inteiramente destruído faz poucos anos.

(6) - No MAM de São Paulo, como já foi dito, e em galerias comerciais, como Atrium, A Galeria e Chelsea.

(7) - Esse cajado ou bordão foi presenteado simbolicamente ao mais chegado dos seus discípulos, Sun Chia Chin, quando da partida de Chang Dai-Chien para os Estados Unidos, em 1970.

(8) - O Duplo Nove, ou seja, o nono dia do nono mês, é considerado pelos chineses um dia aziago, capaz de trazer desgraças; para fugir a elas, é costume subir-se a montanhas e a outros lugares elevados.

(9) - Chang Dai-Chien, op. cit., págs. 9-10. A perfeição técnica a que atingiram os pincéis de Chang terminou por torná-lo suspeito aos olhos de certos eruditos, os quais chegaram a acredi-

tar terem sido pintadas pelo próprio artista algumas das obras-primas da antiga pintura chinesa conservadas em sua coleção. Veja-se por exemplo o que diz a respeito H. Hetl-Kuntze, em Far Eastern Art (The Dolphin History of Painting, Vol. VI, Thames and Hudson, London, 1969, pág. 85): "He has copied the frescoes in Tun-huang with such skill that his copies almost surpass the originals in general flavor. He is also a collector of pictures of every style and period, though there have been rumors that some of them were painted by the master himself". Chang Dai-Chien foi um dos maiores, senão o maior conhecedor da pintura antiga chinesa, sendo constantemente consultado por museus e colecionadores. Suas idéias sobre a pintura tradicional da China acham-se consubstanciadas no livro Chinese Painting, publicado de parceria com Kao Ling-mei em Hong-Kong, em 1962.

(10) - Tun-huang é o nome de um conjunto de cavernas situado na Província de Kansu. As cavernas abrigam templos budistas que remontam ao período das Seis Dinastias (Séc. IV d. C.), e constituem um formidável museu da pintura budista até o Séc. XIV. Essas cavernas foram estudadas em 1907 por Sir Aurel Stein, e no ano seguinte por Paul Pelliot, que as fotografou e publicou bom número dos murais entre 1920 e 1924. Chang Dai-Chien foi o primeiro erudito chinês a estudá-las, e sua ação foi decisiva para a criação, em 1943, do Instituto Chinês de Pesquisa de Tun-huang. As cavernas são em número aproximado de 470, 213 delas datáveis da época Tang.

(11) - Detalhes dessa visita foram-nos revelados pelo Prof. Sun Chia Chin, a quem de resto tanto ficou devendo o presente capítulo: Chang Dai-Chien não aprovou os pinceis usados por Picasso, e lhe prometeu mandar alguns de seu próprio uso, tão logo retornasse ao Brasil; a promessa foi cumprida. Durante a mesma visita, um negociante apareceu com alguns quadros para que Picasso os autenticasse. O artista espanhol percebeu que havia um falso entre os trabalhos apresentados, e para testar Chang perguntou-lhe se seria capaz de distinguir, entre os quadros autênticos, a falsificação. O chinês, sem se fazer de rogado, imediatamente apontou para o quadro falso, dizendo: Não sinto, aqui o seu shih (espírito, sopro vital). No que respeita aliás a falsificações, existem também diversos falsos quadros de Chang Dai-Chien: René-Yvon Lefebvre d'Argencé em texto de 1972 sustenta que "a qualidade dos Chag Dai-Chien forjados alevou-se muito em anos recentes, e assim é preciso exercer-se um estrito controle. Pelo menos uma ocasião, o próprio artista achou melhor examinar duas vezes em detalhes um rolo que lhe era imputado, antes de rejeitá-lo como espúrio".

(12) - Em Mogi das Cruzes e São Paulo vivem ainda descendentes de Chang; por outro lado, muitas obras de sua autoria estão conservadas em coleções no Brasil.

Artes Decorativas

Azulejos

A arte da azulejaria, que em Portugual conheceu enorme florescimento, representava nesse país, na feliz comparação de Reynaldo dos Santos, o mesmo que o afresco significa para a Itália, e a tapeçaria para flamengos e franceses. Introduzida no Brasil, aqui lhe estariam reservados desdobramentos ainda mais espetaculares, até porque em nosso país o azulejo seria empregado também em revestimentos externos, de fachadas e muros, solução com a qual os portugueses não tinham atinado. No Brasil ocorrem azulejos pelo menos desde 1615, ano da inauguração da Capela de São Jerônimo, na Igreja do Colégio Jesuíta de Olinda, cujas paredes achavam-se revestidas de azulejos policromados (1); e até fins do Séc. XVIII - com a única exceção representada por um grupo relativamente pequeno de azulejos holandeses, remontando ao tempo da ocupação de Pernambuco pela Companhia Outorgada das Índias Ocidentais -, pode-se sustentar serem todos os aqui encontrados de origem lusitana. Não admira assim que neles ecoem os mesmos impactos estilísticos que ocorreram na Metrópole, e bem assim os mesmos modismos - como justamente o das chinoiseries. Até princípios do Séc. XIX serão mais ou menos comuns azulejos com motivos chineses, produzidos em Lisboa e no Porto; em seguida, à medida em que o país se ocidentaliza, os azulejos portugueses são substituídos rapidamente por espécimes franceses e de outras procedências, e se esvaem os últimos vestígios dessa temática extremo-oriental.



Azulejos holandeses do claustro do Convento de Santo Antonio em Recife, com emolduramentos que revelam influência de padrões decorativos Ming. Provavelmente Rotterdam, c. 1630.

Os mais antigos azulejos com motivos chineses conservados no Brasil não são porém portugueses, mas sim holandeses, e foram identificados por Santos Simões no claustro do Convento de Santo Antonio em Recife. Tais azulejos, que o grande especialista filia a "modelos mais usuais de Rotterdam, postos em voga desde cerca de 1630", são em número de 245 somente, distribuídos por dois grupos ou famílias: figurinhas (79 azulejos) e animais (166). O emolduramento de ambos os tipos revela influência de padrões decorativos chineses postos em voga em fins da Dinastia Ming, encerrada em 1644; mas existem também, entre os azulejos de Recife, alguns com motivos de vasos floridos que podem acusar igualmente influência chinesa (2).

Se observarmos agora os azulejos portugueses com influência chinesa que existem no Brasil, veremos que no Séc. XVIII essa influência repercute primeiro na temática, e se traduz na aplicação, à azulejaria, de motivos tomados de empréstimo quase sempre à decoração cerâmica: vasos floridos entre pássaros, por exemplo, como os que existem no Solar do Berquó, em Salvador, datáveis dos últimos anos do Séc. XVII ou já do Séc. XVIII (3); mas há também influência estilística, caracterizada pela abundante utilização do azul e branco,a ponto de padrões azulejares mais antigos, que originalmente exibiam rica policromia, terem sido no Brasil "empobrecidos em azul para agradar à clientela influenciada pela louça chinesa azul e branca" (Santos Simões). Seja dito de passagem que a porcelana azul e branca dominou o mercado ocidental entre os Sécs. XVI e XVIII, e o Brasil não fêz exceção à regra.

Não admira, portanto, que olhos acostumados ao azul e branco da louça importada da China dessem preferência a padrões azulejares nesse mesmo esquema cromático. Convém acrescentar a tal respeito que, estudando as relações entre as obras cerâmicas holandesas e as de Portugal, Mário Barata apontou, na base da coincidência que ocorre entre ambas, a comum influência da louça chinesa:

> Tanto em um país como no outro, intervieram motivos chineses, de porcelana trazida pela Companhia da Índia. Seu desenho leve, o tratamento tonal ao lavis, incentivaram o natural e comercial espírito de imitar os trabalhos orientais que grassou na Europa em todo o Séc. XVIII (4).

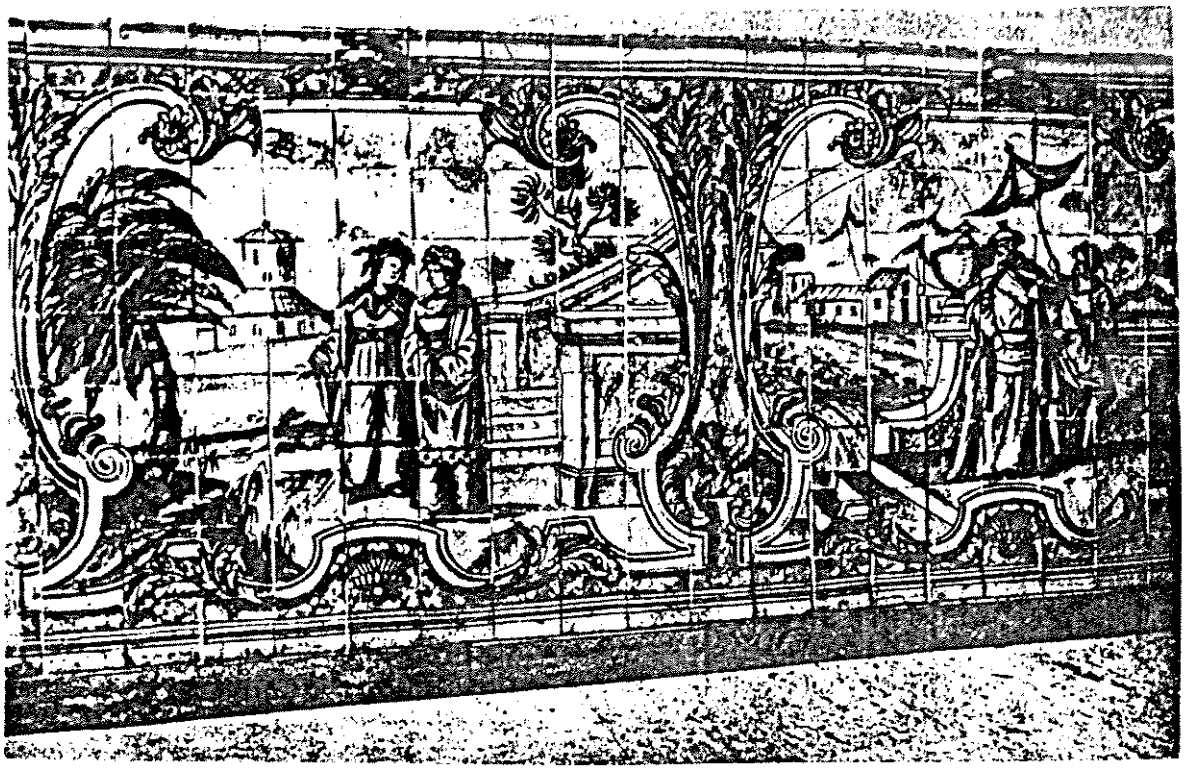
Na verdade, não tanto pelos motivos como principalmente pela maneira de externar colorido e desenho é que se destaca essa influência chinesa em azulejos setecentistas do Brasil. Fato, aliás, que não escapou a Souza Leão, o qual alude ao novo estilo "genuinamente português" surgido no Séc. XVIII, e que consistiu em "composições de pintura em azul e branco, emolduradas por cariátides barrocas, delfins e querubins, em uma transição acelerada pela influência chinesa" (5). Exemplos de tais azulejos ao gosto chinês ocorrem no painel que contorna a roda da portaria do Convento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, construído entre 1750 e 1763: um pescador, de perfil, contra um fundo de paisagem.

Para os fins do Séc. XVIII arrefece o gosto pelas chinesices. São de cêrca de 1800 uns poucos azulejos procedentes de São Luís do Maranhão e que hoje se encontram em coleções como a Fundação Castro Maya, no Rio de Janeiro. É curioso que se dê tradicio-

nalmente a tais azulejos o nome de azulejos de Macau. De Macau porque? Talvez pelo mesmo motivo que levou o povo a chamar de louça de Macau a louça azul e branca importada por aquele tempo da China, muito embora em Macau nunca se tivesse fabricado ou decorado porcelana. Ana Amélia e Marcos Carneiro de Mendonça possuiram, em sua coleção, alguns desses pseudo-azulejos de Macau, desenhados a negro contra fundo azul, rosa e amarelo, tendo aos cantos superiores peixes e nos inferiores pássaros, contornando a figura de um chinês.

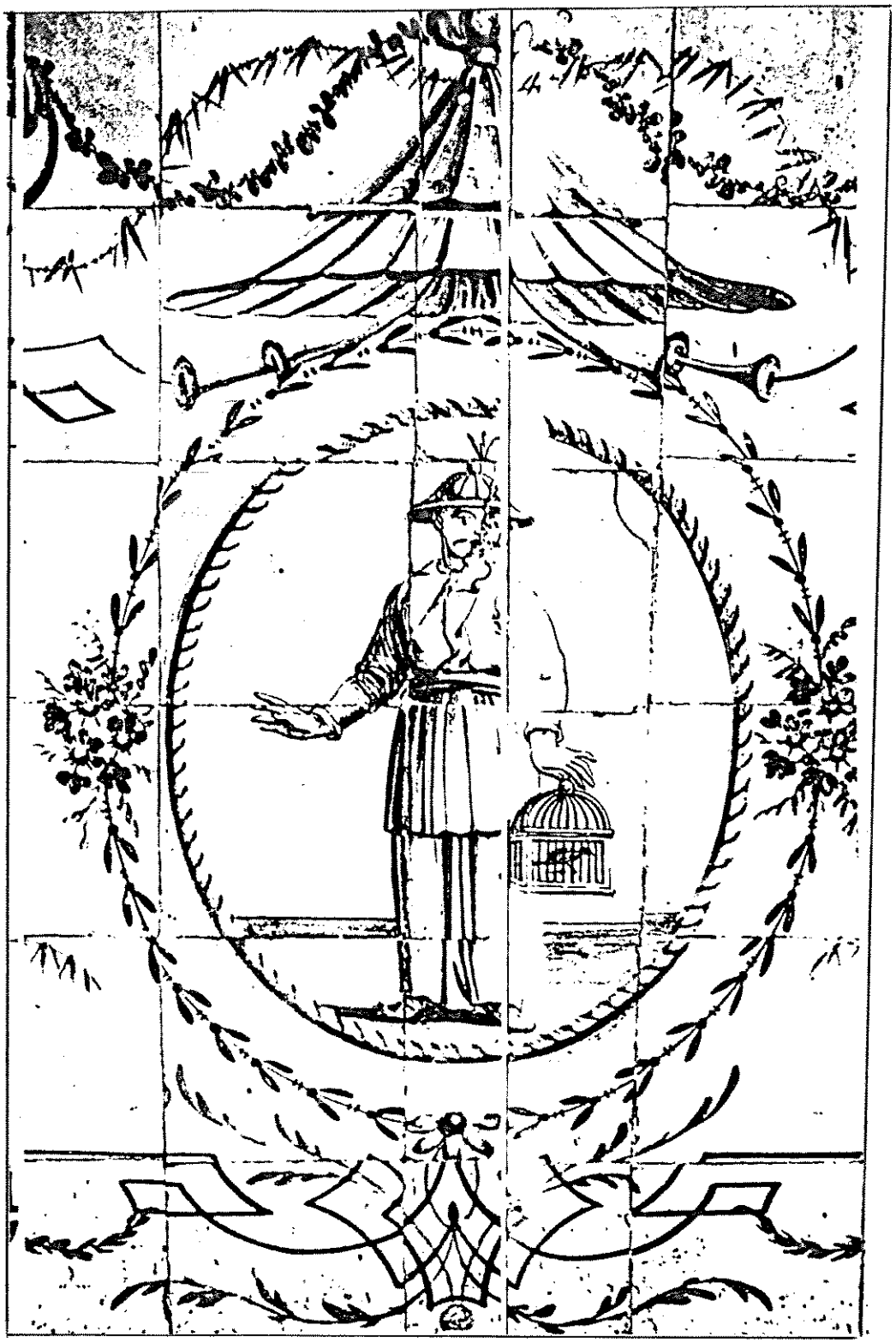
Dispersaram-se valiosos conjuntos maranhenses de azulejos com chinoiseries, sendo pois difícil hoje detectar o paradeiro de alguns espécimes particularmente atraentes. No casarão da atual Rua Grande, número 782, em São Luis, outrora conhecido como Palacete do Canto da Viração ou Palacete Gentil Homem de Almeida Braga (residência, em 1808, do cônsul inglês John Hesketh), existiam azulejos com figurinhas de chins, datáveis de cêrca de 1800 e de qualidade tão elevada que podiam ter sido fabricados em Lisboa, na Real Fábrica do Rato: agora, por onde estarão?

Os mais notáveis azulejos com chinesices são contudo os da Reitoria da Universidade da Bahia em Salvador, procedentes do velho Solar do Aguiar, ou Bom Gôsto, já demolido e que lhe ficava contiguo. Localizados na Galeria do Conselho Universitário, estendem-se por 16 painéis figurados, e representam as "maravilhas e coisas extraordinárias do Oriente". As diferentes cenas estão dispostas num friso contínuo, separadas entre si por cartelas formadas por angras, palmas, volutas e balaústres, sendo as mais largas





Painéis de azulejos com chinesices na Galeria do Conselho Universitário da Reitoria da Universidade da Bahia, no antigo Solar do Aguiar, ou Bom Gôsto, em Salvador. Portugal inícios do Séc. XIX.



Painel de azulejos com chinesices. Reitoria da Universidade da Bahia (pormenor)



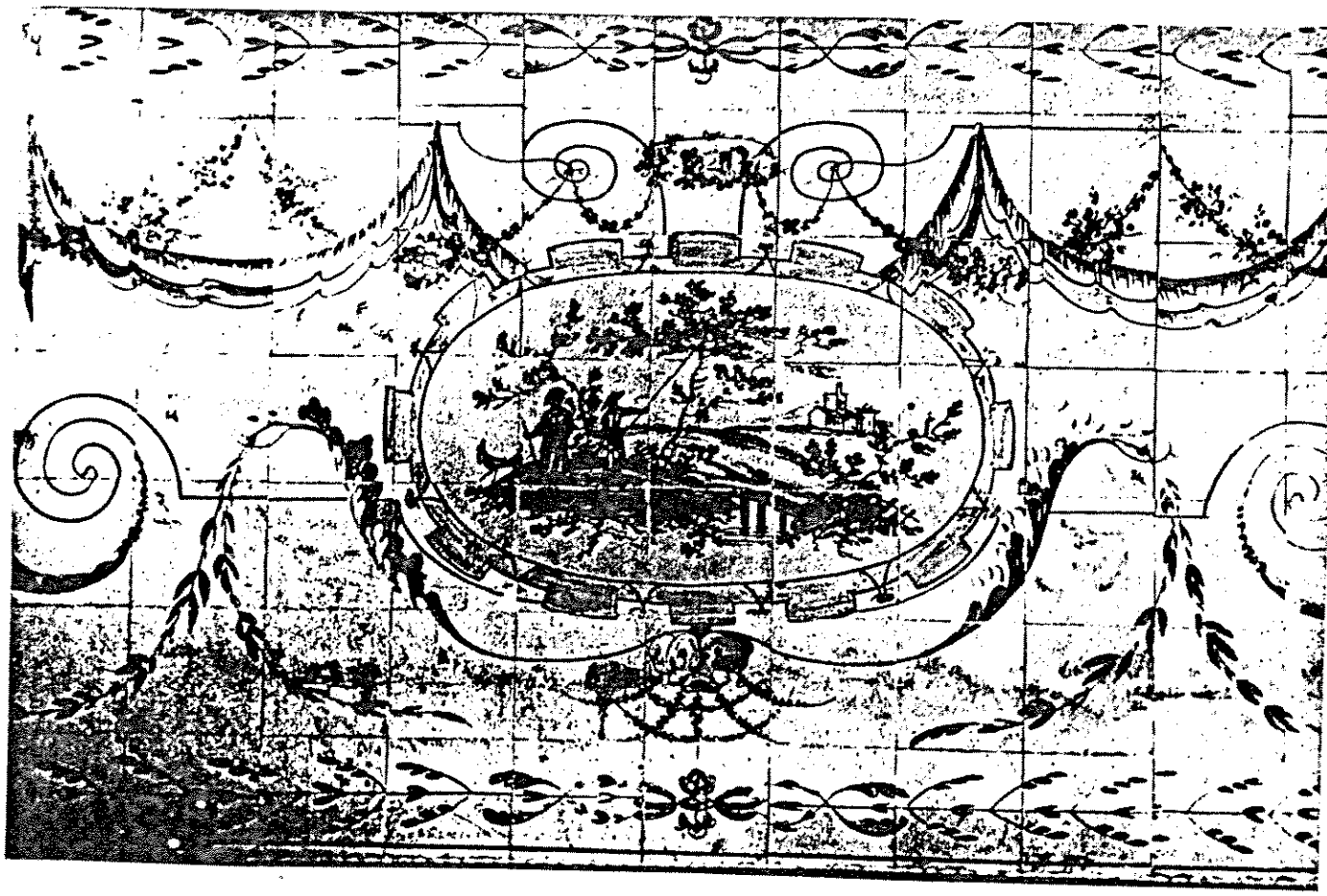
Painel de azulejos com chinesises na Reitoria da Universidade da Bahia.

encimadas por uma urna. Datam da primeira década do Séc. XIX, segundo dedução de Santos Simões, que comparou certos padrões ali encontrados a outros, existentes na Quinta das Abóbadas em Alcanhões, Portugal. São certamente de fabrico português, mas é difícil atribuí-los a uma oficina em particular (6).

Tematicamente as cenas representadas nos painéis de azulejos da Reitoria podem ter-se inspirado em estampas ou ilustrações de livros, como era então praxe, embora não se tenha até agora identificado a fonte de que provêm. José Valadares, descrevendo tais cenas - as quais de qualquer modo atestam a persistência do gosto pelas chinoiseries no mundo luso-brasileiro em começos de Oitocentos -, mostra como elas já resvalam para uma descaracterização e uma banalização desse mesmo gosto orientalizante, já transformado quase numa caricatura:

> Se, por um lado, testemunham a influência do mundo oriental, sobretudo através de sua arte, no espírito europeu, por outro, mostram como o artista português não conseguiu fugir a sua própria experiência na execução dos desenhos. Nota-se que, apesar de toda a sua boa-vontade, não logrou imprimir um tipo verdadeiramente oriental à fisionomia dos personagens, que mais se afiguram gente de Lisboa vestida para um baile a fantasia do que figuras daquela região distante, famosa pelas suas singularidades (7).

Outro conjunto admirável de azulejos é o do chamado Solar do Conde dos Arcos, também em Salvador, erguido em 1781 conforme se lê numa inscrição sobre a porta principal. Certas composições que podem ser ali apreciadas representam navios fundeados, torres de observação, embarcações com seus remadores, figuras hu-





Painéis de azulejos no Solar do Conde dos Arcos, com decoração que se aproxima da que soe ocorrer em certas porcelanas chinesas de exportação para o Ocidente.

manas, cães, árvores etc., encerrados em reservas ricamente elaboradas. Muito embora não revelem tematicamente nenhuma presença marcadamente chinesa ou oriental, acusam, queremos crer, parentesco com padrões decorativos encontráveis em travessas, pratos e xícaras Companhia das Índias à maneira de Meissen, imitando certas peças de porcelana produzidas nesse famoso centro cerâmico da Alemanha setecentista. Tais azulejos datariam de entre 1802 e 1806, e podem ser devidos à Real Fábrica do Rato ou, como escreveu Santos Simões, "pelo menos fabricados por artista que nela se formou". Há outros painéis de azulejos que podem ser aproximados dos que se acham no antigo Solar do Conde dos Arcos, como os que se encontram, atualmente, na Fundação Castro Maya, no Rio de Janeiro, ou no edifício-sede do atual Museu de Arte da Bahia, à Avenida Sete de Setembro em Salvador.

Como se percebe, não é muito o que ficou desses azulejos reveladores do impacto chinês sobre o azulejo holandês e sobretudo sobre o azulejo português no Brasil; impacto que se deu também certamente através de fontes holandesas (cerâmicas de Delft) e francesas (desenhos de Jean Pillement, álbuns de estampas), mas que se apoiou sobretudo na enorme quantidade de porcelana chinesa chegada a Portugal e ao Brasil, já desde o Séc. XVI. O fato inegável é que, em alguns desses azulejos, ainda ecoam bem nítidas a leveza da ornamentação em tons aguados, a delicadeza, a elegância dos padrões decorativos da China.

II

Muito embora não tenham sido feitos no Brasil e nem mesmo aqui se encontrem, ligam-se por circunstâncias especiais a nosso país e devem ser portanto aqui estudados dois painéis de azulejos que, combinando desenhos de chineses a figuras de estranhos índios negros, conservam-se no Rijksmuseum de Amsterdam e no Musée Royal du Cinquenténnaire de Bruxelas (8). O painel de Amsterdam é retangular, compõe-se de 78 azulejos dispostos verticalmente em 13 fileiras de seis e mede aproximadamente 170 x 78 cm; o de Bruxelas possui formato trapezoidal, largura máxima de nove e mínima de dois azulejos, alinhando-se pela esquerda numa altura máxima de 12, e mínima, à direita, de dois e meio azulejos. O fato de juntarem harmônicamente elementos tão heteroxodos explica-se, segundo Madeleine Jarry, pela noção bem pouco precisa que os europeus dos fins do Séc. XVII e começos do Séc. XVIII tinham acerca de tudo quanto fosse "exótico":

> Pour les Hollandais, grandes voyageurs, la présence de ces "Indiens" au milieu des Chinois ne semblait pas extraordinaire, car elle correspondait à leur notion quelque peu primitif de l'exotisme (9).

Combinações semelhantes são aliás encontradas com freqüência em outras obras de arte da época, como na pintura representando um Triunfo com Presentes do Oriente e do Ocidente, de Jacob van Campen (1651), onde são figurados papagaios, frutos tropicais, flechas indígenas e um imponente vaso azul e branco chinês,

do Período Wanli; ou como na célebre série das Tentures des Indes (1687), na qual elementos brasileiros mesclam-se a asiáticos e africanos - tamanduás, ao lado de elefantes por exemplo. Mas também pode ser que os dois paineis de azulejos que estamos estudando integrassem uma série dedicada aos Quatro Continentes, um tema muito caro à imaginação dos artistas da época, como se pode verificar inclusive pelos painéis de azulejos que adornam a elegantíssima cozinha do pequeno pavilhão de caça de Amalienburg, no parque do Palácio de Nymphenburg, em Munique - paineis que guardam, aliás, estreitas afinidades com os aqui focalizados (10).

É provável que os paineis de Amsterdam e Bruxelas datem de fins do Séc. XVII ou já do Séc. XVIII, situando-os Anne Berendsen, por exemplo, em algum momento entre 1690 e 1725 (11); sua alta qualidade não deixa dúvidas quanto ao lugar de sua fabricação: as olarias de Delft. Mas, em função até do formato, varia a composição nos dois paineis, e alguns elementos têm importância maior num painel, menor no outro. No retangular, de Amsterdam, a composição é dominada pela figura, ao alto à direita, da Deusa da Misericórdia chinesa Guanyin, sentada sobre um lótus. Com exceção das três figuras negras (denominadas tanto por Madeleine Jarry quanto por Anne Berendsen como "índios tapuias"), os demais elementos acusam ambiência típica chinesa, vendo-se pavilhões com personagens em variadas atitudes e posturas, cavaleiros, um dragão de quatro garras, cães, aves, riachos, vegetação, flores, uma barca, etc. Já no painel de Bruxelas os negros ou indígenas são em número de quatro - dois deles tripulando uma piroga -, foi omitida Guanyin e permanecem os demais elementos e personagens chineses. Anne



Painel de azulejos no Rijksmuseum de Amsterdam, com figuras de chineses e estranhos tapuias de pele escura, derivados de pinturas e desenhos do holandês Albert Eckhout, pintor de Maurício de Nassau.



Painel de Azulejos do Musée Royal de Bruxelas, combinando figuras de chineses a índios brasileiros derivados dos que Eckhout pintou em Recife sob Maurício de Nassau.

Berendsen, já por nós citada, sublinha o fato de que, apesar de as cenas representadas possuírem força expressiva no desenho, seu efeito geral adequa-se perfeitamente ao espírito da cerâmica.

Ignora-se a autoria do cartão que terá servido de modelo aos painéis; os elementos chineses podem derivar de motivos tradicionais copiados da ornamentação de porcelanas e objetos de arte da China - as estações do ano, cenas de romances clássicos, o paraíso taoísta por exemplo; quanto às figuras dos "índios tapuias" baseiam-se inequivocamente nas figuras de negros africanos pintadas no Brasil por Albert Eckhout, quando esse artista achava-se a serviço do Conde João Maurício de Nassau-Siegen em Pernambuco (12); exibem, porém, certo refinamento que lhes deu elegância e graciosidade - principalmente as que são vistas no painel de Amsterdam, cujos contornos possuem linearidade cantante. Nesse painel, o casal de negros que ocupa o centro da composição inspirou-se diretamente em duas pinturas a óleo de Eckhout no Museu de Copenhague: Negra Com Criança (assinada, datada e situada AEckhout f. 1641 brasil) e Guerreiro Negro. Observe-se que, enquanto no óleo de Eckhout a negra ostenta à cintura um característico cachimbo holandês de porcelana, no painel de azulejos êsse objeto viu-se substituído por outro tipicamente oriental - uma "mão de coçar" em marfim. Finalmente, destaque-se ao alto à esquerda uma pretensa inscrição chinesa - 28 caracteres inventados, dispostos em seis filas de quatro.

É difícil tentar sequer explicar as circunstâncias que ocasionaram a criação dos dois painéis de azulejos, sabendo-se po-

rém que as pinturas de Eckhout já se encontravam na Dinamarca em 1654, como parte do "presente" de Maurício de Nassau a Frederico III. E muito embora Eckhout tenha executado cenas com chineses, em outras ocasiões (as que adornavam o Castelo de Schwedt a. d. Oder, na Alemanha, destruído durante a II Guerra Mundial), não será decerto correto atribuir-lhe a autoria das duas composições, as quais revelam mão mais acostumada ao refinamento das artes decorativas. Na verdade, o que se passou com êsses painéis foi exatamente o mesmo que ocorreria com as Tenturas das Índias, cujos cartões, devidos aos artistas de Nassau, foram adaptados ao espírito dos Gobelins (13).

As figurinhas de negros, nos azulejos, lembram também aquelas que costumam aparecer em aquarelas de Zacharias Wagener, e especialmente as de números 97, Omen Negro, 98, Molher Negra, 104, Transporte em Rede, e 105, Dança de Negros, do Thier-Buch (14). Ao contrário de Eckhout, que não esteve no Extremo-Oriente e provavelmente nunca viu um chinês de perto, Wagener viveu na China, tendo sido embaixador em Cantão de 1656 a 1658; e o mesmo pode-se afirmar de Johan Nieuhof, que viveu no Brasil de 1641 a 1649, e que seria mais tarde embaixador holandês na China (1656). Nieuhof costumava registrar o que observava em suas viagens; fez isso na Memorável Viagem, que relata os acontecimentos do tempo em que viveu no Brasil, e também na Embaixada da Companhia Oriental das Províncias Unidas junto ao Imperador da China ou Grão Can da Tartária feita pelos Senhores Pieter de Goyer e Jakob de Keyser, obra que, surgida em 1665, despertaria enorme interesse no Ocidente, contribuindo de modo definitivo para o início da curiosidade pela

China e outros países extremo-orientais. Como era desenhista amador, representou os chineses e seus costumes, o país, as vestimentas, etc., elaborando assim um repertório visual que seria de larga utilização pelos artistas europeus até fins do Séc. XVIII (15).

Notas

(1) - Padre Serafim Leite: Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil. Lisboa/Rio de Janeiro, 1953, pág. 67. A capela, com os painéis de azulejos, foi destruída pelos holandeses em 1631.

(2) - José Maria dos Santos Simões: Azulejos Holandeses no Convento de Santo Antonio em Recife. Amigos da D.P.H.A.N., Recife, 1959, pág. 21, ils. 11 e 12.

(3) - José Maria Santos Simões: Azulejaria Portuguesa no Brasil. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1965, pág. 79.

(4) - Mario Barata: Azulejos no Brasil - Séculos XVII, XVIII e XIX. Rio de Janeiro, 1955, págs. 45 e 93.

(5) - Joaquim de Souza Leão Filho: "Decorative Arts: The Azulejo". Portugal and Brazil - An Introduction. H. V. Livermore, Editor. Clarendon Press, Oxford, 1953, pág. 387.

(6) - Santos Simões, op. cit., 1965, págs. 147-149, 152 e 154.

(7) - José Valladares: Azulejos da Reitoria. Universidade da Bahia, Salvador, 1953, pág. 147.

(8) - O painel conservado no Rijksmuseum foi reproduzido a cores em Madeleine Jarry: Chinoiseries. Office du Livre, Fribourg, 1981, pág. 11, il. 1; o do Museu de Bruxelas, em preto e branco, em Anne Berendsen: Tiles - A General History. Faber and Faber, London, 1964, pág. 169.

(9) - Jarry, op. cit., pág. 10.

(10) - Berendsen, op. cit., pág. 168.

(11) - Berendsen, op. cit., pág. 143: "It must surely be true that the finest Dutch tile-pictures are those which came from Delft. They represent a form of chinoiserie and are painted in a manner very seldom found on tiles. The figures and animals have the expressive power of drawings but the total effect, nevertheless, is entirely appropriate to ceramics. The pictures in this series are to be found today in the Amalienburg, in the Musée Royal du Cinquentènnaire in Brussels, and in the Rijksmuseum, in Amsterdam; there are a few more fragments in other places. The Tapuya Indians which are found in these compositions, together with Chinese elements, undoubtdely derive from the paintings or drawings of Albert Eckhout who had visited Brazil. The pictures, therefore, cannot have been made before 1690-1725".

(12) - Cf. José Roberto Teixeira Leite: A Pintura no Brasil Holandês. GRD, Rio de Janeiro, 1967, págs. 67-81.

(13) - Uma análise detalhada das Tentures des Indes encontra-se em P. J. P. Whitehead e M. Boeseman: A Portrait of Dutch 17th Century Brazil. Animals, Plants and People by the Artists of Johan Maurits of Nassau. North Holland Publ. Co., Amsterdam/Oxford/New York, 1989, págs. 107-150.

(14) - Os desenhos do Thier-Buch de Zacharias Wagener acham-se reproduzidos a cores em Whitehead e Boeseman, op. cit., págs. 251-260, Plates 20-29; em preto e branco, em Edgard de Cerqueira Falcão, Editor: Zacharias Wagener - Zoobiblion - Livro de Animais do Brasil. Brasiliensia Documenta, IV. CNPq, 1964.

(15) - Jarry, op. cit., pág. 235: "Durant tout le voyage, Nieuhof put observer et dessiner les Chinois, leur environnement et leur costumes. Les représentations qu'il a laissées ont été copiées plusieurs fois par d'autres; elles sont à la base de nombreuses chinoiseries européennes".

Cães de Fo Franciscanos

Enquanto no Ocidente o Leão é considerado o Rei dos Animais, na China cabe esse título ao Tigre, restando àquele o papel, bem mais discreto, de primeiro entre os felídeos - mesmo porque inexistem leões e abundavam tigres na China de outrora. O leão chinês, shizu, é um ser misto de fera real e de animal mítico. Antiga lenda dizia que as garras do macho armazenavam leite, e por isso junto às tocas em que os animais se abrigavam eram deixadas esferas ocas, na esperança de que, arranhando-as ao brincarem com elas, os bichos as impregnassem de um pouco do seu leite. Representações de leões com essas bolas, chu, entre as garras, ou de leoas ao lado de filhotes, são comuns no repertório visual chinês, onde também não é raro ver-se o sólido animal caminhando altivo entre peônias, imponente em sua dignidade.

Na arte chinesa o leão ocorre, porém, tardiamente, associado geralmente ao Budismo; daí o nome que também lhe é dado de Cão de Fo, Fo sendo a designação reservada ao Ser Sobrenatural, ou seja, Buda (1). São freqüentes as cenas em que o animal aparece ofertando flôres a Buda, ou servindo de dócil montaria a Wen Shu (Manjusri) e a outras divindades. Como animal sagrado do Budismo, leões esculpidos são colocados à entrada dos templos e de recintos sagrados, pois lhes cabia a proteção dos santuários e bem assim a defesa da Doutrina (2). Leões de pedra eram igualmente postados defronte de edifícios publicos e mesmo de habitações, afim de, com

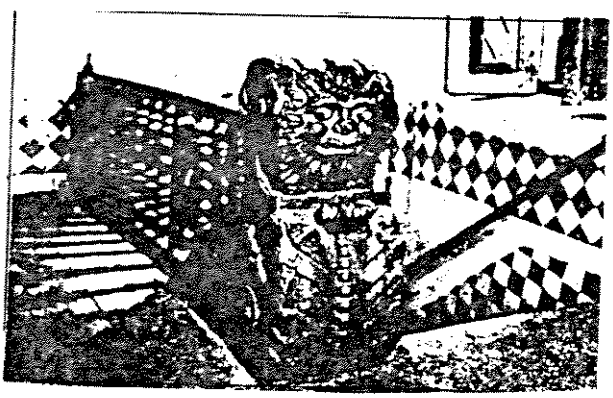
à sua presença aterradora, afugentar os demônios (3). Circunstância a ressaltar, nessas e em outras representações chinesas, é que o leão é figurado sempre na posição rompante da Heráldica, isto é, de pé sobre as patas traseiras e olhando para frente.

É contra êsse pano de fundo que devemos estudar a ocorrência de autênticos Cães de Fo ou leões budistas no adro de dois dos mais notáveis monumentos religiosos construídos pelos franciscanos no Brasil: os Conventos de Santo Antonio de João Pessoa, na Paraíba, e de Recife, em Pernambuco, o primeiro fundado em 1589 e o segundo em 1606, ambos reedificados entre fins do Séc. XVII e primeiros anos do Séc. XVIII. O fato de estes leões budistas ocorrerem no Brasil exclusivamente em conventos franciscanos pode não ser aliás mera coincidência, tão antigos e profundos eram os laços que ligavam os dessa Ordem ao Extremo-Oriente (4).

No Convento de João Pessoa, os dois admiráveis leões em pedra cálcarea, um a cada extremidade do muro que delimita o esplêndido adro azulejado, ali foram colocados, segundo Germain Bazin, quando da conclusão das obras do frontespício da igreja, em 1779. Para êsse historiador, "não são senão cópias literais dos leões de Fo que a arte chinesa multiplicava por essa época em bronze ou em cerâmica", ... "o testemunho irrecusável das influências extremo-orientais, trazidos diretamente à Colônia de Santa Cruz pelos missionários da China, e particularmente pelos Franciscanos" (5). Infelizmente, não são conhecidos os nomes de franciscanos que, chegados ao Brasil, antes tivessem estado na China, lacuna que pesquisas futuras poderão talvez vir a suprir.





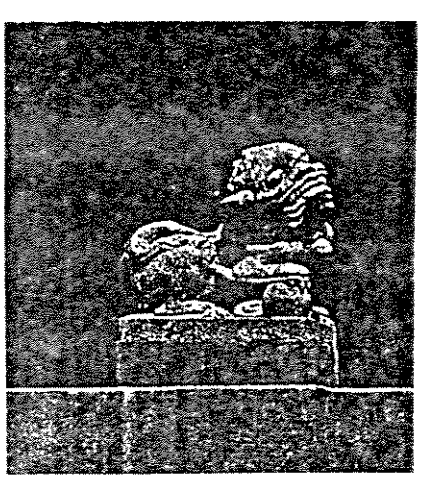




No alto, leões chineses que arrematam o muro do adro do Convento de Santo Antonio, em João Pessoa, Paraíba (pedra calcárea); abaixo, à esquerda, leão em madeira na escadaria do mesmo convento; à direita um dos leões em terracota (muito adulterado por sucessivas restaurações) do adro do Convento de Santo Antonio de Recife, de c. 1770.







Leões chineses, feminino, o do alto, e masculino o menor, ambos executados em pedra e colocados como símbolos de fortuna em construções de Taipei, em Taiwan. Compare-se com os leões nos adros dos conventos franciscanos de João Pessoa e Recife.

Mas não são êsses os únicos leões chineses do Convento de João Pessoa: existe um terceiro, entalhado em madeira, que conclui a escadaria, e o Museu Histórico Nacional guarda uma estante de coro, proveniente do mesmo convento, que repousa sobre pés em forma de nitidos leões chineses - provavelmente feitos pela mão que esculpiu o exemplar da escadaria.

Nas extremidades dos muros do adro do Convento de Santo Antonio do Recife, que se inspirou visivelmente no de João Pessoa, reaparecem os leões chineses, só que executados agora em terracota e exibindo postura inusual: deitados, enquanto os de João Pessoa foram figurados imponentemente erguidos sobre as patas dianteiras, dentro da melhor tradição iconográfica chinesa. Os leões recifenses datam também da década de 1770: segundo Frei Bonifácio Mueller (6) do próprio ano de 1770, ou, de acordo com outra leitura de uma inscrição que exibem à base, de 1773 ou 1775. Sua aparência atual acha-se prejudicada por uma desastrosa restauração, que os desfigurou, a ponto de terem merecido de Dom Pedro II quando de sua passagem por Recife em 1854 desabonadora observação (7).

Os leões de calcáreo e madeira de João Pessoa, tal como os de terracota de Recife, inspiram-se em peças cerâmicas chinesas chegadas ao Brasil durante o Séc. XVIII, vindas de Macau, sendo constantes, nas relações de carga das naus da Carreira da Índia, alusões a "figuras de leões". São imitações locais de modelos importados, atestando, mais uma vez, a força da influência extremo-oriental a repercutir no Brasil.

Notas

(1) - Sobre o ideograma chinês para Buda, Fo, veja-se: G. D. Wilder e J. H. Ingram: Analysis of Chinese Characters. Dover, New York, 1974, pág. 191 nº 554.

(2) - Também aqui há diferença entre o leão e o tigre, na China: enquanto o primeiro acha-se ligado ao Budismo, o segundo vincula-se ao Taoísmo, podendo ser vista sua imagem nas portas dos templos taoístas, com idêntica função de afugentar os maus espíritos.

(3) - Leões vigilantes, em atitude ameaçadora, geralmente de pedra mas também de louça ou de outros materiais, existiram no Brasil Colonial e Imperial, sentinelas imóveis à frente de casas-grandes e mansões senhoriais.

(4) - Foram franciscanos os primeiros missionários cristãos ocidentais que chegaram à China: Jean du Plan de Carpin e Estêvão da Hungria, enviados do Papa Inocêncio IV em 1246, vinte anos, apenas, após a morte de São Francisco de Assis. A atividade catequética dos franciscanos continuaria preponderando na China (ao lado da de agostinianos e de dominicanos) até o Séc. XVI, momento em que os jesuítas os desbancam dessa posição.

(5) - Germain Bazin: L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Museu de Arte e Plon, São Paulo e Paris, 1956, Vol. I, págs. 126-127.

(6) - Frei Bonifácio Mueller OFM: Convento de Santo Antônio do Recife 1606-1956. Esboço Histórico. Recife, 1956, pág. 9.

(7) - Apontamento de Dom Pedro II em seu Diário de Viagem, com data de 27 de novembro de 1854: "Externamente ao convento, como ornato, há dois animais de barro que tudo podem ser, menos o que pretendem representar, que são leões". A observação pode porém ser atribuída ao gosto conservador do monarca.

Porcelana

De todos os numerosos produtos originários da China desembarcados no Brasil ao longo do período colonial, é bem provável que nenhum tenha marcado tão profundamente sua presença quanto a porcelana, que foi também das primeiras mercadorias chinesas entradas no país, em pleno Séc. XVI, e continuava sendo importada em quantidades significativas nas décadas iniciais do Séc. XIX.

Não se determinou ainda com absoluta exatidão o momento em que surgiram as primeiras porcelanas, até porque os especialistas ocidentais e orientais divergem quanto à conceituação desse tipo de cerâmica, muito embora ninguém negue sua origem chinesa. Hoje, na China, após uma série de pesquisas arqueológicas complementadas por análises de laboratório das peças coletadas, os estudiosos costumam situar a invenção da porcelana em época tão remota quanto o Séc. XVI a. C., tempo de vigência das Dinastias Shang e Zhou (1). Já no Ocidente, raros especialistas aceitariam, para a porcelana, origem anterior à Dinastia Tang (618-906 d.C.), quando certos textos poéticos referem-se a peças cerâmicas "imitando o jade", ou da cor e da textura de "prata e jade". Não seria aliás despropositado acreditar que as porcelanas tenham nascido da necessidade de se poder dispor de um jade sintético ou de outra qualquer substância artificial capaz de emular com o jade e de o substituir, e que, por suas características de brilho, impermeabilidade e translucidez pudesse ser empregada na elaboração de obje-

tos, tanto utilitários quanto ornamentais.

Quando teriam chegado ao Ocidente essas porcelanas "finas como folhas de papel e delicadas como seda", como a seu respeito escreveu Wang Renyu (713 - 756), "ternos lótus cheios de orvalho" na expressão do poeta Xu Yin? É problema controvertido, que não compete aqui focalizar; que se diga apenas que a ela se refere Marco Polo em fins do Séc. XIII - talvez até trouxesse alguma, na bagagem de volta -, e que durante os Sécs. XIII e XIV mercadores italianos tê-las-iam introduzido na Europa, após adquiri-las aos sarracenos. É óbvio que estamos nos referindo a porcelanas chinesas ao gôsto chinês ou quem sabe levantino, peças requintadas, apenas acessíveis a reis e papas, príncipes e cardeais, algumas alegadamente dotadas de extraordinários poderes mágicos (2); porque, em se tratando de porcelanas feitas na China ao gosto ocidental, povo algum leva a palma da primazia ao português, igualmente o primeiro a, em tempos modernos, estabelecer vínculos comerciais com a China.

Foi em 1513, com efeito, que o comerciante Jorge Alvares plantou seu marco em Tamang, a 18 quilômetros de Cantão, inaugurando nova fase na crônica das relações entre Oriente e Ocidente. Só três anos mais tarde era enviada à China uma primeira embaixada lusitana, chefiada pelo boticário Tomé Pires (3). Diante de Cantão, pretendendo homenagear os chins, os canhões dos três navios da armada portuguesa dispararam em salvas. Péssima idéia: julgando-se atacados, os naturais reagiram, morrendo, nas lutas que se seguiram, ao que parece o próprio Tomé Pires, e elevado número de

chinesas. As conseqüências do mal-entendido levaram algum tempo, mas se fizeram sentir: numa proclamação de 1523, proibia-se o ingresso em território chinês dos "homens barbudos e de grandes olhos" (4). É dessa exato momento - o reinado do Imperador Zhengde (1506 - 1521) da Dinastia Ming - que datam aquelas que devem ser consideradas as primeiríssimas porcelanas chinesas feitas por encomenda ocidental: dois elegantes gomis, exibindo em azul, sobre a pasta branca, a esfera armilar de Dom Manuel I o Venturoso, e um deles, em estropiados caracteres latinos, também sua piedosa divisa: In Deo Spero (5). Quem poderia então imaginar que essas duas peças seriam o começo de uma inacreditável produção, calculada por um estudioso em 170 milhões de peças (6), produção que só se interromperia quando, já bem avançado o Séc. XIX, o último navio da última Companhia das Índias desse por encerrada sua última viagem (7)?

Foge porém aos propósitos que aqui nos impusemos o estudo do que foram tais Companhias das Índias, os diversos tipos e espécies de porcelana que transportavam, que modelos os inspiravam e suas formas principais - coisas que aliás já tentamos fazer em ocasião anterior (8); agora simplesmente nos limitaremos a estudar o impacto dessas porcelanas no Brasil, e de que maneira marcaram nossa civilização material e nosso mundo-de-idéias.

Não será demais enfatizar, antes de tudo, ter sido o Brasil dos primeiros países ocidentais a receberem porcelanas chinesas e outras mercadorias asiáticas, em razão não apenas de sua posição geográfica estratégica, que o impunha como escala natural

às naus da Carreira da Índia, como também pela prosperidade de que já em fins do Séc. XVI desfrutavam muitos dos seus habitantes, alguns deles podendo alinhar-se entre os súditos mais opulentos do Rei de Portugal - caso por exemplo daquele "homem rico" (Garcia d'Avila, ao que parece) a que se refere Fernão Cardim em sua Narrativa Epistolar (9), possuidor de tanto gado "que lhe não sabe o número", dono, além do mais, em sua casa "armada de guadamacins", nem mais nem menos que de uma "rica cama"! Prova adicional do requinte a que tinham atingido os aristocratas pernambucanos e baianos é que comiam de garfo e faca no Brasil quinhentista, quando tal hábito só no século seguinte iria disseminar-se por França e Inglaterra (10).

Ignora-se quando terão chegado ao Brasil as primeiras porcelanas. Mas na Narrativa Epistolar há pouco citada, relatando episódio ocorrido por volta de 1583, na aldeia de S$o Matheus (próximo a Porto Seguro, na Bahia), o Padre Cardim refere-se, sem maiores alardes (bem ao contrário da emoção que lhe causou a "rica cama" do creso baiano), a porcelanas da Índia, o que demonstra que então já estaria habituado a vê-las no Brasil:

> Dali tornamos à vila, e vindo encalmados por uma praia, eis que desce de um alto monte uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da índia, cheia de queijadinhas de açúcar, com um grande púcaro de água fria; dizendo que aquilo mandava seu senhor ao padre provincial Joseph (11).

Pouco adiante, de novo cita Cardim porcelanas da índia, como então eram chamadas, agora não uma única peça, porém todo um serviço:

> Aos 3 de Janeiro partimos o padre visitador, padre provincial e outros padres e irmãos. Fomos aquela noite agasalhados na casa de um sacerdote devoto da Companhia, que depois entrou nela. Fomos servidos de várias iguarias com todo bom serviço de porcelana da India e prata, e o mesmo sacerdote servia a mesa com grande diligência e caridade (12).

Só alguns anos mais tarde, no Tratado Descritivo do Brasil, de 1587, Gabriel Soares de Sousa alude à existência, na Bahia, de "custosas baixelas, obras de arte, louças da índia, da China e tapeçarias do Oriente", testemunhas do gôsto e das posses dos habitantes. E não apenas na Bahia ou em Pernambuco era possível encontrar-se possuidores destas porcelanas: também em São Paulo, por exemplo, como o demonstra um inventário de 1599 feito dos bens de certa Maria Gonçalves, no qual são arroladas "três porcelanas da índia e duas Malaguas avaliadas em 250 reis".

Como se deduz dos exemplos acima, porcelanas chinesas eram ainda muito raras no Brasil do Séc. XVI. E continuariam sendo na aurora do Séc. XVII, tanto assim que, esmiuçando inventários paulistanos anteriores a 1635, Eldino da Fonseca Brancante sòmente encontrou menção a 18 delas, pratos em sua maioria, um deles inclusive ramendado (13). Cada um desses pratos chineses custava em

média, de acordo com o mesmo ilustre pesquisador, de quatro a doze vezes o preço de um prato europeu, o que demonstra que "quem adquiria um prato da índia, o adquiria por luxo". Tão apreciadas eram tais porcelanas da China, que chegariam a ser dadas em garantia de dívidas contraídas e a integrar dotes nupciais - como o da paulista Ana Proença, que ao casar levava, de cambulhada com jóias, pratas, móveis, escravos, gados e chãos, uma dúzia de porcelanas (14). Teve porcelanas chinesas o poeta Gregório de Matos, e as emprestou a alguém que não quis devolvê-las, o que fez com que as cobrasse publicamente, em versos que se notabilizaram:

Dizem que as almas que vão,
A êste mundo não vêm;
E as minhas palanganas,
Fizeram-se almas também?

A partir de princípios do Séc. XVII, porém, já se observava um aumento considerável de mercadorias finas oriundas da índia, da China e de outras regiões asiáticas no Brasil. Nos Diálogos das Grandezas do Brasil, em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão (homem abastado, arrecadador de dízimos do açúcar em Pernambuco, senhor-de-engenho, mais tarde, na Paraíba), menciona a existência na região de lojas "colmadas de mercadorias de muito preço, como são toda sorte de louçarias, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia na terra com deixar grande provento aos mercadores que os vendem". No Diálogo Terceiro dá uma clara idéia da riqueza do Brasil, quando, ao traçar um paralelo entre esta colônia e a índia - designação genérica para toda a Ásia Lusitana - diz, com perspicácia:

> O Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de Sua Majestade que toda a Índia; porque não haveis de negar que para que as naus que dela vêm, virem carregadas das fazendas que trazem, se desentranha todo êsse Oriente, como se ajuntar a pimenta do Malabar e a canela do Ceilão, cravo do Maluco, massa e noz moscada da Banda, almiscre, benjoim, porcelanas e seda da China, roupas e anil de Cambaia e Bengala, pedraria de Balagate e Bisnaga e Ceilão; por maneira que é necessário que se ajuntem todas estas coisas, de todas essas partes, para as naus que vêm do Reino poderem vir carregadas, e se se não ajuntassem, não viriam. (....) Pois o Brasil, e não todo ele, senão três Capitanias, que são a de Pernambuco, a de Tamaracá e a da Paraíba, que ocupam, pouco mais ou menos, no que delas está povoado, cinqüenta ou sessenta léguas de costa, as quais habitam seus moradores, com se não alargarem para o sertão dez léguas, e sòmente neste espaço de terra, sem adjutórios de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portugueses das entranhas dela, à custa de seu trabalho e indústria, tanto açúcar que basta para carregar todos os anos cento e trinta ou cento e quarenta naus, de que muitas delas de grandíssimo porte, sem Sua Majetade gastar de sua fazenda, para a fábrica e sustentação de tudo isso, um só vintém (15).

A maior parte dessas mercadorias asiáticas a que alude Brandão vinham diretamente de Lisboa no Séc. XVII; mas seu acúmulo, a partir da restauração em 1640 e da retirada dos holandeses em 1654 (16), deve ser explicado também em função do crescente número de naus procedentes da Índia que de então por diante começaram a tocar em Salvador, sob diversos pretextos e até sem pretexto algum (17). No Séc. XVI, com efeito, apenas duas naus da Índia tinham aportado à Bahia, uma em 1589, fazendo água e ainda assim por êrro no rumo, e a outra em 1593, para aguada; no Séc. XVII tal número subiria para 45, 32 dos quais no último terço do período; e

subiria ainda mais, para 102, no decurso do Séc. XVIII - 98 procedentes de Goa, e as quatro restantes, diretamente de Macau (18). Era natural que as cargas transportadas por essas naus incluíssem porcelanas da China; e como era proíbido à colônia negociar com mercadoria do Oriente sem a interferência de Lisboa, concluí-se que praticamente toda essa louça asiática entrada no Brasil durante o Séc. XVII e boa parte do Séc. XVIII penetrou ilegalmente, a despeito das severas penalidades a que se arriscavam os transgressores. Parece que pelos meados do Séc. XVIII todos se dedicavam ao comércio irregular de fazendas da índia: capitães e marújos, comerciantes, soldados, religiosos e mesmo altos funcionários, como Manuel Pegado Serpa, provedor-mor da Fazenda de Salvador, acusado em 1766 de comércio ilícito de mercadoria oriental, em cuja casa foram apreendidas cinco mesas ou serviços de louça esmaltada e duas de louça dourada, nada menos de 100 sopeiras ou terrinas com seus respectivos prêsentoirs, dez peças de brinco de louça, quatro bules de barro, seis corjas de chocolateiras com seus pires (o que vem a dar 120 chocolateiras e outros tantos pires) e ainda dois serviços de chá!

Além dessa comércio ilegal desenvolvido por portuguesas ou naturais da terra, há que referir o praticado também ilegalmente por navios estrangeiros, e que deve ter sido bastante considerável, mesmo porque - como escrevia em 1730 o anônimo autor da Description de la Ville de Lisbonne, "as mercadorias chinesas vendiam-se mais vantajosamente no Brasil que em qualquer outro lugar". Exemplo desse tipo de comércio é fornecido em 1661 pelo capitão inglês Nicholas Garlant, chegado à Bahia com carta régia que

lhe dava permissão para lutar em mar brasileiro contra os inimigos da Coroa Portuguesa, mas não, certamente, para vender no Brasil seu precioso carregamento asiático. Vendeu-o mesmo sem permissão, e o que não vendeu, trocou vantajosamente por açúcar com "os Religiosos de São Bento e outras pessoas que se não pôde impedir", como relataria logo depois a Lisboa um encabuladíssimo governador. Era nas embarcações francesas vindas do Oriente que chegavam os maiores contrabandos, o que levou as autoridades em 1703 a postarem agentes de atalaia dentro ou junto dos navios estrangeiros, tão logo ancorados em Salvador. Providência, essa, que se revelaria inútil - como logo perceberia em 1717 Le Gentil de La Barbinnais (19) -, como também inútil parece ter sido o alvará régio de 1711, no qual o Rei, indignado com a presença de navios ingleses na Bahia e no Rio de Janeiro, e após constatar que "todos os ditos navios nos ditos portos introduzirão mercadorias da Europa e da índia, tirando do Brasil muito ouro e tabaco", ordenava aos governadores das conquistas

> ... não admitissem nos portos dellas navios alguns inglesses ou de outra qualquer nação extrangeira, se não indo incorporados com a frota deste Reyno e voltando com elles na forma dos tratados, obrigados de alguma tempestade ou falta de mantimentos, nos quaes casos assistindo-lhes com o necessário os deviam mandar sahir sem lhes permitir commercio Algum; e porque este não se pode fazer sem que os governadores o consintam ou tolerem ..., hei por bem e mando que as pessoas que com elles comerciarem ou consentirem que se commercei, ou sabendo-o, o não impedirem, sendo Governador de qualquer das minhas conquistas Ultramarinas, encorrerão nas penas de pagarem três dobros para minha Fazenda os ordenados que receber ou tiver recebido pela tal occupação de Governador e que perca os bens da Coroa que tiver e seja inhabil para requerer outros, ou

para occupar qualquer ou governos para o futuro (20).

Conseqüência natural de toda essa impunidade é que Salvador (e certamente outros portos brasileiros) transbordava de mercadorias orientais entradas irregularmente, cada morador metamorfoseado em traficante, cada casa uma toca. Uma situação que Gregório de Matos já retratara desde o século anterior, e em mais de uma ocasião, como nesses versos do soneto "A Cidade da Bahia":

A ti trocou-te a máquina mercante
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante
Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz brichote.

Entrada no país regular ou irregularmente, o fato é que, no transcorrer do Séc. XVIII, aumentou consideravelmente a quantidade de porcelanas chinesas de que dispunham os naturais da terra, ou os portugueses que nela viviam. Não se tratava mais, como em séculos anteriores, apenas de louça utilitária, tão rara que até tinha de ser remendada quando se lascava ou partia; mas sim, também, peças de fôrma, ornamentais, de qualidade (e preço) muito mais elevados. Só para se ter uma idéia da composição de um dos carregamentos de porcelana chegados ao Brasil no Séc. XVIII, exemplifiquemos com a da nau "Santo Antonio e Justiça", ancorada em junho de 1759 em Salvador, e que incluía grande soma de figuras de barro, pratos e tijelas esmaltadas, mesas de louça dourada, aparelhos de chá e café, covilhetes de tampa, bulas de barro, louças de

Macau de tipo mais grosso, escrivaninhas de louça, chávenas e pires, pratos de cozinha, jarras atabacadas e esmaltadas, figuras de leões e vasos noturnos ou bispotes. E que tanta porcelana não nos cause estranheza, já que pela mesma época, ao arrolar a carga da "São José", arribada à Bahia procedente de Goa, constatava o funcionário da alfândega serem, os produtos mais numerosos que trazia, "as porcolanas, que há adroga que mais facilmente se vende nesta terra". Também não admira que os moradores mais abastados pudessem dispor de avantajado número de peças em suas residências, como foi o caso de João Lopes Fiuza que, ao falecer em 1741, na Bahia, deixava, entre muitos outros luxos (que incluíam até uma biblioteca!), um grande serviço de louça da índia, avaliado em 65$000 e tão numeroso, que teve de ser loteado entre os vários herdeiros (21), além de "duas jarras grandes da índia" (30$000), "duas jarras de azul e ouro" (20$000), "hua jarra da índia azul e branca" (3$000), "hua jarra da índia pequena de ouro e prato" (8$000), "dous leões da índia" (2$500), "dous leões brancos e vermelhos" (3$000), "dous dibos verdes, dous galos, dous caxorros, dous macacos pardos, dous elefantes, quatro bugios em sua avaliação e mais dous galos e duas seraias", êsses últimos itens avaliados em 5$000 (22); caso, também, de Francisco Antonio de Argolo Queirós, pai do Conde de Passé, o qual, falecendo em 1803, deixou "uma mesa de louça fina da índia com ramos azuis e frisos de ouro ainda em bom uso, composta de 419 peças, a saber: terrinas, pratos maiores, menores, dibos de sopa e guardanapos, outros mais pequenos, bules, cafeteiras, jarras, mostardeiras, e todos os mais acessórios de uma mesa", avaliada em 120$000.

Em outros recantos do Brasil também se verifica idêntica riqueza em porcelanas: em Minas Gerais, por exemplo, eram elas que emprestavam aos ambientes refinados de Vila Rica, São João del Rei ou Diamantina a nota de requinte e distinção. Teve serviço de porcelana azul e branco o sexto e último contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, tido como o súdito mais rico do Rei de Portugal pelo menos durante o decênio em que exerceu em Diamantina tal função, de 1761 a 1771; porcelanas chinesas, e também japonesas, possuiu a amante dele, a célebre Chica da Silva; "dúzias de porcelanas da Índia" foram apreendidas na casa do poeta e inconfidente Claudio Manuel da Costa (23), enquanto entre os bens confiscados a outro inconfidente, o Vigário Carlos Correia de Toledo Melo, achavam-se três dúzias de pratos finos da Índia, uma dúzia de xícaras e pires e três bules da mesma louça (24). Mesmo em São Paulo, onde o recheio das casas, ainda as mais ricas, não primava pelo luxo, ficaram famosos os 22 pichéis e boiões, palanganas e covilhetes que o Padre Guilherme Pompeu - o mesmo que, segundo Pedro Taques, "fazia paramentar cem casas, cada uma com cortinado próprio, lençóis finos da Bretanha guarnecidos de rendas" (25) - conseguira amealhar em começos do século. Quanto ao Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado desde 1763, era lógicamente onde se concentrava a maior quantidade de porcelanas chinesas, pois nela residiam o Vice-Rei, os nobres e os principais da administração colonial. O fato de que em 1792 funcionassem na cidade 12 lojas especializadas no comércio e importação de louças e outras mercadorias asiáticas diz muito bem de como eram então ali apreciadas tais porcelanas.

II

Uma estória curiosa, passada no Rio de Janeiro mais ou menos por essa época - a última década do Séc. XVIII - servirá para demonstrar que uma coisa é apreciar porcelanas chinesas, e outra, bem diferente, ter recursos para adquiri-las. O caso é que, para adornar o altar de Santo Antonio no dia de sua festa, os frades do Convento do Rio de Janeiro todos os anos costumavam pedir de empréstimo a um amigo da Ordem suas vistosas jarras de porcelana Companhia das Índias, devolvendo-as em seguida. Numa dessas ocasiões um dos frades - que outro não era senão Frei Francisco Solano Benjamim, bom desenhador e pintor, membro destacado da Escola Fluminense de Pintura (26) -, pediu para ficar algum tempo com as jarras em seu poder. Hábil artista, em poucos dias lhe tirou os moldes em madeira, copiando em seguida, minuciosamente, cada pormenor de sua ornamentação. No ano seguinte, intrigado porque os frades, quebrando a velha escrita, não lhe tinham solicitado as preciosidades para a festa, dirigiu-se o dono das mesmas ao convento, onde deu de cara, espantado, com as jarras enfeitando o altar! Como podia ser, indagou-se, se as tinha deixado em casa? Foi só depois de muito as revirar entre as mãos que percebeu não serem, aquelas, as suas jarras, mas sim cópias perfeitas delas, feitas em madeira pelo hábil frade-pintor.

Diz-se que Frei Solano produziu seis dessas jarras de madeira; quatro delas são conservadas ainda hoje no Convento de

Santo Antonio no Rio de Janeiro (27); as outras duas, vimo-las, em 1975, em casa do grande colecionador Plácido Gutierraz, também no Rio de Janeiro.

III

Igualmente no Rio de Janeiro, em 1793 ou alguns anos antes, pela primeira vez na América Latina (28) houve quem fabricasse porcelana dura: João Manso Pereira, que instigado pela louça chinesa ousou imitá-la, do mesmo modo como também imitaria o charão (29). A biografia dessse pioneiro ainda oferece muitas passagens obscuras, a começar pela data e lugar do nascimento - Goiás, Minas Gerais ou Rio de Janeiro. São conhecidos o lugar e a data exatos da morte: Angra dos Reis, 20 de agosto de 1820. Uma versão antiga dá-o como pardo, alto e magriço. Teria morrido em avançada idade - o que o daria nascido pelos meados do Séc. XVIII -, e foi Cavaleiro da Ordem de Cristo. Apoiando-se em Moreira de Azevedo, assevera Araújo Viana que era conhecedor do Latim, do Grego e até do Hebraico (30). Teria ofertado a Dom João "um aparelho de porcelana e uma caixinha de sabão de barba que fabricara com argila encontrada na Ilha do Governador", e ao Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos "uma mesa onde estavam representadas em ouro, e com diversas cores, a cidade do Rio de Janeiro e algumas vilas". Professor de Latim, mineralogista - químico, como então se dizia -, fabricou vinho, aguardente e açúcar com sacarose da raiz do sapé, extraiu álcalis da bananeira e dos mangues e percorreu parte de São Paulo

e Paraná, tendo localizado nitreiras em Santos, Sorocaba, Itu e Curitiba. Sobre a primeira fez publicar em Lisboa, em 1800, uma Cópia da Carta sobre a Nitreira Artificial, Estabelecida na Vila de Santos da Capitania de São Paulo; já publicara três anos antes, também em Lisboa, uma Memória sobre a Reforma dos Alambiques.

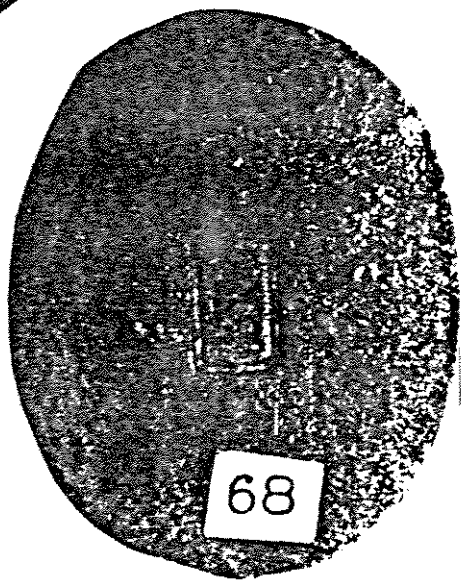
Se os aparelhos aos quais se referem Moreira de Azevedo e Araújo Viana de fato existiram, andarão perdidos ou se destruíram; também não se tem notícia da "louça do país fabricada pelo célebre João Manso Pereira" que, de acôrdo com Joaquim Manuel de Macedo (31), "alguns dos mais considerados habitantes do Rio de Janeiro se desvaneciam de possuir". Marques dos Santos refere-se a uma colaboração entre Manso Pereira e Valentim da Fonseca e Silva:

> Houve no seu tempo (de mestre Valentim) um professor de Latim, o químico João Manso Pereira, que se instalara na ilha do Governador, com fábrica de objetos de louça e porcelana. A pedido deste, deu Valentim modelos de dois belos aparelhos de chá, que depois de executados foram para Lisboa. Um dos aparelhos era de metal revestido de esmalte, dando idéia de manufatura chinesa de Cantão. Manso fez ensaios e fabricou charão tão perfeito quanto o importado. Ao referido Manso, Valentim forneceu modelos de pequenos camafeus com efígies de Dona Maria I, Dom Pedro III, do Príncipe do Brasil, que foram feitos em porcelana e mandados para o Reino, sendo muito aproveitados e ainda hoje conhecidos em coleções (32).

Tais camafeus eram biscuits que imitavam de perto os que o célebre Josiah Wedgewood produziu após 1775 em sua fábrica Etruria, próximo a Burslem, na Inglaterra, utilizando modelos do gran-







NA JLHA GRAN
DE.
J. M PEREIRA 1793

LISBOA
1793.
J. M. Pereira.

Ao alto, camafeus em biscuit feitos por Manso Pereira a partir de modelos de Mestre Valentim, vendo-se ao centro a base de um deles, com a assinatura Manso / R. Jan. (Museu do Banco do Brasil); abaixo à esquerda, outras assinaturas usadas por João Manso Pereira.

de escultor John Flaxman (33). O próprio Manso Pereira refere-se, sem maiores modéstias, a seus camafeus - "porcelana admirável de que fiz os retratos dos nossos Augustos Senhores" - numa carta de 10 de junho de 1797 a Lisboa, do mesmo modo como, dois anos antes, em missiva endereçada à Real Junta de Comércio da mesma cidade, afirmava para lá ter enviado "barros sem rama" e bem assim "algumas pessas (sic) já fabricadas em camafeus, cadilhos e outros vasos de diferentes Kaolins e argilas, transparentes e opacas" (34).

Podem estar ainda em Portugal tais camafeus que Manso Pereira executou a partir de desenhos de Mestre Valentim; no Brasil, são raríssimos, conhecendo-se até ao momento apenas três, um numa coleção particular em Curitiba, e os dois restantes no acervo do Museu do Banco do Brasil, adquiridos em leilão de 1977 no Rio de Janeiro. Esses últimos representam Dom João e Dona Carlota Joaquina, cada um deles exibindo no dorso a inscrição Manso / R. Jan., uma das quatro ou cinco assinaturas que o artista utilizou, e que são reproduzidas por José de Queiroz, Vasco Valente, Zimmermann, Brancante e outros especialistas: Na Ilha Grande/de/J. M. Pereira 1793, Lisboa/1793/J. M. Pereira etc. (35)

IV

Volvamos porém ao problema da importação de porcelanas chinesas, em fins do Séc. XVIII e começos do Séc. XIX. Diz Marques dos Santos, no capítulo "Louça e Porcelana" de As Artes Plás-

ticas no Brasil, que "a importação regular de porcelana chinesa, europeizada por influência da Companhia das Índias, cessa completamente durante o segundo quartel do século passado" (36). É que, a partir desse instante, fixável mais ou menos por volta de 1840, começa a se verificar a gradativa ocidentalização do Brasil, que deixa de ser afro-asiático para tentar ser inglês ou francês (37). O processo de "desindianização" e de "deschinesação" do país implicaria forçosamente no repúdio de tudo aquilo que evocasse de perto o passado colonial - e portanto, também as porcelanas. Por isso daquele momento em diante irão chegar até nós, em quantidade assustadora, primeiro as louças inglesas - de boa qualidade e a preço baixo, algumas aliás imitando padrões ornamentais chineses, como o Willow Patern, que entre nós se popularizou sob a denominação "pombinhos" (38) -, e em seguida as francesas, mais refinadas, que terminariam por se impor ao gosto aristocrático, ficando as porcelanas inglesas, mais comuns, para os menos exigentes, ou para as bolsas menos forradas.

Ressalte-se que Marques dos Santos, no texto há pouco mencionado, refere-se exclusivamente ao comércio regular, não a esporádicas encomendas de serviços chineses através de Macau, por parte de alguns titulares, coisa que continuaria acontecendo mesmo quando já ia adiantado o Segundo Império. Na verdade - e como se verá em detalhes mais adiante -, uma boa quantidade de serviços simples, monogramados e até alguns brasonados de que dispôs a nobreza luso-brasileira é louça tardia, remontando aos Períodos Daoguang (1821-1850), Xianfeng (1851-1861), Tongzhi (1862-1874) e até Guangxu (1875-1908).



O típico padrão do salgueiro, Willow Pattern, que Thomas Minton incumbiu-se de difundir após 1780, inspirando-se em desenhos originais chineses. Louça com essa decoração, fabricada na Inglaterra, foi popularíssima no Brasil até fins do Séc. XIX.

Apesar da invasão irreversível de louça europeia, não é de todo raro achar-se em jornais brasileiros de começos do Séc. XIX comunicados da chegada de embarcações com carregamentos de louça chinesa (39), ou anúncios de lojas onde pudesse ser adquirida (40). Dessas, as mais importantes localizavam-se no Rio de Janeiro: eram a Casa da China, fundada em 1809, a Casa América e China, a Casa América e Japão e a Loja do Cajarão Verde, entre outras, algumas das quais chegariam quase ao Séc. XX, não sem terem substituído no devido tempo seus estoques de louçaria oriental pela de origem inglesa e principalmente francesa. Por volta de 1840 é já quase impossível achar no Rio de Janeiro quem comercie com porcelanas e outros produtos de procedência asiática; longe da Côrte, porém, em cidades como Salvador ou Recife, a substituição dessa mercadoria oriental pela europeia far-se-ia mais lentamente. Na antiga capital do Brasil, por exemplo, o gosto pelas porcelanas chinesas se conservaria por todo o Séc. XIX e adentraria inclusive o Séc. XX, propagando-se até às camadas mais humildes da população, como o atesta essa afirmação de Marques dos Santos em 1952:

> Há 30 anos quem, em Salvador, passasse por uma obra, na hora do almoço, veria pedreiros e outros operários comendo em pratos chineses, às vezes de mandarins, e geralmente em coisa melhor. Uma crioula baiana, que morava no Engenho de Dentro, famosa quitandeira, disse-nos há alguns anos que "não sabia comer em prato que não fosse chinês, como não sabia rezar senão diante de imagens de madeira" (41).

V

É contra esse amplo cenário que devemos situar agora o episódio, ocorrido em 1808, da transferência da Côrte Portuguesa para o Brasil, quando da invasão de Portugal pelas tropas do Marechal Junot (42). Como, acompanhando a Rainha Dona Maria I e o Príncipe Regente Dom João, tivessem vindo numerosos membros da alta nobreza e quantidade de personalidades civis, militares e eclesiásticas, totalizando umas 15 mil pessoas (43), e como alguns dos recém-chegados trouxessem seus esplêndidos serviços de porcelana chinesa (44), fácil será avaliar como essa abrupta mudança de sede do Reino beneficiou, embora temporariamente, o acervo porcelânico conservado no Brasil. Mas não foram só as louças trazidas de Lisboa que contribuíram para engrossar nosso acervo cultural: novas encomendas e aquisições seriam feitas já no Brasil pelos desembarcados, do mesmo modo como, para emular com eles, muito fidalgo ou burguês endinheirado, brasileiro ou português aqui estabelecido, andou também encomendando sua louça a Macau. E como falamos em Macau, é bom que se esclareça que, como ensina Newton da Silva Carneiro depois de ter compulsado velhos inventários, até 1790 ou 1800 era comum chamar-se à porcelana da China de louça <u>da Índia</u>; de 1800 em diante, tornou-se praxe designá-la por louça <u>de Macau</u>. E não apenas a porcelana azul e branca, mas todo e qualquer tipo de porcelana chinesa, muito embora hoje em dia entendamos no Brasil por louça <u>de Macau</u> sòmente aquela, azul e branca, do tipo a que inglesses e norte-americanos denominam <u>Nankin</u>. Tudo isso é muito curioso, quando se sabe que em Macau jamais se produziu porce-

lana, tendo essa cidade servido apenas como ponto de intermediação entre os que desejavam possuir serviços com suas armas ou monogramas e os ateliês, situados longe e fora dela, em vários pontos da China.

No que respeita estritamente a Dom João, não se sabe exatamente o número de serviços que teria trazido para o Brasil, e nem muito menos quais eram. Há inclusive quem negue que o tivesse feito (45), o que nos parece pouco crível, afigurando-se-nos muito mais lógico o que Alfredo Rusins escreveu a respeito:

> Se o Príncipe Bragantino teve o cuidado e o zelo de transferir para aqui tudo o que fôsse removível, inclusive sua biblioteca, e suas coleções de gravuras, estampas, mapas e moedas, qual seria a razão de não trazer também a sua louça armoriada e outra? Tê-la-ia deixado para cair nas mãos de Junot para que o Corso, vencedor continental, viesse servir-se dela como demonstração de sua força e domínio sobre reinos e cabeças coroadas (46)?

Esse é porém outro problema sem solução, primeiro porque o embarque para o Brasil nada teve de uma partida normal e tranqüila, atropelado como foi por força das circunstâncias, segundo porque se perderam os apontamentos nos quais o Conde de Redondo relacionara, só Deus sabe como, o que se metera de cambulhada nos navios. Ao se proceder em 1834 a um levantamento do que continha o Paço de São Cristóvão acharam-se 442 peças, que enchiam oito barris. Arroladas no Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial, tais louças não foram descritas, sòmente se fazendo menção pouco mais mi-

nuciosa a um serviço esmaltado, a xícaras e pires pintados e a louça ordinária. Idêntica ou maior imprecisão vê-se na descrição dos lotes nos catálogos dos leilões em que foram vendidos os pertences da Família Imperial depois de proclamada a República, leilões êsses efetuados no antigo Paço, entre 8 de agosto e 20 de outubro de 1890 (47), e na Fazenda de Santa Cruz, a 27 de outubro do mesmo ano (48). Assim sendo, não só não se sabe com precisão o que eram os 168 lotes de porcelana vendidos em São Cristóvão, como nem sequer o que era e o que não era porcelana entre os 165 itens leiloados em Santa Cruz - tudo quanto se disser em contrário não passando, na melhor das hipóteses, de conjectura de historiador imaginoso, e na pior, de invencionice de negociante esperto.

Na atualidade, muitos são os serviços de porcelana chinesa admitidos com unânimidade maior ou menor (mas sem nenhuma certeza, repetimos) como de uso de Dom João no Brasil. Escrevendo em 1981, Eldino da Fonseca Brancante elenca, entre as porcelanas bragantinas,

> peças de sete serviços não armoriados, porém considerados reais e que são conhecidos por: Pastores, Galos, Pavões, Corças, Correios, estes provavelmente vindos com a Corte e com características de Kien-Lung, e ainda Paisagem Pequena e Paisagem Grande, já do período de transição e, provavelmente de estoques já existentes em lojas do país e adquiridos para a Família Real (49).

Não é mencionado, curiosamente, o Serviço das Rosas, que

Alberto de Alencastro Pitanga, genro do Visconde de Abaeté, adquirira nos leilões de 1890, segundo informação do próprio Brancante, em obra anterior (50); também não é citado o Serviço do Ramo de Flores, que em 1941 Alfredo Rusins dava como de uso real, e do qual ao menos um prato ainda se encontra em poder da Família Imperial (51). A tais serviços seria ainda necessário acrescentar dois de chá - um com as efígies do Príncipe Regente e da Princesa do Brasil, e o outro, o Serviço do Reino Unido, único armoriado de que dispôs o soberano, e que uma tradição não muito antiga e a nosso ver insustentável (como buscaremos demonstrar mais adiante) assevera ter sido um presente do Imperador Jiaqing em 1818, quando da Aclamação de Dom João VI. Mesmo admitindo que todos êsses serviços tivessem sido efetivamente utilizados no Brasil pela Família Real, chegar-se-ia a um total de onze, muito longe, portanto, dos "mais de vinte" a que, com excessiva imaginação, aludiu Gastão Penalva (52).

Mas não terminam aí, só começam, as dificuldades com que se deparam os estudiosos, quando está em jogo precisar se uma dada peça pertenceu ou não a Dom João VI. Isso porque, para cúmulo dos cúmulos, queimaram-se os apontamentos do leiloeiro Joaquim Dias dos Santos, que atuou em 1890, desaparecendo assim para sempre a relação dos adquirentes da época. Depois, como - com as duas exceções representadas pelos serviços de chá - nenhum dos aparelhos de Dom João VI ou a ele vinculados obedecia a modelos exclusivos, ou primava pela originalidade da ornamentação, é praticamente impossível estabelecer-se convincentemente o pedigree de uma louça, recuando dos dias atuais até 1890 - muito menos a 1808 -, tão nebu-

losos os dados de que se dispõe, e tão numerosas as peças que a cada dia surgem no mercado exibindo desenhos idênticos aos de alguns daqueles serviços joaninos. é que, a partir dos anos iniciais do Séc. XX, por ignorância ou má fé, muitas lojas de antigüidades começaram a colocar à venda louças com padrões ornamentais idênticos aos de certos serviços soi-disant joaninos, louças essas que são relativamente comuns no mercado internacional. Basta um exemplo: um dos mais conhecidos serviços de porcelana que teria pertencido a Dom João VI é o chamado dos Pavões, datável de c. 1750-1775; pois esse motivo dos pavões (ou dos faisões, mais apropriadamente), é extremamente popular em louças chinesas exportadas para a América do Norte - "From Canada to Florida", como escreveu, em livro recente, Jean McClure Mudge (53). Pode-se muito bem imaginar as confusões e decepções daí advindas.

Outro ponto ainda não esclarecido é a origem das porcelanas que se encontravam na Fazenda Santa Cruz. Teriam sido elas trazidas de Portugal em 1808? Ou, como há quem julgue, já ali se encontravam de há muito, desde antes de que a propriedade, que fora dos jesuítas, passasse, com os demais pertences da Companhia, ao domínio da Coroa, em 1760? Pois o fato é que os jesuítas tinham "baixela da Índia e da China" (sic) em sua Fazenda de Santa Cruz, como informa Serafim Leite:

> Além da louça de uso comum, vidrada, e do estanho, latão e cobre, adquiriu-se com o tempo uma baixela da Índia e da China, inclusive para chá e chocolate, não de muitas peças, mas entretanto, havia as matizadas em oiro (54).

VI

Examinaremos a seguir sucintamente os serviços que pertenceram, ou podem tar pertencido a Dom João VI. Se muitos desses serviços, como dissemos, não primavam pela originalidade, uns poucos, inversamente, apresentam decoração singular, não se encontrando outros exemplos dela sequer em repertórios que, como o de François e Nicole Hervouet, procuram ser o mais abrangentes possível (55), é o caso de dois aparelhos de jantar com desenhos extraídos ao repertório chinês - o Serviço dos Correios, e o das Corças. Claro, é também o caso dos serviços de chá, um com as efígies do Príncipe Regente e da Princesa do Brasil, e o outro com as armas do Reino Unido. Vejamos inicialmente os serviços com padrões decorativos comuns, e que por isso mesmo acreditamos tenham sido adquiridos, e não encomendados especialmente. Cronològicamente tais aparelhos podem remontar dos meados do Séc. XVIII (Período Qianlong) a começos do Séc. XIX (Período Jiaqing).

Podem ser dos meados do Séc. XVIII quatro serviços simples: o dos Galos, o dos Pavões, o dos Pastores e o das Rosas. O Serviço dos Galos, que Michel Beurdeley considera "un des plus beaux spécimens de la famille rose pour l'exportation au XVIII siècle (56), possui decoração diretamente inspirada no folclore chinês: dois galos em atitude de briga, sobre um terreno do qual medram fungos, peônias e outras flores simbólicas, com libélulas e

outros insetos que esvoaçam, tudo circunfluído por uma guirlanda de flores entrelaçando elegante haste de bambu. Os remanescentes desse Serviço dos Galos foram adquiridos no leilão de 1890 pelo Conde Sebastião de Pinho, e se dispersaram em 1918 no Rio de Janeiro. Observa-se que existem, em coleções particulares ou no mercado, variantes quer na composição do motivo principal quer em certos detalhes de ornamentação.

Pouco temos a acrescentar ao que já ficou dito sobre o chamado Serviço dos Pavões, que melhor seria chamar-se dos Faisões, ave extremamente popular na China, símbolo que é da Beleza e da Sorte. Nas representações do faisão, a ave é figurada sobre uma rocha, à beiramar, em atitude de quem fita o Sol. Repare-se que, na decoração das peças desse serviço, dois faisões surgem ao lado de uma grande peônia, que é na China a Rainha das Flores, símbolo do Amor, da Beleza Feminina e também da Sorte.

No que respeita ao Serviço dos Pastores (e também aqui a denominação tradicional parece-nos equivocada, pois o personagem figurado, em traje citadino, nada tem de um pastor de cabras), sua decoração baseia-se em gravura ocidental. Se atentarmos para o tipo físico do homenzinho que passeia às margens de um rio, bengala à mão, observando uma cabra e um filhote, enquanto ao longe vê-se um povoado com torres e telhados europeus, notaremos que provavelmente se trata de um holandês, opinião reforçada pela existência de vários outros desenhos em porcelanas apresentando o mesmo personagem, ou alguém bem parecido, e que Hervouet identificou como um holandês (57).



Présentoir hexagonal, chanfrado, do chamado Serviço dos Pastores.

O Serviço das Rosas pode muito bem ser a "louça da índia matizada de ouro" relacionada entre os bens da Fazenda de Santa Cruz, já que é a única com êsse tipo de esmaltagem em toda a louçaria de Dom João VI ou a ela vinculada. Exibe ao centro da caldeira ramalhete de flores em dourado, e na aba, cercadura de motivos florais em ouro sobre vermelho. Já temos visto pratos quase idênticos, nos quais um monograma substituía, no centro da caldeira, o ramalhete de flores. Caso singular é o de uma travessa pertencente a Eldino da Fonseca Brancante, que apresenta uma raríssima marca de autoria: "Feita com sabedoria por Kong Wei Kim".

São do período Jiaqing e de começos do Séc. XIX os Serviços da Vista Grande e da Vista Pequena, provavelmente adquiridos quando a Côrte já se encontrava no Rio de Janeiro. Em um e outro, os padrões decorativos - uma paisagem, com personagens ou casas numa circunferência - também derivam de desenho europeu. Tal tipo de louça parece ter-se destinado ao mercado norte-americano, existindo bom número de variantes. Conhece-se, com a mesma Vista Grande, um serviço de chá com as armas da cidade de New York.

Bem mais interessante nos parecem o Serviço dos Correios, talvez ainda de fins do Séc. XVIII, e o das Corças, já de começos do Séc. XIX. A cena representada como decoração principal do Serviço dos Correios, ou dos Correios Montados como é também conhecido, desenrolou-se na China ao longo de séculos, desde os tempos da Dinastia Chou Ocidental (1111 a 771 a.C.), em cuja vigência se organizou o sistema postal chinês, certamente o mais an-



Cremeira do Serviço dos Correios Montados, que pertenceu a Dom João VI

tigo do mundo. Os correios utilizavam-se de cavalos, partindo de Pequim através de estradas que se dirigiam aos mais remotos pontos do Império, trocando-os a intervalos, em postos dotados de tais comodidades e tão luxuosos que despertaram, no Séc. XIII, a admiração de Marco Polo (58). Diz a lenda, aliás, que o fundador da Dinastia Han (206 a.C. - 221 d. C.) foi carteiro ele próprio, antes de ser imperador. Correios montados (e também desmontados, nesse caso anunciando a sua aproximação com o repique dos sinos que traziam atados à cintura) eram de uso exclusivo do Imperador até o Séc. XV, quando o serviço postal foi relutantemente estendido aos demais cidadãos. Observe-se que existem peças em que cavalo e cavaleiro ora estão situados à direita, ora à esquerda da composição, variando também o número de figuras, quatro ou cinco. As peças desse Serviço dos Correios foram levadas pela Princesa Isabel para o Chateau-d'Eu em França, e posteriormente trazidas para o Brasil, conservando-as na atualidade em seu Palácio do Grão-Pará, em Petrópolis, o Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança.

De tema especificamente chinês é também a ornamentação do Serviço das Corças. Nela vê-se a Dama Real do Ocidente, Si Uan Mu - identificada por Giles com a deusa romana Juno, e que os jesuítas julgaram ser a Rainha de Sabá -, em trajes principescos, passeando pelos bosques que circundavam seu palácio, situado nas montanhas de Kun Lun, na Ásia Central. Era nesses sítios paradisíacos que a cada três mil anos brotavam os pêcegos da Imortalidade. A Rainha do Ocidente está acompanhada por duas das suas cinco aias (que já foram aproximadas das Hespérides, tal como os pêcegos da Imortalidade corresponderiam às maçãs de ouro), uma delas com

um laque, a outra com um cesto de frutos recém-colhidos, tudo de acôrdo com a mais tradicional iconografia taoísta. Diante de Si Uan Mu vê-se uma corça tendo ao dorso um vaso contendo o Elixir da Imortalidade, de vez que esse animal era o único capaz de localizar o sagrado fungo ling shih, que tornava os homens imortais. Serviço absolutamente idêntico possuiu Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça (1794-1850), que foi deputado por Mato Grosso, Paraíba do Norte e Minas Gerais, governador do Espírito Santo e da Paraíba do Norte e afinal presidente, em 1849, da Ilustríssima Câmara Municipal (59).

Antes de nos ocuparmos dos dois serviços de chá, sabidamente de propriedade e uso de Dom João, detenhamo-nos em dois aparelhos que segundo certos especialistas teriam sido também do soberano: o Serviço do Ramo de Flores, e um pretenso Serviço dos Esquilos, um e outro ainda de fins do Séc. XVIII ou já de começos do Séc. XIX. As raras peças do Serviço do Ramo de Flores - que segundo Alfredo Rusins foram de uso real (60) - apresentam, no centro da caldeira, ramalhete em verde e rosa, e na aba friso floral estilizado em esmaltagem Famille Rose. Dom Pedro de Orleans e Bragança conserva em seu poder um prato desse serviço, o que reforça a origem joanina. Quanto ao Serviço dos Esquilos, seria, de acordo com Jayme Leal Costa (61), "aparelho imperial muito conhecido", e recebeu tal nome "porque ostenta uma decoração de esquilos correndo, que envolve um medalhão com gravura tipo europeu". Esse colecionador possuiu um par de ânforas que no seu entender teriam pertencido ao aludido serviço. No entanto, é possível que se tratasse de peças avulsas, muito embora não seja descartada a hipótese de

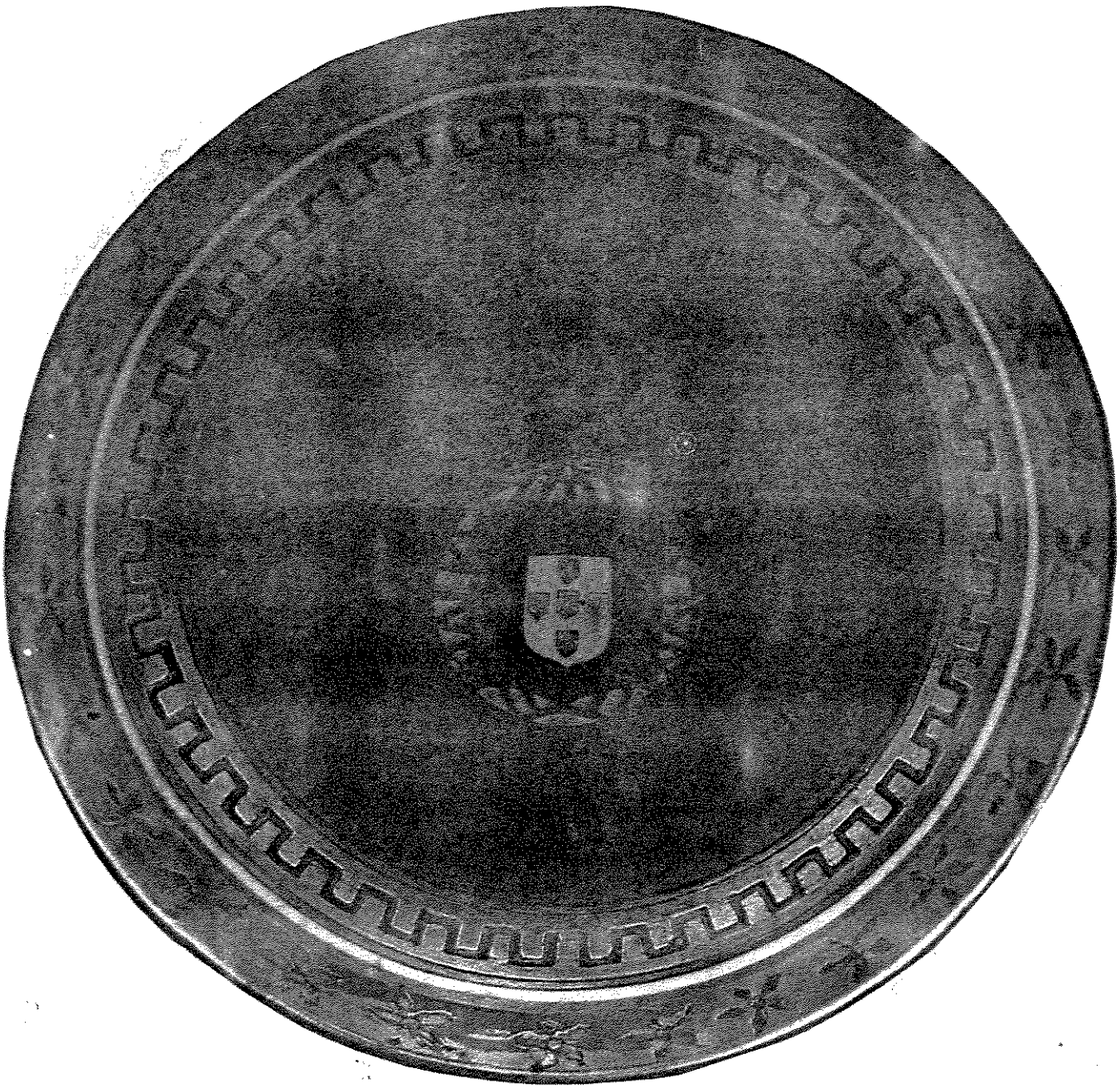
terem pertencido ao Paço.

No que respeita aos dois serviços de chá que pertenceram a Dom João VI, o mais antigo, com as efígies sua e da Princesa Carlota Joaquina de Bourbon, pode ter sido uma encomenda para celebrar seu casamento, em 1785; já do Serviço do Reino Unido trataremos em seguida, mais longamente.

VII

Esse Serviço do Reino Unido é um aparelho de chá do qual apenas restam raros pires e xícaras, ciosamente guardados em coleções privadas e em museus, como o Imperial de Petrópolis (62). Xícaras e pires exibem o brasão de armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves - daí seu nome -, e é tradição que o serviço teria sido um presente do Imperador Jiaqing, filho e sucessor do célebre Imperador Qianlong, ao Príncipe Dom João, por ocasião da Aclamação, a 6 de fevereiro de 1818, como Rei Dom João VI. Teria sido, escrevemos, porquanto existem versões até mais pertinentes sobre a sua origem que divergem da tradicional, inclusive a ventilada em 1942 por Newton da Silva Carneiro, segundo a qual fora "presente de mandarim de Macau ao Rei" (63).

Particularidade que torna o serviço ainda mais especial é que suas peças exibem inscrições chinesas, que diferem nas xícaras e nos pires. A inscrição nos pires é um poema devido, segundo



Pires do serviço de chá dito do Reino Unido, ofertado a Dom João VI, segundo a tradiçao pelo próprio Imperador Jiaqing.

alguns estudiosos, ao próprio Imperador, e que pode ser assim traduzido:

> Após as chuvas
> as cores das montanhas tornam-se indistintas
> e o aroma das flores do abricó espraia-se à distância
> Boiam flores nas águas primaveris, vindas de longe,
> enquanto colunas de fumaça sobem por entre as nuvens
> até se desfazerem.

Belo poema, sem dúvida; difícil de admitir é a autoria, para o mesmo, de Jiaqing. Esse imperador passou à História como governante corrupto e mesquinho, um beberrão cruel, que esmagou, com mão de ferro, levantes populares, e perseguiu com ferocidade os cristãos; mas, como o pai, era dado às letras. No seu livro Oriental Ceramic Art, S. W. Bushell chega a reproduzir uma ode na qual Jiaqing exalta as virtudes do chá, inscrita num serviço que pertencera ao próprio Bushell (64). Mas a ode está identificada e datada - "Escrita pelo Imperador na década intermediária do mês da Pequena Primavera do ano tinçu do Reinado de Jiaqing", ou seja, outubro de 1797 -, o que não ocorre na inscrição das xícaras do Serviço do Reino Unido, e seria inadmissível que o Imperador da China se dignasse dedicar um poema de sua autoria a um soberano do Ocidente sem caracterizá-lo como tal. Na verdade, não nos espantaríamos nem um pouco se o poema atribuído a Jiaqing fôsse, ao contrário, original extraído a uma das incontáveis coletâneas de canções que integram o rico repertório poético chinês.

Já bem prosaica é a inscrição na caldeira dos pires, contornando o brasão de armas do Reino Unido - copiado, como demonstrou Gastão F. de Almeida, de moeda portuguesa da época (65). Em começos da década de 1940 Carlos Frederico da Silva ainda pensava que se tratasse de "uma dedicatória a um rei, talvez D. José, avô de D. João VI" (66), esquecido decerto de que o brasão do Reino Unido fora criado por Carta de Lei de 13 de maio de 1816, e portanto qualquer peça que o exibisse não poderia obviamente remontar a tempos de um monarca falecido 40 anos antes (67). Difundiu-se mais tarde a versão de que a inscrição dos pires seria outro poema de Jiaqing dedicado a D. João VI. Mas, e o que diz, afinal, a inscrição? Apenas isso:

> A poesia divide-se em grande e pequena,
> e nas letras clássicas o antigo se distingue do novo.

Algo que, convenhamos, está mais perto de um prosaico texto didático que de um poema imperial.

Circunstância que convém agora levar na devida conta, é que Jiaqing era por demais arrogante e antiocidental para remeter a um remoto soberano de um país já em declínio, como o era sem dúvida Portugal em começos do Séc. XIX, a braços, até bem pouco, com a ocupação militar francesa, um presente personalizado por ocasião de um evento, a Aclamação, que bem pouco poderia afetá-lo. Não se deve esquecer que o mesmo Jiaqing, apenas dois anos antes, endere-

çara ao Rei Georges III da Inglaterra uma orgulhosa reprimenda, admoestando-o pela grosseria praticada pelos embaixadores britânicos, ao se recusarem a saudar o Filho do Céu com as zumbaias de praxe, e lhe ordenando (pois se tratava de uma Ordem Imperial) que doravante tratasse de ser mais polido (68)! Se Jiaqing assim agia para com o soberano da todo-poderosa Inglaterra, porque se desdobraria em gentilezas com o monarca de um país decadente, como o era então Portugal?

Ainda outra circunstância leva-nos a duvidar que o Serviço do Reino Unido tenha sido um presente de Jiaqing a João VI: a própria singeleza da dádiva, a qual, convenhamos, nada tem de um presente imperial. Só para comparar, possuímos a relação dos presentes trocados em 1727 e 1728 entre o Rei Dom João V e o Imperador Yongzheng, e que abrangem, de parte do monarca português, pedras preciosas, ouro e prata, tecidos, armas, marfins, bálsamos, essências, moedas e cristal, e de parte do chinês, caixas de xarão, papel, tintas, porcelanas, caixas de chá, bules para chá e vinho, móveis, sedas, lanternas, leques, ginseng etc. etc. (69).

Até aqui, os argumentos que se erguem contra a possibilidade de o Serviço do Reino Unido ter sido um presente do Imperador Jiaqing a João VI; mas, por outro lado, em tempos de João VI viviam no Rio de Janeiro algumas centenas de chineses dedicados ao cultivo do chá, como já explicamos em outro capítulo do presente trabalho (70). Viviam em condições precárias, tão desamparados que chegaram a requerer a Dom João VI cônsul que os representasse e também um intérprete, a exemplo dos jurubaças de que os portugue-

ses dispunham em Macau (71). Ainda que tênues e indiretos, existiam vínculos entre a Côrte no Rio de Janeiro e o País do Meio, e sob tal aspecto nada impedia que Jiaqing, visando o bem estar dos seus súditos de além-mar, fizesse um pequeno agrado ao soberano do país onde viviam.

Fôra porém o Serviço do Reino Unido um mimo do Imperador a Dom João VI, como teria vindo parar às mãos do soberano recém-coroado? O Padre Perereca, que descreve com regularidade chegadas e partidas de ministros, embaixadores e plenipotenciários, e se detém com irritante pachorra a narrar nos seus mínimos detalhes o que foi a Aclamação de 1818, não faz nenhuma alusão, nas suas Memórias para servir à História do Reino do Brasil, à chegada de uma comitiva chinesa à Côrte, ele que com excitada curiosidade noticia a passagem pelo Rio de Janeiro, em setembro de 1810, de uma embaixada persa que, procedente de Londres, retornava a seu país, esmerando-se na descrição dos vestuários, dos turbantes e até das grandes barbas do embaixador. Imagine-se como não saltitaria, êsse Perereca, tivessem acaso vindo ao Rio alguns enviados do Filho do Ceu, com suas sedas, leques e rabichos!

Não, o padre não alude a qualquer comitiva chinesa vinda especialmente ao Brasil para as cerimônias da Aclamação; em compensação transcreve, nas memórias, um alvará de 6 de fevereiro de 1818 - o próprio dia da Aclamação -, no qual Dom João VI faz mercê do tratamento de Senhoria ao Senado da Câmara da Cidade de Macau, nos termos que seguem, e cuja grafia atualizamos:

> Eu El Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, querendo dar um autêntico testemunho ao leal Senado da Câmara da Cidade de Macau da consideração, que ele merece pelos serviços, que Me tem prestado no desempenho das comissões, de que se acha encarregado, e especialmente pelos fiéis sentimentos de amor, e lealdade, que mostrou à Minha Real Pessoa mandando de tão longe um Deputado para felicitar-me pela Minha Exaltação ao Trono, e para prestar por ele o juramento do preito, e homenagem neste faustíssimo dia da Minha Coroação: Hei por bem fazer-lhe mercê do Tratamento de Senhoria. E este se cumprirá como nele se contém etc. (72)

Aí está: o Senado da Câmara de Macau enviou um seu representante - Domingos Pio Marques, a quem Dom João VI concederia aliás na ocasião a Comenda da Ordem de Cristo - para prestar o juramento de fidelidade ao Rei: não será lícito conjecturar tenha ele trazido, como presente não do Imperador da China, porém do Senado da Câmara que representava, um serviço de chá com as armas do recém criado Reino Unido, mandado fazer especialmente para a ocasião? é por enquanto apenas uma hipótese, que só pesquisas mais acuradas, em Lisboa ou Macau, poderão ou não confirmar.

VIII

Existe um único serviço armoriado feito na China especificamente para o Brasil: é o aparelho de chá e café com o brasão do jovem Império e decoração composta por esferas armilares, coroas imperiais e cruzes sobre campos de ouro, em cada cruz a ins-



Bule de café do Serviço da Independência, único feito na China especialmente para o Brasil, ofertado como foi a Dom Pedro I.

crição: Viva / a / Independência / do Brasil; ramos de café e de fumo, entrelaçados, completam o décor desse serviço, datável de cerca de 1825 e que se originou em circunstâncias ainda não esclarecidas. Diz versão bastante difundida que teria sido ofertado ao Imperador Dom Pedro I por "um grupo de patriotas" - os mesmos, lògicamente, que o teriam encomendado à China. É bem possível, aliás, que tivessem sido feitos vários aparelhos com o mesmo tipo de decoração armoriada, pois existem diversos bules em coleções públicas e particulares brasileiras.

IX

A diferença do enorme número de serviços de porcelana executados na China sob encomenda ocidental - cerca de quatro mil, só para a Inglaterra, e outros três mil para os demais países da Europa e para os Estados Unidos da América (73), sendo que uns 250 ou 300 para Portugal (74) -, poucos foram os titulares lusitanos ativos no Brasil, e em número ainda menor os brasileiros, que possuiram serviços armoriados, podendo avaliar-se em pouco mais de meia centena o total de todos êles; paradoxalmente é ainda menor o número de serviços monogramados: uns vinte e poucos; enfim, são conhecidos mais duas dezenas, pouco mais ou menos, de serviços comuns, adquiridos no comércio do Rio de Janeiro para uso por parte

da nobreza e dos notáveis do Primeiro e do Segundo Impérios. Somando-se essas louças armoriadas, monogramadas ou simples, chega-se a um total aproximado de uma centena de serviços, alguns verdadeiramente marcantes no que respeita à qualidade artesanal e ao apuro da ornamentação.

O conhecimento que hoje temos acerca dos serviços brasonados relacionados ao Brasil viu-se recentemente muito reforçado pela publicação de A Porcelana Chinesa e os Brasões do Império, de Nuno de Castro, livro no qual êsse pesquisador português radicado no Rio de Janeiro elencou duzentos e tantos aparelhos de porcelana com armas e brasões lusitanos, em meios aos quais encontram-se muitos que têm a ver com nosso país. Vários dêsses serviços eram já conhecidos graças aos estudos pioneiros de Castro Sola, Luís Keil, Eldino da Fonseca Brancante e outros; Nuno de Castro, todavia, metodizou todos o material já conhecido, ao qual acrescentou o fruto de suas próprias pesquisas, e em alguns casos corrigiu atribuições errôneas e desfez velhos equívocos.

Sem que seja nossa intenção fazermos um levantamento total dos diferentes serviços armoriados de uso dos titulares luso-brasileiros - o que encompridaria inutilmente essas páginas -, citamos apenas uns poucos, revestidos, em nosso entender, de interêsse maior.

Tiveram aparelhos brasonados Antonio de Albuquerque Coe-

lho Carvalho (1655-1725) e seus dois filhos Antonio de Albuquerque Coelho (1682-1745?) e José de Melo Albuquerque Coelho (?-?), o primeiro Capitão-Mor do Pará e Governador do Maranhão (1690-1701), do Rio de Janeiro (1709-1710 e 1711-1713) e de São Paulo e Minas Gerais (1710-1713), passando posteriormente a Angola, que governou e onde faleceu. Seu filho Antonio (que teve de Angela de Bairros, em cujas veias, autêntica síntese luso-tropical, corria sangue português, africano e ameríndio), nasceu em Santa Cruz do Camutá, no Maranhão, falecendo no Oriente, após ter sido Capitão-de-mar-e-guerra e de infantaria (1708-1716), capitão general e governador de Macau (1718-1719). Também o outro filho era brasileiro, de Camutá, e seguiu a carreira militar em Macau, faltando porém maiores dados a seu respeito. Os três serviços, em azul e branco, com ornamentação florida à moda de Delft, são datáveis de cerca de 1710, devendo ter sido encomendados através de Antonio filho, quando Antonio pai achava-se no Rio de janeiro ou em Minas Gerais e São Paulo, às voltas com a Guerra dos Emboabas à qual pôs têrmo, ou com a invasão de Duguay-Trouin, que repeliu. Nas louças, como especula Nuno de Castro, as armas dos Coelhos apresentam singular hierarquização, bem pouco heráldica: as do serviço de Antonio pai possuem sete coelhos na borbadura em torno ao leão rompante; as de Antonio filho, um coelho a menos, ou sejam, seis; as de José, apenas quatro coelhos. Diga-se de passagem que ao nome de Antonio filho está ligada uma curiosa história de, digamos, amor: mal chegado a Macau, em 1706 e no vigor de seus 24 anos, o moço começou a se derramar para uma meninazinha de sete, Maria de Moura e Vasconcelos, órfã - riquíssima - de pai e mãe, " pensando até no seu eventual casamento com ela, mais pelo grande cabedal do dote do

que pelo amor que tivesse a quem poderia ser sua filhinha". Só que não seria o único a espichar os olhos para a ninfeta endinheirada: deitou-os também, muito compridos, D. Henrique de Noronha. A disputa entre os dois, outrora amigos, azedou a tal ponto, que em agosto de 1709 D. Henrique emboscou Antonio e lhe acertou um tiro de arcabuz no braço direito, que teve de ser amputado. A vitória sorriria porém ao mestiço maranhense, que cotó, porém feliz, casou-se a 22 de agosto de 1710 com Maria, então com onze anos. O casório aliás transcorreu sob proteção militar, pois o outro pretendente aos muitos navios da menina jurara o noivo de morte. O final da história não é nada feliz, ao menos para Maria, que morreu a 31 de julho de 1714, aos 15 anos - de parto, é claro. Quanto a Antonio viveria ainda mais 30 anos (75).

Nada menos de sete serviços armoriados teria possuído Luís Peregrino de Ataíde (1700-1755), décimo Conde de Atouguia e sexto Vice-Rei do Brasil (1749-1755). As armas que aparecem em todos esses serviços, por vezes interpretadas com pouca fidelidade pelos artesãos chineses incumbidos de transplantá-las para a porcelana, vinham sendo de há muito confundidas com as da família italiana Marini. Isso, somado ao fato de os aparelhos mostrarem ornamentação influenciada pela das majólicas italianas, fazia crer que os mesmos devessem ser imputados não a titular português, mas sim italiano. Examinando porém com paciência manuais heráldicos italianos, Nuno da Castro em nenhum deles encontrou carta de armas com brasão semelhante ao dos Ataídes - escudo em cartela, bandado de sete peças de ouro e azul, coronel de cinco florões tendo entre o aro uma cabeça de touro em ouro -, que pudesse ser atribuído a

uma família Marini, e isso em data recuada, como o é 1720 - que é de quando datariam os serviços. A conclusão de Nuno de Castro é que "estes serviços são de encomenda portuguesa, e o brasão de armas dos Ataídes" (76). Só falta agora explicar para que Luís Peregrino de Ataíde, à época com menos de 20 anos, necessitava de sete serviços completos de porcelana, ainda mais sabendo-se que certos aparelhos costumavam ter 400 e mais peças!

Outro que teve mais de um serviço foi José de Seabra da Silva (1732-1813), fundador da Biblioteca de Lisboa e fiscal da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, o qual amargou por longos anos o cárcere na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, por determinação de Pombal, de quem fora ministro-adjunto. Quando da invasão de Portugal, em 1808, Junot ofereceu-lhe o pôsto de primeiro-ministro, que com brio recusou. Para recompensar sua fidelidade, Dom João VI concedeu a seu primogênito o título de Visconde da Bahia. Seabra da Silva possuiu três serviços armoriados, um de c. 1755, o segundo de c. 1770 e o terceiro já de c. 1790, sendo que as peças desse último são as mais encontradas no Brasil, de vez que passaram, com sua morte, à posse de seu filho Manuel Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Sousa Tavares Horta Amado e Carvalra, Visconde e depois Conde da Bahia.

Dom Francisco da Silva Telo de Menezes (1723-1806), sexto Conde de Aveiras e primeiro Marquês de Vagos, foi governador de armas do Rio de Janeiro, onde faleceu. São relativamente abundantes no Brasil porcelanas com suas armas esmaltadas - um leão rampante encimado por coronel de cinco pérolas e circundado por dois

ramos de silva (aveiras).

Fundador e diretor perpétuo (como se presumia) da Academia Brasílica dos Renascidos, o Desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo foi enviado em 1759 ao Brasil pelo Marquês de Pombal, como um dos três magistrados encarregados de proceder ao seqüestro dos bens da Companhia de Jesus, então extinta em Portugal e no Brasil. A Academia, fundada em Salvador também em 1759, durou pouco, de vez que já no ano seguinte seu diretor era preso por ordem do mesmo Pombal, primeiro na fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, e mais tarde na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro - onde permaneceria até a queda do Marquês em 1777. Causa de sua desgraça junto a Pombal parece ter sido uma súbita e indisfarçada simpatia pelos jesuítas, nascida de um voto formulado em alto mar, por ocasião de terrível tempestade... é desse José de Mascarenhas um serviço armoriado de c. 1755 com brasão dos Mascarenhas, Pachecos, Pereiras e Coelhos, cujas peças também não são muito difíceis de se encontrar entre nós.

Foi de Manuel Bernardo de Melo e Castro (1716-1792), Visconde de Lourinhã, governador e capitão-general do Grão-Pará e do Maranhão - e não, como tradicionalmente era atribuído, de Dom André de Melo e Castro, quarto Conde das Galvêas, que governou Minas Gerais entre 1732 e 1735 e foi o quinto Vice-Rei do Brasil, de 1735 a 1749 -, um serviço armoriado datável de c. 1770 apresentando as armas dos Castros e as dos Melos entre flores e frisos de ouro. Explica-se a confusão porque o Conde das Galveas foi avô do Visconde de Lourinhã, mas não podia ter possuído louça que esti-

listicamente evoca uma época muito posterior à sua morte.

Desembargador, como Seabra da Silva, foi Antonio Joaquim da Costa Corte-Real (1735-1814), que funcionou na Relação da Bahia em 1782, regressando a Portugal após ter exercido funções também na Índia. Seu serviço, com as armas dos Corte Real (nas quais se destaca o elmo de grades e o timbre constituído por um braço armado empunhando lança e bandeira) é dos mais belos de sua época, datando de c. 1770.

Foi opulento comerciante em Salvador, onde viveu até 1768 e onde se casou, Joaquim Inácio da Cruz (1725-1781), que após sua elevação a fidalgo, em 1773, passou a se assinar também Sobral, por lhe ter sido concedido o Senhorio da Vila de Sobral, em Portugal. Cruz Sobral, que foi administrador da Alfândega de Lisboa e Provedor da Junta de Comércio da Companhia do Grão-Pará, teve nada menos de sete serviços com suas armas, encomendados muito possivelmente para celebrar sua ascenção social no citado ano de 1773. São eles, na classificação de Campos e Sousa, os serviços dos cravos, imbricados, silvados, cinco grinaldas, oito grinaldas, faixa brique e açafata. O nababo vivia em Lisboa, no Palácio do Calhariz, onde faleceu, sem descendência, aos 55 anos. Peças desses serviços são porém raras no Brasil.

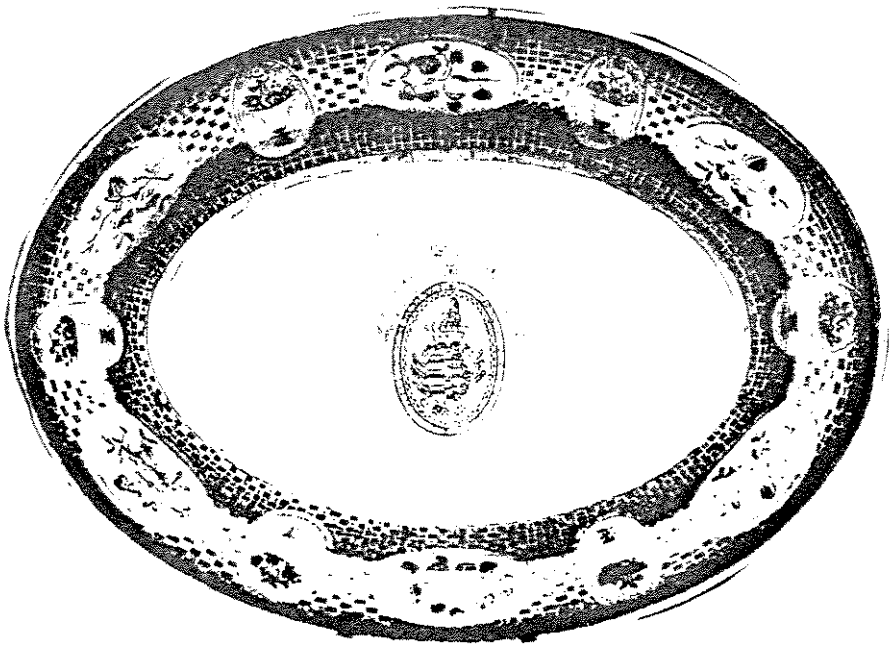
O Conde de Linhares, Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa (1745-1812), foi Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros da Côrte no Rio de Janeiro, onde faleceu, e por insistência sua foi que Dom João decidiu-se, como já vimos, a

dar início no Jardim Botânico da mesma cidade à cultura do chá, para o que importou algumas centenas de chineses em 1814. Possuiu serviço matizado de ouro, no qual refulgiam as armas dos Sousas e dos Coutinhos em escudo de cartela, esquartelado.

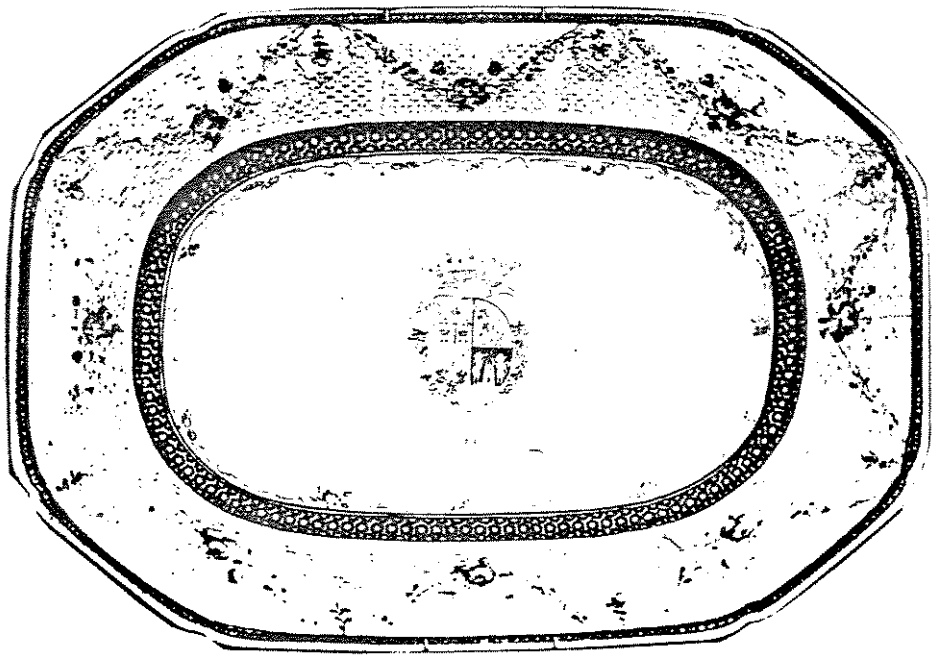
Francisco de Melo e Vasconcelos nasceu na Bahia, onde ainda vivia em 1795, e se formou ao que parece em Medicina. Possuiu igualmente um dos mais belos serviços armoriados de fins do Período Qianlong (1736-1795), com suas armas contornadas por guirlandas sustentadas a intervalos por águias nascentes, em alusão à águia que se vê no timbre, sobre o coronel de sete pétalas.

José Luiz de Castro (1744-1819), segundo Conde de Rezende e décimo-terceiro Vice-Rei do Brasil entre 1790 e 1801, a quem coube reprimir a Inconfidência Mineira e mandar enforcar Tiradentes - "homem colérico, amante do arbítrio e despotismo, divertia-se vexando seus súditos e perseguindo-os", como dele disse Moreira de Azevedo -, teve serviço armoriado de c. 1790, portanto, de quando residia no Brasil. Também pode ter sido seu um serviço mais antigo, com as iniciais JLC.

O Visconde de Mirandela, Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara Pimentel (1734-1810), que governou interinamente Santa Catarina e foi governador de armas do Rio de Janeiro, além de ter sido de 1794 a 1807 governador da Índia (de onde retornaria ao Brasil para morrer), possuiu dois serviços, um deles dos mais conhecidos que se encontram em nosso país, ambos com seu brasão, exibindo a legenda Ave Maria.



Travessa oval de um dos serviços de Dom Bernardo José Maria de Lorena e Silveira, Governador de São Paulo e Minas, antes de o ser da Índia.



Travessa de serviço que pertenceu ao Visconde de Mirandela, Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara Pimentel (f.1810), Governador de Santa Catarina, Governador de Armas do Rio de Janeiro e Vice-Rei da Índia. Período Qianlong.

Cientista, escritor, um dos responsáveis pela vinda da Missão Artística Francesa de 1816, Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros que era na ocasião, o Conde da Barca, Antonio de Araújo e Azevedo (1754-1817) possuiu lindo serviço, em cujas peças suas armas alternam com delicados desenhos em sépia de paisagens e motivos de animais, que ocupam reservas maiores e menores, a intervalos. Tais desenhos são de autoria do célebre gravador italiano Francesco Bartolozzi, que se radicou em 1802 em Lisboa, onde faleceu em 1815. Isso significa que o serviço deve datar de c. 1805-1810, portanto, do Período Jiaqing (1796-1820).

Do mesmo período Jiaqing são, entre outros: os três serviços armoriados que pertenceram a Dom Bernardo José Maria da Silveira e Lorena (1756-1818), quinto Conde de Sarzedas, Governador de São Paulo em 1787 e de Minas Gerais em 1797, governador e vice-rei da Índia entre 1806 e 1816, falecido no Brasil (todos com o brasão dos Távoras e dos Silveiras, e nele a orgulhosa divisa dos Távoras - Quasquumque Findit); os dois serviços de José Maria Gonçalves Zarco da Câmara (1784-1820), sétimo Conde da Ribeira Grande, militar no Brasil - onde faleceu, ainda moço (num deles o brasão, de fantasia, tendo ao centro do escudo uma torre sustentada por dois lobos, é circundado por girândola de flores, aves e borboletas, sendo a aba ocupada por guirlanda formada por seis ramalhetes de flores multicoloridas; no outro, o mesmo brasão ocupa o centro da caldeira, vendo-se à aba corolas, folhas e botões em azul e ouro); o de Manuel Paes Sande de Castro, indicado em 1806 para governar São Paulo, mas não empossado (vale ressaltar que a

decoração desse serviço, à base de flores, uvas e estrelinhas douradas sobre um friso azul, é exatamente idêntica à de outro serviço, que pertenceu a João Ferreira Pinto, passando mais tarde à sua filha, Dona Veridiana Prado, e ao seu neto, o Conselheiro Antonio Prado, com a única diferença de que nesse o brasão foi substituido por cenas variadas, extraídas às fábulas de Esopo); o de Luís do Rego Barreto (1777-1840), que veio para o Brasil com Dom João, em 1808, tendo sido governador e capitão-general de Pernambuco, de onde regressou a Portugal em 1822; e enfim, o de Francisco de Almeida de Melo e Castro, sexto Conde das Galveas, chegado ao Rio de Janeiro também em 1808, e nessa cidade falecido.

De c. 1825, por conseguinte do Período Daoguang, é o baixo serviço do Barão, Visconde e Conde de Sarmento, João Ferreira Sarmento (1792-1865), também chegado ao Brasil em 1808 com a Família Real; de c. 1860, Período Xianfeng, o serviço de Diogo Pires Monteiro Bandeira (1811-1894), militar, nascido no Rio Grande do Sul (louça mandarim, brasão de armas ao centro em reserva circular); finalmente, data do período Guangxu, de c. 1890, o serviço de João José de Magalhães, Visconde de São Clemente de Basto, capitalista e proprietário nascido em Portugal mas residente na Bahia, onde se casou (louça mandarim, com brasão, concedido em 1882, em reserva circular).

Além do há pouco mencionado serviço que pertenceu a João Ferreira Pinto, com as suas iniciais JFP em ouro, possuíram serviços monogramados, entre outros: o Comandante Joaquim José de Siqueira, único que remonta ao Séc. XVIII; o Visconde de Cachoeira,

José Luis de Carvalho e Melo (1764-1826); o Almirante Alexandre Eloy Portelli - serviço que, por morte do titular, passou em 1838 a João Vieira de Carvalho, Marquês de Lages (1781-1847); o Barão de Sorocaba, Boaventura Delfim Pereira (1788-1829); o de Nova Friburgo, Antonio Clemente Pinto (1795-1869); o de São João Marcos, Pedro Dias Paes Leme (1772-1868); o de Soubará, José Joaquim Barreto; o de Fonseca, João Figueiredo Pereira de Barros; o de Javari, João Alves Loureiro; o Conde de Itamaraty, Francisco José da Rocha (1806-1883); e Tomás Xavier Garcia de Almeida (1792-1870), presidente de São Paulo (1827-1828), Pernambuco (1828-1829 e 1844-1845) e Bahia, entre 1838 a 1840 (77).

Numerosas personalidades brasileiras ou portuguesas com residência no Brasil possuíram serviços simples de porcelana chinesa ao gosto ocidental, entre elas: Dom Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana; Francisca da Silva de Oliveira, a Chica da Silva, amante do contratador de diamentes José Fernandes de Oliveira (ambos do Séc. XVIII); a Família Freire, estabelecida na Ilha de Paquetá em começos do Séc. XIX; os marqueses: de Vila Real da Praia Grande, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1748-1827); de Aguiar, Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), Vice Rei do Brasil de 1804 a 1806; e do Lavradio, Antonio Máximo de Almeida Portugal Soares Alarcão Melo Ataíde Eça Mascarenhas e Silva e Lencastre (1753-1844), mordomo-mor de Dom João VI no Rio de Janeiro; o Conde de Itamarati, Francisco José da Rocha (1806-1883), e o Duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), Ministro dos Negócios Estrangeiros de Dom João VI no Rio de Janeiro. É conveniente ressaltar que os serviços do Conde de Itamarati e do

Duque da Palmela são quase idênticos: uma paisagem com casas ou pagodes, vendo-se porém três árvores no décor da louça que pertenceu ao duque, e apenas uma na que foi do conde.

X

Cerraremos o presente capítulo com uma breve discussão acerca dos embrechamentos, um tipo de ornamentação arquitetônica ocorrida no Brasil no século XVIII, continuando pelo Séc. XIX e com prolongamentos até nossos dias, graças à atividade de artistas populares ou insitos (78).

Embrechar é enriquecer uma superfície de muro, fachada, piso, calçada, parapeito, banco de jardim, etc., nela pespegando, após conveniente preparação feita à base de uma camada de cal de mariscos ou outro mordente, cacos cerâmicos, seixos de rio, pedras, sementes, conchas e todo tipo de material reaproveitável, buscando tirar partido de suas características de colorido, textura e brilho. As superfícies assim tratadas, quando banhadas pela luminosidade solar ou ao luar, emitem cintilações de extraordinário efeito visual, um pouco à maneira daqueles fragmentos de porcelana lançados ao rio em Jingdezhen, aos quais se refere em começos do Séc. XVIII o Padre d'Entrecolles, e que constituiam, em sua opinião, "um espetáculo refrescante para a vista" (79).

O embrechamento é o mosaico do pobre, e com ele foram

ornamentadas, no Brasil Colonial e já independente, igrejas e construções profanas. É expediente que talvez teve origem no Extremo-Oriente - o Templo da Aurora em Tonburi, Bancoque, é todo revestido externamente de cacos de louça, dando à matéria inanimada estranha impressão de que freme e palpita -, mas que também ocorre na arte muçulmana, o que levou José Mariano Filho a considerá-lo "arte tipicamente mourisca", coisa pelo menos discutível. Mas é esse mesmo historiador quem assim se refere aos embrechamentos no Brasil antigo:

> A arte de embrechar, tipicamente mourisca, já se faz sentir na Bahia, começo do Séc. XVIII. Aliá , em pleno Séc. XVIII, já se usavam os seixos rolados colhidos nos rios, para o revestimento dos saguões, vestíbulos e demais peças de serviços e rez do chão. Na Bahia e em Pernambuco, as aléas dos jardins das casas nobres eram quase sempre cuidadosamente embrechadas. Os embrechadores, muito numerosos, no fim do Séc. XVIII, utilizavam-se de materiais diversos para suas pitorescas composições. Os bancos dos jardins eram revestidos com as conchas dos nossos moluscos. Nas composições de maior valor ornamental, compostas em forma de cripta, as paredes eram revestidas com a louça azul chinesa, chamada de Macau. Empregavam-se pratos pequenos, travessas e pires, sobre mordente de cal de marisco. Algumas vezes, esses elementos de composição ornamental eram isolados uns dos outros, por meio de uma cercadura de conchas e caramujos (80)

Numerosos exemplos nos restaram de embrechamentos antigos, muitos deles mostrando cacos de porcelana chinesa azul e branca. Citamos: o arremate da torre da Igreja de Belém da Cachoeira, na Bahia, o altar de Santo Antonio, na Igreja da Boa Viagem, em Salvador, as torres e o frontão da Igreja de Nossa Senhora

do Rosário em Maceió, Alagoas; inúmeros túmulos oitocentistas, em cemitérios de Salvador, Penedo, Goiás, Cuiabá, etc., estudados por Clarival Valladares (81); o obelisco do Pacheco, em Salvador, já demolido, do qual restou a foto feita em 1940 por Edgar de Cerqueira Falcão (82); e - o talvez mais conhecido de todos - o chamado Jardim das Princesas, nos fundos do antigo Palácio de São Cristóvão, hoje Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ainda se podem ver, só que muito avariados, fragmentos das preciosas louças que serviram no Paço Imperial.

Notas

(1) - Li Zhiyan e Chang Wen: Ceramica y Porcelana de China,. Ediciones en Lenguas Extranjeras. Beijing, 1984, pág. 31 e seg.

(2) Arabes, persas e ainda outros povos acreditavam que certas protoporcelanas e porcelanas de cor verde acinzentada, fabricadas desde os tempos da Dinastia Han e batizadas na Europa com o nome de celadons, possuiam virtudes sobrenaturais: caso um alimento envenenado fosse colocado num prato de celadon (escreveu Al-Tusi no Séc. XIII) o veneno seria neutralizado, ou o prato se fenderia, ou então mudaria de cor. O celadon em pó era considerado remédio eficaz contra dores de dente e hemorragias nasais.

(3) - Consulte-se o capítulo "Medicina Simbólica" do presente trabalho.

(4) - Segundo outra versão, Tomé Pires não morreu durante as escaramuças de Cantão, e chegou a ser recebido pelo Imperador Zhengde em 1520, em Pequim; mas sua missão terminou em fracasso devido ao mau procedimento de Simão de Andrade para com a população e as autoridades chinesas com as quais comerciava. Os membros da embaixada foram presos, alguns torturados e inclusive mortos, e de Tomé Pires nunca mais se ouviu falar. Cf. Nuno de Castro: A Porcelana Chinesa e os Brasões do Império. Civilização, Porto, 1987, pág. XVI.

(5) - Catálogo da exposição "Cumpriu-se o Mar" / A Arte na Rota do Oriente. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1983, nºs. 203 e 204 (texto de Maria Manuela da Mota); Nuno de Castro, op. cit., págs. XVI-XVII, escreve contudo: "Foi neste período de 1540 a 1549 que foram encomendadas as primeiras porcelanas chinesas que se conhecem com decoração ao gosto do Ocidente (armas reais portuguesas, esfera armilar e símbolo da Companhia de Jesus) em pleno reinado de D. João III (1522-1557) e não D. Manuel I (1469-1521) como errôneamente se tem considerado". Esse autor reproduz, à pág. 15, o gomil da Fundação Medeiros e Almeida, de Lisboa, como peça de c. 1545, Reinado Jiajing; mas não menciona o gomil exibindo a divisa de D. Manuel I, In Deo Spero.

(6) - Cálculo de R. Picard, J. P. Kernais e V. Bruneau, no livro Les Compagnies des Indes - Route de la Porcelaine (Arthaud, Paris, 1966, págs. 33-34). No que respeita a Portugal e ao Brasil, escrevem os autores: "Pour les Portugais, le chiffre de dix millions de pieces parait admissible, chiffre qui semble trop important dès l'abord, étant donné que le commerce portugais avait presque cessé au XVIII e siècle; mais nous savons qu'en fait, les Portugais continuerent les importations et en particulier de por-

celaines, à partir de Macao, jusqu'au premier tiers du XIX siècle, particulierement pour le Brèsil". Já Nuno de Castro, op. cit., pág. XXIII, estima que para Portugal, em 2100 viagens entre 1497 e 1850, vieram da China de 15 a 18 milhões de peças.

(7) - A última Companhia das Índias a operar foi a inglesa, que deixou de fazê-lo em 1858.

(8) - José Roberto Teixeira Leite: As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda. Fundação Cultural da Bahia, Salvador, 1986.

(9) - Incluída nos Tratados da Terra e Gente do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 141 e segs. (a menção ao "homem rico" ocorre à pág. 154).

(10) - Na Historia da Província de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil, publicada em 1575 e que mereceu um prefácio de Camões, Pero de Magalhães Gandavo, mesmo sem deixar de dizer que "a maior parte das camas do Brasil são redes", informa que "os moradores destas capitanias tratam-se muito bem e são mais largos que a gente deste Reino, assim como no comer como no vestir de suas pessoas". Também Anchieta, na Informação da Província do Brasil, em 1585, refere-se ao "fausto" com que se vestem os habitantes do país: "Os homens e mulheres portugueses nesta terra se vestem limpamente de todas as sedas, veludos, damascos, razes e mais panos finos como em Portugal e nisto se tratam com fausto, maxime que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, às de Portugal, e todos, assim homens como mulheres como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazenda de açúcar". Completa Gabriel Soares de Sousa, em 1587, no Tratado Descritivo do Brasil, referindo-se aos habitantes de Salvador: "Tratam suas pessoas mui honradamente com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer pião anda com calções e gibão de setim ou damasco e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo, os quais, como tem qualquer possibilidade, têm suas casas mui bem concertadas e na sua mesa serviço de prata e trazem as suas mulheres mui bem ataviadas de jóias de ouro". É bastante elucidativo a respeito dos móveis, vestimentas, jóias e alfaias no Brasil quinhentista, o artigo de Wanderley Pinho (assinado W. P.) sobre "Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais - Notas para uma Nomenclatura Baseada em Documentos Coevos", publicado no nº 4 da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1940, págs. 251-269.

(11) - Cardim, op. cit., pág. 148. O "padre provincial Joseph" outro não era senão Anchieta, sexto provincial jesuíta do Brasil.

(12) - Cardim, op. cit., pág. 150. Não deixa de ser surpreendente a existência em mãos de um sacerdote de um serviço de porcelana da Índia no Brasil quinhentista, quando raros eram então

na Europa os reis e os príncipes que podiam tê-lo.

(13) - Eldino da Fonseca Brancante: O Brasil e a Cerâmica Antiga. São Paulo, 1981, págs. 283-285.

(14) - Brancante, no livro citado, alude ao testamento do bandeirante Diogo Martins Machuca, falecido em 1603 no sertão; há, nele, menção a seis porcelanas da índia que tinham sido empenhadas. Esclarece também que porcelanas e outros bens chegaram a circular, em São Paulo, como dinheiro, em razão da escassez de moeda em começos do Séc. XVII. No arrolamento dos bens do Capitão Belchior Carneiro, falecido em 1609, pode-se ler com efeito: "Logo mandou o capitão arrematar os pratos em o curador Paschoal Delgado em quatro pesos pagos em dinheiro ou açúcar branco ou rijo".

(15) - Cf. Wilson Martins: História da Inteligência Brasileira. Vol. I (1550-1794), Cultrix/Edusp, São Paulo, 1976, págs. 130-131.

(16) - Os holandeses não tiveram porcelanas chinesas no Brasil. Num aparte à conferência em que Newton da Silva Carneiro enfocou "A louça da Companhia das índias no Brasil" (publicada em Estudos Brasileiros, Ano V, Vol. 9, nºs. 25-26-27, Jul.-Dez. de 1942, págs. 151-177), um dos debatedores, Carlos Frederico da Silva, assim se manifestou: "Há dois ou três anos, um colecionador da Bahia - Antonio Fernandes Dias, que conseguiu reunir muita coisa interessante, apareceu com um prato, ostentando um índio e um brasão, dizendo haver pertencido a um serviço de Maurício de Nassau. Essa peça passou à coleção de um senhor Nelson Muniz, e não sei se ainda existe. Esse prato fora adquirido pela senhora Pedernairas, em Londres, num leilão, como pertencente a um serviço de um barão holandês. Ostenta um índio, tendo ao lado um brasão, que se dizia ser o de Maurício de Nassau. Seria, talvez, a primeira peça da Companhia das Indias vinda diretamente para o Brasil e ostentando um brasão" (pág. 167). A hipótese de Carlos Frederico da Silva é infundada: tratar-se-ia, em verdade, de louça brasonada muito provavelmente para o mercado inglês.

(17) - Entre as causas, reais ou simuladas, para a escala em Salvador prepondera a necessidade de se proceder a reparos. Mas existem outras: enfermos a bordo, incapacidade de prosseguir viagem, fazendo água, falta de mantimentos, mortos a bordo, tripulação enferma, falta de marinheiros por morte, ameaçando ir a pique, para aguada, por êrro de cálculo, trazendo especiarias, para carregar açúcar, para carregar água etc., como se pode ler em José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da índia. Companhia Editora Nacional/USP, São Paulo, 1968, págs. 330-343.

(18) - Durante o Séc. XVIII sabemos apenas de quatro embarcações chegadas à Bahia direto de Macau: duas em 1708, para reparos, uma em 1718, sem que se saiba o porque da escala, e a última em 1781, para aguada. Duas outras chegaram ao Rio de Janeiro, em 1721 e 1728. Os soberanos portugueses não foram muito sensíveis às diversas solicitações feitas pelo Senado da Câmara de Macau no sentido de que navios mercantes pudessem ir de Macau ao Brasil sem

necessidade de tocar em Goa e Lisboa, encurtando enormemente a viagem e também se subtraíndo às pesadas taxações que ali os aguardavam. É fato que uma Carta Régia de 30 de dezembro de 1709 concedeu tal permissão, acolhendo solicitação do Procurador da Câmara de Macau, que aludia ao "miserável estado em que se acham os moradores desta Cidade"; tudo indica, porém, que a Carta Régia não produziu maiores resultados. Nova licença, por um prazo de cinco anos, seria outorgada em 1720 por Dom João V, para que navios de Macau pudessem seguir direto até ao Rio de Janeiro. Em função dela partiu para o Brasil, em 1721, a nau "Rainha dos Anjos", que se incendiou na Baía da Guanabara levando para o fundo do mar os riquíssimos presentes que o Imperador Kangxi enviava ao Rei de Portugal. Em 1727, como persistisse o "miserável estado desta pobre Cidade", o Senado de Macau de novo solicitou ao Rei, através do Embaixador Alexandre Metelo de Menezes, "licença para cada ano poder ir um navio ao Rio de Janeiro". Licença dada, a 17 de janeiro de 1728 partia de Macau a nau "Madre de Deus" com destino ao Rio, levando o próprio Embaixador Metelo de Menezes com os numerosos presentes enviados, dessa vez, pelo Imperador Yongzheng, além de grande carregamento de mercadorias chinesas, negociada na cidade; mas não se sabe de outro navio que nos próximos anos saísse diretamente de Macau para o Brasil. Em 1732, mais uma vez o Conselho Geral do Senado de Macau solicitava ao Rei que os navios mercantes pudessem ir ao Brasil sem tocar em Lisboa, após ter chegado à conclusão de que o Brasil "é o único meio de presentemente se poder esperar para o melhoramento dessa Cidade" (explica-se a decadência de Macau porque, em 1730, o Imperador Yongzheng abrira o Porto de Wampoa ao comércio internacional, entrando assim Macau em declínio, enquanto inversamente Cantão prosperava). A 9 de janeiro de 1750, através do procurador extraordinário Frei Hilário de Santa Cruz, enviado pelo Senado da Câmara de Macau à Corte de Lisboa, outra vez se pedia autorização para que pudessem ir ao Brasil "um ou dois barcos por ano". Frei Hilário chegou a Lisboa a 28 de julho, mas a 31 do mesmo mês morria Dom João V. A 8 de outubro, em carta remetida ao novo Rei, Dom José I, Frei Hilário arrolava, entre várias outras sugestões e medidas que se poderiam tomar para revitalizar a economia de Macau, a de "mandar aos Brasis um ou dois navios de comércio, porque Macau não pode viver sem ele". Não se sabe o teor da resposta, se é que houve resposta. Cf. Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Oficial de Macau, Macau, 1984, págs. 74,162, 278, 295, 304, 324, 436 e 439.

(19) - Diz esse viajante, em seu Nouveau Voyage autour du Monde, publicado em 1728 em Paris, que ficou cerca de três meses em Salvador, de fins de 1717 a começos do ano seguinte, para que os navios da frota francesa em que seguia fizessem reparos. Nesses intervalos ficaram terminantemente proibidas as transações comerciais entre os franceses e os naturais da terra, sob pena de confisco das embarcações. No entanto, cedo deu para perceber que eram os próprios guardas do fisco que se incumbiam de facilitar os encontros entre franceses e contrabandistas, se é que não eram eles mesmos os contrabandistas. Não admira assim que toda a carga logo estivesse vendida, e a bom preço, em Salvador.

(20) - Cf. Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José

Olympio, 7a. ed., Rio de Janeiro, 1985, Vol.2, pág. 441.

(21) - Compreende-se que tais serviços devessem ser forçosamente enormes, quando se sabe a quantidade assombrosa de comida que era costume consumir em banquetes ou ocasiões festivas, para dezenas de convidados. Tais banquetes compunham-se de várias cobertas, cada coberta reunindo pratos de um mesmo gênero, postos de uma única vez à mesa. Não era raro cobertas agruparem 30, 40 pratos, e um banquete comportar três cobertas! No livro O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932), Luiz Edmundo transcreve, à pág. 415-416, o cardápio de um banquete típico, transcrito da Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues: "Primeira Coberta. Três pratos grandes de perdizes lardeadas, guarnecidas com lombo de porco de conserva. Coelhos de calada, guarnecidos com paio. Frangos assados, sobre sopas e camoeses. Peruas assadas, com salsa real. Pombos assados, guarnecidos com linguiça e pão ralado. Peitos de vitela recheados sobre fatias alabardadas. Polegares de vitela assados à francesa. Lombo de porco assado com tordos, e galinhola sobre sopa de amêndoas. Segunda coberta. Três pratos grandes de perdizes de peito picado, guarnecidas com salsichas. Coelhos de gigote, guarnecidos de natas. Galinhas de Fernão de Souza, guarnecidas com pastelinhos de galinha, falsos, sem massa. Perus recheados, guarnecidos com mãos de porco alabardadas. Aves extraordinárias sobre sopas de peros camoeses. Frangões fritos de conserva. Trouxas de carneiro e ovos, guarnecidos com línguas de carneiro. Pernas de porco estofadas em vinho branco com pexirril e alcaparras, guarnecidas com achar de cabeça de porco. Terceira coberta. Três pratos grandes com pastelões de todas as carnes. Covilhete de folhado. Três tortas de massa tenra de presunto agro e doce. Empadas inglesas. Empadas de vitelas salsichadas. Pastelinhos de galinha, fritos. Empadas de espeto ao lombo de porco. Tortas de frutas e ovos de folhado francês. Pastelinhos de vaca de dama, manjar real. Fruta de manjar branco". O dono da casa estendia o prato a cada convidado, que ao recebê-lo, devia fazer uma discreta inclinação com a cabeça, "huma leve mençáo de beijá-lo"...

(22) - Wanderley Pinho: História de um Engenho do Recôncavo, Companhia Editora Nacional/INL/Pró-Memória, São Paulo, 1982, Capítulo "Luxo Dissipador", em especial págs. 496-500.

(23) - Afrânio de Melo Franco: "Claudio Manuel da Costa", Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano XXIII, Belo Horizonte, 1929, pág. 48.

(24) - Hélcia Dias: "O Mobiliário dos Inconfidentes" Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 3, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1939, pág. 166, nota 1.

(25) - Isso se passou antes de 1706, ano da morte do padre; quase ao fim do Séc. XVIII, em 1789, o inventário dos bens de outro religioso, Frei Manuel da Ressurreiçáo, falecido em São Paulo, arrolava uma extrordinária quantidade de porcelanas das Indias: duas jarras, 99 pires, dois bules e um cafeteiro, 9 dúzias e

sete pratos de guardanapos de louça azul, 15 pratos ditos, uma fruteira pequena, uma bacia redonda, "com o beiço quebrado", quatro saleiros e pimenteiros e um pires de pé, seis pratos fundos, uma sopeira branca e dourada, duas sopeiras pequenas com tampa e mais uma sopeirinha com tampa. Cf. Brancante, op. cit., pág. 340.

(26) - Frei Solano nasceu em Itaboraí no Rio de Janeiro, em data ignorada, tendo ingressado em 1778 no Convento de São Boaventura em Macau, e se ordenado em 1784. Executou ilustrações para a Flora Fluminensa, de Frei José Mariano da Conceição Veloso, a quem acompanhou até 1790, conservando-se no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro 149 desenhos botânicos do frade, além de praticamente toda a sua obra pictórica. Faleceu por volta de 1814.

(27) - Frei Basílio Rower, O.F.M. O Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. Sua História, Memórias, Tradições. Vozes, Petrópolis, 1945, págs. 394-395.

(28) - No Continente Americano a prioridade parece ter cabido a Andrew Duche, que teria fabricado porcelana em 1741 em Savannah, E.U.A.; a não ser aceito o seu pioneirismo, esse tocaria a outros dois norte-americanos, Gousse Bonnin e George Morris, os quais comprovadamente produziram porcelana em Philadelphia no ano de 1771. Cf. Encyclopedia of American Art, E. P. Dutton, New York, 1981, verbete Ceramics to 1900, por J. Jefferson Miller II, págs. 109-110.

(29) - Araujo Viana: "Das Artes Plásticas no Brasil em Geral e na Cidade do Rio de Janeiro em Particular". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 78. Rio de Janeiro, 1915, pág. 535.

(30) - Cf. Moreira de Azevedo: O Rio de Janeiro, etc. 3a. ed., Rio de Janeiro, 1969.

(31) - Joaquim Manual de Macedo: Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1863.

(32) - Francisco Marques dos Santos: "Biografia de João Manso Pereira". Artistas do Rio de Janeiro Colonial. Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, Tomo III. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1942, págs. 489-494. No capítulo "Louça e Porcelana" de As Artes Plásticas no Brasil (Rio de Janeiro, 1952, pág. 290), Marques dos Santos tornaria a enfocar a figura de Manso Pereira, dessa vez chochamanete: "Afirmamos com segurança que os nossos quatro primeiros séculos de civilização foram de louça desataviada. Não perderemos tempo com o esforçado João Manso Pereira. Ele terá a primasia da descoberta do caulim igual ao de Sèbes; fez brilhantíssimos ensaios de porcelana, baixelas e coisas complicadas que se perderam na bruma dos tempos. Coitado, era o homem de muitas invenções, um verdadeiro químico, como o chamavam. Já o tratamos com ternura, num artigo sobre os artistas do Rio de Janeiro colonial".

(33) - Josiah Wedgewood (1730-1795) criou em 1759 junto

a Stroke-on-Trent uma fábrica de cerâmica artística a que daria o nome Etruria - fiel à voga do neoclassicismo vigente -, na qual teriam chegado a trabalhar 20 mil operários. Escultores notáveis trabalharam com Wedgewood, inclusive o citado Flaxman, que a partir de 1775 e até 1787 lhe forneceu modelos em cera de camafeus, com figuras contemporâneas ou da Antiguidade, vistas de perfil. Foi nesses camafeus à antiga de Flaxman/Wedgewood que Valentim/Manso Pereira claramente se inspiraram.

(34) - Em O Barro na Arte Popular Brasileira (Rio de Janeiro, 1977, págs. 147-148), Clotilde de Carvalho Machado reproduz carta de 10 de setembro de 1793, remetida pela Rainha Dona Maria I a João Manso Pereira, nestes termos: "D. Maria, por graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves, daquêm e dalêm mar, em Africa senhora da Guiné etc. Faço saber a vós, João Manso Pereira, que, tomando em consideração as vossas novas especulações manifestadas nas amostras de vinho, de açúcar, d'aguardente destilada da raiz do sapé, dos álcalis extraídos a bananeira e dos camafeus de terras do país à maneira de Saxônia e Sebes, que me foram presentes na minha Real Junta do Comércio; E querendo que vosso gênio, e muito louváveis aplicações prosperem, em honra, e utilidade nossa, e em proveito das artes, e do comércio dos domínios portugueses, sou servida expedir ordem (que será com esta) para se fornecer a despesa que for necessária para se prepararem destes gêneros quantidade suficiente com que possam fazer experiências do seu préstimo nos usos, a que devem servir. Para este fim, fareis preparar e remeter, com toda a economia possível, doze arrobas pouco mais ou menos de cada um dos álcalis, quatro ou cinco almudes de cada um dos dois licores acondicionados de modo que se não alterem: amostras dos diversos barros, que servem para louças ordinárias, e de cozinha e para a porcelana fina, tudo separado, e em proporções capazes de se fazerem as precisas experiências, informando muito circunspectamente se há o caolim, ou o petun-tse naturais do país, outros argilos, ou barros símplices, ou compostos, semelhantes aos conhecidos na Europa, e no Japão, em abundância capaz de se estabelecer fábricas, que dê louça para serviço de mesas, ou ao menos de chá. De cada qual dos produtos que remeterеis (assim dos indicados, como de qualquer outro, e de qualquer parte do Brasil, que reconhecereis útil), mandareis conta exata da despesa que houver feito desde o seu primeiro custo, até se pôr a bordo, a fim de se poder calcular a concorrência que pode ter nos mercados da Europa; e se para adiantar e aperfeiçoar os vossos trabalhos vos faltarem retortas e vasos de vidro, e barro, ou quaisquer instrumentos de metais o representareis, dirigindo-vos em tudo à minha Real Junta do Comércio. Ao vice-rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil, recomendo que vos proteja e auxilie nas vossas empresas, para que não encontreis obstáculos, e vos possais fazer benemérito de minha real contemplação. A Rainha nossa senhora o mandou pelos ministros abaixo assinados deputados da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes reinos e domínios. Francisco de Sousa Pinto e Massuallos a fez. Lisboa, 10 de setembro de 1793. Tehotonio Gomes de Carvalho a fez escrever. Francisco Soares de Araújo Silva".

(35) - Brancante, op. cit., págs. 393-394. Os dois bis-

cuits do Banco do Brasil foram adquiridos em novembro de 1977 no Leilão de uma Coleção Iconográfica de D. João VI e Sua época, organizado no Rio de Janeiro por Ernani Leiloeiro. A pobre descrição, no catálogo - "Lote 8. Dois medalhões ovais em biscuit representando um busto da Rainha, outro do Rei. Assinados no verso Manso R. Jan." -,e o fato de as duas peças não terem merecido sequer reprodução fotográfica, parecem indicar que o redator não percebeu, devidamente, a importância excepcional do par - bem ao contrário de Brancante, por exemplo, que três anos depois o colocaria na capa e na contracapa de seu livro O Brasil e a Cerâmica Antiga.

(36) - Marques dos Santos, op. cit. (1952), pág. 283.

(37) - Gilberto Freyre, op. cit. pág. 464: "O Oriente continuou a se fazer sentir fortemente no Brasil até os primeiros dias do reinado de Dom Pedro II. Em 1828 - diz-nos Walsh -havia, ainda, no Rio de Janeiro negociantes dedicados à importação de artigos do Oriente. E os anúncios de jornais nos permitem acompanhar o esfôrço de resistência do Oriente ao Ocidente, no Brasil, através de toda a primeira metade do Século XIX: resistência notavelmente enérgica até 1840. Daí em diante tal é a penetração do Ocidente no comércio, na economia, na cultura moral do Brasil ainda patriarcal e já burguês, que o Oriente se manifesta apenas em sobrevivências".

(38) - O Willow pattern, ou padrão do salgueiro, é decerto o mais popular motivo ornamental de toda a louça inglesa, desde que Thomas Minton o colocou em circulação, por volta de 1780, inspirando-se para tal em desenhos originais chineses e numa antiga lenda da China (que é reproduzida em minúcias em C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 428-439). é em resumo a história de um mandarim, cuja filha, Kungxi, amava em segredo Chang, funcionário do pai. O namoro descoberto, e a ele opondo-se vigorosamente o pai, só restou ao casal fugir, refugiando-se numa ilhota. Até aí os persegue, porém, a cólera do obstinado mandarim, que incendeia a casa em que vivem. Os amantes morrem, e se transformam num casal de pombos. O desenho de Minton descreve, como uma história em quadrinhos, as várias seqüências da narrativa. Ver também, a respeito do Willow pattern, Ada Walker Camel: The Blue-China Book. Dover, New York, 1971, págs. 287-289.

(39) - Como o da Gazeta do Rio de Janeiro de 13 de abril de 1817, avisando acharem-se à venda na Rua da Alfândega, nº 5, "todos os chás novos do navio Maria I, pelos preços actuaes e louça ordinária e porcelana, para mesa e chá também do mesmo navio"; ou como o do Jornal do Commercio de 10 de novembro de 1827, anunciando a chegada, pelo bergantim "Novo Dourado", de "tigelas azuis de Nanquim e Cantão" e "chicaras esmaltadas para chá".

(40) - Os anúncios de lojas especializadas em mercadorias orientais, como louças da India, são então ainda muito numerosos. Só três exemplos: em 20 de dezembro de 1822, a Idade d'Ouro do Brasil anuncia uma venda de "louça ordinária"; O Diário do Rio de Janeiro de 2 de março de 1825 informa estar a venda "huma rica

e grande meza de louça da China, esmaltada de ouro, e azul, com serviço para dezert, e para chá, caffé e chocolate"; a 22 de março do mesmo ano e no mesmo jornal, é anunciada a venda de "duas dúzias de chícaras e pires da índia, dourados"; em 10 de novembro de 1827, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, é estampado anúncio de loja à Rua dos Pescadores nº 2, na qual se vendiam aparelhos de mesa, sopeiras e maias-tigelas para almoço, louça de Nanquim e Cantão.

(41) - Marques dos Santos, op. cit., 1952, págs. 274-276.

(42) - A conveniência da transferência da Côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro, só então concretizada, fora já objeto de cogitações em ocasiões anteriores, e quase que se realizou em 1580 e 1660. Em 1738, em correspondência a Dom João V, Dom Luís da Cunha sugeria a transferência, ponderando que do Rio de Janeiro o soberano poderia administrar melhor, porque mais de perto, seu vasto império de ultramar - sem falar nos imensos recursos naturais do Brasil, dos quais dependia em grande parte Portugal. No documento, sustentava o grande estadista português: "Problema que em duas palavras resolvo dizendo, que o dito príncipe para poder conservar Portugal necessita totalmente das riquezas do Brasil e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil, de que se segue que é mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que se carece". O memorando ao que tudo indica foi interceptado, e não chegou às mãos do rei. Cf. Charles R. Boxer: A Idade de Ouro no Brasil, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, pág. 279, e Nota 42, pág. 363.

(43) - Ou 13.800, segundo outras fontes. Toda essa multidão teria sido embarcada às pressas em "trinta e seis velas", diz Tobias Monteiro, ou em "quatorze navios", emenda Rodolfo Garcia. Oliveira Lima, mais minucioso, especifica: em oito naus, quatro fragatas, três briques, uma escuna e ainda charruas e navios mercantes, de tudo o que o Padre Perereca relaciona o nome de oito naus, e três fragatas: "Rainha de Portugal", "Príncipe do Brasil", "Conde Dom Henrique", "Martim de Freitas", "Dom João de Castro", "Principe Real", "Afonso de Albuquerque" e "Medusa" (naus); "Minerva", "Golfinho" e "Urânia" (fragatas); menciona ainda os nomes de quatro navios da frota inglesa de escolta: "London", "Marlborough", "Monarch" e "Bedford". Luís Gonçalves dos Santos, Padre Perereca: Memórias para Servir à História do Reino do Brasil, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981, Vol. I, págs. 172-173.

(44) - Casos, por exemplo, de Antonio de Araújo e Azevedo, Conde da Barca; Luís do Rego Barreto; Francisco de Almeida Melo e Castro, Conde de Galveias; e João Ferreira Sarmento, Conde de Sarmento, entre outros.

(45) - O próprio Newton da Silva Carneiro, por exemplo, na conferência de 1942 (op. cit., pág. 159): "Não parece provável que Dom João VI tenha trazido consigo louça armoriada. Os quatro serviços das índias - sem marca - que são atribuídos à Casa Real foram possivelmente comprados nas lojas do Rio de Janeiro, pois

carecem das qualidades excepcionais que se deveria esperar de louça encomendada em Cantão para os soberanos portugueses".

(46) - Para se ter uma idéia do que deve ou pode ter vindo para o Brasil com a Família Real e a Côrte, em 1808, veja-se essa passagem de Vilhena Barbosa, transcrita em Araújo Viana, op. cit., pág. 548: "As pessoas que sobem pela primeira vez as escadarias do Palácio de Mafra, ficam absortas, contemplando aquela extensa galeria de salas vastíssimas, com as suas altas paredes desativadas de adornos, e contrastando, singularmente, com a grandiosidade do edifício, e com as galas arquitetônicas da vizinha basílica. Pois todas essas paredes, agora nuas, estiveram até fins de novembro de 1807 esplendidamente vestidas de magníficos panos de Arras, e de outras tapeçarias e também de belos painéis a óleo. E igualmente se viam cobertos os pavimentos das mesmas salas de ricas alcatifas da Pérsia e de França. Porém de tudo isso foi despojado o Palácio por ocasião da partida da família real para o Brasil. As soberbas tapeçarias de Mafra, arrancadas apressadamente como as de Vila Viçosa, lá foram perder-se, armazenadas nas casas do pavimento térreo do Paço do Rio de Janeiro, onde o calor e a umidade, de envolta com as baratas, em breve as destruíram completamente".

(47) - O catálogo dos leilões do Paço de São Cristóvão e da Fazenda de Santa Cruz, em 1890, está reproduzido no Anuário do Museu Imperial de Petrópolis, nº 1, Petrópolis, 1940.

(48) - Tendo em vista a distância entre o Rio e Santa Cruz, o arrolamento dos bens que integravam o leilão de 27 de outubro de 1890 "foi sumário e mal feito, ninguém iria lá; o que lá estava não tinha preço, segundo os avaliadores" (Marques dos Santos). Mas também peca pela imprecisão a descrição do que se vendeu em São Cristóvão.

(49) - Brancante, op. cit., pág. 344.

(50) - Eldino da Fonseca Brancante: O Brasil e a Louça da India. São Paulo, 1950, pág. 232.

(51) - Alfredo Rusins: "Louça da Companhia das Indias", Anuário do Museu Imperial, nº 2, Petrópolis, 1941, págs. 186-187.

(52) - Gastão Penalva: "Porcelanas da Casa de Bragança" Anuário do Museu Imperial", nº 3, Petrópolis, 1942, págs. 117-148.

(53) - Jean McClure Mudge: Chinese Export Porcelain in North America. Clarkson N. Potter, Inc/Publishers, New York, 1986, págs. 193-194: "Certain polychrome designs were also popular from Canada to Florida (Fig.305)". Essa figura 305 é de um prato octogonal com chanfros, de tipo que no Brasil seria sumàriamente imputado ao Serviço dos Pavões.

(54) - Cf. Jorge Getulio Veiga: A Porcelana da Companhia das Índias nas Coleções Particulares Brasileiras. JB Indústrias Gráficas, Rio de Janeiro, 1986, pág. 172.

(55) - François e Nicole Hervouet; Yves Bruneau: La Porcelaine des Compagnies des Indes à Décor Occidental. Flammarion, Paris, 1986. Essa obra pretende elencar todas as decorações que aparecem em porcelanas das Companhias das Índias, como informam os autores: "Avec une courte marge d'erreur, nous estimons qu'il ne dut pas y avoir plus de 1300 répresentations différentes. Nous en avons finalement rassemblé ici un peu plus des 9/10". Esse colossal trabalho, desenvolvido ao longo de 20 anos, apenas veio confirmar que para o Brasil vieram porcelanas com padrões ornamentais diferentes dos que se vêm na Europa, e em Portugal inclusive. Marques dos Santos, op. cit. 1952, já observara às págs. 272 - 273: "Com referência a padrões de louça da Companhia das Índias importada para o Brasil, temos, por observação própria, a certeza de que determinados desenhos, por diversas épocas, foram os preferidos aqui. Há 30 anos, quando a porcelana da Índia era mais encontradiça, certos padrões - desenhos de pratos, por exemplo -, causavam admiração a colecionadores portugueses. Entre outros, ao Sr. Visconde de Carnaxide - colecionador emérito de porcelana da Companhia das Índias - que, muitas vezes, patenteou sua admiração por exemplares aqui encontrados e que ele desconhecia em Portugal".

(56) - Michel Beurdeley: Porcelaine de la Compagnie des Indes. Office du Livre, Fribourg, 1974, pág. 191, Cat., nº 161.

(57) - Hervouet, op. cit., pág. 101, nº 4.64; ver ainda pág. 102, nºs. 4.67 e 4.68; pág. 149, nº 7.21.

(58) - Eis o relato de Marco Polo sobre os correios chineses: "É preciso que se saiba que a cidade de Khan-Balik (Pequim) é o centro de onde se irradiam para as províncias as várias estradas. Todo o sistema é admiravelmente planejado. Quando um dos mensageiros do Grande Khan palmilha uma dessas estradas, só o que tem a fazer é percorrer 25 milhas, e logo se depara com uma agência postal. Em todos os postos encontram os mensageiros um espaçoso albergue onde acomodaram-se, dotado de esplêndidos leitos com colchas de seda e todas as comodidades pertinentes a um emissário de alta categoria. Se acaso um rei ali chegasse, estaria bem acomodado. Nos albergues os emissários encontram nada menos de 400 montarias. Postos como êsses, a uma distância uns dos outros de 25, 30 milhas, encontram-se ao longo de todas as estradas principais. Mesmo quando estão atravessando regiões onde não existem fazendas ou habitações, eles encontram postos com as mesmas instalações palaciais e o mesmo suprimento de cavalos. Este é certamente o mais alto privilégio e as mais altas facilidades de que jamais desfrutou o homem sobre a terra. A organização inteira é tão estupenda e tão custosa, que paralisa a voz e a escrita". Cf. David Lidman: Treasury of Stamps. Harry A. Abrams, New York, 1975, pág. 22.

(59) - Jorge Getúlio Veiga, op. cit. pág. 183.

(60) - Alfredo Teodoro Rusins, op. cit.; Jorge Getúlio Veiga, op. cit., pág. 189.

(61) - Diz esse autor, num aparte à conferência de New-

ton da Silva Carneiro em 1942 (op. cit., pág. 172): "Há um segundo aparelho imperial muito conhecido. Alguns lhe dão o nome de Aparelho dos Esquilos, porque ostenta uma decoração de esquilos correndo, que envolvem um medalhão com gravura de estilo europeu. As mesmas ânforas lá estão, com decoração e modelo, desta vez, perfeitamenbe Luiz XV. Lá estão as árvores, as flores, as ramagens, as roseiras, com rosas em botão, tudo muito ao gosto europeu. No centro dos medalhões, como ficou dito, as gravuras. Por exagero havia até quem dissesse que o casarão que lá figura é o da Quinta da Boa Vista, que naquela ocasião só tinha um andar, quando na gravura três estão garantidos..."

(62) - A respeito do Serviço do Reino Unido, ver, entre outros: Brancanbe, op. cit., 1950, págs. 216-219; Jorge Getúlio Veiga, op. cit., págs. 168-174; Nuno de Castro, op. cit., pág. 207.

(63) - "Existem nas coleções brasileiras algumas chicaras da Companhia das Índias com as armas do reino unido, adotadas em 1816. É louça magnífica, decorada a esmalte chocolate com delicada ornamentação heráldica. Diz-se que foi presente de mandarim de Macau ao Rei. O serviço parece ter ficado no Brasil, pois além-mar não o conhecem nem citam". Newton da Silva Carneiro, op. cit., pág. 159.

(64) - S. W. Bushell: Oriental Ceramic Art: Crown, New York, 1980 (1a. ed., de 1896), pág. 239: "This emperor, like his accomplished father, was fond of poetry. I have in my possession some pieces of a tea service made for him, which are decorated in soft enamel colors with bands of floral scrolls, relieved by a bright enameled ground, and defined by lines of gilding. They are inscribed with an ode of his own composition, celebrating the virtues of tea, the rythmic verse signed Jiaqing in two small panels of round and square outline, attached at the end of each inscription and pencilled in vermillion. The full seal marks of the reign is also pencilled underneath in red, within an oblong white panel reserved in the bright yellow enamel which covers the rest of the ground".

(65) - Bastão Ferreira de Almeida: "A porcelana à luz da numismática", Revista Numismática Ano XIV, São Paulo, 1945, págs. 113-114.

(66) - Cf. Newton da Silva Carneiro, op. cit., pág. 167: "Naquela tigela que estava em minha coleção e agora deve encontrar-se no Museu Imperial, existe uma dedicatória em caracteres chineses, que consegui certa ocasião fosse traduzida. Trata-se de uma dedicatória a um rei, talvez a D. José, avô de D. João VI". Bela tradução, belo tradutor!

(67) - Dom José ascendeu ao trono português a 7 de setembro de 1750, uma semana após a morte do pai, Dom João V. Faleceria em 1777, aos 63 anos.

(68) Ver a respeito o capítulo "Mesuras e Reverências".

(69) - A relação completa dos mimos e presentes enviados a Dom João V pelo Imperador da China está reproduzida em: Padre Manuel Teixeira, op. cit. págs. 304-305.

(70) - Veja-se a respeito o capítulo "Chá".

(71) - Carlos Francisco Moura: "Os Chineses do Rio de Janeiro requerem a Dom João VI um cônsul e um intérprete". Boletim do Instituto Luís de Camões. Vol. III, nº 1, Macau, 1974.

(72) - Cf. Padre Perereca, op. cit. pág. 182.

(73) - São cifras de David Howard Sanctuary, em Chinese Armorial Porcelain. London, 1974.

(74) - Estimativa de Nuno de Castro, op. cit. pág. XXXI: "Calculamos que para Portugal, Brasil, Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu), Macau e outras possessões do então Império Português, tenham sido feitos de 250 a 300 serviços brasonados, num total de 80.000 a 100.000 peças".

(75) - Padre Manuel Teixeira, op. cit., págs. 38, 55, 62, 82, 142.

(76) - Nuno de Castro, op. cit., pág. 53-61.

(77) - Veja-se o capítulo "Chá".

(78) - Na exposição de Arte Incomum efetuada durante a XVI Bienal de São Paulo, em 1981, no Pavilhão do Ibirapuera, estavam expostas fotografias da "Casa da Flor", de Gabriel dos Santos, no Rio de Janeiro, e do "Simitério de Adão e Eva", de Jakim Volanhuk, em São Paulo, um e outro com exemplos de embrechamentos.

(79) - Cf. José Roberto Teixeira Leite, op. cit., págs. 20-23.

(80) - Cf. Brancante, op. cit., pág. 285.

(81) - Clarival do Prado Valladares: "Embrechados e Embutidos". Revista Brasileira de Cultura, Ano I, nº 2. Rio de Janeiro, 1969, Out-Dez., págs. 45-53.

(82) - Edgard de Cerqueira Falcão: Relíquias da Bahia. Salvador, 1940, pág. 392.

Mobiliário

Na China, o móvel adquiriu desde tempos muito recuados configuração peculiar, que pouco se modificaria no decurso de séculos. Os chineses sempre fizeram uso de poucas formas de móveis - as principais sendo cadeiras, tamboretes e poltronas; catres e leitos; mesas; armários, arcas e cofres; escrivaninhas e paraventos -, prescindindo de outras, indispensáveis no Ocidente. Divergem tais móveis chineses dos seus correspondentes ocidentais por uma série de detalhes estilísticos, ornamentais e estruturais que têm sua razão de ser nas próprias características da civilização chinesa. Entre tais detalhes podem ser destacadas as dimensões (geralmente pequenas se comparadas às do móvel europeu), sua função desdobrável ou múltipla, o conceito de que os móveis se destinam a ocupar uma posição contra a parede, nunca a separar espaços ou ambientes, e finalmente sua construção, as várias partes interligando-se mediante encaixes e tarugos, sem recurso a pregos, aglutinantes ou parafusos. Simplicidade, contraste entre ângulos e curvas nos perfis, apliques metálicos recortados às quinas ou na face, ornamentação simbólica típica e abundante emprego de laca, caracterizam também o mobiliário chinês, em cuja elaboração são utilizadas diversas espécies de madeiras, tanto duras quanto tenras, predominando o pau-rosa nas regiões frias do Norte, e o bambu nas temperadas do Sul (1).

De todas as características do mobiliário chinês elenca-

das acima, talvez a principal seja o papel nela desempenhado pela laca. A verdadeira laca é uma matéria resinosa e altamente tóxica, extraída da seiva da árvore tci, Rhus vernicifera, que ocorre nas regiões central e meridional da China, no Japão, na Índia, e na Pérsia. Translúcida e, depois que endurece, extremamente resistente, mesmo a solventes poderosos, é aplicada principalmente a madeiras, mas também a têxteis, metais, papel e outros materiais, aos quais empresta aparência singular, de um liso homogêneo e sem rachaduras. A técnica de aplicação é dificílima: a resina, a alta temperatura, deve ser acrescentada ao suporte com extrema delicadeza em sucessivas camadas - até 200, diz-se, nos exemplares de mais alta qualidade! -, em paciente trabalho capaz de se arrastar por dez ou mais anos, já que uma nova camada só pode ser adicionada depois de a anterior secar totalmente. O resultado é uma superfície que, por sua transparência, entremostra a decoração subjacente e também as tonalidades das diferentes camadas sotopostas, e que pode ser ainda enriquecida com desenhos esculpidos ou incisos, incrustações de nácar, madrepérola e outras matérias raras.

Segundo a tradição, foi o Imperador Chouen (2358-2205 a. C.) o primeiro a empregar laca no revestimento de seus vasos rituais e de outros artefatos. É certo que já era usada em tempos da Dinastia Shang (1776-1111 a. C.) em instrumentos musicais, colunas de madeira, etc. Muito mais tarde se disseminaria por toda a China, aplicada inclusive aos ataúdes dos notáveis (a laca vermelha) e das pessoas de alguma distinção (a preta), sendo terminantemente vedado seu uso pela gente comum. Seria contudo em tempos do Imperador Qianlong (1736-1795 d. C.) que a arte da laca conhe-

ceria na China seu momento de maior esplendor, obra prima do gênero sendo justamente o seu trono, hoje no Victoria and Albert Museum, em Londres (2). Mas na China a laca jamais atingiu o altíssimo nível a que iriam elevá-la os artesãos japoneses, coisa que o Imperador Kangxi (1662-1722 d. C.) buscou explicar pelas características mais propícias do clima do Japão. De qualquer modo, após o Séc. XVIII a laca entrou em declínio na China, mesmo porque o mercado ocidental priorizava o produto nipônico (3). Deve-se aliás observar que no idioma inglês, enquanto o vocábulo china passou a ser sinônimo de porcelana e de louça em geral, chinesa ou não, japan e jappaning tornaram-se de uso comum para designar laca, e lacar, laquear (4).

Durante os Sécs. XVII e XVIII foram feitos na China diferentes tipos de laca, sendo o principal a laca de Pequim, de uso exclusivo do Imperador, e que por isso mesmo não chegaria a ser exportada. Tipos de qualidade inferior eram a laca ou verniz da China, hua tci, e a laca de Coromandel, ke huei, uma e outras chegadas ao Ocidente em quantidades discretas, porquanto por sua raridade e elevado preço a laca jamais foi tão popular na Europa e nas Américas quanto outras mercadorias chinesas, porcelana inclusive. A maior parte da laca chegada à Europa era laca dita de Coromandel, na verdade produzida em Honan, e exportada através de uma das cidades litorâneas situadas na costa do Coromandel, na India Oriental. Esta laca obtinha-se através complicado processo, que se iniciava pela impregnação do suporte, geralmente madeira de pinho, com finíssima camada de argila pulverizada, mesclada a uma urdidura de fibras vegetais. Só após duas ou três aplicações e

quando a preparação estivesse consolidada podiam ser colocados a decalque padrões ornamentais convencionais ou simbólicos, rebaixando-se seus contornos com incisões. Finalmente, as incisões eram preenchidas com pigmentos coloridos, ouro em pó ou - algo à maneira dos cloisonnés -, filetes metálicos, de tudo o que resultava um surpreendente efeito visual (5).

Móveis chineses lacados principiariam a chegar à Europa ainda no Séc. XVI, trazidos pelos portugueses. No Séc. XVII, refere-se Scarron aos "beaux ouvrages de vernis" que comerciantes de Lisboa costumavam vender todos os anos na Feira de Saint-Germain, em Paris. Mas foram os holandeses e mormente os ingleses os principais importadores de mobiliário chinês no Ocidente, sendo que na Inglaterra o móvel da China iria cedo transformar-se em uma quase mania nacional. Da China vieram não só móveis tipicamente chineses, simplesmente ali coletados e embarcados para a Europa, como até móveis ali produzidos por encomenda ocidental. Em 1670 uma delegação inglesa foi enviada à China para explicar aos marceneiros locais como fabricar móveis que pudessem ser mais facilmente absorvidos pelo mercado britânico; seus conselhos devem ter sido obedecidos à risca e produzido bons resultados, tanto que uns 30 anos mais tarde os obenistas de Londres encaminhavam ao Rei uma petição, na qual solicitavam fosse proibida a importação de mobiliário chinês, que os ameaçava a todos de ruína (6).

Ao lado das mesinhas para chá e dos "scrivetories" ("escritórios da China", como os chamavam os portugueses, móveis portáteis que se descerravam à frente por uma portinhola que se

transformava ao baixar em apoio para a escrita, e que internamente possuíam várias gavetinhas sotopostas, para a guarda de papéis, documentos, valores e objetos de escrita), até mesmo pranchões de madeira, lacadas em ambas as faces e destinadas ao fabrico de móveis de luxo nos países de destinação, atingiram a Europa em apreciável quantidade a partir dos anos iniciais do Séc. XVIII, procedentes das regiões produtoras de Pequim, Cantão, Fuzhou, e Suzhou. Charões (7) estavam entre as mercadorias que a "Amphitrite" desembarcou em 1703 em Salvador, todas elas vendidas a bom preço na antiga capital do Brasil (8). Embarcados em naus da Carreira da Índia para Salvador - de onde se espraiavam por outras cidades, onde houvesse quem os pudesse pagar -, móveis lacados continuariam chegando da China por todo o Séc. XVIII, constando por exemplo da relação de carga da nau "Santo Antonio e Justiça", aportada em junho de 1759, "tabuleiros de charão", "escrivaninhas de metal esmaltado" e outros móveis de pequeno porte. Pela leitura dos mapas de outros carregamentos, vê-se que quantidade considerável de móveis chineses, lacados ou não, ingressaram então no Brasil, havendo neles freqüentes menções a papeleiras, arcas, baus, diversos tipos de caixas de todos os formatos e tamanhos, para todos os fins, e também a "coromandeis", que não se sabe ao certo se seriam têxteis - uma espécie de chita, como pensa Amaral Lapa (9), ou quem sabe biombos ou paraventos acondicionados em cofres, um ítem altamente valorizado em todo o Ocidente, ao lado das já aludidas mesinhas de chá e dos escritórios portáteis.

Também pelo exame de alguns inventários setecentistas é fácil constatar a existência de muitos móveis chineses (e indianos) nas residências brasileiras. Assim, na relação dos bens deixados por João Lopes Fiuza, senhor do Engenho da Baixo da Boca do Rio Paramirim, na Bahia (falecido em 1741), acham-se arrolados, além de "dois contadores da índia, marchetados" (avaliados em 16$000), e de dois "ventôs da índia marchetados" (50$000), outro "ventô de xaram da índia" (1$500), duas "arcas de xaram" (32$000), cinco "taboleiros de xaram" (8$240) e mais quatro "bandejas grandes" e quatro "bandejas mais pequenas de xaram" (5$200), sendo de realçar as respectivas avaliações, elevadas para a época, e apresentando discrepâncias de difícil entendimento (10).

A importação de móveis chineses prosseguiria no início do Séc. XIX, havendo menção aos mesmos em anúncios de jornais do Rio de Janeiro, Recife e outras cidades. A 29 de setembro de 1835, por exemplo, José Cannel e Cia. vendiam em seu escritório à Rua do Rosário, 64 sobrado, no Rio de Janeiro, mercadorias recém chegadas da China pelo navio "Cezar", achado-se entre as mesmas cadeiras, baús, painéis (que não se sabe se seriam paravantos, biombos, até mesmo pinturas (11), e ainda, sem especificações maiores, "uma diversidade de charões". A 19 de março de 1840 o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro anunciava a realização de um leilão de mercadorias vindas da China e da índia, chegadas de pouco pela barca espanhola "Fortuna". Avultavam "riquíssimos artigos de charão fino", como mesas de jogo e costura, escrivaninhas, secretárias, caixas para guardar chá, porta jóias e caixas para tintas (12). Comentando tais anúncios de entrada no país de móveis e outras mercadorias

asiáticas, escreve Gilberto Freyre:

> Embora poucas referências tenhamos encontrado em anúncios de jornais ou em testamentos ou inventários, a mobílias de fabrico ou feitio oriental, elas existiram entre nós em número considerável, feitas de sândalo ou de ébano, embutidas de marfim ou de madrepérola. Não seriam, todas, de importação direta do Oriente. Talvez produtos principalmente das oficinas estabelecidas em Lisboa por artistas indianos, a que Ramalho Ortigão se refere. Ramalho, porém, fala também de oficinas estabelecidas na índia por artifices portugueses; e já vimos que foi maior do que geralmente se supõe o comércio regular e irregular entre o Brasil colonial e o Oriente, sendo provável que de lá nos tenham chegado, em dias remotos, além de jarras, bordados e pinturas da China - como as que Maria Graham viu na sala de visita de um sobrado de Salvador - móveis da própria India, ao lado dos da China. Alguns passam pelos anúncios de jornais com sua pompa de cores orientais que talvez tenha sido responsável pelo costume de nossos avós coloniais de, imitando o laqueado, pintarem de azul, de vermelho, e de outras cores vivas os móveis de jacarandá ou de vinhático das casas grandes e dos sobrados. Entre outros: "hum toucador feito na India", como o que aparece num anúncio do Diario do Rio de Janeiro de 5 de janeiro de 1825 ao lado de artigos igualmente vindos do Oriente como "pentes de tartaruga", "colares de coral" e "pomadas muito frescas bem cheirozas"; "huma rica mesa de louça da China, esmaltada de ouro e azul, com serviço para dezert, e para chá, caffé e chocolate", como a que se destaca de um anúncio de 2 de março do mesmo ano e no mesmo Diário; como as "mezas de charão" que vêm anunciadas no Diário de Pernambuco de 20 de maio de 1840 (13).

Mobiliário lacado da China, e bem assim móveis chineses não lacados, como as arcas de canforeiro, originárias de Macau, que Wasth Rodrigues diz terem sido comuns em Minas Gerais em tempos coloniais (14), penetraram como se vê em bom número no Brasil,

desde comprovadamente os primeiros anos do Séc. XVIII - e com toda probabilidade desde muito antes. Mas, ao lado desses móveis chineses, ocorrem também móveis que apenas imitavam os chineses, quer no que diz respeito à técnica da laca - os móveis acharoados -, quer no que se refere à forma ou à ornamentação - as chinoiseries. Examinemos portanto essas imitações luso-brasileiras do mobiliário chinês, ao lado de outras, oriundas principalmente da Inglaterra e também encontradiças no Brasil.

Como a resina da laca verdadeira, Rhus vernicifera, não era exportada, e nem a árvore tci medrasse fora da China, do Japão e de raras outras regiões asiáticas, as imitações de laca chinesa feitas na Europa ou na América tinham de recorrer a outras matérias-primas, obtidas sobretudo a partir de resinas produzidas pela cochonilha do México, Coccus cacti, ou da Polônia, Margarodes polonicus; também se recorreu amiúde á tintura do pau-brasil, de utilização freqüente em pintura e na escrita desde tempos medievais (15). Em 1688 era publicado o Treatise of Jappaning and Varnishing, de Stalker e Parker, livro que contribuiu para a difusão da técnica em todo o Ocidente, tal como o Tratatto sopra la Vernice de Filippo Bonanni, de 1720. A partir de então e por todo o Setecentos, imitações de móveis lacados chineses surgiram nos Países Baixos (obra dos verlakkers locais), na Alemanha, na Itália, (onde ficariam célebres certos depentores), na Inglaterra e em França, com destaque especial, nesse último país, para os irmãos Martin, que por volta de 1730 inventaram o célebre verniz que ainda hoje lhes leva o nome, vernis Martin. Imitações de laca chinesa foram produzidas, inclusive, na América do Norte inglesa, mormente em

MEMORIA

SOBRE A CULTURA DA

FIGUEIRA DO INFERNO, OU CRUMBEBA,

E PRODUCÇÃO DA COCHONILHA.

COMPILADA, TRADUZIDA, E OFFERECIDA

AO

PUBLICO DE MINAS GERAES

pelo Compilador e Tradactor

JOAÕ MORGAN.

Aide-toi, et le ciel t'aidera



OURO PRETO.

TYP. IMPARCIAL DE B. X PINTO DE SOUSA.

1846.

Memória sobre a cultura da figueira do inferno e da cochonila, aparecida em Ouro Preto em 1846 - momento em que em Minas se buscava cultivar essas, e outras importações da India e da China.

Boston, Philadelphia e New York (16).

Menos rebuscadas foram sem dúvida as imitações luso-brasileiras. Em Portugal, ao lado da produção local, convém destacar a presença de bom número de móveis acharoados feitos na Inglaterra, boa parte deles - especialmente cadeiras - exportados pelo ebenista londrino Giles Grandey. Em seu estudo sobre o móvel colonial baiano, Maria Helena Ochi Flexor também se refere a essas imitações inglesas de móveis chinesas exportadas para Portugal:

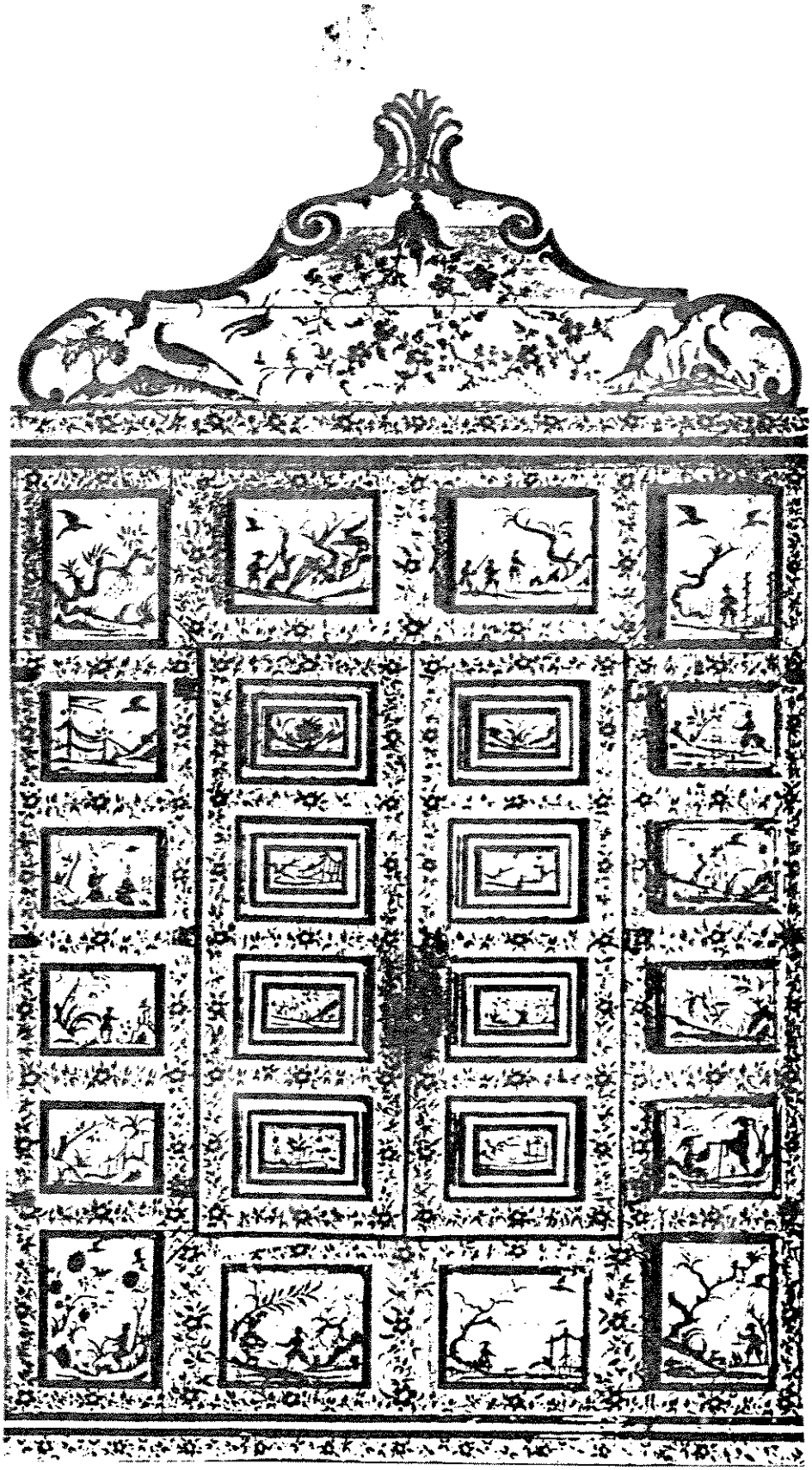
> Grande parte de móveis laqueados ou acharoados, como o chamam os portugueses, era feita na Inglaterra. Depois de enumerar vários artigos, um anúncio do General Advertiser de 28 de fevereiro de 1751 dizia: "amongst which are several Capital pieces designed for the Spanish and Portugal Trade". Havia, inclusive, diferença entre os móveis laqueados produzidos para o consumo interno inglês e os destinados à exportação para Portugal e Espanha. Nos móveis para consumo interno, os ornamentos eram aplicados sobre preto, azul escuro e verde oliva, enquanto que os destinados à Península eram aplicados sobre escarlate que se modificava em "vermelho vivo" ou bronze sob a ação da luz meridional de Portugal e Espanha. Era aplicada ornamentação ainda sobre branco ou amarelo. Juntamente com os contadores, também canapés, relógios, cadeiras com pés de galo e assento de palhinha, papeleiras laqueadas foram exportadas pela Inglaterra, para êsses países ibéricos (17).

Se em Portugal era possível, por volta de 1720, encontrar-se móveis da altíssima qualidade do notável bufete hoje no Museu de Viana do Castelo, no qual Robert C. Smith detecta a influência do Tratado de John Stalker e George Parker há pouco cita-

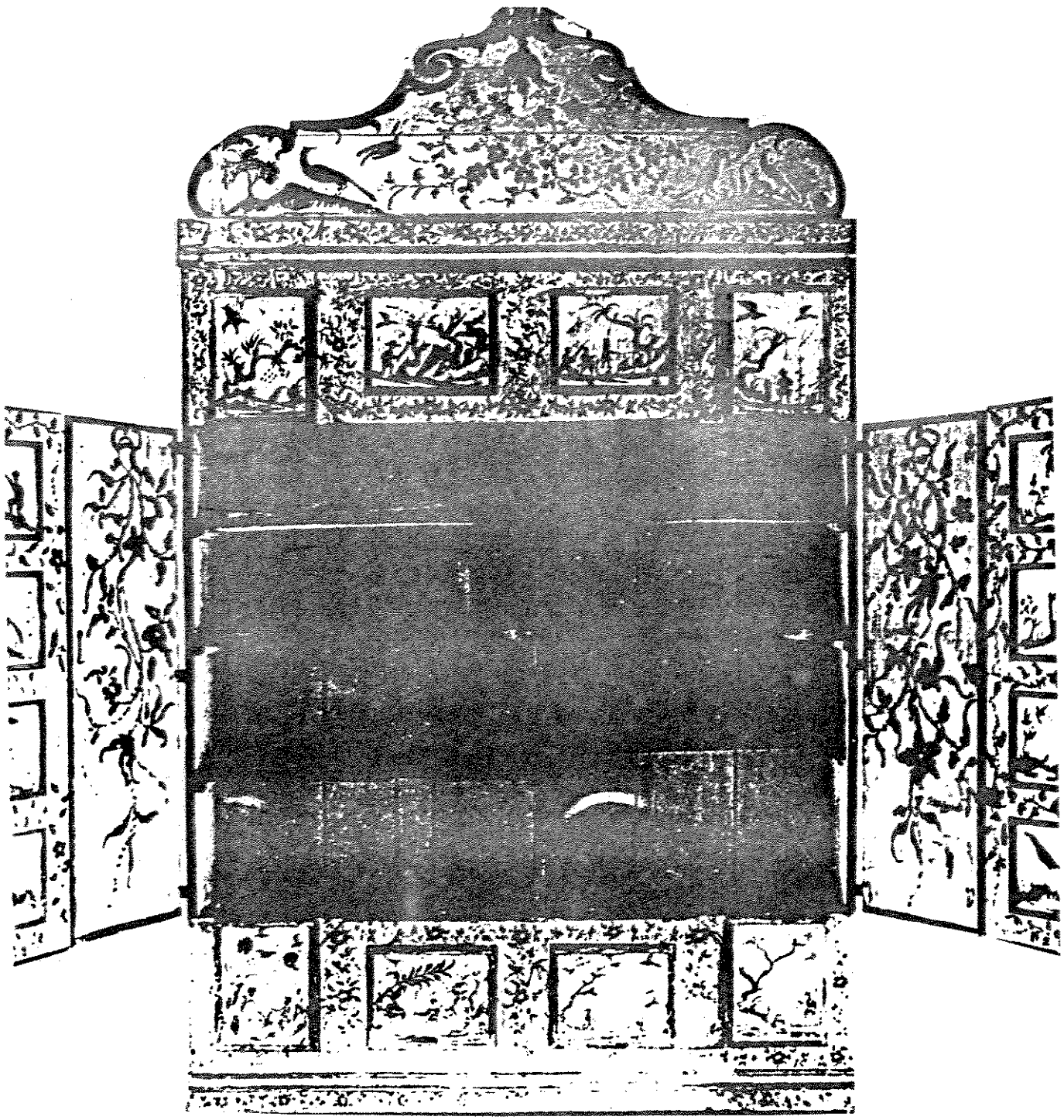
do (18), no Brasil predominariam compreensivamente espécimes singelos e mesmo rústicos, interpretações regionais e às vezes caipiras do modismo internacional, embora nem por isso desprovidas de atrativos. Gilberto Freyre, no texto que há pouco reproduzimos, aludiu com acerto ao costume de nossos antepassados, de pintarem com cores vivas, à oriental, o mobiliário das casas-grandes e sobrados. Muitos desses móveis ingênuamente imitando charão chinês aparecem em inventários antigos. Só para se ter uma idéia: entre os móveis confiscados aos Inconfidentes figuravam "um catre de pau torneado pintado de azul e dourado", "uma poltrona pintada de encarnado com filetes dourados" e "uma dita pintada de azul com filetes amarelos" (19). Esses móveis pintados, numerosos em Portugal - onde os estudou Artur de Sandão (20) -, não são também de modo algum incomuns no Brasil, e em Minas Gerais chegam a ser quantidade. Descendem, todos, dos móveis pintados portugueses, embora a um ou outro se possa atribuir origem extremo-oriental. Com efeito, no capítulo sobre mobiliário que redigiu para <u>As Artes Plásticas no Brasil</u> em 1952, José Wasth Rodrigues refere-se a grandes caixas procedentes da China e do Japão, com uma das quais se deparara no interior de São Paulo:

> Encontram-se, tanto em Portugal como no Brasil, porém raramente, caixas grandes, decoradas, vindas da China ou do Japão. Em Parnaíba, São Paulo, encontramos uma arca chinesa, de sândalo, pintada, exteriormente, em vermelhão, e na face interna da tampa, com figuras e paisagens, já em miserável estado. Seduzidos pela graça do estilo extremo-oriental e pelos seus segredos técnicos, artistas portugueses imitaram a maneira chinesa com suas pinturas a ouro, lisas ou em relevos, tanto em arcas como, mais tarde, em caixas de relógio, cadeiras, e até mesmo em lambris, portas e tetos de residências ou igrejas (21).

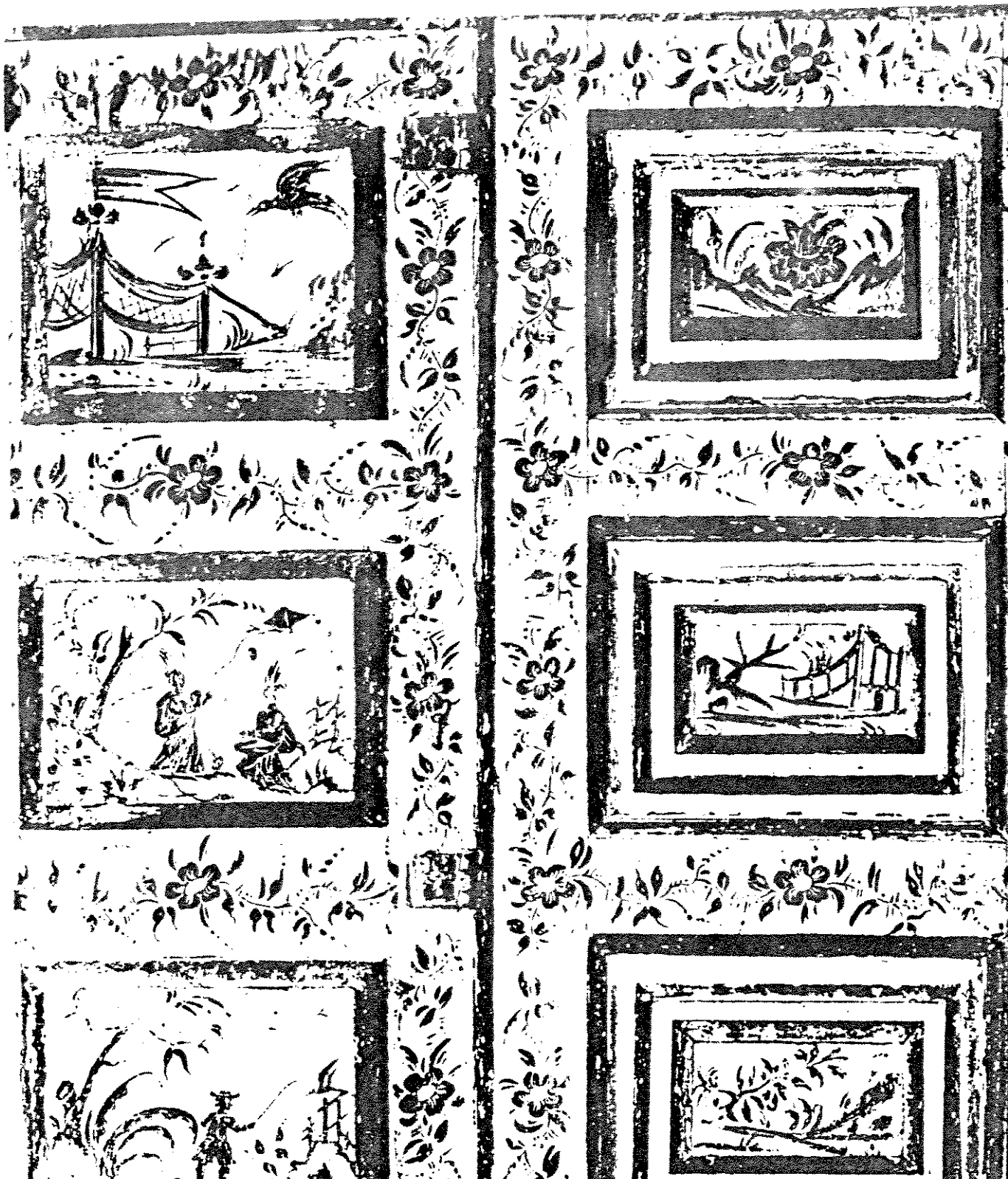
Nada poderemos dizer das imitações de charão que o "químico" João Manso Pereira teria produzido, pois delas só ficou a notícia (22); por outro lado, foge aos limites do nosso capítulo o estudo das cuias indígenas às quais se refere o Padre João Daniel, tão bem envernizadas que podiam, na opinião de alguns, aproximar-se do melhor charão chinês (23); cumpre, assim, que nos detenhamos no exame de uns poucos exemplares de mobiliário, recolhidos a acervos museológicos ou pertencentes a igrejas, capazes de nos darem uma idéia do que foram tais interpretações luso-brasileiras da laca chinesa. Talvez o mais importante deles seja o grande armário na sala do consistório da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, na Bahia - cidade que aliás desempenhou no período colonial papel destacado no que respeita às relações de comércio entre Brasil e a China, grande produtora que era de tabaco da melhor qualidade (24). A caixa desse armário, retangular, é encimada por um remate, acima do qual posta-se um florão. À sua frente, dispostas em 24 retangulos limitados por frisos floridos, podem ser vistas paisagens chinesas com figuras humanas, pássaros, cães, pagodes etc. Abrindo-se, as duas portas revelam internamente paisagens com pássaros e flores, grandes ramos de vegetais etc. A pintura é singela, traíndo mão bisonha, se bem que, como um todo, o conjunto seja extremamente agradável. É curioso destacar que na Bahia é somente nesse grande armário que ocorrem pinturas de chinoiseries com motivos de figuras, aves e pagodes, porquanto todos os demais exemplos baianos conhecidos apresentam unicamente decoração florida.



Visão frontal do imponente armário da sala do consistório da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, na Bahia, com seus 24 retângulos pintados com chinoiseries.



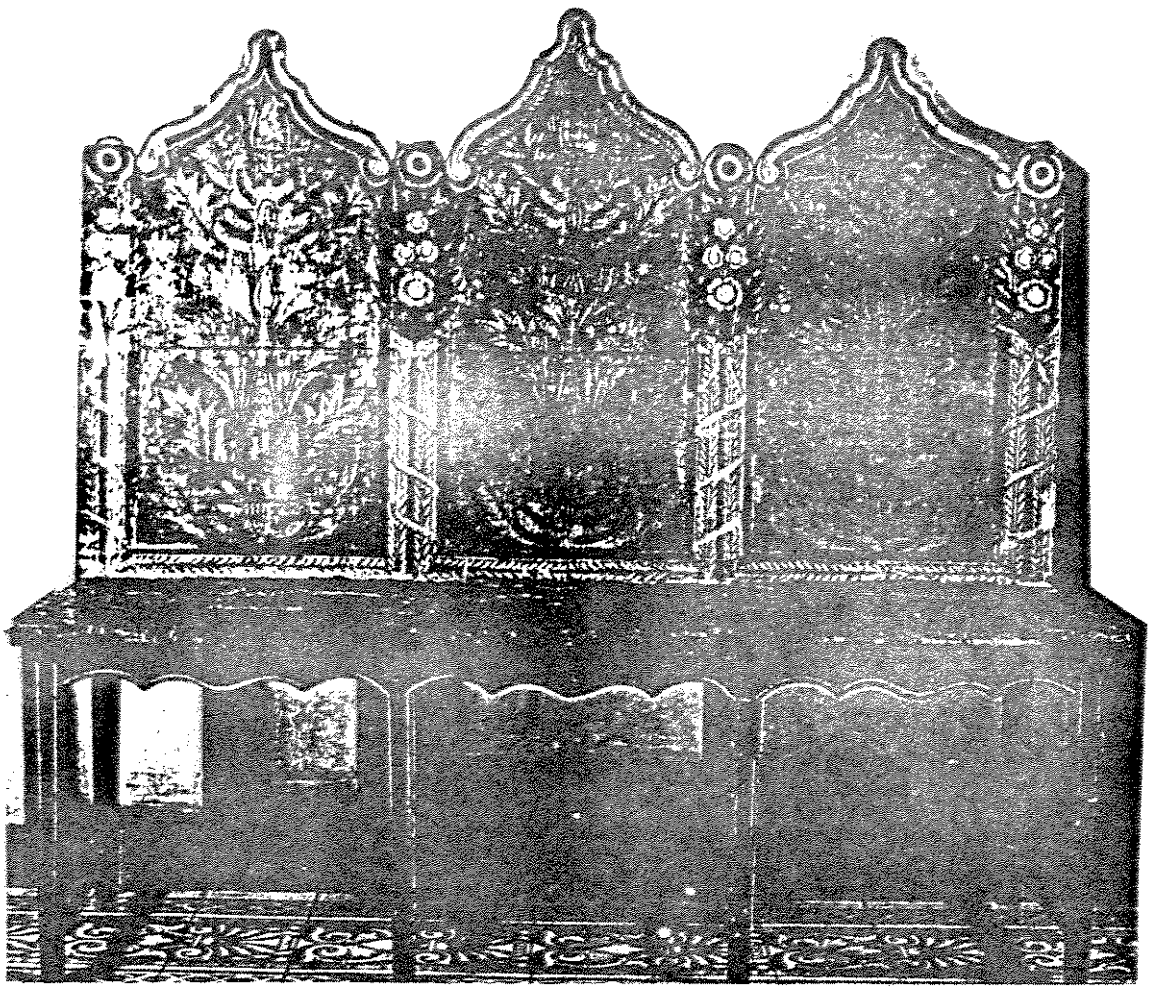
O mesmo armário, aberta a sua seção central, vendo-se-lhe as pinturas internas também de chinoiseries

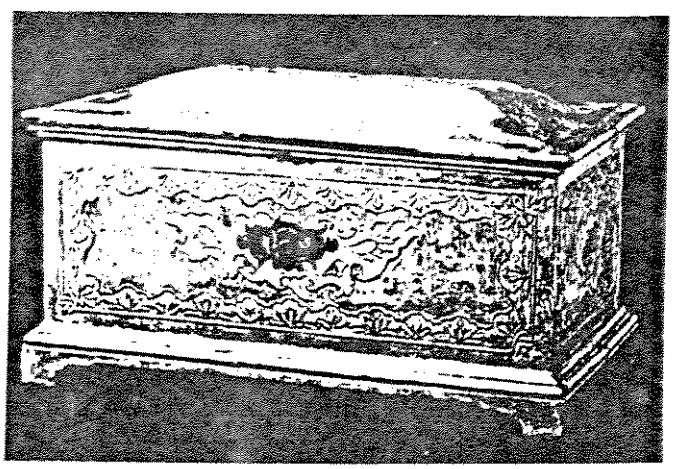


Pormenor do grande armário de Cachoeira, vendo-se seis dos 24 retângulos ornados com chinoiseries, emoldurados por flores também de ambientação extremo-oriental.

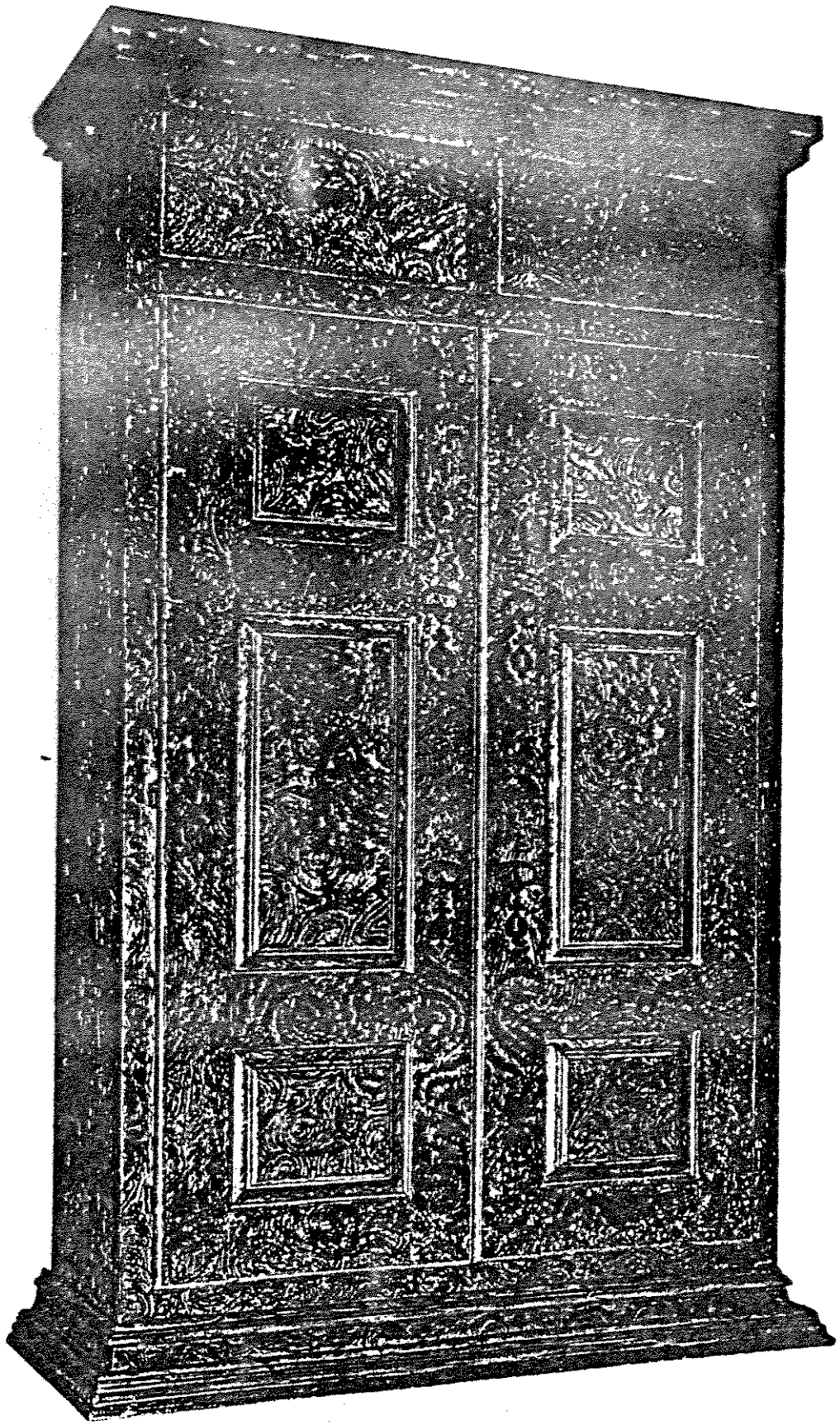
Outro sugestivo exemplo de móvel luso-brasileiro imitando o trabalho de laca chinês acha-se na Sé Catedral de Mariana, em Minas Gerais. São os dois cadeirais dos cônegos, formados por 20 cadeiras de encosto elevado, dispostas vis-à-vis em filas paralelas de dez. Nos encostos, pintados em dourado sobre vermelho vivo, cenas com personagens à ocidental, lado a lado com chineses, paisagens com flores e pequenos animais, pagodes etc. Alguns dos personagens europeus, em trajes setecentistas, empunham longas espingardas ou lanças, em cenas de caça, vendo-se nas mãos de certos chineses guarda-sois, e ocorrendo ainda outros elementos decorativos. Serão tais pinturas devidas ao português, de Braga, Manuel Rabelo e Souza, ativo em Minas Gerais por uns 20 anos, a partir de 1752, e que sabidamente arrematou em 1760 a pintura do teto e outros serviços do seu ofício na aludida Sé (25)? E, se assim tiver sido, onde foi ele buscar os modelos para as cenas figuradas: em têxteis ou papéis pintados europeus com motivos de chinoiseries, quem sabe em porcelanas de exportação, talvez em estampas de livros (26)? Diga-se mais que, na mesma igreja, adornando a caixa do órgão, existem outras duas pinturas com chinoiseries, que bem podem ter sido obra do mesmo autor das pinturas do cadeiral (27).

Exemplo final que daremos de móveis acharoados luso-brasileiros é o banco de sacristia conservado no Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Esse vem de mais longe: da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Cuiabá, Mato Grosso. De assento único e despojado de braços, repousando sobre oito pernas lisas amarradas aos pares e exibindo discreta saia em sinuosidades, o banco possue três encostos elevados concluídos em remates, e separados





Ao alto, banco da sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Cuiabá, Mato Grosso (Museu Paulista da USP); nos encostos, imitando a laca, pintura de chinoiseries. Abaixo, caixa dourada com relevos em gesso, imitação europeia das originais, chinesas. Col. Part., SP.



Armário de cedro com policromia que imita a laca chinesa. Sabará, Minas Gerais, Séc. XVIII.

por colunas floridas. A decoração dos encostos, a ouro sobre fundo vermelhão, imita modelos chineses em laca, livremente interpretados. Também aqui cabe salientar a rusticidade da execução, certa ingenuidade que bem revela a distância, em que se achava o autor, dos grandes centros geradores da moda das chinesices.

Deixando de lado agora tais móveis acharoados, examinemos um grupo de móveis luso-brasileiros que, por características especiais, prendem-se, indiretamente, à tradição extremo-oriental. Aqui torna-se necessária pequena digressão, para que se possa entender sob quais circunstâncias e condições móveis de rebuscadas linhas soi-disant chinesas iriam tornar-se um modismo na Europa setecentista, modismo que em seu devido tempo atingiria Portugal (28), daí se espraiando, óbviamente, até ao Brasil. É claro que tais móveis só muito superficialmente evocam os autênticos chineses: são versões livres, não raro beirando o caricatural, da idéia vaga e desfocada que os ebenistas europeus do Séc. XVIII tinham do mobiliário chinês. Tais interpretações imaginosas, feitas em sua imensa maioria por e para pessoas que nunca tinham estado na China, sentido a necessidade de visitá-la ou sequer visto um só deles de perto (29), correspondiam à noção fantasiosa que o homem ocidental então fazia dos países distantes - como se a distância não fosse uma estrada de mão dupla. China, se assim se pode dizer, para inglês ver, China que pouco ou nada em comum tinha com a própria, mesmo porque os clientes não desejavam essa China real, mas sim a fingida, que vagamente entreviam em décors de porcelanas, têxteis e papéis pintados. Nesse sentido, vale reproduzir as palavras de Kenworthy-Browne, em livro sobre o mobiliário setecentista

inglês:

> Chinoiserie foi só um estilo de decoração, de vez que a estrutura essencial dos móveis permanecia inglesa e de modo algum oriental. Era fantasia, faz-de-conta, uma tentativa de se recriar, na vida do lar, as supostas delícias da distante Cathay. Seu complemento natural era a hora do chá, servido em xícaras de porcelana; e por tal motivo a chinoiserie adequava-se melhor a dormitórios e boudoirs femininos (30).

A um observador chinês êsses móveis não pareceriam de modo algum orientais; mas, paradoxalmente, frustraram-se todas as tentativas de introdução de autêntico mobiliário chinês no Ocidente, ao passo que móveis falsamente chineses iriam experimentar durante grande parte do Séc. XVIII inesperada aceitação, quer na Europa, quer nas Américas.

Foi a partir da última década do Séc. XVII que, primeiro na Holanda e logo depois na Inglaterra, a voga pelos móveis "chineses" se difundiu pela Europa, concretizada em detalhes ornamentais ou estruturais como a perna de cabriolé (31) ou o pé arrematado em garra-e-bola ("ball-and-claw"). Pouco depois seriam acrescentadas a esse exíguo repertório pretensamente chinês a cabeça de águia e a máscara leonina, como explica Cescinsky:

> Ao lado do pé em garra-e-bola (utilizado sòmente em cadeiras, sofás e bancos, não em outros tipos de móveis) deparamo-nos com a cabeça de águia, talvez

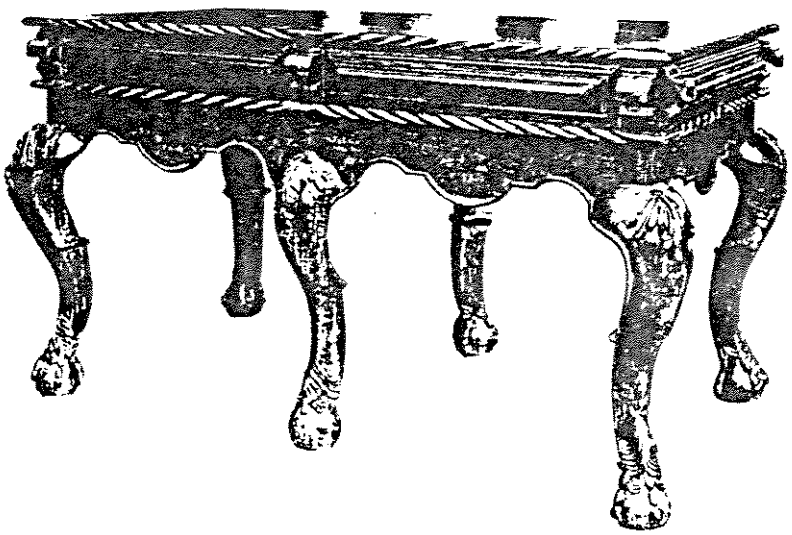
> sua derivação lógica, é de se suspeitar derivarem ambos de modelos chineses, de vez que no primeiro quartel do Séc. XVIII o estilo inglês encontrava-se num estágio fluido, passível de assimilar influências de onde quer que viessem. Em algum momento, mais tarde, encontramos a máscara de leão como uma adição ao pé em garra, mais em móveis de mogno do que nos feitos em nogueira (32).

Seria porém em Thomas Chippendale (1718-1779) que, na segunda metade do Séc. XVIII, os móveis ingleses à moda da China iriam encontrar seu campeão. Antes de Chippendale, é fato, alguns outros designers tinham editado catálogos ilustrados com detalhes ornamentais de móveis à la chinesa - como, entre outros, William Halfpenny, Matthew Darley, Matthew Lock e Henry Copland (33); nenhum, contudo, teve o dom de impor seu gôsto a tantas pessoas, na Inglaterra e fora dela, e nem por tanto tempo. O livro em que resumiu toda a sua arte de ebenista influenciado a um só tempo pela rocaille, o Extremo Oriente e o gótico é o The Gentleman and Cabinet-Maker's Director, surgido em 1754. Na primeira edição eram 161 as pranchas (algumas desenhadas por Matthew Lock e Matthew Darley, a maior parte devidas ao próprio Chippendale), formando vasto catálogo pelo qual os clientes podiam fazer suas encomendas - o que levou Kenworthy-Browne a considerá-lo uma "obra-prima de publicidade". A parte "chinesa" do Director mostrava como principais novidades as treliças geométricas, destinadas a adornarem espaldares e saias, as pernas lisas e retas e os remates arrebitados em forma de pagode, continuando disponíveis as elegantes pernas de cabriolé e os pés em garra-e-bola, vindos do Período Queen Anne. Paradoxalmente, é muito pouco o que se sabe da vida e da carreira de Chip-

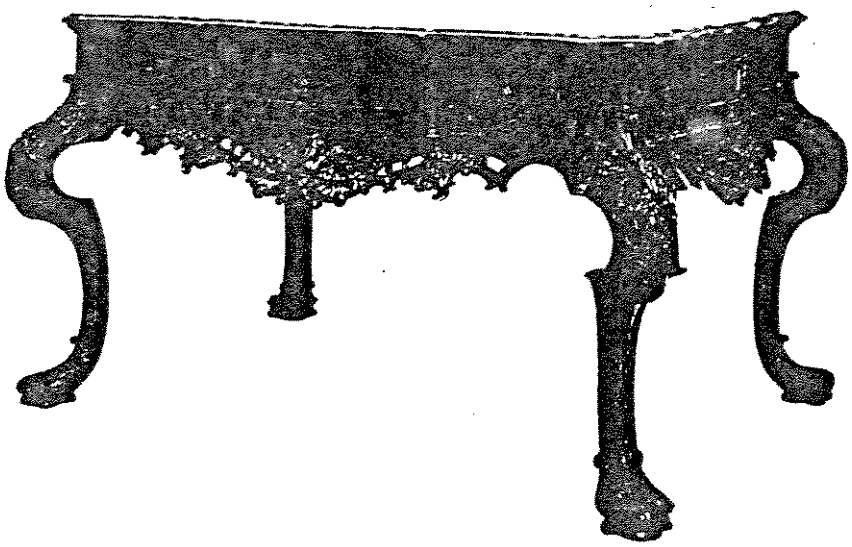
pendala (34), existindo até a versão de que teria por algum tempo residido no Porto (35).

Se examinarmos o mobiliário luso-brasileiro marcado pela China, iremos deparar-nos com dois grupos diferenciáveis: os dos móveis que acusam influência direta, e o dos que revelam influência indireta extremo-oriental, êsses bem mais numerosos que aqueles, sempre muito raros. Correspondem os primeiros a assimilações e interpretações regionais de formas e padrões decorativos observados em peças chinesas autênticas (não necessàriamente em móveis), enquanto os segundos refletem a moda europeia das chinoiseries. No primeiro grupo, de móveis acusando influência direta da China, encaixam-se desde logo uns raríssimos exemplos - quase todos originários do Nordeste ou mesmo de Portugal e remontando à primeira metade do Séc. XVII - que apresentam base ou pés em forma de leões ou simbas deitados, de fauces escancaradas ou língua estirada, a cabeça apoiada entre as patas dispostas em paralelo, na nuca caprichosos esculpidos de padrões ondulados sugerindo a juba - tudo, aliás, mais divertido que pròpriamente aterrador. É sobretudo nos móveis de guarda, como armários e cômodas, que ocorre êsse tipo de apoios, sabido como o leão é símbolo por excelência de vigilância e proteção, sobrenatural inclusive. Como exemplos de tais móveis citemos a estante de coro do Museu Histórico Nacional, procedente do Convento de Santo Antonio de João Pessoa, na Paraíba; o grande armário de cerca de 1650 que pertenceu à Camara do Senado de Olinda, em Pernambuco, repousando sobre três leões enfileirados; e a cômoda baiana, em Jacarandá, da Coleção Catharino, em Salvador.

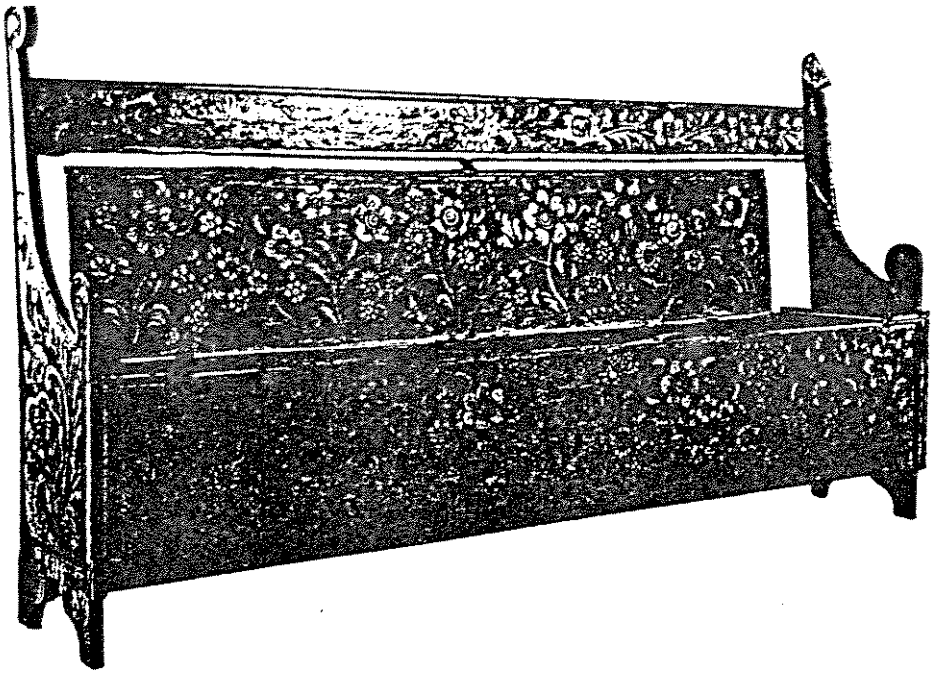




Acima, mesa de encostar miniaturizada, em jacarandá, vendo-se-lhe os pés em garra e bola (Museu Histórico Nacional). Abaixo, mesa de centro dotada de seis pés com joelheiras de saída brusca à maneira chinesa, e concluindo em pés de garra e bola também reminiscentes da China. Col. Part. RJ.



Mesa de centro em nogueira, com pernas de joelheira inusualmente volumosas de forte influência chinesa. Sec. XVIII. Col. Part. Curitiba.





Ao alto, banco originário de Diamantina, MG; embaixo, cômoda procedente de Goiás. Ambos os móveis em cedro, remontando à segunda metade do Séc. XVIII e exibindo ingênua policromia, reminiscente do mobiliário laqueado chinês.



Essa extraordinária cômoda repousa sobre dois simbas, ou "amigos do leão", de nítida conformação extremo-oriental.

Também no primeiro grupo integram-se alguns móveis que apresentam, sobretudo nos pés, recortes de linhas retas e curvas de um tipo comumente encontrado em mesas baixas chinesas do tipo kang - das quais podem derivar. São pés que divergem por completo daquales em garra-e-bola, de cachimbo, de sapata, espatulados, boleados, de burro etc., do mobiliário luso-brasileiro setecentista de inspiração ocidental (36). Exemplo de móvel com pés recortados à chinesa é o armário, originário de Itu, da Coleção Anita Marques da Costa, em São Paulo. Para fechar o grupo, mencionemos uns raros móveis, geralmente da segunda metade do Setecentos, nos quais repercute certa nota exótica que os transforma em objetos inusuais, singulares em sua configuração ou decoração: possuiu um desses móveis - uma mesa de centro, com pernas sem amarração dotadas de joelhos inusualmente volumosos - o saudoso colecionador Newton da Silva Carneiro, de Curitiba.

Muito mais numerosos são os móveis enquadráveis no segundo grupo, só remotamente derivados da tradição chinesa. Pertencem a esse grupo, primeiro, todos os móveis que se apoiam sobre pernas em cabriolé, também conhecidas entre nós como perna de cabriola, em curvas e contracurvas, em S, de saída abrupta ou tortas, encontradas no Brasil desde os começos do Reinado de Dom João V, e que desapareceriam de circulação só em fins do Séc. XVIII, inícios do Séc. XIX; em seguida, todos os móveis concluídos em pés do tipo garra-e-bola, que nunca foram tão comuns como as pernas de cabriolé, e que começariam a escassear já em tempos de Dom José I; existe porém uma diferença nesses pés de garra-e-bola luso-brasi-

leiros: é que enquanto na Inglaterra eles eram utilizados apenas em cadeiras, bancos e sofás, no Brasil foram empregados largamente, ocorrendo também em meias-cômodas, cômodas papeleiras, mesas de centro ou de encosto, etc.

Talvez por não corresponderem ao gosto luso-brasileiro, mais chegado aos rebuscamentos barrocos que à geometrização, tiveram pouca aceitação entre nós os móveis com treliças geométricas à maneira chinesa nos espaldares, postos em circulação no Ocidente também por Chippendale.

Notas

(1) - Cécile e Michel Beurdeley Mobilier Chinois. Office du Livre, Fribourg, 1979.

(2) - Esse trono, obra-prima da fábrica imperial, é pequeno: 94 cm de altura, 125 de largura, 91 de profundidade. Exibe decoração esculpida de motivos florais, com predominância cromática do vermelho e entonações de diferentes tipos de verde, amarelo e castanho visíveis nas camadas subjacentes. Entre os motivos ornamentais surgem símbolos, como os de Bons Auspícios, Longevidade, Harmonia Conjugal, o elefante com o vaso precioso ao lombo, etc. Como tantos tesouros da arte tradicional chinesa, o trono do Imperador Qianlong foi roubado por soldados franceses e britânicos que - sob o inglório comando do General Cousin-Montauban e Lord Elgin -, a 22 e 23 de dezembro de 1860 ocuparam o Palácio de Verão, residência dos Imperadores da China próximo a Pequim, incendiando tudo quanto não puderam carregar. Repartido entre a Rainha Victoria e o Imperador Napoleão III, restos desse botim hoje se encontram no Victoria and Albert Museum e em Fontainebleau.

(3) - Madeleine Jarry: Chinoiseries. Office du Livre, Fribourg, 1981, Cap. III, págs. 129-135.

(4) - Certos autores adotam a distinção entre móveis lacados, que são aqueles revestidos de autêntica laca oriental, e móveis acharoados, cuja aparência apenas imita a laca ou charão. Alinhamo-nos entre eles.

(5) - Cf. Jarry, op. cit. pág. 130.

(6) - Cf. Jarry, op. cit. pág. 133.

(7) - Charão, do chinês tchi liao, é o mesmo que laca ou lacre. Tilde Canti, porém, em seu livro O Móvel no Brasil - Origens, Evolução e Características (Rio de Janeiro, 1980, pág. 14), escreve: "Da China chega o uso do charão e da laca, dando surgimento aos móveis acharoados, com o fundo pintado de vermelho ou em cores escuras, os desenhos dourados com motivos chineses, flora e animais exóticos e também a aplicação da folha de ouro e dos nacarados". A mesma autora refere-se, à pág. 34, a catles ou leitos indianos importados desde o século XVI, completando: "Para Portugal foi também exportado um tipo de cama chinesa, dourada e laqueada, que lá recebeu a denominação de catre, porque, como os catles hindus, não tinha coluna. Daí surgiram os leitos pintados ou acharoados portugueses imitando o estilo chinês".

(8) - Sobre a visita do "Amphitrite" a Salvador, veja-se o curioso artigo de Affonso de Escragnolle Taunay: "Um Negreiro".

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1903, nº 144.

(9) - José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da Índia. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968, pág. 281.

(10) - Wanderley Pinho: História de um Engenho do Recôncavo. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2a. ed., 1982, págs. 497-502. Esclareça-se que ventô ou ventó era um pequeno móvel para guarda de jóias e preciosidades miúdas, possuindo uma só porta e, internamente, diversas gavetinhas, um pouco à maneira dos escritórios da China já mencionados.

(11) - Quem sabe não estariam entre essas pinturas chinesas trazidas da China em 1835 as quatro, de autoria de Sunqua, formando o Panorama do Rio de Janeiro, às quais nos referimos extensamente no capítulo "Sunqua e o Panorama Chinês do Rio de Janeiro" do presente trabalho?

(12) - Francisco Marques dos Santos: "As Belas Artes na Regência (1831-1840)". Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, Jul. a Dez. de 1942, Ano V, Vol. 9, nºs. 25-26-27, págs. 47 e 128.

(13) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio/Pro-Memória/IEL, Rio de Janeiro, 7a. ed. 1985, Vol. 2, págs. 466-467.

(14) - José Wasth Rodrigues: "Móveis Antigos de Minas". Arquitetura Civil III - Mobiliário e Alfaias. MEC/IPHAN, USP/FAU, São Paulo, 1975, pág. 193, originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 7, Rio de Janeiro, 1943.

(15) - Daniel V. Thompson: The Materials and Techniques of Medieval Painting. Dover, New York, 1956, págs. 108-121.

(16) - Jarry, op. cit. pág. 135-198; George Savage: Dictionary of Antiques. Barrie & Jenkins, London, 1971, págs. 229-232; Herbert Descinsky: The Gentle Art of Faking Furniture. Dover, New York, 1967, págs. 93-96.

(17) - Maria Helena Ochi Flexor: Mobiliário Brasileiro Bahia. Espade, São Paulo, 1978, págs. 58-59. A autora sustenta que também chegaram ao Brasil imitações inglesas de móveis da China: "Alguns desses móveis foram também utilizados nessa primeira metade do Século XVIII em Salvador, principalmente os contadores, estantes e caixas. Coincidem com as descrições dos móveis laqueados exportados para Portugal. Eram sobretudo em chartão vermelho, embora fossem chamados da Índia".

(18) - Robert C. Smith: The Art of Portugal. Weindenfeld & Nicolson, London, 1968, pág. 287: "The pagoda designs on the Viana bufete suggest the influence of the Treatise on Jappaning of John Stalker and George Parker, published in London in 1688. These exotic decorations, extremely rare in Portugal before 1700 but not

uncommon thereafter, offer an interesting parallel to the Chinese influence on the Sventeenth-century faience of Lisbon and Delft, exemples of both of which are displayed on these two bufetes".

(19) - Hélcia Dias: "O Mobiliário dos Inconfidentes". Arquitetura Civil III - Mobiliário e Alfaias. MEC/IPHAN, USP/FAU, São Paulo, 1975, págs. 152-153. Originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 3, Rio de Janeiro 1939.

(20) - Artur de Sandão: O Móvel Pintado em Portugal. Porto, 1966.

(21) - José Wasth Rodrigues: "Mobiliário". As Artes Plásticas no Brasil, Vol. I. Rio de Janeiro, 1952, pág. 186.

(22) - Ernesto da Cunha de Araújo Viana: "Das Artes Plásticas no Brasil em Geral e na Cidade do Rio de Janeiro em Particular". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 78, Rio de Janeiro, 1915, pág. 535: "Na arte aplicada, João Manso Pereira, natural de Minas, conhecedor do hebraico, do grego e do latim, fabricou porcelana com argila da ilha do Governador, imitou o charão e fez camafeus".

(23) - Cf. Serafim Leite: Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa e Rio de Janeiro, 1953, pág. 108. O Padre João Daniel, na Parte Segunda do Thesouro Descoberto no Rio Amazonas (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 3, Rio de Janeiro, 1841), escreveu à pág. 434: "As cuias, copos muito usados pelos Americanos, e na verdade bons copos, posto que todos são estimados, as destas vilas levam as primazias a todas as mais, porque as índias sabem dar-lhes com tal mestria o verniz e as tintas, que nunca se perdem. Já houve curiosos que quiseram experimentar a bondade deste verniz e não acharam nele diferença alguma do melhor charão da China".

(24) - Veja-se a respeito o capítulo "Relações Comerciais" do presente trabalho.

(25) - Judith Martins: Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. IPHAN, Rio de Janeiro, 1974, Vol. Segundo, pág. 273.

(26) - Consulte-se a respeito o pioneiro ensaio de Eugénie Miller Brajnikov, "Traces de l'Art Oriental sur l'Art Brésilien du début du XVIII Siècle", na Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, nº 9, Belo Horizonte, 1951.

(27) - Veja-se o capítulo "Chinesices na Pintura Mineira" do presente trabalho.

(28) - Nas primeiras décadas do Séc. XVIII ocorrem em Portugal as primeiras pernas de cabriolé e os pés em garra-e-bola copiados dos móveis ingleses, os quais a seu turno os tinham ido buscar ao mobiliário chinês. é o início de uma longa voga pelo mó-

vel achinesado e pelas chinesices em geral, em Portugal e logo em seguida no Brasil.

(29) - Houve, é claro, exceções - como a de William Chambers, que esteve na China antes de publicar em 1757 Designs of Chinese Buildings, Furniture, Dresses, Machines, and Ustensiles. Na parte relativa ao mobiliário, Chambers reproduz uma série de móveis de bambu, que ao que tudo indica iriam inspirar a decoração chinesa do célebre Pavilhão de Brighton, de fins do Setecentos.

(30) - John Kenworthy-Brone: Chippendale and his Contemporaries. Orbis Publ., London, 1975, pág. 6. Esse autor, diferenciando o Chippendale "chinês" do Chippendale "gótico", esclarece que "enquanto a chinoiserie era uma diversão feminina, caprichosa e exótica, o gótico era mais masculino e literário, volvendo um olhar nostálgico para o passado medieval". Chippendale êle próprio, na segunda edição aumentada de seu Director (1762), tratando de suas cadeiras com padrão geométrico de treliças, afirma serem as mesmas "muito adequadas para o quarto de vestir de uma lady, especialmente se o aposento estiver adornado com papel da India".

(31) - As pernas de cabriolé eram assim chamadas porque sugeriam remotamente a forma sinuosa das pernas de cabras.

(32) - Descinsky, op. cit. págs. 104-105.

(33) - Halfpenny publicou, em seu livro New Designs of Chinese Temples, de 1750, as primeiras estampas de elementos arquitetônicos à moda chinesa; é de 1751 o New Book of Chinese, Gothic and Modern Chairs, de Darley, e do ano seguinte o New Book of Ornaments, de Lock e Copland.

(34) - Na verdade, foram três Thomas Chippendale, sendo o segundo - a que se chama Senior - o mais proeminente. Esse Thomas Chippendale Senior, ou simplesmente Thomas Chippendale, nasceu em Worcester em 1718, filho de ebenista. Provavelmente em 1745 já residia em Londres, onde três anos depois casou-se. Em 1753 associou-se a James Rannier, que faleceria em 1766. Em 1755 um incêndio destruiu sua oficina, um ano depois da publicação do livro que iria celebrizá-lo. Em 1771 Chippendale forma nova sociedade, com Thomas Haig. Com seu falecimento em 1779, seus negócios seriam continuados pelo filho, Thomas Chippendale Junior (1749-1822), permanecendo a firma Chippendale, Haig & Co. em atividade até 1796. Estranhamente o nome de Thomas Chippendale não consta nas relações dos ebenistas londrinos de seu tempo, e nem da lista dos fornecedores do Rei! Mas tanto ele quanto o filho integraram a Royal Society of Artists. Raríssimos são os móveis que lhe podem ser com absoluta certeza imputados, sendo impossível serem de sua execução todos os móveis que lhe atribuem. Isso, a despeito de em certo momento de sua carreira ter tido à sua disposição nada menos de 22 cabinet-makers. Mais bem documentadas são as peças de mobiliário que realizou para a Harewood House, sob a orientação de Robert Adam. Diz John Kenworthy-Browne que "if Chippendale was one of the most enterprising and ambitious furniture makers, this does not mean that he was necessarily the best. It could be that his

business ability was greater than his craftmanship; but the situation became complicated as he employed many artists and craftsmen of high calibre in his business. Sadly, he did not make a fortune, but was constantly pressed for money, as his patrons did not always deem it necessary to pay him promptly".

(35) - Robert C. Smith, op. cit., pág. 305.

(36) - José Wasth Rodrigues, op. cit., pág. 188.

Ourivesaria

O ideograma chinês para prata, yin, é composto por outros dois, ken e tin, que isolados significam respectivamente obstinação e metal: a prata seria assim, para os chineses, o metal só obtido com obstinação - tão rara a sua ocorrência na China antiga, a qual dependia de importações da Índia ou do comércio ocidental, pago em piastras de prata, para suprir suas necessidades dela. Não se destacaram os chineses de modo especial como ourives, e raros foram os objetos de prata trazidos da China para o Ocidente através das diversas Companhias das Índias. Não admira, assim, que a ourivesaria chinesa tivesse poucos imitadores na Europa, a despeito da existência de muitas peças, notadamente na Inglaterra, com ornamentação de chinoiseries.

No que respeita a Portugal, se foi grande a influência indiana sobre a ourivesaria lusa, a ponto de se poder falar numa prataria indo-portuguesa, responsável pela ocorrência de peças elaboradíssimas, que causaram sensação em Lisboa em exposições ali realizadas em 1952, 1954, 1957 e 1983 (1), não se fez sentir influência dos artífices da China sobre a prataria lusitana, a não ser que se aceite como de remota origem chinesa a bizarra forma do caquesseitão (2) de certos aquamanis, porquanto esse estranhíssimo bicharoco, descrito por Fernão Mendes Pinto, deriva inequivocamente do dragão (3). Por outro lado, sobretudo no Séc. XVIII e nos primeiros anos do Séc. XIX, não poucas peças de ourivesaria profa-

na mostram motivos de chinoiseries na decoração - caso, por exemplo, de uma caixa para untos de c. 1804-1822 do ourives Antonio Firmo da Costa, mostrando em seu bojo, incisa, a figura de um mandarim protegido por guarda-sol que lhe estende um escravo, tudo em meio a um cenário de vegetais, flores e pássaros (4).

Quanto ao Brasil especificamente, tenuíssima foi a marca deixada pela China sobre nossa ourivesaria, e assim mesmo limitada a certos detalhes de ornamentação. Nos laterais de uma caldeirinha de água benta pertencente ao Museu de Arte Sacra da Bahia e exibindo a inscrição e a data Do Santjcjmo do Rozavjo Era de 1719 podem ser vistas duas carrancas de chineses de longas barbas e olhos amendoados - ao que pudemos apurar, a mais remota ocorrência desse tipo de ornato no país (5). Algumas peças, muito raras, de ourivesaria baiana de fins do Séc. XVIII e inícios do Séc. XIX mostram, na decoração incisa, flores em vasos e pássaros que parecem derivados dos que podem ser vistos em porcelanas das Companhias das Índias (6). Finalmente, existem palitéiros, todos do Séc. XIX, tanto portugueses quanto brasileiros do teor 10 dinheiros, exibindo com freqüência pescadores e outras figurinhas chinesas.

Notas

(1) - João do Couto e Antonio M. Gonçalves: A Ourivesaria em Portugal. Horizonte, Lisboa, 1960, págs. 150-151.

(2) - Na Peregrinação, Fernão Mendes Pinto descreve êsse animal fantástico, "tamanho duma grande pata com chaves pelas costas com uma ordem de espinhos pelo fio do lombo, do comprimento duma pena de escrever e, com asas das de feição das do morcego, com pescoço de cobra e uma unha a moda de esporão de galo na testa, com rabo muito comprido pintado de verde e preto como são os lagartos desta terra". Dois esplêndidos caquesseitões foram reproduzidos por Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó em Ourivesaria Portuguesa nas Coleções Particulares, Lisboa, 1974, pág. 34 (Fig. 8) e pág. 82 (Fig. 80).

(3) - Para os chineses o Dragão é o primeiro e o mais importante dos bichos de escama, que abranga peixes, serpentes e lagartos, não sendo de modo algum um animal maléfico, antes simbolizando a Mutação e, por conseguinte, a própria Vida. Não é impossível que o dragão chinês seja uma interpretação simbólica do crocodilo, que existe no Rio Yangtze, ou quem sabe uma reminiscência dos sáurios alados prehistóricos, dos quais foram encontrados fósseis em várias regiões do país. Sobre o Dragão e sua simbologia, consulte-se C. A. S. Williams: Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976, págs. 132-141.

(4) - Reproduzido em Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó, op. cit., pág. 160 (Fig. 210).

(5) - Reproduzido em Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Safra, São Paulo, 1987, pág. 165.

(6) - A observação ocorre em José e Gizella Valladares: "Ourivesaria". As Artes Plásticas no Brasil, Rio de Janeiro, 1952, pág. 323.

Têxteis

Numa passagem da Voyage Pittoresque et Historique au Brésil narra Jean-Baptiste Debret como, após jantar, os homens brasileiros costumavam enfiar-se numa "espécie de peignoir de tecido de algodão estampado" (1). Comentando êsse trecho, o erudito conhecedor das coisas brasileiras que foi José Mariano Filho esclarece:

> O roupão que os homens usavam em casa chamava-se chambre, corruptela de roba-de-chambre dos franceses. Os chambres eram feitos com um tecido especial de algodão (espécie de chita leve) de desenhos chineses. Seu uso foi de tal modo uniforme durante todo o Século XIX e princípios do século atual, que ainda recentemente, por "pano de chambre" se entendia no Brasil o mencionado tecido. As crianças (e as mulheres do povo quando no interior das habitações) usavam um camisolão do mesmo pano de mangas curtas, e três botões ao peito. Esse camisolão, que eu tive a honra de usar na minha meninice, chamava-se "timão". Como os chambres, era feito preferencialmente com tecidos de desenhos asiáticos - dragões chineses amarelados, sobre fundo marron ou vermelho escuro. Esse timão, foi a roupa que os jesuítas impuseram às índias cristianizadas. é uma espécie de batina de paisano (2).

Por onde se vê que pelo menos até fins do Séc. XIX, e ao menos em certas regiões do Brasil - José Mariano Filho era pernambucano, nascido em 1881 -, as crianças usavam camisolões com ornatos chineses de dragões amarelos sobre fundos vermelhos. é estra-

nho que José Mariano Filho não tenha também informado que "timão" (ou "quimão", ou ainda "queimão") era o nome que no Brasil assumiu o vocábulo japonês kimono, empregado, à falta de outro mais pertinente, para designar trajes, na verdade, chineses. Mas o quimão ou timão não foi usado apenas no Brasil, e sim também, logicamente, em Macau, como nos informa o erudito Padre Manuel Teixeira, o que nos permite supor que de lá tenha chegado:

> De 1557 até 1780, os macaenses usavam a saraça e o condê. A saraça era um vestido fino de algodão, por baixo dele usavam o baju, a que chamavam quimão; o condê era feito de papel, fingindo um veu agudo de três dedos de altura; amarrava-se nele um pano branco de três pontas, ao qual se prendia a saraça com uma fita. O Bispo D. Alexandre da Silva Pedro Guimarães publicou uma pastoral a 1º de abril de 1779 condenando este trajo que pouco a pouco desappareceu (3).

Que no Brasil já de longa data era usual entre a gente do povo esses trajos orientais, comprova-o o Padre Antonio Vieira, num relatório de 1661 sobre o estado da economia da missão jesuítica no Maranhão e Pará: "Para vestido, que é de algodão tinto (como se usa nas Índias e nesta terra), temos 24 fiandeiras com seus teares (4).

Os mapas de carga das naus da Carreira da Índia que chegavam a Salvador acham-se repletos de sonoros nomes de tecidos provenientes daquelas regiões longinquas da Ásia, e que assim constituíram, ao lado da escassa produção local, a matéria-prima

para a confecção de vestimenta do povo. Em seu estudo A Bahia e a Carreira da Índia, Amaral Lapa dá exemplos de muitos desses carregamentos, como por exemplo o da "Nossa Senhora da Visitação", arribada a Salvador em 1697, avariada, procedente da Índia, com grande partida de tecidos não só asiáticos como africanos - "bertangil", "bargela", "chaudeis", "gandezes" e outros, ao lado de "cambaias", "cotônias de seda", "panos de açafrão", "tafaciras de cambraia", "colchas de Algeria de Bengala" etc. (5). A 21 de novembro de 1728 chegava ao Rio de Janeiro, vinda de Macau, a nau "Madre de Deus", da Bahia, demorando-se naquela cidade o tempo suficiente para vender um grande sortimento de fazendas que trazia da China. Chegada em 1759, a nau "Santo Antonio e Justiça" despejou em Salvador variado carregamento no qual predominavam os têxteis, como cobertas "de balagate", lenços de algodão, "gargarazes" finos da Costa, "precalos", véstia de meias, chitas, lenços de morim, colchas de cetim, bordadas, forradas e franjadas, peças de linho de Surrate, de Diu e coromandeis, chitas "de balagate", panos de cafre, chitas da Costa, cetim bordado, pano de zuarte, chitas de Damão e mais uma infinidade de panos. Todos esses tecidos eram prontamente adquiridos na Bahia, a ponto de as autoridades de Lisboa terem reclamado em mais de uma ocasião da qualidade das mercadorias chegadas ao Reino, panos inferiores, e que só por isso não tinham encontrado comprador no Brasil. Sobre a qualidade dos produtos - não só dos têxteis adquiridos pelos europeus no Extremo Oriente, e na China em especial, já protestara aliás Frei José de Jesus Maria, numa passagem da Azia Sinica e Japonica que deve deixar hoje de cabelo em pé os colecionadores de antiguidades asiáticas:

> ...louça de cobre esmaltada, cujo esmalte com o calor lhe salta fora lindamente; charoens com bela vista e pouca dura; chá só em o nome, porque o dão a quantas folhas querem; e sedas em abundância, tênues no corpo, fracas em a dura, e pouco subsistentes em a cor. Cada vez estão ficando mais caros na China estes e outro gêneros e hoje se fazem todos falsificados, depois que a esperteza e a indústria dos chinas tem tomado muito bem o pulso dos Europeus, e vêm a ambiciosa concurrência de seus navios; ano passado de 1744 se ajuntaram vinte e dois em Cantão a tomar carga, e costumam vir de França, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca, Ostende, algumas vezes de Escócia, e de Mouros mansos de Surrate (6).

Se adicionarmos a essa imensa importação regular têxteis da Asia e da Africa entrados irregularmente, em navios estrangeiros que não podiam comerciar com o Brasil, veremos que nosso país foi na verdade para eles, em tempos coloniais, um extraordinário mercado de consumo. Assim, ao tocar em Salvador em 1703, regressando de Cantão, a "Amphitrite", que cinco anos antes fora o primeiro navio francês a comerciar diretamente com a China, ali vendeu a bom preço toda a sua preciosa carga. Os navios da Compagnie des Indes, aliás, não foram os únicos a burlar leis e proibições vigentes, imitados que eram com freqüência pelos ingleses e mesmo de nacionalidades outras, como já ficou escrito em outra parte do presente trabalho.

A grande aceitação desses têxteis asiáticos no Brasil fez com que, em certo momento do Séc. XVIII, o Govêrno de Portugal tivesse chegado a pensar em desenvolver um ambicioso projeto, in-

felizmente não concretizado. Consistia êsse projeto no estabelecimento de uma fábrica de chita estampada e ainda de outros tecidos no Pará, para o que seriam trazidos da Costa do Coromandel os melhores artesãos indianos, com suas famílias, viajando, todos, com passagens fornecidas pelo Govêrno em naus da Carreira da Índia, desde Goa à Bahia. A fábrica, com sua colônia de artífices indianos, seria instalada numa ilha escolhida pelos próprios colonos, que receberiam também gratuitamente moradia, sementes e todo o material necessário ao seu ofício. Os próprios indianos teriam o direito de administrarem suas aldeias, e lhes era garantida a manutenção de vestimentas, usos e costumes nacionais. Eles poderiam visitar livremente Belém e outras vilas, se assim o desejassem, porém ninguém poderia ir perturbá-los em suas aldeias, a não ser que autorizados. Um missionário cristão que conhecesse seu idioma, e que os acompanharia desde a Índia, serviria à comunidade de conselheiro espiritual - para os que fossem cristãos - e guia. O mais espantoso é que o projeto previa tratamento igual para indianos e luso-brasileiros, a isenção de direitos à produção dos seus teares, através de Portugal e de suas colônias ultramarinas (7)!

O gôsto pelos tecidos asiáticos viera-nos de Portugal, até onde chegara muito cedo. Não nos devemos esquecer de que já em 1508, a caminho de Malaca, Diogo Lopes de Siqueira levava instruções escritas para que se informasse sobre os chineses, inclusive sobre"... que vestidos que trazem". Os Imperadores Kangxi, em 1721, e Yongzheng, em 1728, sabiam muito bem o que estavam fazendo, ao incluírem entre os saguates ou presentes remetidos ao Rei Dom João V, ao lado de charões e porcelanas, leques e lanternas,

chás e outros produtos típicos, seis peças de cetim lavrado com flores bordadas a ouro e ainda outras seis com flores da mesma cor, cem fitas cheirosas em duas caixas de seda, oito peças de gorgorão e cinco de seda com flores de ouro, 40 peças de cetim e 22 de linho, seis peças de veludo e ainda 24 de cetim com flores de ouro, tanto eram do agrado do soberano português esses tecidos da China (8). Da realeza e da nobreza propagou-se tal predileção às demais camadas da sociedade portuguesa, e daí às colônias ultramarinas era um passo. No Brasil, como se viu, o povo vestia, se não trajes orientais importados, trajes feitos no país com tecidos orientais. E não apenas o povo miúdo, e nem só em tempos coloniais: mesmo depois da Independência, os jornais brasileiros anunciavam por diversas vezes a venda, em lojas especializadas, de "becas para Ministros", "becas para Desembargadores, ricamente bordadas da China", "uma beca rica e nova de setim de Macau bordada de veludo lavrado com o seu competente chapéu da mesma fazenda, para algum magistrado", etc. (9). Gilberto Freyre tem uma explicação para a preferência que nossos magistrados davam às becas vindas do outro lado do mundo:

> Eram os principais magistrados brasileiros, e não apenas os ministros, que se revestiam então, para o exercício de suas funções, de becas "ricamente bordadas", vindas do Oriente. Se o hábito faz sempre o monge, a justiça por eles administrada ou distribuída era antes a patriarcal que a estatal nas suas inspirações; a que considerava antes a família que o indivíduo ou o Estado. E a julgar pelas leis - então dominantes num país patriarcal como o Brasil - a favor da propriedade de homens por homens, de subordinação quase absoluta das mulheres aos maridos e dos filhos aos pais, da defesa da Religião como valor político e familial e não apenas indivi-

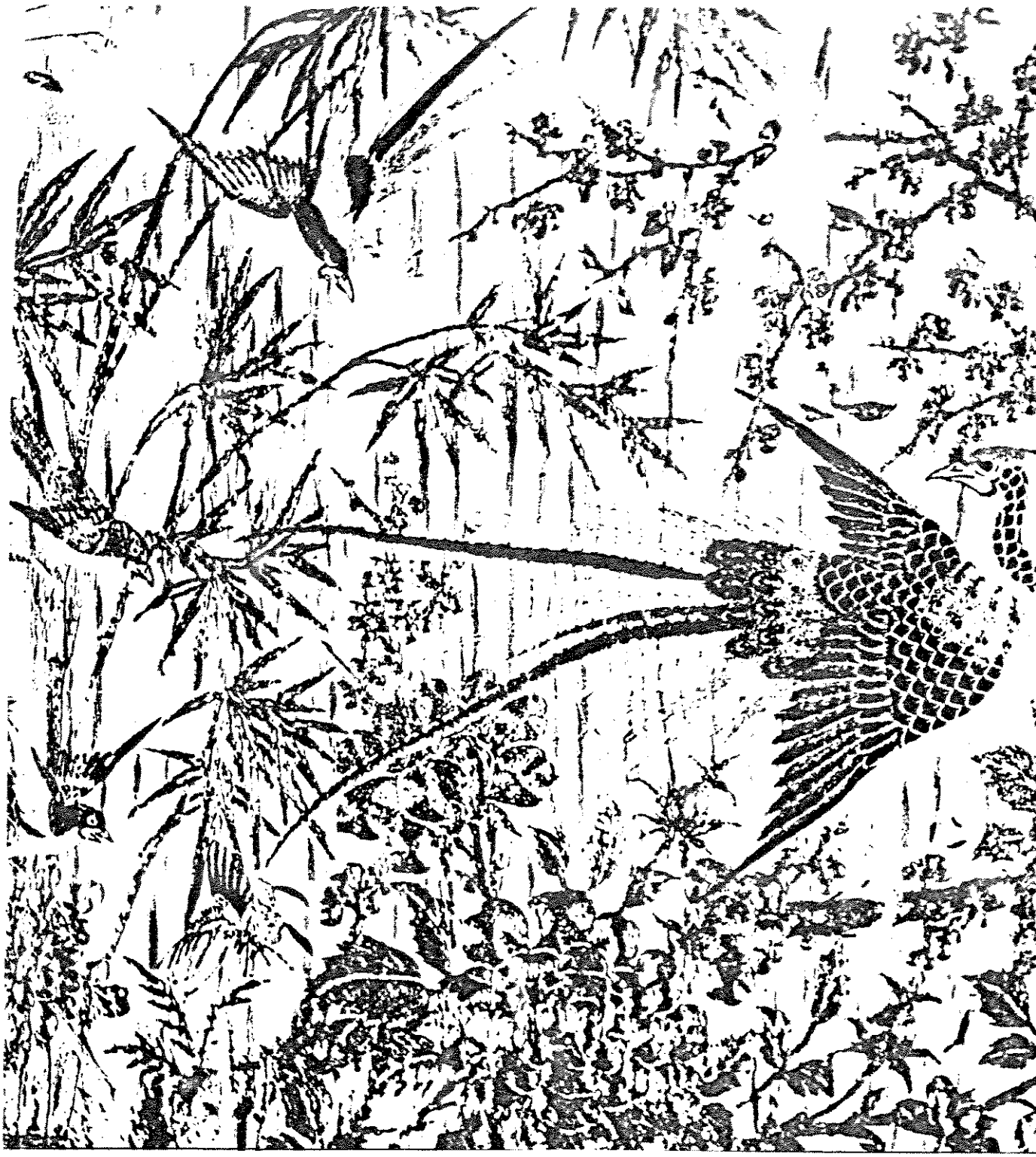
> dual ou pessoal, os magistrados brasileiros da primeira metade do Séc. XIX, revestidos daquelas becas orientais, se sentiam mais à vontade para exercer seu ofício do que em togas de juízes ingleses ou franceses impregnados de estatismo ou de secularismo. De modo que a importação de becas para magistrados correspondia à profunda afinidade entre os dois sistemas sociais e de cultura: o brasileiro e o oriental, êste representado principalmente pela China e pela Índia. E o mesmo era certo de outros artigos então importados pelos brasileiros, do Oriente, como vestidos bordados a ouro e prata. E leques, também insígnias de casta como os mandados fazer na China para comemorar aclamações e coroações no Brasil e dos quais se vêem curiosos exemplares no Museu de Petrópolis (10).

Xales de seda, vestidos de cassa bordados a ouro e prata, mantilhas aparelhadas com prata, guardanapos da Índia, lenços brancos, de cores e bordados de ouro e prata (como os que se podia adquirir em 1830 na loja da Rua da Alfândega, 126, no Rio de Janeiro, avulsamente ou em barricas de trinta dúzias, que é como chegavam da China), tudo isso compunha, nas primeiras décadas do Séc. XIX, o extraordinário arsenal têxtil ao qual mulheres mas também homens recorriam para aplacar sua necessidade de luxo, antes de que, por volta de 1840 mais ou menos, as pesadas vestimentas e fatiotas negras importadas da Europa viessem substituir as multicoloridas roupas asiáticas.

Também para o adorno ou a comodidade dos lares chegariam do Oriente colchas e esteiras da Índia ou de Macau, que funcionavam ocasionalmente como cortinados ou vedação de janelas; cobertores e lençóis, almofadões e fronhas para almofadas, alcatifas de estrado, guarda-portas, godrins ou colchas de abafo, panos de ar-

mar etc. Sobrevivências desses hábitos podiam ser vistas em 1937 em Recife: as colchas e panos do Oriente guardados ciosamente no sobrado do Pátio de São Pedro pelos irmãos Gomes Ferreira como herança dos avós.

Enfim, panos de altar, capas, casulas, estolas e dalmáticas, feitas por encomenda portuguesa na China e na Índia, desde o Séc. XVII, completam êsse panorama dos têxteis orientais chegados ao Brasil, não sendo poucas as sacristias que ainda conservam entre nós exemplares riquíssimos que o tempo poupou.



Colcha de seda, bordada com fios de ouro em motivos de pássaros entre flores. Trabalho chinês de fins do Séc. XVIII. Museu do Ouro, Sabará MG.

Notas

(1) - Debret permaneceu no Brasil de 1816 a 1831, publicando em 1834 e 1839 os fasciculos da Voyage. Suas observaçßes sobre os costumes brasileiros são válidas portanto para as décadas iniciais do Séc. XIX, embora compreensivelmente os usos e hábitos que descreve tenham-se originado antes, e se prolongado até bem depois de sua partida.

(2) - José Mariano Filho: Estudos de Arte Brasileira. Rio de Janeiro, 1942, pág. 173. Esse autor, reconhecendo embora "a perfeição absoluta" do desenho de Debret, diz de alguns deles que são "fantasistas", e critica acerbamente o cronista, a seu ver de uma "ignorância desconcertante sobre assuntos de ordem geral", incidindo em "erros grosseiros" e mesmo em "invencionices".

(3) - Padre Manuel Teixeira: Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional de Macau, Macau, 1984, págs. 587-588.

(4) - Padre Serafim Leite, S.I.: Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa e Rio de Janeiro, 1953, págs. 72-73. Serafim Leite informa que desde 1557 existia na Aldeia de São Paulo, na Bahia, um tear funcionando sob a responsabilidade de um indígena treinado pelos jesuítas.

(5) - José Roberto do Amaral Lapa: A Bahia e a Carreira da India. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1968, págs. 287-288.

(6) - Cf. Padre Manuel Teixeira, op. cit., pág. 401.

(7) - Charles R. Boxer: A Idade de Ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963, págs. 260-261 e Nota 11, pág. 361.

(8) - Os presentes enviados por Kangxi a Dom João V e ao Papa arderam num incêndio que destruiu, na Baía de Guanabara, a nau "Rainha dos Anjos" que os conduzia. Quanto aos remetidos por Yongzheng, sete anos mais tarde, sua relação completa pode ser lida em Padre Manuel Teixeira, op. cit., págs. 304-310.

(9) - Gazeta do Rio de Janeiro, 7 de março de 1821; idem, 11 de abril de 1821; Diário de Pernambuco, Recife, 29 de julho de 1842.

(10) - Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985, Vol. 2, págs. 445 e 448.

VI - Apêndices

Indios, ou Chineses?

A semelhança física entre nossos selvícolas e os chineses não passou desapercebida a bom número de estrangeiros que lograram entrar em contacto com os índios. O mais remoto paralelo esboçado entre chins e indígenas deve ter sido o de Pero de Magalhães Gandavo na História da Província Santa Cruz, publicada em 1576 em Lisboa: "Estes Indios são de cor baça, e cabelo corredio; têm o rosto amassado, e algumas feiçõs dele à maneira de Chins" (1).

A comparação reapareceria de tempos em tempos, para tornar-se quase lugar-comum em começos do Séc. XIX na pena de diversos viajantes de passagem pelo país. Assim, ao se depararem nas imediações do Rio de Janeiro com os chineses plantadores de chá da Fazenda de Santa Cruz, em 1817, Spix e Martius não deixam de anotar, surpresos:

> A fisionomia dos chineses imigrados foi-nos de especial interêsse e com o tempo ainda de maior espanto, pois julgamos descobrir neles o tipo básico que se observa nos índios (2).

Poucos anos mais tarde era a vez de o letoniano Ernest Ebel aludir à parecença física entre indígenas brasileiros e os

chineses que vira trabalhando no Arsenal do Rio de Janeiro:

> Vi igualmente mais de uma família de tapuias, pequenos de estatura e de feições rotundas mas bondosas. Sua tez é levemente acobreada e vestem-se como os negros. Andam em total liberdade e alguns trabalham no Arsenal. Aí também encontrei uns quantos chineses, engajados como operários, os quais, fisicamente se parecem com os tapuias até nos olhos, porém, têm-nos mais vivos e alongados (3).

Na Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, Jean-Baptiste Debret representou mais de uma vez capitães-do-mato indígenas de aparência marcadamente manchu, do mesmo modo como, na Malerische Reise in Brasilien, Johann Moritz Rugendas desenhou botocudos, machacaris, camacãs, puris, coroados e coropós que passariam, quase, por outros tantos tipos chineses. Rugendas foi mais longe, observando que

> Os Tupis e os Tapuias têm caracteres comuns muito pronunciados: êles têm a cor da raça mongólica da Asia e seu crânio apresenta a mesma conformação.

Para êsse grande pintor, a variedade de raças com que se deparou no Brasil constituiu um fato extraordinário, que ele engenhosamente assim buscou explicar:



Litografia de Debret, da Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, vendo-se capitães-do-mato que mais parecem chineses.

> As diversas raças de homens que se encontraram nos países do Novo Mundo, e a imensa variedade que as caracteriza, apresentam ao observador, ao estadista, ao cidadão, o panorama mais interessante que as sociedades humanas podem oferecer. Dir-se-ia que a civilização tenta igualar e mesmo ultrapassar as riquezas que a natureza faz brilhar no reino animal e vegetal. Desse ponto de vista, o Brasil ganha de todas as outras regiões da América, e principalmente das colônias espanholas. A importação de negros da Africa é aqui muito mais considerável e as raças indígenas mais numerosas; de resto, as colônias portuguesas da Ásia para isso contribuem com uma mistura de sangue malaio, chinês e hindu (4).

Na verdade, a semelhança física entre os chineses e os ameríndios pode vir de muito mais longe - desde a própria origem do homem americano, a qual, segundo sustentam inúmeros autores antigos, remontaria aos fenícios, aos gregos, aos romanos, aos israelitas e mesmo aos tártaros! Assim, Dom Diego Andrés Rocha, em seu Tratado Unico y Singular del Origen de los Indios, de 1681, defende a dupla origem, israelita e tártara, dos americanos, amparando-se em opiniões de quase centena e meia de autoridades (5). Bem antes dele, porém, Ambrósio Fernandes Brandão, nos Diálogos das Grandezas do Brasil de 1618, sustentava a origem israelita do nosso índio, asseverando que

> ... ainda hoje em dia se acha entre eles muitas palavras e nomes próprios pronunciados na língua hebreia e, da mesma maneira, costumes, como é tomarem suas sobrinhas por suas verdadeiras mulheres, que nem uma coisa nem outra fariam se os não houvessem depreendido de quem os sabia.

Quanto ao indígena do Peru, "fraquíssimo e pouco inclinado a guerras", seria, para Brandão, descendente dos antigos chineses, visto como êsse povo já desde remotas eras dominava a arte da navegação (6).

O curioso é que tais idéias, a uma análise superficial estapafúrdias, não estão de modo algum descartadas ainda hoje, tanto tempo decorrido do seu enunciado. Nem falta, na atualidade, quem reclame, para os selvícolas americanos, origem asiática, rechaçando a teoria da autoctonia sustentada por Ameghino e tantos mais. Vale destacar a tal respeito a opinião de Paul Rivet, para quem o povoamento do Continente Americano deu-se em levas sucessivas - pelo Norte, através do Estreito de Behring (que então, coberto de gelo, unia a Asia à América do Norte), pelo Sul e pelo mar (povos melanésios e polinésios). Rivet pensa inclusive que os povoadores mais antigos, vindos da Ásia pela língua de terra que deu origem ao se fender ao Estreito de Behring, eram povos mongoloides, caçadores que no encalço de suas presas realizaram a pé a travessia (7).

Bastante significativo parece-nos também o estudo do arqueólogo Emilio Estrada, publicado em 1962, que aponta semelhanças estilísticas entre a cerâmica chinesa da Dinastia Han (206 a. C. a 221 d. C.) e alguns artefatos cerâmicos, como casas votivas e mesmo travesseiros de argila, encontrados na região do Manabi Central. Por outro lado, o especialista em arte primitiva Douglas Frazer observou estreito parentesco entre o Estilo Chavín do Peru (1200 a. C. a 200 d. C.) e a arte chinesa do segundo milênio a. C.

, concluindo, tal e qual nosso Ambrósio Fernandes Brandão mais de 300 anos antes:

> é lógico que os peruanos não foram buscar na China seu estilo; não eram grandes navegadores, e nada existe na arte asiática que ateste tenham eles efetuado uma expansão através do Pacífico. As populações insulares e chinesas antigas, inversamente, já dispunham de pirogas com as quais bem podem ter atravessado o oceano, para assim trazer inspiração nova à cultura e à arte americanas (8).

Não desejamos, e nem saberíamos aprofundar-nos em tais assuntos; de qualquer modo, que não nos causem espanto a semelhança fisionômica entre índios e chineses ou japoneses (9) ou o bom relacionamento que parece ter prevalecido entre as duas raças no Brasil, a ponto de terem ocorrido casamentos interraciais, dos quais dá testemunho Maximiliano de Wied-Neuwied por exemplo (10).

Notas

(1) - Pero de Magalhães Gandavo: Tratado da Terra do Brasil / História da Província Santa Cruz. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980, pág. 122.

(2) - Cf. Gilberto Ferrez: O Brasil de Thomas Ender. Fundação João Moreira Sales, Rio de Janeiro, 1976, pág. 233.

(3) - Ernst Ebel: O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, pág. 55.

(4) - João Maurício Rugendas: Viagem Pitoresca Através do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1979, págs. 97 e 100.

(5) - Cf. Sergio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969, págs. 287-288.

(6) - Sobre as realizações chinesas na arte da navegação consulte-se Jacques Gernet: O Mundo Chinês. Cosmos, Lisboa, 1974, Vol. I, págs. 308-309.

(7) - Paul Rivet: As origens do Homem Americano. São Paulo, 1960.

(8) - Douglas Frazer: L'Art Primitif. Aimery Somogy, Paris, 1962, pág. 250.

(9) - Ainda em 1891, o Capitão-Tenente Colatino Marques de Souza assim escrevia, à pág. 29 de seu livro O Trabalho dos Chins no Norte do Brasil especialemtnte na Amazônia: "A raça amarela, atualmente existente nas florestas virgens da Amazônia, e que é avalida, sem exageração, em 150 mil almas, parece idêntica à dos Chins ou outros asiáticos". Quanto a uma origem japonesa dos indígenas das Américas, Betty Meggers e Clifford Evans encontraram no litoral do Equador restos cerâmicos que no seu entender testemunham contactos mantidos entre os habitantes da região e pescadores nipônicos já no terceiro milênio anterior à Era Cristã; e não parece haver dúvida de que as figurinhas votivas em argila encontradas em Tlatilco, no México, lembram de muito perto as japonesas do período Jomon, c. 1.000 a.C.

(10) - O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied afirma ter encontrado numa fazenda da Ponte do Gentio alguns chineses casados com moças índias, já convertidos ao catolicismo e vivendo em perfeita harmonia com brancos e africanos, se bem que ainda conservassem seus costumes nacionais e comemorassem as festividades tradicionais de seu longínquo país, além de possuírem entre seus trastes leques e porcelanas. Cf. Gilberto Freyre: Sobrados e Mu-

cambos. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985. Vol. 2, pág. 479, Nota 21.

Ideograma Chinês e o Concretismo Brasileiro

Num estudo sobre a contribuição da China à cultura e ao próprio mundo-de-idéias do brasileiro, não poderia deixar de ser feita uma alusão, ainda que sumária, ao papel fundamental que tocou ao ideograma chinês na gestão e posterior desenvolvimento da nova poética do Concretismo, tendência que se manifestou nas letras nacionais em meados da década de 1950, e da qual seriam principais teóricos Haroldo e Augusto de Campos, e Décio Pignatari. Esses três renovadores da poesia contemporânea brasileira sustentavam, no Plano Piloto para Poesia Concreta, publicado no quarto número da revista noigandres:, em 1958:

> a poesia concreta visa ao mínimo múltiplo comum da linguagem, daí a sua tendência à substantivação e à verbificação: "a moeda concreta da fala" (sapir); daí suas afinidades com as chamadas "línguas isolantes" (chinês): "quanto menos gramática exterior possui a língua chinesa, tanto mais gramática interior lhe é inerente" (humboldt via cassirer). O chinês oferece um exemplo de sintaxe puramente relacional baseada exclusivamente na ordem das palavras (ver fenollosa, sapir e cassirer) (1).

A referência a Fenollosa põe em foco o débito dos concretistas brasileiros para com o grande estudioso norte-americano da cultura extremo-oriental, autor do texto chave que é "The Chinese Written Character as a Medium for Poetry" (escrito por volta

de 1900), aliás traduzido por Haroldo de Campos e inserto na coletânea Ideograma - Lógica Poesia Linguagem, por ele organizada em 1977 (2).

Ao perceberem a importância do ideograma chinês e sua potencialidade, abriram os concretistas brasileiros uma nova era em nossa poesia, ao mesmo tempo em que, voltando-se para o inesgotável manancial da poesia chinesa e japonesa, revelaram, aos leitores brasileiros, em bem cuidadas traduções, grandes poetas até então totalmente desconhecidos no país, como que a justificar o que disse Ezra Pound, num de seus ensaios:

> Liu Ch'e, Chu Yuan, Chia I, e os grandes escritores do vers libre que precederam a era petrarquiana de Li Po são um tesouro no qual o século vindouro poderá vir a encontrar o mesmo forte estímulo que os homens da Renascença viram nos gregos (3).

Notas

(1) - Conforme Gilberto Mendonça Teles: Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro. Vozes/INL, Petrópolis, 3a. ed., 1976, págs. 343-345.

(2) - Haroldo de Campos, Org.: Ideograma - Lógica Poesia Linguagem. Cultrix, São Paulo, 2a. ed., 1986, págs. 115-162. O livro contém ensaios de S. Eisenstein, Chang Tung-Sun, Yu-Kuang Chu e S. I. Hayakawa, além de importante introdução do próprio Haroldo de Campos: "Ideograma, Anagrama, Diagrama: uma Leitura de Fenollosa".

(3) - Ezra Pound: "The Renaissance", em Literary Essays, Faber and Faber, London, 1954, pág. 218.

A China Vista por Brasileiros

A bibliografia brasileira sobre a China não chega a ser, obviamente, tão rica quanto a portuguesa, mas mesmo assim deparamo-nos ao levantá-la com expressivo número de títulos, muitos recuando inclusive ao Séc. XIX. São narrativas de diplomatas, reminiscências de viagens, estudos sobre a chamada Questão Chinesa, ensaios específicos sobre problemas políticos ou econômicos e, mais recentemente, reportagens sobre curtas permanências no país, devidas a intelectuais e jornalistas que visitaram a China a convite. Passemos em seguida a analisar sucintamente tais livros, com ênfase sobre os autores que estiveram efetivamente na China. É claro que nossa bibliografia não está completa, mas queremos crer que pouca coisa tenha escapado ao nosso levantamento.

Em 1837 aparecia na Bahia, impresso pela Tipografia do Correio Mercantil, o Ensaio sobre a Utilidade da Importação de Chinas para Colonisação do Brazil, dos primeiríssimos estudos que seriam consagrados ao tema. Seu autor era João Antonio Sampaio Viana, advogado e juiz de Direito em Salvador, o qual preconizava a importação de trabalhadores chineses livres, os quais em seu entender reuniam todas as condições para levarem a bom termo o desenvolvimento da colonização do país. O livro surgia no momento em que se discutia a oportunidade do estabelecimento de uma companhia colonizadora na Bahia.

Importação de Trabalhadores Chins, de José Pedro Xavier Pinheiro, aparecido em 1869 no Rio de Janeiro, tinha por meta incentivar a utilização de braços chineses na lavoura brasileira, uma vez que, conforme o autor, os culis da China eram mais laboriosos e robustos que os da India (pág. 11), e particularmente adequados ao cultivo da cana-de-açúcar, como já tinham demonstrado em Cuba (pág. 15). Xavier Pinheiro adverte que a seleção dos imigrantes chineses deveria ser levada a efeito com critério, já que "artistas não servem para a lavoura" (pág. 22), e tranquiliza os adversários dessa imigração, dizendo que, apesar de sua "fealdade repugnante", dos seus "hábitos extravagantes", de sua língua "pouco eufônica" e até dos seus trajes "sem elegância", na verdade a aparência dos chinas era "mais jacosa que terrível" (pág. 20). A parte mais notável do livro principia contudo à pág. 34, quando o autor fornece uma série de dados sobre o que foi a imigração chinesa para o Brasil, a partir de 1854, ano em que o comerciante Manoel de Almeida Cardoso ofereceu-se para organizar uma empresa de navegação com o objetivo de ir buscar culis à China.

Em agosto de 1874, por determinação especial do Imperador Pedro II, Francisco Antonio de Almeida deixava Marselha, a bordo do "Ava", com destino ao Extremo Oriente. Tinha por incumbência acompanhar, como adido a uma missão científica francesa, a passagem de Vênus sobre o Japão, que ocorreria a 9 de dezembro daquele ano. Cinco anos mais tarde, Almeida dava à publicidade suas impressões de viagem no livro Da França ao Japão (Rio de Janeiro, 1879), que ao que saibamos é a descrição mais antiga feita por brasileiro de uma estada na China. É nos capítulos VI, VII e XIII

de sua obra que o autor narra alguns detalhes de sua viagem à China, iniciada por Hong-Kong e Macau e concluída em Xangai. Como em fins de dezembro de 1874 Francisco Antonio de Almeida iniciava a viagem de regresso, isso significa que terá passado no Extremo Oriente três meses, se tanto, dos quais pouquíssimas semanas em território chinês: não poderia, por conseguinte, ter escrito em profundidade ou extensão sobre o pouco que logrou ver e entender. As suas são considerações ligeiras sobre aspectos da civilização e dos costumes (como os pés deformados das mulheres, por exemplo), ou sobre a decadência econômica de Macau e a crescente pujança de Hong-Kong; em duas ocasiões alude ao tráfico de culis, e esboça um tímido protesto contra o modo brutal como se desenrolara. Talvez a parte mais curiosa de seu livro esteja nas ilustrações litográficas, executadas no Rio de Janeiro na Oficina de A. Speltz. Três delas - "Mandarim Civil" e "Dama Chinesa e sua Criada", a cores, e "Mulher Chinesa", em preto e branco - ilustram os capítulos alusivos à China. A estampa em preto e branco está assinada J. Mill - Joseph Mill, artista suíço radicado no Rio de Janeiro em começos da década de 1860, e que se notabilizaria como caricaturista; quanto às litografias coloridas, não trazem indicação de autoria, podendo ser devidas quem sabe ao próprio Mill, talvez a Rafael Bordalo Pinheiro ou Augusto Off, os dois outros artistas que se incumbiram das ilustrações. É difícil precisar se se trata de criações, ou de interpretações feitas a partir de originais alheios.

Trabalhadores Asiáticos (Nova York, 1879) foi o livro escrito por Salvador de Mendonça (1841-1913) por incumbência do

Conselheiro João Lima Vieira Cansansão de Sinimbú, com a finalidade de estimular a importação de braços chineses para a agricultura brasileira, no auge do que se convencionou chamar entre nós de Questão Chinesa. O autor - escritor e diplomata, amigo de Machado de Assis, colecionador de Old Masters que mais tarde doaria à Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes e por longos anos cônsul-geral em Nova York -, não poderia imaginar que seu trabalho iria gerar protestos indignados da parte dos positivistas brasileiros, à frente Miguel Lemos - e como já mostramos em outra parte do presente livro. Trabalhadores Asiáticos é obra bem estruturada e escrita, que começa por uma série de dados e considerações sobre a geografia, a economia, os costumes, a língua, as crenças religiosas, a forma de governo e a história da China, continuando por enfocar, em curto esboço histórico, as relações comerciais e diplomáticas entre a China e a Europa, e a China e os Estados Unidos da América. Tudo isso serve como parte introdutória à principal, que principia nos Capítulos VI e VII ("Imigração Chinesa e Coolies") e tem seu ápice no Capítulo VIII ("Trabalho Chinês"). Posicionando-se contra o tráfico de culis tal como praticado pelo Peru ou por Cuba, "de natureza a fazer corar de pejo as nações civilizadas, das quais sahiram antes capazes de praticar tamanho crime" (pág. 187), e após citar casos de morte por asfixia ocorridos nos porões superlotados de culis de navios como o "Waverley" norte-americano (1855) ou o "Napoleone Canaver" italiano (1865), Salvador de Mendonça sustenta que o Brasil deveria optar por trabalhadores chineses livres, do tipo dos que se tinham estabelecidos nos Estados Unidos da América, cuja operosidade ressalta. Mas não deixa de elencar os muitos defeitos que, a seu ver, os chineses possuíam,

taxando-os de mentirosos, desleais, desconfiados, dados ao latrocínio e ao jogo, concuspicentes, hipócritas, pouco asseados e incapazes de criar amor pela nova terra... Sem falar no perigo da "mongolização", para o qual à época muitos higienistas brasileiros vinham também chamando a atenção das autoridades imperiais.

Filho do Barão de Japurá e, como o pai, diplomata (após ter participado muito jovem de operações com a Marinha Imperial na Guerra do Paraguai), Henrique Carlos Ribeiro Lisboa (1847-1920) era adido da Legação do Brasil em Madrid quando foi designado para integrar a Missão Especial Brasileira incumbida de negociar um tratado de amizade, comércio e navegação com a China - na verdade, de garantir braços "livres" chineses para a agricultura brasileira, às voltas com uma séria crise gerada pela falta crescente de braços negros escravos. A missão, chefiada pelo Almirante Barão de Jaceguay, Artur Silveira da Mota, e integrada ainda pelo Ministro Eduardo Callado e pelo Adido Naval Luiz Felipe de Saldanha da Gama, partiu de Toulon a bordo da corveta imperial "Vital de Oliveira", para em junho de 1880 chegar a Hong-Kong. Passaria sucessivamente por Cantão, Macau, Xangai e finalmente atingiria Tientsin, onde a 5 de setembro do mesmo ano era firmado o tratado, assinado em nome do Imperador Guangxu pelo Vice-Rei Li-Hung Chang. Como os termos desse tratado não foram aceitos pelo Govêrno Brasileiro, Henrique Lisboa permaneceu em Tientsin por mais um ano, secretariando o Ministro Callado, enquanto Silveira da Mota partia para o Japão. Finalmente, novo tratado foi firmado a 3 de outubro de 1881. Aproveitando o tempo de sua permanência, Henrique Lisboa tomou notas que se transformariam mais tarde em dois livros, A China

e os Chins - Recordações de Viagem (Montevidéo, 1888), e Os Chins do Telarlos (Continuação d'A China e os Chins) (Rio de Janeiro, 1894) - dos quais infelizmente só conseguimos consultar o primeiro, aliás ilustrado com 44 xilografias que parecem reproduzir fotografias do autor, que era fotógrafo amador e até montara em sua casa em Tientsin um laboratório fotográfico, como explica à pág. 236. A China e os Chins é livro de impressões que busca ao mesmo tempo dar uma contribuição ao problema, então palpitante, da imigração chinesa para o Brasil. Nos seus onze extensos capítulos alternam-se a descrição da viagem ("Hong-Kong", "Cantão", "Macau", "De Hong-Kong a Changai" e "De Changai a Tientsin") a informações históricas, econômicas e sociais ("Os Europeus na China", "Agricultura e Indústria", "Religião, Ciência e Artes", "Instituições Políticas" e "Raça, Caráter e Costumes"); o último capítulo trata da "Emigração Chinesa", seguindo-se os apêndices, um deles reproduzindo o texto do Tratado de 1880. É evidente a simpatia e o conhecimento com que o diplomata brasileiro trata a China e os chineses, chegando seu zêlo a ponto de ter-lhes estudado o idioma (pág. 226: "Achava-me profundamente entretido no estudo da sintaxe mandarina..."). Numa das ilustrações do livro, aparece inclusive em trajes chineses, e nas descrições de costumes, instituições políticas e sociais e do caráter do chinês, é preciso e bem informado - de uma boa informação colhida nos melhores livros, e aprimorada no contacto pessoal com o povo. São particularmente curiosos os capítulos sobre Macau, e a descrição das circunstâncias em que se celebrou o Tratado de Tientsin em 1880.

Também o Chefe da Missão Brasileira à China em 1880, Ar-

tur Silveira da Mota, no segundo volume de sua autobiografia De Aspirante a Almirante (Rio de Janeiro, 3 vols. 1906, 1907 e 1908), evocou as interessantes negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de 1880, no capítulo "Primeira Missão Brasileira à China", detendo-se entre outros pontos no exame da personalidade de Li-Hung Chang, a quem caberia quinze anos mais tarde celebrar com a Rússia um pacto secreto anti-nipônico.

Em 1891 aparecia o livro O Trabalho dos Chins no Norte do Brasil especialmente na Amazônia, no qual o Capitão-Tenente Colatino Marques de Souza apontava a utilidade da importação de trabalhadores chineses, sublinhando que "a nascente República dos Estados Unidos do Brasil tem muito a lucrar no utilíssimo trabalho dos chins", contanto que o mesmo

> ...fosse aplicado, temporariamente, no desseccamento dos pântanos, nas barragens dos rios, na construção de açudes, canaes e fossos para as irrigações e progresso da agricultura, nas derrubadas das florestas para constituírem em terrenos fertilíssimos, apropriados à colonização europeia, na construção das estradas de ferro, e também nas manufaturas, nas usinas, nas minas e até no serviço doméstico irrepreensível.

Pensava Colatino que o esforço dos chins poderia até mesmo "debelar as secas do Ceará e constituir êsse Estado em um verdadeiro éden"! Pelo seu plano, competiria aos chins preparar o terreno, que depois seria entregue aos europeus ou, de preferência, aos norte americanos...

A página 24 de Samurais e Mandarins, seu livro de impressões sobre o Extremo Oriente, transcreve Luís Guimarães Filho (1878-1940) o conselho que recebeu do sábio Professor Chiba, diretor do Colégio de Línguas Estrangeiras de Tóquio, para que se diferenciasse de todos quantos visitam o Japão, não escrevendo nenhum livro de viagem, ao regressar. O conselho não foi, infelizmente, obedecido: obra de literato, resvalando com insuportável freqüência para o beletrismo inconseqüente, Samurais e Mandarins mereceu ainda assim, ou talvez por isso mesmo, duas edições: em 1911 e 1925. O autor, filho do célebre poeta parnasiano Luís Guimarães Júnior e - como o pai - diplomata e escritor (que em 1917 chegaria inclusive à Academia Brasileira de Letras), narra, em texto eriçado de literatice e interrompido aqui e ali por transcrições de poemas, sua estada primeiro no Japão, e logo em seguida na China, a partir de 1905. É na segunda parte do livro, bem mais breve que a primeira (consagrada ao Japão), que Luís Guimarães Filho refere-se à sua experiência na China - pela qual aparentemente não nutre qualquer especial simpatia ou autêntico interêsse cultural. São ao todo sete capítulos - sobre Pequim, a cidade de Kiu-Kiang ("um grandíssimo chiqueiro"), o Rio Azul ("caprichoso como uma mulher"), a Grande Muralha e os jazigos dos Imperadores Ming (os melhores, talvez, dessa parte da narrativa), o Palácio de Verão ("repleto de inúteis quinquilharias de todo o gênero") e - o mais extenso de todos - o em que descreve uma visita ao convento católico de Jen-Tsen-Tsang, em Pequim, o que lhe enseja estender-se desnecessária e desmedidamente, das páginas 327 a 367, em considerações sobre o assédio dos Boxers, em 1900, à Missão Católica

de Pequim, e sobre a desesperada resistência que ali encontraram. Livro raso, de quem, positivamente nada entendeu do que viu - e nem fazia muita questão de entender.

Como observador militar, o Tenente-Coronel José Lima Figueiredo esteve em 1931 na China, acompanhando o incidente sino-japonês. No regresso publicou Um Ano de Observação, que é o relatório técnico de um militar, embora surjam no texto observações pertinentes sobre o que chama de Problema Chinês. O autor anunciava estar preparando novo livro, China - Ida e Volta, ao que nos conste nunca publicado.

Jornalista e boêmio, possuidor, segundo suas próprias palavaras, de uma vaga ascendência oriental - tanto que em São Paulo conheciam-no como O China, Nelson Tabajara de Oliveira era redator de O Estado de São Paulo quando, aos 27 anos, foi nomeado auxiliar do Consulado do Brasil em Xangai, para onde embarcou em junho de 1931 a bordo do navio japonês "Kanagawa", que levaria 64 dias para completar o percurso entre o Rio de Janeiro e aquela cidade. Mais tarde transferiu-se ao Vice-Consulado em Hong-Kong, permanecendo também algum tempo na Legação em Pequim, além de ter realizado uma visita ao Japão. Substituido por Afonso Lopes de Almeida, retornou ao Brasil em fins de 1932, tendo permanecido cerca de ano e meio no Extremo Oriente, sendo em Xangai oito meses. Do Extremo Oriente Tabajara de Oliveira enviou para seu jornal reportagens, as quais mais tarde originariam dois volumes: Roteiro do Oriente - Impressões de Viagem (1933) e Shangai - Reportagem do Oriente (1934). Escritos num estilo despretensioso e demonstrando

o senso de observação natural num repórter, são livros que possuem interêsse, sem todavia extrapolarem nunca do âmbito jornalístico. Em Roteiro do Oriente, por exemplo, conta Tabajara de Oliveira ter visto em Durban, durante a permanência de seu navio nesse porto sul-africano, rinquixás puxados por negros; qualifica de "bárbaro" o processo de deformação dos pés das chinesas, após ter encontrado "algumas descalças, mostrando as plantas dos pés inteiramente dobradas para dentro, com horríveis reentrâncias, os dedos recontados e o calcanhar comprimido"; e conta ter-se deparado com um velhinho chinês que vivera dez anos no Brasil, nos últimos anos do Império, conhecera Pedro II e ainda arranhava sofrivelmente o português. Mas é no segundo livro, Shangai - Reportagem do Oriente, que trata mais demoradamente dos costumes e da vida na China, aludindo aos rinquixás e às brigas de galo, ao diabolô e às pulgas amestradas, traçando paralelos entre certos hábitos chineses e os nossos - as carpideiras chinesas, por exemplo, que lhe evocaram as do Nordeste, ou a superstição dos chins com relação aos gatos pretos. O que mais desperta a atenção do autor é, porém, a vida noturna e boêmia da cidade, com seus cabarés, antros, fumoirs e prostíbulos, confessando êle sem rebuços ter experimentado o ópio, que aliás considera ótimo afrodisíaco - predileções que talvez tenham contribuído para lhe encurtar a permanência na China e na carrière - da qual, aliás, fala com mal disfarçado ressentimento.

China e Índia - Arte e Sabedoria Milenares (Rio de Janeiro, 1942), de Francisca de Vasconcelos de Basto Cordeiro, é uma síntese da evolução artística e intelectual dos dois países, condensação bem feita de dados e informações sem dúvida valiosos, mas

sem maior utilidade para os fins do presente estudo. Mais importante é Shangai - Aspectos Históricos da China Moderna (Rio de Janeiro, 1942) de José Oswaldo Meira Pena. Diplomata, Meira Pena traça a história da China contemporânea, desde a abertura do país ao Ocidente, no Séc. XIX - com episódios como a Guerra do ópio, a Revolta dos Taiping e dos Boxers etc. - até a Guerra do Pacífico, nos primeiros anos da década de 1940, passando pela Revolução Chinesa que deu origem à República de Sun Yat-Tsen, e pela Guerra com o Japão. Ressalta-se que Meira Pena serviu por duas ocasiões na China, falando por conseguinte com conhecimento direto.

Também diplomata foi Labienno Salgado dos Santos, o qual por dois anos, de fins de 1918 a começos de 1921, serviu em Pequim antes de ser transferido para Buenos Aires. Visões da China (Rio de Janeiro, 1944) é o livro em que evoca, a uma distância de mais de 20 anos, sua estada naquele país, com descrições de sítios históricos, como a Grande Muralha e o Palácio de Verão, e alusões a costumes como os pés deformados, os rinquixás e os rabichos, que o autor ainda conseguiu ver, ao mesmo tempo em que as primeiras bicicletas. Em 1957 Labienno achava-se em Taiwan, como embaixador brasileiro junto à República da China.

Publicado em 1956, Nós e a China, de Osny Duarte Pereira - Juíz de Direito, intelectual conhecido por suas posições políticas à esquerda, membro proeminente da Associação Brasileira de Juristas Democráticos - inaugura uma série de livros que, pelos próximos dez anos, buscarão analisar e entender a China de hoje, em toda a sua complexidade política, econômica e social. Num estilo

apaixonado, o autor traça inicialmente o cenário geográfico e a evolução histórica do país, até a Dinastia Ming, detendo-se em seguida no estudo da presença ocidental na China, até começos do Séc. XX. A proclamação da República e a atuação de Sun Yat Tsen, o papel de Chiang Kai-Shek, a luta sino-japonesa pela Mandchúria, o surgimento de Mao Tse-Tung e a Longa Marcha de 1934-1935, a segunda guerra sino-japonesa e o início da Segunda Guerra Mundial, as conseqüências dela advindas para a China e, finalmente, a instauração da República Popular são desenvolvidos em capítulos bem fundamentados, apoiados em bibliografia atualizada, motivando-lhe a cada passo comparações com situações brasileiras, veementes acusações à política norte-americana no Extremo-Oriente e na América Latina e palavras de incentivo e apôio à luta dos progressistas contra o capitalismo ianque e a ação impatriótica dos entreguistas - tudo de acôrdo com o jargão político da época.

Embaixatriz e notável escultora ligada ao Movimento Surrealista Internacional, Maria Martins visitou a China em fins de 1956, a convite do Primeiro-Ministro Chou En Lai, tendo sido recebida pelo presidente Mao Tse Tung, de quem traçou um perfil simpático. Dois anos depois da visita apareciam no Rio suas impressões de viagem, sob o título Ásia Maior - o Planeta China. O livro principia por uma síntese da história social, cultural e econômica da China e por uma análise do que foram a transição do Império para a República e do Nacionalismo de Chiang-Kai-Shek para o Comunismo de Mao. A autora descreve a Cidade Azul (Pequim), a condição da mulher antes e depois de 1940, a cultura nacional e as reformas em andamento no campo da Saúde, da Agricultura e da Indústria. É

infelizmente demasiado curta a descrição da visita que faz ao célebre pintor Chi Pai Shih, então com 96 anos, e que faleceria pouco tempo depois: o artista, na ocasião, presenteou-a com uma de suas pinturas. No que respeita, contudo, à pintura chinesa, Maria Martins parece não a ter entendido, tanto que a taxa de "plàsticamente monótona" comparada à do Ocidente. Fecha o livro uma "Meditação sobre a China", na qual a autora sustenta:

> Quem visita a China de Mao Tse Tung volta, assim, cheio de admiração pelo esforço do povo, pelo trabalho convincente e honesto dos governantes e pelo progresso dos notáveis empreendimentos realizados. Não pode, desgraçadamente, deixar de protestar contra o trágico desaparecimento do indivíduo e a despersonalização do homem.

São narrativas jornalísticas de viagens à China livros como Além das Torres do Kremlin (Salvador, 1958), de Flávio Costa, Caminhos da Terra (Rio de Janeiro, 1959), de Eneida de Morais, Os Dias Chineses (Rio de Janeiro, 1961), de Helena Silveira, Viagem à China Aberta (São Paulo, 1974), de Claudio Bojunga - livro antes publicado no Jornal da Tarde em forma de reportagens, de 7 a 12 de agosto de 1974 -, China, Chá e Cheng - Reportagem (São Paulo, 1976), de Roberto Muylaert: fatos corriqueiros, pessoas conhecidas, lugares visitados, os pés de lótus que Eneida, por exemplo, ainda viu, os telhados de Pequim, "que parecem desejar voar", segundo Helena Silveira e pouca coisa mais é o que encerram essas publicações, fruto de curtas permanências de escritores e repórteres.

A China é Sempre Formosa (Rio de Janeiro, 1958), de Ricardo Joppert, constitui o relato de uma viagem a Taiwan efetuada em 1957 por um adolescente de 17 anos, desde a meninice fascinado pela civilização chinesa. São impressões do autor, que posteriormente tornaria a publicar livros de maior interêsse sobre a arte e o pensamento chineses.

China, o Nordeste que deu Certo (Rio de Janeiro, 1979), de Heloneida Studart, conta a permanência dessa escritora cearense na República Popular da China. A autora compara favoravelmente a China ao seu Nordeste nativo, à medida em que avança por Pequim, Tachai, Xangai, Lo Yang, Hang Zhou e Nanquim, com a indefectível excursão à Grande Muralha. Há observações e comentários bem humorados sobre locais, fatos e situações presenciadas ou vividas, tópicos sobre o amor e o pudor, a condição da mulher, o Exército Vermelho, os médicos descalços e a medicina tradicional, a vida dos estudantes nas universidades, a ausência de cães, gatos e pardais, etc., culminando com uma visita ao túmulo de Mao. É livro muito típico da época em que surgiu - o fim dos anos 1970 - quando a China pós-Mao fascinava certos intelectuais brasileiros.

Humberto Braga é o autor de O Oriente é Vermelho (Rio de Janeiro, 1979), livro político mas não sectário, como a seu respeito escreveu o prefaciador, Josué Montello. Trata-se de outro estudo sobre a China pós-Mao, fruto de uma estada de apenas 15 dias. Só que o autor, ao contrário de tantos visitantes apressados, preparou-se longamente para a viagem, demonstrando sólidos

conhecimentos sobre a China antiga e moderna. Seu livro é, por isso, bem mais que um simples relato de viagem.

Versando aspectos puramente econômicos e como tal destinados a especialistas são China, uma Nova Civilização (Rio de Janeiro, 1962), de Pimentel Gomes, e o recentíssimo O Despertar da China (São Paulo, 1990), de Carlos Tavares de Oliveira. Também destinado aos interessados especialmente nos fundamentos filosóficos e no pensamento religioso e moral da China é o O Alicerce Cultural da China (Rio de Janeiro, 1978), de Ricardo Joppert.

Fechando a série, falemos de Henfil na China (antes da Coca-Cola), do cartunista Henfil (publicado em 1980; 15a. edição em 1984). É admirável o senso de observação demonstrado pelo autor ao relatar sua viagem de 16 dias a Pequim, Xangai e Cantão em 1977, utilizando-se para tanto de um texto ágil e independente, cheio de observações saborosas e ainda por cima ilustrado com seus desenhos inconfundíveis. Uma relação incompleta dos assuntos tratados por Henfil dá bem uma idéia da riqueza do livro: comunas, médicos descalços, bicicletas, soldados que parecem carteiros, carteiros que paracem soldados, fábricas, creches, operários, sistema de educação, fábrica de arte, massificação, marxificação, padronização da arte, televisão, custo de vida, brinquedos, natalidade, comitês de bairro, abrigos atômicos, dazibaos, propaganda política, acupuntura, sexualidade, espetáculos de teatro e música, a queda do "Bando dos Quatro", soldadinhos vermelhos, esquistossomose, posters de Mao, pagodes, cartunistas chineses...

Chineses entrados no Brasil 1814-1842

O presente levantamento foi realizado a partir dos quatro volumes do Registro de Estrangeiros publicados a partir de 1960 pelo Arquivo Nacional (Vol. I: 1808-1822; II: 1823-1830; III: 1831-1839; IV: 1840-1842). O Arquivo Nacional não possui documentação desse tipo após 1842.

Convém lembrar que, como está escrito no Vol. I, "as declarações não são sempre completas e muitas vezes registram-se pessoas apenas de passagem pelo Rio de Janeiro". Na verdade, a data do registro não significa necessáriamente a entrada no Brasil, pois muitos estrangeiros só foram registrados depois de anos de residência no país, enquanto outros, aqui radicados, não chegariam nunca a fazê-lo.

Os chineses são portadores de nomes cristãos, e só quatro dentre eles conservam seus nomes nacionais - justamente os quatro primeiro registrados, em 1814. É curioso também notar como - ao contrário do que ocorre com a grande maioria de estrangeiros de outras nacionalidades, cujos nomes são sempre acompanhados, no Registro, pelo da profissão -, um único chinês tem o seu seguido pelo de sua atividade: José Felipe Pereira, negociante. A maioria só depois da chegada obteria licença para mascatear.

O momento de maior ingresso de chineses dá-se, de acôrdo com o Registro, em 1825-1826; e após 1829-1830 decresce sensivel-

mente o número de registrados.

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos (II - 34, 27, 4), são conservados dois documentos de grande importância para o maior conhecimento da presença chinesa no Rio de Janeiro, em começos do Séc. XIX. Localizados e pioneiramente divulgados pelo pesquisador portugues Carlos Francisco Mora, que os publicou no Boletim do Instituto Luís de Camões, de Macau, em 1974 (Nº 1, Vol. VIII, págs. 75 e segs.), dizem respeito a um abaixo-assinado de 51 chineses residentes na Côrte do Rio de Janeiro e a uma petição endereçada pelos mesmos ao Rei Dom João VI, no sentido de que o também chinês Domingos Manoel Antonio (nome que não consta aliás do Registro de Estrangeiros) pudesse vir a ser nomeado intérprete, diretor e cônsul dos suplicantes, como segue:

> Senhor:
> Dizem os Chinezes residentes nesta Corte, e seo Districto, q' havendo V. Magde. por sua Real Bondade permittido, q' elles viessem do seu remoto Paiz estabelecerem-se nesta Corte, e seo Districto por assim ser util á população, agricultura e Commercio do Reino do Brazil acontece, q' os Suppes., como Estrangeiros, e de huma Nacção, cujo idioma he nada vulgar , se vêm nas tristes circumnstancias de não ter hum Interprete, que possa transmitir perante os Tribunaes, e Justiças de V. Magde. aquillo q' he de seo direito, e justiça representar, tornando assim mais desgraçada a sorte dos Suppes. do q' a de nenhua outra das Nacções, q' tem concorrido á esta mesma Corte , pois q' sendo impraticavel aos Suppes. adquirirem na sua Patria conhecimento das Lingoas, q' são vulgares entre as Nacções Cultas, e sendo-lhes difficilimo o estudo da Portugueza por falta de Interprete, q' entendendo a Lingoa Chineza possa explicar-lhes os correspondentes vocabulos Portuguezes, se tem da falta originado gravissimos prejuizos aos Suppes. não só fisicos como moraes. Pelo q' certos os Suppes. da Augusta Bondade e Clemencia de V. Magde. muito humildemente implorão a V. Magde. Queira Fazer-lhes a Graça

de Nomear para Interprete e Director dos Suppes. á Domingos Manoel Antonio da mesma Nacção, pessoa em quem concorrem os requesitos neccesarios pa. o dezempenho de tal encargo, como o reconhecem os Suppes . no Documento junto, sem q' com tudo por elles o nomeado vença ordenado algum da Real Fazenda de V. Magde. porem somente alguns emolumentos pagos pelos Suppes.

Pa. V. Magde.

(No verso)

Pa. V. Magde. que por effeito de sua Real Clemencia, Haja por bem deferir benignamente a humilde pertenção dos Suppes. mandando para o effeito requerido expedir as ordens neccessarias.

E. R. Mce.

Abaixo assignado

Nos abaixo assignados todos da Nacção Chineza , rezidentes nesta Corte, e seo Districto, conhecendo a neccessidade de huma pessoa de probidade da nossa Nacção, q' entendendo a Lingoa Portugueza nos possa servir de interprete, director e consul, e á que recorramos pa. nos dirigir nos requerimentos e negocios que temos, e poderemos ter neccessidade, á S. Magde., e perante os Tribunaes, e mais Justiças; reconhecemos na pessoa do nosso Compatriota Domingos Manoel Antonio todas as circumnstancias precizas pa. o bom dezempenho do dito emprego, e por isso dezejamos muito, q' S. Magde. nos Faça a Graça de o nomear por Interprete, Director, e Consul dos de nossa Nacção domiciliarios nesta Corte, e seo Districto conferindo-lhe pa. isso os poderes, e titulos neccesarios, e pa. firmeza do referido nos assignamos.

Rio de Janro. aos 6 de Septembro de 1819.

(seguem-se as assinaturas de 51 chineses, com os seus nomes nacionais acompanhos dos correspondentes portugueses).

Não se tem notícia, até ao presente momento, de se Dom João VI acatou ou não a pretenção dos chineses, coisa que futuras pesquisas poderão, quem sabe, esclarecer.

Resumo

A presente tese objetiva demonstrar como, muito ao contrário do que em geral se pensa, foi múltipla, profunda e duradoura a influência que a antiquíssima civilização da China exerceu sobre a do jovem Brasil: múltipla, por se ter manifestado sucessiva ou cumulativamente em variados campos do fazer, e até do pensar e do sentir nacionais; profunda, porque não se limitou a roçá-los epidermicamente, antes penetrando-os; duradoura porque, detectável desde os tempos iniciais da Colonização, continuava muito sensível em fins da primeira década do Séc. XIX, quando começa a se diluir sem contudo esgotar-se de todo.

O estudo dessa influência chinesa sobre a cultura brasileira jamais fôra tentado de modo sistemático e integrado, embora uns raros pesquisadores e historiadores de arte tanto estrangeiros quanto nacionais tivessem já manifestado curiosidade e interêsse pelas chinesices da pintura colonial mineira e por determinadas peculiaridades formais de nossa arquitetura tradicional. Vale contudo destacar ter cabido a Gilberto Freyre a intuição certeira de que a marca deixada pela China e por outras velhas civilizações asiáticas sobre o Brasil não é um arranhão superficial, mas sim uma cicatriz profunda.

Freyre tratou genericamente das influências orientais; quanto a nós, restringimos nosso estudo ao levantamento das especificamente chinesas, deixando de lado outras igualmente marcantes (como a semita ou a indiana por exemplo), e isso por dois motivos:

primeiro, pela amplidão insuspeitada que tais influências chinesas assumiram em nosso país; segundo, em face de nosso interêsse especial pela arte e pela civilização da China, objeto de nossos estudos nos últimos dez anos.

O desenvolvimento da pesquisa revelaria o quanto ficaram devendo não sòmente a arte e a arquitetura, mas também vários outros aspectos da civilização brasileira à China, algo que, insólito e quase inaceitável a um primeiro exame, pode-se melhor entender se se levar em conta que o processo colonial no Brasil teve início no exato momento em que os lusitanos chegavam também ao Extremo Oriente, sendo pois compreensível que nos trouxessem não apenas técnicas, métodos e processos milenares lá encontrados, como inclusive certos usos e costumes, modos de sentir e de pensar.

A China no Brasil, em sua essência, é uma tese versando alguns pontos obscuros da História da Arte Brasileira, notadamente do período colonial; como porém não achamos possível captar em sua complexidade o fenômeno artístico isolado de seu embasamento cultural, fomos pouco a pouco e quase imperceptivelmente levados a estender nosso interêsse a campos e territórios os mais díspares, superando de muito nossa intenção inicial. Assim foi que estruturamos nosso trabalho em seis partes, estudando na primeira, introdutória, o impacto da China sobre a América Portuguesa, que tentamos explicar do ponto de vista da História e da Sociologia. Na segunda, consagrada aos usos e costumes e ao folclore, analisamos aspectos e sobrevivências da e na civilização brasileira que, a nosso ver, só podem ser perfeitamente comprendidos se relacionados de maneira pertinente a usos e costumes chineses, de que derivam;

são então enfocados temas como por exemplo a condição subalterna da mulher, medicina simbólica, astronomia popular, fogos de artifício e papagaios de papel, leques, palanquins e chapeus-de-sol, brigas de galo e jogo-do-bicho, unhas compridas e pés pequeninos, beijos olfativos e vários outros. A parte terceira volta-se para o comércio, a agricultura e a imigração, e trata de assuntos como as relações comerciais entre o Brasil Colonial e Macau, o cultivo do arroz, do chá e da seda em nosso país e as tentativas de imigração chinesa no Séc. XIX, dos culis importados em 1814 por Dom João à chamada Questão Chinesa de fins do século.

Sòmente nas partes quarta e quinta da tese é que nos sentimos à vontade para analisar aspectos da arquitetura e da paisagística, da escultura, da pintura e das artes decorativas, focalizando entre muitos outros tópicos os telhados acachapados e as telhas zoomórficas ou envernizadas, as plantas simétricas, a igrejinha de Nossa Senhora do ó de Sabará, a casa-grande do sítio do Padre Inácio em Cotia e o não mais existente Pavilhão da Mãe d'Água de Belém do Pará, jardins coloniais à moda chinesa, leões chineses do Embu ou das igrejas franciscanas do Nordeste, achinesadas imagens de Cristo e Maria, chinesices na pintura colonial baiana, mineira e paulista, móveis luso-brasileiros imitando os chineses, porcelanas e azulejos e assim por diante. No que concerne à pintura ocorrem também extensos capítulos dedicados ao irmão jesuíta Charles de Belleville, ativo na China sob o nome de Wai-Chia-Lu antes de se radicar em 1708 na Bahia, ao panorama chinês do Rio de Janeiro de autoria do Trade Painter Sunqua - único em seu tipo - e aos anos brasileiros de Chang Dai-Chien, considerado um dos maiores vultos da pintura chinesa do Séc. XX, o qual viveu

em Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo, de 1954 a 1970. Na sexta e última parte, como apêndices, surgem temas especiais, como a semelhança física entre os chins e nossos indígenas, posta em realce por muitos viajantes oitocentistas, a contribuição do ideograma chinês à poesia brasileira da segunda metade do Séc. XX, com o movimento concretista, e uma análise da razoavelmente extensa bibliografia brasileira já existente sobre a China e os chins.

ABSTRACT

The present thesis has as purpose the demonstration of the multiple, deep and long-lasting influence of the very ancient Chinese civilization on our Brazilian culture, contrary to what is the generally accepted opinion. We said multiple, because such influence ocurred sucessively or cumulatively on several fields of activity, even on the way of thinking and feeling in Brazil; deep, because it was not limited to a superficial rubbing, but a real cultural penetration; long-lasting, because such influence was detectable since the very begginning of our Brazilian colonial era, being felt up to the end of the first decade of the 19th century, when it started to fade away, although never fully extinguished.

The study of the Chinese influence on Brazilian culture never had a systematic and integrated attempt before, although a couple of art historians and researchers, either foreigners or Brazilians, had already expressed a certain curiosity and interest for Chinese-style colonial paintings from Minas Gerais and also for a few formal particularities concerning our traditional architecture. It is nevertheless worth mentioning that it was Gilberto Freyre who had the right intution that the trace left by China and other ancient Asian civilizations on Brazil was not a superficial scraping, but indeed a deep scar.

Freyre wrote in general manners about oriental

influences; in our case, we focused our study on the Chinese ones especifically, not mentioning others equally important (such as Semitic and Indian), mostly for two reasons: first, because of the unsuspected ampleness that those Chinese influences ocurred in our country; second, due to our special interest for Chinese art and civilization which has been the subject of our studies during the last ten years.

During the research we finally found out several features of our Brazilian culture arising out of the Chinese civilization and not only the charecteristics related to art and architecture. At the very first instance one might consider it uncommon, or even hard to believe, but whether you take into account that Brazilian colonial process began exactly at the same time when Portuguese fleets also reached the Far East, thus bringing us not only ancient techniques, methods and processes they had found over there, but also certain habitudes and customs, ways of thinking and feeling. Bearing this in mind now you may be able to understand those influences better.

CHINA IN BRAZIL is essentially a thesis about certain gaps of the Brazilian Art History, mostly from colonial period, however it could not be possible to realize the artistic phenomenum, in its whole, separate from its cultural context, therefore we were progressively and imperceptibly led to drive our attention at the most different fields, thus topping our initial expectations. This way we built up the present work into six parts, first, as an introduction, the impact of China on

Portuguesse America, which we tryed to explain the phenomenum from the point of view of History and Sociology. In the second part, dedicated to habitudes and customs and, folklore, we considered some aspects and the survival of the Chinese culture in our Brazilian environment, which we concluded that can only be thoroughly understood if properly related to Chinese habitudes and customs from which they originate, then we worked on issues such as: the subordinate role of women, symbolic medicine, popular astronomy, fireworks, paper kites, fans, palakeens and parasols, cock-fighting, "jogo-do-bicho" (a game of chance widely played and known in Brazil relating animals to numbers), long nails and small feet, smelling kisses, and many others. The third part considers trade, farming and immigration, and deals with issues such as the trade relations between Colonial Brazil and Macao, rice and tea growing, as well as the culture of silk in our country, Chinese immigration attempts during 19th centrury, from the coolies imported in 1814 by Dom João to the so-called Chinese Issue at the end of the Century.

It is only in the fourth and fifth parts of the thesis that we feel comfortable to consider aspects of architecture, landscaping, scultura, painting and decorative arts, focusing among other things on the flattening roofs, the zoomorphic and varnished tiles, the symmetric plants, the small church of Nossa Senhora do ó of Sabará, the master's house of the Padre Inácio farm in Cotia and the now disappeared Pavilhão da Mãe d'Agua of Belém do Pará, Chinese-style colonial gardens, the Chinese Embu lions, or the Franciscan churches of the Northeast, images of

Christ and the Blessed Virgin with Chinese-like traits, Chinese elements in the Bahia, Minas Gerais and S&o Paulo colonial paintings, Portuguese-Brazilian furnitures imitating Chinese design, Chinaware, glazed tiles, and so forth. With regard to painting, there are also large chapters dedicated to the Jesuit brother Charles de Belleville, who was active in China under the name of Wei-Chia-Lu before coming to live in Bahia in 1708, the Chinese landscape of Rio de Janeiro, by Trada Painter Sunqua - unique of its kind - and the Brazilian years of Chang Dai-Chien, considered one of the most relevant character of the Chinese painting of the 20th century, who lived in Mogi das Cruzes, country-side of S&o Paulo, from 1954 to 1970. In the sixth and last part, as appendices, some special subjects are considered, such as the physical similarity between the Chinese and our native Indians, remarked by many 19th century travellers, the contribution of the Chinese ideograms to Brazilian poetry in the second half of the 20th century, with the concretist movement, and an analysis of the reasonably large Brazilian bibliography already existing about China and the Chinese.

在巴西的中國

論文摘要

本論文研究之宗旨，在於凸出顯示古老中國的文明，對年輕的巴西國所施予的多元化並且深入與悠久的影響．

呈現在表面上的多元化影響，仍然在繼續不斷累積著，甚至於涉及巴西人的 思想方式及表現個人感覺的方法；所謂深入的影響，則不僅是事物表面上的痕跡，而是深深的植下了根基，悠久的影響，則是說一種影響具有連續不斷的持續性．

早在十九世紀，的第一年代末期，巴西國尚處於殖民地時代，就已經接受了中國的影響，雖然只是細微影響的初步，但卻是既刻的溶化在巴西的文化之中成為永恆．

在巴西國內，雖然也曾有極少數的國內或國外的藝術史學者，對巴西在殖民地時代米納斯州（Estado Minas Gerais）具有濃厚中國特色的繪畫，及傳統建築的 形式有著非常的興趣與好奇，但是，極少有人作有系統及整體性的研究中國文化對巴西文化之影響．

社會學家 Gilberto Freyre 曾經研究中國及其他亞洲古老文明對巴西國各方面之影響，他認為不僅是在表面上留有痕跡，並且其影響之悠久深遠是無可估計的．

Freyre 所進行的研究東方對巴西的一般影響；對我們來說，僅止局限於專門研究中國，而於閃族文化及印度文化之對巴西國具有同等重要影響的文明，則格擱 置一旁，研究其原因約有兩點：

第一，中國文化影響巴西，不但很自然的被吸收，並且有意料之外的廣泛．

第二，巴西國民特別對中國藝術及文明感覺興趣．尤其是最近十年，成為重要的研究目標．

根據研究發展所作擴展性的研究調查，反應出不能僅止局限於藝術及建築 方面在其他很多方面均顯示著其重要影響，當巴西尚在殖民地時代路西坦那人（Lusitanos，葡萄牙人古稱）抵達巴西時，他們早已去過遠東，不僅將他們在遠東學到

的技術，以及千千萬萬的製造工具之手藝及技術帶來此地，更將遠東之風俗，思想，與工具使用方法也一併帶到巴西．

本人之論文-在巴西的中國-其精華是，由於從事處於非常模糊不清情形下巴西藝術史的研究，特別是在巴西殖民地時期；今我們深深的感覺到，探討藝術的非凡表現象，而與其深厚悠久的文化背景絕緣是根本不可能的事，故而我們當一步一步的潛進摸索來作研究，如此，不知不覺發現了今我們感覺陌生的國地亦互有各自的的範圍及光彩；超越了我們原始的構想與意圖而更有所獲，由於此，我們將我們的研究工作綱領訂出六個部份；

第一部份是介紹，葡萄牙美洲所受到的中國文明影響之層面，我們嘗試從歷史及社會學觀點來找尋解釋．

第二部份是致力於風俗習慣及鄉土地方應用方面，分析其情況，以及對於我們所能見到的巴西人生活方面文化之影響．對於這方面的崖研究，應該對中國人的習慣與有關連的事情徹底了解，並且需要研究其風俗習慣之始末由來；例如：東方的輕紗女性，象形的醫療法，民間天文學，雜技，紙風箏，扇子，轎子斗笠，門聯，花會(外圍彩)，長指甲，小腳，嗅鴉及其他．

第三部份是針對華僑與巴西，澳門之間商貿，農事及移民在巴西種植米，茶以及蔗糖技術之研究．

巴西就是在十九世紀末期西元1814 年帝王 Dom Joao，為主的葡萄牙皇室，[illegible]這裡這日臺苦力，從事巴西農場事業開發工作．

本人論文第四及第五部份著重分析有關建築，園藝，設計，繪畫，裝飾藝術，及許多圖形書頁，屋脊彩繪對稱裝飾器具等，對兩者間設計，這些都能在 Sabará 市的 Nossa Senhora do ó 小教堂看到，在 Cotia 市的 inacio 神父大農場 (Casa-grande do Sitio de Padre Inacio) 及現今已不存在的，位於 Belém do pará 市的來母大樓臺 (Pavilhao da Mae D'agua) 皆有殖民式的中國亭園，Embu 城的中國瀑子，及該地東北方，方濟格教會之東方式的面形，與中國風格的耶穌和聖母塑像．

當巴西尚在殖民時代，巴洛克人 米耶斯人跟保力斯達人都有具有中國風格的繪畫，此外尚有巴西人模仿中國風格的傢俱，瓷器，磚瓦，以及許多其他物件．至於繪畫，則是由耶穌會弟兄 Chales de Belleville 之長久努力研究，還有中國畫

Vol I (1808-1822)

LIANG Chou

MING Huang

CHIAN Chou

TSAI Huang

10.9.1814, provenientes de Caravelas

Col. 370, Livro 1, fls. 178v.

PEREIRA, Joaquim

2.3.1821, participou de desordem

RANGEL, Cipriano

5.9.1818, parte para S&o Paulo com três chinesas

20.9.1820, parte para S&o João Marcos

Vol. II (1823-1830)

ANTONIO Francisco

1.7.1825, parte para Rezende

4.7.1825, obteve licença para mascatear

9.6.1826, parte para Minas Gerais.

Col. 410, Vol. 2, fl. 315

Col. 422, Vol. 1, fl. 390

Col. 386, Vol. 6, fl. 95

Col. 423, Vol. 3, fl. 108

ANTONIO Joaquim

10.3.1825 e 18.3.1825, obtém licença para mascabear

Col. 410, Vol. 2, fls. 283v e 289v

ANTONIO Manoel

18.3.1828, parte para São João Marcos com uma chinesa

Col. 421, Vol. 21, fls. 135v e 320v

20.02.1829, parte para Rezende.

ARAUJO, João Félix do

18.3.1825, 27.8.1825, 26.4.1826 - obtém licença para mascatear

10.5.1828, parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fls. 291 e 384v

Col. 421, Vol. 21, fl. 165

Col. 386, Vol. 6, fl. 68

Col. 423, Vol. 3, fls. 118v e 178

ASSUNÇAO, Manoel de

22.3.1825, parte para Rezende

Col. 423, Vol. 3, fl. 88

BERNARDES, Josá

11.1.1827, parte para Parati

Col. 421, Vol. 20, fl. 142v

COELHO, Antonio

15.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 285

COSTA, José Antonio da

13.4.1825, obtém licença para mascatear

15.1.1827, parte para Ilha Grande e Parati

Col. 410, Vol. 2, fl. 297

Col. 421, Vol. 20, fl. 143v

CUNHA, José Antonio da

16.3.1826, obtém licença para mascatear

18.3.1826, parte para Rezende

Col. 140, Vol. 2, fl. 362

Col. 386, Vol. 6, fl. 50v

Col. 423, Vol. 3, fl. 163

ESPIRITO SANTO, Jacinto

3.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 280

FEIJO, Florêncio Antônio

25.6.1825 e 8.4.1826, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fls. 314 e 375v

FERREIRA, João Miguel

10.2.1825, obtém licença para mascatear

11.5.1826, parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fl. 276

Col. 421, Vol. 19, fl. 379 v

24.7.1826, vai para Rezende

Col. 386, Vol. 6, fl. 77 e 125

FERREIRA, José Felipe

15.3.1825, obtém licença para mascatear

15.2.1827, parte para Macaé

Col. 410, Vol. 2, fl. 285

Col. 421, Vol. 20, fl. 159v

FRANÇA, Antonio Gonçalves da

18.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 290v

GONÇALVES, Antonio

16.3.1826, obtém licença para mascatear

18.1.1828, parte para Rezende

25.2.1829, parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fl. 365

Col. 421, Vol. 21, fls. 94 e 323v

Col. 386, Vol. 6, fl. 49

Col. 423, Vol. 3, fl. 162

IGNACIO

9.4.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol.2, fl. 293

JOÃO ANTONIO

10.6.1826, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 19, fl. 391v

Col. 386, Vol. 6, fl. 97

JOÃO FRANCISCO

18.3.1825 e 7.4.1826, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fls. 288v e 373v

JOÃO JOSé

20.2.1829, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 21, fl. 320

JOÃO MIGUEL

15.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 284v

JOAQUIM JOSé

5.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 281v

JOSé BENTO

13.1.1823, assinou termo de bom viver

Col. 410, Vol. 2, fl. 226

JOSé BERNARDO

7.3.1826, vai para Mangaratiba

Col. 386, Vol. 6, fl. 44

JOSé JACINTO

31.5.1826, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 19, fl. 386v

Col. 386, Vol. 6, fl. 90v

JOSé JOAQUIM

16.3.1826, parte para Rezende

Col. 423, Vol. 3, fl. 162

Col. 410, Vol. 2, fl. 364v

Col. 386, Vol. 6, fl. 49

JOSé MARIA

20.2.1829, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 21, fl. 320

JOSé MARIANO

6.2.1829, parte para Rezende

Col. 412, Vol. 21, fl. 314

5.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 281

MACEDO, Cosme de

18.1.1828, parte para Rezende

8.5.1829, parte para São João Marcos

Col. 421, Vol. 21, fl. 94v

Col. 421, Vol. 22, fl. 16v

MANOEL FRANCISCO

10.3.1825, 18.3.1825, 11.4.1825 e 8.4.1824, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fls. 284, 289v e 375

1.2.1828, parte para Rezende

14.7.1830, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 21, fl. 104 e Vol. 23, fl. 43

MANOEL JOSé

20.2.1829, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 21, fl. 320

MARIANO

8.4.1826, obtém licença para mascatear e parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fl. 375

Col. 421, Vol. 19, fl. 366v

Col. 386, Vol. 6, fl. 61

MONTEIRO, José Bernardes

23.3.1825 e 4.7.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fls. 292v e 315v

Col. 423, Vol. 3, fl. 88v

PEDRO PAULO

12.4.1825, parte para Rezende

Col. 423, Vol. 3, fl. 94

Col. 410, Vol. 2, fl. 297

PEREIRA, Jo§o

10.3.1825 e 18.2.1826, obtém licença para mascatear

20.2.1829, parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fls. 283v e 343

Col. 421, Vol. 21, fl. 320v

PEREIRA, José Felipe

Negociante

14.9.1829, veio de Macaé

Col. 377, fl. 168

RANGEL, Jo§o Antonio

27.2.1829, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 21, fl. 325

ROIZ, Manoel José

21.3.1825, parte para S§o Paulo

Col. 423, Vol. 3, fl. 87v

SANTOS, Manoel Francisco dos

8.4.1826, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 9, fl. 366v

Col. 386, Vol. 6, fl. 60v

SILVA, João

18.3.1825, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 289v

SILVA, João Francisco da

18.3.1825, obtém licença para mascatear

16.3.1826, parte para Rezende

Col. 410, Vol. 2, fls. 290v e 365v

Col. 386, Vol. 6, fl. 49

Col. 423, Vol. 3, fl. 162

SILVA, Luiz José da

16.3.1826, obtém licença para mascatear

Col. 410, Vol. 2, fl. 362v

SOUZA, João da Silva e

17.3.1825, parte para Rezende

Col. 423, Vol. 3, fl. 85v

Col. 421, Vol. 19, fl. 186v

Volume III (1831-1839)

PAULA, Joaquim Francisco de

27.5.1838, Macaé

Col. 417, Vol. 5, fl. 26v

SALMON, Antonio

13.5.1838, Macaé

Col. 415, Vol. 2, fl. 89v

SILVA, Luís José da

13.10.1831, parte para Rezende

Col. 421, Vol. 23, fl. 218v

Volume IV (1840-1842)

COSTA, José Jorge da

28.11.1840, parte para Macaé

SILVA, Miguel Jorge de Sousa e

28.9.1841, parte para Angra com um filho menor

Bibliografia

ABRANTES, Dalva - Chinoiseries no Barroco Mineiro. Tese de Mestrado, ECA-USP. São Paulo, 1982 (não publicada).

ABREU, João Capistrano de - Capítulos de História Colonial 1550 - 1800. Briguiet, 4a. ed., Rio de Janeiro, 1954.

AGASSIZ, Louis e Elizabeth - Viagem ao Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

ALEXANDER, Helena - "Some Facets of Fan Collecting I. The Finer Examples". The Best of Antique Collectors, London, 1981, págs. 104-107.

ALEXANDER, William; e MASON, George Henry - Views of 18th Century China. Studio Editions, London, 1988 (Reedição de The Costume of China, de G. H. Mason, London, 1804, e de The Costume of China, de W. Alexander, London, 1805)

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro etc., para o ano de 1881. Redigido por José Antonio dos Santos Cardoso. H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1881.

ALMEIDA, Francisco Antonio de - Da França ao Japão. China, Japão e Outros Países. Tipografia do Apóstolo, Rio de Janeiro, 1879.

ALMEIDA, Gastão Ferreira de - "A Porcelana à Luz da Numismática" Revista Numismática, Ano XIV, São Paulo, 1946, págs. 113-134.

AMARAL, Aracy A. - A Hispanidade em São Paulo. Nobel/USP, São Paulo, 1981.

ANDRADE, José Ignácio de - Cartas Escritas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1835 por ... à sua Mulher Dona Maria Gertrudes de Andrade. Imprensa Nacional, Lisboa, 1847.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de (Editor) - As Artes Plásticas no Brasil. Volume I. Sul América, Rio de Janeiro, 1952.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de - "A Pintura Colonial em Minas Gerais" Rodrigo e seu Tempo. Minc/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1986, págs. 182-207.

ANGELO, Alda de Carvalho - Fragmentos do Oriente (Contos, Viagens, Culinária). São Paulo, 1965.

ANTONIL, André João - Cultura e Opulência do Brasil. Progresso, Salvador, 1955.

ANTONIO BENTO - Manet no Brasil. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1949.

ARAUJO, Alceu Maynard de - Folclore Nacional Vol. III - Ritos Sabenças Linguagens Artes e Técnicas. Melhoramentos, São Paulo, 1964.

ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha de - "Das Artes Plásticas no Brasil em Geral, e na Cidade do Rio de Janeiro em Particular". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 78, Rio de Janeiro, 1915, págs. 507-608.

ARTHAUD, Claude; HEBERT-STEVENS, François; e CALI, François - L'Art des Conquistadors. Arthaud, Paris, 1960.

AUBOYER, Jeannine; e GOEPER, Rogier - The Oriental World. Landmarks of the Word's Art, Vol. VI. Paul Hamlyn, London, 1967.

AUGEL, Moema Parente - Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista. Cultrix/MEC, São Paulo, 1980.

AVILA, Afonso - Resíduos Seiscentistas em Minas. Textos do Século de Ouro e as Projeções do Mundo Barroco. I. Triunfo Eucarístico. 2. Aureo Trono Episcopal. Centro de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 1967.

AVILA, Afonso; BONTIJO, João Marcos Machado; e MACHADO,

Reinaldo Guedes - Barroco Mineiro: Glossário e Arquitetura e Ornamentação. Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho e Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1980.

Balão - A Arte do Ar e do Fogo. Secretaria Municipal de Cultura, IDART, Caderno 3. São Paulo, 1981.

BALTRUSAITIS, Jurgis - Le Moyen Age Fantastique. Armand Colin, Paris, 1955.

BALTRUSAITIS, Jurgis - Aberrations - Quatre Essais sur la Légende des Formes. Olivier Perrin, Paris, 1957.

BALTRUSAITIS, Jurgis - Réveils et Prodiges - Le Gothique Fantastique. Armand Colin, Paris, 1960.

BARATA, Mário - Azulejos no Brasil. Séculos XVII, XVIII e XIX. Rio de Janeiro, 1955.

BARATA, Mario - "Séc. XIX. Transição e Início do Séc. XX", em História Geral da Arte no Brasil. Instituto Walter Moreira Sales/Fundação Djalma Guimarães. São Paulo, 1983, Vol. I, págs. 376 e segs.

BARDI, Pietro Maria - Mestres, Artífices, Oficiais e Aprendizes no Brasil. Sudameris, São Paulo, 1981.

BARROS, Sigrid Porto de - "A Condição Social e a Indu-

mentária Feminina no Brasil-Colônia". Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. III (1947), Rio de Janeiro, 1957, págs. 117-154.

BARROS FERREIRA - "O Fascínio do Oriente". O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 26.7.1966, págs. 92-97.

BARROS FERREIRA, - "O Fabuloso Mundo de Chang Dai-Chien". O Cruzeiro, Jan. 1969, pág. 69 e segs.

BARROSO, Gustavo - "Mobiliario Luso-Brasileiro". Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. I. Rio de Janeiro, 1941, págs. 5-19.

BAZIN, Germain - L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil. Museu de Arte/Plon, São Paulo, Paris, 1966.

BAZIN, Germain - Aleijadinho et la Sculpture Baroque au Brésil. Editions du Temps, Paris, 1963.

BERENDSEN, Anne (Editora) - Tiles - A General Survey, Faber and Faber, London, 1967.

BEURDELEY, Cécile e Michel - Giuseppe Castiglione - A Jesuit Painter at the Court of the Chinese Emperors. Ch. E. Turtle & Co., Rutland, 1971.

BEURDELEY, Michel - Porcelaine de la Compagnie des Indes. Office du Livre, Fribourg, 1974.

BEURDELEY, Michel; e RAINDRE, Guy - La Porcelaine des Qing. Office du Livre, Fribourg, 1986.

BINNEY, Marcus - Casas Nobres de Portugal. Introdução de Manoel Pedro Rio Carvalho. Difel, Lisboa, 1987.

BLOODWORTH, Dennis - A Imagem da China. Bloch, Rio de Janeiro, 1969.

BOGER, Louise; e BATTERSON,H. - The Dictionary of Antiques and the Decorative Arts. Ch. Schribner's Sons, New York, 1967.

BOJUNGA, Cláudio - Viagem à China Aberta. Brasiliense, São Paulo, 1979.

BOTELHO, Nilza - "Serpentinas e Cadeirinhas de Arruar", Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. IV. Rio de Janeiro, 1947, págs. 445-471.

BOULAY, Anthony du - Christie's Pictorial History of Chinese Ceramics. Phaidos/Christie's, Oxford, 1984.

BOXER, Charles R. - "Fidalgos Portugueses e Bailadeiras Indianas". Revista de História, nº 45. São Paulo, 1945, págs. 83-105.

BOXER, Charles R. - A Idade de Ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.

BOXER, Charles R. - Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825. Charendon Press, Oxford, 1963.

BOXER, Charles R. - Portuguese Society in the Tropics. 1500-1800. The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda. University of Wisconsin, Madison, 1965.

BOXER, Charles R. - Fidalgos in the Far East 1550-1770. Oxford University Press, London, 1968.

BOXER, Charles R. - Plata as sangre. Sidelights on the Drain of Spanish-American...Silver in the Far East 1550-1700. Manila, 1970.

BOXER, Charles R. - Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686. Companhia Editora Nacional/USP, São Paulo, 1973.

BOXER, Charles R. - A índia Portuguesa em Meados do Séc. XVIII. Martins Fontes, 1980.

BOXER, Charles R. - O Império Colonial Português 1415-1825. Edições 70, Lisboa, 1981.

BOXER, Charles R. - A Igreja e a Expansão Ibérica

1440-1770. Edi&Sas 70, Lisboa, 1981.

BRAGA, Humberto - O Oriente é Vermelho. Civiliza&So Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

BRAGA, José Maria - "For the Love of Maria de Moura". Renascimento, Vol. II, Macau, 1943, págs. 409-415.

BRAJNIKO, Eugènie Miller - "Traces de l'Art Oriental sur l'Art Brésilien du début du XVIII Siècle." Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, nº. 9, Belo Horizonte, Maio de 1951.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca - O Brasil e a Louça da Índia, S&o Paulo, 1950.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca - O Brasil e a Cerâmica Antiga, S&o Paulo, 1981.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio - Vis&o do Paraíso. Companhia Editora Nacional/Edusp, S&o Paulo, 1969.

BUTLER, Robin - The Art Negus Guide to English Furniture, Hamlyn, London, 1978.

CALADO, Frei Manuel - O Valeroso Lucideno etc. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1987.

CALDEIRA, Carlos José - Apontamentos d'uma Viagem de

Lisboa a China e da China a Lisboa. Tipografia G. M. Martins, Lisboa, 1852.

CAMEL, Ada Walker - The Blue-China Book. Dover, New York, 1971.

CANTI, Tilde - O Móvel no Brasil. Origens, Evolução e Características. Rio de Janeiro, 1980.

CARDIM, Fernão - Tratados da Terra e da Gente do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980.

CARNEIRO, Newton da Silva - "A Louça da Companhia das Índias no Brasil". Estudos Brasileiros, nº V, Vol. 9, Jul-Dez. de 1942, págs. 151-177.

CARNEIRO, Sandra Maria Correia de Sá - Balão no Ceu, Alegria na Terra. Minc/Funarte, Rio de Janeiro, 1986.

Carreira das Índias e o Gosto do Oriente, A. Catálogo de exposição no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Nov. de 1985 a Maio de 1986.

CARVALHO, Alberto de Moraes - Narrativas do Oriente. Apontamentos de Viagem. Cooperativa Militar, Lisboa, 1915.

CARVALHO, Elysio de - "A Sociedade Pernambucana nos Tempos Coloniais". Revista do Arquivo Geográfico Pernambucano.

Vol.15, Recife, 1910, págs. 393-410.

CASCUDO, Luís da Câmara - Superstição no Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara - História dos Nossos Gestos, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara - Dicionário do Folclore Brasileiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1988.

CASTEDO, Leopoldo - A History of Latin-American Art and Architecture. Praeger, New York, 1969.

CASTRO, José Liberal de - "Aspectos da Arquitetura no Nordeste do país", em História Geral da Arte no Brasil. Instituto Walther Moreira Sales e Fundação Djalma Guimarães. São Paulo, 1983, Vol. I, págs. 299-319.

CASTRO, Nuno de - A Porcelana Chinesa e os Brasões do Império. Civilização. Porto, 1987.

Centro Positivista Brasileiro - Imigração Chinesa. Mensagem etc. Sociedade Positivista, Rio de Janeiro, 1881.

CESCINSKY, Herbert - The Gentle Art of Faking Furniture. Dover, New York, 1967.

CHEVALIER, Jean; e GHEERBRANT, Alain - Dictionnaire des Symboles. Robert Laffont, Paris, 1969.

Chinese Export Porcelain from the Collection of Jorge Getulio Veiga. Catálogo de leilão realizado a 31 de outubro de 1989 na Sotheby's de Londres.

CHOU LING - Tchang Ta Ts'in, Un Grand Peintre de la Chine Contemporaine. Euros, Paris, 1960.

CHUNG Yuan Yang, Alexander - "Os Imigrantes Chineses no Brasil". Diário Oficial/Leitura, São Paulo, 9 Set. 1989.

COARACY, Vivaldo - O Caso de São Paulo. São Paulo, 1931.

COARACY, Vivaldo - Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1988.

CONCEIÇAO, Lourenço Maria da - 1862-1887. Macau entre dois Tratados com a China. Instituto Cultural de Macau, Macau, 1988.

CONRAD, Joseph - The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893. New York, 1975.

CONTINI, Mila - Fashion from Ancient Egypt to the Present Day. Odissey Press, New York, 1965.

COOMARASWAMY, Ananda K. - "The Theory of Art in Asia", em Aesthetics Today. The World Publishing Company. Cleveland and New York, 5a. ed., 1968, págs. 33-63.

CORDEIRO, Francisca de Vasconcelos Basto - China e India. Arte e Sabedoria Milenares. Ex Oriente Lux. Rio de Janeiro, 1942.

COSTA, Flávio Barbosa da - Além das Torres do Kremlin (do Brasil à China). Progresso, Salvador, 1958.

COULING, Samuel - The Encyclopaedia Sinica. London, 1917.

COSTA FERRAZ - "O Mongolismo ameaça o Brasil" Anais Brasilienses de Medicina, Tomo XXXI, nº 2, Rio de Janeiro, 1879.

COUTO, João do, e GONÇALVES, Antonio M. - A Ourivesaria em Portugal. Horizonte, Lisboa, 1960.

CRULS, Gastão - Aparência do Rio de Janeiro. José Olympio, Rio de Janeiro, 1965.

"Cumpriu-se o Mar". A Arte na Rota do Oriente. Catálogo de exposição do Ciclo Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. Lisboa, 1983.

CUNHA BARBOSA, Antonio da - "Aspectos da Arte Brazileira Colonial". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 61, Rio de Janeiro, 1898, págs. 95-154.

D'ARGENCE, René Yvon Lefebvre - Chang Dai-Chien - A Retrospective. Center of Asian Art and Culture. The Avery Brundage Collection. San Francisco, 1972.

DAVENPORT, Millia - The Book of Costumes. Crown Publishers, New York, 1962.

DEBRET, Jean-Baptiste - Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1989.

De Goa a Lisboa. Catálogo de exposição realizada no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1980.

DIAS, Hélcia - "O Mobiliário dos Inconfidentes". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 3. Rio de Janeiro, 1942, págs. 162-172.

DREYFUS, Jenny - "A Louça Brasonada no Museu Histórico Nacional". Anais do Museu Histórico Nacional, nº III, Rio de Janeiro, 1942, págs. 263-345.

DREYFUS, Jenny - Louça da Aristocracia no Brasil. Monteiro Soares, Rio de Janeiro, 1983.

DURDIK, Jean; et alii - Encyclopédie Illustré des Anti-

quitãs. Gründ, Paris, 1972.

EBEL, Ernest - O Rio de Janeiro e seus Arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.

ETZEL, Eduardo - O Barroco no Brasil. Psicologia. Remanescentes. Melhoramentos/Edusp, São Paulo, 1974.

ETZEL, Eduardo - A Arte Sacra - Berço da Arte Brasileira. Melhoramentos/INL, São Paulo, 1984.

EXPILLY, Charles - Mulheres e Costumes do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.

Fans from the East. Catálogo de exposição no Victoria & Albert Museum, London, 1979.

FALCAO, Edgard de Cerqueira - Relíquias da Bahia. São Paulo, 1940.

FALCAO, Edgard de Cerqueira - Relíquias da Terra do Ouro. São Paulo, 1946.

FARINA, Duilio Crispim - Esculápios Portugueses das Sete Partidas. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1979.

FAZZIOLI, Edoardo - Chinese Calligraphy. Abbeville Press, New York, 1986.

FELLER, John Quentin - Chinese Export Porcelain in the 19th Century, The Canton Famile Rose Porcelains. Salem, 1982.

FERNANDES, L. Esteves - China de ontem, China de Sempre. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1948.

FERREIRA, Luis Gomes - Erario Mineral, ets. Lisboa, 1718.

FERREIRA DA SILVA - Cathay, Leis e usos e costumes. Mozart, Recife, 1935.

FERREZ, Gilberto - "As primeiras telas paisagísticas da cidade". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17, Rio de Janeiro, 1969, págs. 219-237.

FERREZ, Gilberto - O Brasil de Thomas Ender. Fundação Moreira Salles, Rio de Janeiro, 1976.

FINAMOUR, Jurema - China sem Muralhas. Presto, Rio de Janeiro, 1957.

FLEXOR, Maria Helena Ochi - Mobiliário Brasileiro - Bahia. Espade, São Paulo, 1978.

FRAZER, Douglas - L'Art Primitif. Aimery Somogy, Paris,

1962.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes de - Arquitetura Rural no Nordeste Paulista. Influências Mineiras. 1800-1874. Tese de Mestrado, inédita. São Paulo, 1986.

FREITAS, José de - Terras Portuguesas de Oriente. Agência Geral Ultramarina, Lisboa, 1953.

FREYRE, Gilberto - Casa Grande & Senzala. José Olympio, 23a. ed., Rio de Janeiro, 1984.

FREYRE, Gilberto - Sobrados e Mucambos. José Olympio/Pró Memória/INL, Rio de Janeiro, 7a. ed., 1985.

FREYRE, Gilberto - "Por uma Sociofotografia", em Retrato Brasileiro. Fotografias da Coleção Francisco Rodrigues 1840 - 1920. MEC/Funarte/Instituto Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 1983, pág. 15 e segs.

FRIEIRO, Eduardo - "Orientalismos em Igrejas Mineiras", em O Diabo na Livraria do Cônego. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 2a. ed., 1981, págs. 163-166.

GATBONTON, Esperanza Bunag - "An Introduction to Philippine Colonial Carvings in Ivory". Arts of Asia, Vol. 13, number 4, July-August 1983, págs. 94-99.

GEO-CHARLES - L'Art Baroque au Brésil. Editions Inter-Nationales, Paris, 1956.

GERNET, Jacques - O Mundo Chinês. Cosmos, Lisboa, 1972.

GODDEN, Geoffrey A. - Oriental Export Market Porcelain and its Influence on European Wares. Grenada, London, 1979.

GODOFREDO FILHO - "Influências Orientais na Pintura Jesuítica da Bahia". Diario de Noticias, Salvador, 24.3.1963.

GOMES, Luís Gonzaga - "A Influência Chinesa na Arte Europeia no Século XVIII". Renascimento, Macau, 1943, Vol. I, págs. 432-441.

GOMES, Raimundo Pimentel - China, uma Nova Civilização. Conquista, Rio de Janeiro, 1962.

GONÇALVES DOS SANTOS, Luiz (Padre Perereca) - Memórias para Servir à História do Reino do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1981.

GORDON, Ellinor - Collecting Chinese Export Porcelain. New York, 1984.

GRAÇA, Jorge - "The Portuguese Porcelain Trade With China". Arts of Asia, Nov.-Dez. 1977.

GRAHAM, Maria - Diário de uma Viagem ao Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1990.

GUIMARAES FILHO, Luís - Samurais e Mandarins. Francisco Alves e Cia., Rio de Janeiro, 2a. ed., 1925.

HEAL, Ambrose - The London Furniture Makers from the Restauration to the Victorian Era 1660-1840. Dover, New York, 1972.

HENFIL (Henrique Souza Filho) - Henfil na China. Record, Rio de Janeiro, 1980.

HERSTAL, Stanislaw - Imagens Religiosas do Brasil. São Paulo, 1956.

HERVOUET, François e Nicole - La Porcelaine des Compagnies des Indes à Décor Occidental. Flammarion, Paris, 1986.

HIBBERT, Christopher - The Emperors of China. Sthonehenge, Chicago, 1981.

HOWARD, David; e AYERS, John - China for the West. London, 1978.

Imigração Chinesa. Mensagem a S. Ex. o Embaixador do Celeste Império junto ao Governo da França e Inglaterra. Rio de Janeiro, 1º de Frederico de 93 (Nov. 1881).

Influências do Oriente na Arte Portuguesa Continental e a Arte nas Províncias Ultramarinas. III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1957.

INSO, Jaime do - O Caminho do Oriente. Elite, Lisboa, 1931.

INSO, Jaime do - Visões da China. Elite, Lisboa, 1932.

INSO, Jaime do - Cenas da Vida de Macau. Cosmos, Lisboa, 1941.

JARRY, Madelaine - Chinoiseries - Le Rayonnement du Gout Chinois sur les Arts Décoratifs des XVII e XVIII e Siècles. Office du Livre, Fribourg, 1981.

JOHNSON, J. - The Oriental Voyager. London, 1807.

JOPPERT, Ricardo - A China é Sempre Formosa. Fleming, Rio de Janeiro, 1958.

JOPPERT, Ricardo - O Alicerce Cultural da China. Avenir, Rio de Janeiro, 1978.

JOPPERT, Ricardo - A Porcelana Chinesa. Artlivre, Rio de Janeiro, 1985.

JORGE, José Vicente - Notas sobre a Arte Chinesa. Macau, 1940.

JOOST, Wolfgang (Editor) - Die Wundersamen Reisen des Caspar Schmalkalden nach West - und Ostindien 1642-1652. Acta Humaniora, Leipzig, 1983.

KELEMEN, Pal - Baroque and Rococo in Latin America. Dover, New York, 1967.

KENWORTHY-BROWNE, John - Chippendale and his Contemporaries. Orbis Publishing, London 1975.

KIDDER, Daniel P. - Reminiscências de Viagem e Permanência nas Províncias do Sul. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980.

KOSERITZ, Carl von - Imagens do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980.

KNOFF, Udo; e PINHEIRO, Olympio - Azulejos da Bahia. Fundação Cultural da Bahia/Kosmos, Salvador, 1986.

KUBLER, George; e SORIA, Martin - Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions 1500 to 1800 . The Pelican History of Art. Penguin Books, Harmondsworth, Baltimore e Mitcham, 1959.

LAFITTE, Pierre - Considerações Geraes sobre o Conjuncto

da Civilização Chinesa e sobre as Relações do Ocidente com a China. Tradução de Generino dos Santos. Rio de Janeiro, 1938.

LAPA, José Roberto do Amaral - A Bahia e a Carreira da India. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1968.

LATIF, Miram de Barros - Uma Cidade no Trópico. Agir, Rio de Janeiro, 1965.

LAVOR, João Conrado Niemeyer de - "Breve Histórico do Chá". Boletim do Museu Botânico Kuhlman, Ano 6, Vol. 1, nº 2, Abr. - Jun. 1983, págs. 2-3.

LEITE, Padre Serafim - Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil 1549-1760. Brotério/Livros de Portugal, Lisboa/Rio de Janeiro, 1953.

LESSA, Clado Ribeiro de - "Mobiliário Brasileiro dos Tempos Coloniais". Estudos Brasileiros, Ano I, nº 6, Mai.-Jun. 1939, págs. 5-28.

LEVY, André - Novas Cartas Edificantes e Curiosas do Extremo Ocidente por Viajantes Chineses na Belle époque. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

LIMA FIGUEIREDO, José - Um Ano de Observação no Extremo Oriente. Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1941.

LIMA JUNIOR, Augusto de - "Evolução do Barroco no Brasil" Estudos Brasileiros, Ano I, nº 6, Mai.-Jun. 1939, págs. 72-100.

LINDLEY, Thomas - Narrativa de uma Viagem ao Brasil, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro - A China e os Chins, Montevidéo, 1888.

LI Zhiyan; e CHENG Wen - Ceramica y Porcelana de China, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Beijing, 1984.

LIN Yutang - Minha Terra e Meu Povo, Pongetti, Rio de Janeiro, s/d.

LOPES, Antonio - A China e os Chins vistos por um Português, Livraria Popular de C. Franco, Lisboa, 1937.

LUCIE-SMITH, Edward - The Thames and Hudson Dictionary of Arts Terms, Thames and Hudson, London, 1984.

LUCCOCK, Jhon - Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil, Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1975.

LUIZ EDMUNDO - O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932.

LUIZ EDMUNDO - O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

MACEDO, Joaquim Manoel de - Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1942.

MACHADO, Alvaro de Mello - Coisas de Macau. Ferreira, Lisboa, 1913.

MACHADO, Carlos Jacinto - A China e os Chineses. Artes e Ofícios. Macau, 1926.

MARIA, Frei José de Jesus - Asia Sinica e Japônica. Obra Póstuma e Inédita do frade arrábido----. Vol. II. Imprensa Nacional, Macau, 1956 (Charles R. Boxer,Editor).

MARIANO FILHO, José - Estudos de Arte Brasileira. Rio de Janeiro, 1942.

MARINO, João - Coleção de Arte Brasileira., São Paulo, 1983.

MARQUES DOS SANTOS, Francisco - "As Belas Artes na Regência (1831-1840)". Estudos Brasileiros, Ano V. Vol. 9, nºs. 25-27, Rio de Janeiro, Jul.-Dez. 1942, págs. 16-150.

MARQUES DOS SANTOS, Francisco - "Louça e Porcelana". As

Artes Plásticas no Brasil. Sul América, Rio de Janeiro, 1952, págs. 267-296.

MARQUES DOS SANTOS, Francisco - "O leil&o do Paço de S&o Cristóvão". Anuário do Museu Imperial, Vol. I, Petrópolis, 1940, págs. 151-316.

MARTINS, Judith - Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. DAC/MEC, Rio de Janeiro, 1974.

MARTINS, Maria - Asia Maior - o Planeta China. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1958.

MARTINS, Wilson - História da Inteligência Brasileira. Volume I 1550-1794. Cultrix/Edusp, S&o Paulo, 1976.

MASPERO, Henri - "Mithologie de la Chine Moderne". Mythologie Asiatique Illustré. Librairie de France, Paris, 1928, págs. 227-362.

MATOS, Luís de - Imagens do Oriente no Séc. XVI. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casamatense. Imprensa Nacional, Lisboa, 1985.

MATOS, Waldemar de - Os Carmelitas Descalços na Bahia. Salvador, 1964.

MAWE, John - Viagens ao Interior do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1978.

MCREYNOLDS, Patricia Justiniani - "Asian Ivories in Mexico and the Galleon Trade", Arts of Asia, Vol. 13, number 4, Jul-Aug, 1983, págs. 100-103.

MEIRA PENA, José Oswaldo de - Shangai - Aspectos Históricos da China Moderna. América Editora, Rio de Janeiro, 1944.

MELLO BARRETO FILHO; e LIMA, Hermeto - História da Polícia do Rio de Janeiro etc. 1831-1870. A Noite, Rio de Janeiro, 1942.

MELO E SOUZA, Gilda - O Espírito das Roupas. A Moda no Século Dezenove. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de - Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. MEC/SPHAN, Rio de Janeiro, 1944.

MELO MORAES FILHO - Festas e Tradições Populares do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1979.

Memória da Independência 1808-1825. Catálogo da exposição histórica no Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1972/73.

MENDONÇA, Salvador de - Trabalhadores Asiáticos. Novo

Mundo, Nova York, 1879.

MIRANDA, João Cardoso de - Relação Cirúrgica e Médica. Lisboa, 1748.

MORAES, Eneida de - Caminhos da Terra. URSS, Tchecoslováquia, China. Antunes, Rio de Janeiro, 1959.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo - Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira. A Noite, Rio de Janeiro, 1941.

MORANT, Henry de - Histoire des Arts Décoratifs des Origines à nos Jours. Hachette, Paris, 1970.

MOTA, Artur Silveira da - De Aspirante a Almirante. Rio de Janeiro, Vol. 2, 1907.

MOURA, Carlos Francisco de - Colonos Chineses no Brasil no Reinado de Dom João VI. Separata do Boletim do Instituto Luís de Camões, nº 2, Vol. VII, Macau, 1973.

MOURA, Carlos Francisco de - Relações entre o Brasil e Macau no Início do Séc. XIX, segundo as Memórias para Servir à História do Brasil, do Padre Perereca. Separata do Boletim do Instituto Luís de Camões, nº 3, Vol. VII. Macau, 1973.

MOURA, Carlos Francisco de - Os Chineses do Rio de Ja-

neiro Requerem a Dom João VI um Cônsul e Intérprete. Separata do Boletim do Instituto Luís de Camões, nº1, Vol. III, Macau, 1974.

MOURA, Carlos Francisco de - A Cidade do Nome de Deus em 1880, Vista por um Brasileiro. Separata do Boletim do Instituto Luís de Camões, nºs. 3-4, Vol. IX, Macau, 1975.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa - As Igrejas Setecentistas de Minas. Itatiaia, Belo Horizonte, 1964.

MÜLLER, Frei Bonifácio - Convento de Santo Antonio do Recife 1606-1956, Esboço Histórico.. Recife, 1956.

MURCHIE, Mariel - "Fans - The Lesser Examples". The Best of Antique Collecting. Woodbridge, 1981, págs. 18-22.

MUYLAERT, Roberto - China, Chá e Chang. Brasiliense, São Paulo, 1978.

MYERS, Bernard S. - McGraw-Hill Dictionary of Art. McGraw-Hill Company, New York, 1969.

NAVARRA, Ruben, - Jornal de Arte. Conselho Cultural do Município, Campina Grande, 1966.

NEEDHAN, Joseph - Science & Civilisation in China. Cambridge University Press, 1938 em diante (7 volumes já publicados).

NORONHA SANTOS, "O Parque da Praça da República, Antigo da Aclamação". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 8,Rio de Janeiro, 1944, págs. 102-172.

OLIVEIRA, Jo&o Teixeira de - História do Café no Brasil e no Mundo. Kosmos, Rio de Janeiro, 1984.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de - "O Aleijadinho e Mestre Valentim", em A M&o-Afro-Brasileira. Tenenge, S&o Paulo, 1988, págs. 55-75.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de - O Roteiro do Oriente. Companhia Editora Nacional, S&o Paulo, 1933.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de - Shangai. Companhia Editora Nacional, S&o Paulo, 1935.

ONDINA, Maria - A China Fica ao Lado. Panorama, Lisboa, 1968.

ONDINA, Maria - Eu vim para ver a terra. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.

PAIVA, Orlando Marques de (Editor) - O Museu Paulista da Universidade de S&o Paulo. Safra, S&o Paulo, 1984.

PENALVA, Gast&o - "Porcelanas da Casa de Bragança". Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1942, págs. 117-148.

PEREIRA, Osny Duarte - Nós e a China. Pongetti, Rio de Janeiro, 1956.

PESSANHA, Camilo - China - Civilização. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1944.

PINHO, Wanderley de - "Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais. Notas para uma Nomenclatura Baseada em Documentos Coevos". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 4, Rio de Janeiro, 1940, págs. 251-269.

PINHO, Wanderley de - História de um Engenho do Recôncavo. Companhia Editora Nacional/INL/Pró-Memória, São Paulo, 1982.

PINTO, Fernão Mendes - Peregrinação. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

PINTO, Hermengarda Marques - Macau Terra de Lendas. Coimbra, 1956.

PINTO GUEDES - Chong Kuo, País do Meio, Macau, 1954.

PIRES, Benjamin Videira S. J. - Portugal no Teto do Mundo. Instituto Cultural de Macau, Macau, 1988.

PISCHEL, Gina - A Arte Chinesa. Arcádia, Lisboa, 1963.

PLATTNER, F. A., S. J. - Quand l'Europe cherchait l'Asie Jésuites Missionaires 1541-1785. Casterman, Tournai/Paris, 1954.

Portuguesas na índia, na China e no Jap&o, Os. Catálogo de Exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1954.

QUERINO, Manuel R. - A Bahia de Outrora. Progresso, Salvador, 1955.

RANGEL, Alberto - Quando o Brasil Amanhecia. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1919.

RAQUEZ, A. - Au Pays des Pagodes. Presse Orientale, Shangai, 1900.

Registro de Estrangeiros. Vol. I, 1808-1823; Vol. II, 1823-1831; Vol. III, 1831-1840; Vol. IV, 1840-1842. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1960-1964.

REGO, Francisco de Carvalho - Da Virtude da Mulher Chinesa. Imprensa Nacional, Macau, 1949.

REGO, José Luiz do - Viagens do Capit&o José Luiz do Rego à China etc. Ganda, Lisboa, 1822.

REDONDO JUNIOR - Tai-Hei. Três meses no Oriente. Século, Lisboa, 1952.

Rio de Janeiro através das Estampas Antigas, O. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1970.

RODRIGUES, José Wasth - "Móveis Antigos em Minas Gerais". Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 7, Rio de Janeiro, 1943.

RODRIGUES, José Wasth - Mobiliário do Brasil Antigo. Evolução das Cadeiras Luso-Brasileiras. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

REZENDE, Maria da Conceição - A Música na História de Minas Colonial. Itatiaia, Belo Horizonte, 1989.

ROWER, Frei Basílio - O Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. Sua História, Memórias, Tradições. Vozes, Petrópolis, 1945.

RUBISSOW, Helen - Art of Asia. Philosophical Library, New York, 1954.

RUGENDAS, João Maurício - Viagem Pitoresca Através do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1979.

RUNES, Dagobert; e SCHRICKEL, Harry G. (Editores) - Encyclopedia of the Arts. Philosophical Library, New York, 1946.

RUSINS, Alfredo Teodoro - "Louça da Companhia das In-

dias". Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1941, págs. 155-201.

SABOYA, Salvador - Os Portugueses na China. Labor, Lisboa, 1938.

SAIA, Luís - "Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século". Arquitetura Civil I. MEC/IPHAN, USP/FAU, São Paulo, 1975, págs. 221-281 (originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 8, Rio de Janeiro, 1944).

SAMPAIO, Manoel de Castro - Os Chins de Macau. Noronha Filhos, Hong-Kong, 1867.

SANCTUARY, David Howard - Chinese Armorial Porcelain. London, 1974.

SANDÃO, Arthur de - O Móvel Pintado em Portugal. Civilização, Barcelos, 1973.

SANTA CLARA, Antonio - Cartas do Extremo Oriente. Parceria Antonio Maria Pereira. Lisboa, 1938.

SANTOS, Joaquim Felício dos - Memórias do Distrito Diamantino. Itatiaia, Belo Horizonte, 1976.

SANTOS, Labienno Salgado dos - Visões da China. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.

SANTOS, Reynaldo dos - "Antecedentes Portugueses e Exóticos". As Artes Plásticas no Brasil. Rio de Janeiro, 1952, págs. 153-176.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro - História Geral da Medicina no Brasil. Vol. I. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1977.

SANTOS SIMÕES, José Maria dos - Azulejaria Portuguesa no Brasil. Gulbenkian, Lisboa, 1965.

SANTOS SIMÕES, J. M. dos; e GONSALVES DE MELLLO, José Antonio - Azulejos Holandeses no Convento de Santo Antonio do Recife. Amigos da DPHAN, Recife, 1959.

SARAIVA, D. Joaquim de Souza - Memórias sobre Macau. Macau, 1909.

SAVAGE, George - Dictionnary of Antiques. Barrie & Jenkins, London, 1971.

SCHAEFFER, Enrico - "Chinesices no Brasil". Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. XXII, Rio de Janeiro, 1971, págs. 33-49.

SCHIFFER, H., P. e N. - Chinese Export Porcelain - Standard Patterns and Forms 1780-1880. Exton, 1975.

SERAPHICO, Luiz; e MARTEL, Jo&o Carlos - Arte Colonial Mobiliário. Editora das Américas, S&o Paulo, 1977.

SICKMAN, Lawrence; e SOPER, Alexander - The Art and Architecture of China. Penguin, New York, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da - Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). Companhia Editora Nacional, S&o Paulo, 1978.

SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da - Os Dois Escultores Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus e o Arquiteto Frei Macário de S&o Jo&o. Universidade da Bahia, Salvador, 1970.

SILVA TELES, Augusto Carlos da - Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. DAC/FENAME/MEC, Rio de Janeiro, 1975.

SILVEIRA, Helena - Os Dias Chineses. Ed. Art, S&o Paulo, 1961.

SMITH, Robert C. - The Art of Portugal. Weidenfeld and Nicolson, London, 1968.

SMITH, Robert C. - Igrejas, Casas e Móveis. Universidade Federal de Pernambuco/IPHAN, Recife, 1979.

SMITH, Robert C. - Congonhas do Campo. Agir, Rio de Ja-

neiro, 1973.

SODRÉ, Alcindo - "Louças Imperiais". Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1943, págs. 173-193.

SOULIE DE MORANT, G. - L'Epopée des Jésuites en Chine. Plon, Paris, 1923.

SOUSA, Wladimir Alves de - "O Museu de Arte Sacra da Bahia". Diário de Notícias, Salvador, 7. Ago. 1959.

SOUZA, Colatino Marques de - O Trabalho dos Chins no Nordeste do Brasil, especialmente na Amazônia. A. Marques, Capital Federal, 1891.

SPENCE, Jonathan D. - O Palácio da Memória de Matteo Ricci. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

STEIN, Rolf A. - "Architecture et Pensée Religieuse en Extrême-Orient". Arts Asiatiques, Tome IV, F. 3, Paris, 1957, págs. 163-186.

STEWART, Watt - Chinese Bondage in Peru - A History of the Chinese Coolie in Peru 1849-1874. Westford, Greenwood, 1970.

STUDART, Heloneida - China: o Nordeste que deu Certo. Nosso Tempo, Rio de Janeiro, 1979.

SUN Chia Chin; e LUO, Si Wei - China Lendas e Mitos. Roswitha Kempf, São Paulo, s/d.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle - "Na Bahia Colonial". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 90, Vol. 144, Rio de Janeiro, 1903, p.324 e segs.

TEIXEIRA, Padre Manuel - Macau no Séc. XVIII. Imprensa Nacional, Macau, 1984.

TEIXEIRA, Padre Manuel - "O Trajo feminino em Macau do Séc. XVI ao Séc. XVII". Boletim do Instituto Luis de Camões, Macau, 1969, Vol. III, págs. 5-28.

TEIXEIRA LEITE, José Roberto - As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda. Fundação Cultural da Bahia, Salvador, 1986.

TEIXEIRA LEITE, José Roberto - "Ourivesaria", em Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. Safra, São Paulo, 1987, págs. 145-212.

TEIXEIRA LEITE, José Roberto - Dicionário Crítico da Pintura no Brasil. Artlivre, Rio de Janeiro, 1988.

Terceira Carta do Mandarim do Império da China Stenkoracin à S. Majestade o Imperador do Brasil. Tipografia Constitucional, Maranhão, 1836.

THOMPSON, Daniel V. - The Materials and Techniques of Medieval Painting. Dover, New York, 1956.

THOMPSON, John - China and its People in Early Photographs. Dover, New York, 1982.

THORNTON, Peter - "Fans". Antiques International. G. P. Putnam's Sons, New York, 1966, págs. 193-203.

TOLLENARE, L. F. de - Notes Dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818. Paris, Prsses Universitaires de France, 1973.

TREGEAR, Mary - Chinese Art. Thames and Hudson, London, 1980.

TSCHUDI, J. J. von - Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1980.

VALLADARES, Clarival do Prado - "Embrechados e Embutidos". Revista Brasileira de Cultura, nº 2, Out.-Dez. 1969, págs. 45 e segs.

VALLADARES, Clarival do Prado - Rio Colonial e Rio Neoclássico. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1978.

VALLADARES, José - Azulejos da Reitoria. Universidade da

Bahia. Salvador, 1953.

VALLADARES, José e Gisella - "Ourivesaria", em As Artes Plásticas no Brasil. Sul América, Rio de Janeiro, 1952, págs. 203-263.

VAUTHIER, L. L. - "Casas de Residência no Brasil". Arquitetura Civil I. MEC/IPHAN - USP/FAU, São Paulo, 1975, págs. 1-94 (originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 7, Rio de Janeiro, 1943).

VEIGA, Jorge Getúlio - A Porcelana da Companhia das Indias nas Coleções Brasileiras. JB, Rio de Janeiro, 1986.

Vestes e Objetos Imperiais - Louças Históricas. Catálogo de Exposição no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Set. Out., 1954.

VILHENA, Luís dos Santos - A Bahia no Século XVIII etc. Itapoan, 1969.

WALSH, Robert - Notícias do Brasil. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte, 1985.

WERNECK, L. P. de Lacerda - Ideias sobre Colonização Precedidas de uma sucinta Exposição dos Princípios Gerais que Regem a População. Rio de Janeiro, 1855.

WIED-NEUWIED, Maximilian A. Ph., Príncipe de - Viagem ao Brasil 1815-1817. Melhoramentos, São Paulo, 1969.

WILDER, G. D.; e INGRAM, J. H. - Analysis of Chinese Characbarss. Dover, New York, 1974.

WILLIAMS, C. A. S. - Outlines of Chinese Symbolism & Art Motives. Dover, New York, 1976.

WILLIAMS, Haydn - "Fans" . Sotheby's Guide 1989. Penguin, London, 1988, págs. 449-453.

XAVIER PINHEIRO, J. - Importação de Trabalhadores Chineses. J. I. Silva, Rio de Janeiro, 1869.

ZOU Xun; e GAO Chumning - Le Costume Chinois. Office du Livre, Fribourg; Vilo, Paris, 1985.

ZIMMER, Heinrich - "Budismo". Filosofias da India. Palas Athena, São Paulo, 1986, págs. 326-387.

Bibliografia Adicional

Amaro, Ana Maria - "A famosa Pedra Cordial de Goa ou de Gaspar Antonio". Revista de Cultura, nºs. 7-8, Macau, 1988/1989, p. 87 .

Bloomfield, Frena - The Book of Chinese Beliefs. Ballentine Books, New York, 1989.

Botelho, Nilza - "Ligeiras Notas sobre Leques". Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, 1942, págs. 221-237.

Boxer, Charles R. - Fidalgos no Extremo Oriente. Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, Macau, 1990.

Buck, Pearl S. - A China que eu Vi. Nova Epoca Editorial , São Paulo, s/d (1991?).

Cid, Maria del Mar Graña; Cerdan, Angel Morillo; Sacristan , Maria del Pilar Otero - "Abanicos de la Moda Femenina". Antiquaria, Año VII, nº 66, págs. 40-45.

Clunas, Craig - Chinese Export Watercolours. Victoria and Albert Museum, Far Eastern Series. London, 1984.

Crossmann, Carl L. - The Decorative Arts of the China Trade. Antique Collector's Club, Woodbridge, 1991.

Eberhard, Wolfran - A Dictionary of Chinese Symbols. Routledge, London / New York, 1989.

Gomes, Luis G. - Chinesices. Instituto Cultural de Macau / Leal Senado. Macau, s/d.

Ljungstedt, Anders - An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton. Viking Press, Hong-Kong , 1992.

Porto, Luís de Almeida Nogueira - "Chineses no Bananal". D.O. itura, nº 10 (120), São Paulo, Maio de 1992, pág. 5.

Santos, Isaú - "As relações luso-chinesas através de Macau s séculos XVI e XVII". Revista de Cultura, nºs 7-8, Macau, Out.-Mar . 88/1989.

Teixeira, Manuel (Pe.) - Pagodes de Macau. Direcção dos Servi s de Educação e Cultura, Macau, 1982.

Thomson, John - China and its People in Early Photographs. Do r, New York, 1982 (1a. ed. de 1873/4).

Views from the Jade Terrace / Chinese Women Artists 1300 - 12. Catalogo de Exposição realizada em 1988/1989 no Indianapolis Mus- m of Art. Rizzolli, New York, 1988.